

Luciana Gonçalves de Carvalho  
Voyner Ravena-Cañete  
(Orgs.)

# MARES E MARÉS

## SUSTENTABILIDADE, SOCIABILIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA



**MARES E MARÉS**  
SUSTENTABILIDADE,  
SOCIABILIDADE  
E CONFLITOS  
SOCIOAMBIENTAIS  
NA AMAZÔNIA

**Mares e marés: sustentabilidade, sociabilidade e conflitos socioambientais na Amazônia**

**© Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Reitor:

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor:

Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração pró-tempore:

João de França Mendes Neto

Pró-Reitor de Ensino de Graduação:

Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor de Extensão:

Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal:

Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitora de Relações Internacionais:

Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:

Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional:

Raquel Trindade Borges

LUCIANA GONÇALVES DE CARVALHO  
VOYNER RAVENA-CAÑETE  
(ORGS.)

**MARES E MARÉS**  
SUSTENTABILIDADE,  
SOCIABILIDADE  
E CONFLITOS  
SOCIOAMBIENTAIS  
NA AMAZÔNIA

## **Organização**

Luciana Gonçalves de Carvalho

Voyner Ravena-Cañete

## **Comitê editorial**

Aquiles Simões (NUMA/UFPA)

Delma Pessanha Neves (PPGA/UFF)

Edila Arnaud Ferreira Moura (PPGSA/UFPA)

Eliane Cristina Pinto Moreira (PPGD/UFPA)

Nírvia Ravena (NAEA/UFPA)

## **Revisão de texto**

Fernanda Silveira

## **Design gráfico**

Claudia Duarte, Avellar e Duarte

## **Foto de capa**

Uriens Maximiliano Ravena Cañete

## **Índice remissivo**

Mayco Chaves

Este livro foi produzido com recursos financeiros aportados pelo PRO-EXT/MEC.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA – Belém – PA

---

M325m Mares e marés: sustentabilidade, sociabilidade e conflitos socioambientais na  
Amazônia / Luciana Gonçalves de Carvalho, Voyner Ravena-Cañete,  
Organizadores. — Belém: NUMA/UFPA, 2021.

536 p. : il. ; 21 cm

Inclui referências

ISBN: 978-65-88151-06-8.

1. Desenvolvimento sustentável – Amazônia. 2. Sociabilidade – Amazônia. 3. Conflito social – Amazônia. 4. Pesca – Aspectos ambientais. 5. Minas e recursos minerais. 6. Política ambiental. 7. Quilombolas – Oriximiná (PA). I. Ravena-Cañete, Voyner, Org.

CDD: 23. ed.: 363.7009811

---

Elaborado por Olizete Nunes Pereira – CRB-2 1057

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	9
-----------------------	---

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	15
---------------------------	----

<b>ENTREVISTA COM ANTÔNIO CARLOS SANT'ANA DIEGUES</b> .....	17
---	----

A Thales Maximiliano Ravena Cañete

## **SUSTENTABILIDADE**

### **CAPÍTULO 1**

<b>POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS EM RESEX DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA RACIONALIDADE SUSTENTÁVEL?</b> .....	59
--	----

Carla Cilene Siqueira Moreira

Tânia Guimarães Ribeiro

### **CAPÍTULO 2**

<b>A “PESCA NO PÉ DA BARRAGEM” DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ E O PARQUE AQUÍCOLA BREU BRANCO III: APROPRIACIONISMO E SUBSTITUCIONISMO DOS RECURSOS PESQUEIROS NO ESTADO DO PARÁ</b> .....	83
--	----

Mariana Neves Cruz Mello

Voyner Ravena-Cañete

### **CAPÍTULO 3**

<b>(RE)CONSTRUÇÃO DE SABERES ORIUNDOS DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ (UHT)</b> .....	109
---	-----

Neila de Jesus Ribeiro Almeida

### **CAPÍTULO 4**

<b>DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAIS DE PESCADORES DO LAGO DE TUCURUÍ: ACESSO E USO AO NOVO TERRITÓRIO DA PESCA</b> .....	129
---	-----

Cleide Lima Fernandes

## **CAPÍTULO 5**

<b>A MARICULTURA NO LITORAL AMAZÔNICO: O CASO DA VILA DE LAURO SODRÉ EM CURUÇÁ (PA).....</b>	<b>153</b>
--	------------

Rafael Paiva de Oliveira Diaz

## **SOCIABILIDADE**

### **CAPÍTULO 6**

<b>A RELAÇÃO ENTRE A VIDA E OS CICLOS DOS RECURSOS NATURAIS NA “TERRA EM QUE DEUS ANDOU”: COMUNIDADE DO AÊ, RESEX-MAR MOCAPAJUBA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA) .....</b>	<b>177</b>
--	------------

Quéren Hapuque Pantoja Lobo

Larissa Beatriz da Silva Aviz

### **CAPÍTULO 7**

<b>A PESCA DE CURRAL NO AÊ EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS, PARÁ, AMAZÔNIA.....</b>	<b>207</b>
--	------------

Marllen Karine da Silva Palheta

Voyner Ravena-Cañete

### **CAPÍTULO 8**

<b>A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA E OS POSSÍVEIS RUMOS DA PESCA ESPORTIVA EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA) .....</b>	<b>229</b>
--	------------

Flávia Domitila de Lima Souza

Flavio Henrique Souza Lobato

### **CAPÍTULO 9**

<b>ETNOGRAFIA NA PESCA ARTESANAL QUE ABASTECE A FEIRA DO VER-O-PESO EM BELÉM DO PARÁ .....</b>	<b>253</b>
--	------------

Luiz de Jesus Dias da Silva

### **CAPÍTULO 10**

<b>“TEM GENTE QUE NÃO NASCEU PARA CERTAS PROFISSÕES!”: A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO UNIVERSO LABORAL DE MARUDÁ (MARAPANIM – PA, COSTA ATLÂNTICA AMAZÔNICA).....</b>	<b>279</b>
---	------------

Diego Corrêa Furtado

## **CAPÍTULO 11**

<b>O PUXIRUM COMO PACTO SOCIAL: DÁDIVA E RECIPROCIDADE NA GESTÃO DE ROYALTIES DA MINERAÇÃO EM JURUTI VELHO.....</b>	<b>307</b>
---	------------

Kátia Solange do Nascimento Demeda

Luciana Gonçalves de Carvalho

## **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

### **CAPÍTULO 12**

<b>DILEMAS DO AUTORRECONHECIMENTO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA.....</b>	<b>337</b>
---	------------

Raquel Araújo Amaral

### **CAPÍTULO 13**

<b>COMUNIDADES QUILOMBOLAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO DO RIO TROMBETAS: CONTRADIÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO.....</b>	<b>363</b>
--	------------

Ana Carolina Vítório Arantes

Raiana Siqueira Mendes

Luciana Gonçalves de Carvalho

### **CAPÍTULO 14**

<b>“TRATAMENTO DIFERENCIADO”: SAÚDE E REPARAÇÃO MORAL EM UM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO RIO TROMBETAS.....</b>	<b>389</b>
---	------------

Juliana Cardoso Fidelis

Luciana Gonçalves de Carvalho

### **CAPÍTULO 15**

<b>CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: PESCADORES ARTESANAIS NO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE.....</b>	<b>417</b>
--	------------

Uriens Maximiliano Ravena-Cañete

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Voyner Ravena-Cañete



## **CAPÍTULO 16**

<b>CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COGESTÃO DE UMA RESEX MARINHA PELA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA POLÍTICA .....</b>	<b>441</b>
---	------------

Talita Ingrid da Silva

Tânia Guimarães Ribeiro

## **CAPÍTULO 17**

<b>RESEX-MAR DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA): UMA ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS .....</b>	<b>467</b>
--	------------

Suziane Palmeira dos Santos

## **CAPÍTULO 18**

<b>VÍDEO E DISCURSO: CONFLITOS NA RESEX MOCAPAJUBA, EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA) .....</b>	<b>491</b>
---	------------

Líria Natasha Sena do Vale

Marcelo da Costa Tavares

Denise Machado Cardoso

<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>509</b>
-------------------------------	------------

<b>SOBRE OS AUTORES .....</b>	<b>529</b>
-------------------------------	------------

## PREFÁCIO

“O que hoje se chamam agravos ao meio-ambiente, na realidade não são outra coisa senão agravos ao meio de vida do homem, isto é, ao meio visto em sua integralidade. Esses agravos ao meio devem ser considerados dentro do processo evolutivo pelo qual se dá o confronto entre a dinâmica da história e a vida do planeta.”<sup>1</sup>

*Milton Santos, 1994*

A preocupação com o meio ambiente e a construção de estratégias para a preservação e a conservação da natureza estão presentes ao longo da história moderna (McCORMICK, 1992).<sup>2</sup> Na atualidade, o que era uma preocupação inicial, pontual e difusa tem-se revestido de uma apreensão cujo alcance mostra-se ampliado, ao ponto de atestarmos a existência de uma questão ambiental legitimada em escala global. O início das preocupações com o meio ambiente data do pós-guerra, porque foi a partir desse período que se acentuou a degradação ambiental, com repercussão de extensas dimensões. O antagonismo entre a dinâmica econômica, os processos de acumulação de capital e a produção de riquezas a partir da exploração da natureza, que marcou o debate ambiental desde a década de 1970, colocou em dúvida o modelo de desenvolvimento dominante em grande parte do mundo. Estavam (e ainda estão) em questão as formas de apropriação e o uso dos recursos naturais consubstanciadas no modo industrial de produzir, na sociedade de consumo.

A emergência do discurso do desenvolvimento sustentável encontra ressonância na possibilidade de superação dos problemas ambientais a partir da implementação de um novo modelo de

<sup>1</sup> SANTOS, M. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *GeoTextos*, v. 1, n. 1, p. 139-151, 2005.

<sup>2</sup> McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

desenvolvimento, alicerçado na redefinição das relações da sociedade com o meio ambiente. É nesse contexto que o meio ambiente passa a ser pautado como uma questão relevante no âmbito das políticas e das ações públicas, envolvendo diversos aspectos da vida social (transformações no Estado e no comportamento das pessoas, no trabalho, na sociabilidade, na vida cotidiana, na existência coletiva).

É importante destacar que, em mais de 50 anos de debates em conferências internacionais e congressos, e na definição de acordos entre as nações sobre a questão ambiental,<sup>3</sup> os resultados foram marcantes, em vários aspectos. Um deles é o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970, o final do século XX e o início do século XXI. Outro aspecto relaciona-se à emergência e à difusão de um conjunto de normas e regras, implicando avanços importantes na definição de um quadro normativo de regulação de acesso e de uso dos recursos naturais e do meio ambiente.<sup>4</sup> Há uma difusão institucional de modelos, códigos e normas de apropriação e uso dos recursos naturais: código florestal, reserva legal, zoneamento ecológico-econômico, planos de gestão e de manejo, descentralização e gestão ambiental municipal, cadastro ambiental rural, licenciamento ambiental, entre outros.

---

<sup>3</sup> As principais conferências ambientais internacionais foram as de Estocolmo, em 1972; a Eco-92 ou Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, ou, ainda, Cúpula da Terra); a Rio+10, em 2002; e a Rio+20, em 2012. Acordos ambientais: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; a Convenção da Biodiversidade; e a Convenção do Clima.

<sup>4</sup> Na década de 1980, o marco principal foi o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e estabeleceu os princípios, as diretrizes, os instrumentos e as atribuições para os diversos entes da Federação que atuam na política ambiental. O licenciamento ambiental no Brasil antecede à própria Constituição Federal de 1988. Ele foi instituído pela Lei nº 6.938/81, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente.

Igualmente lembramos que os movimentos ambientalistas, os governos e os organismos internacionais propuseram uma série de ações, dentre as quais a implementação de estratégias de proteção de espaços naturais (unidades de conservação, parques, reservas biológicas etc.),<sup>5</sup> a conservação ambiental para as próximas gerações e, ainda, a criação de reservas de recursos para exploração futura. No Brasil, a difusão de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, assim como em muitos países, ocorreu em todas as esferas governamentais (na União, nos estados e nos municípios). Houve também mudanças na concepção e na forma de assentamentos rurais, incorporando a dimensão ambiental.

Apesar dos significativos esforços e de avanços nos aspectos referidos anteriormente, são notórias a permanência e a ampliação dos problemas ambientais, inclusive com a multiplicação de conflitos socioambientais,<sup>6</sup> muitos dos quais têm origem na dinâmica de apropriação e uso dos recursos naturais, seguindo os fundamentos mercantis e na contraposição a lógicas de uso comum dos recursos.<sup>7</sup> É visível, nesse processo,

---

<sup>5</sup> Em 18 de julho de 2000, por meio da Lei nº 9.985, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com a promessa de estabelecer um mecanismo robusto para assegurar a criação, a implantação e a gestão de unidades de conservação (UC) no Brasil.

<sup>6</sup> Em geral, os conflitos socioambientais envolvem relações sociais de disputa ou tensões entre distintos grupos ou atores sociais pela apropriação ou pela gestão de recursos naturais. Essas disputas ocorrem tanto em nível material quanto em nível simbólico.

<sup>7</sup> Os conflitos socioambientais, para Acselrad (2004), ocorrem quando são envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território. São originados quando pelo menos um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio. Essas ameaças podem acontecer por impactos indesejáveis ocorridos com o solo, com a água, com o ar ou com os sistemas vivos, decorrentes do exercício e das práticas de outros grupos. Ou seja, o conflito socioambiental é instaurado quando os agentes e grupos sociais estabelecem uma associação lógica imediata entre a degradação do ambiente e a ação dos agentes sociais determinados sob dadas condições históricas. (Cf. ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004).

a acentuação das contradições entre produção de riquezas nos moldes que regem a esfera econômica e a dinâmica específica dos ecossistemas e do modo de vida das populações.

O conflito socioambiental deve ser visto para além do componente material, portanto, da ótica econômica. O conflito socioambiental deve ser tomado como resultado de sobreposição de usos e disputas pelos recursos naturais, sem negligenciar a dinâmica dos processos sociais que engendram um determinado modelo de sociedade (LIMA; SHIRAIISHI NETO, 2015).<sup>8</sup>

Obviamente, o tema não se restringe a uma simples questão de preservação do mundo natural, mas se associa também a inúmeros problemas relativos à essência das relações entre os homens. Diz-se do que ultrapassa o ambientalismo e toca a existência e a sobrevivência de diversidade das populações. A existência de populações (indígenas, agricultores de subsistência, extrativistas, pescadores artesanais) dispersas espacialmente, no interior do espaço territorial ou nas proximidades, no entorno de áreas naturais protegidas, revela formas específicas de uso dos recursos naturais, de abrigo e de realização da vida.

É fato que, para além de um modelo de desenvolvimento pautado na proteção de espaços com atributos ecológicos e paisagísticos importantes, ou de normas de acesso à biodiversidade e a recursos naturais subsiste, do ponto de vista ideológico, uma concepção específica de relação homem/natureza (DIEGUES, 1996).<sup>9</sup>

Ao longo do tempo, as comunidades tradicionais adaptaram-se ao ambiente, criando mecanismos para sua sobrevivência, em consonância

---

<sup>8</sup> LIMA, R. M. e SHIRAIISHI NETO, J. Conflitos socioambientais: o direito ambiental como legitimador da atuação do Estado no Jardim Icarai, Curitiba. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 133-148, 2015.

<sup>9</sup> DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

com a preservação ambiental. Nesse sentido, Diegues (1996) enfatiza as dimensões de solidariedade e partilha que pautam as normas e os critérios de uso comum da terra, da água e das florestas nas comunidades tradicionais.

A questão ambiental concebida sob essa orientação insere no debate as diferentes práticas sociais, relativizando a noção de meio ambiente. Esta deixa de ser tomada unilateralmente para ser compreendida na complexidade das situações apresentadas e vivenciadas pelos diversos atores e grupos sociais que dele se apropriam (ACSELRAD, 2004).<sup>10</sup> A conservação e a preservação inserem-se como parâmetros da existência coletiva e territorial.

Estes aspectos são importantes, considerando-se as análises e as proposições contidas no presente livro *MARES E MARÉS: sustentabilidade, sociabilidades e conflitos socioambientais na Amazônia*, organizado por Voyner Ravena-Cañete e Luciana Gonçalves de Carvalho.

O meio ambiente e os recursos naturais são pautados em sua integralidade: estão presentes na vida cotidiana dos habitantes regionais, na zona costeira, no lago da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Baixo Amazonas, no Alto Trombetas... nos movimentos sociais. A dimensão ambiental é também incorporada como uma questão nova e importante que se impõe como elemento de disputa e, ao mesmo tempo, como item presente na pauta das reivindicações, de negociação entre grupos sociais e de setores do Estado. A questão ambiental é (e deve ser vista) como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos na Amazônia.

Belém, 18 de agosto de 2020.

*Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha*

---

<sup>10</sup> ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.



## APRESENTAÇÃO

“A água cresceu.” Essa expressão traz consigo a potência da dinâmica que as marés impõem aos povos amazônicos. Quando concebemos este livro, com o título *Mares e marés*, nossa intenção era enfatizar a peculiaridade do diversificado leque de ações, interações, sociabilidades e pressões desenhadas pelos ciclos das águas. Na Amazônia, as marés chegam a crescer mais de quatro metros, e nessa oscilação, no ir e vir, elas movem o mar e fazem crescer os rios, perfilando territórios e vidas. Este livro é resultado do nosso arsenal de pesquisas e de incursões sobre e através dessas águas que movimentam vidas, somado às experiências de outros parceiros de jornada. Os cenários encontrados nos mostraram processos de sustentabilidade, sociabilidades e conflitos socioambientais, que justificaram o subtítulo desta coletânea.

Os artigos reunidos envolveram pesquisas no salgado paraense e na costa do Amapá, assim como em contextos de grandes projetos de barragens e em cenários de disputa entre populações tradicionais e grandes corporações. Dando início à leitura, apresentamos uma entrevista com o professor Antônio Carlos Sant’Ana Diegues, discorrendo sobre sua trajetória como pesquisador que dedicou a vida acadêmica à temática das populações tradicionais. Sem dúvida, esse é um ponto de destaque no livro, dada a relevância do pesquisador para o debate científico sobre populações tradicionais, pescadores e unidades de conservação, além de ser em si mesma uma espécie de reconstituição sobre importantes pontos que levaram ao desenho do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A sequência de artigos obedece à ordem do título. Assim, os cinco primeiros enfocam principalmente a temática da sustentabilidade, seja em cenário costeiro, seja em águas continentais, e guardam em seu



conjunto as populações haliêuticas como núcleo. Uma segunda parte congrega os artigos que discutem sociabilidade – quatro tratam de contextos do salgado paraense que envolvem a relação entre os ciclos dos recursos naturais e a vida das populações costeiras, marcadamente pescadoras; e dois artigos tratam das relações de trabalho em cenários de pressão por recursos naturais e conflitos socioambientais. A terceira e última parte apresenta três artigos que colocam em perspectiva os confrontos entre populações quilombolas e as grandes corporações exploradoras de minério na região de Oriximiná (PA). Os quatro últimos capítulos que compõem essa terceira parte, e concluem o livro, trazem contextos diversos de disputas socioambientais em reservas extrativistas marinhas, com importante trato sobre as políticas ambientais que permeiam os diferentes enfrentamentos entre agentes sociais.

Sejam bem-vindos à leitura!

*As organizadoras*

## ENTREVISTA COM ANTÔNIO CARLOS SANT'ANA DIEGUES

Entrevista gentilmente concedida pelo professor doutor Antônio Carlos Sant'Ana Diegues a Thales Maximiliano Ravena Cañete, em 17 de novembro de 2015, no Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, na Universidade de São Paulo (NUPAUB/USP). Na presente versão, revisada e editada em 2020, todas as notas são das organizadoras.

### **Apresentação**

O professor Antônio Carlos Sant'Ana Diegues concluiu a graduação em Ciências Sociais em 1969, o mestrado em Ciências Sociais (Sociologia) em 1973, o doutorado e a livre-docência em Ciências Sociais (Sociologia) em 1979, pela Universidade de São Paulo (USP). É diplomado pelo Institute of Social Studies, em Haia, Holanda (1974), pela École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris (1976). Coganhador do Prêmio Nobel da Paz, concedido pelo Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em Genebra (1981). É professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da USP. Atualmente exerce a função de diretor científico do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo (NUPAUB/USP). Especialista na área de planejamento ambiental e conservação da Natureza, com ênfase em Ciências Humanas, atua principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, planejamento costeiro, áreas protegidas marinhas, cultura caiçara, conhecimento tradicional e comunidades tradicionais.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Fonte: <<http://www.ica.usp.br/pessoas/pasta-pessoa/antonio-carlos-santana-diegues>>.

Professor Diegues também é autor de inúmeros livros, capítulos de livro e artigos científicos. Para os propósitos desta entrevista, destaca-se uma obra em especial, *O mito moderno da natureza intocada*, importante publicação cuja primeira versão foi editada em 1996. A obra aborda a temática das unidades de conservação sob o aspecto socioantropológico, dando especial ênfase à diferenciada relação que populações tradicionais desenvolvem com o ambiente, quando comparada à sociedade moderna. Essas populações pensam a Natureza como um ente metafísico que deve ser preservado de maneira intocada pela humanidade, enquanto a sociedade atual não faz essa clara distinção entre o que é humano (ou cultura) e o que é Natureza. Essa percepção impactou e fundamentou uma importante parte do processo de construção do atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000,<sup>2</sup> a qual teve importante contribuição de cientistas sociais, dentre eles o professor Diegues – que se destacou pela trajetória reflexiva e pela discussão sobre a relação entre ser humano e Natureza.

### Entrevista

*THALES: Professor, gostaria inicialmente de agradecer sua disponibilidade para esta conversa. Bem, das obras de sua autoria que cheguei a ler, concluí que versavam sobre comunidades tradicionais; então sua carreira acadêmica foi quase exclusivamente direcionada para os grupos sociais marcados pela relação próxima com a Natureza, notadamente pescadores artesanais*

---

<sup>2</sup> A lei trata de espaços territoriais especialmente protegidos, ou seja, espaços com regras específicas de uso dos seus recursos ambientais. Algumas das unidades de conservação previstas na lei atendem a princípios conservacionistas, permitindo a presença humana em seu interior; outras atendem a princípios preservacionistas, vedando a presença e o uso de seus recursos ambientais por seres humanos, com poucas exceções, como para fins de pesquisa científica ou visitação turística para exclusivo exercício de contemplação.

*e especialmente caiçaras. Quando o senhor iniciou seus estudos e começou a escrever sobre essas populações, essa temática não estava em pauta e falava-se muito mais sobre os indígenas. Como o senhor acabou adentrando esse tema? Como criou interesse pelo assunto?*

**DIEGUES:** Como no caso de inúmeros pesquisadores, meu interesse pelo que chamo hoje de comunidades tradicionais começou na infância, na pequena cidade de Iguape, litoral sul de São Paulo, cuja economia é baseada na pesca artesanal. Nos anos 1940 e 1950, essa cidade litorânea tinha muitos pescadores artesanais e eu vivia e brincava com filhos de pescadores até a idade de 12, 13 anos, quando então saí para estudar fora. A pesca era feita ali na praia, no estuário perto de casa, e a gente via praticamente todos os dias as pessoas pescando. Na escola primária, muitos eram filhos de pescadores, e eu, de um outro jeito, era amigo deles, me interessava por eles, comia os peixes que os pais deles pescavam. Então, durante muito tempo, ouvi as histórias dos pescadores artesanais que viviam nos sítios fora da cidade, e aquilo marcou a minha infância. Eu nunca me separei desse mundo dos pescadores. Logo, quando eu vim para São Paulo, meus pais tinham uma casa em Iguape e eu sempre voltava para lá nas férias a fim de visitar meus amigos. Mesmo quando saí do Brasil e morei na Europa, continuei basicamente trabalhando com comunidades rurais na África e na Ásia, pois essa era minha atividade na ONU. Minha vida pessoal sempre foi misturada com minha vida acadêmica. Até hoje minha equipe do NUPAUB e eu trabalhamos com as comunidades tradicionais dessa região, sobretudo caiçaras, pescadores artesanais, quilombolas, caboclos e indígenas.

Quanto à vida acadêmica, fiz a graduação em Ciências Sociais na USP, entre 1966 e 1969. Nesse período, comecei a fazer pesquisa de campo sob a orientação da professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, também no Vale do Ribeira, e aí fui entendendo melhor os pescadores e sitiantes

dessa região conhecida como a Amazônia Paulista. Em 1969, depois de formado, fui trabalhar como profissional no Serviço do Vale do Ribeira, e um ano depois essa instituição foi transformada na Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa). Comecei meu mestrado no início de 1970, logo depois que me formei, e o meu tema foi a pesca artesanal. Comparei a pesca artesanal entre o litoral sul de São Paulo e o litoral norte, que são áreas geograficamente bem distintas, com formação do litoral totalmente diferente, mas a pesca artesanal e o modo de vida tinham muita semelhança. Naquela época, não se falava em caçara, a não ser de modo depreciativo, na região de Cananeia, sul de São Paulo.

Iniciei o doutorado em 1972, orientado pelo professor Fernando Mourão, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da USP. O tema, apesar de manter na linha dos pescadores artesanais, fora ampliado, englobando esse tipo de pesca em âmbito mundial, sobretudo analisando as relações entre a pesca artesanal e a empresarial/industrial no mundo. Assim, o que eu percebi na pesca artesanal – não apenas eu, mas vários pesquisadores na França e em outros países já haviam assinalado – foi a enorme complexidade do conhecimento tradicional dos pescadores e as variáveis que eles são obrigados a controlar para poder sair para pescar, como vento, correnteza, fases da lua, tipo de migração de peixe, e assim por diante. Isso sempre me chamou atenção, mas eu não desenvolvi muito a questão do conhecimento tradicional, a não ser mais tarde, porque naquela época eu era mais influenciado pelo marxismo (sigo até hoje na mesma linha), e de fato dava pouca importância ao conhecer, a não ser como um componente das chamadas forças produtivas ou das relações de produção. Parte do doutorado fiz em Haia (um planejamento social), e depois em Paris, com o professor Ignacy Sachs, que era a figura mais conhecida na questão ambiental. Nesse período,

era intenso o debate sobre as questões ambientais, sobretudo depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em 1972, e a crise do petróleo de 1973.

No Brasil, quase não se falava na questão ambiental. Na verdade, eu saí do país apressado porque os militares estavam me caçando. Eu havia sido um pequeno líder, eu diria, em São Paulo, porque era do Diretório Central dos Estudantes (DCE), e não da União Nacional dos Estudantes (UNE), mas assim mesmo eles vieram atrás. Começou em 1969, e eu acabei indo para Cururupu, no Maranhão, onde me refugiei, uma vez que não tinha dinheiro para ir a Paris. E foi ótimo porque eu continuei realizando minhas pesquisas numa área totalmente diferente, de uma riqueza cultural enorme. Fui designado para fazer um trabalho de cooperativa de pescadores em Cururupu, litoral norte do estado, onde comecei a pesquisar, pela primeira vez, na Amazônia. Naquela época, e de certa maneira até hoje, o Maranhão é um dos estados com maior diversidade de embarcações, tipo de pescado e pesca. Aprendi muito com os pescadores de lá. Quando saí do Brasil para fazer uma parte do mestrado e depois parte do doutorado, foi que comecei a me interessar mais pelo que hoje se conhece por comunidades tradicionais, não só de pescadores, mas de camponeses de várias partes do mundo, sobretudo da África. Ao voltar de Paris, em 1976, a repressão política da ditadura militar ainda era intensa, e me dei conta de que tinha que sair de novo. Aceitei um trabalho na ONU, em Genebra, com assentamentos de refugiados em áreas rurais, principalmente na África e na Ásia, onde trabalhei por dez anos e acabei tendo uma experiência muito grande com corporações nativas de quase todo o mundo – Vietnã, China, Laos, Senegal e Somália. Então pude apreciar a riqueza dessas culturas, a variedade das línguas, o modo de se reproduzir e se relacionar, a música, e assim por diante.

Quando retornei, em 1986, o país já havia recuperado a democracia. Depois de trabalhar alguns meses na Embrapa,<sup>3</sup> em Brasília, voltei para a área da pesquisa acadêmica, pois já tinha doutorado. Mas era um período difícil, sem concurso para professores. Eu ainda não era professor, e sim um funcionário internacional que estava voltando a seu país. Como tinha uma boa relação de trabalho com a UICN<sup>4</sup> – eu já me preocupava muito com as questões socioambientais –, consegui recursos para montar esse programa de pesquisa aqui no Brasil, focando as comunidades ribeirinhas e costeiras e seu ambiente. Esse programa interdisciplinar de pesquisa esteve inicialmente associado ao Instituto Oceanográfico da USP, em 1988, mas em 1990 foi transformado em um núcleo oficial ligado à Pró-reitoria de Pesquisa com a denominação de Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB). Desde então, por que comecei a me interessar por comunidades tradicionais não indígenas? Primeiro porque as comunidades indígenas eram muito estudadas na USP. Todos os antropólogos estavam trabalhando com elas, exceto um que se propôs a trabalhar com quilombolas. Nós, os professores, começamos a ficar envolvidos com a questão da conservação porque eu tinha toda essa trajetória de proteção da Natureza dentro das comunidades, de diversidade cultural. Foi iniciada a discussão sobre o SNUC por volta de 1983, 1984; mas nós entramos no debate em 1986 – depois que eu já estava no Brasil. A partir daí me interessei pelas populações tradicionais por duas razões: primeiro porque, pelas andanças Brasil a fora, cheguei à conclusão de que aquelas comunidades que antropólogos excelentes, como Darcy Ribeiro, diziam que eram subculturas que formavam a base da cultura nacional – ele, em particular,

---

<sup>3</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

<sup>4</sup> União Internacional para a Conservação da Natureza.

sempre usou o verbo no passado: formavam, eram –, na verdade eu comecei a ver que, indo para a Amazônia, para o Pantanal, para o Nordeste, era possível encontrar essas comunidades ainda em processo de transformação, mas elas estavam lá com uma parte da sua cultura, como caiçaras, seringueiros, caboclos, ribeirinhos. Essas comunidades não só estavam lá, como eram muito importantes, sobretudo para a questão da conservação. Por quê? Porque elas dispunham de um conhecimento fantástico, tanto da mata quanto do mar, e esse conhecimento, no Brasil, ainda não tinha sido utilizado dentro do processo de conservação. A segunda razão é que eu percebi, aqui em São Paulo e em outras regiões, que a partir de meados dos anos 1980, quando as grandes Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais, tipo WWF,<sup>5</sup> chegaram ao Brasil, elas começaram a pressionar o governo para que aqueles parques que eram de papel – e grande parte dos parques eram mesmo – comessem a funcionar. E a primeira coisa que essas ONGs propuseram era a chamada regularização fundiária, um nome bonito para dizer o seguinte: “coloca esse pessoal para fora”. Era desapropriação dura e penosa. Para mim aquilo era desnecessário, pois era possível manter a conservação com essas comunidades, que iam proteger seu território, mas isso jamais foi

---

<sup>5</sup> Segundo o site da própria organização: “Em 1961, quando foi fundado, a sigla WWF significava ‘World Wildlife Fund’ o que foi traduzido como ‘Fundo Mundial da Natureza’ em português. No entanto, com o crescimento da organização ao redor do planeta nas décadas seguintes, a atuação da instituição mudou de foco e as letras passaram a simbolizar o trabalho de conservação da organização de maneira mais ampla. Com isso, a sigla ganhou sua segunda tradução: ‘World Wide Fund For Nature’ ou ‘Fundo Mundial para a Natureza’. Atualmente, porém, a sigla WWF tornou-se tão forte internacionalmente que, para evitar confusão ou mensagens equivocadas, não se faz mais tradução para qualquer significado literal. Ou seja, agora a organização é conhecida simplesmente como WWF, uma organização de conservação global. A única exceção é a América do Norte, onde o antigo nome de ‘Fundo Mundial para a Natureza’ continua a ser usado”. Disponível em: <[https://www.wwf.org.br/wwf\\_brasil/wwf\\_mundo/wwf/](https://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/wwf/)>. Acesso em: 8 jul. 2020.



aceito pelos preservacionistas, e até hoje não é. Eles acham, por exemplo, que reserva extrativista é uma estratégia de reforma agrária, assim como é a RDS,<sup>6</sup> que nasceu aqui.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável foi escrita nessa sala aqui do lado pelos meus colegas e eu, ela só mudou e saiu como Reserva Ecológico-Cultural. Quando o [Fernando] Gabeira assumiu a relatoria da Lei do SNUC, essa Reserva Ecológico-Cultural foi mudada para Reserva de Desenvolvimento Sustentável, como é conhecida hoje. Mas ela foi gerada aqui, e é interessante porque ela tem uma história. Pensávamos que as comunidades tradicionais do Sudeste – os caiçaras, os caboclos dos rios, os caipiras – tinham uma vida, sobretudo econômica, mas às vezes social também, muito diferente das comunidades da Amazônia, que eram quase exclusivamente extrativistas. Aqui já tinha artesanato, turismo etc. A RDS foi planejada para esse tipo de comunidade, então eu nunca pensei em implantá-la na Amazônia. A meu ver eles tinham uma unidade excelente e não precisavam ter outra, mas por incrível que pareça uma grande parte das RDS em vez de serem implantadas aqui, no Sudeste, foram implantadas lá. De fato, há muito tempo venho tratando essas comunidades porque acho que elas são uma enorme riqueza para o Brasil, sobretudo em razão do conhecimento, das suas práticas, e assim por diante, e também pela defesa dessa sua contribuição, e pela repressão – é a única palavra que eu conheço para explicar as políticas florestais do Brasil que reprimem essas comunidades apontando-as como posseiras, no entanto comunidades ao Sul vivem há duzentos, trezentos anos na mesma terra. Redescobrimos a árvore genealógica de várias delas e muitas existem desde 1820, até antes, e mesmo assim são consideradas posseiras, como se tivessem invadido aquela terra sem nome.

---

<sup>6</sup> Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Então o NUPAUB foi formado com a especialidade em água e comunidades tradicionais. Trabalhamos com água, mar, rios e comunidades tradicionais, até porque uma grande parte delas vive ao longo desses rios, ao longo da costa, e assim por diante. Desde que cheguei aqui, eu sabia que a USP muitas vezes era uma invasora das regiões que ela costumava estudar – Amazônia, Nordeste e outras –, então nosso procedimento no NUPAUB foi evitar fazer acordos com as federais e estabelecer um programa de pesquisa conjunta – a USP financiava boa parte das pesquisas, bolsas para pesquisadores, viagens, diárias etc., e isso trouxe um resultado excelente porque conseguimos desenvolver grupos de pesquisa na área de comunidades tradicionais praticamente no Brasil inteiro, e ao mesmo tempo esses grupos continuaram trabalhando por conta própria depois. Nossa equipe ainda mantém relacionamento com quase todos eles e eu acredito que essa estratégia foi boa. Outra estratégia do NUPAUB é publicar, ou seja, ter um trabalho de extensão universitária. E realizamos tudo isto: extensão universitária, implementação de RDS, planejamento de reservas extrativistas, apoio jurídico a essas comunidades (às vezes, quando não se consegue resolver uma situação de maneira pacífica, acionamos a Defensoria Pública, o Ministério Público, até para o próprio Governo).

O NUPAUB é conhecido por essa mistura entre extensão e pesquisa. Por outro lado, ninguém sobrevive na USP sem produzir teoria, sobretudo artigos, livros. E eu sabia que a continuidade do núcleo dependia muito da nossa produção acadêmica. Então, de fato, desde o meu livro *O mito moderno da natureza intocada*, cuja primeira edição saiu em 1992/1993, passamos a publicar tudo o que fazemos – relatórios de pesquisa, livros, antologias –, mesmo os temas com os quais em geral a universidade não se preocupava. Fomos nós que introduzimos no Brasil temas como, por exemplo, os comuns, as áreas de uso comum. A única publicação que

existe sobre esse tema é nossa, que se chama *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*; é uma antologia que, na capa, tem uma fotografia que é do Maranhão, do meu tempo de exílio. Assim, acredito que o interesse do NUPAUB é, primeiramente, ser interdisciplinar, a maioria dos meus assistentes não era e não é de antropólogos. São biólogos, oceanógrafos, historiadores, mas muitos são biólogos porque eu acredito que, nessa questão da conservação, o diálogo com os biólogos e os botânicos é muito importante.

*THALES: E qual foi o momento em que o senhor entrou na USP?*

**DIEGUES:** Eu entrei na USP como concursado em 1990, ao prestar concurso na ESALq/USP, em Piracicaba (SP). Passei a dar aulas em turno completo, mas guardei a função de diretor do NUPAUB, que mantinha desde 1988, associado ao Instituto Oceanográfico, no campus de São Paulo. Nessa época, o NUPAUB já tinha mais de 30 pesquisadores de diversas disciplinas, principalmente geografia, biologia, antropologia, oceanografia, educação, economia etc. Alguns projetos de pesquisa eram implementados pelos pesquisadores da sede, mas muitos outros eram realizados através de convênios com universidades federais em outras regiões do país, como Amazônia, Pantanal, Nordeste e Sul. Os coordenadores regionais tinham grande autonomia de recrutar pesquisadores e executar suas pesquisas. Em 1989, publicamos [a equipe do NUPAUB] um primeiro trabalho sobre diversidade cultural e ecológica no território caçara, usando, acredito que pela primeira vez, o conceito de comunidades tradicionais. As pesquisas tinham um objetivo prático que era conhecer, valorizar aquele modo de vida, colaborando em sua organização para defender seus territórios. Em 1993, publiquei um primeiro trabalho nos *Cadernos de Pesquisa do NUPAUB* sobre o que chamei de comunidades tradicionais em suas relações conflitivas com as áreas de proteção

integral. Em 1993, saiu a primeira edição de *O mito moderno da natureza intocada*, publicado pelo NUPAUB. Em 1996, o professor Otavio Ianni recomendou o livro à editora Hucitec, e assim saiu uma primeira edição comercial, à qual se seguiram outras sete. Na sequência, em 1998, o NUPAUB, através da Hucitec, publicou uma antologia importante intitulada *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*, com artigos de autores nacionais e internacionais propondo alternativas de conservação baseadas em conhecimentos e práticas tradicionais e em experiências de comunidades tradicionais. Além das pesquisas, o núcleo se envolveu na luta das comunidades do baixo São Francisco, cujas várzeas estavam ameaçadas por um projeto de rizicultura irrigada proposto pela Codevasf<sup>7</sup> em 1989-1990; na criação de reservas extrativistas, como a dos Mandira, em Cananeia, aprovada em 2000; e na RDS dos Camargo, no Parque do Alto Ribeira, em São Paulo, ainda em tramitação.

*THALES: Mas o senhor foi o fundador do NUPAUB?*

**DIEGUES:** Sim, em 1988, na condição de pesquisador associado. Comecei no Instituto Oceanográfico da USP. Depois que vim para cá, foi quando eu fiz concurso para a USP. Eu sempre me interessei muito mais pela pesquisa do que pela docência, apesar de eu sempre ter ministrado aula. Então isso foi um pouco da trajetória. Agora o interessante nessa questão das comunidades tradicionais foi que como eu já tinha vivido muito tempo lá fora, esse tema lá já era conhecido. Se você pegar uma publicação da IUCN,<sup>8</sup> lembrando que essa organização sempre foi muito arrojada na defesa das comunidades tradicionais, agora mais ainda, especialmente o trabalho que se chama “Estratégia para a conservação

---

<sup>7</sup> Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

<sup>8</sup> União Internacional para a Conservação da Natureza.

mundial”, no início da década de 1980, já existia um capítulo sobre conhecimentos tradicionais; e não se falava nada disso no Brasil.

*THALES: Como o NUPAUB começou a trabalhar com conservação e comunidades tradicionais?*

**DIEGUES:** As pesquisas realizadas pelo NUPAUB e por outras instituições em várias regiões biogeográficas, em meados dos anos 1980, e sobretudo as ações dos caboclos/seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes, tinham comprovado a existência de uma grande variedade de comunidades tradicionais no Brasil que lutavam por sua terra e seu modo tradicional de vida, muitas das quais dentro das unidades de conservação integral. A situação das comunidades nessas unidades era grave, pois mesmo respeitando a Natureza, da qual dependiam para viver, em muitos casos eram expulsas ou realocadas fora dessas unidades. Além disso, mesmo quando não eram realocadas, a legislação proibia a pequena agricultura e a pesca, o que levava a uma migração forçada para a periferia das cidades, trazendo marginalização social e miséria. A pergunta óbvia era: por que o Estado não permitia a permanência no território transformado em parque e tornava essas comunidades aliadas da própria conservação? A razão era que os modelos de conservação através das unidades de proteção integral, importados dos Estados Unidos, que consagravam a Natureza “intocada”, tinham se alastrado pelos departamentos de ciências naturais e pelas ONGs preservacionistas no Brasil. O primeiro embate entre preservacionistas e o grupo nascente defensor da sociobiodiversidade se deu na discussão da primeira proposta do SNUC feita pela ONG Funatura, em 1989, de caráter nitidamente preservacionista, na audiência pública realizada na Câmara dos Deputados. Eu estava presente, um dos únicos cientistas sociais, e quando questionei esse modelo quase fui colocado para fora pela grande maioria dos

participantes, em geral membros de ONGs e instituições de pesquisa de caráter preservacionista. O Ibama<sup>9</sup> defendia a proposta preservacionista e não podia ouvir falar de “comunidades tradicionais”. A única unidade de uso pela comunidade, a reserva extrativista, só tinha sido incorporada pela pressão do Conselho Nacional de Seringueiros, que na época tinha grande apoio internacional pela ação do líder Chico Mendes. O NUPAUB, em 1993, tinha proposto ao Consema<sup>10</sup> de São Paulo uma outra unidade chamada de Reserva Ecológico-Cultural que estimulava o uso sustentável dos bens da Natureza naquelas regiões em que as comunidades tradicionais não fossem exclusivamente extrativistas, mas tivessem outras fontes de renda, como o turismo comunitário, a pequena produção agrícola/pesqueira, o artesanato comercial, entre outras atividades. Essa proposta foi rejeitada pelo relator da época, mas aceita pelo novo relator, o deputado Fernando Gabeira, e incorporada no texto final do SNUC. O nível de organização das comunidades tradicionais foi se fortalecendo com as lutas dos pescadores artesanais, dos seringueiros, das catadoras de babaçu da Amazônia, das comunidades de Faxinal do Paraná, dos quilombolas e dos povos indígenas. Um reconhecimento maior dos seus direitos veio somente em 2007, com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com o governo Lula.

*THALES: Quais são as atividades do NUPAUB na Amazônia?*

**DIEGUES:** O NUPAUB trabalhou mais nas regiões Nordeste e Sudeste e no Pantanal. No caso da Amazônia publicou, com a Unrisd,<sup>11</sup> instituição de pesquisa da ONU, um trabalho, em 1989, sobre desmata-

---

<sup>9</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

<sup>10</sup> Conselho Estadual do Meio Ambiente.

<sup>11</sup> Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.

mento e modos de vida, comparando os assentamentos do Incra<sup>12</sup> em Rondônia e no sudeste do Pará. Financiou um estudo sobre as reservas extrativistas também em Rondônia; firmou parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, sob a coordenação da professora Lourdes Furtado, para a realização de um seminário sobre Ciências Sociais e o mar, com publicação dos trabalhos, em 1992. Os professores ministraram regularmente disciplinas sobre conservação e comunidades tradicionais, e socioantropologia marítima, das quais participam estudantes de pós-graduação de vários estados, incluindo os do Pará. Atualmente o NUPAUB conta um experiente pesquisador, o antropólogo e professor Adrian Ribaric, que desenvolve atividades com as comunidades ribeirinhas deslocadas pelas hidroelétricas do Xingu. Também mantém cooperação, ainda que eventual, com professores e pesquisadores, como Manuela Carneiro da Cunha, Mauro Almeida e Alfredo Wagner, os quais desenvolvem projetos e atividades de grande importância, sobretudo na região amazônica.

*THALES: Como e quando surgiu a identidade das comunidades tradicionais?*

**DIEGUES:** É verdade que até o final da década de 1980 nenhuma comunidade, seja ela caiçara, ribeirinha ou de pescador artesanal, se autodenominava “tradicional”. O surgimento da identidade grupal caiçara é um exemplo disso. A identidade de um grupo ou comunidade é um processo de afirmação, especialmente em época de conflito social, em que seu território e modo de vida estão sendo ameaçados. Isso ocorreu com os caiçaras que tiveram seus territórios afetados tanto pela especulação imobiliária quanto pela criação de UCs<sup>13</sup> estaduais e federais,

---

<sup>12</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>13</sup> Unidades de Conservação.

sobretudo a partir da década de 1980. A luta das comunidades que viviam há séculos na região de Iguape, no litoral sul de São Paulo, contra a criação da Estação da Reserva Ecológica de Jureia-Itatins, é um exemplo. Até 1986, eles se identificavam pelo bairro ou pela comunidade em que moravam, e raramente como “caiçaras”. Esse termo começou a ser usado no processo de luta contra a expulsão das várias comunidades, como a do Rio Verde, de Iguapeú, entre outras. Essa identidade grupal era usada para indicar o longo termo de permanência nessa terra. Algo semelhante ocorreu no litoral norte e sul fluminense, na resistência à perda de seus territórios pela especulação imobiliária e também pela criação de outros parques e reservas locais; bem como no litoral paranaense, na luta contra a criação do Parque Nacional do Superagui e do Porto de Paranaguá. Mais recentemente, o processo de reconhecimento de sua música e dança, chamada “fandango”, tradicionalmente feito pelo Iphan<sup>14</sup> como patrimônio nacional, serviu para reforçar os laços identitários entre as comunidades do litoral paulista, paranaense e sul fluminense, que hoje se autodenominam comunidades caiçaras.

A adoção do termo tradicional foi outra história. A meu ver começou com a necessidade de criar uma identidade coletiva no momento de se assegurar reconhecimento de direitos às comunidades que tinham um modo de vida semelhante com base no extrativismo, na pesca artesanal, no artesanato, e que viviam espalhadas pela Amazônia, pela Mata Atlântica, pelo litoral brasileiro, pelo Pantanal e pela beira dos rios, como o São Francisco. Essas comunidades tinham, e ainda têm, seu território ameaçado pelo agronegócio, pela especulação, pelo estabelecimento de áreas protegidas em seu território tradicional, pela mineração, pelas hidrelétricas, entre outros tantos fatores. Entre elas,

---

<sup>14</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



somente os indígenas e os quilombolas tinham suas terras garantidas pela Constituição de 1988.

Eu me lembro que nas reuniões preparatórias, em Brasília, para se discutir o artigo 8j da Convenção sobre Diversidade Biológica, relativo à remuneração de povos e comunidades tradicionais quando seu conhecimento tradicional da biodiversidade pudesse ser apropriado por empresas farmacêuticas, de perfumes etc., começou a se usar o termo tradicional como aplicável para aquelas comunidades dispersas pelo território nacional que tinham esse conhecimento. Quilombolas e indígenas mostraram alguma resistência inicial para o uso do termo tradicional por achar que tinham direitos constitucionais garantidos, ao passo que as outras comunidades não tinham esse reconhecimento. A aceitação do termo “comunidade tradicional” acabou sendo aplicável a todas elas, com exceção dos povos indígenas. A discussão do artigo 8j colocou em evidência a relevância dos saberes e das práticas tradicionais para a conservação das florestas, dos rios e dos mares brasileiros. A importância do tema já tinha aparecido em 1984, na publicação da UICN “Estratégia mundial para a conservação”, mas não tinha sido levada em conta pelas instituições brasileiras de meio ambiente, dominadas por cientistas naturais. No âmbito dessa convenção, o NUPAUB fez um grande levantamento nacional sobre os estudos e as pesquisas realizadas sobre o tema, publicado em 1999 sob o título “*Biodiversidade e Comunidades tradicionais no Brasil*”<sup>15</sup>. Tempos depois, já em 2006-2007, nas reuniões preparatórias, foi elaborado o documento final da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais com a contribuição de todos os grupos sociais participantes.

---

<sup>15</sup> Ver site: < <http://nupaub.fflch.usp.br>>.

*THALES: Quando o senhor fala em conservação, é realmente fazendo a distinção entre conservação e preservação?*

**DIEGUES:** A preservação parte da ideia de que o importante é cuidar da Natureza intocada, uma ideia dos preservacionistas norte-americanos e dos seus seguidores. Mesmo lá, as áreas transformadas em parques nacionais abrigavam territórios e comunidades indígenas, que foram obrigadas a sair. Nos países do chamado Terceiro Mundo, como no Brasil, as florestas são habitadas por povos indígenas e comunidades tradicionais que perdem seus direitos quando estas são transformadas em unidades de conservação integrais, como parques nacionais e reservas biológicas. Ao expulsar essas comunidades, o Estado perde aliados importantes, conhecedores de seus territórios. Eu falo em conservação porque acredito que ela tem que ser feita com pessoas, sobretudo com moradores tradicionais.

*THALES: Qual é o papel das universidades e dos institutos de pesquisa nesse processo?*

**DIEGUES:** Acredito que essas instituições tiveram, e têm, um papel relevante na conservação da biodiversidade e da diversidade cultural. É importante fortalecer o papel social das universidades através de programas de extensão em longo prazo. É preciso que nossos pesquisadores trabalhem no campo, ensinando e aprendendo com os moradores, valorizando e apoiando as iniciativas locais. É necessário divulgar conhecimentos e práticas tradicionais, e os resultados de suas pesquisas, numa linguagem acessível, usando meios eletrônicos e redes sociais. É preciso desenvolver uma visão crítica das teorias preservacionistas dominantes, que em geral são discriminadoras das culturas tradicionais. Deve-se apoiar líderes comunitários no acesso a instituições como a Defensoria e o Ministério Público, na defesa dos direitos das comunidades, usando a legislação nacional e internacional, como a Convenção nº 169 da Organização

Internacional do Trabalho, que foi sancionada pelo Congresso brasileiro e que raramente é empregada. Muitas vezes é importante subsidiar as comunidades com informações e meios de criar suas associações comunitárias, cooperativas, portais informativos, entre outras atividades. É fundamental que as comunidades tenham confiança em nosso trabalho com elas.

*THALES: O senhor disse que quando retornou ao Brasil, a atual Lei nº 9.985/2000 estava sendo construída, debatida, mas só saiu do forno em 2000, então foram praticamente duas décadas de discussão. Imagino que o senhor tenha tido um papel bastante atuante nisso. Como foi esse processo?*

**DIEGUES:**O primeiro documento que comportaria ou que criaria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza foi proposto em 1979 por um grupo extremamente preservacionista do antigo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestas (IBDF). *O mito moderno da natureza intocada*, em grande parte, é sobre esse conservacionismo importado dos Estados Unidos com a noção de mundo selvagem, mas o debate mesmo começou em 1984, com essa proposta extremamente conservadora imposta pelo Estado. Era como se você tivesse um conjunto de biólogos e botânicos que se julgavam os deuses da verdade, portanto eles que escolhiam as áreas porque se sentiam investidos da missão de proteger a Natureza. A sociedade era aquela que devastava; então era uma coisa muito religiosa essa visão da conservação. E eu me lembro da primeira reunião em que fui, em 1985 – a proposta surgiu em 1979, mas os debates começaram em 1985, 1986, por aí –, e na Câmara dos Deputados, naqueles auditórios imensos, cheios, eu era o único antropólogo. Eu disse: “Olha, o que vocês estão propondo aí não vai dar certo porque na maioria dos parques nacionais da América Latina, do Brasil, do mundo, você tem comunidades tradicionais”. Quando ouviram essa primeira palavra sobre “comunidades tradicionais”, eles falaram: “Mas, afinal, o que é isso?”. Eu falei “Ora, é só

vocês observarem quem está morando dentro dos parques. Vocês vão ver caboclos, ribeirinhos, caiçaras. Esses são os moradores que estão lá muito antes que vocês pensassem a conservação”.

A partir disso eu decidi que a gente precisava conhecer mais exemplos de comunidades que viviam em parques. Então o núcleo, durante alguns anos, se concentrou nessa questão de parques, apesar de que a gente trabalhava também fora deles; muitos pescadores, sobretudo do Nordeste, não estavam em unidades de conservação, da Amazônia também.

Escrevi *O mito moderno...* com outra intenção. Eu estava dando aula em um curso que era muito inovador aqui, nos anos 1989, 1990, que é o PROCAM,<sup>16</sup> e eu queria mostrar como, na sociedade moderna, tanto a ciência quanto a política separam a sociedade da Natureza, e um exemplo dessa separação eram os parques, que não admitiam comunidades indígenas ou tradicionais. Isso para mim foi sempre um modelo para mostrar essa cisão entre a Natureza e a cultura. E eu acho que não é só da modernidade, mas se tornou quase um indicador da modernidade. Então a Natureza é uma coisa que você usa como mercadoria ou que você protege como um santuário, e no meio não tem nada. Talvez a verdade seja que nesse meio existam comunidades indígenas, comunidades tradicionais, e assim por diante. Naquela época ainda não existia nenhum grupo socioambiental, eles vieram depois, e são raros.

Retornando aos debates sobre a Lei nº 9.985/2000, eles foram acirradíssimos. Primeiro porque a mensagem que nossa equipe estava divulgando, especialmente sobre a luta dos seringueiros (e não era só a USP), as pessoas sabiam que eram sérias. E os debates eram acalorados, mas os preservacionistas tinham muito controle do governo – tanto do Ibama quanto da antiga Secretaria do Meio Ambiente –, e nós

---

<sup>16</sup> Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental.

não tínhamos influência nenhuma dentro do governo e também muito pouca influência política, porque estávamos em menor número e pensávamos de maneira diferente. Tanto que o primeiro relator do SNUC foi o Fábio Feldman, que era de São Paulo e sempre foi aliado do grupo preservacionista, mas por alguma razão o texto que ele apresentou para justificar a inclusão de pelo menos uma unidade de uso sustentável, além da reserva extrativista, que era a Reserva Ecológico-Cultural – se chamava assim naquela época –, foi um texto que se eu tivesse escrito não teria feito melhor que ele. Depois eu comecei a pensar e acabou rendendo um texto interessante, uma análise do Maurício Mercadante que está na internet e ele que acompanhou, ele era o assessor direto do segundo relator, o Fernando Gabeira. Misteriosamente, em 1994, o Fábio Feldman volta atrás e reapresenta o projeto original dos preservacionistas. A pressão deve ter sido fantástica sobre ele, mas por sorte, em 1994, ele assumiu a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, aí entrou o Gabeira. O Gabeira lutou durante anos por uma proposta mais democrática, mais avançada, menos repressiva, mas os preservacionistas tinham tal controle do Ministério do Meio Ambiente que tudo era bloqueado. Já começava o bloqueio no próprio Ministério. Por quê? Porque existiam pelo menos dois daqueles preservacionistas que montaram o primeiro SNUC dentro do ministério, eram assessores diretos do ministro, e não passava nada.

*THALES: E quem era o ministro na época?*

**DIEGUES:** Agora não lembro. Mas foi o último ministro do governo Fernando Henrique.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> José Carlos Carvalho foi o último Ministro do Meio Ambiente, ocupando o cargo de março a dezembro de 2002. José Sarney Filho foi seu predecessor, ocupando o cargo de janeiro de 1999 a março de 2002, sendo o ministro em exercício quando da publicação da referida lei; a ele se referia o professor Diegues.

*THALES: Mas ele não tinha ingerência sobre isso, não era um debate apenas do Legislativo?*

**DIEGUES:** Não, ele tinha ingerência porque a proposta de lei precisava sair do Ministério. Então muitas das nossas conquistas, mesmo as conceituais, se consolidaram nesse debate. Você tem o conceito de comunidades tradicionais no preâmbulo do SNUC – que descreve o que é comunidades tradicionais, biodiversidade etc. Grande parte dos vetos foi do próprio Fernando Henrique, um grande sociólogo. A definição do termo populações tradicionais era muito mais fechada do que aquela que veio a ser formulada pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

*THALES: O Decreto nº 6.040/2007?<sup>18</sup>*

**DIEGUES:** É. A definição é muito mais fechada porque a gente sabia que não podia abrir muito, senão seria bloqueada. Então juntamos essa questão das comunidades tradicionais com a da conservação em si, porque não dava para falar em direito dessas comunidades naquela época. Depois esse tema veio para o centro da discussão, mas isso foi posteriormente. Mas mesmo bloqueada como estava, e quase engessada por nós mesmos, a primeira definição de comunidades tradicionais, por exemplo, previa que elas existissem na área por pelo menos três a quatro gerações. Essa questão de permanência na área eu mesmo tratei como importante, porque eu não entendo como alguém que entra no território há cinco anos pode absorver o sistema de produção tradicional, até porque o conhecimento leva muito mais que cinco ou dez anos para ser absorvido. Ele é adquirido na prática do dia a dia, mas também pelo

---

<sup>18</sup> Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Foi uma importante conquista desse segmento da sociedade por inúmeros motivos, mas particularmente, e dentre tantos, pelo fato de oficializar uma definição aberta de povos e comunidades tradicionais.

ensinamento dos mais antigos. Então se a família não vivesse no local há certo número de anos, ia ser muito difícil incorporar esse conhecimento. E isso foi banido no Decreto nº 6.040/2007, e nós aceitamos porque tem uma coisa interessante que tem a ver com a Amazônia. Como uma parte relevante dos moradores da Amazônia era soldado da borracha vindo do Nordeste, se aplicássemos os mesmos critérios que nós estávamos aplicando aqui, sobre as várias gerações, provavelmente uma parte importante daqueles moradores ribeirinhos não poderia se enquadrar na definição de comunidade tradicional, porque muitos deles chegaram em 1920. Assim, quando isso começou a ser discutido, apesar de na minha posição ser importante essa questão do tempo, abri mão desse quesito porque eu sabia que íamos acabar tolhendo um grupo importante.

*THALES: É melhor abrir um direito em vez de fechar?*

**DIEGUES:** Sim, até porque é difícil para os leigos entenderem que tradicionalidade não é alguma coisa que se estabelece de uma maneira estática, porque você nasceu tradicional. A tradicionalidade também se desenha pelas práticas que são consideradas tradicionais – o tipo de agricultura, o tipo de pesca, e assim por diante. E em muitas situações também se adquire pelo sistema de compadrio, por exemplo: ao casar com a filha de um ribeirinho; um homem que está ali exercendo os mesmos rituais, as mesmas atividades há muito tempo. Então, eu nunca fui muito a favor desse negócio de definir comunidades tradicionais de maneira rígida porque tradicionalidade não é um baú que a noiva recebe no dia que vai casar e tem lá um vestido da avó, e coisa do tipo.

*THALES: O senhor mesmo problematiza essa relação entre o tradicional e o moderno, alertando para o fato de não ser uma simples dicotomia (ou se é tradicional ou se é moderno), usando o próprio exemplo dos soldados da*

*borracha do Nordeste que migraram para a Amazônia e que se integraram, em certo sentido, à cultura de lá. O senhor não acha que essa abertura promovida pelo Decreto nº 6.040/2007 foi benéfica, pois permitiu que comunidades tradicionais do Nordeste pudessem, no cenário amazônico, gozar de direitos previstos pelo decreto?*

**DIEGUES:** Nós sabemos que uma grande porcentagem dos que migraram para a Amazônia vinha de fato da zona rural – do semiárido, do sertão, do litoral –, então eles eram tradicionais no seu território. Mas a tradicionalidade é também alguma coisa que se aprende pelas práticas cognitivas que eles já tinham onde moravam; talvez a vegetação fosse diferente, os peixes fossem diferentes, mas o processo de conhecimento, no fundo, é o mesmo. Eu nunca me bati por anos de tradição, até porque aqui em São Paulo as autoridades ambientais começaram a dividir as comunidades que viviam em parques entre as verdadeiramente tradicionais e as que chegaram depois e se incorporaram a elas, à mesma atividade. É evidente que o Estado queria criar uma intriga entre esses dois grupos – até porque tinha gente que morava na mesma casa, era casado com a filha do fulano e que de repente um era tradicional e o outro não era. Eu sempre disse que isso é uma grande besteira porque o modo de vida é o mesmo e eles se definem como tradicionais, como caiçaras ou como caboclos, e assim por diante. O Estado muitas vezes usa essas estratégias para dividir as comunidades e semear a discórdia. Eu dei a mão à palmatória, mas também não tinha alternativa. Quando discutíamos a questão das comunidades tradicionais, era no contexto da conservação. Hoje esse contexto é muito importante, para a Amazônia continua sendo. Mas eu acho que os direitos dessas comunidades ao seu território, aos modos de vida ou à cultura é anterior à questão ambiental. Isso é significativo porque, aqui em São Paulo pelo menos, até hoje a polícia florestal reprime os caboclos que fazem uma agricultura irrisória



de tão pequena – muito rica, muito diversa, mas usa talvez meio hectare por ano. E isso está acontecendo até hoje.

Nós trabalhamos com um grupo de caboclos no Vale do Ribeira que pediu uma RDS, e nós fizemos um estudo comprovando que eles eram tradicionais, que eram organizados e que seriam benéficos para a conservação. O Estado, no entanto, sempre tem muito medo de ceder essas áreas para essas populações porque não confia nelas, argumentando que “amanhã elas vão mudar”. Então, os argumentos são os mais esdrúxulos, do tipo que diz que “amanhã eles vão aumentar em número e vão devastar”. Então eu contra-argumento: “Meus senhores, vejam a estatística da migração rural/urbana, ela é enorme no Brasil inteiro. Então, nessas áreas, os jovens continuam migrando. Os jovens migram mais porque eles não têm nenhuma possibilidade de se manter na terra, pois não podem cultivar, não podem fazer artesanato, tudo pela legislação ambiental, mas essa migração sempre existiu”. Este é um argumento dos preservacionistas: “De repente, essas 50 famílias daqui a 20 anos são 200, e aí vão devastar a floresta”. Não é assim que a sociedade se organiza. Enfim, essa briga infelizmente continua até hoje.

Eu acredito que houve vários avanços. Quando o Fernando Gabeira tomou a relatoria, ele comprou uma briga pesada; nós perdemos em muitas coisas, até porque não tínhamos muita experiência na legislação, e esse pessoal que estava no governo acabava favorecendo essas alternativas preservacionistas que até desconhecíamos. E a outra coisa que surgiu, uma outra força, foram as grandes ONGs internacionais – a WWF, que está lá na Amazônia com um projeto grande de milhões de dólares nas Unidades de Proteção Integral; o Conservation International (CI), que está na Bahia e em vários lugares pela costa; o The Nature Conservancy (TNC), que anda comprando terra brasileira para fazer conservação usando laranjas – não pode comprar porque são estrangeiros, aí usam intermediários.

*THALES: Além do Maranhão, o senhor trabalhou em outro local na Amazônia?*

**DIEGUES:** Trabalhei em Rondônia com reserva extrativista, no Guajará-Mirim; na região próxima ao Mato Grosso; e um pouco com o Museu Paraense Emílio Goeldi.

*THALES: Com quem?*

**DIEGUES:** Com a professora Lourdes Furtado, entre outros. Também com o NAEA.<sup>19</sup> Mas eu sempre achei que se fôssemos entrar na Amazônia, teria que ser com muita gente, formar um grupo grande – e a gente não tinha pernas para isso. Poderíamos colaborar, ajudar a formar. Em geral, ministramos um curso por ano aqui no NUPAUB sobre diversidade cultural, agrofloresta, e sempre vem gente da Amazônia, então pensamos que essa era uma maneira de começar um diálogo, uma colaboração, e depois, com as universidades federais criadas a partir dos anos 1970-1980, a Amazônia passou a se equipar de pessoas que pensam por si e não precisam mais de nós. E eu acho ótimo porque a gente tem que ajudar as pessoas a tornarem-se autônomas.

*THALES: Mas além do Maranhão, o senhor fez uma pesquisa específica, numa comunidade específica pela Amazônia?*

**DIEGUES:** Apenas os meus alunos foram a várias comunidades ao longo do Tapajós, naquela região da floresta; alguns foram a outras áreas, principalmente no litoral paraense. Mas eram mais alunos de lá que vinham fazer mestrado comigo. A maioria de universidades federais.

*THALES: É possível notar que esse conceito de população tradicional surge no âmbito da discussão sobre a presença humana em unidade de conserva-*

---

<sup>19</sup> Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

ção e da Lei nº 9.985/2000, sendo que o senhor produz muito sobre isso, mas tem alguns outros autores, como Manuela Carneiro da Cunha<sup>20</sup> e Mauro Almeida,<sup>21</sup> que tratavam, e tratam, desse tema lançando mão da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, assim como o faz Alfredo Wagner.<sup>22</sup> Essa convenção trata de grupos tribais e originários, sendo enten-

<sup>20</sup> Maria Manuela Ligeti Carneiro da Cunha é antropóloga, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1976) e graduada em Matemática pela *Faculté des Sciences de Paris* (1967). Fez pós-doutorado na Universidade de Cambridge. Foi professora doutora da Universidade Estadual de Campinas e professora titular da Universidade de São Paulo, onde, após a aposentadoria, continua ativa. Sua atuação distribui-se pela etnologia, pela história e pelos direitos dos índios, bem como escravidão negra, etnicidade, conhecimentos tradicionais e teoria antropológica. Entre suas publicações constam os livros *Cultura com aspas; Negros, estrangeiros e Os mortos e os outros*. Organizou, entre outras obras, *História dos índios no Brasil* e *Enciclopédia da floresta*. Fonte: Currículo Lattes.

<sup>21</sup> Mauro William Barbosa de Almeida é Ph.D. em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge (1993), mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1979) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1972). É membro permanente do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. Suas áreas de pesquisa envolvem Amazônia, reservas extrativistas, comunidades tradicionais e teoria antropológica. Participou da criação da reserva extrativista do Alto Juruá, e do planejamento da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta. Publicou artigos em *Current Anthropology*, *Journal for Latin-American Anthropology* e em outras revistas especializadas. É organizador do livro *Enciclopédia da floresta*, em parceria com Manuela Carneiro da Cunha. Fonte: Currículo Lattes.

<sup>22</sup> Alfredo Wagner Berno de Almeida possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), atualmente é bolsista de produtividade CNPQ 1A, pesquisador sênior da Universidade Estadual do Maranhão, professor de Programas de Pós-graduação e coordenador de projetos de pesquisa e extensão sobre a temática da luta por direitos de povos e comunidades tradicionais, com ênfase na construção da territorialidade desses povos. Entre esses projetos cita-se: “Cartografia da cartografia social: uma síntese das experiências” (Universidade Federal do Amazonas/Fundação Ford); “Cartografia social como estratégia de fortalecimento do ensino e da pesquisa acadêmica: Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia e Projeto mapeamento da região ecológica do babaçu” (Fundação Ford) e o “Nova cartografia social: quilombolas do Brasil” (Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Trabalha principalmente com os seguintes temas: povos tradicionais, etnicidade, conflitos, movimentos sociais, processos de territorialização e cartografia social, e Amazônia. Fonte: Currículo Lattes.

*didados no Brasil como povos e comunidades tradicionais. Portanto há dois caminhos conceituais: um que vem da Lei nº 9.985/2000 e outro que lança mão da Convenção nº 169; em certo sentido ambos tratam da luta pela terra e pelo uso diferenciado dos recursos ambientais quando comparados com a sociedade hegemônica. Minha pergunta é, como tratar esses dois caminhos, em suas nuances e ambiguidades, sem deixar que eles percam a ligação com a realidade, com as pessoas que representam? E também: como fazer para que os direitos culturais dessas comunidades se mantenham, mas sem cair na armadilha de pensá-las como imodificáveis (não dinâmicas), especialmente considerando o intenso avançar e “reavançar” das fronteiras ocidentais, modernas, urbanas, capitalistas etc. (na falta de um termo melhor ou mais preciso)?*

**DIEGUES:** Você tratou de dois problemas. Primeiro, essa eventual estratégia distinta dos vários antropólogos e de outros que trabalham na questão das comunidades tradicionais. É verdade que nós, aqui no Sudeste, temos mais impactos do que vocês, da Amazônia, apesar de que em termos de extensão, a Amazônia tenha mais dessas unidades do que a Mata Atlântica. Mas aqui quase todas as comunidades tradicionais – nós chamamos assim – estão dentro de unidades de conservação. Por exemplo, os caiçaras; não tem mais nenhum fora porque o Estado foi ocupando o território deles. A região que tem mais mata aqui em São Paulo, que é o Vale do Ribeira, tem cerca de 80% da sua área em unidade de conservação, em geral, de proteção integral, mas com muita gente morando dentro. No Pantanal o número de parques começou a aumentar; o Nordeste tem menos porque, de fato, existe muito menos Mata Atlântica lá; e na Amazônia acho que tinha, até recentemente, muitas comunidades tradicionais de seringueiros vivendo fora de parque, e eles estão em um número maior que as comunidades tradicionais do Sudeste, por exemplo. Embora também esteja diminuindo, pois a Amazônia

está se urbanizando muito rapidamente. Eu acredito que daqui a pouco vai chegar à mesma situação em que você tem uma grande parte das comunidades tradicionais vivendo na periferia das cidades amazônicas, como estamos vivendo hoje, na periferia das cidades do Sudeste. E essa vastidão das florestas ou será engolida pelo agronegócio ou pelas unidades de conservação de várias categorias.

Por muito tempo trabalhamos isolados. Lembro que uma vez fui, já nos anos 1990, ao Ministério do Meio Ambiente reclamar por que, no setor de agroextrativismo, 100% dos recursos disponíveis iam para a Amazônia, pois não era somente na Amazônia que havia comunidades tradicionais, e sim no Brasil todo. Não era pelo recurso em si, mas pela ideia de que comunidade tradicional não tem só na Amazônia. Essa é a primeira questão. Mas eu acho que ultimamente quase todos nós [os pesquisadores e as pesquisadoras] temos nos reunido com a mesma estratégia, que é o respeito aos direitos dessas comunidades. Hoje essa é uma tendência universal, até porque há estimativas de que existem 600 milhões de pessoas pertencentes às comunidades tradicionais no mundo inteiro – só na Índia tem uns 120 milhões, mas a tendência é, infelizmente, de uma redução rápida dessa diversidade por perda de línguas, idiomas, práticas, e quase sempre essa perda está associada à usurpação de seus territórios, o que acontece no Brasil desde sempre.

*THALES: E qual seria a posição que o Estado brasileiro deveria tomar em relação a isso, ou seja, como evitar?*

**DIEGUES:** Eu acredito que deveria primeiramente reconhecer os direitos e precisávamos usar mais a “169” do que estamos usando hoje. Eu vi uma interpretação de alguém do Ministério Público que incorpora as comunidades tradicionais na 169. Acredito que dá para fazer, forçar um pouco a barra. Por quê? Porque a 169 é muito clara. As comunidades que são objetos da 169

são aquelas que descendem de populações “indígenas” ou nativas que existiram na época do descobrimento. Isso é muito claro em grande parte dos países latino-americanos. Por exemplo, na Guatemala ou no sul do México, muitos são de alguma maneira descendentes dos Maias, dos Astecas, falam línguas ainda da época da colonização; o que é muito raro no Brasil entre comunidades tradicionais que já são uma mistura enorme entre índios e negros, mas que não é mais uma linha direta de comunidades que estavam aqui na época do descobrimento. Até os negros chegaram depois. Os únicos que valeriam na 169 seriam os povos indígenas.

Mas eu penso que a 169 se aplica sim, porque de qualquer modo as nossas populações nativas são uma mistura de uma grande parte dessas populações, sobretudo na Amazônia, e que descende de indígenas, na verdade de várias etnias. Nosso problema é como unir esforços na defesa dos territórios. Se conseguirmos garantir os territórios dessas comunidades por lei, já resolveríamos uma porção de problemas de conservação, uma vez que, no nosso caso, uma grande parte das comunidades está enclausurada em unidades de conservação; são prisioneiras de parques e de reservas.

*THALES: Em artigos recentes os autores criticam as reservas extrativistas (Resex), como responsáveis por engessar aquela questão do tradicional, e supostamente tudo deveria ficar do jeito que está...*

**DIEGUES:** Eu penso que existem graus de defesa do território, e as Resex e RDS estão entre elas. O problema dessas unidades de uso sustentável não são as comunidades, mas em grande parte a falta de interesse do ICM-Bio<sup>23</sup> em criar condições de melhoria de vida e renda para os moradores, uma vez que a prioridade são ainda as unidades de proteção integral,

---

<sup>23</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

como parques, reservas ecológicas etc., onde não pode haver morador tradicional. O engessamento é feito pelo Estado porque existe um conselho deliberativo em cada Resex, mas eu não conheço nenhuma reivindicação de comunidades tradicionais, através do seu conselho, que tenha sido atendida pelo Ministério do Meio Ambiente – é ali que eles teriam que resolver a questão levantada pelo conselho –, e fica tudo na mão de um chefe da reserva que também é do conselho. Ainda assim eu acredito que a unidade da reserva extrativista, assim como a RDS, continua sendo importante, mas não é a única. Líderes dessas comunidades criaram uma organização de defesa, a Confrem,<sup>24</sup> que se reúne, leva prioridades ao Governo e questiona ações que enfraquecem as reservas. Hoje, com esse Governo, não sei como essas reservas se mantêm. No sul da Bahia, por exemplo, alguns políticos pregam o fim das reservas extrativistas e a implantação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), que permitem a instalação de grandes fazendas de aquicultura de camarão, uma ameaça aos manguezais e às famílias catadoras de caranguejo.

*THALES: O senhor vê algum mecanismo novo?*

**DIEGUES:** Existe em alguns países, sobretudo na Ásia, onde comunidades nativas têm controle sobre suas florestas contíguas de uso comunitário e têm seus direitos reconhecidos pelos governos, sem serem áreas protegidas oficiais, como as nossas. Nas associações, não há funcionários do governo como chefes. Hoje, existe uma organização internacional chamada ICCA,<sup>25</sup> com sede na Suíça, que reúne associações e apoiadores dessas comunidades. No Brasil, isso é mais complicado, pois a legislação só reconhece como legais as propriedades públicas ou particulares, e não se reconhece a pro-

---

<sup>24</sup> Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas.

<sup>25</sup> International Congress and Convention Association.

priedade de terras comunitárias no meio rural. Mesmo no caso de reservas extrativistas, há somente a concessão. Sobre o tema de áreas de uso comum no meio rural o NUPAUB publicou, em 2001, o livro *Espaços e recursos naturais de uso comum*, que relata experiências em vários países. Está esgotado, mas pode ser encontrado no site do NUPAUB ([usp.br/nupaub](http://usp.br/nupaub)).

*THALES: Então isso existe em outros países?*

**DIEGUES:** Sim, existe. Só que no Brasil, até muito recentemente, acho até que a Resex acabou quebrando um pouco isso, o Estado não considera terra de caráter coletivo. Tudo aquilo que é coletivo lembra Venezuela, Cuba, então não é uma coisa boa. É uma questão política mesmo. Tem movimento de líderes dentro da própria Resex que estão tentando mudar essas coisas. Agora eu acho que o que a gente não conseguiu e que eu tenho certeza que os seringueiros quando propuseram as Resex não pensavam – eles pensavam na verdade em uma unidade em que a associação dos seringueiros tivesse o papel preponderante e fundamental –, é que o Estado dissesse, “não, tudo bem. A gente desapropria a área e entrega para vocês, mas a jurisdição é do próprio Estado”. Quem faz a gestão é o próprio Estado. O Estado brasileiro não confia nessas comunidades.

*THALES: Professor, em se tratando da sua trajetória acadêmica, além do fato de que o senhor teve que sair e isso o acabou levando para a pesca artesanal, teve algo mais pessoal que o fez entrar nisso? Pergunto porque as leituras do Tim Ingold me fazem pensar assim. Hoje eu trabalho com comunidade tradicional porque minha mãe é professora de Antropologia, trabalhou com uma comunidade tradicional. Ela era professora da Universidade Federal do Pará, no interior, então eu cheguei a acompanhá-la na pesquisa de campo, e o contato com amigos do interior, com o modo de vida amazônico, a culinária amazônica, tudo isso, na medida em que eu lia o*



*que o senhor escrevia e que outros escreviam, acabou abrindo meu olhar para outras coisas. Isso é algo que tem uma influência pessoal na minha trajetória. Com o senhor, aconteceu mais ou menos assim? Por exemplo, meu avô era da roça. Ele era daqui de São Paulo, mas era da roça. Então eu lembro que ele contava as histórias da vida da roça e isso me marcou muito. Então, o senhor tem alguma experiência pessoal nesse sentido?*

**DIEGUES:** Como eu disse, eu nasci numa cidadezinha de pescadores e, desde criança, moleque, convivia com pescadores diariamente. Na escola que eu frequentava, eu compartilhava a sala de aula com filhos de pescadores. As histórias que esses pescadores me contavam marcaram minha vida... Minha vida pessoal foi sempre misturada com a vida acadêmica. Até hoje eu sou incapaz de não atender, por exemplo, um chamado de uma associação de caboclos do interior de São Paulo. Eu vou. Eu posso até faltar em banca, mas eu continuo indo porque eu acredito que meu compromisso na universidade é com a pesquisa, com o ensino, mas é muito mais com eles.

*THALES: Quando fala em cultura caiçara, o senhor chegou a comentar que eles se identificavam como caiçaras, se chamavam de caiçaras...*

**DIEGUES:** Essa identidade é uma construção histórica também, porque as únicas pessoas que se identificavam como caiçaras nos anos 1940-1950 eram de uma cidadezinha próxima à minha que se chama Cananeia. Eles diziam: “eu sou caiçara, vivo da pesca”. No litoral norte, onde também são caiçaras hoje, eles começaram a reivindicar a identidade de caiçara quando as comunidades se opuseram à invasão da especulação imobiliária. Então eles diziam que a terra era deles e que eles eram caiçaras e tinham direito à posse do seu território. Hoje essa identidade é construída através de demandas e lutas, pelo fortalecimento de sua organização, como é o Fórum de Comunidades Tradicionais.

*THALES: Essa questão do caiçara me remeteu ao termo “populações tradicionais”. Em minhas várias leituras, em algum momento eu percebia que o senhor era criticado. De onde saiu esse conceito de populações tradicionais?*

**DIEGUES:** Primeiro, nesse embate com preservacionistas eu pensava que se continuássemos nomeando cada uma dessas comunidades pelo seu nome tradicional (caiçaras, ribeirinhos etc.) nunca ia haver uma unidade que mostrasse a importância dessas comunidades em âmbito nacional. Eu estava com um grande dilema, porque o que se aceitava, inclusive na academia, era o conhecimento tradicional, mas desde o trabalho a que me referi da UICN (“Estratégia mundial para a conservação”), era como se esse conhecimento não pertencesse a ninguém, isto é, a nenhum grupo social. Eu não encontrava a denominação mais genérica equivalente ao conhecimento tradicional. Portanto, eu tinha duas alternativas: ou eram comunidades tradicionais ou populações tradicionais. Eu não podia era chamar de povos porque estava sendo reservado aos povos indígenas, que têm uma língua, uma tradição etc. Em *O mito moderno da natureza intocada* tem um capítulo inteiro do que eu chamo de ambiguidade do conceito. Eu não sabia que o conceito era ambíguo, mas eu não tinha opção porque se escolhesse comunidades, eu ia adotar um conceito da Antropologia que era muito restrito; os estudos de comunidades na Sociologia dos anos 1960 eram agrupamentos, que tinham relações sociais de face a face, era como se elas estivessem isoladas do mundo. E essas comunidades tradicionais na verdade nunca foram isoladas, elas sempre estiveram, de uma maneira ou de outra, inseridas no mercado. Hoje sabemos que esse isolamento é muito relativo, pois elas mantêm ligações com as cidades, sejam elas econômicas, comerciais, de participação em festas religiosas etc. “Populações” era pior ainda porque vem da ecologia. O termo “população” é muito aceito na ecologia, na demografia, mas elimina o atributo

da cultura, na verdade. Então às vezes eu uso o termo “culturas tradicionais”, porque eu acho mais abrangente, mas que também não remete a pessoas. O termo que nós temos usado no NUPAUB, e o mais aceito fora das universidades, é “comunidades tradicionais”, como consta da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, frequentemente usado pelas próprias comunidades quando querem afirmar direitos sobre seus territórios tradicionais.

*THALES: No caso é o Decreto nº 6.040/2007?*

**DIEGUES:** Sim. Nosso objetivo de reunir as comunidades tradicionais brasileiras tinha sido alcançado quando os representantes de povos e comunidades tradicionais tinham se reunido em Brasília, em 2006, para discutir problemas comuns e elaborar estratégias de defesa de seus territórios e modos de vida. Hoje, quando se fala em comunidades tradicionais, sabemos que se está referindo à dimensão identitária coletiva em âmbito nacional. Esse processo permitiu que representantes de comunidades tradicionais e povos indígenas se encontrem para discutir problemas comuns e construir estratégias de proteção a seus territórios e a sua cultura. Essa identidade coletiva nacional é reforçada por iniciativas mais locais e regionais, como o que ocorre entre os caiçaras, os indígenas e os quilombolas do litoral norte de São Paulo e sul fluminense.

Entre 2004 e 2008, o NUPAUB publicou a *Enciclopédia caiçara*, obra de cinco volumes sobre a história caiçara, sua resistência, seu modo de falar, de produzir cultura, como o fandango, as festas de reis, a dança de São Gonçalo, que tem ajudado a divulgar a cultura e o modo de vida tradicional caiçara, e a importância de seu território e de seu modo de vida.

*THALES: Qual é o título dessa publicação sobre conhecimento tradicional a que o senhor se referiu?*

**DIEGUES:** Chama-se *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*. Eu não sei como foi adiante porque era o Bráulio Dias, que hoje é o secretário da Convenção da Biodiversidade. Ele é um profissional excelente, não sei como sobreviveu ao governo do PSDB. Era brilhante, professor da Universidade de Brasília. Ele é da Ecologia, não é nem antropólogo. Ele que articulou esse trabalho e disse que iria publicar porque é o único texto que faz uma crítica pesada à política ambiental do próprio governo.

*THALES: E qual é a sua visão hoje sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, de que trata o Decreto nº 6.040/2007? Está dando certo, precisa melhorar ou refazer alguma coisa? Porque a gente vê duas políticas: a de desenvolvimento sustentável e a de desenvolvimento – com as usinas hidrelétricas, etc.*

**DIEGUES:** Eu acredito que houve um grande entusiasmo entre 2003 e 2007, a partir da primeira reunião em Luziânia, próximo a Brasília, e da criação da Comissão Nacional. Foi o primeiro encontro presencial de líderes das comunidades tradicionais em âmbito nacional, sobretudo quando a Marina Silva era ministra do Meio Ambiente. Eu tinha alguma esperança de que haveria avanços, mas dava para ver que o tema não era prioritário no Ministério do Meio Ambiente, onde se reunia a comissão. Já no Governo Dilma, creio que houve retrocesso, pois a prioridade eram os grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, com impactos negativos em terras indígenas e de ribeirinhos. Em São Paulo, o Fórum de Comunidades Tradicionais, ao que parece, continua funcionando com financiamento próprio. Aqui, no Sudeste, não tenho conhecimento de criação de reserva extrativista ou de desenvolvimento sustentável nos últimos anos.

*THALES: Mas quais são os retrocessos que o senhor percebe?*

**DIEGUES:** Alguns retrocessos já ocorreram na aprovação do SNUC, com o veto ao conceito de comunidades tradicionais; o papel subalterno das unidades de conservação de uso sustentável em relação às de proteção integral; os obstáculos colocados na regulamentação da lei que, na prática, impedem que territórios de comunidades tradicionais situados dentro das unidades de proteção integral sejam transformadas em unidades de uso sustentável, como Resex e RDS; a proibição de usar os recursos financeiros oriundos dos Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) das compensações ambientais de empresas infratoras em projetos de interesse das unidades de uso sustentável; e falta de prioridade no ICMBio para o treinamento de técnicos em administração de unidades de uso sustentável. É verdade que alguns técnicos do ICMBio fizeram excelente trabalho perante as reservas extrativistas e RDS, mas muitas vezes não têm apoio suficiente da sede, em Brasília. Ali havia até preconceito contra as unidades de uso sustentável, consideradas por um presidente do ICMBio como unidades de reforma agrária, e não de conservação. Houve retrocesso na criação de novas unidades no Governo Dilma, que somente no último momento criou um conselho nacional.

*THALES: Acho que foram criadas algumas na Amazônia...*

**DIEGUES:** Mas pelos estados. Sei que no Maranhão, por exemplo, há tentativas de autodeclaração de Reserva de Desenvolvimento Sustentável pelas próprias comunidades. Esse pode ser um caminho.

*THALES: Não, reserva extrativista mesmo. Agora está sendo criada uma em São Caetano de Odivelas (PA). Conseguiram transformar quase totalmente o litoral paraense em Resex. Um funcionário do ICMBio, Waldemar*

*Londres Vergara Filho, conseguiu articular e criar. A maior parte foi no Governo Lula, mas agora existe essa em São Caetano de Odivelas também.*

**DIEGUES:** Pois é, mas são 4 anos com a Dilma para criar uma, duas.

*THALES: O que o senhor acha do Programa Bolsa Floresta instituído na Amazônia?*

**DIEGUES:** Não conheço essas experiências, mas tenho lido e ouvido a respeito. Pelo que eu entendo do Bolsa Floresta é um crédito cedido a famílias de ribeirinhos desde que eles não desmatem para fazer sua roça tradicional, cortem cipó etc. Ao que parece, parte-se do princípio de que esses moradores tradicionais devastam a floresta e que a bolsa foi instituída para que eles parem de destruir. Não acho adequada uma bolsa que impede uma comunidade tradicional de exercer suas práticas e seu modo de vida.

**DIEGUES:** *Professor, já caminhando para o final, gostaria de saber, na sua opinião, qual o papel do antropólogo hoje, perante essas comunidades tradicionais? Qual o caminho que o antropólogo deve tomar?*

**DIEGUES:** Eu prefiro falar do papel do cientista social, e não somente dos antropólogos. Nosso trabalho mudou muito nas últimas décadas. Nas décadas de 1940-1950, a maioria dos antropólogos trabalhava com povos indígenas, mas havia exceções, como o professor Emilio Williams, que em 1952 publicou o livro *A Ilha de Búzios*, uma comunidade caiçara do litoral sul do Brasil e que o NUPAUB traduziu e publicou em 2003; e os trabalhos da antropóloga Gioconda Mussolini sobre o modo de vida caiçara do litoral norte de São Paulo e que ajudaram a entender e difundir a cultura daquelas comunidades. Já a partir dos anos 1960, os antropólogos se defrontaram com situações de grande desrespeito aos direitos dessas comunidades e passaram a mostrar um compromisso maior com

elas que não eram somente objeto de seus estudos, mas cidadãos com conhecimentos e cultura. Meus alunos vão a campo hoje não só para fazer pesquisas, mas também para aprender e contribuir no processo de organização dessas comunidades, ajudá-las a defender seus direitos. Não me lembro de ter um projeto exclusivamente acadêmico no sentido clássico, porque acho que ainda vivemos num país em que os direitos não estão sendo respeitados e a função do antropólogo é também colaborar para que isso aconteça.

*THALES: Tem que ajudar, tem que ter extensão, mas a partir do seu conhecimento, que tipo de atividade pode ser feita para ajudar? Pode-se organizar politicamente, mas o que mais o senhor pensa?*

**DIEGUES:** Eu acredito que são várias possibilidades. Por exemplo, como você vai usar, ou como propor ao Estado, o formato de uso do conhecimento tradicional para a elaboração da legislação pesqueira? As comunidades pesqueiras são restritas a uma legislação que nunca considerou seu conhecimento sobre o uso de rede. Hoje em dia essas portarias são feitas exclusivamente por biólogos, e os pescadores raramente são chamados a levar seu conhecimento, mesmo em reserva extrativista. Eu me lembro de uma reunião na Ilha do Marajó que quando a gente começou a pensar o plano de manejo para a reserva extrativista o pessoal que estava lá era de floresta, não entendia nada de mar. Eu disse: “olha, é melhor ficarmos um pouquinho quietos e deixar que os pescadores falem, porque então nós vamos tentar retirar coisas que são importantes para organizar a produção deles segundo as suas práticas”. Isso ocorreu dentro de um universo muito limitado que era o de pessoas comprometidas com reserva extrativista. Então eu acho que tem coisas que precisam ser mudadas na legislação, tanto ambiental quanto de áreas protegidas e da produção.

*THALES: Engajamento político mesmo, de fato?*

**DIEGUES:** Sim. Político de maneira mais ampla, não precisa ser partidário, mas que ajude a empoderar essas comunidades na defesa de seus territórios, sua cultura, seu modo de vida, enfim, usando vários meios e instituições como a Defensoria e o Ministério Público, bem como a legislação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho aprovada pelo Governo e sancionada pelo Senado brasileiro que garante os direitos de povos e comunidades tradicionais.

*THALES: Professor, como o senhor foi inserido no curso de Oceanografia? Afinal o senhor era pesquisador visitante, mas era antropólogo...*

**DIEGUES:** Até então eu tinha trabalhado com mar e com pescadores. Introduzi um campo na Antropologia que se chama Antropologia Marítima, que é o estudo das relações entre as comunidades litorâneas e o mar. Eu tinha recursos, mas ainda não era da universidade, e tinha amigos no Instituto Oceanográfico e no de Antropologia da USP, mas na Antropologia era mais complicado porque era um programa de atividades que eu tinha e eles iam interferir nesse programa para pegar dinheiro para realocar “*pra lá e pra cá*”. Então um amigo do Instituto Oceanográfico falou: “você pode vir para cá que nós vamos garantir que o seu programa vai ser implementado como está proposto”. E ali aconteceu também uma coisa importante que foi a gestão dos recursos, mas eu assinava todas as despesas. Então foi bom.

*THALES: Professor, gostaria muito de agradecer pela sua atenção e pelo seu tempo. Foi uma honra para mim.*

**DIEGUES:** Eu que agradeço a visita.





**SUSTENTABILIDADE**



# Políticas socioambientais em Resex da Amazônia brasileira: uma racionalidade sustentável?

Carla Cilene Siqueira Moreira  
Tânia Guimarães Ribeiro

### Introdução

Neste artigo, analisamos o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV) enquanto política pública que alia o combate à pobreza e a conservação ambiental, partindo da perspectiva dos bolsistas do programa. O PBV possui como objetivos incentivar a conservação de ecossistemas, promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda das populações extremamente pobres, que exerçam atividades de conservação, e o incentivo a capacitações.

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde foi instituído em outubro de 2011,<sup>1</sup> sendo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) responsável por sua implementação. O PBV foi formulado com foco na população residente em áreas rurais, pois, de acordo com os resultados do Censo 2010, embora essas áreas concentrassem apenas 15,6% da população brasileira, cerca de metade das pessoas em condição de extrema pobreza (47%) residiam nessas localidades (BRASIL, 2013).

A Reserva Extrativista (Resex) São João da Ponta, local de realização da pesquisa, está situada no município homônimo e foi criada em dezembro de 2002. A Unidade de Conservação (UC) estende-se por 34,09 km<sup>2</sup> e está posicionada próxima a duas Resex, nos municípios de São

---

<sup>1</sup> Instituído pela Lei nº 12.512/2011.

Caetano de Odivelas e Curuçá. A UC agrega 18 comunidades pesqueiras, todas em seu entorno, as quais constituem um universo com mais de 600 famílias, totalizando cerca de 3 mil pessoas no município de São João da Ponta (MMA/ICMBio, 2010). A porcentagem da Resex no município é de 95,24%, correspondente a 32,61 km<sup>2</sup> de São João da Ponta.<sup>2</sup>

O objetivo deste artigo é analisar os impactos do Programa Bolsa Verde para a construção da sustentabilidade ambiental e social na reserva extrativista de São João da Ponta. Como aponta a literatura, as políticas públicas podem resultar em processos de marginalização e criminalização das populações tradicionais e locais, sendo o primeiro processo resultado de ações governamentais que visam apenas o desenvolvimento econômico regional e acabam por priorizar os interesses de elites locais e nacionais. O processo de criminalização resulta de ações governamentais e projetos ambientais de conservação que restringem o uso e o acesso aos recursos naturais (MIRANDA, 2013).

A implementação de uma política socioambiental, em todo território nacional, com o objetivo de apoiar a conservação ambiental e a redução da pobreza para as populações rurais revela contradições e a transferência de responsabilidades na conservação dos recursos naturais, gerando “constrangimentos sociais e econômicos” para as populações atingidas (TEISSERENC et al., 2016, p. 11).

Considera-se, no entanto, com relação à avaliação da política, que há grande distância entre o desenho de uma política pública e sua implementação. Pondera-se que o programa envolve em sua execução várias instituições e agentes, em várias esferas (federal, estadual e municipal), havendo, portanto, uma relação complexa de interesses e decisões entre formuladores e implementadores. A análise dos efeitos da política

---

<sup>2</sup> Mais informações: <<https://uc.socioambiental.org/uc/5980>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

pública no local mostra-se necessária, uma vez que somente é possível verificar os efeitos de uma política pública na sua implementação, devido aos limites de informação das agências às realidades locais e ao difícil jogo de negociação do processo decisório que envolve interesses diversos (ARRETCHE, 2015).

O fato do PBV ser uma política de compensação ambiental favorece o debate sobre as dificuldades em produzir uma nova racionalidade ou atender a eficiência econômica, criticada por Martínez-Alier (2015) e Leff (2001). Os conflitos que emergem do embate das diferentes racionalidades podem compor as estratégias de movimentos sociais “que integram a resistência cultural como defesa de um estilo de vida, e a defesa do meio ambiente num processo de reapropriação de seu entorno e seu patrimônio de recursos naturais” (LEFF, 2001, p. 73). Nessa direção temos aqui um potencial de análise sobre as políticas socioambientais, que podem fomentar a conformação de projetos alternativos, de saberes outros, que colaborem para uma nova racionalidade produtiva (LEFF, 2001, p. 74).

Destaca-se que para a análise dos resultados consideramos também a concepção de território vinculada a ideia de poder, “expressa na apropriação do espaço e seus recursos e na coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes” (MIRANDA, 2013, p. 154). Dessa maneira o território é visto, como “o local de disputas entre projetos que procuram institucionalizar modelos de apropriação dos recursos naturais dentro de uma figuração social particular [...]” (MIRANDA, 2013, p. 154).

Os resultados aqui apresentados pautam-se em experiência de trabalho de campo realizada entre 2015 e 2017 na Resex São João da Ponta. Foram realizadas 17 entrevistas com roteiros semiestruturados com bolsistas do PBV nas comunidades do Polo Porto Grande, bem como com

o gestor da Resex, na época Vergara Filho, e o presidente da Associação de Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta (MOCAJUIM).

O artigo foi estruturado da seguinte maneira: primeiro realizamos uma breve discussão sobre as políticas socioambientais considerando a crítica realizada pela ecologia política em torno dos limites de seus resultados e das possibilidades de constituir outra racionalidade; em seguida, tomando como referência os dois eixos propostos pelo PBV, discutimos a questão da pobreza enquanto fator de risco às populações, e não apenas ao meio ambiente; os resultados do estudo são discutidos a seguir, analisando-se os impactos do PBV na Resex, levando em conta a percepção dos bolsistas sobre os avanços e os limites que o Bolsa Verde proporcionou no lugar. Percebendo-se os conflitos sociais gerados pelas diferenças de *racionalidades*, as diferenças de poder e de acesso aos recursos naturais que são acirradas pela distribuição das políticas públicas; por fim, debatemos os efeitos da prevalência do eixo da distribuição de renda do PBV sobre o foco da conservação para a construção da racionalidade ambiental.

### **Políticas socioambientais e a racionalidade da conservação**

A política de criação de áreas protegidas apresentou-se no Brasil como a política pública principal que objetiva assegurar que determinados ecossistemas permaneçam preservados diante da expansão da economia. Retomando a crítica feita por Allegretti (2006), verificamos nesse contexto o conflito a respeito dos diferentes conceitos sobre a natureza:

O resultado desse processo histórico é um confronto permanente em torno de diferentes conceitos a respeito da natureza, dos direitos sobre recursos naturais, do papel da Amazônia no desenvolvimento e das prioridades relativas à alocação de recursos públicos, financeiros, humanos, tecnológicos e de infraestrutura. De um lado, as políticas econômicas facilitam

investimentos que visam o acesso à terra e aos recursos; de outro, as políticas ambientais viabilizam o avanço da agenda da sustentabilidade. (ALLEGRETTI, 2006, p.17).

Ainda que, internamente, as políticas econômicas e a política nacional de meio ambiente adotada revelem contradições e ambiguidades no discurso, o Brasil adota posição mais proativa na agenda ambiental internacional, admitindo-se que, nas últimas décadas, a agenda da sustentabilidade ganhou grande importância.

Nesse cenário surgem também os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e os Pagamentos por Serviços Ecosistêmicos (PSE), que passam a ser aplicados no Brasil como instrumentos da política ambiental. As iniciativas mais recorrentes de PSA estão relacionadas à conservação de recursos hídricos e florestais. Esses instrumentos admitem a participação de novos atores e arranjos institucionais nas políticas de conservação. O conceito popularizou-se devido à argumentação de sua eficácia na gestão ambiental e no combate à pobreza rural (ELOY et al., 2013).

As políticas de compensação ambiental, portanto, indicam uma mudança na relação com os atores sociais, sobretudo para as pessoas que habitam áreas protegidas e têm a capacidade de influenciar diretamente nas mudanças de uso do solo que passam de potenciais poluidores para o patamar de guardiões de ecossistemas e biomas. Nessa perspectiva, surgem instrumentos de política ambiental, cujo objetivo principal é o de compensar os agentes pelos benefícios que prestam em termos de proteção dos serviços econômicos ou, ainda, estimulá-los por meio de incentivos econômicos à prática conservacionista (SIMÕES; ANDRADE, 2013). No Brasil, existem várias experiências nos níveis estaduais que podem ser incluídas na perspectiva dos PSA. Na região Sudeste e no bioma Mata Atlântica, está localizado o maior número de projetos desse tipo



(ELOY et al., 2013). No entanto, a experiência do programa Bolsa Floresta no Amazonas é significativa,<sup>3</sup> pois as condicionalidades do Programa estão relacionadas ao cumprimento das regras estabelecidas nos instrumentos de gestão das UCs do Estado, além disso, os bolsistas devem estar adimplentes com a associação de moradores da reserva, participar das atividades da associação, manter os filhos na escola, registrar desmatamento zero em áreas de floresta primária e aderir ao manejo adequado do fogo (VIANA et al., 2012).

O Programa Bolsa Verde do Governo Federal, caso em estudo, trata-se de uma política pública que é abordada por alguns autores como um tipo de PSA inserido na política ambiental. Em contrapartida, há autores que consideram o eixo da transferência de renda predominante e característico das políticas sociais. Esta é uma das complexidades de se estudar uma política que alia o combate à pobreza e a conservação ambiental, voltada para as populações rurais moradoras e usuárias de áreas de conservação no país. Consideramos o programa como uma política pública com condicionalidades socioambientais.

Diferente do que ocorre no Bolsa Floresta, o PBV não possui a participação de instituições privadas na gestão e no pagamento das bolsas. Por outro lado, o Governo Federal não garante infraestrutura para as populações exercerem o papel de fiscalização dos recursos naturais, considerando que a concepção de guardiões da floresta está presente no programa. Não se observa na Resex São João da Ponta, por exemplo, os instrumentos necessários para que isso seja realizado,

---

<sup>3</sup> O Programa Bolsa Floresta foi lançado, em 2007, pelo governo do estado do Amazonas, e posteriormente passou a ser gerido pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS), criada em 2008, e sediada em Manaus. O programa se caracteriza como uma espécie de PSA, sendo o pagamento feito a partir da assinatura de um termo de compromisso entre as famílias usuárias/moradoras das unidades de conservação do Amazonas e a FAS.

como equipamentos e transporte (barcos, carros), além de guardas florestais. Esse ponto será retomado a seguir, quando analisamos a implementação do programa na Resex.

A Amazônia possui destaque no cenário global como área de interesse, dada a notável biodiversidade e potencialidade de recursos naturais.<sup>4</sup> No entanto, em diversos eventos nacionais e internacionais sobre a questão ambiental, a Amazônia por vezes fica relegada ao papel de reserva de recursos a serem conservados para interesses futuros, muitas vezes, sem considerar as populações que residem na área, e a diversidade ambiental e cultural desses grupos. Dessa forma, o papel da natureza no imaginário ocidental sobre a América Latina é visto: por um lado, os recursos naturais da região são extremamente valorizados e sua preservação é tida como fundamental; por outro, o subdesenvolvimento e a fragilidade das instituições marcam a incapacidade da América Latina em lidar com essa biodiversidade e preservá-la.

O fato é reforçado no olhar interno e externo no qual se construiu para a Amazônia a visão de fronteira de recursos, com todos os impactos conhecidos para a sua natureza e sua gente (GONÇALVES, 2012b; GONDIM, 1994). Portanto, nos cabe discutir as políticas públicas para a Amazônia, considerando outras racionalidades a partir dos saberes tradicionais e do *ecologismo dos pobres* (MARTÍNEZ-ALIER, 2015). Isto é, construindo-se respostas genuínas aos problemas locais. Nesse sentido, em uma perspectiva diferente àquela proposta pelo desenvolvimentismo

---

<sup>4</sup> O Projeto Piloto para a Proteção da Floresta Tropical do Brasil (PPG-7) é um marco de ação conjunta internacional, entre os sete países mais industrializados do mundo (G-7), incluindo também, o Banco Mundial e Governo do Brasil. O projeto visava, entre outros, a conservação de áreas protegidas, ficando ativo por quase duas décadas, sendo encerrado em setembro de 2009. Os efeitos positivos dessa iniciativa resultaram na criação de mais de “100 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia e na Mata Atlântica, nos quais estão incluídos 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas” (ANTONI, 2010, p. 300).

está a construção da categoria *lugar* como espaço de pertencimento, cultura e vida.

A partir da proposta de decolonização do conhecimento valoriza-se o conhecimento construído a partir do lugar, conforme apresentado por Arturo Escobar (2005). O autor critica a concepção de desenvolvimento, afirmando que este desloca o tempo e o espaço e propõe a construção do pós-desenvolvimento que, por sua vez, não possui uma única e homogênea matriz teórica de pensamento. E o modelo do desenvolvimento deve ser superado como um todo. Posto que, formas de conhecimento local e modelos de compreensão da natureza são sacrificados em favor de um modo racional de governo, com a constituição de programas de crescimento econômico que supostamente vão gerar bem-estar e qualidade de vida para as populações entendidas como pobres (RADOMSKY, 2011).

### **A pobreza como fator de risco ao meio ambiente e às populações**

A relação entre a pauta ambiental e social tornou-se cada vez mais próxima, demonstrando como a pobreza passa a ser uma preocupação crescente pois é vista como um risco à manutenção de ecossistemas, e, portanto, precisa ser combatida, fortalecendo-se a ideia e o discurso do desenvolvimento social. O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde vai ao encontro dessa preocupação, pois tem como objetivos a conservação de ecossistemas; a promoção da cidadania através da elevação da renda e melhoria da qualidade de vida das populações pobres rurais e a inclusão produtiva.

De acordo com os relatórios do Plano Brasil Sem Miséria,<sup>5</sup> consideradas todas as ações de inclusão produtiva rural do Plano, foram

---

<sup>5</sup> O Plano Brasil sem Miséria foi criado pelo Governo Federal por meio da Lei nº12.512/2011, com três eixos de atuação: garantia de renda; acesso a serviços públicos; e inclusão produtiva. Substituiu o programa Fome Zero.

investidos R\$10 bilhões, desde 2011, nas regiões e na produção dos agricultores familiares mais pobres. Os relatórios sobre a inclusão produtiva no meio rural não deixam claro quais ações são realizadas em UCs ou para as populações que moram ou utilizam essas áreas, e a maioria dos dados apresentados refere-se a atividades produtivas, relacionadas à agricultura familiar. Na maior parte dos relatórios, as informações apresentadas estão ligadas às atividades agrícolas desenvolvidas em assentamentos agroextrativistas, que representavam a maior parte da destinação dos recursos. Portanto, os dados sobre o apoio às atividades produtivas desenvolvidas em UCs ficam invisibilizados nesses documentos.

Com relação à promoção da cidadania, melhoria nas condições de vida e a elevação da renda da população rural extremamente pobre, vimos que o acesso e a qualidade dos serviços públicos e a inclusão produtiva oferecidos nas comunidades ainda são muito deficientes. A falta de trabalho remunerado e a qualificação profissional são preocupações frequentes, especialmente para a população mais jovem. A pesquisa de campo e as entrevistas mostraram que o acesso e a qualidade dos serviços públicos nas comunidades também são insuficientes para atender às demandas da população. Algumas entrevistadas reclamaram da qualidade do ensino oferecido e da ausência de postos médicos em suas comunidades.

Com relação aos serviços públicos, o PBV, com outros programas sociais que compõem o Plano Brasil Sem Miséria, aumentou os investimentos realizados pelo governo em assistência social, principalmente, o repasse feito pelo Governo Federal para essa rubrica aos municípios. No entanto, o que foi revelado nas entrevistas sobre as condições de vida nas comunidades da Resex mostra que, apesar de certa melhora, é preciso ainda maiores investimentos em serviços públicos essenciais, como saneamento, habitação, transporte, tratamento do lixo, assistência à saúde

e o acesso à educação, para que a população possa, de fato, desfrutar de bem-estar e qualidade de vida.

Cabe considerar que os gastos públicos insuficientes por parte dos municípios e estados em serviços essenciais podem estar ligados aos poucos recursos que o Governo Federal destinou a rubricas essenciais, à medida que aumentou os recursos para a assistência social e transferência de renda, conforme demonstram os estudos sobre as desigualdades nos gastos públicos (LAVINAS, 2007; ARRETCHE, 2015).

A maioria dos(as) usuários(as)<sup>6</sup> dos recursos da Resex é caranguejeira e trabalha com o extrativismo do caranguejo uçá, principal atividade geradora de renda na UC e no município. A agricultura também se configura como atividade econômica importante entre os usuários da reserva, especialmente, nos períodos de defeso das espécies marinhas. Porém, não foi identificado investimento nas áreas da assistência técnica, de ações de capacitação ou microcrédito. Também, não houve ações para a estruturação da cadeia produtiva do caranguejo ou de produtos agrícolas que, por consequência, pudessem melhorar a geração de renda e qualidade de vida da população. Tais ações poderiam levar à efetividade da diminuição da pobreza, uma vez que os recursos do PBV são temporários.

Ressalta-se que as populações tradicionais possuem saberes e desenvolvem técnicas, muitas vezes, incompatíveis com a concepção de conservação e sustentabilidade e de desenvolvimento dos órgãos oficiais para esses territórios. Todavia, tais saberes revelam-se fundamentais na manutenção desses espaços e do modo de vida dessas populações. Desse modo, faz-se necessário analisar as questões relativas ao desenvolvimento

---

<sup>6</sup> Usuário é toda pessoa cadastrada pelo ICMBio, após decisão no Conselho Deliberativo, como extrativista e, portanto, apta a realizar as atividades extrativistas com finalidade econômica.

e conservação ambiental a partir do local, dos territórios ocupados pelas populações tradicionais e suas ações, como destaca Escobar (2005).

Esta situação foi observada na Resex Marinha São João da Ponta, no Pará, onde a atividade de extração do caranguejo uçá pela técnica do “laço”<sup>7</sup> foi proibida, logo após implementação da Resex, por ser considerada predatória. Porém, devido às características físicas do mangue na região, a técnica considerada sustentável pela norma vigente, o braceamento,<sup>8</sup> não era viável para a maioria dos caranguejeiros.

Por meio da mobilização da categoria de trabalhadores do mangue, foi possível recorrer ao Ministério do Meio Ambiente, para que a técnica do laço fosse mantida. Os extrativistas da Resex São João da Ponta conseguiram provar ao Estado que essa era uma técnica sustentável. Com isso, o MMA emitiu termo de autorização para que a população extrativista de São João da Ponta continuasse a utilizar a técnica do laço, proibida nas demais reservas extrativistas.

Uma questão importante a ser levantada, e que fica claro diante da mobilização citada acima, é que estas pessoas possuem agência e não estão nesses territórios como meros espectadores e recebedores de políticas públicas. Daí a necessidade de olhar o lugar a partir das experiências locais, de modernidades alternativas e de alternativas à modernidade (ESCOBAR, 2005), considerando enxergar os sistemas não capitalistas que resistem ao desenvolvimento.

Neste ponto evidencia-se a existência de projetos territoriais, e suas características fundamentalmente políticas, pois diversos atores sociais e

---

<sup>7</sup> Nos manguezais da Resex São João da Ponta os caranguejos são capturados na lama (tijuco), através da técnica do laço ou tapa, em que são colocados fios de nylon ou lama tapando e obstruindo as bocas das tocas dos caranguejos” (VERGARA FILHO; SOMMER, 2010, p. 60).

<sup>8</sup> Técnica de captura do caranguejo uçá onde o catador introduz o braço na toca ou galeria para extrair o animal vivo, podendo utilizar um gancho como apetrecho.

instituições se apresentam defendendo interesses divergentes relacionados a uma atividade econômica dominante, a pesca do caranguejo. A qual se articula com outras atividades, atores sociais e ambientes. De acordo com Miranda (2013),

Os processos de territorialização são o resultado das tensões entre os diferentes projetos territoriais e estão relacionados às transformações ocorridas numa figuração social específica, mediante a estruturação, desestruturação e reestruturação das formas de controle dos recursos naturais e da organização do espaço, o que decorre das práticas dos grupos sociais interdependentes. (MIRANDA, 2013, p.155).

Portanto, políticas socioambientais como o Bolsa Verde precisam considerar os projetos territoriais presentes nas áreas de implementação, uma vez que elas passam a figurar nos processos de territorialização, atuando nas formas de controle e acesso dos recursos naturais, ao impor condicionalidades e contrapartidas para a conservação ambiental.

### **Conflitos em torno do acesso aos recursos do PBV**

Compreendemos que a implementação de políticas públicas no Brasil tem priorizado o eixo da transferência de renda na execução de alguns programas sociais. A percepção é replicada na experiência no município estudado, tendo em vista que as atividades previstas nos eixos de inclusão produtiva e acesso a serviços precisam ser melhor relacionadas ao objetivo da promoção à cidadania, expressos nos documentos do PBV. Percebemos, assim, que podem ocorrer tensões e conflitos na distribuição dos recursos, causando embates entre os agentes sociais beneficiados.

A característica seletiva do PBV, ao escolher entre os(as) usuários(as) os mais pobres para a transferência dos recursos, e o cumprimento das condicionalidades podem alterar a relação entre os atores sociais e a política. A conservação ambiental é a recompensa de todos, todavia,

o interesse monetário pode interferir nessa configuração. As diferenças e especificidades de uma população podem garantir direitos básicos e próprios de suas demandas, que venham reparar injustiças históricas cometidas. Por outro lado, cabe investigar se essas políticas não colaboraram para a construção de uma discriminação negativa (CASTEL, 2008) produzindo uma imagem distorcida e negativa das pessoas e reforçando preconceitos e a visão de que elas são meras receptoras de benefícios.

Ribeiro (2016), em artigo sobre a participação na Resex Caeté-Taperaçu, localizada em Bragança, revela que a luta pelo processo de reconhecimento dos territórios das populações extrativistas mobilizou diversos atores em torno de uma identidade marcada pelos saberes tradicionais. Tem-se aí uma estratégia que confere legitimação à luta por direitos sociais das populações tradicionais. No entanto, diante das diversas políticas públicas abordadas e, principalmente, com relação ao PBV, a autora destaca que:

A luta foi tecida dentro de um campo de forças em que diferentes agentes mobilizaram estratégias para conquistar bens simbólicos e materiais que se traduzem desde a categorização legal como população tradicional ou conselheiro, passando pela aquisição de benefícios de políticas públicas (seguro defeso, bolsa verde, casas do Incra), até o direito de uso das terras da Resex (CCDRU). (RIBEIRO, 2016, p. 264).

Conforme visto, é possível afirmar que as mobilizações e lutas pela garantia dos territórios e acesso a políticas públicas fazem parte de uma “identidade social politizada”, na qual a cidadania é uma construção que envolve modos de identificação intersubjetiva, sentimentos de pertencimento criados coletivamente em diversas mobilizações e confrontos cotidianos, práticos e simbólicos (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 12).

O material impresso utilizado, sobretudo na fase inicial do programa, parece desconsiderar o que foi discutido acima. Uma cartilha intitulada



“O dia em que a mata sumiu”, narra, em forma de cordel, a chegada do Bolsa Verde para uma população que vivia em uma área de floresta, quase toda desmatada. Ao final da cartilha são apresentadas informações sobre o funcionamento do programa: os requisitos e condicionalidades para adesão ao PBV; informações sobre o que é o CadÚnico; sobre os instrumentos de gestão; quem são os gestores das áreas selecionadas para o programa e quais são as áreas e como receber o benefício. Conforme o trecho: “O Programa Bolsa Verde foi como a gente batizou, e é assim que funciona: quem preserva a mata, pode entrar no programa e recebe uma quantia em grana *pra* cuidar da terra que ama” (BRASIL, 2011b, p.13).

A cartilha apresenta informações voltadas para as áreas de floresta e parece ser direcionada para a população nordestina, não só pela linguagem escolhida, a literatura de cordel, mas também pelos personagens ilustrados apresentarem em seus trajes elementos típicos nordestinos. Os animais e o meio ambiente apresentado na cartilha diferenciam-se completamente do ecossistema das Resex-Mar, de forma que as populações atendidas pelo PBV nas Resex podem não se identificar como esse material informativo.

Nesse sentido, a representação dos pobres na política pública em questão e no que tange aos programas sociais pode ser apontada como: “O pobre é, em suma, considerado mero objeto de políticas públicas, não sujeito da política, sujeito político propriamente dito – e isto representa uma forma de perda de autonomia[...]” (REGO; PINZANI, 2013, p. 28). No seguinte trecho, “Nas terras das gentes simples, que, às vezes, necessitada, também derrubava uma árvore, também levantava um pasto, também passava uma motosserra [...]” (BRASIL, 2011b, p. 7) é possível notar certa responsabilização por parte do Estado das populações pobres rurais com a degradação do meio em que vivem. Pois, a condição de pobreza leva a comportamentos que não são compatíveis com a sustentabilidade dos

recursos naturais. Na cartilha, não há informações sobre os objetivos do programa de promoção da cidadania e inclusão produtiva, sendo o foco voltado à conservação e a informações referentes à transferência de renda.

Os(as) entrevistados(as) declararam que cumprem os requisitos socioambientais estabelecidos no programa, formalizados em um termo de adesão. A maioria também declarou ter conhecimento da existência de instrumentos de gestão na Resex, o plano de utilização, e que atendem às regras estabelecidas neste instrumento. Todas as atividades ocorridas na Resex com relação à utilização sustentável dos recursos naturais partem da instituição responsável pela gestão da Resex, o ICMBio, e por parcerias estabelecidas, em sua maioria, com instituições públicas, como a UFPA. Portanto, em grande parte, os(as) entrevistados(as) declararam que não houve nenhuma ação relacionada à conservação que partisse do PBV. Apenas um entrevistado declarou ter participado de uma reunião que tratou do Bolsa Família e do Programa Bolsa Verde (MOREIRA, 2017).

Com relação ao incentivo à conservação, a falta de recursos materiais como embarcações dificulta a ação de acompanhamento por parte dos(as) comunitários(as), quanto às práticas consideradas predatórias aos recursos naturais. Não há, também, recursos humanos para atuar junto a essas populações, em um trabalho de orientação da utilização sustentável dos recursos. O Estado transfere a responsabilidade na conservação dos recursos naturais, mas, não garante os recursos e segurança necessários para a execução de tal tarefa. A fiscalização na Resex ocorre, principalmente no período do defeso, quando o Ibama, órgão responsável, atua junto com o ICMBio na área.

A Resex São João da Ponta chegou a ter 26 agentes ambientais, de acordo com o levantamento feito por Gonçalves (2012a). Tratava-se de usuários(as) da UC, que desenvolviam de forma voluntária, e apenas pelo exercício de direito à cidadania, atividades de educação ambiental,

proteção, preservação e conservação dos recursos naturais na unidade. No entanto, dadas as dificuldades de realização desse trabalho, muitos deixaram a função. Atualmente, na Resex, o número de agentes ambientais não chega a cinco, de acordo com as informações da representante do polo Porto Grande (MOREIRA,2017).

Inferimos que as medidas adotadas pelo estado brasileiro não só responsabilizam, como apontam, também, para a culpabilidade das comunidades rurais, que podem ser vistas como responsáveis pela degradação dos ecossistemas e biomas. O discurso de “guardiões da floresta” não diz respeito somente ao reconhecimento dos seus saberes e manejo tradicionais, mas, na verdade, o discurso e as políticas tornam essas populações corresponsáveis na manutenção desses importantes e valorizados ecossistemas sem a contrapartida de recursos.

### **O predomínio da distribuição de renda sobre o eixo da conservação na implementação do PBV**

Com relação às percepções sobre o significado do PBV, para os(as) atores sociais entrevistados(as), está dividido entre a sua finalidade ambiental e de conservação dos recursos naturais e a questão da transferência de renda uma vez que muitos relatos frisaram a importância do PBV na complementação da renda e nas possibilidades de consumo. As entrevistadas afirmaram que “O Bolsa Verde é [...] preservação do meio ambiente, não matar os bicho [...] lá onde eu morava tinha muita queimada, daí de 2010 pra cá diminuiu mais, ainda tem, mas diminuiu bastante”. Reforçando acreditar que é por causa da preservação que a gente tem do meio ambiente”. Enquanto outras disseram que trata-se de “[...] uma renda extra para a família, [...] um programa que vem do governo para os mais pobres” e que “[...] significa uma ajuda para continuar preservando” (MOREIRA, 2017 , p. 113-114).

É natural que as respostas sobre o significado do PBV tenham ficado polarizadas entre os propósitos de conservação e de transferência de renda, uma vez que, de acordo com os relatos, não houve muitos esclarecimentos sobre o programa nas comunidades. De acordo com o gestor da Resex, durante a fase do cadastramento foram realizadas reuniões no Conselho e foi feita a entrega de material informativo impresso sobre o PBV, assim como uma apresentação de *slides*. Porém, pelo fato de tais orientações terem ocorrido na fase inicial de implementação do PBV na Resex, a maioria das entrevistadas não mencionou o fato.

As atividades de apoio à conservação, como oficinas, cursos e reuniões, apontados pelas entrevistadas e realizadas na Resex, foram dos mais variados tipos e assuntos, sobre: o uso de plantas medicinais; fabricação de bijuterias; reciclagem de garrafas pet; tratamento adequado do lixo; produção de bombons de chocolate; oficinas de artesanato (crochê, biscuit); informações sobre o meio ambiente e tratamento do lixo; alertas sobre a pesca inadequada e andada do caranguejo. Todas foram realizadas pelo ICMBio e instituições parceiras, como as universidades.

O caráter das ações promovidas revela a iniciativa, por parte da gestão da Resex em oferecer certa qualificação e formação aos comunitários(as), além das ações de educação ambiental e orientação quanto às regras de utilização dos recursos naturais do território. Porém, apesar da maioria dos(as) participantes dos cursos serem as mulheres, nenhuma das entrevistadas revelou trabalhar com alguma das atividades desenvolvidas nos cursos e oficinas. Esse fator não invalida o trabalho da gestão, no entanto, mostra que a possibilidade de auferir ou aumentar a renda através do conhecimento adquirido nos cursos e oficinas acaba não se concretizando.

Dentre as atitudes praticadas pelas entrevistadas, que contribuem para a conservação do meio ambiente da Resex, foram citadas: não jogar

lixo, não queimar, não desmatar, não pegar os caranguejos menores, enterrar o caranguejo quando o animal morre, não jogar a rede inutilizada no mar e informar as pessoas sobre as regras de uso da Resex. Para as entrevistadas, as atitudes que tomam para contribuir com a manutenção dos recursos naturais e do meio ambiente na Resex dão significado ao termo conservação. Portanto, de acordo com as entrevistadas, as principais atividades de conservação praticadas estão relacionadas ao lixo, à queimada e à pesca predatória ou ilegal.

Verifica-se que, conforme os compromissos estabelecidos com o Estado, por meio do termo de adesão, os comunitários(as) estão cumprindo, em sua maioria, as condicionalidades impostas pelo programa, uma vez que estão atreladas às regras estabelecidas nos instrumentos de gestão da Resex. No entanto, a contrapartida do Estado nesse acordo é falha, tanto em relação à conservação, quanto em promover a cidadania.

A análise da percepção dos(as) usuários(as) sobre a Resex é importante para compreendermos como as políticas públicas chegam até essas pessoas, nesses territórios. Com base em suas experiências de vida, foi destacado nas entrevistas que vários direitos sociais, entendidos apenas como benefícios, só foram usufruídos a partir da criação da UC. A água encanada, moradia, escola de educação básica e garantia de renda, que deveriam estar ao alcance de todos(as), foram possibilitadas pela condição de usuários da reserva mesmo reconhecendo-se que existem demandas específicas a serem consideradas.

A melhoria nas condições de vida expressa pelas entrevistadas expõe as possibilidades que o PBV apresenta com relação à independência financeira experimentada pelas mulheres e a importância na garantia da segurança alimentar, por exemplo. No entanto, a realidade local apresenta condições de moradia e acesso a serviços públicos ainda muito precárias, do ponto de vista desejável para atingir as metas estabelecidas na

política pública e nos acordos internacionais para o meio ambiente e a superação da pobreza (MOREIRA, 2017).

Nas Resex, existem instrumentos de gestão específicos, alguns deles voltados para o ordenamento do uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, estes instrumentos sozinhos não respondem sobre a sua efetividade. O aspecto ambiental da política está atrelado aos instrumentos de gestão da área onde é implementada, ou seja, ao cumprimento das regras estabelecidas nos planos de manejo, acordos de gestão, entre outros. A existência de instrumentos de gestão é também condição para a definição das áreas de implantação do PBV.

Ocorre que, se o Programa Bolsa Verde coloca os instrumentos de gestão como condição para o estabelecimento de áreas que receberão os recursos financeiros, e os considera como principal mantenedor dos recursos naturais, então, o programa deveria considerar, também, os recursos destinados ao fortalecimento e ao apoio na construção de instrumentos e no processo de cogestão.

### **Considerações finais**

As políticas ambientais são concebidas, em geral, com objetivos nem sempre evidentes de valoração da natureza, como aquelas direcionadas às reservas extrativistas. Nelas foram institucionalizadas várias normas e mudanças que alteraram o modo de vida das populações tradicionais, moradoras das áreas atendidas. Em muitos casos, os planos de uso e de manejo não levam em consideração conhecimentos tradicionais referentes às atividades produtivas realizadas nas reservas. Tal constatação nos leva ao questionamento sobre as dificuldades para a construção de uma racionalidade ambiental, conforme indagamos no título.

Entendemos que a construção de novas concepções sobre o ambiente e de políticas socioambientais possa basear-se numa crítica à

desigualdade ambiental, considerando elementos da justiça ambiental. Esta requer a proteção dos territórios de conservação e do *lugar* enquanto espaço para a coevolução sustentável entre populações tradicionais – como os indígenas, ribeirinhos, quilombolas – e a natureza em seu entorno. Portanto, a conservação da biodiversidade passa pela manutenção dos complexos sistemas socioeconômicos locais, os quais as políticas ambientais devem considerar, fazendo valer os princípios da cogestão e da participação da população tradicional. O ecologismo popular (MARTÍNEZ-ALIER, 2015) reforça essa crítica e corrobora o aparecimento de novas racionalidades que se opõem ao economicismo e à homogeneização dos modelos desenvolvimentistas, pois traz à tona conhecimento construído a partir do lugar, desmistificando também a unicidade da matriz teórica do pensamento científico.

A racionalidade ambiental deve ser construída, também, do ponto de vista do reconhecimento social. As populações tradicionais e locais podem ser percebidas como sujeitos de direitos, e não apenas como possíveis riscos aos ecossistemas, valorizados internacionalmente devido à sua biodiversidade. A pobreza deve ser entendida como fator de risco às populações, e não apenas ao meio ambiente. A base material para a sobrevivência dessas populações, somadas pelas políticas públicas é garantia para que possam permanecer nos territórios, garantidos os direitos, a qualidade de vida. Podem assim, ser vistos além das possibilidades de poluidores ou guardiões de ecossistemas. Portanto, a manutenção da biodiversidade passa, também, pela garantia de direitos sociais às populações que habitam áreas protegidas.

O tema da conservação ambiental, aparentemente, tornou-se mais frequente com o advento da Resex e das políticas implementadas no território, como o PBV. No geral, no que tange à questão da conservação ambiental na área, pode-se afirmar que é bem compreendida pela maioria dos(as) comunitários(as), mesmo que eles não a sintetizem em

conceitos ou de acordo com a linguagem do Estado. Para a maioria, está bem definido o que deve ou não ser feito na Resex. Portanto, infere-se que, para além dos textos normativos e marcos regulatórios de criação e gestão das UCs, a participação das populações tradicionais na gestão dos recursos naturais deve ser efetivamente assegurada.

Como vimos na análise das entrevistas, o processo de implementação da política pode originar conflitos e tensões entre as populações locais decorrentes, em parte, do acesso ao recurso monetário transferido pelo programa, causando a deturpação do objetivo da conservação e distanciando o programa dos seus objetivos. Isso ocorre porque o programa não atinge todos os usuários da Resex ampliando o confronto entre as populações tradicionais pelo acesso a renda, transferindo o ônus da distribuição dos direitos para as populações tradicionais, eximindo o Estado das obrigações sociais. Os conflitos, no entanto, devem ser considerados como próprios desses espaços de desigualdade de capitais entre os atores envolvidos, mas podendo estimular mudanças, conforme as estratégias em jogo.

Entendemos assim, que o PBV possui grande potencial para a promoção do bem-estar e melhoria na qualidade de vida das populações rurais e na conservação do ecossistema da Resex. Mas, as políticas públicas com condicionalidades socioambientais, para alcançarem a efetividade e a sustentabilidade social, devem também incluir as populações locais e promover uma repartição justa e equitativa dos benefícios da gestão dos recursos naturais. Políticas complementares voltadas à inclusão produtiva e ao acesso a serviços sociais precisam ser consideradas tendo em vista a fraca sustentabilidade econômica do extrativismo como fonte de sobrevivência para essas populações. E, se ainda não verificamos a existência de uma nova racionalidade ambiental construída nos limites desse estudo, é possível identificar alguns de seus limites e possibilidades que invocam outras análises.



## Referências

- ALLEGRETTI, M. Do Avanço Brasil ao PPA de Lula: o que mudou do ponto de vista ambiental na agenda do desenvolvimentismo na Amazônia. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 32, p. 15-34, jan./jun., 2006.
- ANTONI, G. O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a Globalização da Amazônia. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v.8, n. 2, p. 299-313, 2010.
- ARRETCHE, M.T. S. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In: ARRETCHE, M.T. S. (Org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015, p.193-222.
- ARRETCHE, M. T.S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.p. 44-55.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. Cidadania e direitos: aproximações e relações. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 8-27.
- BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, nº10.836, de 9 de janeiro de 2004 e nº11.326, de 24 de julho de 2006. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12512.htm)>. Acesso em: 1 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *O dia em que a mata sumiu*. Brasília, DF: 2011b. Cartilha informativa.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde. *Erradicar a extrema pobreza e conservar o meio ambiente: histórico, gestão e monitoramento, balanço geral*. Brasília, DF: MMA, 2013. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80088/Publicacao\\_Bolsa\\_Verde\\_Jan2013.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80088/Publicacao_Bolsa_Verde_Jan2013.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2017.
- CASTEL, R. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Tradução Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2008.

ELOY, L.; COUDEL, E.; TONI, F. Implementando pagamentos por serviços ambientais no Brasil: caminhos para uma reflexão críticas. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 21-42, jul./dez. 2013.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.p. 133-168.

GONÇALVES, A. C.O. *Desenvolvimento territorial em unidades de conservação: o caso da Resex marinha de São João da Ponta – PA*. 2012a. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8184>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

GONÇALVES, C.W.P. *Amazônia, amazônias*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012b.

GONDIM, N. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

LAVINAS, L. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1463-1476, 2007.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTÍNEZ-ALIER, A. J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da reserva extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade- ICMBio. São João da Ponta, Pará, 2010.

MIRANDA, R. de S. Ecologia política e processos de territorialização. *Sociedade e Estado*, v. 28, n. 1, p.142-161, 2013.

MOREIRA, C. C.S. *Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma Resex marinha na Amazônia*. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

RADOMSKY, G. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 75, p.149-62, fev. 2011.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000100009>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

REGO, W.L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp, 2013.

RIBEIRO, T. G. Limites e desafios da participação em processos decisórios numa unidade de conservação. In: TEISSERENC, M. J. S. A.; SANT'ANA Jr., H. A.; ESTERCI, N. (Orgs.). *Territórios, mobilizações e conservação socioambiental*. São Luís: EDUFMA, 2016.p. 261-284.

SIMÕES, M. S.; ANDRADE, D.C. Pagamentos por serviços ecossistêmicos (PSE): o caso do Programa Bolsa Verde no estado de Minas Gerais. *Revista Debate Econômico*, v. 1, n. 2, p. 101-131, jul./dez. 2013.

TEISSERENC, M. J. S. A.; SANT'ANA JR., H. A.; ESTERCI, N. (Orgs.). *Territórios, mobilizações e conservação socioambiental*. São Luís: EDUFMA, 2016.

VERGARA FILHO, W. L.; SOMMER, I. B. *Plano de utilização da reserva extrativista de São João da Ponta*. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade – ICMBio. Ministério do Meio Ambiente. Pará, 2010.

VIANA, V. et al. Impactos do Programa Bolsa Floresta: uma avaliação preliminar. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 201-218, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1703/1909>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

# A “PESCA NO PÉ DA BARRAGEM” DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ E O PARQUE AQUÍCOLA BREU BRANCO III: APROPRIACIONISMO E SUBSTITUCIONISMO DOS RECURSOS PESQUEIROS NO ESTADO DO PARÁ

Mariana Neves Cruz Mello  
Voyner Ravena-Cañete

### Introdução

Desde o processo de colonização, das grandes navegações às grandes revoluções científicas, industriais e informacionais (SANTOS, 1994), há a imposição de práticas homogeneizantes<sup>1</sup> que suprimem as heterogeneidades<sup>2</sup> locais, conduzindo-as a formas de apropriação da natureza e a relações sociais exógenas, que não lhes dão a oportunidade de coexistência plena, mas de coexistência precária (HARVEY, 2005). Tal coexistência precária é acompanhada de momentos de caos, desordem social e ambiental e insistente fagocitose de ontologias (LATOURETTE, 1994) diferenciadas, que desordenam as coesões sociais e os contextos ecológicos existentes.

Essa relação de desordem pode ser considerada a partir de uma relação da termodinâmica, baseada em sua segunda lei, conhecida como Lei da Entropia, categoria a ser mais bem explicitada no tópico subsequente.

---

<sup>1</sup> De acordo com Santos (2002), as práticas homogeneizantes são caracterizadas pela imposição de um conjunto de valores, técnicas e comportamentos que conduzem a transformação de um sistema preexistente, que passa a ser compelido a abandonar suas práticas para incorporar um modo de vida diferente do seu.

<sup>2</sup> Modos de vida, particularidades inerentes a cada sociedade.

A entropia pode ser genericamente traduzida pela relação de desordem inserida em um sistema. A alta entropia dentro da atividade da pesca tem sido associada a políticas públicas de cunho desenvolvimentista, que têm a economia como parâmetro para o desenvolvimento e classificam a atividade da pesca como uma atividade setorial. Assim, elas a apartam de seu caráter social e cultural, fator que invisibiliza as ontologias e os saberes e práticas associados à atividade da pesca artesanal.

Este trabalho objetiva apresentar em que medida as políticas públicas voltadas para a atividade da pesca artesanal têm conduzido rumo aos processos de substitucionismo e apropriação dos recursos pesqueiros. Tais políticas públicas têm estimulado a extração de pescado e estimulado a tragédia dos comuns (HARDIN, 1968), orquestrada e dirigida pelo Estado brasileiro. Elencamos os grandes projetos, enfatizando a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE) como uma das principais mudanças entrópicas ocorridas no rio Tocantins que alteraram de maneira irreversível o ambiente ecológico e social existente.

Iniciamos o artigo descrevendo categorias e conceitos essenciais para o entendimento do cenário apresentado, para depois abordarmos as diferenças entrópicas dentro do sistema pesqueiro local, com variações na estatística de desembarque pesqueiro nas áreas a jusante e a montante da barragem e as novas estratégias, tanto políticas quanto sociais, frente ao novo contexto ecológico construído. Após esse primeiro momento, esclarecemos o surgimento da pesca no pé da barragem e a proposta do Parque Aquícola Breu Branco III.

### **Desenvolvimento, crescimento, entropia e recursos pesqueiros**

A apropriação humana da superfície terrestre e dos recursos naturais disponíveis tem engendrado processos de constantes transformações entrópicas. Tais transformações foram proporcionadas,

primeiramente, pelas primeira e segunda revoluções industriais, iniciadas no século XVII, graças à descoberta da possibilidade da transformação de energia em trabalho, através do calor. Essa descoberta baseia-se em conhecimentos oriundos da termodinâmica (que primeiramente estudava a eficiência das máquinas), em especial sua segunda lei, a da Entropia (ALMEIDA, 2015), que versa sobre a possibilidade de transformação de uma forma de energia em outra.

Tal lei foi proposta por Clausius (CECHIN, 2010) ao se debruçar sobre os estudos de conservação de energia proposto por Carnot. Este último utilizou o termo entropia devido a seu significado grego (transformação), ao perceber que a energia dentro de um sistema se manifesta de várias formas, na condição de que não pode ser criada nem destruída, e, sim, transformada.

Os meios de produção utilizados pelo modo de produção capitalista, que é o sistema econômico preponderante, têm alterado entropicamente e irreversivelmente o sistema planetário (GEORGESCU-ROEGHEN, 2012; SANTOS, 2002; HARVEY, 2005). A economia não é o problema, mas, sim, sua apropriação e seu controle pelo mercado. Polanyi (2000) destaca que a dificuldade em compreender outras formas de economia não reguladas pelo mercado se dá justamente pelo monopólio semântico do termo economia, que oculta a existência de outros sentidos atribuídos ao mesmo termo. Enquanto na sociedade de mercado o objetivo é o acúmulo de ganhos monetários, em outras economias o que se busca é a reprodução material da própria vida.

Isso porque a noção de desenvolvimento adotada e consolidada ao longo do processo histórico de expansão e conquistas territoriais pauta-se na mensuração das riquezas e da produção interna de um país, tendo por suportes paradigmáticos os estudos econômicos. Estes, por séculos, não levaram em consideração a finitude dos recursos naturais nem a

capacidade da biosfera de suporte para a reposição dos recursos explorados. Tal visão econômica dos recursos naturais proporcionou a acumulação primitiva do capital, o desenvolvimento desigual e combinado (ANDRADE, 1985; HENRIQUE, 2014; MACHADO, 2011; OLIVEIRA, 2002) e a exploração desenfreada dos recursos naturais, substituindo sistemas locais de produção (exercidos por populações tradicionais) pela lógica produtivista industrial.

Este cenário fez com que práticas de baixa entropia, baseadas em uma economia de aprovisionamento (SAHLINS, 1970) e estimuladas pela lógica industrial, fossem inseridas dentro da economia de mercado, substituindo cenários de baixa entropia por práticas de alta entropia. Atualmente, o processo permanece sendo estimulado, pois os indicadores econômicos de desenvolvimento têm na produtividade seu principal parâmetro de mensuração.

No caso da pesca artesanal na Amazônia, o estado brasileiro acaba por estimular e conduzir a um processo de tragédia dos comuns (OSTROM, 1990; HARDIN, 1968) através da promulgação de normativas jurídicas que estimularam a extração destes recursos, com o plano de consolidar o processo de industrialização das atividades produtivas. O resultado foi o deplecionamento dos estoques pesqueiros, o acirramento de conflitos sociais e a concorrência por locais de pesca. As respostas sociais e governamentais foram distintas.

Os pescadores artesanais passam a se unir e estabelecer normas de uso e acesso aos recursos pesqueiros, além de deslocar-se para locais mais distantes e aprimorar técnicas e tecnologias associadas à pesca, a fim de perpetuar sua produtividade (FEENY, 2001; MCGRATH, 1993; MCGRATH et al., 1993; MCGRATH; CASTRO; FUTEMA, 1994; MELO, 1993; FURTADO, 1987, 1990, 1993, 1997; ALMEIDA, 2008; CRUZ, 2010; CRUZ; MORAES, 2012; CRUZ; CAÑETE, 2014, 2015).

O governo, então, responde de duas maneiras, primeiramente reconhecendo as regras estabelecidas entre os pescadores e imputando-lhes o valor de Lei,<sup>3</sup> e, por outro lado, passa a estimular o cultivo de peixe,<sup>4</sup> relação conhecida como apropriação dos recursos naturais (GOODMAN et al., 1990). Para Goodman et al. (1990, p. 6):

Em seu sentido mais pleno, o apropriação constitui-se pela ação empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente como uma força fora de sua direção e controle. Isto foi alcançado inicialmente pela redução dos limites impostos pela terra enquanto espaço por meio da mecanização e, subsequentemente, pelo esforço contínuo de transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial. Com efeito, o processo de reprodução natural das plantas e animais está sendo internalizado, através da ciência, na reprodução dos capitais industriais.

Tal processo teve início com a apropriação de elementos discretos da produção, como a substituição da força humana pela tração animal, a utilização de elementos químicos para a correção do solo e a inserção de máquinas para colher as culturas (GOODMAN et al., 1990). Avanços tecnológicos nas indústrias química e biológica permitiram a compreensão e o domínio de etapas da produção, bem como o aperfeiçoamento de técnicas de reprodução de sementes em laboratório, através do aprimoramento genético. Isso possibilitou uma racionalidade produtiva voltada para atender a demandas cada vez mais céleres do mercado.

O aprimoramento de técnicas de cultivo através do conhecimento mais detalhado sobre a biologia das espécies, seu ciclo reprodutivo e sua

---

<sup>3</sup> Acordos de pesca.

<sup>4</sup> Pronaf Pesca; Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar; Plano Safra das Águas; Plano Safra da Pesca e Aquicultura; Parques Aquícolas.



alimentação insere a possibilidade de controle de produção e a previsão de custos e ganhos financeiros com a atividade. Durante este processo, há a transformação de elementos discretos do desenvolvimento agrícola “em atividades industriais e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos” (GOODMAN et al., 1990, p. 1). A problemática da apropriação industrial dos produtos agrícolas ocorre pelo fato de eles serem produtos alimentícios, o que impossibilita sua simples substituição. Dessa forma, a estratégia adotada foi reincorporar produtos agrícolas como insumos na produção, agregando valor ao produto final. Este processo chama-se substitucionismo.

Para Goodman et al. (1990, p. 14), o objetivo do substitucionismo:

será o de eliminar o produto rural, e, assim, a base rural da agricultura. Esta dinâmica é ilustrada pelo desenvolvimento paradigmático da indústria química e das matérias-primas sintéticas. Na indústria alimentícia, a mesma tendência é revelada pela expansão dos alimentos “fabricados” altamente processados, baseados na reconstituição de componentes alimentícios genéricos, e pelo crescente controle tecnológico da produção de alimentos, manifesto no uso dos aditivos químicos.

A associação dos dois processos, apropriação industrial e substitucionismo, tem conduzido a grandes transformações nas relações de produção e de trabalho. Isso porque eles compelem as atividades produtivas em direção a uma economia quase que exclusivamente voltada para o mercado, sob a égide de um modelo de desenvolvimento setorial e produtivista, adotado e disseminado mundialmente.

Somado aos estímulos da apropriação industrial da atividade da pesca, ocorreu o estímulo a grandes obras de integração e desenvolvimento nacional no Brasil, a partir do fim da década de 1960. Entre essas obras, houve as que primaram pelo abastecimento energético por meio de recursos hídricos.

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE) começou a ser planejada durante a década de 1970 (CMB, 1999; 2000; SANTOS, 2007; JURAS et al., 2004; ROCHA, 1999; 2005; CINTRA et al., 2011), “com o intuito de suprir de energia a cidade de Belém e a região circunvizinha. Entretanto, mais tarde, o objetivo de gerar eletricidade para o projeto de alumínio da Albrás começou a ganhar importância” (CMB, 2000, p. VII).

Com a implantação da UHE, pescadores passam a se adaptar a esse novo contexto, estabelecendo novas relações sociais e desenvolvendo outras técnicas de pesca após o novo equilíbrio ecológico, o que permitiu a renovação dos estoques pesqueiros por meio do estabelecimento de regras. É neste contexto que destacamos o desenvolvimento da pesca ao pé da barragem como estratégia social de baixa entropia, frente ao novo ambiente apresentado.

### **UHE Tucuruí e novas relações entrópicas na pesca artesanal**

De acordo com Cintra et al. (2013, p. 61), a “UHE Tucuruí está localizada no canal principal do rio Tocantins, acerca de 7,5 km a montante da cidade de Tucuruí e a 300km em linha reta da cidade de Belém”. Sua construção foi prevista para ocorrer em duas fases: na primeira (1975 a 1984), seriam realizadas obras para a geração de energia; e, na segunda (1997 a 2010), obras civis voltadas para a construção de eclusas, para permitir a trafegabilidade no rio Tocantins, interrompida com construção da barragem (CMB, 2000).

Durante a construção da UHE Tucuruí, não havia a definição de modelos para o trato de questões sociais, sendo realizados processos indenizatórios a populações cujos deslocamento e reassentamento tivessem sido provocados pelo empreendimento. Ademais, não se tinha o entendimento de que a construção de hidrelétricas possui impactos significativos tanto a montante quanto a jusante, sendo considerados,

neste período, apenas os impactos a montante (FEARNSIDE, 2002, 2009, 2012, 2015; CMB, 1999; 2000).

Com a barragem, novos cenários foram construídos para a atividade da pesca artesanal (BARTHEM, 2004; BARTHEM et al., 1997; JURAS et al., 2004; 2007; CINTRA et al., 2004; 2007; 2009; CINTRA, 2009). Nas localidades a montante da barragem, a atividade pesqueira sofreu um incremento de captura devido ao aumento da área de pesca e da produtividade primária, que se “refletem no suprimento alimentar em toda a cadeia trófica das diversas espécies que compõem a ictiofauna do lago” de Tucuruí (JURAS et al., 2004, p. 77). A jusante, ocorreu um decréscimo nas comunidades de pescado, onde as espécies comerciais tiveram sua abundância reduzida, e os predadores dominaram o trecho mais próximo ao barramento (JURAS et al., 2007).

A implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, desde sua concepção na década de 1970 até a construção de suas eclusas na década de 2000, tem promovido apropriações parciais e persistentes da baixa entropia ecológica existente, representada pelo rio Tocantins, transformando-o em um ambiente de alta entropia, através do processo de desordem e completa transformação, mediado por técnicas de construção civil. Representa um processo de desordem dentro do ambiente ecológico de Tucuruí, com mortalidade de espécimes de fauna e flora, alagamento de vastas áreas, alteração do pH das águas e alteração da vida social e econômica preestabelecida. Após a construção da barragem de Tucuruí, novas relações sociais, territoriais e ecológicas foram estabelecidas.

No ambiente de lago a jusante, as técnicas de pesca permaneceram praticamente inalteradas. Todavia, a diferença está no aumento da disponibilidade de espécimes carnívoras. No ambiente a jusante, desenvolveu-se uma técnica através da observação do comportamento do pescado, conhecida como pesca no pé da barragem, realizada exclusivamente por homens.

## **A pesca no "pé da barragem"<sup>5</sup>**

A pesca no pé da barragem é uma técnica de pesca realizada próximo à saída d'água dos vertedouros da Usina Hidrelétrica, desenvolvida por pescadores artesanais a jusante da barragem de Tucuruí, por meio da percepção da concentração de pescado em áreas perto de vertedouros e comportas auxiliares. Segundo os pescadores, elas se tornaram áreas de berçário e alimentação farta de peixes carnívoros e de peixes cuja ocorrência está relacionada a locais de corredeiras.

Este tipo de pesca exige o domínio prévio de outras técnicas, como a de caniço, a de espinhel e a com malhadeira. Exige a destreza com a embarcação, pois se trata de uma área de corredeira. Além disso, principalmente, requer coragem, aspecto fundamental que acompanha o pescador artesanal desde tempos imemoriais: a coragem diante de um ambiente ainda desconhecido, a coragem diante de ambientes de corredeiras, a coragem de estar em alto-mar, coragem diante de qualquer animal aquático que possa cruzar seu caminho. Os apetrechos utilizados na pesca no pé da barragem são a linha, o anzol, o caniço, o espinhel e a malhadeira. O ensino do ofício de pescador artesanal inicia-se durante a infância. Todos os riscos e técnicas de "segurança" são repassados através da interação ambiental. Ou seja, a interação com os ambientes de pesca e a percepção sobre a turbidez e a coloração da água são imprescindíveis para se obter o sucesso na pesca, mensurado pela quantidade de pescado extraída.

A pesca no pé da barragem oferece risco de morte aos pescadores artesanais. Os pescadores só arriscam suas vidas nesta modalidade de pesca devido a esse risco ser compensado pela concentração de pesca-

---

<sup>5</sup> O pé da barragem significa toda a área próxima aos vertedouros da usina hidrelétrica.

do no local, conseqüentemente, indispensável para a geração de renda de suas famílias. Foi relatada a morte por afogamento de, pelo menos, 11 pescadores artesanais, que tiveram suas embarcações e seus apetrechos sugados pelo rebojo<sup>6</sup> gerado pela correnteza das turbinas.

Realizada por meio de duas técnicas diferenciadas de pesca, ela está sujeita às sazonalidades provocadas pelos períodos de inverno e verão (seca e cheia), que também afetam a abertura ou o fechamento das comportas da Usina, sendo elas a pesca perto das comportas (localmente chamadas de pesca no pé mesmo) e a pesca no travessão, relativamente distante dos vertedouros. Há de se destacar que o regime hídrico do rio Tocantins foi alterado devido à construção da Usina Hidrelétrica. Na bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins,

o regime hidrológico da Região Hidrográfica, de uma forma geral, é bem definido, apresentando um período de águas altas entre fevereiro e abril, quando verificam-se as maiores cheias. No rio Tocantins propriamente dito, as máximas vazões são observadas, geralmente nos meses de fevereiro e março, enquanto que na Sub-bacia do rio Araguaia, principalmente nos trechos médio e baixo, ocorrem em março e abril. (CADERNO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS-ARAGUAIA, 2006, p. 40).

Cintra (2013, p. 60-61) destaca, ainda, que:

A estação chuvosa começa em novembro-dezembro no Sul da bacia, com precipitações mensais médias atingindo 300mm. Existe uma defasagem de cerca de um mês entre as regiões do alto curso e do baixo curso. Nos meses mais secos (junho, julho, agosto), a média mensal de chuvas oscila entre 1 e 50 mm.

Próximo aos vertedouros, com maior risco de morte aos pescadores, a pesca é realizada com malhadeira (rede de *nylon*). Os pescadores

---

<sup>6</sup> Redemoinho formado na água.

aproximam-se das comportas principais e/ou auxiliares e atracam suas rabetas junto aos trilhos das máquinas limpa-grades,<sup>7</sup> amarrando uma corda entre dois pilares dos trilhos, ou fixam-se aos canos de saída d'água ou nas pilastras mais afastadas aos vertedouros.

Essa corda possui um gancho de ferro na extremidade e deixa a embarcação fixa a uma distância de, aproximadamente, 10 metros dos vertedouros, impedindo que as embarcações se distanciem impulsionadas pela correnteza, conforme nos explica o pescador Antônio (Baixinho)<sup>8</sup>:

Eles [pescadores] encostam, eles esperam assim, quando o remoinho boia. Aí eles vão pra lá e amarram. Aí eles esticam um negócio de dez metros daqui pra lá. Aí eles soltam a rede pra afincar lá pra essa rede não descer pra lá. Aí eles botam essa pedrona,<sup>9</sup> né? Aí, quando dá a hora deles irem revistar ou virem, eles esperam boiar o remoinho de novo. Aí, quando boia o remoinho, eles puxam a rede, vão e desatam. Agora perigoso mesmo é tempo de inverno. Tempo de inverno é perigoso, que as comportas estão abertas e o remoinho só está chamando. Só está chamando.

No tempo da cheia, quando as comportas estão abertas, eles não vão. O remoinho e o rebojo relatados na fala do pescador têm origem nas turbinas. Não é toda a extensão do rio que apresenta esse perigo, mas, sobretudo, a área próxima ao "pé da barragem", ou seja, perto dos vertedouros. Todavia, o despejo d'água do reservatório é realizado pelo conduto de maneira constante.

---

<sup>7</sup> Máquinas acopladas aos vertedouros, que removem de resíduos acumulados nas comportas, que poderiam ocasionar sua obstrução e sua interrupção no fluxo d'água do duto condutor das turbinas de geração de eletricidade.

<sup>8</sup> Entrevista concedida em trabalho de campo no município de Tucuruí, no período de 12-22 de julho de 2016.

<sup>9</sup> A "pedrona" faz o apoitamento da canoa, servindo como uma espécie de âncora.

As Figuras 1 e 2 mostram os locais de pesca no pé da barragem, nas comportas auxiliares da UHE Tucuruí no período de verão e indicam os locais onde os pescadores atracam suas embarcações, com resquícios de cordas já utilizadas em períodos de cheia.

*Figura 1. Comportas auxiliares no período de inverno e pescador artesanal beirando.*



*Foto: Mariana Mello (2016).*

*Figura 2. Pesca no pé da barragem nas comportas auxiliares no período de verão.*



*Foto: Mariana Mello (2016).*

Na Figura 1, temos um pescador realizando a pesca no pé da barragem nas comportas auxiliares no período de verão. Já na Figura 2, podemos visualizar as comportas auxiliares no período de inverno e o risco constante que esta representa aos pescadores artesanais que se atrevem a pescar neste período.

Nestas áreas, apesar de elas oferecerem perigo e relativo risco aos pescadores por conta da correnteza existente nas áreas de acesso – as comportas auxiliares –, o risco de morte é relativamente menor. A pesca no pé da barragem que oferece maior risco aos pescadores é aquela mais próxima da correnteza gerada diretamente pelas turbinas da Usina, na área do vertedouro, regiões de maior rebojo. Isso porque os pescadores precisam estar praticamente frente a frente aos vertedouros para atracar suas embarcações.

O acesso a essa área é feito de maneira indireta. Acessam-se primeiramente as comportas auxiliares, perto das áreas de afloramentos rochosos (que geram ainda mais correnteza e instabilidade); e, depois, se ultrapassam as pilastras, e faz-se a aproximação até os vertedouros. Faz-se essa aproximação à parede da Usina, ou seja, “beirando a parede”, linguajar utilizado pelos próprios pescadores.

Em geral, as embarcações são de pequeno porte e de baixa capacidade de armazenamento, conhecidas como rabetas. O pescado é armazenado em caixas de isopor de até 100 litros. De maneira geral, realiza-se a pesca de maneira individual, mas pode haver parcerias, normalmente, membros da família do sexo masculino.

Devido ao fato de o rebojo gerado pelas turbinas ser incessante, todos os cuidados adotados pelos pescadores permanecem ao longo do ano, sendo redobrados nos períodos de cheia, quando as comportas são abertas. Conforme já destacado, a estratégia adotada pelos pescadores artesanais para diminuir os riscos associados ao rebojo das turbinas é o acesso indireto ao pé da barragem.



Todavia, essas áreas também possuem uma correnteza considerável, oriunda do próprio rio Tocantins, que representa por si só risco de morte aos pescadores artesanais. Ou seja, o risco de morte não está associado somente ao pé da barragem, mas à trajetória adotada para acessá-la. Na Figura 3, é possível verificar o local de acesso aos vertedouros para a realização da pesca no pé. Na imagem, ainda se pode verificar uma corda que já foi utilizada por outro pescador.

**Figura 3.** Corda utilizada para a pesca no pé da barragem, no período de verão.



Foto: Mariana Mello (2016).

Durante o deslocamento lateral para alcançar os vertedouros, o pescador passa entre as pilastras utilizando as áreas mais estáveis, ou seja, com menor turbidez. Todavia, na Figura 3, é possível visualizar a grande correnteza existente nesta área.

A embarcação é amarrada ao pé da eclusa, e a técnica utilizada consiste na pesca com malhadeira. A seta indica áreas de rebojo; e a vermelha a localização do pescador. O registro desta modalidade de pesca foi realizado durante o período de verão. Na Figura 5, é possível verificar que, mesmo com os vertedouros fechados, o rebojo

gerado pelas turbinas representa risco permanente aos pescadores artesanais. Não foi possível realizar o registro *in loco* desta modalidade de pesca no período de cheia (inverno). Isso porque, pelo aumento exponencial do risco, a pesquisa teve de contar apenas com o relato dos pescadores, sendo registrada *in loco* a pesca no pé da barragem no período de verão.

**Figura 4.** Pesca no pé da barragem, no vertedouro, no período de verão.



Foto: Mariana Mello (2016).

A outra modalidade de pesca no pé da barragem é conhecida por pesca do travessão, que oferece menor risco de morte. Consiste na pesca defronte aos vertedouros, próximo a um local de florescência de rochas, conhecido como travessão de pedras. Apesar do medo relatado pelos pescadores, a pesca permanece nos períodos de cheia e de seca do rio, com menor aproximação à área do vertedouro no período de cheia.

**Figura 5.** Pesca no travessão, no período de verão.



Foto: Mariana Mello (2016).

Na Figura 5, temos um pescador realizando a pesca no travessão. Nela, percebe-se o distanciamento em relação aos vertedouros.

O risco associado a esse tipo de pesca é compensado, conforme já destacado, pela quantidade de pescado disponível nesta área do rio Tocantins. São espécies valorizadas economicamente nos mercados locais. Dessa forma, os pescadores artesanais do pé da barragem têm essa área e essa modalidade de pesca como imprescindíveis para sua economia familiar. Ademais, essa modalidade de pesca já faz parte de suas práticas cotidianas. Está inserida em seu contexto social e identitário, construído ao longo de suas interações território-ambiental após a construção das Usina.

No pé da barragem, independentemente de ser no travessão ou próximo aos vertedouros, a espécie focal é, sobretudo, o peixe-filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), mas também são extraídos o mapará

(*Hypophthalmus marginatus*) e a dourada – ou apapá-sarda – (*Pellona castelnaeana*).

A pesca em áreas próximas a barragens é proibida desde 1972, graças à portaria da Sudepe nº 466/1972, que em seu artigo 4º estabelece o seguinte: “Fica proibido qualquer tipo de pesca praticado a menos de 200 metros, a jusante e a montante das barragens, cachoeiras, corredeiras e escadas de peixe”. Essa distância foi estendida no ano de 2002, através da portaria do Ibama nº 142/2002, que em seu artigo 3º resolve:

Proibir a pesca de espera com malhadeira apoitada e qualquer categoria, modalidade e petrecho, até a distância de 1.500 m (hum mil e quinhentos metros) a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeiras e corredeiras existentes em cada bacia hidrográfica.

Todavia, na Amazônia, agravantes como a falta de equipamentos, falta de contingente técnico em órgãos e instituições de fiscalização da atividade da pesca bem como a extensão territorial tornam difícil o processo de fiscalização e execução das normativas jurídicas associadas aos recursos pesqueiros.

### **Parque Aquícola Breu Branco III e mudanças entrópicas irreversíveis**

O Parque Aquícola Breu Branco III foi pensado a partir de conflitos entre Eletronorte e, aproximadamente, 325 famílias de pescadores artesanais, que tiveram seu local de moradia e de trabalho afetados pela construção das eclusas de Tucuruí, inseridas nas obras civis previstas para a segunda fase de construção da UHE. Entre essas pessoas, havia pescadores que realizavam a pesca no “pé da barragem”.

A gestão do Parque seria feita por meio do projeto Ipirá, orçado em R\$ 8.000.000,00. O projeto do parque previa a instalação de 2.600 estruturas de tanques-rede, com a doação de 500 alevinos de pirapitinga

(*Piaractus brachypomus*) para cada pescador beneficiário. A perspectiva da Eletronorte e da Sepaq (gestoras do parque aquícola) seria a de realizar a despesa de espécies adultas com, aproximadamente, 1,2 kg ao final de oito a nove meses (primeiro ciclo), com a possibilidade de comercialização a R\$ 6,00 o quilo.

Toda a renda oriunda das atividades do Projeto seria dividida equitativamente entre duas cooperativas, Coopab e Coopat, que, através de cessão de uso, seriam responsáveis pela manutenção e pela conservação dessa infraestrutura. Nenhum ônus recairia sobre os beneficiários e estes seriam capacitados para gerir o projeto a longo prazo.

A capacitação dos pescadores foi realizada por meio de palestras temáticas, com pagamento de bolsas no valor de um salário mínimo, condicionadas à frequência ao longo da capacitação. Inicialmente, foi previsto o pagamento de bolsas durante os sete meses de implantação do Parque Aquícola. As bolsas e a frequência nos cursos em formato de palestras não implicaram necessariamente a incorporação de conceitos e técnicas de aquicultura, tampouco representaram o abandono da atividade pesqueira no pé da barragem, nem em outros ambientes aquáticos. Ademais, os pescadores beneficiários possuem baixa escolaridade e baixo domínio de noções matemáticas e de biometria de pescado. Isso significa que o modelo de capacitação adotado não seria suficiente para ensinar a piscicultura aos pescadores beneficiários.

Em 2010, quando se iniciaram as aquisições de materiais para a futura implantação do Projeto Ipirá, alguns problemas de ordem prática e equívocos no planejamento do projeto foram verificados. De acordo com a entrevista concedida por um técnico da Eletronorte, a delimitação da área destinada para a implantação do projeto foi realizada no período de cheias (vertedouros fechados), com base em imagens de satélite. No período de seca (vertedouros abertos), a área torna-se imprópria

para o cultivo, pois a diminuição do nível da água deixa as estruturas de tanque-rede expostas. Além desse fator, na área prevista para a implantação do projeto, verificou-se a presença de paliteiros,<sup>10</sup> impossibilitando a distribuição dos tanques-redes.

Mesmo com todos os problemas de execução, ocorreu a implantação do Parque Aquícola Breu Branco III, não sendo possível a instalação da quantidade de tanques-redes inicialmente proposta no projeto. Devido a tais dificuldades, o pagamento de bolsas previsto para um período de sete meses foi estendido por mais quatro meses, totalizando onze meses de bolsas. De acordo com relatório do IICA (2013b, p. 29) realizado no mês de maio de 2013, durante a primeira fase de implantação do parque aquícola, houve “o povoamento e o manejo de aproximadamente 170 tanques-rede, os quais foram divididos entre as famílias de duas cooperativas de pescadores – a Coopab e a Coopat”. Isso representa cerca de 6% da proposta inicial. Ofereceu-se meio tanque-rede para cada pescador.

De acordo com entrevista cedida por técnicos da Eletronorte, durante a primeira despesca do projeto Ipirá, retirou-se o equivalente a 30 toneladas de peixes *in natura*, sendo 15 de cada cooperativa. A Coopab negociou a venda do pescado com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio de contrato de pré-venda. Assim, adquiriu as 15 toneladas de pescado retirado dos tanques-rede da cooperativa, recebendo o equivalente a R\$ 106.804,90 (cento e seis mil oitocentos e quatro reais e noventa centavos), rateados entre os cooperados, o que representou uma receita de R\$ 675,98 por família. No ano de 2014, os tanques-redes e o parque aquícola foram completamente abandonados.

---

<sup>10</sup> Locais onde ficam expostos os troncos das árvores que foram submersas com a formação do Lago da Usina, presente em vários pontos do Lago.

O Parque Aquícola Breu Branco III está em processo de reformulação desde o ano de 2015 e propõe a descentralização da gestão administrativa, que não irá se concentrar apenas entre as duas cooperativas, mas terá um acompanhamento técnico, mas próximo, com a entidade gestora, que será o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Em 2016, o projeto passou a ser revisado, recalculado e reformulado, sendo pensadas novas parcerias locais para promover um manejo mais efetivo e alcançar o sucesso produtivo.<sup>11</sup>

Em meio a essas especulações, pescadores artesanais que não participam do projeto se aproximaram dos pescadores beneficiados e passaram a negociar o arrendamento dos novos tanques. Por meio de demanda do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) apresentada em reunião, em que estavam presentes representantes do IFPA, do DNIT e da Eletronorte, e manifestado o interesse do IFPA através do Ofício nº 035/2017 – GAB/Reitoria em celebrar termo de cooperação técnica e financeira, foi apresentado pelo IFPA o Projeto Ipirá, plano 2017-2019. Este é o projeto básico de gestão do Parque Aquícola Breu Branco III.

### **Considerações finais**

O presente texto partiu da hipótese de que as políticas públicas que têm sido construídas para a pesca artesanal na Amazônia têm mitigado, induzido e conduzido a atividade da pesca artesanal rumo à inserção na economia de mercado e estimulado a consolidação dos processos de substitucionismo e apropriação dos recursos pesqueiros.

---

<sup>11</sup> O principal objetivo do projeto permanece sendo o incremento produtivo. Inserido na perspectiva de que tal fator por si só, poderia promover a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, devido ao aumento da renda, e a possibilidade de acesso a bens que, anteriormente, a pesca no pé da barragem não lhes proporcionava.

Desse modo, alteram os contextos ecológicos e sociais locais mediante processos altamente entrópicos e irreversíveis.

Na Amazônia, os processos de apropriação e substitucionismo dos recursos pesqueiros são inseridos na atividade da pesca de maneira discreta, introduzindo novos insumos na produção e ampliando a escala de extração através da adoção de novos materiais para a confecção de apetrechos e de novas técnicas de armazenamento e estocagem de pescado. Este processo já promove o aumento da entropia local de maneira irreversível, construindo novos cenários de pesca, ampliando a competitividade por recursos pesqueiros e, em alguns casos, deplecionando e extinguindo estoques de pescado.

Assim, hoje em dia, os maiores representantes do projeto de consolidação dos processos de apropriação e substitucionismo no estado do Pará, por meio do estímulo à produção dos recursos pesqueiros, são os parques aquícolas, usados também enquanto instrumento político para a compensação social aos grupos de pescadores afetados pela construção das eclusas de Tucuruí. É necessário pensar outra forma de desenvolvimento que permita não a existência precária de outros modos de vida, mas sua existência plena, com todos os seus signos, semióticas, economia, ontologias e sujeitos. Esta tese não possui cunho extensionista de intervenção na realidade, mas pretende divagar sobre a maneira como o modo de produção capitalista tem construído estratégias de fagocitose de ontologias diferenciadas. Desde a década de 1960, são pensados modos de desenvolvimento diferenciado, pautados nas limitações da biosfera, quando, na verdade, deveríamos refletir sobre as formas de economia existentes e a possibilidade da coviabilidade planetária de ontologias diferenciadas, não apenas a ontologia globalizada do consumo, mas a ontologia da coviabilidade da plena existência humana.



## Referências

ALMEIDA, O. T. et al. *Diagnóstico, tendência, potencial e políticas públicas para o desenvolvimento da pesca de subsistência*. Diagnóstico da pesca e aquicultura do Estado do Pará: SEPAQ, 2008.

ALMEIDA, M. W. B. Metafísicas do fim do mundo e encontros pragmáticos com a Entropia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL OS MIL NOMES DE GAIA: DO ANTROPOCENO À IDADE DA TERRA, 2014, Rio de Janeiro. *Colóquio...* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2015.

ALMEIDA, M. W. B. Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss. *Rev. Antropol.* v. 42, n. 1-2, p. 163-197, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 6 abr. 2017.

ANDRADE, M. C. A atualidade do pensamento de Élisée Reclus. In: ANDRADE, M. C. (Org.); FERNANDES, F. (Coord.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985. p. 7-36.

BARTHEM, R. B. O desembarque na região de Belém e a pesca na foz amazônica. In: RUFINO, M. L. (Ed.). *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira*. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004. p. 153-183.

BARTHEM, R. B. et al. A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. In: VALADARES-PÁDUA, C.; BODMER, R. E. (Orgs.). *Manejo e conservação da vida silvestre no Brasil*. Tefé-AM: MCT-CNPq, Sociedade Civil Mamirauá, 1997. p. 173-184.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Caderno da região hidrográfica do Tocantins-Araguaia*. Brasília: MMA, 2006.

CADERNO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS-ARAGUAIA. Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia. Brasília/DF: MMA, 2006.

CMB. COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. *Estudo de caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil): relatório final da fase de escopo*. Rio de Janeiro: CMB, 1999.

CMB. COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS (CMB). *Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil): Relatório final*. Novembro, 2000. Disponível em: <[http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/projetos/ema/tucurui\\_rel\\_final.pdf](http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/projetos/ema/tucurui_rel_final.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

- CECHIN, A. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Senac, 2010.
- CINTRA, I. H. A. *A pesca no reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, estado do Pará, Brasil*. Tese (Doutorado em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- CINTRA, I. H. A. et al. Apetrechos de pesca utilizados no reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pará, Brasil). *Bol. Tec. Cient. CEPNOR*, v. 9, n. 1, p. 67-79, 2009.
- CINTRA, I. H. A. et al. Caracterização dos desembarques pesqueiros na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, estado do Pará, Brasil. *Bol. Tec. Cient. CEPNOR*, v. 7, n. 1, p. 135-152, 2007.
- CINTRA, I. H. A.; JURAS, A. A.; LUDOVINO, R. M. R. A pesca na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – Estado do Pará. *Bol. Tec. Cient. CEPNOR*, Belém, v. 4, n. 1, p. 77-88, 2004.
- CINTRA, I.; MANESCHY, M. C.; JURAS, A.; MOURÃO, R.; Ogawa, M. Pescadores artesanais do reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí (Pará, Brasil). *Rev. Ci. Agra*. v. 54, n.1, p.63-72, Jan/Abr 2011.
- CRUZ, M. N. *Gestão de recurso de uso comum no Pará: o caso dos acordos de pesca na comunidade de Jaracuera Grande, Cametá, Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- CRUZ, M. N. *Gestão dos recursos pesqueiros na Resex Mãe Grande de Curuçá: Comunidade Arapiranga de Dentro*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8220/1/Dissertacao\\_GestaoRecursosPesqueiros.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8220/1/Dissertacao_GestaoRecursosPesqueiros.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- CRUZ, M. N.; CAÑETE, V. R. *Do protagonismo à invisibilidade de saberes e práticas: pescadores artesanais de Tucuruí (Pará) e o Parque Aquícola Breu Branco III*. ANAIS do XIII REAB/ABANE. 2015 Disponível em: <[http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1021213\\_30\\_06\\_2015\\_16-51-31\\_4562.PDF](http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1021213_30_06_2015_16-51-31_4562.PDF)>. Acesso em: 22 jan. 2016.
- CRUZ, M. N.; CAÑETE, V. R. Parques aquícolas de Tucuruí: quando o pescador artesanal vira empreendedor. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014. Disponível em: <<http://www.29rba.abant.org.br/>>

resources/anais/1/1401999887\_ARQUIVO\_trabalhoA BA05.06.2014.pdf>.

Acesso em: 22 jan. 2016.

CRUZ, M. N.; MORAES, S. C. Acordo de pesca na Amazônia brasileira Comunidade de Jaracuera, Rio Tocantins, Pará. *Momentos de Ciência*, n. 9, v. 2, p. 120-126, 2012.

FEARNSIDE, P. M. Desafios para mediação da ciência na Amazônia: o exemplo da hidrelétrica de Belo Monte como fonte de gases de efeito estufa. In: NETO, F. (Ed.). *A mediação da ciência: cenários, desafios, possibilidades*. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2012. p. 107-123.

FEARNSIDE, P. M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: INPA, 2015.

FEARNSIDE, P. M. *Impactos ambientais da barragem de Tucuruí: lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia*. Manaus: INPA, 2002.

FEARNSIDE, P. M. Recursos pesqueiros. In: VAL, A. L.; SANTOS, G. M. (Ed.); Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos (GEEA). *Tomo II*, Instituto Nacional de Brasil 21-26 abril. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), São José dos Campos-São Paulo, Brasil, 2009. p. 38-39.

FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Tradução André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/LASTROP/USP, 2001, p.17-42. [1990].

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém, MPEG, 1987.

\_\_\_\_\_. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 6, n. 1, jun. 1990. p. 41-93.

\_\_\_\_\_. “Reservas Pesqueiras”, uma alternativa de subsistência para a preservação ambiental: Reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: FURTADO, L; MELLO, A. F.; LEITÃO, W. (ORGS.) *Povos das águas: realidades e perspectiva na Amazônia*. MPEG/UFPA: Belém, 1993. p. 243-276.

\_\_\_\_\_. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida da Amazônia. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves (org.). *Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA/NUMA, 1997.

- GEORGESCU-ROEGEN, N. *O decrescimento – entropia, ecologia, economia*. São Paulo: Senac, 2012.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias*. 1990. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/zyp2j/pdf/goodman9788599662298.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, n. 3.859, p. 1243-1248, 1968.
- HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2005.
- HENRIQUE, W. Do sentimento da natureza à sua apropriação capitalista: a sociedade e a natureza nas contribuições de Élisée Reclus. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v.1, n. 1, p. 20-33, jan./jun. 2014.
- IICA. *Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/009: “fortalecimento da capacidade institucional e da gestão das ações voltadas às populações atingidas pelos empreendimentos da Eletronorte”*. 2013a. Disponível em: <[http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Produto-02\\_Villi-IICA\\_2013.pdf](http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Produto-02_Villi-IICA_2013.pdf)>. Acesso em: 5 set. 2014.
- IICA. *Projeto socioproductivo de manejo, produção e comercialização de peixes no Parque Aquícola Breu Branco III*. 2013b. Disponível em: <[http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/P-II-Francisco\\_Chagas.pdf](http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/P-II-Francisco_Chagas.pdf)>. Acesso em: 5 ago. 2014.
- JURAS, A. A.; CINTRA, I. H. A.; LUDOVINO, R. M. R. A pesca na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Pará. *Bol. Téc. Cient. CEPNOR*, Belém, v. 4, n. 1, p. 77-88, 2004.
- JURAS, A. A.; CINTRA, H. A. I.; ANDRADE, J. A. C. O desembarque de pescado na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Pará, Brasil, 2001-2005. XXVII Seminário Nacional de Grandes Barragens. Belém – PA, 03 a 07 de junho de 2007.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica\**. São Paulo: Editora 34, 1994.
- MACHADO, S. M. M. Élisée Reclus: a atualidade do pensamento de um geógrafo anarquista do século XIX e sua contribuição para a construção de uma geografia libertária para o século XXI. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL ELISÉE RECLUS E A GEOGRAFIA DO NOVO MUNDO. 2011, São Paulo, *Anais...* São Paulo, v. único. p. 1-13.

- MCGRATH, D. G. Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: FURTADO, L. G. et al. (Org.); LEITÃO, W. M.; MELLO, A. F. de. *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993.
- MCGRATH, D. G.; CASTRO, F; FUTEMA, C. Reservas de lago e o manejo comunitário de pesca no Baixo Amazonas: uma avaliação preliminar. *Naea*, p. 1-16, mar. 1994.
- MCGRATH, D. G. et al. Fisheries and the evolution of resource management on the lower Amazon floodplain. *Human Ecology*, v. 21. n. 2, p. 167-195, 1993.
- MELO, A. F. de. In: FURTADO, L. G. (Org.); LEITÃO, W. M.; MELLO, A. F. de. *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993.
- OLIVEIRA, A. M. S.; THOMAZ JÚNIOR, A. *Relação homem-natureza no modo de produção capitalista*. Barcelona: Scripta Nova; Universidade de Barcelona, v. VI, p. 1-8, 2002.
- OSTROM, E. *El gobierno de los bienes comunes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- ROCHA, G. de M. *A construção da Usina Hidrelétrica e a redivisão político-territorial na área de Tucuruí*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ROCHA, G. de M. Reordenamento territorial e político-institucional e desenvolvimento local na Amazônia: o caso de Tucuruí (PA). In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005.
- SAHLINS, M. *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2002.
- SANTOS, S. M. S. B. M. *Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais; Pierre Teisserenc da École Doctorale Vivant et Sociétés. Tese. Belém: UFPA, 2007. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/teses/teseTurma2003-SoniaSantos.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

**(RE)CONSTRUÇÃO DE SABERES ORIUNDOS  
DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA  
USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ (UHT)**

Neila de Jesus Ribeiro Almeida

**Introdução**

As experiências com hidrelétricas na Amazônia mostram o quanto o planejamento é falho, através de evidências drásticas de cunho socioambiental e das consequências que estes investimentos provocam em toda a área de influência dos reservatórios formados. Pode-se dizer que as falhas são relacionadas principalmente ao não envolvimento com antecedência e com precauções de todas as áreas e sujeitos afetados, e às formas de mitigação para a superação dos impactos inevitáveis.

No entanto, mesmo diante de todo o conhecimento sobre os impactos causados pelas hidrelétricas, o setor elétrico brasileiro tem planos para implementação de dezenas de barragens na Amazônia. Dessa maneira, tornam-se urgentes discussões mais aprofundadas sobre os impactos que esse tipo de empreendimento causa no tempo e no espaço, tanto de cunho ambiental como social em toda a área de influência das hidrelétricas (CMB, 2000; FEARNSSIDE, 2001; INESC, 2012; PAIVA, 1982).

Nessa conjuntura, este artigo trata das problemáticas e impactos de cunho socioambiental oriundos da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). A partir da alteração do ambiente, além das transformações estruturais dos fatores bióticos e abióticos, as populações humanas que habitam essas áreas também são forçadas drasticamente a uma construção de novos saberes para adaptarem-se ao novo cenário.

Apesar das fortes pressões socioambientais nessa área, as atividades pesqueiras ainda podem ser evidenciadas tanto pelas alterações/dinâmicas do nível das águas responsável pela disponibilidade de recursos pesqueiros como pelas particularidades das organizações nas atividades desenvolvidas pela população local.

Nesse sentido, é necessário o debate sobre a relação entre as alterações do ambiente artificial/reservatório hidrelétrico e as singularidades das ações desenvolvidas pelas populações que há décadas tentam construir identidades e reconstruir novos saberes como forma adaptativa na área de influência do reservatório da UHT.

### **Cenário da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**

A construção de hidrelétricas tem sido uma das principais políticas de desenvolvimento do país. A partir do início da década de 1960, a evolução da capacidade geradora de energia elétrica instalada no Brasil aponta a Amazônia como a principal fonte geradora de hidrelétricas. Tal fato decorre das condições naturais, encontradas nos mais importantes sistemas fluviais da região (PAIVA, 1982).

As implantações de barragens constituem uma das maiores interferências no ambiente, a partir da mudança do ecossistema natural para o artificial. No momento em que o rio é barrado, o ambiente lótico é substituído por ambiente lêntico, e a partir dessa alteração, todos os fatores bióticos e abióticos são forçados a drásticas mudanças em toda sua estrutura, levando à construção de novos saberes em busca da adaptação ao novo cenário (AGOSTINHO et al., 1992; FEARNSSIDE, 2001; MÉRONA et al., 2010).

Nesse cenário problemático, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) começou a ser projetada na década de 1960, junto com o Programa Grande Carajás, para abastecer com energia subsidiada as indústrias de alumínio, no Maranhão (Alumar/Alcoa) e no Pará (Albras/Alunorte/Vale)

(JATOBÁ, 2006). O empreendimento tem 11 km de comprimento e 78 m de altura, seu desnível varia entre 58 e 74 m. Na primeira fase, inaugurada em 1984, sua potência era de 4.000 MW. Após a conclusão da segunda fase em 2010, a potência total passou para 8.370 MW. Considerando que a Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI), localizada no rio Paraná, é um empreendimento binacional do Brasil e do Paraguai com uma potência de 14.000 MW, a hidrelétrica de Tucuruí continua sendo potencialmente a maior usina hidrelétrica brasileira (CMB, 2000; CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL, 2007; FEARNSSIDE, 2001; JATOBÁ, 2006).

No momento da conclusão da primeira fase da usina, com o represamento do rio Tocantins, formou-se o lago de Tucuruí. Esse reservatório localiza-se no rio Tocantins, na região central do Pará (3°43' e 5°15'S; 49°12' e 50°00'W). Atualmente, a área alagada tem uma extensão de 2.917 km<sup>2</sup>, com cerca de 0,341 km<sup>2</sup>/MW produzido (CMB, 2000; CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL, 2010).

O lago de Tucuruí tem uma extensão de aproximadamente 200 km de comprimento e 14,5 km de largura e cerca de 1.600 ilhas. Seu desnível varia entre 58 e 74 m, sendo que, no período de cheia, no máximo da elevação da cota, o lago atinge sua área total de 2.917 km<sup>2</sup>. No período de seca com o nível d'água em cerca de 60 m, a área do lago diminui aproximadamente 560 km<sup>2</sup>. O lago abrange os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Novo Repartimento, Jacundá, Nova Ipixuna e Itupiranga<sup>1</sup> (CMB, 2000; CENTRAIS ELÉTRICAS NORTE DO BRASIL, 1994; FEARNSSIDE, 2001; JATOBÁ, 2006; RAVENA-CAÑETE et al., 2010).

---

<sup>1</sup> Toda a extensão do lago da UHT compreende um Mosaico de Unidades de Conservação que é composto por uma Área de Proteção Ambiental (APA) que abriga duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Alcobaça e Pucuruí-Araráo e duas Zonas de Proteção da Vida Silvestre- ZPVS.



A formação do lago trouxe grandes pressões sobre os ecossistemas da região, sobretudo nos recursos pesqueiros.<sup>2</sup> Entretanto, embora os inúmeros impactos da hidrelétrica tenham causados grandes desequilíbrios nos ecossistemas do lago de Tucuruí, a pesca nessa área ainda existe.

Na área do lago podem ser observadas várias maneiras de pesca: como a de subsistência, comercial e a esportiva. A pesca de subsistência e comercial é considerada uma importante alternativa de subsistência e geração de renda para os pescadores do lago. Esse cenário de diversidade da atividade pesqueira no lago, destaca os diversos usos dos recursos na área. De acordo com Camargo e Petrerre (2004) até o início dos anos 1990, cerca de 6 mil pescadores atuavam no reservatório, movimentando R\$ 4,2 milhões por ano. Segundo estimativas dos presidentes das colônias de pescadores do entorno do reservatório com rede ou anzol.

Os riscos de conflitos relevantes entre pescadores no lago ocorrem pelo tipo de petrecho utilizado, pois onde há algum pescador atuando com rede, não é possível pescar com anzol e vice-versa. Diante do impasse entre as técnicas utilizadas, muitos pescadores identificam a pesca de anzol como a pescaria mais rentável no lago da UHE – Tucuruí, pelo valor comercial do petrecho, pois a pesca com anzol é feita basicamente com linha e anzol, enquanto a malhadeira requer um investimento prévio sem retorno assegurado, pois muitas malhadeiras são danificadas no momento da captura do pescado.

O uso frequente de malhadeiras e a pesca de mergulho também têm excluído os pescadores que utilizam a pesca de anzol. A pesca com

---

<sup>2</sup> Recursos pesqueiros compreendem inúmeras espécies de peixes, crustáceos, moluscos, entre outras. Embora nesse trabalho seja utilizado o termo “recursos pesqueiros”, esta pesquisa trata especialmente da atividade pesqueira de recursos íctios – peixes. Portanto, aqui o uso do termo em questão é utilizado para as espécies de peixes.

malhadeiras é exclusiva para tucunarés (*Cichla* spp.), e a pesca de mergulho utiliza equipamentos de elevado custo e, portanto, de difícil acesso aos pescadores artesanais que dependem do peixe do lago para sobreviver (ALVES; BARTHEM, 2008). Dessa maneira, como os mesmos autores afirmam, os pescadores também destacam que a utilização do anzol ocorre predominantemente no período do defeso que vai do início de novembro ao fim de fevereiro, quando fica proibida a utilização da malhadeira e de outros petrechos de pesca.

A população que ocupa a área do reservatório desde antes de sua construção relata dois momentos diferenciados, a respeito da disponibilidade de pescado no interior do lago: o primeiro refere-se ao período anterior à construção da barragem, marcado por espécies de peixes com tamanho menor do que as encontradas atualmente. No segundo momento, após a formação do reservatório, quando um novo bioma se formou, espécies como o tucunaré (*Cichla* spp.) alcançaram um tamanho bastante superior ao apresentado no período anterior à formação da barragem, modificando completamente a maneira de utilização do lago (RAVENA-CAÑETE et al., 2010).

Paiva (1982) destaca que o represamento dos rios é um dos maiores problemas que comprometem a disponibilidade da ictiofauna, considerando que esse fator dificulta ou impede as migrações normais dos peixes, contribuindo para redução ou extermínio das espécies que necessitam da dinâmica dos rios para sua reprodução.

### **Saberes da população pesqueira do lago**

Cada sociedade inventa critérios únicos que determinam a maneira pela qual os recursos devem ser utilizados. Dependendo do processo de adaptação, o homem, do mesmo modo que muitas espécies, geralmente reproduz-se e cresce até o limite que os ambientes permitem.

A diferença entre o homem e as outras espécies está em seu potencial adaptativo. Embora o homem tenha um processo de transformação do meio para seu sucesso de adaptação, existem outras questões, as climáticas, por exemplo, que podem ocasionar os processos mal adaptativos. Daí a importância dos saberes das populações acerca de seu meio ambiente.<sup>3</sup>

As fontes de interações do homem com o meio ambiente aquático amazônico vêm sendo evidenciadas em uma visão do homem como destruidor dos recursos aquáticos, sendo as interações altamente impactantes. Desse modo, em cada rio, em cada bacia, em cada região, as culturas, os valores, as atividades econômicas e os modos de vida, assim como as experiências de luta e organização são diferentes.

Este fato mostra que os efeitos socioambientais das barragens podem variar muito de um lugar para outro. E no caso da usina de Tucuruí, se considerarmos as atividades que envolvem o reservatório como um todo, pode-se dizer que os efeitos do empreendimento causaram inúmeros impactos negativos que até hoje, após décadas da inauguração da hidrelétrica, podem ser observados na região.

Não é à toa que inúmeros estudos apontam grandes transformações ambientais que afetam a população que depende direta e indiretamente da ictiofauna da região. Não apenas na área do lago, mas em toda a região foram identificados impactos do empreendimento hidrelétrico. Recursos pesqueiros da região do Baixo Rio Tocantins foram diretamente afetados, especialmente o mapará (*Hypophthalmus* spp.), principal fonte de renda dos municípios de Cametá, Abaetetuba,

---

<sup>3</sup> O processo de adaptação utilizado nesse trabalho, trata da forma como os pescadores oriundos de ambiente natural que residem atualmente no reservatório, conseguiram construir formas de vivências mais eficientes no ambiente artificial – lago da UHT, através da disponibilidade de recursos.

Mocajuba e Baião, e o camarão (*Macrobrachium*), como afirmam Isaac e Barthem (1995, p. 218):

A construção da barragem hidroelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins provocou, provavelmente, a mais profunda modificação ambiental causada pelo homem nos rios da bacia amazônica [...] a represa prejudicou de forma dramática a produção pesqueira do Baixo Tocantins logo após seu fechamento, afetando a captura do mapará (*Hypophthalmus marginatus*) que juntamente com o camarão de água doce (*Macrobrachium amazonicum*), compunham a principal captura da pesca realizada nessa área.

Diante dos impactos causados pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, a população do lago tenta de todas as formas relacionar-se da melhor maneira possível com os recursos da região, principalmente em relação aos recursos pesqueiros.

Se por um lado a população a jusante foi afetada na captura do mapará (*Hypophthalmus spp.*) e do camarão (*Macrobrachium*), a população do lago ainda pode contar com esses recursos a partir de técnicas desenvolvidas no seu dia a dia através de seus saberes e práticas. Desse modo, para suas interações no cotidiano a população pesqueira do lago investe no saber construído pelas relações geracionais e de forma tradicional. Tais saberes refletem diretamente nos modos de vida, determinando o “tempo” para cada atividade, desenhando os modelos de “embarcações” utilizadas e até mesmo influenciando como as “casas” são construídas e decoradas.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Não é objetivo deste trabalho descer aos detalhes arquitetônicos e estéticos do espaço da moradia, mas chama a atenção perceber como o mesmo é pensado e detalhado entre os moradores. Essa é de fato uma característica que chama a atenção no cenário amazônico. Para saber mais sobre essa perspectiva ver Costa et al. (2002).

## O tempo

Embora os impactos tenham sido gigantescos, a população foi adaptando-se aos poucos, pois quando se leva em consideração as especificidades das interações entre as comunidades com os ecossistemas, pode-se fazer uma leitura de uma interação menos agressiva e prejudicial aos recursos do reservatório, fazendo com que o ambiente retorne à estabilidade aos poucos, beneficiando-se dos próprios impactos causados pelo empreendimento.

A população que reside atualmente no reservatório tem inúmeras dificuldades de acesso à água potável, à energia elétrica, à saúde, à segurança, à educação e ao transporte. No período de defeso que compreende os meses de novembro a março, quando a pesca é proibida, os pescadores procuram alternativas de atividades que possam ocupar o tempo e ajudar nas despesas.

Esse é o momento em que os pescadores mais dedicam-se à agricultura, basicamente o plantio da mandioca – *Manihot esculenta*. No período de defeso a família dedica-se aos roçados para a produção de farinha, e é comum encontrar nos quintais a casa de farinha e as mulheres na produção, já que os homens ficam responsáveis pelo plantio e capinas. Porém, mesmo diante de todas as questões que constroem a vida o cotidiano dessa população, a atividade pesqueira ainda é a principal fonte de renda.

Neste cenário, a população das comunidades do reservatório é formada basicamente por pescadores que vivem sobretudo da pesca, que serve como fonte de alimento e renda a partir da comercialização do pescado nos portos próximos às comunidades.

A atividade pesqueira desenvolvida nos rios do lago tem especificidades que vão desde o nível do lago, determinado pelo período chuvoso na Amazônia, até o tipo de petrecho utilizado dependendo do tipo da espécie capturada e de saberes ímpares de cada pescador.

Embora os pescadores afirmem que a cultura da mandioca é tão importante quando a atividade pesqueira, pois a farinha é essencial na culinária local, a produção de farinha de mandioca não chega a ser comercializada pelo tamanho limitado dos roçados impostos pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS.

No período em que a pesca está proibida, alguns pescadores fazem a captura apenas com anzol, pois relatam que não conseguem ficar sem o pescado em sua mesa. Geralmente são pescadas espécies como o tucunaré (*Cichla* spp.) e a pescada (*Plagioscion* spp.).

As atividades do cotidiano dos pescadores estão diretamente ligadas a ciclos orientadores. Sautchuk (2007), estudando o regime de temporalidade de uma comunidade de pescadores no estado do Amapá, destaca as atividades que predominam a partir do tempo. O autor ressalta os ciclos a partir de orientadores como o sol e a lua (dia e noite), o relógio (hora) e o ciclo da maré (enchente e vazante/lanço e morta). Embora o autor destaque esses três marcos orientadores para a execução de atividades, a maré é ressaltada como o marco mais influente.

A entrada das marés rio acima – trazendo água salobra, barrenta e fina – tem dois ciclos, que implicam intensidades e direções de correntes particulares. O primeiro deles é diurno, ou semidiurno: a cada período de pouco mais de 12 horas há uma maré enchente e uma vazante. O outro ciclo é quinzenal, composto de uma fase em que as águas alcançam uma variação maior, durante as marés de sizígia (período de luas cheia e nova), denominado de *lanço*, e outra em que enchente e vazante diminuem sua intensidade, durante as marés de quadratura (nos quartos crescente e minguante), chamadas de marés *mortas* ou *dismortas*. (SAUTCHUK, 2007, p. 48).

A importância que Sautchuk (2007) ressalta, tendo a maré como orientadora, não pode ser levada em conta nas atividades desenvolvidas

no lago, pois por ser um lago artificial a vazante e a enchente obedecem às ações para produção de energia e não ao ciclo lunar. O que determina as atividades da população refere-se ao período do lago cheio e do lago seco. Nesse sentido, a maré continua sendo o principal fator que influencia as comunidades de pescadores.

Estudos realizados no Alto Juruá por Mendes (2002) destacam a estação seca e a estação chuvosa como sendo os ciclos que influenciam as atividades da população e, mesmo diante desse processo de classificação, a comunidade também faz relação desse movimento de águas com as fases da lua. No caso do reservatório de Tucuruí, os pescadores não relacionam o tamanho da maré com as fases da lua, apenas observam qual peixe é presente naquele período e qual a melhor técnica de captura para aquela espécie.

Os saberes das populações que têm a percepção do tempo orientado pelos ciclos das marés são diferentes dos saberes e percepções da população que possui um ecossistema artificial e que, portanto, não sofre essa influência. No entanto, a lua aparece como fator importante para ambas as populações, dado que, não sofrendo influência da maré, os moradores guiam-se pelas fases da lua, ainda que esta não altere de fato o nível das águas. É importante destacar que, mesmo não havendo essa alteração, é a lua que permite o sentido da pesca, pois suas fases orientarão as técnicas usadas nessa atividade.

### **As embarcações**

Na Amazônia são registrados vários tipos de embarcações nas pescarias, sendo os barcos de pesca e as canoas os maiores responsáveis pela grande frequência dos desembarques. A literatura identifica a distribuição dos desembarques, por tipo de embarcação, no período de 2001 a 2004 na calha dos rios Solimões-Amazonas e conclui que do total de

151.494 desembarques, 129.004 foram desembarques de barcos de pesca e de canoas, mostrando a importância e a frequência dessas embarcações na Amazônia (BATISTA et al., 2011).

No lago este fato é ratificado pela importância das embarcações tanto para a atividade pesqueira como para o deslocamento da população. A pesca nas comunidades estrutura-se em torno das embarcações, no que se refere à captura, ao comércio e à organização de trabalho.

As embarcações utilizadas são canoas e barcos que são usadas tanto para a atividade pesqueira quanto para o deslocamento de alunos até à escola e demais atividades.

Para o deslocamento nas canoas são utilizados remos; quando as canoas são motorizadas, são chamadas de rabetas e têm capacidade para dois ou até sete passageiros.

Os barcos são considerados embarcações motorizadas suportando em média 15 pessoas. Na região do rio 24 os barcos utilizados são da Prefeitura Municipal de Tucuruí, sendo seu uso exclusivamente para o transporte de alunos. Geralmente um morador da área fica responsável pelo barco e pelo transporte, tendo que prestar contas semanalmente ao órgão municipal.

As canoas e rabetas, na maioria das vezes, são feitas pelos próprios residentes na área do lago. Já os barcos, principalmente os da prefeitura, são adquiridos em outra região do estado.

Embora as embarcações sejam utilizadas em diversas atividades, seu uso é predominantemente destinado à pesca, tanto para a captura quanto para a comercialização. Estudos realizados por Batista et al. (2011) identificaram que as características físicas dos barcos podem ser interpretadas como indicadores do poder de pesca da frota e da escala da pesca. Esses estudos mostram que os barcos com maior tamanho podem carregar mais pescado e possuem, potencialmente, maior poder de pesca.



Essa relação pode ser observada nas comunidades pesquisadas do lago nas quais quanto maior a embarcação, maior a quantidade de pescadores e, conseqüentemente, mais espécies são capturadas.

As embarcações são geralmente canoas e/ou rabetas e barcos de pequeno porte. Nem todos os pescadores possuem embarcações, geralmente a embarcação é emprestada de algum vizinho ou familiar.

No caso de empréstimo o proprietário da embarcação geralmente tem uma parte do resultado da pescaria, mesmo quando não está presente, os demais pescadores dividem uma parcela do pescado com o proprietário da embarcação. Este não estabelece uma relação de patrão e empregado com pescadores, e sim uma relação de empréstimo do barco na qual, no ato da devolução da embarcação emprestada, o pescador responsável pelo empréstimo dá certa quantidade de pescado para o dono do barco.

A quantidade varia com o sucesso da pescaria, por exemplo, se três pescadores capturaram cerca de 100 quilos de pescado, eles dão em torno de 10 quilos ao proprietário da embarcação. A canoa a remo apresenta maior eficiência na atividade pesqueira se comparada a outros tipos de embarcação como a canoa a motor\barco.

Isso ocorre, provavelmente, porque as pescarias são realizadas próximas às residências onde há pouco uso de gelo e nenhum uso de combustível e também por esta atividade ser feita geralmente por um ou dois pescadores. Para armazenar o pescado, os pescadores utilizam a própria canoa, cobrindo o mesmo com uma camada de gelo e raramente usando caixas móveis de poliestireno (isopor), que geralmente ficam nas residências até a comercialização do pescado.

De acordo com os pescadores, esse sistema de empréstimo de embarcação só é válido para os pescadores que residem na mesma comunidade e que têm uma relação de confiança, ou para pescadores de outras

comunidades com alguma relação familiar. Para adquirir uma embarcação geralmente os pescadores têm que comprar, e, como a pesca desenvolve-se de maneira artesanal e para subsistência, o lucro do pescador não é suficiente para o investimento em uma embarcação.

É comum encontrar grupos de pescadores que se reúnem para adquirir uma embarcação, em geral são da mesma família. O tamanho depende de quanto os pescadores estão dispostos a pagar, mas as especificidades dependem dos fatores de produção, dos instrumentos necessários para a realização da atividade pesqueira, como por exemplo: as espécies capturadas, os tipos de técnicas e petrechos, os locais e o tempo de pesca.

Esses fatores são determinados pelos modos de vida da população pesqueira e pelas regras de uso e acesso. Para Almeida et al. (2012, p. 127) “as embarcações têm estratégias distintas para a captura que estão, possivelmente, relacionadas às estratégias e histórias pessoais”.

## **As casas**

Existem diferentes tipos de casas. A diversidade pode ser observada nas casas de moradia, mas existem também as casas de farinha, onde se produz a farinha de mandioca, e as casas de apoio, que na verdade não chegam a ser consideradas casas, sendo utilizadas apenas por alguns dias para apoio na atividade pesqueira.

Há casas grandes e pequenas, o que determina o tamanho é o número de pessoas que residem. Geralmente abrigam a família nuclear, mas vez ou outra também reside um membro familiar de outro grau de parentesco. Nos terrenos – ilhas, é comum haver mais de uma casa, na maioria das vezes são filhos que se casam e constroem casas próximas às dos pais.

As casas de moradia dos pescadores são feitas de madeira, assim como as casas de farinha. A madeira é oriunda da floresta que ficou

submersa na formação do lago, há 30 anos. No período de seca, geralmente é feito um mutirão e várias famílias serram a madeira para a construção de suas casas. A comercialização é proibida, o corte só é permitido para os moradores para a construção das casas, pontes e outros fins de subsistência. A madeira utilizada para a construção tem alto valor no mercado, por ser considerada madeira forte, a mais utilizada que ainda é encontrada facilmente no fundo do lago é a castanheira (*Bertholletia excelsa*).

O lugar ideal para a construção da casa é na parte mais alta do terreno, visto que os pescadores têm receio do aumento do nível da água. Estudos realizados por Costa et al. (2002) no Alto Juruá apontam que o melhor lugar para a construção das casas de seringueiros e indígenas é em local mais alto, na terra firme, que não alaga no período chuvoso, mas, ao mesmo tempo, não pode ficar localizada muito distante dos cursos de água para que não falte água no verão.

Assim como para a população do Alto Juruá, para os pescadores do lago de Tucuruí o melhor período para a construção das casas é no verão porque chove menos, e a atividade pesqueira está mais reduzida devido às águas baixas. Além disso, no período chuvoso o tempo também é destinado à agricultura – plantação de mandioca.

A responsabilidade da construção da casa é atribuída aos homens, as mulheres ajudam na limpeza do terreno e na preparação de alimentos para os mestres da obra. A casa começa a ser construída pela cobertura (cobertas com telhas de fibrocimento) em seguida faz-se o assoalho, e as paredes são as últimas a serem construídas. É comum ver a casas abertas, com apenas um cômodo fechado, geralmente o quarto.

De acordo com a situação dos habitantes, a casa pode ser construída em dois tempos: inicialmente fazem-se o assoalho em cima dos barrotes e a cobertura e, em dias melhores, montam-se as paredes. É muito frequente ver na região casas sem paredes. (COSTA et al., 2002, p. 234).

O cômodo com paredes é destinado ao descanso da família, principalmente das mulheres e crianças. É utilizado com mais frequência à noite, pois durante o dia a família ocupa mais a parte externa da casa. Nesse cenário de construção de casa, Sautchuk (2007, p. 208) ratifica a partir de pesquisas realizadas com pescadores no Norte do Brasil:

A arquitetura das casas na vila tem alguma variação, conforme as habilidades de seu proprietário como carpinteiro, ou de suas posses, que lhe possibilitem adquirir o material (madeira, telha, pregos e, eventualmente, tinta) e pagar pelos serviços de um mestre... São todas em madeira, algumas com dois pisos, mas apresentam diferentes formas de organização interior. Em geral, as casas de pescadores de fora são divididas em cômodos, separando ao menos a sala da frente e a cozinha, seja por panos ou paredes de madeira; em casas maiores, separam-se também os quartos.

As casas de farinha são construídas próximas às casas de moradia e às plantações de mandioca. Essas casas não têm assoalho e paredes, são cobertas com palhas retiradas de palmeiras da floresta. São compostas por bases chamadas de “tábuas” para armazenar a mandioca e a farinha e por um forno a lenha medindo cerca de  $1 \times 2$  m.

As casas dos pescadores não possuem energia elétrica e água encanada. Quando a noite chega eles utilizam um tipo de luz chamada “bibiana”, à base de querosene. Essa alternativa de iluminação durante a noite é feita artesanalmente pelos pescadores a partir de uma garrafa de vidro.

O que pode ser observado a partir das casas dos pescadores, são os modos de vida que não se dissociam dos antepassados. Há uma conservação e uma memória neste povo que lhes permite ser o que, de alguma forma, já foram antes. Os saberes e as práticas como a utilização do fogão a lenha e da figura do pote para armazenar a água, são valores guardados pelo segredo que as tradições têm de proteger, que mesmo diante das

dificuldades que a falta de políticas públicas impõe, essa população sempre mantém o passado no presente (ALMEIDA, 2012).

A água retirada do lago, que serve para beber e para todos os afazeres domésticos, é armazenada em recipientes. Como não possuem geladeira ou filtros, a água destinada para beber é colocada em potes (recipientes feitos de argila). As casas têm fogão a gás, mas a população prefere cozinhar em fogão de barro, usando carvão vegetal ou madeira seca, por dois motivos: primeiro, o preço alto do gás de cozinha e segundo, por achar os alimentos feitos no fogão de barro mais saborosos.

Assim, diante dos grandes impactos socioambientais no reservatório de Tucuruí, observa-se uma forte lógica de organização através da (re)construção de saberes dessa população em meio às atividades desenvolvidas pelos pescadores. A partir dessa lógica, os moradores desenvolvem suas atividades de (re)construção de novos saberes como uma forma de adaptação na área da usina hidrelétrica.

## **Conclusão**

Considerando os impactos socioambientais oriundos da construção de hidrelétricas na Amazônia e a (re)construção dos saberes da população no ambiente impactado, é fundamental entender as mais diversas formas de uso e acesso aos recursos naturais pelas populações locais. Deve-se compreender, principalmente, como os seres humanos relacionam-se com toda a biodiversidade que os cerca, para então fixar a ideia de que só através desses saberes os mecanismos de conservação para as áreas em que essas comunidades estão inseridas poderão ser pensados em termos da interdisciplinaridade proveniente do estudo desses mesmos saberes.

No reservatório da hidrelétrica de Tucuruí, cabe o incentivo para que essa população interaja com a gestão do lago, a fim de

buscar a inserção dos seus saberes nas tomadas de decisão e o reconhecimento da construção dos novos saberes no acesso e uso dos recursos originários dos impactos socioambientais ocasionados pela implantação da UHT.

## Referências

- AGOSTINHO, A.; BORGHETTI, J. R.; JÚLIO Jr., H. Considerações sobre os impactos dos represamentos na Ictiofauna e medidas para sua atenuação. Um estudo de caso: reservatório de Itaipu. *Revista Unimar*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 89-107, 1992.
- ALMEIDA, M. C. de. *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*. São Paulo: Editora da Livraria Física, 2010.
- ALMEIDA, N. J. R. *Saberes e práticas tradicionais: população pesqueira extrativista da Vila Sorriso – São Caetano de Odivelas/PA*. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- ALMEIDA, N.; RAVENA-CAÑETE, V. Saberes e práticas tradicionais no cultivo de mandioca – *Manihot esculenta* Crantz no Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí/PA. *Cadernos de Agroecologia*, Belém, v. 10, n. 3, p. 1-5, 2015.
- ALMEIDA, O. T. *Manejo de pesca na Amazônia brasileira*. São Paulo: Peirópolis, 2006.
- ALMEIDA, O. T.; JUNIOR, J. N. O.; RIVERO, S. Aspectos econômicos da frota pesqueira. In: BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J. (Orgs.). *Peixes e pesca no Solimões-Amazonas: uma avaliação integrada*. Brasília: IBAMA, 2012. p. 73-105.
- ALVES, M. C. B.; BARTHEM, R. B. A pesca comercial dos “tucunarés” *Cichla* spp. (Perciformes, Cichlidae) no reservatório da UHE-Tucuruí, rio Tocantins, PA. *Boletim do Instituto de Pesca*, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 553-561, 2008.
- BATISTA, V. et al. Caracterização da produção e do esforço pesqueiro. In: BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J. (Orgs.). *Peixes e pesca no Solimões-Amazonas: uma avaliação integrada*. Brasília: IBAMA, 2011. p. 32-71.

- BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. *INTERCIENCIA*, v. 18, n. 1, p. 121-132, 1993.
- CAMARGO, S. A. F.; PETRERE JR, M. Análise de risco aplicada ao manejo precaucionário das pescarias artesanais na região do reservatório da UHE – Tucuruí (Pará, Brasil). *Acta Amazônica*, Manaus, v. 34, n. 3, p. 473-485, 2004.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL. *Ambiente e desenvolvimento*. Brasília: Eletronorte, 1994.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL. *Plano de desenvolvimento regional sustentável do lago de Tucuruí*. Brasília: Eletronorte, 2010.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL. *Relatório de responsabilidade socioambiental*. Brasília: Eletronorte, 2007.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL. Caracterização dos embarques pesqueiros na área de influência da usina hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Pará, Brasil. *Boletim Técnico-Científico do CEPNOR*, Belém, v. 7, n. 1, p. 135-152, 2007.
- CINTRA, I. H. Caracterização dos embarques pesqueiros na área de influência da usina hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Pará, Brasil. *Boletim Técnico-Científico do CEPNOR*, Belém, v. 7, n. 1, p. 135-152, 2007.
- CMB. COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. *Estudo de caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)*. Relatório final. Rio de Janeiro: CMB, 2000.
- COSTA, E. L. et al. Casa. In: CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. B. (Org.). *Enciclopédia da floresta – o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 229-247.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- FEARNSIDE, P. Environmental impacts of Brazil's Tucuruí Dam: unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. *Environmental Management*, v. 27, n. 3, p. 377-396, 2001.
- FERNANDES, J. G.; FERNANDES, D. S. A experiência próxima: saber e conhecimento em povos tradicionais. *Espaço Ameríndio (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 127-150, 2015.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1997.
- INESC. INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *A corrida por megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal*. Nota Técnica 8. Brasília: INESC, 2012.

- ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia, Belém, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.
- JATOBÁ, S. U. S. *Gestão do território e a produção da sacionatureza nas Ilhas do Lago de Tucuruí na Amazônia brasileira*. 2006. 318 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- MAGALHÃES, S. B. *Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. 1997. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em cotutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés) – Universidade Federal do Pará, Universidade de Paris, Belém, 1997.
- MENDES, M. O clima, o tempo e os calendários. In: CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. B. (Org.). *Enciclopédia da floresta – o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 179-225.
- MÉRONA, B. et al. *Os peixes e a pesca no Baixo Rio Tocantins: vinte anos depois da UHE Tucuruí*. Brasília: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletrobras Eletronorte, 2010.
- MORÁN, E. F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- PAIVA, M. P. *Grandes represas do Brasil*. Brasília: Editerra, 1982.
- RAVENA-CAÑETE, V. et al. Práticas, saberes e conflito em cenários de escassez de recursos naturais: o lago de Tucuruí 30 anos depois. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE VCIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2010, Belém. *Anais...* Belém: NAEA, 2010.
- SANTIAGO, A. D.; ROSSETTO, R. *Cultivo mínimo*. Brasília, DF: EMBRAPA, 2007. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01\\_34\\_711200516717.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_34_711200516717.html)>. Acesso em: 3 nov. 2010.
- SANTOS, G. M.; JÉGU, M.; MÉRONA, B. *Catálogo de peixes comerciais do baixo rio Tocantins: projeto Tucuruí*. Manaus: Eletronorte/CNPq/INPA, 1984.
- SANTOS, G. M. et al. *Peixes do Baixo Rio Tocantins: 20 anos depois da Usina Hidrelétrica Tucuruí*. Brasília: Eletronorte, 2004.
- SAUTCHUK, C. E. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. 2007. 402 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.





# DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAIS DE PESCADORES DO LAGO DE TUCURUÍ: ACESSO E USO AO NOVO TERRITÓRIO DA PESCA

Cleide Lima Fernandes

### Introdução

Localizada no estado do Pará, na região Norte do Brasil, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE) foi construída durante a ditadura militar (1964-1985), período na política brasileira, instaurado por meio de um golpe de estado, em que o Brasil passou a ser governado por militares. Diversos fatores geradores de impacto ambiental e humano foram desconsiderados no decorrer da construção que afetaram fortemente a vida dos povos que habitavam essa região.

Embora a compreensão possa gerar controvérsia, o lago artificial, formado a partir do barramento de um rio, tornou-se Área de Proteção Ambiental (APA) medindo 580 mil hectares e inclui duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS): a RDS Alcobaça e a RDS Pucuruí-Ararão, além de duas zonas de vida silvestres na Base IV e na Base III sob responsabilidade da Eletronorte. Criou-se também a Ilha de Banco de Germoplasma para preservação de espécies vegetais.

Sete municípios passaram a compor a área do reservatório: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna e Novo Repartimento. Parte deles se formou a partir da criação do lago, outros foram remanejados, como é o caso do município de Jacundá, cuja sede inundou nas margens do rio Tocantins e foi reconstruída na estrada PA-150. Tucuruí e Itupiranga sofreram mudanças com o crescimento populacional.

Este artigo centra na descrição sobre as mudanças no ambiente natural bem como o impacto na vida dos antigos e atuais moradores do lago de Tucuruí, com um enfoque para os pescadores artesanais, haja vista que estes mantinham uma vida relacionada diretamente com o ambiente aquático que se alterou de rio para lago. O artigo está dividido em três partes: a primeira descreve os procedimentos metodológicos utilizados; a segunda apresenta o cenário dos pescadores e o uso no novo ambiente, o lago; e a terceira discorre sobre a memória e o acesso aos recursos pesqueiros no ambiente de rio.

### **Procedimentos metodológicos adotados**

Este artigo traz um recorte da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE), especialmente do lago artificial. Essa escolha se fez a partir de um estudo anterior sobre o local, realizado por meio da participação no projeto de pesquisa “Recursos hídricos da represa de Tucuruí com ênfase nos aspectos químicos, biológicos, socioambientais e estatísticos”, financiado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A realização dos trabalhos de campo para levantamento de dados socioambientais possibilitou aproximação das pessoas que residem nas ilhas formadas pelo barramento do rio e, assim, permitiu compreender suas condições socioeconômicas de vida. Trata-se de uma complexidade que envolve moradores do lago afetados pela UHE. Um grupo de pessoas, provenientes de todas as regiões do país, chegou conduzindo consigo diferentes práticas e costumes, bem como o sonho de vencer na vida, como eles relatam, motivados ainda pela construção da usina, o que gerou um processo migratório contínuo.

Embora o trabalho de campo tenha se efetivado no levantamento de dados socioambientais, a atividade pesqueira não se constituía objeto de estudo, foi mencionada somente como produção econômica.

A escolha da pesca como objeto de estudo se orientou no desejo de aprofundar a pesquisa nas localidades pesqueiras mais afetadas pelo cenário de conflito e de vulnerabilidade, assim como aquelas comunidades do lago que representam forte produção pesqueira e maior interação com o mercado.

Desse modo, primou-se por três comunidades a serem investigadas. Os critérios de escolha repousam em semelhanças e diferenças entre as comunidades, no que se relaciona ao acesso e ao uso dos recursos pesqueiros, e primaram por aquelas com forte cenário de conflito, existente antes do barramento do rio e as que surgiram em função do lago, bem como aquelas com forte relação com o mercado e o grande fluxo de pescadores. São três as comunidades descritas a seguir.

1) Santa Rosa foi fortemente impactada pela inundação do município de Jacundá. Localiza-se no entorno da região onde antes existia a cidade de Jacundá, e aproximadamente 200 domicílios compõem essa vila. Apresenta uma estrutura com algum grau de organização do ponto de vista das condições para a atividade pesqueira, ou seja, porto, casa do pescador, alojamento para pescador, geleira e colônia de pescadores.

Nessa comunidade, a memória é evidente a respeito da inundação da cidade, que ainda carrega a dor pela sua destruição, como abordado por Magalhães (2007). O acesso para a comunidade de Santa Rosa se dá pelas vias fluvial e rodoviária; o acesso pelo lago fica mais próximo da cidade de Tucuruí, de voadeira, com duração de cerca de três horas de viagem. O rodoviário é o meio mais acessível e mais utilizado, principalmente no verão, e se dá pela cidade de Jacundá. Existe uma linha de transporte diária – um conjunto de carros com carroceria que abriga passageiros e

mercadorias. O tempo de viagem varia de duas a cinco horas, dependendo das condições da estrada.

2) A segunda comunidade escolhida pertence ao município de Novo Repartimento; refere-se à de Polo Pesqueiro, criada a partir da barragem, marcada por cenários de conflito, ausência de organização e estrutura para a atividade da pesca, ocorrendo essa atividade em caráter de risco para o pescador, constituída a partir da criação do lago. Em 2005, no primeiro trabalho de campo, havia informação de muita violência. Atualmente se mostra bastante mudado, como se constatou no último trabalho de campo, em 2015. A violência é relatada por meio da memória dos moradores de “um antigamente” de muita criminalidade e insegurança. Aproximadamente 150 famílias residem ali, há um forte grau de parentesco entre elas e são, na sua maioria, provenientes do Nordeste, predominantemente do estado do Piauí. Um grupo (família Braga) iniciou a formação da vila, e assim vem conduzindo muitos parentes.

3) Porto do Onze pertence ao município de Tucuruí e é extensão da vila permanente da Eletronorte. O desembarque torna-se intenso por conta da sua localização, às margens do lago, e no entorno da cidade de Tucuruí. Pescadores de toda parte do lago se utilizam desse porto, principalmente para a compra de gelo. Consiste na maior produção e venda de gelo do lago, propriedade de uma cooperativa pertencente à colônia de pescadores. Todavia, não há organização, muitas casas no seu entorno estão em condições precárias de estrutura e saneamento, bem como as condições do porto, que fica em uma área de várzea, na extensão das margens do lago. As estratégias iniciais de coleta sofreram algumas alterações em função da realidade do campo.

A princípio se pensou as comunidades como espaços de investigação, por serem concebidas como aglomerados de pescadores. Todavia, estas se constituem uma base para o pescador, e o porto recebe aqueles do seu entorno. Portanto, estar na comunidade possibilitou encontrar os pescadores das ilhas que vão ali vender seu peixe, comprar gelo, combustível e mantimento. As comunidades abrigam esse suporte; nelas existem igrejas, escolas, geleiras, compradores de peixe e barqueiros, que ficam ancorados no porto até adquirirem certa quantidade do que vão vender. Desse modo, essas comunidades passam a ter um papel estratégico para encontrar os pescadores das mais diversas regiões do lago. Em vez de eleger como lócus a comunidade em si, migrou-se para os portos.

Levantou-se também material da literatura que envolve estudos realizados no lago, disponíveis em periódicos, livros, teses, dissertações e relatórios técnicos. Realizou-se o levantamento documental a respeito dos procedimentos utilizados na implantação da hidrelétrica e que pudessem evidenciar o contexto anterior sobre o ambiente aquático, agora alterado, retratando as atividades de pesca, o cotidiano das populações e as imagens da calha do rio com as alterações sofridas com o represamento da água. Para isso, foram levantados mapas, croquis, projetos e documentos que descrevem esse ambiente.

O trabalho de campo foi realizado nos três portos e distribuído em seis viagens, sendo duas em cada um, com permanência de 10 dias na primeira; e outra viagem com duração de 20 dias em cada local para finalização do campo. O referido campo demandou um tempo longo em diferentes períodos, por conta do distanciamento e da dificuldade de acesso para as comunidades. Procurou-se distinguir as pescas artesanal, industrial e esportiva, descrevendo o acesso e o uso aos recursos pesqueiros tanto na que envolve a atividade pregressa como na atual.

O levantamento serviu para uma caracterização da comunidade, mas o foco investigativo primou pela pesca artesanal.

Em seguida, foi aplicado um questionário contendo perguntas focadas nas comunidades, principalmente nos portos, direcionado para caracterização do pescador, do grupo familiar e da localidade onde reside. No total, foram aplicados 80 questionários nas três localidades.

As informações qualitativas foram levantadas por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizadas em função da interação espontânea que exercem junto ao entrevistado e, sobretudo, por oportunizar a exploração dos questionamentos e maior aprofundamento nas respostas dadas que o entrevistador julgue pertinente para compreensão do objeto de estudo. No total, foram realizadas 50 entrevistas nas três localidades descritas, e 15 com antigos moradores residentes na cidade de Jacundá que viveram no ambiente antes da barragem e desenvolveram atividade de pesca no rio. Assim, a entrevista teve como função inicial e final entender a história de vida do pescador, a origem de moradia, as práticas ancestrais, sua inserção na atividade pesqueira, bem como a percepção cognitiva do lago antes e depois da criação da UHE, quer seja pela vivência ou pelo repasse por meio da memória coletiva.

Outra técnica de coleta se deu por meio da observação participante. Trata-se de um contato mais aproximado com o entrevistado que permite registros em cadernos de campo sobre práticas que emergem no cotidiano e que nem sempre são visualizadas em um contato mais formal (MINAYO, 1996). Para isso foi estabelecida uma permanência maior junto aos pescadores. Os pontos de pesca foram identificados por meio da memória dos pescadores locais mais antigos e que realizaram a atividade pesqueira antes do barramento do rio.

Esses pontos foram registrados pelo uso da memória e depois foi construído um croqui descritivo de modo que possibilite a visualização

espacial dentro do lago. Informações sobre espécies, capturas, artes e técnicas de pesca foram rememoradas de modo a comparar o uso feito no passado e agora, no presente. Essa informação permite identificar as mudanças no cenário da pesca.

### **Pescadores artesanais: mudanças e adaptações (seca, cheia, lago)**

Nas últimas três décadas, a Amazônia tem ganhado força no debate a respeito do potencial energético em função da dimensão de sua rede hídrica. Todavia, estudos a partir das usinas hidrelétricas existentes e projetadas têm apontado desdobramentos nefastos tanto para as populações humanas como para os ecossistemas.

Esse cenário evidencia um conflito entre os pescadores mais antigos e os mais recentes no lago. A partir dessa transformação, uma nova maneira de relacionar-se se instala, na qual o atingido busca inserir-se no novo ambiente. Quem vem no bojo dessa mudança enfrenta uma realidade completamente nova, inusitada, por não identificar ninguém que tenha vindo de outra experiência.

Aqui, o uso da denominação comunidade se estabelece quando há mais de uma residência; e a de localidade, quando há somente uma. Essa classificação obedece ao modo como chamam localmente. Alguns moradores vieram de uma experiência da Hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia, a qual é bastante distinta da UHE, principalmente no tamanho. Mesmo assim, acumularam alguma experiência semelhante que possa ter favorecido no lago, até porque tal realidade é única, a primeira ainda desconhecida, pelo menos no Brasil (MAGALHÃES, 2007; SANTOS, 1982).

Trata-se, portanto, de uma realidade bastante peculiar, dado o seu grau de impacto. Trinta anos depois, o cenário local vai se alterando em tempo hábil. Desde os rumores da criação da UHE-Tucuruí,



os centros urbanos passaram a comportar pessoas de todo o país. Mas o aumento populacional não acompanhou a instalação de serviços urbanos, principalmente os públicos, como os de saúde, educação, além da infraestrutura. À medida que não conseguiram moradia e, sobretudo, emprego, geralmente pela não qualificação de mão de obra, ocuparam o entorno da represa e encontraram na pesca um meio de sobrevivência.

Dados levantados junto às colônias de pescadores do lago, em 2005, apontaram um total de 72 espécies de pescados sendo capturadas para comercialização. Por outro lado, um total significativo também foi indicado como não mais existente dentro do lago (RAVENA et al., 2009; CINTRA et al., 2004).

Trata-se de espécies que se utilizam da corrente de água e, com o represamento, não mais se reproduziram ali, como pacu (*Piaractus mesopotamicus*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), entre outras.

As alterações no ambiente impuseram outro processo de adaptação humana, tornando-se necessário recorrer ao conhecimento anteriormente vivido no rio, a lembrança de como era antes. Desse modo, o imigrante que chega ao lago precisa se apropriar daquilo que não está presente fisicamente, mas do que lhe contam.

Para fazer uso dos recursos pesqueiros, passa-se a se utilizar da memória contada, do que o outro lhe diz. Além disso, aquele que chega enfrenta muitas dificuldades de moradia e acessibilidade, intensamente relatadas localmente. Pois, quem mora às margens do lago, literalmente está às margens do projeto, uma vez que não obtém claramente quaisquer benefícios gerados por ele: a maioria não dispõe de energia elétrica, embora residindo a poucos metros de distância da barragem ou mesmo abaixo da linha de transmissão.

Essa prática reforça, de certa maneira, um descaso da gestão pública para com quem reside no lago, o que finda resultando na invisibilidade administrativa do lago pelo poder municipal, ao qual pertence cada parte do lago; nesse caso, somam-se sete municípios (ROCHA, 1999). À medida que o lago não tem uma demarcação territorial clara, o morador não sabe como e a quem recorrer. Nesse cenário, alocados ao morador, os recursos pesqueiros representam a principal fonte de sobrevivência.

Entretanto, a chegada constante de novos atores impõe a inserção de novas práticas que, por fim, alteram ainda mais as relações nesse ambiente, haja vista que, desde o momento em que diferentes técnicas de pesca vão sendo injetadas, novos conflitos emergem. Por outro lado, a desestruturação física do território advinda da inundação e das reestruturas sociais oriundas das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que têm lugar nesse contexto, provocam elas mesmas um processo de construção e reconstrução de múltiplas identidades (MAGALHÃES, 2007).

Com isso, as práticas tradicionais vão se diluindo, tanto pela introdução de novas como pela extinção de outras. Com a construção da UHE, cidades foram extintas, como é o caso da cidade de Jacundá, mas a história do lugar permanece viva na memória coletiva. Os moradores se referem à extinta cidade afirmando que ela está “no fundo”, é como se ainda estivesse ali, submersa pelas águas (Figura 1). Assim, de dentro do barco, sobre o lugar, apontam onde ficava a residência de seus familiares, pais, avós, espaços públicos etc. (RAVENA et al., 2010).

A complexidade do ponto de vista das mudanças sofridas envolve a adaptação ao novo ambiente na captura e na identificação de novos pontos de pesca no interior do lago, como bem descrevem Agostinho et al. (2007) nos estudos sobre ecologia de reservatórios: com o barramento

**Figura 1.** Imagem da paisagem onde antes era a cidade de Jacundá.



Fonte: Elaboração própria (2006).

de um rio, a hidrologia local é severamente alterada, passando de um estado lótico para uma condição lântica ou semilântica. Isso significa que as condições químicas e físicas da água são modificadas, assim como a qualidade e a quantidade de habitats para a fauna e flora aquática.

Na verdade, a formação do novo ambiente leva à criação de novos habitats e à perda de outros. Entre os habitats novos destacam-se bancos de areia, galhadas submersas, bancos de macrófitas e, principalmente, zona pelágica. Dentre os perdidos, cabe destaque para lagoas marginais, canais, remansos, poções e corredeiras. Tais alterações, aliadas às 20 modificações na disponibilidade de recursos alimentares, terminam por reestruturar a composição de toda a biota.

Esse conjunto de modificações é tão profundo que o processo equivale à criação de um novo ecossistema (BAXTER, 1977), principalmente pelas mudanças nas relações tróficas, na base da produção primária e na ciclagem de nutrientes (AGOSTINHO et al., 2007). Algumas questões exigem uma reflexão *a posteriori* e constituem hoje estratégias

que demandam compreender o passado como condição para criar novas práticas de captura dos recursos pesqueiros para, assim, construir outros saberes acerca das mudanças no ecossistema.

Neste sentido, torna-se bastante pertinente a interpretação que Lima e Alencar (2001) fazem de Halbwachs (1990), de que a memória é um retrato do passado. É a memória coletiva que faz com que o imigrante se aproprie das formas de captura, das práticas, fazendo sempre uma fusão entre o que traz consigo e o que adquire com os moradores locais.

Atualmente, para navegar no lago é preciso conhecer o curso do rio e, por isso, quem detém esse conhecimento são os moradores que viveram antes da criação do lago e que vão repassando-o para outras gerações. Os práticos (moradores antigos que conhecem todo o curso do rio) transitam pelo lago como se o rio estivesse ali, na fala deles, no fundo, submerso. Referem-se ao nome dos igarapés e dos braços de rio, e quando se olha, não é possível enxergar nada além da imensidão do lago. Ao questioná-los, afirmam estar tudo no fundo (RAVENA et al., 2010).

As mudanças no ecossistema, ocasionadas pelo represamento da água, destruíram os ambientes pesqueiros não apenas alterando práticas, mas, sobretudo, o acesso e o uso desses recursos. No entanto, o conhecimento sobre tais recursos, presente na memória coletiva, possibilita aos pescadores sua inserção no novo ambiente e o repasse desse saber por meio da memória coletiva aos imigrantes de modo a criar novas estratégias de captura dos recursos pesqueiros. A lembrança do curso do rio e dos igarapés permite hoje a mobilidade dentro do lago e a identificação das principais alterações.

O aumento no contingente populacional reflete na pressão sobre os recursos, especialmente os pesqueiros, podendo comprometer ainda mais a capacidade de suporte. Com o represamento da água, muitas espécies deixaram de existir, além dos problemas referentes a conflitos

pelo acesso e pelo uso desses recursos que se instalam em função de diversos fatores. Dentre eles, o aparato tecnológico com grande poder de captura pelos empresários da pesca, que acaba prejudicando o pescador artesanal, que é aquele que mora no entorno do lago e depende exclusivamente desse recurso.

### **Acesso e uso aos recursos pesqueiros**

A intervenção antrópica com vistas à geração de energia dentro da atual matriz energética origina grandes impactos no ambiente natural, alterando-o completamente. Tais mudanças se refletem nas práticas sociais de grupos que têm nesse mesmo ambiente a garantia de sobrevivência (ALMEIDA, 1996). Atualmente, para navegar no lago é preciso conhecer o curso do rio, e quem detém esse conhecimento são os moradores que viveram na região antes da criação desse lago. Hoje, esses moradores repassam esse conhecimento para outras gerações. Por outro lado, a atração para a prática de pesca esportiva no lago ocorre em função do novo ecossistema criado, propício à presença do tucunaré, considerado um peixe agressivo para captura, proporcionando maior estímulo de aventura ao praticante.

Contudo, o peixe consiste na principal fonte de proteína consumida por todos os moradores do lago, todos os dias, em algumas residências até três vezes ao dia. Os moradores procuram consumir o peixe mais abundante no lago e de menor valor no mercado. Ocorre de comerem por longo período uma espécie, depois enjoam, passando para outra, principalmente aquelas que não comercializam, pois consomem as de menor valor de mercado, que em geral são pequenas.

Em trabalho de campo observou-se que a captura do peixe consumido fica sob responsabilidade das crianças que pescam pelo entorno. Portanto, a inserção dos filhos ocorre desse modo, pelo entorno, com

outros colegas e, à medida que vai adquirindo experiência, marcada pela quantidade e pela espécie de peixes que vai capturando. Depois que adquirem a confiança dos pais, começam a sair sozinhos ou com outras pessoas de modo mais formal. Aquilo que conseguem pescar é adotado na partilha, que chamam o “repartir” ou “de meia”, para a divisão pela metade entre os parceiros. Quem chega ao lago, opta pela parceria, justamente para ir aprendendo as formas de acesso ao lago. Quanto à escolha ou o motivo pelo qual optam por viver no lago, esta se mostra também distinta.

Castro (2004) descreve o processo de acesso e uso dos recursos naturais que são regidos por regras e o caracteriza como manejo. O contexto em que se concebe um sistema com regras de uso, em que as populações humanas passam a empregar recursos com base em condições determinadas na coletividade, se constitui em função de alguma particularidade local, como a restrição do recurso, quantas pessoas que acessam ou mesmo o quantitativo extraído.

Desse modo, enfatiza as peculiaridades que envolvem os sistemas de manejo, haja vista que o conhecimento das populações sobre os recursos naturais envolve questões que vão além do domínio das técnicas de acesso e uso; outras questões como interesse econômico individual, apropriação, atuação de agentes externos em outras atividades, refletem na reprodução dos recursos pesqueiros, por exemplo. Dentre estes, se destacam: o desmatamento, que altera as condições climáticas e pluviais; o assoreamento; e os empreendimentos energéticos, que se instalam e atingem diferentes níveis políticos, econômicos e culturais e findam trazendo diversos conflitos. Por essa razão, constata-se ser o manejo uma questão social, pela sua estrutura organizacional (CASTRO, 2004), o que pode se evidenciar no território da pesca constituído pelos sujeitos, no lago artificial de Tucuruí.

A transformação artificial de parte do curso do rio em lago terminou por romper com toda a sua estrutura natural. Os locais de captura dos recursos pesqueiros passaram a ser definidos pelo conhecimento sobre as espécies; o ambiente, como, por exemplo, o lugar mais fundo, o sombreado, onde há água mais ou menos corrente; entre outros. Representa o domínio sobre as práticas de acesso e captura dos recursos pesqueiros, que uma vez rompido, a vida fica ameaçada, no mínimo desorientada, restando a memória como fonte de reorientação social.

Furtado (2004) discorre sobre a vida peculiar que envolve a atividade da pesca e destaca a importância do saber nativo, ressaltando a necessidade de um maior aprofundamento na compreensão dessa atividade que não pode ser plasmada simplesmente por uma atividade econômica, isto é, deve se referir a uma tradição à medida que o saber perpetua as gerações. Após a criação do lago, houve proliferação do tucunaré que apresenta um valor comercial. Todavia, ocorre uma classificação de acordo com o tamanho do peixe para estabelecer o custo.

Essa classificação ocorre no comércio de acordo com o tamanho:

- Furiba, o que mede até 30 cm.
- Sarandage, quando superior a 30 cm e peso abaixo de 1 kg.
- Médio, corresponde ao de tamanho superior a 1 kg e inferior a 2 kg.
- Bocudo, a partir de 2 kg.

O de tamanho médio e o bocudo têm maior valor comercial, principalmente o último. O tucunaré, peixe de maior valor comercial, e outras espécies são chamados de “peixe branco”, nestes se incluem pescada, piauí, curimatá, beré, entre outros. O barramento do rio Tocantins para formação do lago artificial alterou todo o ambiente aquático, ocasionando diversas mudanças. Dentre elas, a destruição dos ambientes pesqueiros

utilizados pelos pescadores, como as margens do rio; a localização e a foz dos afluentes do rio; as sombras e as árvores frutíferas que indicavam a espécie que ali se localizava.

Com o estabelecimento do lago, um imenso arquipélago com aproximadamente 1.800 ilhas se formou e, ainda, a área de floresta que inundou, gerou outra paisagem, os chamados paliteiros (Figura 2).

*Figura 2. Área inundada pela formação do lago e a dimensão da floresta inundada.*



Fonte: Elaboração própria (2009).

Tais mudanças tornaram o lago um local com pouca acessibilidade, especialmente para quem não residiu anteriormente no rio. Navegar por entre os paliteiros requer um conhecimento prévio do curso do rio para identificar os lugares mais fundos e o melhor caminho a seguir. Devido à quantidade de ilhas, torna-se difícil saber em que parte do lago se encontra. Essa especificidade local gera a necessidade de um repasse de informação sobre o lugar anterior, que se traduz por meio de uma memória coletiva.

O ordenamento de mobilidade dentro do lago ocorre a partir da lembrança do rio. Quem o percorreu, hoje ainda o faz, mesmo



que no seu imaginário. Até porque seu curso representa as áreas mais fundas e mais seguras para navegar, como a foz dos afluentes e os demais ambientes pesqueiros; e mais, a partir desse conhecimento adquirido, se constrói a percepção sobre o novo espaço formado por uma nova territorialidade, que vai demandar outra organização da vida e das práticas, principalmente na atividade da pesca. Esse conhecimento sobre o ecossistema, no entendimento de Begossi (2004), ocorre em função da identificação dos organismos que se agregam e são denominados cientificamente de mancha.

Esse fenômeno ocorre também para os pescados onde os pescadores passam a dominar os pontos de pesca ou pesqueiros, levando em conta as características dessas manchas, como banco de areia e lajes de pedras, por exemplo. Ainda para Begossi (2004), uma vez identificados por esses pesqueiros, vão aplicar a técnica de captura de acordo com a espécie. Pesqueiros são definidos pela autora como áreas de uso ou espaço aquático, identificado e delimitado pelo pescador.

Por outro lado, a ocorrência de conflito pelo acesso e pelo uso desses pesqueiros transforma-os em territórios, que passam a ter outra dimensão no acesso e no uso. Nestes, há presença da apropriação do espaço, regras, acordos ou mesmo uso mediante conflitos. Portanto, a compreensão sobre a territorialidade que marca o ambiente da pesca requer um olhar bastante minucioso, pois as relações de dominação são, à primeira vista, latentes; quando se observa uma imensidade de água entre ilhas praticamente isoladas, a densidade do lugar quase não é perceptível nas ilhas, mas todas têm donos.

Essas ilhas obtêm diferentes usos, como casa de veraneio para famílias que residem nas cidades e a utilizam em feriados e férias escolares, bem como há muitas pousadas que realizam turismo ecológico. Há outras, de plantação das mais variadas espécies, como gergelim,

arroz, mandioca, e cultura permanente como coco, cacau, cupuaçu, entre outros; e aquelas em que seus donos residem nas comunidades e utilizam a ilha durante períodos de pesca, passando alguns dias nela. Outras famílias moram permanentemente e plantam, pescam ou mesmo residem como “caseiro” e recebem salário dos proprietários. Mas suas margens são territórios claramente delimitados pela pesca.

O morador protege a área de pesca que se restringe ao entorno da ilha; não permite que estranhos pesquem ali. Porque ele pesca, ou na condição de caseiro recebe ordens do proprietário para não permitir a aproximação de ninguém. Essa situação vai estratificando muitas áreas de modo a excluir aqueles que não possuem ilhas. Percebe-se que, mais importante que a ilha em si, é o seu entorno como território de pesca, o que lhe agrega mais valor econômico.

Todo o lago compõe o território da pesca. Formado por pontos, conforme explicitado, o ordenamento se configura a partir das relações que se processam na atividade permeada por disputas, tanto do ponto pesqueiro quanto do conhecimento sobre a identificação desse ponto. Representa um espaço vivido e marca as multidimensões, tanto de apropriação como de dominação e controle. A chegada contínua de novos atores impõe a inserção de novas maneiras, técnicas e interações que findam alterando ainda mais a relação local, à medida que diferentes artes e práticas são introduzidas.

Os costumes tradicionais se juntam aos novos, tanto pela introdução de outros como pela adaptabilidade no ambiente. Considerando a extinção de cidades e vilas com a criação da hidrelétrica, a lembrança do lugar permanece e se difunde por meio da memória coletiva. Assim, mesmo quem não viveu nesses lugares pode se apropriar da sua história pelo que lhe é contado. O processo que se desenha na constituição e na

apropriação desses pontos merece mais detalhamento. O morador que reside há mais tempo e adquiriu a posse de alguma localidade ou ilha, ao explorar seu território busca demarcar os pontos pesqueiros, e assim o faz, inicialmente testando os lugares, tanto com malhadeira como com anzol. Vejamos:

A gente vai cercando com malhadeira, coloca e fica lá. Dependendo do que pegar, a gente sabe se lá é um ponto de pesca por que, digamos que pegue um monte de peixe só de um tipo e tudo amontoado? Claro que lá não é um pesqueiro. Mas, digamos assim, pode até pegar pouco, mas se for mais de um tipo e ele ficar espalhado pela rede, aí sim, eu lhe digo: é um ponto de pesca, mora peixe ali, significa que ele não *tava* só passando por aquele momento (G. S., 55 anos, pescador de Santa Rosa).

Para outro pescador, a descoberta de um ponto de pesca com anzol ocorre da seguinte maneira:

Hoje em dia esse povo não quer mais procurar onde o peixe fica. Preferem tomar os lugares da gente pescar. Porque é assim para saber: a gente mede uma braça de linha e fica pescando, se pegar? Prestar atenção que peixe que tem naquela profundidade. Depois vai fazendo, com duas, três, quantas braças quiser e descobrir o peixe. Se por exemplo, tem um peixe que é de duas braças? Da outra vez eu já vou com o caniço no tamanho certo só para pegar ele, é assim. Mas essa juventude, esse povo que vem de fora prefere roubar o lugar da gente (S.C., 63 anos, pescador do Polo Pesqueiro).

Esse processo de identificação dos pontos de pesca permeia a territorialidade construída pelos sujeitos nesse ambiente completamente alterado. Todavia, o saber sobre a pesca e a memória sobre o ambiente anterior permite a construção. A Figura 3 ilustra o território da pesca construído pelos sujeitos a partir da formação do lago bem como o mapeamento dos pesqueiros.

**Figura 3. Território da pesca.**



Fonte: Elaborado por Antônio Ferro (fev. 2016).

*Passagem*: trata-se do caminho percorrido pelo peixe. O pescador vai medindo a profundidade em que lança o anzol, quando passa a pegar o peixe, ele marca essa profundidade e identifica como um caminho de passagem de tal espécie de peixe. Pesca-se na *passagem* o tucunaré e a pescada, fazendo-se uso mais do anzol. Em geral, a pescada fica em três braças e meia de profundidade. Nesse ponto, o conflito é bastante acirrado, pois o uso de rede/malhadeira na passagem acaba com todo tipo de peixe que tem ali e afugenta outras espécies, que não são mais atraídas para aquele ambiente. Assim, o pescador busca outro caminho, o que demanda esforço em novo reconhecimento de outra *passagem*.

*Pontal*: consiste nas pontas de ilhas, o limite dos lugares que secam. Na seca, a água faz limite com a ponta da ilha e seus moradores costumam pescar nesse lugar ao final da tarde. Aqui, pode ser usada a malhadeira, principalmente na cheia, e o peixe mais capturado é o beré. Pode haver vários em uma única ilha. Para o pescador, a valoração da ilha envolve a existência de vários pesqueiros no seu entorno. O *pontal* representa um ponto valoroso, farto, e a profundidade alcança de duas a quatro braças.

*Ressaca:* é formada por uma pequena entrada nas ilhas e que não tem saída. Nem todas as ressacas secam por completo e formam-se pequenos caminhos. Na seca, se pesca tucunaré de anzol; na cheia, se usa mais a malhadeira para captura de beré, pescada e piau. Embora a ressaca faça parte das ilhas, não se evidenciou conflito por disputa desse ponto.

*Grota:* trata-se de um ponto que surge na seca formado por pequenos lagos, nos quais se pesca beré. Esse ponto é mencionado como aquele a que se recorre nos períodos mais difíceis para o pescador. Falam com certa ironia ao mencionar alguém que foi visto pescando na grota. Compreende-se que isso ocorre por diversas razões, dentre elas, os peixes de pouco valor no mercado, como a traíra, peixe de pouca aceitação por considerarem a carne dura, sem sabor, e que vive na lama. Outra razão identificada refere-se ao pouco esforço na captura nesse ambiente de grota, pois o peixe não tem saída e sua apreensão torna-se fácil. Desse modo, não há mérito para quem consegue pescar na grota.

*Varador:* trata-se de um ponto de fronteira entre uma ilha e outra. É um espaço que fica entre uma ilha e outra: na seca se forma apenas um caminho, mas na cheia vira um ponto de pesca de tucunaré. Portanto, um ponto mais livre e assim bem mais acessado.

*Meião:* é o centro do lago, parte funda; o melhor período para pescar é na seca de arrastão com piaba de fábrica. Os peixes mais capturados são pescada e mapará, mas até tucunaré se pega também. Nesse ponto, centram-se os grandes pescadores, as embarcações com muito aparato de captura. O meiaõ é um ponto mais temido; aqui, a pesca se faz com muitos homens de embarcações e que são geralmente de fora, desconhecidos. Assim, mesmo sabendo da gravidade do ambiente, são utilizados tipos de rede que não obedecem ao permitido, em razão da

captura de diversas espécies e tamanhos, algumas descartadas por não ter valor de mercado. Há dificuldade na aproximação para possível reclamação; no mais, o meio representa um espaço livre, de todos ou de ninguém.

*Beiradão*: não compõe o território de ilha; são as margens – pesca-se na seca e na cheia, faz-se arrastão. Trata-se também de um espaço mais livre e mais acessível. Usado para uma pesca mais doméstica, mulheres e crianças se utilizam desse ponto. Torna-se mais acessível pela proximidade e mais raso. Pesca-se em geral mais para consumo, e são permitidas diversas práticas e artes. Usa-se anzol, malhadeira, mergulho e arrastão.

*Assento, serva* ou *coito*: trata-se de uma estratégia usada para captura em que se coloca um saco com mandioca dentro e o peixe é atraído, ficando ao redor do saco. Pesca-se nesse entorno com anzol e utilizando como isca o milho verde. Pega-se piau. Todo período é bom para a pesca no lago. Durante a cheia, embora a captura fique mais dificultosa porque muitos pontos de pesca deixam de existir, como grota e ressaca, ficando mais no meio do lago, que é muito fundo, o que dificulta a captura; por outro lado, devido a essa dificuldade, o valor do peixe se eleva. Então, compensa o maior esforço depreendido na pesca.

A seca é o período de fartura, de abundância do pescado e de maior facilidade de captura. Os ambientes se ampliam na ressaca, no beiradão, na grota, e todos se tornam ambientes de pesca. Todavia, em função da oferta, o preço se reduz. É importante considerar as afirmativas de Posey (1992) quando apresenta uma análise diferenciada referente à interpretação da realidade que o pesquisador de praxe faz. Trata-se, segundo esse autor, de algo estritamente localizado e que se obtém com muita profundidade investigativa, pois às vezes, aquilo que parece óbvio, não se traduz no que de fato o é.

## Conclusão

A matriz energética instalada na Amazônia, bem como seus desdobramentos socioambientais, demonstra um contínuo migratório marcado pelo cenário de conflito no acesso e no uso dos recursos pesqueiros, especialmente no lago de Tucuruí, em função da dimensão do impacto no ambiente natural.

A memória coletiva, como uma categoria analítica, marca o conhecimento anterior sobre o ecossistema de rio para pescadores artesanais e possibilita sua inserção ao ambiente de lago.

Um ambiente anterior e narrado pela lembrança de quem o conheceu, seja pela vivência ou repasse de saberes, confrontado com o cenário atual, evidencia como as práticas de pesca se processam e como a memória coletiva marca a presença desses saberes.

O ambiente utilizado para pesca, práticas e estratégias de captura que marcam a formação de um novo território torna-se possível por meio do uso da memória coletiva sobre o ambiente anterior, o de rio.

## Referências

- ALMEIDA, A. W. B. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *Travessia – Revista do Migrante*, v. 20, n. 25, p. 30-35, 1996.
- AGOSTINHO, A. A.; GOMES, L. C.; PELICICE, F. M. *Ecologia e manejo de recursos pesqueiros em reservatórios do Brasil*. Maringá-PR: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2007.
- BAXTER, R. M. Environmental effects of dams and impoundments. *Ann. Ver. Ecol. Syst.* 1977, 8:255-83.
- BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (Org.) *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da*

*Amazônia*. São Paulo: Hucitec; NEPAM\UNICAMP; NUPAUB\USP; FAPESP, 2004. p. 223-254.

CASTRO, F. Níveis de decisão e o manejo de recursos pesqueiros. In: BEGOSSI, A. (Org.). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec; NEPAM\UNICAMP; NUPAUB\USP; FAPESP, 2004. p. 255-284.

CINTRA, I. H. A.; JURAS, A. A.; LUDOVINO, R. M. R. A pesca na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – Estado do Pará. *Boletim Técnico-Científico do CEPNOR*, Belém, v. 4, n. 1, p. 77-88, 2004.

FURTADO, L. G. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 57-71.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.

LIMA, D. de M.; ALENCAR, E. F. A lembrança da história: memória social, ambiente e identidade na várzea do médio Solimões. *Lusotopie*, Paris, France, p. 27-48, 2001.

MAGALHÃES, S. B. *Lamento e dor*. Uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, Paris, 2007.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

POSEY, D. Etnobiologia e etnodesenvolvimento: importância da experiência dos povos tradicionais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 1992, Belém. *Anais...* Belém: Governo do Estado do Pará, 1992.

RAVENA, N.; RAVENA-CAÑETE, V.; SOUZA, C. L. de. Efeitos nefastos: qualidade de vida e compensação financeira em área de barragem. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2010, Belém. *Anais...* Belém: 2010.

RAVENA, N.; RAVENA-CAÑETE, V.; SOUZA, C. L. de. Lições não aprendidas: hidrelétricas, impactos ambientais e política de recursos hídricos. *Papers do NAEA (UFPA)*, Belém, v. 10, p. 1-17, 2009.

ROCHA, G. M. *A construção da usina hidrelétrica e a redivisão político-territorial na área de Tucuruí*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SANTOS, A. C. M. *Os parakanã*: quando o rumo da estrada e o curso das águas perpassam a vida de um povo. 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

# A MARICULTURA NO LITORAL AMAZÔNICO: O CASO DA VILA DE LAURO SODRÉ EM CURUÇÁ (PA)

Rafael Paiva de Oliveira Diaz

### Introdução

Este estudo se refere a uma localidade marcada pela presença da atividade de extração de mariscos<sup>1</sup> com foco na ostra: a Vila de Lauro Sodré. Nessa vila, a adaptabilidade às novas atividades (como a maricultura) vem acontecendo em conjunto com as práticas tradicionais (como o extrativismo). A maricultura – no caso deste artigo a ostriicultura, o cultivo de ostras – já é uma realidade na vila e qualquer morador conhece algo sobre a atividade. Esse conhecimento poderia frear a diminuição dos estoques e até evitar uma *tragédia dos comuns*.<sup>2</sup> A Figura 1 permite visualizar a área de estudo e sua localização no estado do Pará.

A Vila de Lauro Sodré se encontra no litoral amazônico, que por sua vez é formado pelas linhas de costa do estado do Pará e do Amapá, e pelo litoral oeste do Maranhão (SOUZA-FILHO, 2005). Devido à alta produtividade de recursos pesqueiros proporcionados pelas condições ambientais dinâmicas e heterogêneas, essa área do território nacional é responsável por 20% da captura de pescado de origem marinha e estuarina no Brasil (ISAAC, 2008).

---

<sup>1</sup> Marisco é a definição de todos os frutos do mar, dentre eles os moluscos, como ostras e mexilhões, fortemente apreciados no território nacional (ROSA, 2006).

<sup>2</sup> “A tragédia dos comuns” (HARDIN, 1968), sendo aqui suficiente definir que essa temática trata de um possível esgotamento dos recursos naturais diante do uso abusivo decorrente da baixa consciência dos usuários e do aumento populacional.

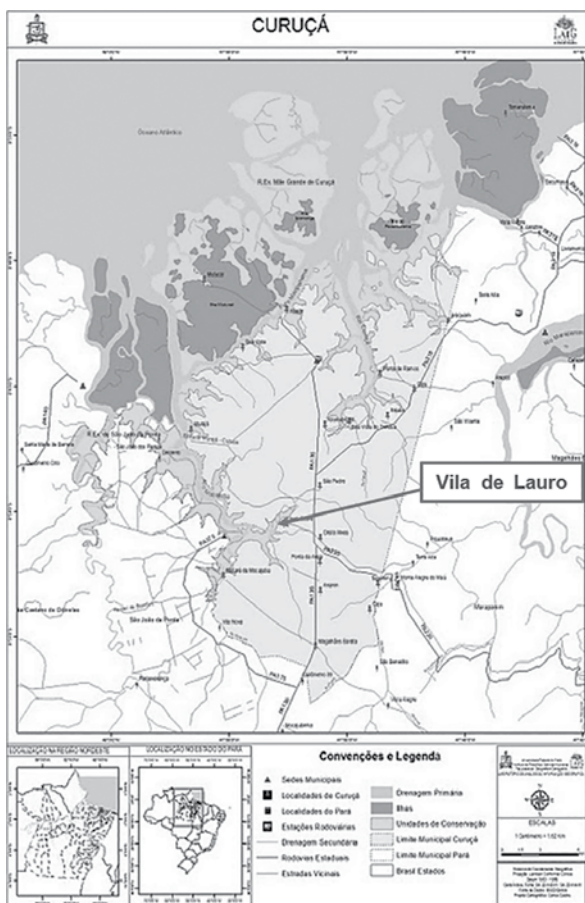
Do ponto de vista do consumo de mariscos, Diegues (1983, p. 14) afirma que “anteriormente à captura do pescado, o homem primitivo era um coletor de moluscos”, e cita, como exemplo, a Escandinávia, onde foram encontradas cascas de ostras e mexilhões junto aos restos de cerâmica, confirmando a importância dos moluscos na alimentação humana antes do período neolítico. Explicitando a grande importância dos recursos encontrados no mar para a população local, Furtado (2006) afirma haver a presença de “coletores-pescadores-ceramistas” no litoral amazônico entre os anos de 3200 a 200 a. C., devido à presença de depósitos artificiais de carapaças de moluscos bivalves. Esses depósitos são conhecidos como sambaquis.

O município de Curuçá está localizado na mesorregião do nordeste paraense, pertencendo também à microrregião do Salgado (PARÁ, 2011). Faz limite ao norte com o oceano Atlântico, ao sul com o município de Terra Alta, a leste com o município de Marapanim e a oeste com os municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta. A sede do município está localizada nas seguintes coordenadas geográficas: 00° 43' 48” de latitude sul e 47° 51' 06” de longitude oeste (PARÁ, 2011). Fica distante cerca de 120 km de Belém, sendo que ambas as cidades estão conectadas por rodovias federais e estaduais.

O litoral amazônico corresponde à costa dos estados do Amapá e do Pará e ao trecho mais a oeste da costa do Maranhão. Essa região corresponde à área de influência dos grandes rios amazônicos, que carregam consigo uma grande quantidade de sedimentos e nutrientes, na medida em que se depositam ou erodem as margens, alteram e recortam a paisagem formando ambientes distintos ao longo do dinâmico litoral amazônico.

A região forma um importante ecossistema que compõe a maior floresta contínua de manguezais do planeta (SOUZA-FILHO, 2005), podendo chegar a nove mil quilômetros em extensão, com florestas que

**Figura 1.** Localização do município de Curuçá e da Vila de Lauro Sodré (PA).



Fonte: Adaptado de Castro (2009). Disponível em: <<http://geppam.blogspot.com/p/curuca.html>>. Acesso em: jan. 2012.

servem de berçário para espécies de peixes e mamíferos aquáticos (LACERDA, 1993). Destacam-se, pela importância econômica, a pesca e o extrativismo do caranguejo (*Ucides cordatus*) e do camarão regional (*Macrobrachium amazonicum*) (FERNANDES, 2003).

A Vila de Lauro Sodré tem aproximadamente 100 anos e, segundo os moradores, há pelo menos 80 anos as ostras são o principal recurso econômico. Na localidade também se pratica a pesca, a roça, a criação de animais e o extrativismo de outros recursos do mangue, como caranguejo, siri, turu,<sup>3</sup> madeira e plantas medicinais. A partir de 2006 foi introduzido o cultivo de ostras em Lauro Sodré, incentivado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Essa prática vem crescendo no litoral amazônico e se mostrando como alternativa ao extrativismo, principalmente onde já se nota uma severa diminuição dos recursos no ambiente.

### **Considerações metodológicas**

Esta pesquisa contou com um trabalho de campo desenvolvido entre junho e setembro de 2012, através de quatro viagens à Vila de Lauro Sodré, com estada de aproximadamente uma semana em cada incursão. Foi possível tanto observar diretamente o cultivo da ostra realizado pelos moradores da vila, quanto acompanhar a venda desse molusco.

Dividiu-se o trabalho de campo em duas partes: a primeira consistiu nas duas primeiras visitas, acompanhando Bel<sup>4</sup> e sua família nas atividades do dia a dia na vila e no cultivo especificamente. A segunda parte consistiu nas duas últimas visitas, acompanhando a família de dona Elza,<sup>5</sup> o que possibilitou uma comparação entre as estratégias de cultivo e venda de cada família.

---

<sup>3</sup> Denominação popular a um tipo de molusco bivalve comum na área de mangue do Pará.

<sup>4</sup> Belchior Pinheiro, conhecido na vila como Bel. Naquele momento da pesquisa ele era presidente da Aquavila e morava com a esposa e a filha Acriscila, de 9 anos.

<sup>5</sup> Elza Galyão se tornou a presidenta da Aquavila em seguida; morava com dois netos, Shelda e Yudi.

Foram aplicados nove questionários com perguntas objetivas que permitiram levantar dados relativos ao cultivo, à extração e à comercialização, assim como caracterizar a logística de cultivo. Entrevistas semiestruturadas também foram realizadas com nove dos onze integrantes da Associação de Aquicultores da Vila de Lauro Sodré (Aquavila). Dois extrativistas associados não foram entrevistados porque ambos, ainda que pertencentes à associação, não residiam na vila.

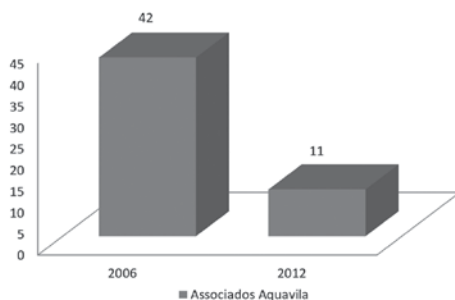
A observação direta contou com visitas às casas dos associados e acompanhamento nas atividades de cultivo. Sobre a extração, foi possível apenas considerar os relatos dos associados, uma vez que essa atividade se tornou um processo sigiloso em decorrência da competição dos moradores pelos estoques desse recurso natural.

### **A atividade no mangue: entre o cultivo e a extração de ostras**

O cultivo de ostras na Vila de Lauro Sodré começou a partir de 2005, com a incursão do Sebrae na localidade. Foram iniciados experimentos de associativismo, com o objetivo de cultivar ostras às margens do rio Tijoca. A finalidade central desse empreendimento visava inserir essa localidade em um mercado crescente de consumo de recursos marinhos, capacitando moradores e inserindo novas tecnologias, sabendo-se que a ostra é o principal recurso extrativista explorado em Lauro Sodré.

Assim, foi fundada em 2006 a Associação de Aquicultores da Vila de Lauro Sodré (Aquavila), iniciando suas atividades com aproximadamente 42 associados. Contudo o aparecimento de dificuldades no cultivo da ostra na região após seis anos alterou o perfil de participantes, sendo atualmente a Aquavila composta por apenas onze associados, dos quais sete são homens e quatro são mulheres, com faixa etária de 20 a 60 anos, como demonstra o Gráfico 1.

**Gráfico 1.** Quantidade de associados da Aquavila (2006 a 2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

As diferenças entre a faixa etária dos associados da Aquavila podem ser observadas na Tabela 1.

**Tabela 1.** Faixa etária dos associados da Aquavila.

Faixa etária	Número de associados
18 a 30 anos	03
30 a 50 anos	04
Mais de 50 anos	01
Sem resposta	03

Fonte: Elaboração própria (2012).

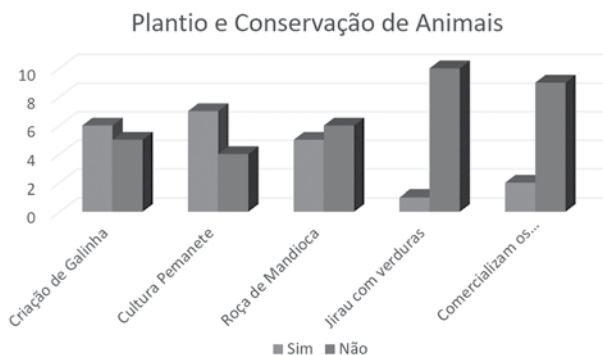
Em Lauro Sodré o extrativismo e o cultivo se entrelaçam, mesmo entre os membros da associação. Todos os homens entrevistados praticam o extrativismo. Quando questionados sobre os impactos dessa atividade, são recorrentes respostas do tipo: “se só tirar e não repor, um dia vai faltar!”. Segundo os extrativistas, já se nota a diminuição do recurso, como disse um morador: “[...] antes quando a gente metia a mão por debaixo da laje, vinha era de penca, hoje tem

que passar a mão e ir procurando por debaixo”.<sup>6</sup> Os locais de extração que se situam embaixo de pedrais submersos são conhecidos como “lajes”.

Além das práticas de cultivo e extrativismo, os associados da Aquavila, tal como os outros moradores da vila, se dedicam à pesca, à roça, à criação de animais e ao cultivo permanente de plantas. Poucos associados têm relação com o mercado que não seja através das ostras. Logo é possível afirmar que as atividades fora da extração e do cultivo seriam para subsistência e trocas de favores, como foi possível observar a troca de açaí por farinha, bananas por uma carona na estrada; o que estreita os laços entre os moradores.<sup>7</sup>

Quanto aos principais recursos extrativistas do manguezal destacam-se a madeira para construção, a pesca, o caranguejo, o turu, o camarão e a ostra (Gráficos 2 e 3).

**Gráfico 2.** Atividades complementares dos associados.



Fonte: Elaboração própria (2012).

<sup>6</sup> Informação verbal.

<sup>7</sup> A reciprocidade é um tema central dentro da Antropologia, no entanto não compõe a proposta deste trabalho. Sobre reciprocidade em Marcel Mauss, ler Martins (2005).



**Gráfico 3.** Atividades extrativistas no mangue.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Quanto ao aspecto biológico, as ostras cultivadas em Lauro Sodré são do gênero *Cassostrea*, espécie *Crassostrea rizophorae*. Ocorrem ao longo de toda costa brasileira em regiões estuarinas e aparecem tipicamente presas às raízes dos manguezais ou aos substratos rochosos (SILVA et al., 2005). Apresentam um corpo mole, revestido por uma concha constituída por carbonato de cálcio, com tamanho médio de 100 mm. As ostras alimentam-se de microalgas e matéria orgânica particulada; têm como característica se manter fora da água por longos períodos, pois conseguem se sustentar constantemente úmidas, graças à sua espessa superfície branquial (MANZONI, 2001).

Na Vila de Lauro Sodré, o principal sistema de cultivo utilizado é o de mesas (Gráfico 4), que consiste em um tipo de suporte construído de hastes de madeira retirada do mangue. Nas mesas são fixados os apetrechos de cultivo, como lanternas, travesseiros e telas, onde crescem as ostras (HOSHINO, 2009).

Os travesseiros são confeccionados em telas de PVC, geralmente são retangulares. Receberam esse nome por conta do formato similar aos travesseiros comuns, medindo 1 m × 0,50 m. Apresentam diferentes tamanhos de malha para a classificação das ostras (HOSHINO, 2009).

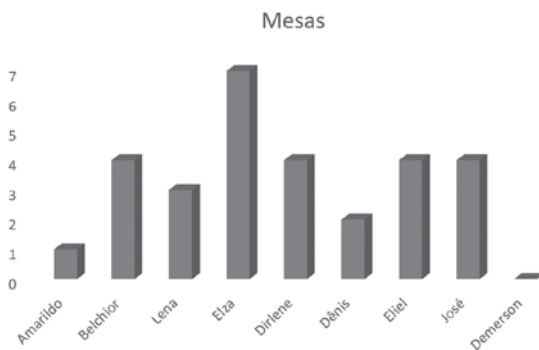
**Gráfico 4.** *Quantidade de mesas por associado (julho de 2012).*



Fonte: Elaboração própria (2012).

As estruturas para a coleta de sementes (Gráfico 5) são formadas com garrafas PET cortadas ao meio, com uma distância de aproximadamente uma tampa de garrafa, amarradas com fio de náilon. Assim, formam-se fileiras em uma trave de madeira de manguê desses coletores artificiais de sementes e, finalmente, são colocados na água.

**Gráfico 5.** *Quantidade de coletores de sementes por associado (julho de 2012).*



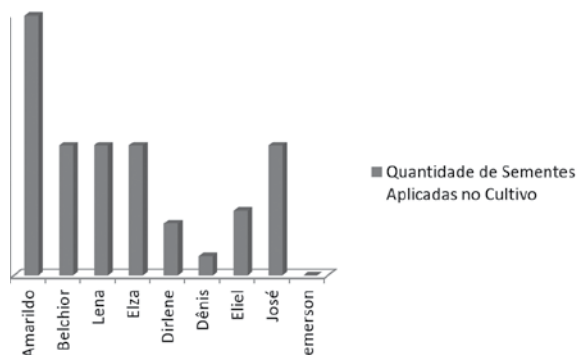
Fonte: Elaboração própria (2012).

A coleta de sementes inicia-se geralmente a partir de junho, quando a salinidade da água começa a aumentar em decorrência da estiagem. Os coletores são colocados próximos aos bancos de sementes preservados em Lauro Sodré. É importante sempre verificar os coletores para observar se as sementes estão se fixando. A Aquavila se destacou no estudo feito por Hoshino (2009) por ser a maior produtora de sementes do litoral paraense, chegando a mil milheiros em 2008.

As sementes coletadas são aplicadas no cultivo e também comercializadas para diversos locais, principalmente no nordeste paraense, mas também para o estado da Bahia. Os associados responderam sobre a quantidade de sementes que aplicam no cultivo, sobre os locais para os quais vendem as sementes e a quantidade vendida para cada local. A seguir é possível observar os resultados nos Gráficos 7-9, que mostram valores máximos e mínimos para o ano de 2012.

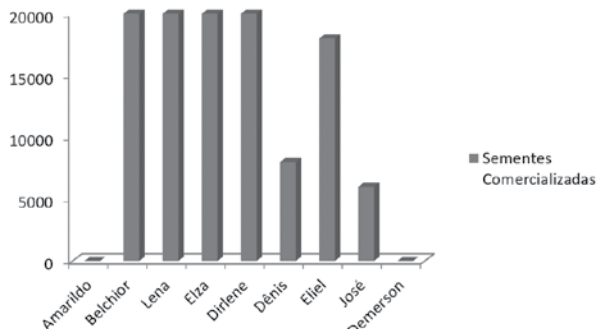
A comercialização de sementes é feita sempre em conjunto entre os associados e chega a vinte mil sementes. Os principais locais para compradores citados foram Nova Olinda, no nordeste paraense; e o estado da Bahia, para os quais a associação realizou comercialização em 2012 (Gráfico 6).

**Gráfico 6.** Quantidade de sementes aplicadas no cultivo por associado (2012).



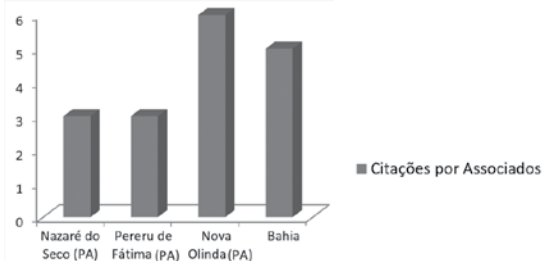
Fonte: Elaboração própria (2012).

**Gráfico 7.** Quantidade de sementes comercializadas por associado (2012).



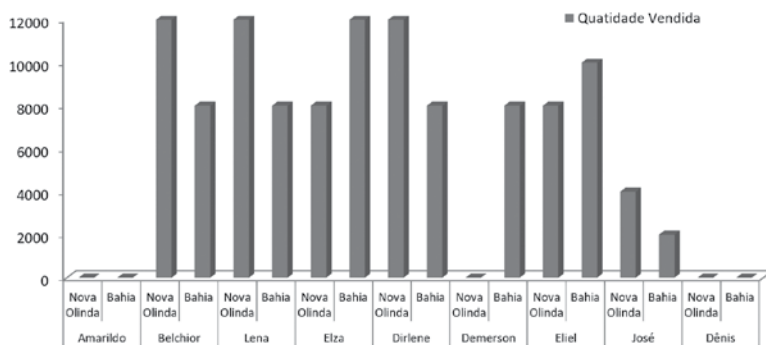
Fonte: Elaboração própria (2012).

**Gráfico 8.** Locais de venda de sementes citados pelos associados (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

**Gráfico 9.** Quantidade de sementes comercializadas por associado e local de venda (2012).



Fonte: Elaboração própria (2012).

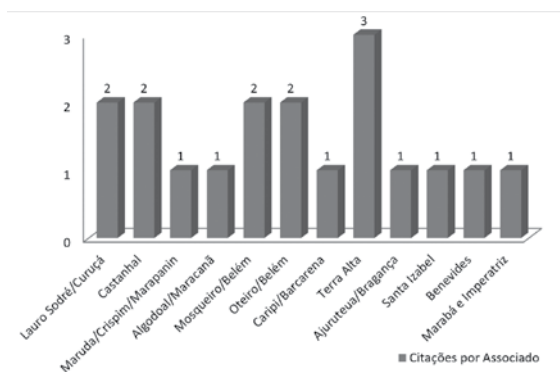
**Tabela 2.** Tarefas do cultivo ao longo do ano.

Tarefas do cultivo/ mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Construir mesas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reformar mesas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Retirar pragas	x	x	x	x	x	x	xx	xx	xx	xx	xx	x
Coletar sementes							x	x	x	x	x	
Selecionar sementes							x	x	x	x	x	
Aplicar sementes	x						x	x	x	x	x	x
Vender sementes	x	x	x						x	x	x	x
Crescimento de juvenis	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Coletar ostras adultas	xx	x	x	x	x	x	xx	xx	xx	xx	xx	xx
Vender ostras	xx	x	x	x	x	x	xx	xx	xx	xx	x	xx

Legenda: x = meses em que ocorre a atividade; xx = meses de maior intensidade da atividade.

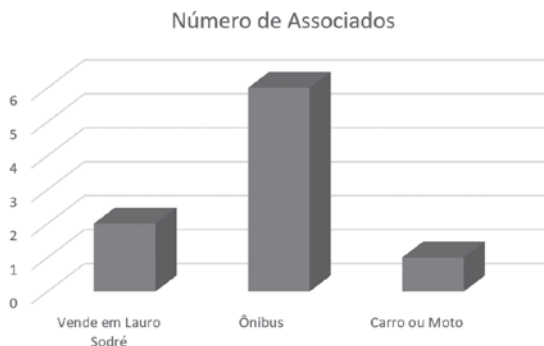
Fonte: Elaboração própria (2012).

**Gráfico 10.** Pontos de venda de ostras adultas citados pelos associados.



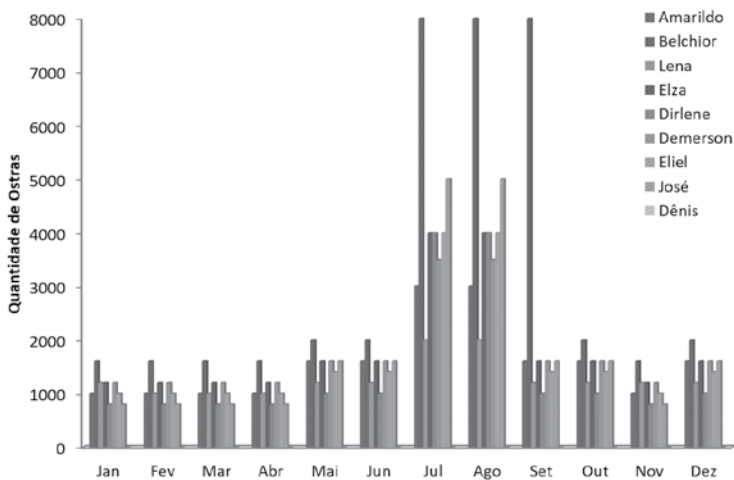
Fonte: Elaboração própria (2012).

**Gráfico 11.** Meios de locomoção para os locais de venda de ostras.



Fonte: Elaboração própria (2012).

**Gráfico 12.** Quantidade de ostras adultas comercializadas por associado (2011).



Fonte: Elaboração própria (2012).

A ostra adulta é o principal produto da Aquavila. O cultivo demanda parte do tempo dos associados que, como visto, ainda têm outras atividades (Tabela 2). As tarefas que envolvem o cultivo se dividem ao longo do ano entre manutenção das mesas e coleta de sementes e monitoramento das ostras, até chegar ao tamanho de comercialização.

Dentre as principais dificuldades para o processo de crescimento das ostras está a baixa salinidade do local do cultivo, como apontado pelos associados.

Os associados foram questionados também quanto aos locais de venda e a forma de deslocamento para chegar a esses locais, além da quantidade vendida por mês (Gráfico 12). Apenas um associado vende para outras regiões – Marabá (PA) e Imperatriz (MA). As cidades mais citadas pelos associados como compradoras de ostras foram Terra Alta, seguida por Castanhal, Outeiro e Mosqueiro, em Belém. Há também quem venda as ostras na própria Vila de Lauro Sodré. A maioria dos associados utiliza como transporte ônibus coletivos, e apenas um associado utiliza transporte particular (carro e moto), como mostram os Gráficos 10 e 11.

O acompanhamento de diferentes famílias, que por sua vez têm diferentes estratégias de manejo dos recursos, principalmente na relação com os mercados e na forma de comercialização dos produtos, fez com que fosse possível perceber ligações marcadas por lógicas diferenciadas, lidas em diferentes correntes do ecologismo.<sup>8</sup> Essas correntes são denominadas como o “credo da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres”, “o culto à vida silvestre”, que são definições apresentadas por Martínez Alier (2011) em seu livro *O ecologismo dos pobres*.

Ainda no sentido de nortear os resultados desta pesquisa, é importante fazer referências às observações de Clovis Cavalcanti (2004; 2012), em que só pode haver um desenvolvimento, o que seja sustentável, do contrário não seria desenvolvimento. Clovis Cavalcanti (1994; 2005) enfatiza uma incorporação da economia como um subsistema do ecossistema global.

---

<sup>8</sup> O ecologismo se refere aos movimentos ambientais que cresceram no último século, alguns formados frente ao crescimento econômico e outros nem tanto, sendo possível distinguir suas formas de pensamento e ação (MARTÍNEZ ALIER, 2011).

Diversos autores citados anteriormente – Cavalcanti (2012), Diegues (2002), Furtado (2004), Leff (2011) – fazem referência aos grupos indígenas, camponeses, pescadores e/ou trabalhadores do mar<sup>9</sup> para exemplificar como suas racionalidades<sup>10</sup> podem ser eficientes na relação com os recursos naturais e como estes se desenvolveram junto com a natureza.

Assim, Martínez Alier (2011), Clovis Cavalcanti (1994, 2004) e Enrique Leff (2009, 2011) concordam que é preciso dar mais atenção às culturas que ainda preservam saberes sobre a natureza, utilizando seus recursos de modo racional, aproveitando seus benefícios e mantendo a biodiversidade no entorno, ainda que tenham opiniões diferentes quanto às formas com que se dará uma mudança.

Ao acompanhar Bel em viagens para comercializar as ostras, percebeu-se que ele tem uma boa rede de negócios, envolvendo diversos recursos pesqueiros da região, o que é comprovado pelos dados dos questionários.<sup>11</sup>

A Aquavila tem autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para retirada de madeira do mangue, para reforma das mesas e do trapiche. A utilização da madeira do mangue pelas populações do litoral amazônico não vem afetando as florestas, pois, como mostram estudos feitos a partir do sensoriamento remoto por Souza-Filho (2005), a região recoberta por mangues vem crescendo nos últimos anos.

---

<sup>9</sup> Definição utilizada em Diegues (1983).

<sup>10</sup> Racionalidade segundo Leff (2012) pode abordar o sistema de regras de pensamento e comportamento dos atores sociais, permitindo um sentido de organização social.

<sup>11</sup> Ressalta-se que os dados quantitativos sobre a quantidade de ostras vendidas são estimados pelo próprio associado, através de capacitação do Sebrae.



Um caso muito mais impactante, ainda pouco comentado em Lauro Sodré, refere-se à intenção de se construir um porto<sup>12</sup> para escoação de minério na ilha da Romana, em Curuçá, a algumas horas de barco dali, o que causaria mudanças drásticas no ambiente, na economia e para as populações que dependem dos recursos naturais no local.

Retomando os estudos de Martínez Alier (2011) e comparando-os com as estratégias de manejo utilizadas por Bel no cultivo, a compra de ostras do extrativismo, a logística elaborada, a utilização dos apetrechos de cultivo, o discurso politizado, as referências de empreendedorismo do Sebrae, evidenciam que as ações desse associado se aproximam mais de um “credo à ecoeficiência”. Quando questionado sobre o porto do Espardarte, Bel mostrou-se bem informado e de posicionamento duramente contrário a essa obra, pois acredita que irá interferir no ambiente local, acabando com o meio de vida de sua família e tantas outras que ali vivem.

Na convivência com dona Elza Galvão e sua família foi possível uma interação com um número maior de associados, percebendo particularidades nas formas de trabalho de cada um.

Ainda na juventude, dona Elza trabalhou com seu Belchior, avô de Bel, fazendo cal a partir das ostras. Ela relatou que muitas vezes jogavam muita ostra fora, ficando somente com as conchas, que eram socadas até ficarem moídas e depois eram colocadas em latas e levadas ao fogo, até se conseguir uma consistência de pasta.

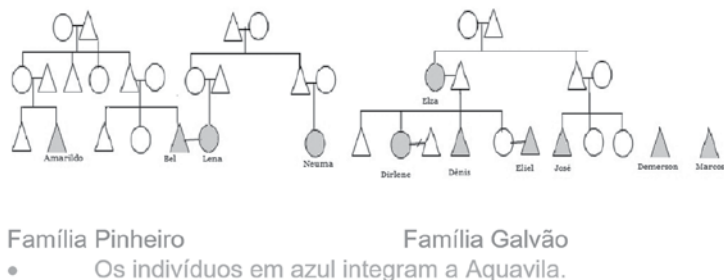
As relações de parentesco em Lauro Sodré marcam as atividades da associação de aquicultores. Dentre os associados existem basicamente duas famílias principais que se relacionam. Na Figura 2 é possível notar

---

<sup>12</sup> O “super” porto do Espardarte é empreitada da mineradora Vale, que consiste na construção de um porto na região da ilha da Romana, em Curuçá, para escoamento de minério.

duas famílias (Pinheiro e Galvão), as quais representam nove dos onze associados da Aquavila.

**Figura 2.** Famílias que compõem a Aquavila.



Fonte: Elaboração própria (2012).

As preocupações e a simplicidade no discurso de dona Elza e de seus familiares fazem acreditar em uma semelhança com o movimento o qual Martínez Alier (2011) chamou de “ecologismo dos pobres”, tendo em vista pouca relação com o mercado e maior interação com os recursos e com o ambiente.

Acredita-se que questões como a maior presença de parentes e a relação com o ambiente fortaleçam os arranjos coletivos, enquanto uma maior relação com o mercado facilitaria as estratégias independentes, sendo que ambas, para o caso do cultivo, se consolidariam como estratégias eficazes para frear a diminuição dos recursos pesqueiros na região.

### Considerações finais

Esta pesquisa permitiu observar o desenvolvimento da maricultura na Vila de Lauro Sodré por meio do acompanhamento de membros da Associação de Aquicultores da Vila de Lauro Sodré (Aquavila). Foi possível

perceber que apesar do pouco tempo em atividade e do decréscimo acentuado de associados nos primeiros anos de atividade da associação, a maricultura vem se tornando uma alternativa viável para frear a diminuição dos recursos pesqueiros no litoral amazônico.

Como visto, o ambiente formado pelas florestas de manguezais no estuário amazônico é propício à maricultura. Logo o cultivo de ostras nessa região vem se difundindo e as sementes produzidas em Lauro Sodré já se espalharam por todo o litoral do Pará, chegando a outros estados da costa brasileira.

A partir das dificuldades relatadas pelos associados e das soluções para os problemas já apresentados, observou-se a capacidade de gerir o negócio entre eles. A falta de incentivos por parte do governo estadual e a atividade extrativista, ainda muito presente na Vila de Lauro Sodré, são os principais fatores para o afastamento dos associados. Já a forma com que as ostras são comercializadas, individualmente, faz com que cada associado se motive no manejo das ostras e na manutenção dos apetrechos, com objetivo de aumentar a produção.

A adaptabilidade à atividade da maricultura entre os associados vai se construindo em conjunto com as atividades extrativistas, não havendo divergências explícitas entre extrativistas e aquicultores, apesar de reconhecerem a prática extrativista como um potencial fator para a escassez de ostras nas proximidades da Vila de Lauro Sodré. Os aquicultores entendem o extrativismo como de suma importância para os moradores, e acreditam que quando a atividade extrativista decair, devido à exploração desordenada, quem vive dessa prática terá de buscar a solução na aquicultura, visto que muitos extrativistas conhecem ou já participaram da associação.

É possível acreditar que exista uma racionalidade ambiental entre os aquicultores da Aquavila que os conduza a ter um conjunto de regras

no qual o ambiente não seria uma externalidade no processo econômico, evidenciando uma característica sustentável da associação. Contudo o objetivo de expansão, o crescimento ou o desenvolvimento das atividades de cultivo impactariam positiva ou negativamente na economia e no ambiente, na vida e nas relações das pessoas da Vila de Lauro Sodré?

## Referências

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 26, n. 74, 2012.  
Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100004>>.  
Acesso em: dez. 2013.

CAVALCANTI, C. A questão ambiental: uma possível interpretação à luz da economia ecológica. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 2, n. 01-02, p. 43-56, jan./dez. 2005.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. *Ambient. Soc.*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 149-156, jun. 2004.

CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994.

DIEGUES, A. C. S. *Para uma aqüicultura sustentável no Brasil*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2006.

DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Povos e águas: inventário de águas úmidas brasileiras*. São Paulo: NUPAUB, 2002. 597p.

DIEGUES, A. C. S. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos do Brasil. *Etnográfica*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

DIEGUES, A. C. S. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 256p.

FERNANDES, M. E. B. (Org.). *Os manguezais da costa norte brasileira*. São Luís: Fundação Rio Bacanga, 2003. 165 p. (Vol. II.)

- FURTADO, L. G. Origens pluriétnicas do cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.*, Belém, v. 1, n. 2, maio/ago. 2006.
- FURTADO, L. G. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca da Amazônia. In: ACSERALD, H. (Org.). *Conflitos ambientais do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Boll, 2004. p. 57-71. Disponível em: <[www.museu-goeldi.br/renas/textos/Seminar%20conflitos%20IURP%202003.pdf](http://www.museu-goeldi.br/renas/textos/Seminar%20conflitos%20IURP%202003.pdf)>. Acesso em: jan. 2014.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, 1968.
- HOSHINO, P. *Avaliação e comparação de projetos comunitários de ostreicultura localizados no nordeste paraense*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- ISAAC, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. *Cienc. Cult.* [on-line], v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.
- ISAAC, V. J. O peixe nosso de cada dia. *Revista Virtual da Iniciação Acadêmica*, 2002. Disponível em: <<http://www.propesp.ufpa.br>>. Acesso em: abr. 2012.
- ISAAC, V. J. et al. *Biologia dinâmica de populações e administração pesqueira do camarão rosa *Penaeus subtilis* da região Norte do Brasil*. Brasília: Ibama, 1992 (Col. Meio Ambiente: Série Estudos de Pesca.)
- ISAAC, V. J. et al. estatística da pesca no litoral do Pará: resultados divergentes. *Pan American Journal of Aquatic Sciences*, Quartely Journal, 2008.
- LACERDA, L. D. *Conservation and sustainable utilization of mangrove forest in Latin America and Africa regions*. Part I – Latin America. Mangrove Ecosystem Technical Report No. 2. ITTO/ISME, Okinawa, 1993. 272 p.
- LACERDA, L. D.; SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Mangroves of Latin America: The need for conservation and sustainable utilization, In: YÁÑEZ-ARANCIBLA, A.; LARA-DOMÍNGUEZ, A. L. (Eds.). *Ecosistemas de manglar en América Tropical*. México; Costa Rica; Silver Spring MD: Instituto de Ecología A.C.; UICN/ORMA; NOAA/NMFS, 1999. p. 5-8.
- LEFF, E. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Vozes, Petrópolis, 2011.
- LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura. A territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

- LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: FURB, 2000.
- MANZONI, G. C. *Ostras: aspectos bioecológicos e técnicas de cultivo*. Itajaí (SC): UNIVALI, 2001. 30p. v. 1
- MARTÍNEZ ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 73, p. 45-66, dez. 2005.
- MENDES, A. C. Geomorfologia e sedimentologia. In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). *Os manguezais da costa norte brasileira*. São Luís: Fundação Rio Bacanga, 2003. 165p. v. 2.
- PARÁ. Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. *Estatística Municipal de Curuçá*. Belém, 2011.
- ROSA, A. O. A importância dos mariscos na subsistência de antigos grupos indígenas no Litoral Central. *Pesquisas, Antropologia*, IAP, São Leopoldo, n. 63, p. 259-288, 2006.
- SILVA, M. A. B. et al. Características estruturais de bosques de mangue do estuário do rio São Mateus, ES, Brasil. *Acta Bot. Bras.* v. 19, n. 3, p. 465-471, 2005.
- SOUZA-FILHO, P. W. M. Costa de manguezais de macromaré da Amazônia cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. *Revista Brasileira de Geofísica*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 427-435, 2005. Disponível em: <[www.scielo.br/rbg](http://www.scielo.br/rbg)>. Acesso em: jan. 2013.



**SOCIABILIDADE**





---

## CAPÍTULO 6

# A RELAÇÃO ENTRE A VIDA E OS CICLOS DOS RECURSOS NATURAIS NA “TERRA EM QUE DEUS ANDOU”: COMUNIDADE DO AÊ, RESEX-MAR MOCAPAJUBA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA)

Quéren Hapuque Pantoja Lobo  
Larissa Beatriz da Silva Aviz

### Apresentação

O trecho de um carimbó<sup>1</sup> escrito pelo pescador e compositor Anísio Teixeira, filho do Aê, como ele orgulhosamente afirmou, manifesta a riqueza do ambiente e do modo de viver e existir nesse lugar: “a vila do Aê, foi terra que deus andou/Deixou muita coisa boa pro pobre do pescador/Deixou peixe, camarão, caranguejo no mangual/pro pobre do pescador que gosta de trabalhar”.

Os modos de acesso e de uso dos recursos naturais, tais como práticas de pesca, extrativismos animal e vegetal e agricultura familiar, na vila do Aê, em São Caetano de Odivelas (PA), têm uma peculiar correlação com as particularidades regionais dos ecossistemas, especialmente os estuarinos e o manguezal. Essas práticas são orientadas por uma lógica de produção de riqueza atrelada aos limites da natureza, considerando seus ciclos e processos. Nesse cenário, revela-se a pluralidade de ambientes e de recursos naturais como elementos essenciais na manutenção do co-

---

<sup>1</sup> Manifestação cultural, considerada como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), que envolve um conjunto específico de músicas, danças e instrumentos resultantes da fusão das influências culturais indígena, negra e ibérica (IPHAN, 2014).

nhhecimento tradicional local,<sup>2</sup> de modo a contribuir para sua definição e manutenção como “população tradicional” da Amazônia.

Como trajetória metodológica, utilizou-se a abordagem quanti-qualitativa, partindo do levantamento de dados bibliográficos, da aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas e da observação direta. Os instrumentos de coleta de dados foram formulários e entrevistas semiestruturadas com perguntas sobre as formas de uso dos recursos naturais, para fins econômicos e/ou de subsistência, e dados sociais das famílias dos interlocutores. Para avaliar as possíveis mudanças no modo de vida da população, utilizou-se o critério de faixa etária a fim de selecionar os entrevistados, a saber: de 20 a 35 anos; de 36 a 50 anos; 51 a 65 anos; e mais de 65 anos. Essa escolha partiu da percepção de que o conhecimento apresentava mudanças nas diferentes gerações, dado que a própria disponibilidade de recursos naturais sofreu diminuição nas últimas décadas. A observação direta durante as visitas à vila foi fonte de informações importantes para a realização do estudo, pois havia um interesse pela aproximação com o modo de vida local. O trabalho de campo contou com cinco visitas, entre os meses de março de 2015 e junho de 2016. Os formulários alcançaram 27 famílias, o que equivale a 43,5% das 62 famílias residentes (dados totais de 2014 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –

---

<sup>2</sup> A discussão sobre o conhecimento de “populações tradicionais”, na literatura antropológica, considera diversas categorias e nomenclaturas para refletir sobre o tema. Neste trabalho, ao apresentarmos o modo de ser e existir da população do Aê, reconhecemos o conceito de conhecimento tradicional local (LTK), proposto por Ingold e Kurttilla (2000) em oposição ao discurso da modernidade sobre os conhecimentos tradicionais (MTK). Para os autores, “LTK is tantamount to skill: a property of the whole organism-person, having emerged through a history of involvement in an environment” (LTK é o mesmo que habilidade: uma propriedade de todo o organismo/pessoa, tendo emergido através de uma história de envolvimento em um ambiente) (INGOLD; KURTILLA, 2000, p. 1). Nesse sentido, o conhecimento tradicional é produzido pelas práticas locais nos lugares.

ICMBio). As entrevistas alcançaram nove atores sociais ligados à pesca e em diferentes faixas etárias.

Com base nessa trajetória metodológica, descreve-se neste trabalho as principais atividades da vila Aê, como a pesca de curral, seguida da captura do caranguejo, da pesca de emalhe e de camarão, bem como, a relação dessas atividades com o mercado. Finalmente, as reflexões encerram-se com as práticas diversas que compõem o cotidiano dos moradores, na relação com os recursos naturais e seus usos.

### **Sociedade e ambiente, unidades de conservação e o caso da Resex-Mar Mocapajuba**

A relação entre a humanidade e o ambiente pauta a história das civilizações. Marcada por diferentes tipos de compreensão e uso dos recursos naturais, as sociedades que habitaram e habitam o planeta evidenciam as variadas formas de compreensão da humanidade como ente da e na natureza (MORAN, 1994). No chamado mundo ocidental, no entanto, a dicotomia humanidade/natureza pautou o uso do recurso natural, desenhando um processo civilizatório marcado pela humanização de tudo como modo de alcance a uma condição diferenciada dentro do espectro da vida (DIEGUES, 2001), modernamente chamado de antropocentrismo. Nesse contexto histórico, os últimos 200 anos foram marcados pela relação cada vez mais segmentada entre os humanos e as outras formas de vida, ou mesmo outros elementos bióticos e abióticos da natureza.

Nesse cenário, o início do século XX se destaca como um momento em que os recursos naturais passam a sofrer um processo intenso de abuso, resultando em ações estatais de criação de áreas com condições de uso restritas, que por meio da regulamentação, objetivavam a preservação desses locais (DIEGUES, 2008). A preocupação em preservar

áreas de importância ecológica se fortaleceu em meados do século XIX, nos Estados Unidos. A degradação ambiental acelerada pela civilização urbano-industrializada levou à criação de parques e reservas ecológicas, sem a presença de humanos, como estratégia para preservação da *vida selvagem*.<sup>3</sup> Todavia, essa concepção preservacionista limitava-se em resguardar o ambiente; os aspectos sociais, por sua vez, foram totalmente negligenciados. Ao ser importada para os países em desenvolvimento, como o Brasil, onde há uma diversidade de povos e culturas habitando esses espaços, o modelo adotado desencadeou tensões entre as populações nativas e a tentativa de proteção dessas áreas (DIEGUES, 2008). Em oposição ao modelo preservacionista ocidental e reagindo ao avanço da sociedade sobre seus territórios, camponeses, pescadores, ribeirinhos e povos da floresta (DIEGUES, 2008) reagiram se organizando em movimentos socioambientais a fim de lutar pela permanência e direito a terra e uso dos recursos naturais (DIEGUES, 2008). A luta desses povos reformulou o modo de pensar a proteção à natureza, pois os povos e as comunidades que antes eram invisíveis nas discussões e nas políticas públicas direcionadas à temática, passaram a ser reconhecidos como importantes agentes ecológicos na manutenção dos ambientes que habitam e manejam (DIEGUES, 2008). Nesse primeiro momento, adotam a identidade de “populações tradicionais” por apresentar um modo de vida marcado principalmente pela dependência e pelo uso dos ecossistemas com relativa sustentabilidade ecológica (DIEGUES, 2008; ARRUDA, 1999).

Diegues (2008, p. 77) adverte sobre a relevância de se avaliar apropriadamente a denotação dos termos “populações tradicionais, sociedades

---

<sup>3</sup> “Vida natural”, “vida selvagem”, são traduções livres para o termo em inglês *wilderness*. A noção de *wilderness* surge de um movimento preservacionista nos Estados Unidos (século XIX) que defendia a criação de extensas áreas naturais sem a presença de populações humanas (DIEGUES, 2001).

tradicionalis, culturas tradicionais e comunidades tradicionais”, que frequentemente são empregados sem precisão. No esforço de esclarecer a confusão conceitual acerca do termo “populações tradicionais”, o autor, a partir de uma perspectiva marxista e do contato dessas populações com o mundo capitalista, pontua os elementos que caracterizam essas populações, tais como o tipo de relação com o mercado, a noção de território para além do espaço de reprodução econômica e das relações sociais, mas também como o lócus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais.

Nessa perspectiva, o autor caracteriza cultura e sociedade tradicionais pela relação “de dependência e até simbiose que estas possuem com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida” (DIEGUES, 2008, p. 89). Essas sociedades têm um conhecimento arraigado sobre a natureza e suas dinâmicas que influenciam diretamente na construção de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais disponíveis. A transmissão oral desse vasto conhecimento sobre o ambiente entre gerações também caracteriza essas culturas e sociedades. Ainda segundo o autor, a reprodução econômica e social do grupo está ligada à noção de território, bem como à ocupação dele por várias gerações. E, por fim, apresentam uma baixa relação com o mercado, pois as atividades de subsistência figuram com grande importância.

O movimento que promove a criação de Unidades de Conservação (UC) para os grupos sociais que se enquadram na categoria de “populações tradicionais”, em muitos casos, defende o equívoco de que essas sociedades necessitam conservar seus padrões culturais invariáveis, especialmente aqueles que implicam o uso dos recursos naturais. Todavia, Diegues (2008) ressalta que essas culturas – assim como quaisquer outras – não são inflexíveis, pois estão em contínua transformação

devido a fatores internos ou externos. Nesse sentido, o autor adverte sobre o risco de cair em reducionismos românticos acerca dos povos tradicionais, atribuindo a eles a imagem de grupos humanos que vivem em perfeita harmonia com o ambiente.

Por outro lado, Cunha e Almeida (2001) ressaltam que o termo “populações tradicionais” está se distanciando da ideia de atraso nos debates acadêmicos, sociais e políticos, passando para a concepção de um novo “paradigma da modernidade”, o desenvolvimento sustentável. Essa mudança está vinculada à estreita e atual articulação entre saberes tradicionais e conservação dos recursos naturais. A recente mudança de paradigma assumiu um significado local profundo, a exemplo da criação da primeira Reserva Extrativista (Resex) do Brasil, a Resex do Alto Juruá, processo que ajustou conservação e reforma agrária, culminando na criação das reservas extrativistas. Nesse contexto, a preocupação conservacionista figurou inicialmente como uma estratégia política em uma ação por liberdade e direitos fundiários. Logo, a categoria de “populações tradicionais” é uma definição construída de fora, pois é habitada por sujeitos políticos dispostos a comprometer-se com um conjunto de práticas em troca de algum tipo de benefício e, sobretudo, de direitos territoriais.

No que concerne à discussão sobre o conceito de população tradicional, os autores a seguir assinalam uma definição analítica a qual assume “populações tradicionais” como grupos que se apropriaram ou estão se apropriando de uma identidade pública com características próprias e variadas:

O uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 192).

Nesse cenário, o debate antropológico sobre a relação entre sociedade e ambiente foi norteadado pela mudança da orientação ideológica acerca das “populações tradicionais”, antes vistas como uma presença degradante ao ambiente que habitam. A partir da associação entre esses povos e seus conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental, esse paradigma mudou, e atribuiu-se a esses atores o papel de importantes agentes na conservação da natureza.

O conceito de populações tradicionais está no cerne de diversas discussões de cunho jurídico-legal, bem como no domínio acadêmico. No contexto jurídico, o presente estudo fundamenta-se na definição mais atual disponível na legislação brasileira, formulada pelo Decreto nº 6.040/2007, que no art. 3º, inciso I, dispõe:

Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

No Brasil, os instrumentos de regulação e as políticas públicas que intervêm no uso dos recursos naturais ganharam novos contornos a partir da Constituição Federal de 1988, que por sua vez, garante a todos um ambiente ecologicamente equilibrado e atribui ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo. Nesse sentido, o instrumento elaborado para efetivar o que se propõe é a definição de territórios, incluindo seus recursos naturais, como as áreas protegidas. Fundamentando-se nessa base constitucional, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000; RAVENA-CAÑETE, 2012).

É importante destacar que o SNUC (BRASIL 2000), como instrumento de normatização de áreas de proteção ambiental, dispõe em seu



art. 7º que as UCs obedecem a dois princípios balizadores, a saber: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. No interior desses dois princípios, diversas UCs se desenham, obedecendo a objetivos específicos.

O grupo das unidades de proteção integral é formado pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Em linhas gerais, os objetivos atribuídos às unidades citadas incidem na preservação da natureza sem interferência humana direta ou modificações ambientais e na realização de pesquisas científicas. Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais é finalidade básica das UCs de uso sustentável. Atendem a esses objetivos as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Resex; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Ao analisar os objetivos da maioria das UCs notadamente se observa que as populações tradicionais não são vistas como objeto da lei. O instrumento jurídico se debruça em resguardar o recurso e o conhecimento sobre o recurso natural. Para este trabalho, vale salientar duas modalidades que se assemelham nos objetivos de uso, mas se diferenciam em sua origem: a Resex e a RDS. Como dispõe a Lei nº 9.985/2000, essas duas UCs apresentam os seguintes objetivos:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sus-

tentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (BRASIL, 2000).

Diante dos objetivos apresentados, se destacam os da Resex, dado que dentre todas as UCs de uso sustentável, e mesmo em comparação com a RDS, que compõe um modelo semelhante, seus objetivos de fato se voltam para resguardar o modo de vida de populações tradicionais. Finalmente o *ethos*,<sup>4</sup> o ser humano, aparece como fator principal na letra da lei.

Vale ressaltar que esse aspecto peculiar das Resex emerge de um movimento popular, organizado por indivíduos excluídos do processo de desenvolvimento do país ao longo da história. Essa categoria de UC parte de um longo processo de luta dos seringueiros da Amazônia em busca do reconhecimento de sua identidade, do direito à terra e, assim, da garantia de um modo de vida e cultura (ALEGRETTE, 1994; LOBÃO, 2006).

Nesse sentido, incluir um território na categoria de Resex é reconhecer a diversidade dos povos, bem como as diferentes maneiras de interagir com a natureza. Portanto, essa base jurídica admite, de modo sutil, a coexistência positiva da humanidade e da natureza a partir da perspectiva de conservação da biodiversidade por parte das populações tradicionais (SANTOS, 2016).

Além das áreas florestais da Amazônia, o modelo de manejo foi estendido para as zonas costeiras do Brasil, dando origem às Reservas

---

<sup>4</sup> “Disposição, caráter, valores, ideias ou crenças fundamentais e peculiares a determinado povo, cultura ou época que influenciam suas manifestações e expressões artísticas e culturais”. Dicionário online Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?palavra=etos&r=0&f=0&t=0>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

Extrativistas Marinhas (Resex-Mar) (BEGOSSI, 1998; CUNHA, 2001). Segundo Cunha (2001, p. 13), os territórios dos pescadores artesanais sofrem com os processos crescentes “de urbanização, de especulação imobiliária, de turismo e pelas pressões da pesca industrial”. Tais aspectos problemáticos podem ter contribuído para a demanda pela proteção desses territórios, de modo a assegurar os direitos de acesso e de uso aos ambientes e recursos costeiros. Vale ressaltar que nessa nova categoria de Resex, a marinha, não é apenas o ambiente que se diferencia, mas os atores sociais e seu modo de vida também são outros. Portanto, algumas considerações sobre a relação humanidade/ambiente costeiro devem ser observadas. Segundo Furtado (1987), a territorialidade das populações pesqueiras se concretiza em ambientes como lagos, rios, florestas de terra e de várzea e matas ciliares, dos quais são extraídos recursos naturais de acordo com a racionalidade dos diversos atores sociais. O pescador artesanal se apropria do espaço no mar a partir dos pontos de pesca, dos pesqueiros, das marcações e tantos outros, esses elementos expressam, também, em termos culturais, sociais, econômicos e ambientais o modo como o território é mapeado por eles (MALDONADO, 2000). Desse modo, as especificidades dos ecossistemas e das populações costeiras exigem ajustes e recursos conceituais nos modelos de UCs para se evitar a transferência mecânica de uma realidade para outra (CUNHA, 2001).

No Pará, as Resex-Mar têm se multiplicado ao longo do litoral, especialmente na porção nordeste. Até o ano de 2013, o litoral nordeste paraense abrigava oito Resex-Mar (BRASIL, 2002a, 2002b, 2002c, 2005, 2005a, 2005b, 2005c). Apenas no ano de 2014 foram instituídas mais três Resex-Mar na zona do salgado paraense. Com as novas Resex-Mar e a ampliação da Resex-Mar Araí-Peroba, fundada em 2005, a área protegida na região do salgado paraense cresceu em 47,9%, alcançando

336.940,27 ha de extensão, aproximadamente (BRASIL, 2002a, 2002b, 2002c, 2005, 2005a, 2005b, 2005c, 2014a, 2014b, 2014c). Para melhor apresentação das informações expostas, o Quadro 1 demonstra, de maneira sistematizada e em ordem cronológica de fundação, as Resex-Mar da região nordeste paraense.

**Quadro 1.** *Reservas Extrativista Marinhas do nordeste do Pará, Brasil.*

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO (PA)
Resex-Mar Chocoaré-Mato Grosso	13 de dezembro de 2002	Santarém Novo
Resex-Mar Mãe Grande de Curuçá	13 de dezembro de 2002	Curuçá
Resex-Mar de São João da Ponta	13 de dezembro de 2002	São João da Ponta
Resex-Mar do Maracanã	13 de dezembro de 2002	Maracanã
Resex-Mar de Caeté-Taperaçu	20 de maio de 2005	Bragança
Resex-Mar de Tracuateua	20 de maio de 2005	Bragança Tracuateua
Resex-Mar de Araf-Peroba	20 de maio de 2005	Augusto Côrrea
Resex-Mar de Gurupi-Piriá	20 de maio de 2005	Viseu
Resex-Mar Cuinarana	10 de outubro de 2014	Magalhães Barata
Resex-Mar Mestre Lucindo	10 de outubro de 2014	Marapanim
Resex-Mar Mocapajuba	10 de outubro de 2014	São Caetano de Odivelas

Fonte: Elaboração própria a partir de ICMBio (BRASIL, 2002a, 2002b, 2002c, 2005, 2005a, 2005b, 2005c, 2014a, 2014b, 2014c).

A Resex-Mar Mocapajuba está localizada no município de São Caetano de Odivelas, litoral nordeste do estado do Pará. Sua criação, em 10 de outubro de 2014, resultou de uma longa demanda local para a proteção dos recursos naturais do município, assim como a garantia de reprodução das populações pesqueiras da região (ICMBIO, 2014).

## O uso dos recursos naturais por uma população tradicional da Amazônia: a pesca no Aê e outras práticas

A população, especialmente da zona rural, vive da pesca e do extrativismo de mariscos. Apresenta um vasto conhecimento do ambiente do qual extrai recursos indispensáveis à reprodução social das famílias. A pesca ocorre primordialmente em nível artesanal. O extrativismo de caranguejo destaca-se pela importância econômica e turística, atribuindo a São Caetano de Odivelas o título de “terra do caranguejo”. É possível encontrar também a extração e o cultivo de ostras, ambas as atividades são desenvolvidas por comunidades localizadas às margens do rio Pereru (ICMBIO, 2014). De modo especial, o aspecto ambiental que marca o cotidiano da população odivelense é o estuário do rio Mojuim, enriquecido pelas florestas de manguezais, como pode ser observado na Figura 1.

*Figura 1. Pescadores artesanais aguardam a maré atingir o nível adequado para capturar os peixes do curral com o puçá. O curral está à margem direita da desembocadura do igarapé do Itaipú, no rio Mojuim. A floresta de manguezal, ao fundo, faz parte do território da vila.*



Foto: Marcelo Tavares (2015).

Ao chegar à comunidade do Aê, logo se percebe um cotidiano rural marcado por um habitar de forte relação com a natureza. O Aê é uma vila que se destaca por um modo de vida que caracteriza a forma de ser e existir de uma população tradicional que tem a pesca como sua principal atividade.

Populações pesqueiras consistem em “grupos sociais que fazem da pesca, coleta e extrativismo marinhos e fluviais sua base de vida material e social” (FURTADO, 2006, p. 161). Tais sociedades apresentam certa organização social, modos de produção e tecnologia que as distinguem em categorias de “pescadores industriais” e “pescadores tradicionais”, esta última é reconhecida também como pesca artesanal. Segundo Furtado (2006), para esse segmento tradicional, as atividades de pesca significam um modo de viver no âmbito da sociedade envolvente, isto é, representa muito mais do que simplesmente uma atividade ocupacional, mas um modo de ser e de existir diferenciado, pautado nas relações com o ambiente natural.

A história de ocupação humana na Amazônia é marcada por encontros interculturais que moldaram as relações socioambientais no contexto da pesca artesanal, atribuindo aos grupos sociais características de suas origens pluriétnicas, percebidas até os dias atuais. As influências de origem indígena, por exemplo, se expressam na pesca artesanal, nas terminologias das artes de pesca e nas técnicas de captura empregadas. A pesca com “currais” e as redes de despescar currais denominadas de “puçás” são heranças dos povos indígenas da Amazônia impressas no cotidiano dos pescadores tradicionais contemporâneos do litoral nordeste do Pará (FURTADO, 2006; MANESCHY, 1993).

As contribuições da ancestralidade indígena aos modos de uso dos recursos pesqueiros no Aê marcam fortemente o conhecimento socioambiental peculiar apresentado pelos moradores: a prática da

pesca com currais. O curral de pesca caracteriza-se por uma armadilha imóvel, cuja disposição no solo do ambiente aquático ocorre “em função das correntes de marés, de modo a interceptar os peixes que, ao tentar escapar, são dirigidos para o interior da armadilha” (MANESCHY, 1993, p. 58). Tal como identificado por Furtado (1987) no município de Marudá, nordeste paraense; e por Maneschy (1993), em São Caetano de Odivelas, os pescadores do Aê diferenciam os currais de acordo com a localização da armadilha no ambiente aquático. Existem os currais de beira, fixados às margens de praias e rios; e os de fora, armados mais distantes da orla. A localização da armadilha no ambiente define a qualidade do peixe, como esclarece o pescador G. (2016), ao dizer que “o curral de fora é melhor *pra* peixe graúdo, e o da beira, para miúdo, como gó, bagre, tainha” (Informação verbal).<sup>5</sup>

As armadilhas se diferenciam também pelas suas formas e estruturas. Quatro tipos de currais com desenhos diferentes foram identificados neste trabalho, a saber: coração, cachimbo, enfia e enfia coração. Os dois primeiros são os mais recorrentes na escolha dos pescadores da vila. A comunidade do Aê é reconhecida na região pela tradição na pesca com curral. Os dados coletados demonstram a importância da atividade para a população, pois mais de 60% das famílias entrevistadas exercem a pesca com currais.

Os currais assentados próximos às margens do rio Mojuim são classificados pelos pescadores como currais de beira. Segundo Sr. A. (Informação verbal)<sup>6</sup>, pescador e marcador de curral experiente da vila, os currais do tipo coração são os mais apropriados para as margens de

---

<sup>5</sup> Trecho de entrevista realizada em trabalho de campo, em São Caetano de Odivelas (PA), em 2016.

<sup>6</sup> Trecho de entrevista realizada em trabalho de campo, em São Caetano de Odivelas (PA), em 2016.

rio, devido à resistência que a estrutura exerce sobre o fluxo de água. Em ambientes abertos, onde não há obstáculos para reduzir a velocidade das correntes, os currais do tipo coração seriam rapidamente destruídos pela força da maré. O curral do tipo coração é muito recorrente nas escolhas dos pescadores por demandar menos material na sua construção e, sobretudo, por possibilitar a captura de peixes tanto nas marés de enchente quanto na vazante, maximizando a produção. Para os ambientes distantes da costa, o curral mais adequado é o do tipo cachimbo, pois sua estrutura “recorta a água” reduzindo o atrito com as paredes do curral. O pescador G. explica que:

O coração é um curral muito bom pra peixe, mas só que lá fora ele pega muita água, por causa das duas paredes da sala dele. Ele tem duas paredes, uma sala de cada lado, o cachimbo só tem uma, aí ele corta mais a água, o coração além de pegar muita água ele cava muito porque a água é muita. (Informação verbal).<sup>7</sup>

O trabalho dos pescadores começa muito antes da “safra do peixe”, período de maior ocorrência das espécies-alvo na região. O processo de construção dos currais se inicia em terra com a retirada de madeira na mata da comunidade e nos arredores, ou de uma localidade na estrada PA-140, chamada de Seringa. A madeira retirada é destinada à confecção das estruturas dos currais, tais como: moirões, cipós, cintados, talos e paris. São poucos os pescadores que dispõem do capital necessário para terceirizar o processo de construção do curral. Desse modo, firmam parcerias com outros pescadores para dividir os esforços, os custos e a produção, assim como observado por Maneschy (1993), há quase três décadas.

Nos meses de março, abril e maio os quintais das casas tornam-se espaços de socialização entre os pescadores parceiros, amigos

---

<sup>7</sup> Trecho de entrevista realizada em trabalho de campo, em São Caetano de Odivelas (PA), em 2016.



e vizinhos que se dedicam a tecer as estruturas chamadas de “pari”. Ainda no início do mês de maio os primeiros currais são assentados no solo do ambiente e, para essa etapa na água, o dono do curral contrata um “marcador” experiente para definir o local onde os moirões serão fincados; esta etapa é chamada de “marcação do curral”. Os moirões consistem em troncos de madeira resistente que sustentam toda a armadilha. A marcação do curral é uma função de muita responsabilidade, visto que a eficiência da armadilha depende da habilidade e da experiência do marcador para escolher o local. Para os pescadores, a marcação é uma ciência, pois antes de assentar a armadilha realiza-se uma série de observações essenciais que demandam um conhecimento detalhado e refinado do ambiente e seu funcionamento. A declividade e o tipo de substrato, a amplitude das marés, a influência das correntes aquáticas e de vento, compõem o quadro de expertise necessárias para a definição de um local piscoso.

Apesar de tamanha importância são raros os pescadores que dominam esse conhecimento. Em toda a vila existem apenas quatro marcadores ativos, sendo que dois marcam currais próximos à costa (de beira) e os outros dois marcam os currais do costeiro (currais de fora bem afastados da costa).

“Levantar” um curral demanda muito esforço físico, por isso os pescadores se associam em grupos para realizar o trabalho. Quando os homens são contratados para o serviço, o dono do curral paga 20 reais para cada um, por quatro horas de trabalho ao dia. Em outros casos, os pescadores trocam entre si a força de trabalho, ou seja, um ajuda o outro durante a construção dos currais. É responsabilidade do dono do curral prover o “boião” e a cachaça para os trabalhadores. O tempo dedicado à construção dos currais pode variar de acordo com a quantidade de pessoas empenhadas, todavia, quando o peixe chega à região, o curral

já deve estar assentado no ambiente. Todo o esforço é recompensado quando se inicia a safra do peixe, pois, segundo os pescadores “o curral é como um banco, depois que levanta você só vai buscar o dinheiro”. A “safra do peixe” se estende de maio a setembro. Os meses de maio, junho e julho são os mais produtivos.

O período de ocorrência das espécies aquáticas da costa estuária amazônica é orientado pela sazonalidade da descarga dos volumosos rios da região. No período de precipitação mais intensa, o aporte de água fluvial aumenta causando o deslocamento oceano adentro da zona de mistura entre as diferentes massas de águas e da produtividade primária associada; durante o período seco, o movimento é inverso. As espécies de peixes acompanham essa migração sujeitando a produtividade das pescarias ao regime de chuvas (BARTHEM, 1990; ISAAC; BARTHEM, 1995; MANESCHY, 1993). Os pescadores orientam seus esforços de acordo com suas percepções do ciclo hidrológico da região, que influencia a migração das espécies-alvo, como afirma o Pescador S.:

A gente constrói o curral em maio para esperar a safra. Em junho chega a safra do peixe, daí aguenta maio, junho, julho, agosto, setembro. Em setembro acaba o curral. Vem chegando a água doce e com ela o bacu. O bacu não é peixe que dê para aproveitar. A gente vai trabalhar tirando o material para levantar de novo em maio e esperar a outra safra. (Informação verbal).<sup>8</sup>

Os pescados capturados em maior abundância na pesca com curral são pescada gó, piaba, pescada amarela (pescadinha), pescada branca, xarel, uritinga, uricica, camurim, corvina, dourada, bacu, bandeirado, tainha e bagre. As condições ambientais no Aê para a prática dessa modalidade de pesca e a disponibilidade de recursos tornam os currais

---

<sup>8</sup> Trecho de entrevista realizada em trabalho de campo, em São Caetano de Odivelas (PA), em 2016.

muito rentáveis, tanto que se observa a intensificação da disputa por espaços de pesca.

A queda na produção começa em agosto e, partir de então, os currais são abandonados porque os peixes que ocorrem são de baixo ou de nenhum valor comercial, portanto não compensa o esforço necessário para manter o curral de pé, diante dos fortes ventos que chegam à região nesse período. Como afirma o Pescador G.,

Curral aqui é só uma vez por ano, o cara bota o curral em maio, pesca maio, junho, julho, agosto, setembro. Ai pronto, acabou a safra. No curral já não dá *pra* se empatar. Não dá *pra* sobreviver, comer, comprar farinha, porque não dá mais nada mesmo. Ai, só no mês de maio de novo. (Informação verbal).<sup>9</sup>

Vale ressaltar que os pescadores mais antigos e os mais experientes demonstraram preocupação com o desperdício de peixes juvenis por parte dos pescadores que armam seus currais próximos à *boca do Itaipú*. Segundo eles, o espaço entre os *talos (malha)* que compõem os paris é muito pequeno e, desse modo, muito peixe pequeno e sem valor comercial é capturado e descartado durante a despesca. Tal preocupação é evidenciada na fala de um dos pescadores mais experientes e respeitados pelos demais da comunidade:

Se você colocar um curral que mal entre um dedo na malha, lógico que vai pegar o miúdo. Mas se botar um curral de três ou dois dedos de malha, você pega só o que dá para aproveitar, o miúdo vara. Esse que é o serviço, o correto é botar um curral para pegar o que dá para aproveitar (Informação verbal)<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Trecho de entrevista realizada em trabalho de campo, em São Caetano de Odivelas (PA), em 2016.

<sup>10</sup> Trecho de entrevista realizada em trabalho de campo, em São Caetano de Odivelas (PA), em 2016.

Durante as entressafas da pesca com curral, a população do Aê migra para o extrativismo do caranguejo-uçá e de camarões. O extrativismo do caranguejo é fonte de renda importante para os habitantes da vila, sobretudo quando os currais são totalmente abandonados (setembro), ao passo que o período menos chuvoso da região, chamado pelos nativos de *verão*, deixa o mangue mais acessível à exploração do recurso por estar menos alagado. A alternância entre a captura de caranguejo e camarão é orientada pelas fases da lua e das marés, conforme esclarece o Pescador G.: “Quando o camarão falha é o tempo do caranguejo. Aí quando a maré cresce que dá o camarão, a gente larga o caranguejo, porque a maré quando cresce ela alaga o mangal. O mangal já fica ruim, a gente já vai *pro* camarão” (Informação verbal).<sup>11</sup>

As técnicas de coleta do caranguejo são escolhidas de acordo com as condições do ambiente e a habilidade do catador, as mais comuns são: laço ou redinha, tapagem e braceamento. O laço consiste em pequenas armadilhas feitas com fios de náilon e galhos. Essas armadilhas são colocadas na entrada das galerias construídas pelos crustáceos para servirem de abrigo; ao tentar sair do esconderijo o caranguejo fica preso à armadilha.

A técnica do tapa é mais utilizada no inverno, quando a umidade do solo permite que os caranguejos construam galerias mais profundas. Para capturar o caranguejo, os catadores pressionam a lama com os pés ao longo de toda a galeria, em seguida, umedecem com água da maré uma porção de *barro* suficiente para tapar a boca da galeria. Quando a tapagem termina, ele retorna para a primeira galeria tapada e inicia a coleta. O método de captura mais rápido é o braço, porém exige

---

<sup>11</sup> Trecho de entrevista realizada em trabalho de campo, em São Caetano de Odivelas (PA), em 2016.

experiência e muita habilidade do catador. Os catadores recorrem a essa técnica durante o verão, período em que o mangue está mais seco e os caranguejos são facilmente alcançados quando os catadores introduzem o braço nas galerias.

Nenhum tipo de beneficiamento do crustáceo é realizado, a produção é vendida ao agente comercial local, chamado de marreteiro, ou de outros municípios (*de fora*, na definição local). Os moradores capturam caranguejo de maneira mais acentuada de setembro a dezembro, nos demais meses, o ambiente está mais favorável para outras atividades, tais como a pesca de rede, o extrativismo de camarão e a coleta de mariscos. Poucos moradores permanecem na atividade durante todo o ano.

Quando as marés de maiores amplitudes atingem a região e dificultam o acesso aos manguezais, os moradores migram para a pesca do camarão. A safra do camarão acontece de dezembro a fevereiro. Essa prática, na maioria dos casos, é financiada pelo marreteiro. Os recursos necessários ao exercício da atividade são todos cedidos por esse ator social que, em troca, tem a preferência para comprar a produção. Antes de negociar a produção com o marreteiro, os pescadores cozinham e salgam o camarão.

A pesca de rede (ver Figura 2) aparece entre as pescarias auxiliares e alternativas ao curral durante as entressafras e em dias de baixa produção dos currais.

A quantidade de pescado capturado é pequena, sendo suficiente apenas para a alimentação da família, como evidenciado em outros lugares do salgado paraense (FURTADO; MANESCHY, 2006). Essa atividade acontece prioritariamente próxima à costa, no ambiente chamado de praia, e nos igarapés. Poucos pescadores dedicam-se à pesca marítima e, nesse caso, sempre como pescador empregado em barcos de São Caetano,

**Figura 2.** Pescador e marcador de curral, “Seu” Sabá, como é conhecido na vila, *tralha* rede de pesca no quintal de sua casa.



Foto: Quéren Lobo (2015).

Vigia e Colares. Pescadores de siri são raros, e atuam nessa modalidade por um curto período de tempo.

O escoamento da produção de todas as atividades pesqueiras de relevância econômica é realizado pelos marreteiros locais ou *de fora*. Há apenas dois marreteiros de peixe e camarão, e uma marreteira de caranguejo na comunidade. Os comerciantes locais de peixe e camarão são importantes, principalmente durante os períodos de menor produção, quando os marreteiros de fora se ausentam, restando apenas o marreteiro fixo para comprar o pescado. Nesse cenário, fica clara a relação de dependência do pescador com o marreteiro para escoar sua produção.

Distante dos ambientes aquáticos, a agricultura familiar é desenvolvida no âmbito da subsistência. Os cultivos mais comuns são de mandioca, macaxeira e milho. A mandioca é destinada à produção artesanal da farinha para o consumo das famílias ou para trocas por

outros produtos, tal como acontece em outras localidades do salgado paraense (MANESCHY, 1993; FURTADO, 2006). Ocorre também a criação de animais domésticos de pequeno porte, como galinha e pato. As criações são destinadas à alimentação das famílias, principalmente quando o peixe *falha*<sup>12</sup> nos pesqueiros locais. Os animais são criados livres nos quintais ou em pequenos viveiros.

Para melhor apresentação dos usos do recurso pela população do Aê, no Quadro 2 estão listados as atividades, os atores sociais envolvidos, o destino da produção e o período de ocorrência.

**Quadro 2.** Usos dos recursos naturais pela população do Aê (PA).

ATIVIDADE	ATOR SOCIAL	CARACTERÍSTICA DA ATIVIDADE	PERÍODO DE OCORRÊNCIA	
PESCA	Pesca de curral	Dono de curral	Econômica e subsistência	Março a maio – construção dos currais
				Maio a agosto – safra do peixe
		Marcador de curral	Econômica	
		Marreteiro de peixe	Econômica	O ano todo
	Pesca de rede			
		Pescador autônomo	Econômica e subsistência	O ano todo
	Pescador empregado	Econômica		

<sup>12</sup> Expressão êmica para pesca em quantidade insuficiente para uso.

EXTRATIVISMO DE MARISCOS	Extrativismo de camarão	Extrativista autônomo (a)	Econômica e subsistência	Julho a fevereiro A safra dura de dezembro a fevereiro
		Extrativista empregado (a)	Econômica	
		Marreteiro de camarão		
	Extrativismo de siri	Extrativista autônomo (a)	Econômica e subsistência	Janeiro a abril
	Extrativismo de caranguejo	Extrativista de caranguejo	Econômica e subsistência	O ano todo Safra: setembro a dezembro
		Marreteiro (a) de caranguejo	Econômica	
AGRICULTURA FAMILIAR	Roça	Família	Subsistência	O ano todo
	Cultura permanente			
	Horta			
	Produção de farinha			
CRIAÇÃO DE ANIMAIS	Criação de pequenos animais	Família	Subsistência	O ano todo

Fonte: Elaboração própria (2017).

O uso dos recursos naturais no Aê se diversifica em práticas de pesca, extrativismo, agricultura familiar e criação de animais. Tais práticas são moldadas por fatores sociais, históricos e ecológicos que marcam as relações socioambientais da população. O emprego da mão de obra familiar, de parentes, amigos e vizinhos nas práticas diversas ainda prevalece



em detrimento das formas de trabalho remunerado por valor monetário. De acordo com Furtado e Maneschy (2006), essas características definem o modelo que constitui a base do sistema econômico das populações tradicionais da Amazônia, garantindo a reprodução dos ambientes manejados ao longo de sua história de vida. A rica diversidade e disponibilidade de ambientes e recursos naturais garante a reprodução do modo de vida da população como um segmento tradicional da Amazônia.

### **Considerações finais**

Na memória dos moradores mais antigos do Aê, os recursos naturais apresentam sinais de escassez. Tal condição de diminuição dos recursos pesqueiros, desencadeada pela crescente exploração dos estoques para atendimento do mercado consumidor dos centros urbanos em expansão, é sentida não apenas regionalmente (ISAAC-NAHUM, 2006), mas em todo o mundo (FAO, 2010). A continuidade desse processo, em um futuro não muito distante, irá comprometer o modo de vida na comunidade.

Simultaneamente, outro problema se anuncia: o perfil demográfico cada vez mais marcado por uma população madura. Os jovens vão embora da comunidade impulsionados por um conjunto de fatores ligados à ausência de políticas públicas. A evasão da população jovem compromete o repasse geracional do conhecimento tradicional sobre o ambiente e seu manejo.

Portanto, a manutenção do modo de vida no Aê depende da disponibilidade de recurso natural, que já vem escasseando. Ademais, a erosão do conhecimento sentida pela ausência de jovens para receber o conhecimento repassado de geração em geração e reproduzi-lo no uso dos recursos naturais compromete o modo de vida dessa população tradicional.

## Referências

ALEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Amazônicos Ambientais; Fundação Konrad Adenauer, 1994.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 79-92, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

BARTHEM, R. B. Descrição da pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma Vaillantii*. *Pimelodidae*) no estuário e na calha do rio Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Série Antropologia, Belém, v. 6, n. 1, p. 117-130, 1990.

BEGOSSI, A. Extractive reserves in the Brazilian Amazon: an example to be followed in the Atlantic forest? In: *Ciência e Cultura, Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science*, v. 50, n. 1, p. 24-28, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Decreto de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2002a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2002/Dnn9774.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9774.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso, no Município de Santarém Novo, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2002b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2002/Dnn9773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9773.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Maracanã, no Município de Maracanã, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2002c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2002/Dnn9776.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9776.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Município de São João da Ponta, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2002d. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2002/Dnn9775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9775.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2005a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Município de Tracuateua, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2005b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10534.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10534.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Gurupi-Piriá, no Município de Viseu, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2005c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10532.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10532.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, no Município de Augusto Corrêa, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2005d. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10529.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 13 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, localizada no Município de Marapanim, Estado do Pará. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14010.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14010.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 13 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Cuinarana, localizada no Município de Magalhães Barata, Estado do Pará. *Diário*

*Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14011.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14011.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto de 13 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2014c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

CUNHA, L. H. O. *Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade*. Encontro dos Povos do Vale do Ribeira, 2001. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>>. Acesso em: 17 mai 2019.

CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. Ampliada – São Paulo: Hucitec: Nupaub USP/CEC, 2008.

ETHOS. In: *DICIONÁRIO online Michaelis*. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?palavra=etos&tr=0&f=0&t=0>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *El estado mundial de la pesca y la acuicultura*. Roma: Departamento de Pesca e Acuicultura de la FAO, 2010.

FURTADO, L. G. *Currulistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém-PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

FURTADO, L. G. Pesqueiros reais e pontos de pesca da territorialidade haliêutica ou pesqueira Amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 18, n. 1, p. 3-26, 2002.

FURTADO, L. G. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.*, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222006000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222006000200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 nov. 2016.

FURTADO, L. G.; MANESCHY, M. C. Formas de utilização de manguezais no litoral do estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas.

*Amazônia Ciência & Desenvolvimento*, Belém, v. 1, n. 2, p. 113-127, jan./jun. 2006. Disponível em: <[http://www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/institucional/biblioteca/revista\\_amazonia/edicao02/Amazonia\\_Ciencia\\_Desenvolvimento\\_COMPLETO\\_30-10-2006.pdf](http://www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/institucional/biblioteca/revista_amazonia/edicao02/Amazonia_Ciencia_Desenvolvimento_COMPLETO_30-10-2006.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2016.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Estudo socioambiental referente à proposta de criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará*. Pará: ICMBio, 2014. 102 p.

INGOLD, T.; KURTILA, T. *The perception of the environment in Finnish Lapland. Body & society*. London; New York: Routledge; Sage Publications, 2000.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carimbó*: livro de registro das formas de expressão. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1052/>>. Acesso em: ago. 2019.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Série Antropologia, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.

ISAAC-NAHUM, V.J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. In: Leff, E. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. *Ciência e Cultura*, 58 (3), p. 33-36, 2006.

LOBÃO, R. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MALDONADO, S. C. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: Diegues, A. C. (Org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MANESCHY, M. C. Pescadores curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. *Revista da SBHC*, n. 10, p. 53-74, 1993.

MORAN, E. F. *Adaptabilidade humana*. Uma introdução à antropologia ecológica. Tradução Carlos E. A. Coimbra Jr. e Marcelo Soares Brandão. São Paulo: USP, 1994.

RAVENA-CAÑETE, T. M. *Direito e populações/povos tradicionais no Brasil: da revisão à crítica de aplicabilidades e definições acadêmicas/jurídicas/legais*. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Direito, Instituto de

Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em:  
<<https://archive.org/details/pescanaAmazonia00Veri>>. Acesso em: jan. 2017.

SANTOS, S. P. *Resex-mar de São Caetano de Odivelas/PA: uma etnografia dos conflitos socioambientais*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.



# A PESCA DE CURRAL NO AÊ EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS, PARÁ, AMAZÔNIA

Marllen Karine da Silva Palheta  
Voyner Ravena-Cañete

### Introdução

Pensar a Amazônia, do ponto de vista socioambiental, significa remeter a discussão a questões que envolvem de forma direta a relação ambiente e sociedade. Ainda que descritas de formas separadas, estas se encontram intrinsecamente articuladas; e pensá-las nessa perspectiva é, de fato, um exercício complexo. Nesse cenário vasto, este trabalho atém-se à pesca enquanto prática humana e enquanto interação com o meio ambiente.

A pesca artesanal na Amazônia é uma temática vasta, que envolve diferentes atores sociais, processos produtivos, relações econômicas e sociais. O Salgado Paraense figura como uma área importante dentro deste contexto, dada sua história como primeira área de ocupação após a chegada dos portugueses na Amazônia, assim como uma localidade importante em decorrência do desembarque pesqueiro na área.<sup>1</sup> Dessa sorte, populações tradicionais há centenas de anos ocupam esse espaço, desenhando seu território através de práticas particulares de uso dos recursos naturais e formas de organização social que as singularizam.

A pesca realizada por essas populações destaca-se como o principal ponto a ser observado e descrito neste artigo, em especial a pesca de curral.

---

<sup>1</sup> A região do Salgado Paraense de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) abrange as reservas extrativistas Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta, Mocapajuba, Mestre Lucindo, Cuinarana, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Maracanã, Arai Peroba, Gurupi-Piriá, Chocoaré-Mato Grosso e Soure.



A pesca artesanal divide-se em muitas outras modalidades, mas a pesca de curral figura como ponto de interesse deste trabalho, dada a própria constituição do ambiente que proporciona as melhores condições para ser realizada tal atividade, acarretando o uso do ambiente em uma perspectiva harmoniosa por parte das populações tradicionais.

A atividade pesqueira fornece para a humanidade uma importante fonte de alimento desde a antiguidade, proporcionando também emprego e geração de renda para os que se dedicam a ela. Antigamente, acreditava-se que os recursos aquáticos eram uma fonte ilimitada.<sup>2</sup> Hoje, sabemos que isso não é verdade, como não é verdade para nenhum outro recurso natural.

Na região amazônica, a pesca artesanal possui maior expressividade. Até mesmo em épocas mais remotas, há cerca de oito mil anos, quando a região era explorada somente pelos índios, o pescado já apresentava grande importância para a manutenção dessas populações, compondo-se em fonte de alimento; e, atualmente, nos setores de comércio, renda e lazer para a maioria da população, sobretudo a que habita as margens dos rios de grande e médio porte (SANTOS; SANTOS, 2005). Na pesca artesanal, são empregados três tipos de artes de pesca: instrumentos

---

<sup>2</sup> Durante a década de 1970, ocorreu um incentivo por parte do governo federal para acelerar a produção pesqueira do país. Esses incentivos proporcionaram as aberturas de diversas empresas de pesca e um aumento considerável de barcos industriais, atuando especialmente na pesca de arrasto no litoral brasileiro. Acreditava-se que os estoques pesqueiros eram ilimitados. No entanto, o aumento da exploração dos recursos pesqueiros ocasionou a escassez de espécies de peixes de importância comercial, ocorrendo, até mesmo, ameaça de extinção de algumas espécies, como o mero (*Epinephelus itajara*). Para minimizar os impactos ocorridos no setor pesqueiro, foram adotadas medidas preventivas como a criação das reservas extrativistas, no intuito de diminuir a superexploração dos recursos pesqueiros e resguardar o meio ambiente de colapso (VASCONCELLOS, DIEGUES; SALES, 2007). Para saber mais sobre as espécies ameaçadas de extinção, consultar: <[http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/174D441A/AP\\_Lista\\_CONAMA.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/174D441A/AP_Lista_CONAMA.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2019.

destinados a ferrar o peixe (fisgas), instrumentos destinados a emalhar os peixes (redes) e instrumentos destinados a prender o peixe (armadilhas). Dentro desses três tipos de instrumentos, as artes de pesca variam conforme a espécie a ser capturada, o local da pescaria etc. (MORAES, 2005).

A região costeira paraense está distribuída ao longo dos 562 km entre os municípios de Colares (fronteira com estuário amazônico) e de Viseu (fronteira com o Golfão Maranhense). Essa região compõe uma grande extensão de manguezais que se estende entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina, com influência marítima, abrangendo lugares como sítios, povoados e vilas. As atividades econômicas das populações que habitam esse espaço são variadas e envolvem a pesca, a lavoura, a coleta, o extrativismo e os serviços primários. Tais atividades são pautadas nas relações familiares, de compadrio e vizinhança.

O município de São Caetano de Odivelas, pertencente à Mesorregião Nordeste e à Microrregião do Salgado, possui como principal atividade econômica a atividade pesqueira. Esta atividade pertence à tradição da população habitante do município, mantendo a riqueza cultural na exploração dos recursos naturais. Mesmo com todo o avanço do desenvolvimento econômico na região, as formas tradicionais na atividade pesqueira permaneceram (SILVA, 2010). Bentes (2004), em seu estudo realizado na costa paraense, observou que a pesca de curral é fortemente representada nos municípios de Bragança, Quatipuru, São João de Pirabas e São Caetano de Odivelas. Neste último, a pesca de curral é de alta relevância para a economia do município e resguarda as formas tradicionais da atividade. As técnicas indígenas estiveram presentes nas pescarias regionais. Uma delas é a pesca de curral, uma armadilha fixa montada no solo e no interior das águas com o objetivo de aprisionar os peixes dentro de um dos compartimentos da armadilha pelo movimento das marés (PIORSKI; SERPA; NUNES, 2009).

Este estudo foi realizado na localidade do Aê, no município de São Caetano de Odivelas. O Aê possui como principal atividade pesqueira a pesca de curral, e este artigo trará a discussão acerca da atividade exercida nessa localidade, bem como sua importância para seus moradores em suas particularidades.

### **Caracterização da pesca de curral**

Os primeiros currais construídos em São Caetano de Odivelas foram por um pescador originário do estado do Maranhão. Este pescador ensinou os pescadores da região a construir essa arte de pesca, assim como as técnicas de utilização do apetrecho (MANESCHY, 1993). Segundo Moraes (2005), esse apetrecho pode ser encontrado em várias formas e tipos diferentes. Essa variação nos desenhos dos currais depende da sintonia com os diversos tipos de fundo das águas, o fluxo das marés e as espécies de pescado de cada região. Na Figura 1 observa-se um curral de pesca encontrado no município de São Caetano de Odivelas.

*Figura 1. Arte de pesca denominada de curral ou armadilha fixa.*



Foto: Palheta (2015).

A pesca de curral é considerada uma pequena unidade produtiva, que permite aos pescadores atuarem de forma autônoma, confeccionando seus próprios instrumentos de trabalho e lidando com parcerias com pescadores que possuem laços de parentesco ou afinidade. O curral, ou armadilha fixa, é uma arte de pesca não móvel de grandes dimensões. Os apetrechos de pesca dividem-se em duas categorias, artes ativas e passivas,<sup>3</sup> e os currais pertencem à categoria de artes passivas.

Há outras armadilhas, como o manzuá (utilizado na pesca do siri, peixe), o matapi (empregado na pesca do camarão) e o covo (utilizado na pesca da lagosta, do pescado), mas o curral apresenta uma característica diferenciada das demais. É uma armadilha fixa e não se utiliza isca para capturar o pescado. Esse diferencial engloba várias vantagens ao pescador curralista. O fato de não se usar nenhuma isca é uma delas. A captura fica dependendo de o peixe movimentar-se ativamente na direção de seu interior com a influência de outros fatores, como o ciclo das marés, a força das correntes marítimas, os fatores territoriais (o local escolhido a ser fixado o curral) etc.

A partir do momento em que a arte é montada e fixada no local escolhido, o trabalho do pescador consiste somente em ir buscar o peixe. Não há esforço nenhum durante a pescaria. O curral é visto pelo pescador como um parceiro de trabalho. A arte executa a pescaria, e o pescador só vai buscar o pescado. Isso é de um imenso valor aos curralistas, expressado na fala a seguir: “O curral é bom porque ele trabalha por nós e só vamos buscar os peixes. Quando a maré dá de manhã, dormimos

---

<sup>3</sup> Os apetrechos de pesca ativos são aqueles que o pescador usa para ir ao encontro de peixes, crustáceos e macroinvertebrados, divididos em: rede de arrasto, puçá, arpão, tarrafa, dragas, rede de cerco etc. Já as artes passivas são aquelas que capturam os organismos aquáticos por enredamento, aprisionamento ou pescaria com anzol, e não são movidos pelo pescador; os organismos que se movem para as artes, seja por meio de atração de iscas ou outros fatores ambientais, como as correntes marítimas.

a noite toda, enquanto o curral trabalha e só despescamos de manhã” (B., 72 anos). A pesca de curral possui um significado particular aos pescadores que a executam. Eles se autodenominam curralistas, como se fosse uma categoria diferenciada dos outros tipos de pescarias e que, em verdade, é. Embora seja uma atividade englobada na categoria de pesca artesanal, esses pescadores sentem-se em uma categoria a parte, pois é um universo diferenciado dos outros tipos de atividade pesqueira. Quando se perguntou aos pescadores do Aê qual era sua profissão, a resposta imediata é que são curralistas.

Os pescadores, para realizar a pesca de curral, precisam fixar moradia em algum lugar, não realizar viagens longas e sempre estar presentes no âmbito familiar, ao contrário da realidade de outros tipos de pescarias, como a pesca com malhadeira.<sup>4</sup> Os curralistas do Aê mencionaram terem escolhido trabalhar com currais pensando na família, pois era garantia de estarem sempre acompanhando as esposas e os filhos. Um pescador chegou a relatar que não gostaria de realizar viagens longas e deixar seus filhos e sua esposa sozinhos ou, até mesmo, passando dificuldade.

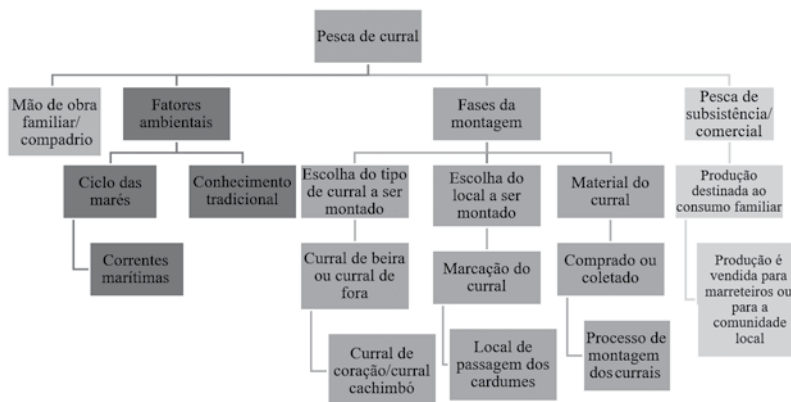
A pesca de curral é dotada de técnicas que necessitam de um conhecimento aprofundado por parte do pescador acerca do ambiente. Os pescadores do Aê começam a aprender o ofício desde criança, acompanhando os pais ou outros parentes primeiramente na despesca. Depois, passam a ajudar na montagem e na marcação, até domi-

---

<sup>4</sup> A pesca de emalhar é uma atividade bastante utilizada na costa paraense. É realizada com redes de emalhar, sendo uma arte de pesca passiva e utilizada para capturar várias espécies de peixes e crustáceos. Nessa pescaria, os pescadores precisam realizar viagens mais longas, passam dias longe de suas casas. Só voltam quando capturam a quantidade de pescado planejada. Devido a este fator, nem todos os pescadores a praticam como atividade principal. Ou seja, quando sabem que está na época de determinado pescado, vão pescar, como é o caso dos pescadores curralistas (PIO; PEZZUTO; WAHRLICH, 2012).

narem todas as etapas, que vão desde os conhecimentos ambientais até a comercialização do pescado. Tais processos são demonstrados na Figura 2.

*Figura 2. Fases da pesca de curral.*



Fonte: Elaboração própria, 2017.

## A pesca de curral no Aê

A pesca de curral no Aê está ligada diretamente às relações familiares ou por afinidade. Dos 31 curralistas entrevistados, 29 trabalham com um de seus familiares, podendo ser pai, filho, cunhados e compadres. Relatam que as relações são baseadas na confiança, e não podem dividir as tarefas e, posteriormente, o lucro com qualquer pessoa, por mais que sejam parentes. No entanto, precisa haver algum tipo de relação por afinidade, pois o processo de montagem e despesca requer responsabilidade para que não tenham prejuízos. Com base nisso, os pais ensinam seus filhos desde criança. É uma forma de garantir a perpetuação da atividade por gerações, uma profissão a seus filhos e o sustento de suas famílias.

Entrevistadora: Há quantos anos que o senhor já trabalha com curral?

Pescador: Desde quando comecei a trabalhar com o meu pai. Deve ter o quê? Uns 40 anos.

Entrevistadora: O senhor tem quantos anos?

Pescador: 54.

Entrevistadora: O senhor começou a trabalhar com 14 anos?!

Pescador: Mas é isso que te digo.... Nessa idade, comecei a pegar o ritmo, mas, com 8 anos, já ia pro curral despescar com meu pai. Meu pai botava nós pra ir com ele cedo, pra aprender desde pequeno, pra um dia nós substituir ele. Aí, quando isso acontecesse, nós já ia está sabendo tudo.

Esse cenário pode ser visto no dia a dia, durante as conversas com as crianças, nas brincadeiras. Podemos observar como esse universo vai desenhando suas vidas. Quando pequenos, pode parecer brincadeira, mas os ensinamentos já vão se enraizando desde muito cedo. Certa vez, fui à casa de um pescador e ele não estava. Perguntei a seu filho de 3 anos pelo pai dele. Apesar da pouca idade, já falava bem, me respondeu que o “pai tinha ido ao mato tirar pau para fazer o curral dele”. Como ele é muito pequeno, o pai não o leva para lhe acompanhar, mas já sabe o que o pai faz, e assim os conhecimentos começam a ser transmitidos e ocupar o cotidiano dessas pessoas.

Nem sempre os filhos querem seguir a profissão do pai, mas os pais insistem no ensinamento, pois um dia terão a opção de escolher o que desejam fazer, seja trabalhar na pesca ou em outro ramo. Fato este também visto por Stori, Nordi e Abessa (2012), em uma comunidade no município de Santos (SP). A preocupação dos pescadores mais idosos em relação ao futuro da atividade pesqueira vem se intensificando ao longo dos anos. Os jovens não demonstram interesse pela atividade, possuem interesse por atividades distintas, que não sejam a pesca. Essa situação de desinteresse pode levar à extinção da pesca artesanal de acordo com esses pescadores e, de fato, aparece com frequência nas conversas,

evidenciando uma aflição e uma certa tristeza por um porvir, onde essa atividade talvez já não mais exista.

No Aê também foi relatada tal situação. Na fala a seguir, o pescador evidencia a falta de interesse pela população jovem do local:

Quando eu era jovem, meu pai me botava pra trabalhar junto dele, e tudo era muito mais difícil, não tinha motor. Nós *ia* a remo. Andava todo esse caminho do porto a pé com material da pescaria na costa. Agora, esses jovens não querem nem ir *no* porto a pé, só se for de moto. Ir à pesca a remo nem pensar. Hoje, *tá* tudo mudado, tá muito fácil. Daqui a pouco nem sei se vão querer mais pescar.

Os ensinamentos repassados estão voltados a todo o ciclo da pesca de curral – os materiais utilizados, o processo de montagem, as questões ambientais. Ou seja, o curralista necessita de conhecimento aprofundado de todo o ciclo. Caso contrário, pode comprometer a pescaria, isto é, o pescador precisa dominar toda a técnica. E esse processo leva um certo tempo para ser efetuado. Por isso, os pescadores começam a ensinar seus filhos desde criança. Havia pescadores que estavam trabalhando há pouco tempo com curral, mas sempre estavam sendo assessorados por alguém mais experiente, até conseguirem dominar a técnica.

Entrevistador: E o seu pai. Ele fazia o quê?

Pescador: Ele era pescador.

Entrevistador: E ele morava aqui?

Pescador: Morava em Pratiquera.

Entrevistador: Ele pescava de curral também?

Pescador: Não. Naquele tempo era de espinhel, aquele que coloca vários anzóis na linha e pescava.

Entrevistador: E tu pescava com ele?

Pescador: Não cheguei a pescar, mas acompanhava ele. Eu não sabia. Só acompanhava mesmo.

Entrevistador: Quem que te ensinou a pesca de curral?

Pescador: Na verdade, foi ano passado que eu vim pra cá pra trabalhar de parceria. Apreendi com o meu parceiro e aí gostei.



O curral possui várias fases em seu ciclo, e essas fases serão descritas uma a uma a seguir. Por um certo tempo, eu fui uma criança no Aê. Os pescadores me ensinaram todos os passos do curral como se eu fosse seus filhos, talvez com menos rigor, pois eles não tinham o peso da obrigação de ensinar um filho, mas todo o conhecimento repassado foi com a mesma qualidade repassada às suas crias. Percebia que gostavam de ensinar, falavam com bastante entusiasmo; e eu, como aprendiz, também demonstrava entusiasmo e os chamava de professores do mar, e assim descrevo essa pescaria.

### **A ciência do curral**

A frase “ciência do curral” foi mencionada primeiramente por Maneschy (1993) em seu trabalho com os curralistas do município de São Caetano de Odivelas. A autora menciona que os pescadores denominam o processo de marcação dos currais como uma ciência, pois necessita de muito conhecimento para efetuar tal etapa. No entanto, todo o processo que envolve a construção e a manutenção dos currais pode ser considerado uma ciência. Isso porque é uma atividade que requer um profundo conhecimento acerca das técnicas de pesca utilizadas e sobre os fatores ambientais. A fala do pescador, a seguir, evidencia a complexidade dessa arte: “Pescador: você vê um bichinho (o curral) daquele lá na beira, não tem nem noção do trabalho que dá” (Z. B., 54 anos).

Quando o pescador fala que eu não tenho noção do trabalho que se tem ao montar um curral, inicialmente pode parecer algo “exagerado”, mas eu realmente não tinha essa noção. Durante as diversas viagens que já realizei ao longo da zona do Salgado Paraense, os currais são artes de pesca avistadas cotidianamente nas beiras de rio. Cheguei a realizar despesca, mas acompanhar os processos de montagem nunca

havia participado. Ou seja, meu conhecimento era limitado em relação à atividade. Ao conhecer melhor essa pesca, pude perceber a complexidade de todo o processo e compreender o fato de Maneschy (1993) considerar a marcação dos currais como uma ciência. No entanto, ao longo da minha pesquisa, todo o processo da atividade pode ser considerado uma ciência, pois sua complexidade se resalta em todas as suas etapas.

Para confeccionar os currais, são realizadas várias etapas, assim como visto também por Furtado (1987) no município de Marudá. No Aê, em São Caetano de Odivelas, os pescadores realizam os mesmos processos. Os currais são armadilhas que apresentam muito trabalho durante sua montagem. Os curralistas alegam que, devido ao grande trabalho, esse processo dura, em média, uns 3 meses, desde a tiração<sup>5</sup> ou compra dos materiais até sua montagem. Para diminuir esse tempo, os curralistas trabalham em parceria geralmente com seus familiares, dividindo os gastos e lucros.

Segundo Furtado et al. (2006), a solidariedade, sendo um princípio da reciprocidade, estabelece-se nessas relações entre os pescadores. A ajuda mútua está presente em diversas ações, seja no compartilhamento da tiração dos materiais, na montagem dos currais ou, até mesmo, durante o período da despesca. Por vezes, presenciei tais ações, especialmente durante a montagem dos currais. Os pescadores, quando não possuem recursos financeiros para pagar alguém para lhe ajudar, recorrem ao auxílio de parentes e compadres. Um ajuda o outro na montagem de seu curral. Assim, conseguem diminuir os gastos. Na fala a seguir, tem-se este cenário:

---

<sup>5</sup> O termo tiração é utilizado pelos pescadores para o ato de coletar os materiais que irão usar nos currais.

Entrevistadora: E o senhor paga pra lhe ajudar a colocar o curral ou trabalha de parceria?

Pescador: Quando tem dinheiro, pago, mas pra economizar nós *trabalha* em parceria. Um ajuda o outro na montagem do curral. Aí, fica mais barato. Se não, fica muito caro. Aí, fica pesado *pra* nós.

Ao andar pela localidade, é muito fácil observar pescadores trabalhando nos currais: cortando madeira, tecendo as esteiras que formam os paris e levando materiais para o porto, entre outras atividades que envolvem a montagem da armadilha. A tecelagem dos paris costuma ser realizada em seus quintais, e geralmente as casas não têm muros. Então, eu sempre os via realizar tal tarefa e me aproximava no intuito de observá-los trabalhar e, se pudesse, conversar um pouco. Tal tarefa demanda bastante atenção. Então, me mantinha somente a observar. Se o curralista se sentisse à vontade para conversar, me explicava sobre o que estava fazendo e sua importância. Percebia que eles gostavam de me ensinar, e eu aproveitava cada momento da conversa, embora eu somente pudesse observar de fato e não tentar tecer os paris juntamente com eles, pois toda a tecelagem é realizada de forma calculada e minha interrupção poderia comprometer o trabalho de uma tarde inteira ou, até mesmo, de um dia inteiro.

Os pescadores enfatizavam em suas falas que o curral apresenta características peculiares em relação a outras artes de pesca. Todo o seu processo de montagem requer um planejamento minucioso que se estende desde a escolha do curral a ser usado até as fases de montagem. São realizadas várias etapas, e isso demanda muita dedicação por parte do pescador. O sucesso da pescaria nos currais depende de um bom funcionamento da armadilha, e isso requer empenho e responsabilidade para montá-la. Daí a escolha por trabalharem com pessoas com quem possuem uma relação de confiança. Uma das primeiras etapas do curral é a escolha do tipo de curral a ser montado, que será descrita a seguir.

## Escolhendo o tipo de curral

Os currais de pesca são classificados de acordo com o local a ser montado e seu formato. Na zona do Salgado Paraense, encontramos duas denominações de currais quanto ao local escolhido: os currais de beira e os currais de fora ou de croas.

Os currais construídos mais próximos da costa são chamados de currais de beira. Eles são menores e mais baratos. São montados às proximidades dos manguezais, ou seja, em ambiente de solo lamoso. Trata-se de armadilhas que podem ser montadas para capturar tanto no período de vazante quanto de enchente das marés. Sua disposição irá determinar isso. O pescador irá determinar qual a forma de captura que deseja, sendo que o período de vazante das marés é o em que mais se captura pescado. Assim, os currais são montados de acordo com a circulação das águas durante as marés vazantes. Durante o período de vazante, a correnteza fica mais forte, e os peixes são levados em direção aos currais, não tendo chance de nadar contra a correnteza devido à sua força. Assim, acabam sendo aprisionados.

Os currais de beira são construídos visando, principalmente, à economia de subsistência (FURTADO et al., 2006). Se a produção for considerada boa, vendem a maior parte e levam para casa outra parte. Caso não capturem uma quantidade que dê para vender, levam para casa para serem usados na alimentação da família. Tais armadilhas são classificadas de acordo com seu formato. No Aê, podemos encontrar currais em formato de coração e de cachimbo.

Os currais com formato de coração podem ser montados em locais arenosos ou lamosos. Possuem compartimentos menores e uma espia maior. Este curral é composto por espia ou paris, que são as paredes dos currais ou como chamado pelos pescadores de “braços do curral”. Após os peixes encontrarem as espias, são direcionados aos

compartimentos chamados de salão e sala, onde ficam transitando para encontrarem a saída e por fim tem-se o depósito, o compartimento onde os peixes ficam aprisionados. Na Figura 3, podemos observar um curral em formato de coração.

**Figura 3.** Curral de pesca em formato de coração.



Fonte: Palheta (2017).

Os currais em formato de cachimbo têm o formato característico referente a seu nome. São construídos em ambientes lamosos e apresentam tamanhos menores em comparação os currais em formato de coração. Possuem uma espia, direcionando os peixes a um compartimento chamado salão, e posteriormente os peixes encontram o depósito, onde ficam aprisionados. Na Figura 4, demonstram o curral de cachimbo localizado nas proximidades da localidade do Aê.

Os currais de fora, assim chamados no Aê, são currais fixados nas barras arenosas (bancos), cuja produção é direcionada à comercialização, pois nas áreas mais afastadas da costa há cardumes de espécies de valor comercial. De acordo com Maneschy (1993), esse tipo de curral foi trazido para a região de São Caetano de Odivelas por um pescador originário do estado do Maranhão, que ensinou os pescadores locais a

**Figura 4.** Curral de pesca de beira em formato de cachimbo.

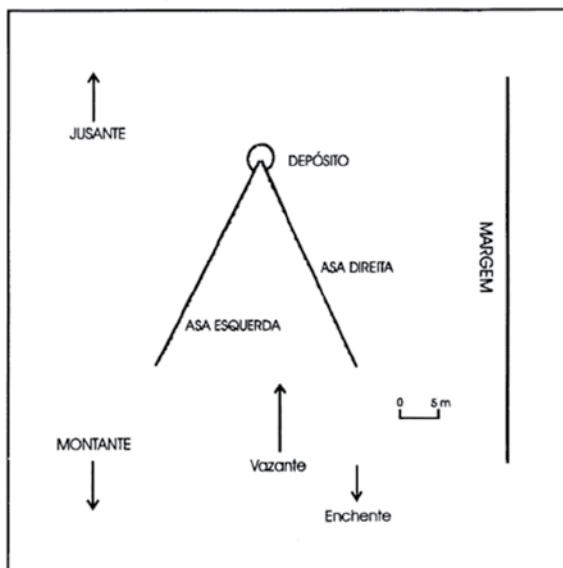


Fonte: Palheta (2015).

montar a arte e também fazia marcação, todos os anos, para aqueles que o procuravam em troca de diversos produtos.

Os currais são maiores em comparação aos de beira. Estes são compostos pelas partes denominadas de depósito local, onde os peixes ficam aprisionados, e as asas esquerda e direita que direcionam os peixes para entrarem nos depósitos, também chamadas de braços dos currais. Nesse tipo de curral, as asas ficam como se o curral fosse abraçar, de fato, os cardumes. Daí a denominação por parte dos pescadores. São construídos em locais com as correntes marítimas mais fortes, necessitando ser mais resistentes. Nesse sentido, esse tipo de curral é mais caro e necessita de um esforço maior por parte do pescador em sua montagem, sua despesca e sua manutenção, devido à sua distância de suas respectivas residências. No entanto, o ganho na produção é maior, pois as espécies capturadas são de alto valor comercial e em maior quantidade. Na Figura 5, observa-se o formato do curral de fora, que demonstra como fica sua disposição em relação as marés.

**Figura 5.** Esquematização do curral do tipo enfia e sua disposição em relação às marés.



Fonte: Maneschy (1993).

Os currais de fora geram conflitos entre os pescadores devido a dois fatores. Um é devido à extensão do curral. Por ficarem submersos nas *marés de lanço*, geralmente causam acidentes com os barcos de pesca. E o outro é por ser considerado predatório, pela grande quantidade de pescado que fica preso neste tipo de apetrecho (ICM-BIO, 2014). A resistência dessas artes baseia-se na disposição dele em relação à direção da amplitude de maré, enchente e vazante. O curral de enfia, assim são chamados no Aê, apresenta a forma afunilada, oferecendo menor resistência à água durante a enchente, quando a maré apresenta maior correnteza, e diminuindo os riscos de destruição decorrente da correnteza (FIDELLIS, 2013). No Quadro 1 são resumidos os tipos de currais.

**Quadro 1.** *Tipos de currais encontrados no município de São Caetano de Odivelas e vantagens e desvantagens quanto à escolha da armadilha.*

<b>TIPOS DE CURRAIS</b>	<b>VANTAGENS</b>	<b>DESvantagens</b>
Currais de beira: coração e cachimbo	<p>São menores</p> <p>Têm menor custo na montagem</p> <p>Menor gasto no deslocamento para realizar a despesa</p> <p>Podem ser montados para capturar pescado tanto na vazante quanto na enchente</p> <p>Facilidade na manutenção e no monitoramento para evitar roubos</p>	<p>Capturam pescado de tamanho menor</p> <p>Pesca voltada para economia de subsistência</p>
Currais de fora	<p>Capturam pescados de valor comercial</p> <p>Apresentam maior lucratividade</p> <p>Pesca voltada à economia comercial</p>	<p>São maiores</p> <p>São mais caros, pois requerem uma quantidade de material maior</p> <p>Apresentam maior gasto no período da despesa</p> <p>São montados longe da costa, dificultando a manutenção e o monitoramento para evitar roubos</p>

Fonte: Elaboração própria (2018).



Nos currais, tanto de beira quanto os de fora, utilizam-se as mesmas técnicas de montagem. No entanto, cada uma delas apresenta suas especificações, pois os currais são montados em ambientes diferenciados, o que acarreta mudanças na técnica pesqueira utilizada. A escolha de utilização dos currais varia em relação às condições financeiras do pescador. Os currais de beira requerem menor custo, devido a serem menores; e os currais de fora apresentam um gasto maior. Percebi no Aê que os currais de beira são escolhidos pelas famílias que não estão tão ligadas ao mercado consumidor. Quando possuem uma boa produção, vendem o excedente para tirar o valor gasto no curral e obter um lucro para a manutenção da família.

As famílias que possuem curral de fora são aquelas de poder aquisitivo maior e que estão ligadas ao mercado consumidor de uma forma mais direta. Um pescador em especial do local é curralista e atravessador. Ou seja, é de uma família diferenciada. Quando solicitado, financia materiais aos pescadores com a garantia de pagá-lo no período da safra. Assim, possui a função de patrão de alguns curralistas por determinado momento.

O curral é uma arte de pesca que pode ser confeccionada exclusivamente com materiais oriundos do meio ambiente. Com o advento dos materiais industrializados, com o passar dos anos, os pescadores passaram a utilizá-los pensando na durabilidade da armadilha, como o fio sintético e as redes.

No Aê, há pescadores que usam os dois tipos de materiais, o *in natura* e o sintético, ou somente o *in natura*. Depende das condições financeiras do pescador. Comprar materiais eleva o custo do curral, porém otimiza o tempo gasto no processo da montagem e eleva a durabilidade da armadilha, visto que materiais sintéticos possuem maior durabilidade (Tabela 1).

**Tabela 1.** Materiais utilizados na pesca de curral no Aê, no município de São Caetano de Odivelas.

MATERIAIS NATURAIS		
Nome científico	Nome vulgar	Função
<i>Heteropsis jenmanii</i> Oliv.	Cipó-títica	Tecer as espias
<i>Philodendron imbe</i> Schott	Cipó-timbé	Tecer as espias
<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.	Tucumã/Talo	Paredes de curral
<i>Bactris maraja</i> Mart.	Marajá/tala	Paredes de curral
<i>Maximiliana maripa</i> (Corr. Serr.) Drude	Inajá/palha-tala	Paredes do curral
<i>Raphia taedigera</i> (Mart.) Mart.	Jupati/tala	Paredes do curral
<i>Bambusa vulgaris</i> var. <i>vittata</i> McClure	Bambu	Paredes do curral
<i>Rhizophora mangle</i>	Mourões	Sustentação dos currais
MATERIAIS INDUSTRIALIZADOS		
Fios sintéticos	Fios de telefone	Tecer as espias
Pregos	–	Fixar as esteiras
Redes sintéticas	Redes de pescas	Cobrir as paredes dos currais

Fonte: Elaboração própria (2017).

## Escolhendo o local de montagem dos currais

Conforme mencionado anteriormente, a montagem dos currais possui várias fases. Uma das fases mais importantes consiste na escolha do local, ou seja, o local onde ficará assentado<sup>6</sup> o curral, caso o curralista<sup>7</sup> ainda não possua linha de curral.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> A palavra assentar é utilizada pelos curralistas para referenciar a construção do curral em determinado local.

<sup>7</sup> Segundo Furtado (1987), curralistas são os pescadores que fazem e operam os currais, sendo estes seus principais meios de produção da economia familiar.

<sup>8</sup> A linha de curral é a denominação do local onde os currais são montados. A partir do momento em que ocorre a marcação e a montagem das armadilhas, o curralista passa a ser proprietário daquela linha de curral, considerada uma herança para seus respectivos descendentes.

Para realizar a escolha do local, alguns fatores precisam ser avaliados pelo curralista. Avalia-se, principalmente, a relação custo-benefício. Como a arte da pesca requer um gasto considerado alto, quanto mais puderem economizar, melhor para o pescador. Os pescadores costumam montar os currais sempre no mesmo lugar todos os anos: são as linhas de currais. Essas linhas são resguardadas por gerações, pois, assim, economizam em não pagar alguém para marcar os currais. A partir do momento em que possuem suas linhas, os currais são montados sempre no mesmo local todos os anos.

Os currais construídos mais perto de suas casas terão um custo menor, principalmente durante o período em que o curral já estiver em operação, pois as despescas são realizadas diariamente. Se estiverem no período de safra do pescado, podem ser realizadas duas vezes ao dia. Assim, quanto mais próximo, menor será o gasto com gasolina e menor o tempo de viagem. No entanto, o pescador pode optar em realizar uma despesca diária, escolhendo a maré que considera que irá entrar maior quantidade de peixe. Nesse caso, geralmente opta-se pela maré vazante da noite. Durante o período noturno, a visibilidade dos peixes diminui, e isso facilita a entrada dos peixes nos currais – por isso a opção de os pescadores realizarem a despesca no período da noite. Outro fator analisado é a proximidade, pois ela viabiliza melhores monitoramento e manutenção dos currais, pois as artes ficam expostas a assaltos e depredação por parte das fortes correntes marítimas.

### **Considerações finais**

O ambiente onde se localiza o Aê apresenta um desenho de relevo e ecossistêmico particular, que permite aos habitantes terem acesso aos recursos naturais provenientes dos manguezais que circundam a região. O manguezal é um ambiente rico em organismos aquáticos e considerado

um berçário, atraindo diversas espécies no período de reprodução. Tal característica proporciona à população tradicional do Aê melhores condições na atividade pesqueira, no extrativismo de peixes, crustáceos e moluscos, tanto para o consumo familiar quanto para fins comerciais.

Os currais de pesca são instrumentos de captura de organismos aquáticos. Contudo, o curral é muito mais que uma arte de pesca. É um companheiro de trabalho do pescador. Ele captura os peixes, e o pescador só busca, e assim se estabelece uma relação de trabalho entre ambos. No Aê, o curral é a principal arte de pesca utilizada, justamente pelo ambiente ser propício à sua utilização. Desse modo, os ensinamentos são passados de geração em geração dentro do âmbito familiar.

## Referências

BENTES, B. S. *Diagnóstico da pesca no litoral paraense*. 2004. 137 f. Dissertação (Mestrado em Zoologia) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

FIDELLIS, C. N. A. *A pesca de curral no município de São Caetano de Odivelas-PA*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. 100 p.

FURTADO, L. G. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. 366 p.

FURTADO, L. G. et al. Formas de utilização de manguezais no litoral do estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. *Amazônia: Ci. & Desenv.*, Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Estudo socioambiental referente à proposta de criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará*, 2014.

MANESCHY, M. C. *Pêcheurs du littoral de l'Etat du Pará, nord du Brésil: systèmes techniques et sociaux d'exploitation des ressources marines*. 1993.

- Tese (Doutorado em Sociologia) – Université Toulouse Le Mirail, UTM, Toulouse, França, 1993.
- MORAES, S. C. *Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste*. 2005. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- PIO, V. M.; PEZZUTO, P. R.; WAHRLICH, R. Aspectos tecnológicos das pescarias industriais com rede de emalhar de fundo no estado de Santa Catarina – Brasil. *Bol. Inst. Pesca*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 1-14, 2012.
- PIORSKI, N. M.; SERPA, S. S.; NUNES, J. L. S. Análise comparativa da pesca de curral na Ilha de São Luís, estado do Maranhão, Brasil. *Arq. Ciênc. Mar*, Fortaleza, 2009, p. 42.
- SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 54, ago. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 set. 2011.
- SILVA, R. N. S. *Caracterização da pesca artesanal em São Caetano de Odivelas (PA)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2010. 79 p.
- STORI, F. T.; NORDI, N.; ABESSA, D. M. S. Mecanismos socioecológicos e práticas tradicionais de pesca na comunidade caiçara da Ilha Diana (Santos, Brasil) e suas transformações. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, p. 521-533, 2012.
- VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A. C. S.; SALES, R. R. Limites e possibilidades da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A. (Org.). *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: Ibama, 2007. p. 15-63. Vol. 1.

# A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA E OS POSSÍVEIS RUMOS DA PESCA ESPORTIVA EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA)

Flávia Domitila de Lima Souza  
Flavio Henrique Souza Lobato

### Introdução

O desenvolvimento da atividade pesqueira adquiriu, no decorrer do tempo, diferentes características e motivações. Assim, o que se iniciou como uma prática de subsistência para suprir as necessidades alimentares, hoje abrange diferentes interesses e compreende várias modalidades de pesca, sendo a pesca esportiva uma delas. Caracterizada como uma prática de lazer e, por vezes, de turismo, a pesca esportiva tornou-se, segundo Chiappani (2006), uma das atividades de lazer mais praticadas no mundo, transformando-se, ao longo dos anos, em uma das formas preferidas de compensação do estresse cotidiano.

No Brasil, a extensa rede hidrográfica, aliada à rica diversidade de ictiofauna e às belezas naturais presentes em diferentes biomas do seu território, fazem do país um destino de pesca consolidado e procurado por turistas pescadores do mundo todo (BRASIL, 2010a). De acordo com o antigo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), praticamente todas as regiões do país têm características propícias ao desenvolvimento da pesca amadora, como a Amazônia, o Pantanal e também as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país, com seus rios, represas, baías, açudes e estuários

(BRASIL, 2010b). Os biomas pantaneiro e amazônico, caracterizados pela piscosidade<sup>1</sup> dos seus rios, ao abrigar espécies de grande atratividade para essa prática, como o jaú (*Zungaro zungaro*) e o tucunaré (*Cichla spp.*) (BRASIL, 2010b), se destacam como os destinos brasileiros mais procurados para a prática da pesca esportiva.<sup>2</sup>

É importante salientar que no território brasileiro muitas das áreas utilizadas para a prática da pesca esportiva estão no entorno ou dentro de áreas protegidas (APs),<sup>3</sup> pois são consideradas importantes atrativos turísticos devido à presença e à abundância de recursos naturais ainda bem conservados. No âmbito das Unidades de Conservação (UCs), comumente, a prática da pesca esportiva ocorre nas Resex-Mar, UC de uso sustentável, que tem como objetivo basilar e principal conciliar o uso sustentado dos recursos naturais e garantir, simultaneamente, o modo de vida das populações tradicionais que nelas vivem e a diversidade biológica de seu território (BRASIL, 2000; DIEGUES, 2001). Tal categoria,

<sup>1</sup> O termo equivale à característica do que é piscoso, que por sua vez, trata-se da qualidade do que possui ou dispõe de uma grande quantidade de peixes (DICIONÁRIO..., 2019).

<sup>2</sup> Cabe pontuar que, de acordo com a Lei nº 11.959/2009 e a Instrução Normativa Interministerial nº 09 de 2012, a pesca esportiva e/ou amadora compreende uma pesca de natureza não comercial, praticada por brasileiros e estrangeiros com a finalidade de lazer e esporte (BRASIL, 2012; IBAMA, 2009). No entanto, segundo o IBAMA (2009), ainda que apresentem o mesmo caráter de diversão, enquanto na pesca amadora existe um limite quantitativo de captura do pescado, na pesca esportiva os seus adeptos são obrigados por lei a devolver os peixes capturados à água – “pesque e solte”.

<sup>3</sup> Esse é o caso da Usina Hidrelétrica (UHE) de Campo Mourão I, pertencente ao Parque Estadual do Lago Azul (PELA), no estado do Paraná (KNIELING, 2016); da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, unidade de conservação federal localizada na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro (TUBINO et al., 2013); de Bertioiga, em São Paulo, inserida, na sua maior parte, em diferentes unidades de conservação estadual (TERAMOTO, 2014); do lago da UHE-Balbina, localizado em torno da Reserva Biológica (REBIO) Uatumã, no município de Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas (CAÑAS, 2012); de Itapiranga e São Sebastião do Uatumã, no Amazonas, área de abrangência da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uatumã (KOURY et al., 2011), dentre outros exemplos.

dada a possibilidade de visitação pública, conforme disposto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aliada às suas características naturais de ambientes costeiro e marinho, apresenta potencialidades e possibilidades para a prática da pesca esportiva.

Essa é uma realidade presente em diferentes Reservas Extrativistas Marinhas do país,<sup>4</sup> inclusive na Resex-Mar Mocapajuba, UC foco deste estudo, situada no município de São Caetano de Odivelas (PA). São Caetano compreende um município litorâneo, de base econômica predominantemente pesqueira, favorecido por sua localização privilegiada no estuário amazônico (SANTOS, 2016). O município em questão está situado na mesorregião nordeste do Pará, e limita-se geograficamente com o oceano Atlântico e com os municípios de Terra Alta, São João da Ponta, Curuçá e Vigia de Nazaré, distanciando-se cerca de 104 km, pela rodovia, da capital do estado, Belém (PARÁ, 2012).

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2014), em virtude da favorecida situação geográfica da região, as principais atividades econômicas da população do município – a pesca e a coleta de mariscos – estão relacionadas com as águas. A pesca artesanal – incluindo a pesca de curral, de camarão e de caranguejo – constitui a principal fonte de subsistência da população local de São Caetano de Odivelas (SANTOS, 2016). Paralelamente à importância do ambiente aquático no modo de vida da população local, esse também exerce forte influência no lazer dos visitantes do município, o qual se tornou, ao longo dos anos, um dos principais destinos para os entusiastas pela prática da pesca esportiva (PARÁ, 2012).

---

<sup>4</sup> Resex de Arraial do Cabo (RJ) (FABIANO, 2011); de Itaipú, em Niterói (RJ) (RIO DE JANEIRO, 2013); de Corumbau (BA) (STORI, 2005); de Canavieiras (BA) (CARDOZO et al., 2012); de Taquari, em Cananeia (SP) (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017); de Unini, em Barcelos (AM) (CALDENHOF, 2009; BRASIL, 2014a); de Curuçá (PA) (BATISTA, 2010), entre outras.



A proximidade com o oceano Atlântico e a presença de rios, furos e ilhas no município favorece a disponibilidade de espécies de peixes consideradas atrativas para essa prática na região (ICMBIO, 2014), como a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), a corvina (*Plagioscion spp.*), o xaréu (*Caranx hippos*), o robalo (*Centropomus spp.*), o tarpon (*Megalops atlanticus*), entre outros. Além disso, a presença do ecossistema de manguezal confere às águas do estuário a característica de berçário para diferentes espécies de peixes, as quais desovam e encontram nesse ambiente a garantia de manutenção de seus avelinos<sup>5</sup> por meio da fartura de alimento primário existente no local (FERREIRA et al., 2006 apud FRÉDOU et al., 2008).

A pesca esportiva figura como uma das principais atividades de lazer e turismo do município, atraindo um fluxo intenso e espontâneo de pescadores do estado e de outras regiões do país. Contudo, segundo Souza et al. (2017), essa pesca tem se perpetuado de maneira predatória e desordenada no município, gerando problemas e insatisfação a diferentes segmentos da população local.<sup>6</sup> A criação da Resex-Mar Mocapajuba, em outubro de 2014, no território odivelense (BRASIL, 2014b), colocou em questionamento os rumos dessa atividade, dado seu caráter socioambiental problemático.

Como dito anteriormente, a Resex compreende uma UC de uso sustentável, voltada à proteção do modo de vida das populações tradicionais, mediante a conservação dos ecossistemas e recursos naturais. As atividades desenvolvidas nessas áreas e que implicam o uso direto e

---

<sup>5</sup> De acordo com o Dicionário Online de Português (2019), entende-se por “avelino”, a fase ou forma embrionária dos peixes. Nesse caso, portanto, refere-se aos peixes em formação.

<sup>6</sup> Para melhor compreensão do cenário predatório e problemático da pesca esportiva em São Caetano de Odivelas, consultar Souza et al. (2017).

indireto da natureza, incluindo aquelas no âmbito da visitação pública, precisam ser compatíveis com os seus propósitos e com o acordado no plano de manejo da área. Este, por sua vez, resulta dos anseios da população usuária e dos demais membros do conselho deliberativo da Resex, que, nesse caso, contempla um modelo de gestão integrado que prioriza a participação popular no processo de planejamento e gerenciamento da unidade de conservação.

Nesse sentido, levando-se em consideração o cenário de desordem da pesca esportiva, já mencionado e referenciado pela autora, em um território agora legalmente protegido por uma unidade de conservação, mais precisamente por uma Resex-Mar, entendida aqui como direcionadora de rumos dos territórios por ela protegidos, este texto se propõe a apresentar e discutir as possíveis implicações da Resex-Mar no futuro da pesca esportiva de São Caetano de Odivelas.

## Metodologia<sup>7</sup>

O percurso metodológico desta investigação esteve pautado em pesquisa de caráter exploratório, com abordagens quantitativa e qualitativa realizadas mediante levantamento de dados secundários (pesquisas bibliográficas e documentais) e coleta de dados primários *in loco* (pesquisa de campo). Desse modo, em relação aos dados secundários, as pesquisas bibliográficas e documentais ampararam-se em dados oficiais, dispositivos normativos e trabalhos científicos relativos à pesca esportiva e a UCs, especialmente, reserva extrativista, além de pesqui-

---

<sup>7</sup> Este trabalho figura como um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da primeira autora. Assim, os resultados apresentados e discutidos neste texto são apenas parte dos dados coletados na pesquisa, pois apenas eles cabem à discussão na qual este trabalho se debruçou. No TCC da primeira autora, contudo, dado seu caráter de maior amplitude, essas e outras discussões foram abordadas.

sas sobre São Caetano de Odivelas. Em conjunto, se fez uso também do banco de dados do projeto de pesquisa “Empoderamento, ethos local e recursos naturais: a cartografia social como estratégia para a elaboração de planos de ação em Resex marinhas do salgado paraense”,<sup>8</sup> o qual figurou como fonte de pesquisa e informação sobre questões referentes à Resex-Mar Mocapajuba.

No que concerne à pesquisa de campo, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas como instrumentos de coleta de dados junto aos interlocutores deste trabalho, os quais serão detalhados mais adiante. Os questionários, ainda que predominantemente quantitativos, continham questões abertas e fechadas. As entrevistas, por outro lado, tiveram uma abordagem qualitativa para a produção dos dados. Cumpre esclarecer que as estadas em campo ocorreram em diversos momentos, no decorrer de três anos, a saber: em 2015, a coleta de dados ocorreu nos dias 25 e 26 de abril e 10 a 12 de julho; no ano de 2016, as viagens ocorreram no dia 17 de fevereiro e nos dias 8 e 9 de julho. Por fim, na última etapa da pesquisa foram feitas três viagens a campo, ocorridas nos meses de abril (27 a 30) e junho (15 e 20) de 2017.

A coleta de dados primários alcançou um total de 65 interlocutores, sendo eles caracterizados por pescadores artesanais (19); pescadores esportivos (14); comerciantes locais (12); donos de hotéis e restaurantes (6); guias de pesca (11); e agentes do poder público municipal responsáveis pelos setores sobre os quais recaem o planejamento e a gestão de políticas públicas voltadas à pesca esportiva, representados pelo atual

---

<sup>8</sup> Em síntese, esse projeto objetivava fortalecer o ethos local – dentro da perspectiva de valorização da identidade – das populações tradicionais da Resex-Mar Mocapajuba de São Caetano de Odivelas, utilizando-se da cartografia social para estabelecer análises e ações de caráter colaborativo para conservação e manutenção dos recursos naturais (ECOLOGIA HUMANA, NATUREZA E POPULAÇÕES AMAZÔNICAS, 2018).

prefeito (1), pelo secretário de meio ambiente (1) e pelo secretário de turismo (1) de São Caetano de Odivelas.

O material coletado em campo foi tratado de acordo com o caráter qualitativo e quantitativo das informações. Nesse sentido, com relação aos dados qualitativos, foi realizada uma análise interpretativa e quanto ao tratamento dos dados quantitativos foi utilizado o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS), software que permitiu a análise estatística das informações que se encontram dispostas no decorrer dos resultados deste trabalho, por meio de gráficos e tabelas.

### **A pesca esportiva na Resex-Mar Mocapajuba: entre o ordenamento e a obliteração**

Do ponto de vista normativo, nas reservas extrativistas, de um modo geral, existe uma série de restrições e regras que são estabelecidas e devem ser cumpridas e respeitadas pelos seus usuários e pelos demais, com o propósito de ordenar o comportamento humano no que condiz ao uso dos recursos naturais nessas áreas. Isto é, a utilização do espaço territorial e dos recursos naturais ali presentes está sujeita a normas que atendam aos objetivos da Resex como UC de uso sustentável. Nesse sentido, conforme prevê o SNUC, nessas áreas fica proibida a exploração de recursos minerais e a caça amadora ou profissional; a exploração de recursos madeireiros só é admitida em bases sustentáveis e de complementariedade com outras atividades; a pesquisa científica é incentivada e autorizada perante prévia autorização do órgão gestor da unidade e, por fim, a *visitação pública*<sup>9</sup> é permitida desde que

---

<sup>9</sup> Consiste no aproveitamento das unidades de conservação para fins de lazer, educação, dentre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais presentes na área (BRASIL, 2006).

compatível com os interesses locais e com o disposto no plano de manejo da área (BRASIL, 2000).

No entanto, além das regras previstas a princípio no SNUC, outras são definidas e estabelecidas no plano de manejo da Resex. A saber, o plano de manejo constitui o principal instrumento de planejamento, gestão e ordenamento territorial das UCs, construído de maneira processual, contínua, flexível, gradativa e *participativa* (VASCONCELLOS et al., 2018). A elaboração desse instrumento se dá mediante a articulação entre o ICMBio (órgão administrador da UC) e o Conselho Deliberativo<sup>10</sup> da UC, o qual é composto por diferentes representantes de órgãos públicos, da sociedade civil e das populações tradicionais residentes da área (BRASIL, 2000).

Esse modelo de envolvimento e autonomia popular – especialmente das populações tradicionais, principais asseguradas e beneficiárias das Resex – no processo colaborativo e decisório de formulação das diretrizes e normas que presidirão a Resex, em consonância com as necessidades socioambientais demandadas, é assegurado pelo SNUC, conforme disposto no § III, do art. 5º, que garante a participação social das populações locais no processo de criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000). De acordo com Vasconcellos et al. (2018), a participação social, desde o estágio que envolve o planejamento da UC, é de suma importância, pois além da ativa participação nas decisões de manejo da área protegida, as quais podem implicar direta e indiretamente a vida de diversos grupos sociais, contribui também para um maior comprometimento da sociedade

---

<sup>10</sup> Principal entidade representativa das reservas extrativistas, apresentando poder de decisão sobre questões pertinentes à área da unidade. Sua função básica consiste em administrar e gerir o território da Resex, através da elaboração e supervisão de um plano de manejo que oriente novas formas de apropriação e uso dos recursos naturais da reserva (SANTOS, 2016).

com as questões da conservação e, conseqüentemente, para alcançar as diretrizes propostas.

Esse paradigma da participação popular está pautado, conforme Santilli (2005), nas bases do socioambientalismo, na medida em que dá visibilidade e contempla a articulação entre ambiente e democracia. Seguindo a autora:

O envolvimento das populações locais procura romper com a lógica “vertical” que norteou por muitos anos os processos de criação de unidades de conservação, em que a decisão política de criá-las e implantá-las é imposta “de cima para baixo”, e de forma autoritária e unilateral pelo Poder Público, excluindo-se as populações locais. (SANTILLI, 2005, p. 109).

As Resex compreendem, portanto, um modelo conservacionista, de uso sustentável, que possibilita aos seus usuários o poder de voz e decisão para intervir no ordenamento das regras.

Como dito anteriormente, a visitação pública é prevista pelo SNUC em diferentes UCs do país, inclusive nas Resex. Enquadradas nesse âmbito, *as atividades que figuram o universo do turismo, do lazer e da recreação* constituem práticas possíveis de serem realizadas nessas áreas. No entanto, cabe salientar que em muitos casos, como no das Resex, essas atividades estão sujeitas à aceitação dos seus usuários. E quando permitidas, são condicionadas às regras definidas pelo conselho deliberativo no plano de manejo da unidade para que sejam desenvolvidas de maneira adequada e compatível com a conservação da natureza e com os modos de vida tradicionais ali presentes.

Em São Caetano de Odívelas, a maneira problemática como se desenha a prática da pesca esportiva gera insatisfação à população local, especialmente aos pescadores artesanais, considerados, de acordo com Souza et al. (2017), os mais prejudicados por essa atividade. Conforme as autoras, a pesca esportiva praticada no município é marcada, sobretudo,

pelo consumo irresponsável da natureza e, conseqüentemente, por problemas socioambientais ocasionados ao ambiente e ao modo de vida da população local. Nesse sentido, apesar de o município ser considerado um dos destinos da região para a prática da pesca esportiva, na realidade, o que acontece é uma pesca predatória, sem limites e desprovida de conscientização por aqueles que a praticam, haja vista o não cumprimento do “pesque e solte” – conduta básica da pesca esportiva –, além do excesso de captura do pescado, que desconsidera os limites estabelecidos pela pesca amadora (SOUZA et al., 2017).

Dado o espaço territorial – assegurado por uma UC – no qual acontece a pesca esportiva de São Caetano, somado ao poder da voz da população usuária da Resex e à finalidade a que ela se propõe, subentende-se que a Resex-Mar Mocapajuba deveria *a priori* impor regras à essa prática de lazer que acontece desordenadamente no município. Entretanto, considerando os resultados da pesquisa de Santos (2016) aliados aos dados apresentados nos Gráficos 1 e 2 e na Tabela 1, os quais revelam que uma parcela da população local desconhece a existência da Resex-Mar Mocapajuba no município, assim como seu significado e funcionalidade, talvez isso não aconteça.

O estudo da autora mencionada revela que em São João dos Ramos – uma das comunidades integrantes da Resex-Mar – 20,93% dos 43 moradores entrevistados não sabem da existência da reserva extrativista na região. Dos 79,06% que têm conhecimento sobre a reserva implantada, pelo menos 69,76% souberam a partir de fontes informais, como familiares, vizinhos e por capatazes da colônia de pescadores, e apenas 9,30% por intermédio do ICMBio. Junto a isso, Santos (2016) aponta que 48,83% dos interlocutores não sabem o que é uma Resex, na medida em que desconhecem seu significado, sua importância e suas implicações.

De acordo com Santos (2016), essa falta de esclarecimento sobre a Resex-Mar, constatada nos dados mencionados, está associada às frágeis bases de informação e indica a pouca proximidade entre o órgão gestor da área (ICMBio) e seus usuários. Além disso, aponta ainda que, diante desse cenário, a maioria dos entrevistados em São João dos Ramos não faz ideia de como vai acessar os recursos comuns e de quais serão as regras que estarão em jogo nas próximas décadas. Essa deficiência pode vir a comprometer as iniciativas de manejo de recursos comuns existentes na área e, de maneira geral, a efetivação da unidade de conservação, que depende consideravelmente do grau de parceria entre as populações usuárias e seu órgão gestor (SANTOS, 2016).

Em um cenário mais amplo, o Gráfico 1 revela que 409 famílias, equivalente a 53% da população residente nas comunidades abrangidas pela Resex-Mar Mocapajuba, considerando o total de 766 famílias entrevistadas no levantamento de Ravena-Cañete (2017), desconhecem a existência da reserva. Enquanto o Gráfico 2, de maneira afunilada, apresenta os dados que condizem, especialmente, com os interlocutores desta pesquisa. E, nesse sentido, demonstra que 27 (43,5%) dos interlocutores entrevistados, ainda que não seja a maioria, também estão ausentes desse processo, haja vista que nunca ouviram falar a respeito da Resex-Mar implantada no município.

Ainda a respeito da familiaridade com a nova instituição socioambiental criada em São Caetano de Odivelas, a Tabela 1 sintetiza, em números, a resposta dos diferentes atores sociais entrevistados, os quais correspondem àqueles que circulam, direta e indiretamente, em torno da prática da pesca esportiva, sobre “O que é uma Resex”.



**Gráfico 1.** Percentuais de famílias conhecedoras e desconhecedoras da Resex-Mar Mocapajuba.<sup>11</sup>



Fonte: Elaboração própria (2018) com base em Ravena-Cañete (2017a).

**Gráfico 2.** Percentual correspondente ao número de interlocutores conhecedores e desconhecedores da Resex-Mar Mocapajuba.<sup>12</sup>



Fonte: Elaboração própria (2015-2017).

<sup>11</sup> Os resultados contidos no Gráfico 1 decorrem do levantamento de dados realizado pelo projeto de pesquisa “Empoderamento, ethos local e recursos naturais: a cartografia social como estratégia para a elaboração de planos de ação em Resex’s marinhas do salgado paraense”, através da aplicação de questionário com 766 famílias, distribuídas nas 19 comunidades integrantes da Resex-Mar Mocapajuba.

<sup>12</sup> Os resultados apresentados no Gráfico 2 consideram os dados obtidos junto à parcela dos interlocutores desta pesquisa (62), exceto os três representantes da gestão pública do município aqui contemplados.

**Tabela 1.** *Concepção sobre Reserva Extrativista.*<sup>13</sup>

<b>Entendimento sobre a funcionalidade de uma Resex</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Apresenta concepções	25	38,5
Não sabe (N/S)	34	52,3
Não aplicado	6	9,2
Total	65	100

Fonte: Elaboração própria (2015-2017).

Como demonstra a Tabela 1, dos interlocutores, apenas 38,4% apresentam alguma percepção sobre o significado de Resex, enquanto 52,3%<sup>14</sup> não sabem nada a respeito. A compreensão desses 38,4% sobre a Resex está atrelada, de uma maneira geral, aos termos “proibição”, “cobrança”, “limite”, “controle”, “ordenamento” e “preservação”. Destarte, ora essa UC é entendida como um instrumento de proteção da natureza e de ordenamento, mediante a imposição de regras, limites e fiscalização das práticas que fazem uso dos recursos naturais, ora é sinalizada apenas como um sinônimo de interdição, que irá proibir o acesso e o uso dos espaços e dos recursos naturais daqueles que dependem e sobrevivem da pesca. É o que demonstram os relatos da Figura 1.

<sup>13</sup> Pergunta direcionada à totalidade dos interlocutores entrevistados: representantes da gestão pública municipal (3), comerciantes (12), donos de hotéis e restaurantes (6), guias de pesca (11), pescadores artesanais (19) e pescadores esportivos (14).

<sup>14</sup> Considerando o Gráfico 2, é importante salientar que os 52,3% que desconhecem totalmente o sentido e os propósitos de uma Resex, inclui não somente os que disseram não saber da existência da reserva, como também alguns daqueles que afirmaram saber de Mocapajuba.

**Figura 1. Concepções sobre a função de uma Resex (informações verbais).<sup>15</sup>**

1 Remete à preservação. Não deixar acabar o que tem no município. Precisa adequar, ordenar todas as práticas que usufruem dos recursos (informação verbal).	2 Pelo pouco que sei vai prejudicar muita gente porque aqui o povo vive da pesca. Vão proibir muita coisa (informação verbal).
3 Proibição do uso do recurso, da pesca (informação verbal).	4 É um meio de controlar a pesca desordenada (informação verbal).
5 Uma extensa área de terra e água, onde toda a biodiversidade estaria preservada e sob severa fiscalização (informação verbal).	6 Remete à preservação do meio ambiente <i>pra</i> assegurar os recursos <i>pra</i> geração futura (informação verbal).
7 É algo que vem <i>pra</i> ordenar, através de uma demarcação e fiscalização eficiente. Vem <i>pra</i> marcar pontos de pesca, pontos de caranguejo. É uma forma de demarcar onde pode e não pode tirar, pescar (informação verbal).	8 Remete à proibição do acesso e uso dos espaços e recursos naturais do município (informação verbal).
9 É algo que vai fiscalizar e ordenar o acesso ao curso natural. Vai limitar as práticas predatórias (informação verbal).	10 É uma área de proteção ambiental (informação verbal).

Fonte: Elaboração própria (2015-2017).

<sup>15</sup> Os relatos apresentados na Figura 2 são informações verbais obtidas por meio de entrevistas realizadas com diferentes interlocutores e em diferentes períodos, durante a fase de coleta de dados da pesquisa, conforme descrito a seguir. Relato nº 1: Informação verbal fornecida por A. W., Pescador esportivo, em pesquisa de campo realizada em 2017. Relato nº 2: Informação verbal fornecida por R. A., Guia de pesca, em pesquisa de campo realizada em 2017. Relato nº 3: Informação verbal fornecida por A. S., Dono de hotel e restaurante, em pesquisa de campo realizada em 2016. Relato nº 4: Informação verbal fornecida por L. S., Pescador artesanal, em pesquisa de campo realizada em 2015. Relato nº 5: Informação verbal fornecida por W. C., Pescador esportivo, em pesquisa de campo realizada em 2015. Relato nº 6: Informação verbal fornecida por H. S., Pescador esportivo, em pesquisa de campo realizada em 2017. Relato nº 7: Informação verbal fornecida por E. O., Guia de pesca, em pesquisa de campo realizada em 2017. Relato nº 8: Informação verbal fornecida por A. P. M., Dono de hotel, em pesquisa de campo realizada em 2016. Relato nº 9: Informação verbal fornecida por N. M., Dono de hotel, em pesquisa de campo realizada em 2016. Relato nº 10: Informação verbal fornecida por J. R., Comerciante local, em pesquisa de campo realizada em 2015.

A compreensão muitas vezes fragmentada ou deturpada, assim como o desconhecimento e o distanciamento da população local, especialmente da maioria dos interlocutores desta pesquisa, sobre o sentido da UC presente no território de São Caetano de Odivelas indica e reafirma a inconsistente relação entre o estado e, principalmente, os usuários da Resex-Mar Mocapajuba, como foi constatado por Santos (2016) em seu trabalho.

Junto aos diferentes atores sociais protagonistas dos relatos da Figura 2, foi considerada ainda a percepção de três representantes do poder público local, responsáveis pela direção da Prefeitura, da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Turismo, que além de representarem as principais entidades públicas municipais pelas quais perpassa e recai – ou pelo menos deveria – a responsabilidade do planejamento e da gestão da pesca esportiva, dada as suas características e implicações econômica e socioambiental, constituem também alguns dos órgãos públicos elencados a compor o conselho deliberativo das unidades de conservação, inclusive das Resex, conforme dispõe o § 1º, do art. 17, estabelecido no Decreto nº 4.340/2002.

A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, *os órgãos ambientais dos três níveis da federação e órgãos de áreas afins*, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, *turismo*, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas. (BRASIL, 2002, grifo nosso)

É diante da importância da participação desses órgãos, tanto no contexto da pesca esportiva quanto no da Resex-Mar, que este trabalho considerou também a compreensão da gestão pública local sobre a Resex.

Igualmente ao constatado no discurso de alguns dos demais interlocutores entrevistados, a fragilidade e o desconhecimento relacionado

ao significado de Resex também ficou evidenciado na fala do prefeito e gestor em exercício do município. O interlocutor mencionado não apresenta uma opinião formada sobre o que é, os objetivos, os benefícios e como funciona uma Resex. Fato que decorre, ainda que parcialmente, do distanciamento relacionado à participação no processo de criação e implementação da Resex-Mar Mocapajuba.

Não sei te dizer. Por quê? Quando eu assumi, essa Resex já estava em andamento, o prefeito na época já tinha assinado para a criação da Resex. E o povo aí que está na frente dessa Resex é a colônia de pescadores. [...] O Rubens, prefeito passado, já tinha autorizado. Já peguei o bonde andando. Por isso que eu te digo que não sei quase nada da Resex. [...] Teve um tempo que eu até era contra, aí nós queríamos fazer uma APA pra ir de encontro com isso porque tem município aí que só faz as coisas se a Resex, ICMBio autorizar. [...] Nós temos assim que ir trabalhando no município até um pouco antes de acontecer esse negócio porque depois que acontecer muita coisa vai ser proibida (informação verbal).<sup>16</sup>

Apesar do desconhecimento sobre o assunto, o discurso do atual prefeito salienta uma percepção de Resex como elemento sinônimo de proibição e empecilho ao desenvolvimento econômico.

O secretário de meio ambiente, por sua vez, apresentou um entendimento e uma opinião clara a respeito da UC. Para ele, a Resex-Mar está atrelada ao uso sustentável dos recursos naturais, à imposição de limites, à inibição e ao ordenamento de práticas desordenadas e à preservação do mangue e do rio.

Eu falei *pra* você que o mais importante pra mim na Reserva Extrativista é essa coisa do sustentável. Até em reuniões que a gente teve eu comentava com as pessoas que há muito tempo atrás a gente vinha conversando com os

---

<sup>16</sup> Informação verbal fornecida por M. C., atual prefeito de São Caetano de Odivelas (PA), em pesquisa de campo realizada em 2016.

antigos e diziam que o caranguejo era tirado na pera, “Eu vou lá e tiro cinco peras, vendo, compro a comida, o vestuário”. Mas era aqui perto. Aí hoje vai ficando cada vez mais distante, escasso, a questão do tamanho. Como eu falei *pra* você, eu acho que o mais importante é isso aí, inibir algumas práticas e preservar o mangue, preservar o rio. [...] então ela só veio *pra* ordenar, *pra* dizer *pra* ti “olha, você pode tirar isso aqui, você pode fazer isso aqui de maneira sustentável” (informação verbal).<sup>17</sup>

Nessa mesma perspectiva, o secretário de turismo também compreende a Resex-Mar como um instrumento voltado à preservação ambiental: “Quando fala de reserva me remete muito à preservação. Preservação do meio ambiente, ao controle da degradação do mangue, do fim do caranguejo – que eu acho que isso é impossível” (informação verbal).<sup>18</sup>

Como dito anteriormente, o discurso voltado para a preservação ambiental e proibição das atividades que se utilizam dos recursos naturais está presente na maioria das concepções daqueles que expuseram seus pontos de vista sobre Resex. Sabe-se, entretanto, que apesar de a importância dada à proteção da natureza, a Resex está fundamentada, antes de tudo, na proteção dos modos de vida das populações tradicionais, o que implica, conseqüentemente, a proteção dos recursos naturais como garantia à manutenção dos modos de vida dessas populações. Diante disso, o que se observa até aqui são concepções fragmentadas e limitadas, ainda que parcialmente coerentes, sobre o real propósito de uma Resex, assim como o desconhecimento dos poderes de voz e de participação que essa categoria de UC possibilita, principalmente, aos seus usuários.

<sup>17</sup> Informação verbal fornecida por R. S., secretário de meio ambiente de São Caetano de Odívelas (PA), em pesquisa de campo realizada em 2016.

<sup>18</sup> Informação verbal fornecida por R., secretário de turismo de São Caetano de Odívelas (PA), em pesquisa de campo realizada em 2017.

A Resex-Mar Mocapajuba se configura, do ponto de vista normativo, como um elemento capaz de obliterar a prática da pesca esportiva que acontece de maneira desregrada no município. É sabido, no entanto, que essa prática tem sua relevância e representatividade para o município de São Caetano de Odivelas, na medida em que atrai certa demanda e movimenta uma cadeia, ainda que incipiente, em torno dessa atividade. Dado o exposto, é importante esclarecer que existe a possibilidade de a Resex-Mar Mocapajuba incluir e, conseqüentemente, autorizar o exercício da pesca esportiva em seu plano de manejo, mediante, contudo, um conjunto de regras nele estabelecidas que atenda aos princípios norteadores da Resex-Mar como área protegida que visa ao uso sustentável dos recursos naturais.

Os rumos que essa atividade pode seguir – sua obliteração ou seu ordenamento – é uma decisão que depende, contudo, dos usuários da Resex-Mar, ou seja, da participação deles no planejamento e na gestão da UC criada no município. Apesar da importância e da exclusividade dada aos usuários (como população tradicional) nesse processo decisório, é assegurada pela legislação a participação de outros membros da sociedade civil<sup>19</sup> – como trabalhadores e representantes do setor privado da região – e de membros dos órgãos públicos no conselho deliberativo da unidade (BRASIL, 2000). Desse modo, no que concerne especificamente à pesca esportiva, é de suma relevância a participação de todas as partes interessadas e, portanto, atreladas direta e indiretamente à cadeia da pesca esportiva do município no processo democrático das reuniões

---

<sup>19</sup> De acordo com o § 2º, art. 17, da Lei nº 9.985/2000, além das populações tradicionais, a representação da sociedade civil no conselho deliberativo da unidade de conservação deve contemplar, quando couber, a comunidade científica, as organizações não governamentais ambientalistas, a população residente e do entorno, os proprietários de imóveis no interior da unidade, os trabalhadores e o setor privado atuante na região e representantes dos comitês de Bacia Hidrográfica (BRASIL, 2000).

de conselho, para a construção dos diálogos e das discussões que definirão os rumos dessa prática em São Caetano de Odivelas.

No entanto, os dados apresentados, assim como o trabalho de Santos (2016), os quais constata e apresentam a fragilidade referente à apropriação e à participação no processo de efetivação da Resex-Mar, mostram que os usuários não dominam o que está em jogo, as regras do jogo e o próprio poder que eles têm. Diante desse cenário, no qual se percebe um abismo entre a Resex-Mar Mocapajuba e, principalmente, seus usuários, pressupõe-se que os rumos que essa atividade poderá seguir, bem como as decisões e as condutas que podem vir a ser tomadas, criadas e direcionadas especialmente ao uso do recurso por essa atividade de pesca, possivelmente não corresponderão a uma participação efetiva, condizente às demandas e aos anseios dos usuários de Mocapajuba e dos demais cujos interesses estão voltados à pesca esportiva.

## **Conclusão**

Ao longo deste trabalho buscou-se refletir e discorrer sobre os possíveis rumos da pesca esportiva, em um cenário pesqueiro do nordeste paraense, particularmente em São Caetano de Odivelas, onde diferentes atores sociais interagem com essa prática de pesca. A desordem da pesca esportiva em um território, agora legalmente protegido e abrangido por uma Resex-Mar, pôs em questionamento os rumos dessa atividade diante da implementação de uma UC no município.

Dado seu propósito de área protegida, que visa à conservação dos recursos naturais e à proteção dos modos de vida das populações tradicionais que deles dependem, a Resex-Mar Mocapajuba enseja novos caminhos para essa prática de pesca que acontece de maneira desregrada em um território social e ambientalmente protegido. No entanto, os dados trazidos revelaram que mais da metade das famílias



usuárias da Resex-Mar (53%)<sup>20</sup> não sabe que esta foi criada no município e que grande parte dos interlocutores desta pesquisa (43,5%), caracterizados especialmente por aqueles afetados e envolvidos direta e indiretamente pela prática da pesca esportiva, também desconhece a existência da Resex-Mar Mocapajuba. Em paralelo, 52,3% dos interlocutores interrogados não souberam dizer qual é a função e a importância da Resex na qualidade de área protegida.

Os dados revelam, portanto, que uma parcela significativa dos usuários e dos demais interlocutores se mantêm ausente aos assuntos pertinentes à Resex-Mar. É sabido, contudo, que os rumos da pesca esportiva no município, por meio da Resex-Mar Mocapajuba, dependem consideravelmente do processo participativo dos seus usuários, bem como dos demais representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil no processo de construção dos instrumentos formais – tais como, plano de manejo, plano de uso, acordos de pesca – que contemplarão as regras de funcionamento da Resex-Mar. Diante disso, finalmente é possível inferir que as decisões voltadas à pesca esportiva podem não resultar de um processo de participação efetiva dos seus usuários e daqueles interessados e atrelados à cadeia dessa pesca no município, pois o abismo existente entre a Resex-Mar Mocapajuba e, sobretudo, a população usuária mostra que eles não dominam o que está em jogo, suas regras e o próprio poder que eles têm.

---

<sup>20</sup> Como mencionado no decorrer deste trabalho, esse percentual foi retirado do banco de dados do projeto de pesquisa “Empoderamento, ethos local e recursos naturais: a cartografia social como estratégia para a elaboração de planos de ação em Resex’s marinhas do salgado paraense”, o qual realizou coleta de dados em todas as comunidades abrangidas pela Resex-Mar Mocapajuba.

## Referências

- ALMEIDA, N. J. R. *Saberes e práticas tradicionais: população pesqueira extrativista da vila Sorriso – São Caetano de Odivelas/PA*. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BATISTA, I. M. S. *Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da Resex Mãe Grande de Curuçá*. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 ago. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm)>. Acesso em: 02 out. 2017. Não paginado.
- BRASIL. Decreto S/N, de 10 de outubro de 2014. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 out. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm)>. Acesso em: 02 out. 2015. Não paginado. [b]
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 jun. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Diretrizes para a visitação em Unidades de Conservação do país*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom\\_boletins/\\_arquivos/livro.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do rio Unini*. Novo Airão, AM, 2014. [a]

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. In: ENCONTRO NACIONAL DA PESCA AMADORA “CONSTRUINDO A POLÍTICA DA PESCA AMADORA”, 1., 2010. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2010. Disponível em: <[http://www.pescariabrasil.com.br/documentos/texto\\_base\\_1\\_encontro\\_pesca\\_amadora.pdf](http://www.pescariabrasil.com.br/documentos/texto_base_1_encontro_pesca_amadora.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2016. [b]

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA. Estabelece Normas Gerais para o Exercício da Pesca Amadora em Todo o Território Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.sedam.ro.gov.br/arquivos/arquivos/04-08-13-18-35-07INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20INTERMINISTERIAL%20No%20009%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20PESCA.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo de pesca: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_de\\_Pesca\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Pesca_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2016. [a]

CALDENHOF, S. B. L. *Reserva Extrativista do rio Unini: conflitos e estratégias socioambientais no rio Negro/AM*. 2009. 222 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

CANAS, R. P. A. *Conflitos silenciosos: a pesca amadora no Lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas*. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

CARDOZO, L. S. et al. Discussões do conselho deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, Brasil: da gestão pesqueira à ambiental. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 463- 475, 2012.

CHIAPPANI, L. H. B. *Caracterização e avaliação da atividade de pesca amadora de arremesso na praia de Camburi, Vitória – ES*. 2006. 50 f. Monografia (Bacharelado em Oceanografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

DICIONÁRIO Online de Português. 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 02 mai. 2019.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ECOLOGIA HUMANA, NATUREZA E POPULAÇÕES AMAZÔNICAS (EHNA-PAM). *Apresentação Projeto ECHOMAPA*. Belém: UFPA, 2018.

Disponível em: <<https://ehnapam.org/projetos/echomapa/apresentacao/>>.

Acesso em: 04 jul. 2018.

FABIANO, C. C. L. *O turismo e sua contribuição na manutenção e na preservação da pesca artesanal e da cultura tradicional na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – RJ*. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FIDELLIS, C. N. A. *A pesca de curral no município de São Caetano de Odivelas – PA*. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) – Programa de Pós-graduação em Ecologia Aquática e Pesca, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

FRÉDOU, T. et al. Diagnóstico, tendência, potencial e políticas para o desenvolvimento da pesca amadora. In: *Diagnóstico da Pesca e da Aquicultura do estado do Pará*. Belém: [s. e.], 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Define as regras para a prática da pesca amadora no Brasil*. [S. l.]: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Estudo socioambiental referente à proposta de criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará*. Pará: ICMBio, 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Resex Taquari. *Unidades de Conservação no Brasil* [Site]. 2017. Disponível em: <[https://www.parksinbrazil.org/uc/596912?order=field\\_data\\_publicacao\\_value&sort=as c](https://www.parksinbrazil.org/uc/596912?order=field_data_publicacao_value&sort=as c)>. Acesso em: 17 dez. 2017.

KNIELING, M. A pesca esportiva como produto turístico. *Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo*, Curitiba, v. 5, n. 6, p. 42-56, 2016.

KOURY, C. G. et al. Participação e envolvimento comunitário na pesca esportiva na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA: CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SETOR PESQUEIRO NACIONAL, 17., 2011, Belém. *Anais...* Belém: IDESAM, 2011.

LOBO, Q. H. P. *Populações tradicionais da Amazônia: um estudo de caso na vila do Aê, em São Caetano de Odivelas – Pará*. 2017. 78 f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Bacharelado em Oceanografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MANESCHY, M. C. A. Pescadores curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. *Revista da SBHS*, São Paulo, n. 10, p. 53-74, 1993.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo – PARATUR. *Inventário da Oferta Turística de São Caetano de Odivelas*. Belém: Paratur, 2012.

RAVENA-CAÑETE, V. *Banco de informações do grupo EHNAPAM sobre a Resex Marinha Mocapajuba de São Caetano de Odivelas – PA*. Belém: UFPA, 2017.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado do Ambiente – SEA; Instituto Estadual do Ambiente – INEA. *Estudo técnico para a criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipú – Resex Itaipu*. Niterói, RJ, 2013.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, S. P. *Resex-mar de São Caetano de Odivelas/PA: uma etnografia dos conflitos socioambientais*. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SOUZA, F. D. L.; PALHETA, M. K. S.; CAÑETE, V. R. A pesca esportiva sob o olhar dos atores sociais de São Caetano de Odivelas – PA. *Revista Terceira Margem Amazônia*, Belém, v. 2, n. 8, p. 139-170, 2017.

STORI, F. T. *Pescadores e turistas em uma área marinha protegida: uma contribuição ao planejamento da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, Bahia – Brasil*. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade de São Carlos, São Carlos, 2005.

TERAMOTO, C. S. *Conflitos entre pescadores artesanais e amadores de Bertioga/SP e adjacências*. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TUBINO, R. A.; COUTO, B. R.; NETO, C. M. A atividade de pesca amadora desenvolvida na área de proteção ambiental de Guapimirim, Baía de Guanabara, RJ. *Anais Uso Público em Unidades de Conservação*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 152-163, 2013.

VASCONCELOS, J. et al. *Introdução aos planos de manejo de Unidades de Conservação (Apostila de EAD)*. Versão 1.0. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente; ICMBio, 2018.

---

## Capítulo 9

# ETNOGRAFIA NA PESCA ARTESANAL QUE ABASTECE A FEIRA DO VER-O-PESO EM BELÉM DO PARÁ

Luiz de Jesus Dias da Silva

*Pescador*

*Pescador, pescador, por que é*

*Que no mar não tem jacaré?*

*Pescador, pescador por que foi*

*Que no mar não tem peixe-boi?*

*Eu quero saber a razão*

*Que no mar não tem tubarão*

*Eu quero saber por que é*

*Que no mar não tem jacaré?*

*Ah! Como é bom pescar*

*Na beira-mar em noite de luar*

*Ah! Com o é bom pescar*

*Na beira-mar em noite de luar*

(Mestre Lucindo)

Este artigo é um recorte da pesquisa realizada entre 2012 e 2015, que resultou na tese de doutoramento em Antropologia (SILVA, 2016), cujo objetivo foi apresentar uma etnografia da pesca artesanal nos rios e no litoral amazônico para abastecer a feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará.

Ao observar a letra de conhecido carimbó<sup>1</sup> do mestre Lucindo,<sup>2</sup> que foi um aguerrido pescador das águas estuarinas<sup>3</sup> e litorâneas do Pará – nas horas vagas, tocador de cavaquinho e um dos principais compositores de carimbó de Marapanim –, é possível perceber que, ao mesmo tempo que ele filosofa o porquê daquelas águas fornecedoras do pescado diário, não ter “jacaré, peixe boi e tubarão” e, em seguida, exalta a vida de pescador em uma noite de luar, isso pode levar à interpretação de que ele faz um questionamento a partir de sua vivência. De como seria a pesca se houvesse esses animais em seu caminho aquoso e, nesse sentido, poderia ser mais dificultosa. No entanto, pensando que é melhor assim, o *mestre* relaxa: “Como é bom pescar na beira-mar em noite de luar”, como se sentindo à vontade ou se sentindo em casa, pois as águas e os ecossistemas amazônicos abrigam a pesca e o pescador, como uma casa.

São muitos os pescadores representados na letra de “Pescador”, e, mesmo que não encontrem jacarés e tubarões, em suas incursões rotineiras, deparam-se com outros tantos perigos e embaraços, na massa hídrica da região ou mesmo em terra. E só suas habilidades adquiridas ao longo do tempo os fazem ultrapassar tais dificuldades. Pois “[...] atravessem baías, bordejam litorais, navegam mar afora, desviam-se de temporais e obstáculos flutuantes” (FURTADO, 2008, p. 44). São muitas as

---

<sup>1</sup> Carimbó é tanto um instrumento de percussão (originalmente chamado de curimbó), um tipo de tambor feito com um pedaço de tronco oco de árvore, quanto um gênero musical local e uma dança folclórica do estado do Pará, cujo ritmo se marca com o curimbó.

<sup>2</sup> Lucindo Costa (1906-1988). Pescador, compositor, poeta e músico do município de Marapanim, estado do Pará, tocava cavaquinho no grupo de carimbó local (os Uirapurus), explorando em suas letras os temas do cotidiano, os costumes, as tradições locais, o amor e a mulher.

<sup>3</sup> Águas estuarinas são as aquelas dos rios que desembocam e recebem influência do oceano. É o caso do rio Amazonas que deságua no oceano Atlântico, formando um delta, e recebe tal influência que se dá em todos os seus afluentes da Amazônia Oriental.

armadilhas naturais advindas das águas, como os troncos, os galhos e até as árvores e as palmeiras inteiras que as águas levam e trazem. São ventanias, chuvas e tempestades tropicais. São violentos piratas das águas amazônicas, entre outros, sem aludir à saudade dos entes queridos, que invade cada indivíduo empenhado nesse ofício. O conhecimento da natureza, dos ecossistemas fluviais, lacustres, estuarinos e litorâneos da região é primordial para que os pescadores artesanais empreendam suas excursões. São ecólogos por natureza, por vivência, pois aprendem no laboratório vivo da natureza e apreendem os saberes.

Assim como há pescadores que saem da terra firme à noite e voltam ao amanhecer, como provavelmente seria o caso do saudoso mestre Lucindo e seus parceiros do mar, que o fazem para subsistência, existem outros que vão um pouco além, chegando a comercializar algum excedente. Há, ainda, aqueles que saem em busca de pontos pesqueiros mais longínquos de suas bases e que demoram dias em suas empreitadas, os quais já estão envolvidos com a comercialização maciça do produto, mas são todos tidos como pescadores artesanais.

Nesse caso de maior permanência nas águas, em geral, há a presença intrínseca de um ator social que representa o capital financeiro no comando da atividade produtiva, com interesse de abastecer grandes centros urbanos consumidores. Isso exige a contratação dessa categoria de pescadores artesanais, para passarem dez, quinze dias, até quatro semanas entre a saída da base e o retorno para o local de desembarque e comercialização do pescado, como é comum ouvir dos tripulantes de embarcações que chegam à Pedra do Peixe<sup>4</sup> do Ver-o-Peso, em Belém do Pará. Na Amazônia e no Brasil, cerca de 80 a 90%

---

<sup>4</sup> Pedra do Peixe, ou simplesmente Pedra, é o único entreposto oficial da cidade de Belém do Pará e fica localizada na margem da baía do Guajará, na feira do Ver-o-Peso.



do pescado que abastece os mercados, feiras e supermercados vem da pesca artesanal (FURTADO, 2008).

Uma embarcação com capacidade para vinte toneladas de pescado que ancora no Ver-o-Peso possui, em geral, uma tripulação de sete ou oito pessoas divididas em várias categorias quanto às atividades que desempenham, no intuito de capturar o máximo de pescado dentro de sua capacidade, em um determinado intervalo de tempo que dure o gelo, que é provisionado para a conservação do pescado nessa viagem ou em um tempo abreviado se logo der o peixe<sup>5</sup> O apelo do capital faz com que o trabalhador dessa atividade entre em uma corrente social contínua, na qual geralmente ele passa a aceitar uma jornada de trabalho de muitas horas diárias e muitos dias sem direito a descanso, havendo folga somente quando está de volta de uma jornada que é proporcional ao número de dias que passou no mar. “São três semanas em terra *pra* quatro semanas no mar”, como relatou Wellington (informação verbal).<sup>6</sup>

O artigo está dividido em quatro partes, contando com esta introdução, que apresenta de modo sucinto seu escopo geral; a segunda, que descreve o fluxo ou a cadeia produtiva do pescado que chega ao Ver-o-Peso, incluindo a fase da pesca, chegando à descrição das etapas do desembarque e circulação; a terceira parte, a qual trata da etnografia através de atores sociais inseridos na atividade de pesca; e as considerações finais, em que há uma reflexão quanto ao tempo em que perdura o abastecimento de pescado na feira do Ver-o-Peso, conseqüentemente na

---

<sup>5</sup> Termo que significa que houve abundância de pescado em determinado ponto. Nesse caso, vem a garantir a lotação das urnas da geleira nos porões da embarcação.

<sup>6</sup> Wellington foi pescador por cerca de oito meses e deixou o ofício por perceber que não sairia mais do círculo vicioso e sem perspectiva de progressão. Foi entrevistado em 18 de março de 2014.

cidade de Belém, chegando ao binômio da procura cada vez maior do produto e da oferta cada vez mais reduzida pela natureza.

Metodologicamente, houve aplicação das técnicas de observação direta e participante, além de entrevistas informais com perguntas e respostas abertas, para obter dados etnográficos entre os membros das tripulações ancoradas no Ver-o-Peso e em dois portos onde há a preparação à saída para nova pesca. Além disso, consultou-se vasta bibliografia estudada ao longo da pesquisa, mais detidamente Silva (2016), e como referencial teórico o embasamento das obras de Simmel (2006), Appadurai (2008) e Furtado (2008).

A ecologia, como sendo o estudo da casa, vem ao encontro dos saberes dos pescadores da Amazônia, que se arvoram desde tenra idade, em seus rios e litorais, em busca do pescado, aprendendo com os mais velhos e por si só as particularidades dos ecossistemas locais. Estes são suas casas hídricas naturais, que fornecem um dos produtos preferidos e essenciais para a alimentação regional, que “juntamente com a farinha de mandioca, é apontado como um prato dos mais antigos e preferidos pelos amazônidas” (FURTADO, 1993, p. 44; LOUREIRO, 1985, p. 21). De modo geral, o pescador sente-se em casa, “como é bom pescar em noite de luar”; muito embora a pesca artesanal não seja, assim, tão romântica como versada por Lucindo, pois, para essa categoria de pescadores, resta a invisibilidade diante das leis trabalhistas e a fama de heróis.

### **Pesca, desembarque no Ver-o-Peso e fluxo do pescado: a circulação através de redes sociais entre água e terra**

Na paisagem do Ver-o-Peso, é imprescindível a presença das embarcações, com suas respectivas tripulações, ancoradas uma ao lado da outra na Pedra do Peixe. Na maioria, são as chamadas geleiras, assim denominadas por serem adaptadas para transportar pescado conserva-

do em gelo em seus porões. Estão aportadas naquele local para desembarcar o produto a ser comercializado por atacado aos revendedores dos mercados populares, feiras, supermercados, clubes, restaurantes e outros compradores de grande quantidade – alguns até para exportação.

O pescado tão apreciado pela população amazônica, extraído de suas entranhas hídras, transforma-se em produto alimentício, que é valorado no vasto mercado de Belém. Toda mercadoria, como afirma Appadurai (2008, p. 15), tem seu “valor econômico” e, conseqüentemente, é regida por sistema monetário que se insere no próprio mercado globalizado e informatizado, no qual “economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade [...]” (CASTELLS, 2013, p. 39).

No entanto, como afirma Polanyi (2000, p. 65), a “economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais”. Isso pode muito bem resultar em relações de prestações totais (MAUSS, 2003), progredindo para as relações mais intensas de sociabilidade (SIMMEL, 2006). Isso porque, ao tempo em que o pescado se torna uma mercadoria na regra do capital (MARX, 2008), influenciado pela sociedade em rede (CASTELLS, 2013), existe uma influência cultural local. Esta, fazendo contraforça para dentro de uma relação informal – invisível para o Estado – torna-o uma mercadoria que circula em um fluxo dominado por uma economia popular e por uma sociedade que se mantém coesa dentro de sua cultura secular. Nelas, os todos os envolvidos formam uma rede social<sup>7</sup> para fazer circular o pescado, em um fluxo no qual há maior proximidade entre os atores aí envolvidos, com base na formação de alianças, confiança, solidariedade, reciprocidade e sociabilidade.

---

<sup>7</sup> Rede social é uma abstração de primeiro grau da realidade e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde (BARNES, 2010).

Há um mercado regional do pescado, que o tornou uma *coisa* diferente de outras mercadorias, uma espécie de exceção mercadológica, o que se iniciou logo há alguns anos após a fundação da cidade de Belém, portanto no século XVII. Assim, veio crescendo proporcionalmente ao longo do tempo, pelo aumento populacional, que, mesmo interagindo com as inovações tecnológicas, na prática se mantém original. Desse modo, existe uma ligação entre pessoas que vai além da simples comercialização; é como “um contrato que é mais geral e mais permanente além do mercado” (MAUSS, 2003, p. 191). Appadurai (2008, p. 19) questiona:

Poucos negariam que mercadoria é algo completamente socializado [...], mas em que consiste esta sociabilidade?

A resposta purista, que se tornou rotina atribuir a Marx, é que uma mercadoria é um produto destinado, sobretudo, à troca e que tais produtos emergem, por definição, sob as condições institucionais, psicológicas e econômicas do capitalismo. Definições menos puristas veem as mercadorias como bens destinados à troca, independentemente da forma de troca. A definição purista dá fim prematuro à questão. As definições mais frouxas correm o risco de tornar equivalente mercadoria, dádiva e diversos outros tipos de coisas.

O autor critica a concepção de mercadoria, trazida por Marx no século XIX, ao tempo em que admite que “mercadorias são coisas com um tipo particular de potencial social [...]” (APPADURAI, 2008, p. 19). Os atores sociais envolvidos na circulação do pescado, desde a pesca *lá fora*<sup>8</sup> até os locais fixos de venda, na cidade de Belém, formam uma cadeia ou uma rede social, composta de outras redes sociais menores, em que cada sujeito tem seu papel para fazer com que esse produto chegue ao consumidor final que o degustará dentro das tradições culinárias locais.

<sup>8</sup> “Lá fora” é um termo nativo que significa distante da terra ou do local tomado como referência.

Mesmo com o barco ancorado no Ver-o-Peso, os membros da tripulação, sejam pescadores ou de outra função, revezam-se, todos solidários, trabalhando no sentido de escoar o pescado nas madrugadas, da embarcação para a Pedra do Peixe, local em que será vendido pelo balanceiro<sup>9</sup> aos compradores.<sup>10</sup>

O trabalho de retirada do pescado das urnas<sup>11</sup> para o convés é muito delicado e, nesse momento, um dos tripulantes passa a ser o pegador,<sup>12</sup> com a função de pegar do porão e colocar, arrumando, nas basquetas,<sup>13</sup> as quais serão passadas por outros tripulantes de mão em mão ou arrastadas pelo convés, até chegar na prancha,<sup>14</sup> Em seguida, desce-se à Pedra, onde o virador<sup>15</sup> recebe e leva cada basqueta até a balança, despejando ou virando-a na caixa do carregador, que vai arrumando o pescado para caber todo na caixa. Esse carregador é que fará o carroto para o comprador, levando a caixa de madeira, que tem capacidade de aproximadamente cem quilos de carga, ao local onde embalam esse produto em caixas de papelão revestidas de folhas de

---

<sup>9</sup> Balanceiro é o sujeito que intermedia a venda do pescado entre o dono de embarcação e o comprador interessado. Assim, ele pesa, recebe, anota e, depois, presta conta com o barqueiro.

<sup>10</sup> Compradores são os sujeitos que compram por atacado, como os peixeiros, e vendem no varejo.

<sup>11</sup> Urnas são compartimentos divididos no interior do porão da embarcação, onde se acondicionam o pescado no gelo, logo após a pesca lá fora, para sua conservação até chegar ao ponto de venda.

<sup>12</sup> Pegador é o sujeito encarregado de receber o pescado, na proa, vindo do porão da embarcação.

<sup>13</sup> Basquetas são caixas de plástico medindo 45 cm x 60 cm x 45 cm (altura x comprimento x altura).

<sup>14</sup> Prancha é uma tábua de madeira forte, de 4 m ou 5 m de comprimento por 40 cm ou 50 cm de largura e 5 cm de espessura, que liga a embarcação à Pedra.

<sup>15</sup> Virador é o sujeito que recebe a basqueta ao final da prancha, já em terra e a vira na caixa do carregador.

plásticos ou direto no transporte terrestre contratado pelo comprador. Ali, por vezes, existem caixas de isopor ou outro tipo de embalagem para tal acondicionamento. O transportador – do carro –, por sua vez, leva a carga até seu destino, como feiras ou outros pontos fixos, em geral para revenda.

O balanceiro é sempre um comerciante atento que está constantemente oferecendo o produto aos compradores que estão passando por perto. Ao tempo em que pesa e vende, vai anotando em um caderninho o quantitativo vendido e seus valores respectivos, sob a supervisão do barqueiro ou do encarregado da embarcação, cauteloso para que não haja engano ou esperteza do balanceiro.

Outro trabalho que cabe ao tripulante, em terra, é vigiar o barco e seu entorno, para que não haja furto de pescado, algo muito comum naquele ambiente onde estão reunidas centenas de pessoas, entre água e terra, em torno de fazer circular o produto. O balanceiro Gouvêa falou que uma vez houve o furto de um pescado que pesava 116 quilos. Quando deram por falta, ficou o mistério de como foi furtado do convés da embarcação.

Eu contratei um detetive, já de manhã, e umas 9 horas ele começou a trabalhar e, quando deu 11 horas, ele desvendou o *nó*. Descobriu que o *Zeno* e outro *larápio* nadaram até o barco. Um subiu pela popa e ficou escondido até que o tripulante *deu sopa* e ele arrastou e arriou o *bichão pra* água. Aí o outro *comparsa* pegou, e os dois deixaram a maré baixar, levaram pela água até a rampa do Ver-o-Peso e já tinham negociado com um peixeiro de dentro do mercado.<sup>16</sup> Eu fui lá. O filhote estava escondido embaixo de um papelão grande dentro do talho;<sup>17</sup> e o peixeiro, todo sem

<sup>16</sup> O mercado de peixe, ou mercado de ferro, fica localizado em frente à Pedra do Peixe.

<sup>17</sup> Talho é o mesmo que boxe ou um pequeno espaço dentro do mercado onde se vende o pescado.

graça, disse que não sabia que era roubado. Sabe de uma coisa? Eu deixei *pra* lá. Mandei levar o peixe *pra* minha casa e nem mandei prender ninguém. (informação verbal).<sup>18</sup>

O balanceiro Gouvêa relatou outros casos relativos a furto de pescado no Ver-o-Peso e eu mesmo presenciei ações desse tipo no dia a dia por várias vezes, principalmente da rápida retirada furtiva de pescado, da basqueta ou da caixa que vai saindo da balança, por baixo da perna do carregador ou do comprador sem que o balanceiro ou outro ator social envolvido na comercialização o veja. Percebi que há uma categoria específica que atua nessa atividade irregular, a qual é aceita no meio social da Pedra.

A tripulação de cada embarcação cumpre plenamente seu papel, nessa jornada, quando o pescado é todo descarregado das suas urnas para terra e comercializado. Isso implica que todos da tripulação irão receber seus proventos financeiros, fruto de seu trabalho e dessa comercialização por atacado.

O barqueiro, ou geleiro, é o proprietário da embarcação e, por vezes, o piloto. Ou, quando não pode estar na viagem, nomeia um encarregado que também é o piloto, sujeito de sua confiança. Muitas vezes, é parente direto, que irá zelar para que as finanças sejam dirigidas com transparência, a fim de haver equilíbrio e lucro.

Do valor total bruto da carga trazida na embarcação, 6% são retidos pelo balanceiro para pagar seu serviço de comercialização do pescado. Os 94% restantes são divididos em duas partes iguais, sendo que 50% desse montante são destinados ao barqueiro para reparos da embarcação e custeios com a nova expedição de pesca. Havendo sobra, é seu lucro. Os outros 50% são divididos proporcionalmente entre os tripulantes,

---

<sup>18</sup> Gouvêa, balanceiro, 2014.

sendo que o piloto é o que mais percebe, seguido do maquinista que, por sua vez, ganha mais que o gelador,<sup>19</sup> o qual tem um ganho maior que os pescadores e o cozinheiro que, em geral, é um pescador também.

Todos na embarcação identificam-se como tripulantes, e é muito comum o pescador dizer que não é pescador: “Sou tripulante, pescador é o pescador de anzol de zagaia. Aqui, é todo mundo tripulante. Todo *embarcado* é tripulante” (informação verbal).<sup>20</sup>

Quando recebe seus proventos, cada tripulante faz compras na feira do Ver-o-Peso e arredores. Alguns compram mercadorias que serão vendidas a comerciantes de suas localidades. Por vezes, há encomenda de determinados produtos mais raros nas localidades específicas. Muitos tripulantes vão até os prostíbulos existentes nas proximidades e tentam conciliar divertimento com suas funções em terra.

Quando houve a venda, também significa que o barco irá levantar âncora, saindo da Pedra antes do amanhecer do outro dia e indo a um porto-base<sup>21</sup> específico, para preparação à nova expedição de pesca, em um ciclo interminável em sua jornada profissional, na rede social da circulação do pescado. “É quando posso ver minha mulher e minha filha por alguns dias. Depois, é voltar *pro* mar de novo” (informação verbal).<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> Gelador é o sujeito especialista que trabalha no porão da embarcação recebendo o pescado na capturado, lá fora, acondicionando no gelo para conservação, nas urnas existentes no porão, e classificando-o por espécie e por tamanho com todo o cuidado para não haver contaminação e estrago da carga. Quando chega ao Ver-o-Peso, é ele que retira o pescado das urnas e passa para o convés do barco, onde o pegador pode ser qualquer um dos tripulantes.

<sup>20</sup> Joel, 31 anos, tripulante, entrevistado em 23 de agosto de 2015.

<sup>21</sup> Porto-base é um local que serve tanto de abrigo quanto de estaleiro para onde as embarcações geleiras retornam logo após o desembarque e venda do carregamento do pescado capturado na pesca e que fica em uma beira de determinado município, no qual o barqueiro tem como sede de seus negócios.

<sup>22</sup> Ismael, pescador, 39 anos, entrevistado em 11 de outubro de 2015.



Nesse porto-base, é efetivada a preparação da nova jornada para se lançarem às águas na busca ou captura do pescado, o que ocorre no interstício entre a venda de toda a produção e outra pescaria, momentos em que a embarcação fica ancorada em terra por, aproximadamente, duas ou três semanas até a nova empreitada nas águas do rio ou do mar. Neles, estão os *pesqueiros* ou pontos de pesca, o que pode durar três ou quatro semanas, até retornarem com outra carga ao Ver-o-Peso.

É uma jornada de trabalho sem intervalo de tempo entre água e terra, ao qual um *tripulante* se refere como sendo “só duas semanas em terra *pra* três semanas no mar ou três semanas em terra *pra* quatro semanas no mar” (informação verbal).<sup>23</sup> Essa mesma frase ou outra semelhante foi repetida por outros tripulantes.

Os portos-base estão nas proximidades dos principais centros pesqueiros da região, onde são organizadas ou planejadas as jornadas de pesca e, ao mesmo tempo, são sedes de apoio para as embarcações do local. Os municípios de Bragança e Vigia, além de Belém, representam os principais portos de desembarque de pescado do estado (SOUSA, 2009). No entanto, muitas embarcações vêm também de Abaetetuba, Cametá, Soure, Curuçá e São Caetano de Odivelas.

Existem portos tanto nas proximidades quanto nas sedes dos tradicionais municípios como os que existem em Icoaraci, próximo de Belém. Contudo, o porto do Ver-o-Peso, conhecido como Pedra do Peixe, é uma referência no fluxo do pescado que abastece a cidade, tendo venda garantida e, por essa razão, na pesquisa, foi tomada como referência. Desse modo, tudo o que acontece no fluxo seria “antes” na “Pedra” ou depois da “Pedra”.

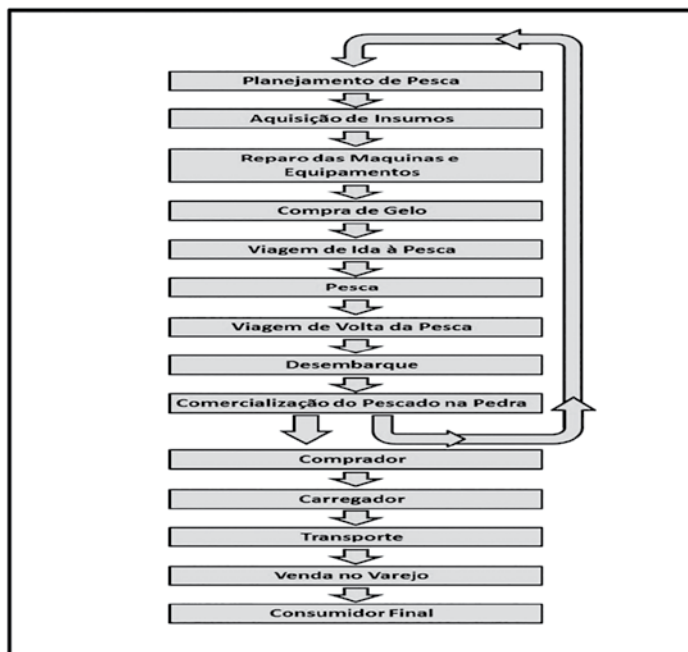
Essa questão de pensar a Pedra como referência no fluxo do pescado e a partir de então referenciar atividades “antes” e “depois” dá-se

---

<sup>23</sup> Julião, tripulante, 42 anos, 28 de agosto de 2015.

muito em função de o Ver-o-Peso ser um ponto de centralidade para a rede social do pescado em Belém. Ao mesmo tempo, é ponto de recepção do pescado capturado *lá fora* e de distribuição desse produto e um lugar onde a maioria dos atores sociais – de água e de terra – se reúne em torno do pescado. Cada etapa do fluxo do pescado tem sua importância própria, existindo seres humanos trabalhando em atividades específicas fazendo circular o pescado da água à terra, da pesca à mesa. Para demonstrar essas etapas, foi elaborado, ao longo da pesquisa, um fluxograma. A Figura 1 trata de todas as etapas na cadeia produtiva do pescado ou, pelo menos, apresenta uma amostra desta, em fluxo contínuo, para abastecer a cidade de Belém, tomada como referência nesta pesquisa.

*Figura 1. Fluxograma da cadeia produtiva do pescado.*



Fonte: Elaboração própria (2016).

Pode-se notar no fluxograma que, após o desembarque do pescado e sua venda, na Pedra, há dois sentidos no fluxo. O primeiro, já descrito, é o retorno ao porto-base. O segundo é o da venda e da distribuição na cidade, em feiras, mercados, supermercados e carrinhos de ambulantes, até alcançar o consumidor final.

Cada ator social, ao tempo em que possui seu papel bem delimitado no fluxo, tem também sua história de vida, de interação social, que normalmente passa pela sociabilidade, pelo estar querendo ficar junto na atividade envolvendo o pescado. Assim, formam a rede social do pescado, a qual é metafórica mas exige os contatos presenciais de sujeitos comprometidos com esse fluxo que faz circular o pescado. Há renovação desses sujeitos, que ao longo do tempo se sucedem de geração em geração, fazendo com que a rede social se mantenha coesa e vigorosa na história. O Ver-o-Peso, desde seu nascedouro, ainda no século XVII, já recebia o pescado e reunia sujeitos de várias categorias iniciadas naquela época que existem até hoje.

### **Etnografia das tripulações envolvidas na pesca:**

#### **“São três semanas em terra pra quatro semanas no mar”**

A cidade de Belém atualmente é reconhecida como um centro de organização pesqueira, considerando-se que muitos empreendedores do ramo de pesca artesanal possuem portos e seus respectivos estaleiros nas proximidades da cidade. É lá (no porto) que, entre uma jornada de pesca seguida da venda do pescado na Pedra e outra jornada (ou ciclo), seus barcos atracam para passar por reparos e manutenção necessários à sua conservação, a seu desempenho e à sua qualidade. Nessa ocasião, também são realizados os consertos e/ou substituições de redes danificadas na jornada anterior e o preparo da próxima pescaria, como planejamento e compra de insumos necessários à viagem.

É desse porto que seus barcos saem para a nova aventura, a nova jornada em busca do pescado. O mesmo se dá nos outros municípios onde existem portos.

Quando as embarcações estão no porto, sua tripulação que mora em Belém é liberada para que cada um possa ir à suas respectivas casas. Porém a maioria prefere passar o dia lá consertando redes de pesca, realizando outras tarefas ou mesmo só conversando e interagindo com os outros *tripulantes* da sua embarcação e de outras, que estão na mesma condição. Existe toda uma rede de relacionamento iniciada *depois da Pedra* – que ao mesmo tempo é também *antes da Pedra* – pelos *pescadores* e seus patrões, por comerciantes que fornecem insumos necessários à pesca, pelos *barqueiros* e pelos *tripulantes* auxiliares nas embarcações.

O tripulante Dino, quando está no porto, conserta redes de pesca de *nylon* danificadas. Para essa atividade, o tripulante precisa adaptar seu corpo à flexibilidade da rede, que precisa ser esticada para evidenciar a necessidade de reparo. Ao mesmo tempo em que usa seus braços, usa mãos e pés como instrumentos indispensáveis ao manejo da linha e da rede e senta-se em um local do convés do barco, no qual trabalha em uma posição que torna seu corpo também flexível para tecer (consertar) a rede e ainda conversar com seu parceiro de trabalho, Nando.

Fiquei em uma sexta-feira de agosto de 2015, desde nove horas da manhã até o fim da tarde, conversando com tripulantes, primeiro informalmente e depois após selecionar quem se dispunha a gravar o que já tinham falado anteriormente. Fui obtendo os aceites dos que poderiam dar informações a serem divulgadas, com as devidas autorizações. O tempo foi passando rapidamente e fui pegando depoimentos que ficaram mais soltos, após um almoço à base de *dourada* assada no

fogareiro de proa, tipo avoadado,<sup>24</sup> em uma embarcação atracada em um porto de Icoaraci, em uma conversa regada a peixe e cerveja. Antes, estavam presentes o “patrão” e dois encarregados, momento em que houve uma coleta para comprar o necessário.

Foram horas de gravação. Quando não era possível gravar, eram anotados os pontos principais na caderneta de campo para serem processados depois, embora alguns dados tenham se perdido principalmente pela dificuldade de compreensão das gravações que realizei e de ilegitimidade de parte das anotações, que tomei na ocasião. Todavia, foi possível selecionar os depoimentos a seguir como representativos da sociabilidade e do cotidiano dos tripulantes. Ressalta-se que alguns atores sociais pediam para gravar um pouco longe do grupo, porque havia muita gozação de um com o outro, intervenções, vaias e até aplausos. Algumas gravações ficaram comprometidas em função dos gritos e vaias enquanto alguém falava. Eis a seguir um dos depoimentos:

Eu comecei a fumar baseado porque me disseram que acalmava, *tira* aquela agonia que a *maresia* dá na gente e *tirava* a saudade da família. Pelo menos enrolava *ela*. Mas depois eu fiquei viciado mesmo. Eu fumo até quando *tou* em terra. Aqui eu já *apertei* um cigarro. Eu gasto muito com isso. Eu até devo por causa disso. Eu só penso no *bagulho* e luto muito *pra* não ir *pra* outro tipo que dizem que é melhor. Eu quero o *bagulho* só *pra* me acalmar, mas eu sei que não é coisa boa, não. É que nem o cara que bebe e é dependente da cana. É a mesma coisa [...]. (Informação verbal).<sup>25</sup>

Um dos depoimentos fez com que alguns dos sujeitos presentes fossem às lágrimas, quando um tripulante iniciou seu discurso,

<sup>24</sup> Avoadado é a prática de assar peixe ou camarão diretamente na brasa, podendo ser também na palha de modo rápido sem deixar queimar demais (Jurami, *barqueiro*, entrevista em 12 de março de 2015).

<sup>25</sup> Nando, tripulante, 42 anos, 7 de agosto de 2015.

sorrindo no meio dos demais que estavam brincando, vaiando e gritando seu apelido. Falou bastante, inicialmente baixinho, e foi aumentando o volume da voz para ser ouvido mesmo, ao tempo em que foi ficando cada vez mais sério, calando os demais e, ao final, lagrimando. Em um momento em que a cerveja já influenciava os tripulantes presentes, enfatizou as limitações de convívio familiar que a profissão impõe. A essas alturas, não havia mais brincadeiras entre os presentes, que a partir de então ficaram serenos e atentos ao ouvir cada parceiro se manifestar. Até aquele discurso, faziam gozações sobre a vida de cada um, principalmente quanto à fidelidade das companheiras e, a partir desse ponto, houve um certo respeito às falas. Após outras palavras emocionantes ou marcantes, o *Ossso Duro* ou *Ossso*, concluiu sua falação emocionada que mexeu com os demais, assim:

[...] olha, domingo é dia dos pais; quantos dias *desse* eu passei com meus *filho*? Se me perguntar eu vou dizer poucos, nem sei quantos, mas *pouco* mesmo; porque quem trabalha embarcado não tem *dia de pai, de mãe*, de natal e nem dia nenhum que as pessoas *tão* comemorando alguma coisa; se tiver que ir *pra fora*, é *isso* que vale e pronto. Isso aqui acaba com a gente. (Informação verbal).<sup>26</sup>

Os depoimentos só foram realizados a partir das 14 horas. Antes, eram só conversas e gravações informais de assuntos diversos, de preferência sobre *causos* de pescaria e de *pescador* ou envolvendo mulher, embora todos soubessem que eu gravaria depoimentos para minha pesquisa naquele dia. A partir das conversas iniciais, comecei a selecionar alguns depoimentos e, já no meio da fala de um informante, eu perguntava se poderia “gravar isso”. Alguns consentiam e outros não, o que era respeitado por mim.

<sup>26</sup> Ossso Duro, tripulante, 36 anos, entrevista em 7 de agosto de 2015.

Como todo etnógrafo, captei as mensagens dos tripulantes sobre alguns aspectos de suas vidas e sobre a profissão, a partir dos depoimentos e da observação. Interpretei essas mensagens, do meu ponto de vista, e textualizei uma apreensão antropológica desse modo nativo de ser, destacando quatro pontos que mais foram falados nos depoimentos ou que mais lhes afligiam principalmente nas viagens, mas também com outros reflexos pessoais, que são: primeiramente, os relativos à saudade e à insegurança quanto aos relacionamentos com as companheiras que ficam em terra e com os demais familiares. Isso afeta parte dos tripulantes, abalando-os emocionalmente em alguns momentos quando estão *lá fora*, principalmente quando relaxam das atividades fins da pescaria e o pensamento vai até a família.

O segundo é o medo de serem emboscados por piratas dos rios amazônicos, dos quais os tripulantes se previnem de vários modos. Alguns patrões pagam segurança armada na saída de Belém até Vigia e no retorno também, sendo este o local de maior incidência de ataques. Isso faz com que eles viajem sobressaltados e temerosos.

Conheci um ex-tripulante que já foi assaltado e ficou com tanto trauma que até deixou de trabalhar embarcado. Atualmente, em sua nova atividade após o assalto, preferiu trabalhar em terra. Ele trabalhou 26 anos como tripulante de barco de pesca – “desde novinho”. Deixou a atividade há três anos, por medo de piratas, e relatou o seguinte:

Já fui assaltado uma vez, apanhei de revólver na cabeça, que fiquei uns três dias com um zumbido na cabeça; eram uns 15 assaltantes bem armados que chegaram em *voadeiras*, *rabetas*, que são velozes. Eles são rápidos, levam o rancho, as redes, as peças do motor, o dinheiro – quando é na ida entre Icoaraci e Vigia. Eles são muito violentos, batem, humilham, deixam o barco à deriva. *Pra* isso, retiram a peça que faz o barco ir *pra* frente e *pra* trás (reverso). Isso quando não jogam os *tripulantes* na água ou matam sem pena. Agora, todo tripulante de barcos tem medo, principalmente nesse trecho entre Be-

lém e Vigia. [Repete] O foco deles é a embarcação de pesca, levam rancho, levam dinheiro, quando vai daqui pra Vigia e rede e motor quando vem da Vigia pra Belém, aí trancam o pessoal – tripulante – nos camarotes, nas escoltilhas de proa. Aí soltam na maré, jogam na água. Toda noite temos assalto por aí, só que ninguém fala nada, com medo... Os donos de barco que podem pagam segurança particular pra evitar isso. O patrão aqui paga segurança, né [...]? (Informação verbal).<sup>27</sup>

Esse ex-tripulante que fez essa declaração concluiu que, por esse motivo, saiu dos barcos e não voltou mais para a atividade de pesca como tripulante. No entanto, como em uma readaptação de função – existente no mundo trabalhista e na seguridade social tradicional – continua em uma atividade correlata, aproveitando suas outras habilidades. Ele conserta redes de pesca que chegam avariadas dos barcos após a pesca, em um porto na baía do Guajará, onde os barcos param para manutenção.

O terceiro aspecto de destaque foi o relativo aos tripulantes, que se percebem em uma ciranda de trabalho e dívida, da qual é muito difícil sair. “Quando se entra é difícil sair, sim” (informação verbal).<sup>28</sup> O tripulante começa a emprestar dinheiro do patrão, porque o pagamento que ganha em uma pescaria, muitas vezes, não é suficiente para pagar suas despesas. Nesse caso, ele fica na mão do empresário, que desconta de seus proventos, que já não são mais satisfatórios. O tripulante paga com sua força de trabalho.

É semelhante ao sistema de aviamento<sup>29</sup> em que se inserem pequenos *pescadores* de colônias pesqueiras no Pará e que “ainda, hoje, [...]

<sup>27</sup> Ex-tripulante, 44 anos, entrevista em 24 de janeiro de 2014.

<sup>28</sup> Tripulante Paulo *Ganso*, 7 de agosto de 2015.

<sup>29</sup> Aviamento, segundo Sousa (2000, p. 75), “é um regime de crédito” praticado na maioria dos “povoados rurais da Amazônia”, no qual as relações se compõem de três grandes elementos: formas de propriedade sobre a produção; situação dos homens, classes ou grupos sociais; e formas de distribuição dos produtos. Esse regime de crédito é muito praticado entre *geleiros* e *pescadores* de colônias pesqueiras da região.



regula quase todas as relações de produção do setor primário da economia amazônica (SOUZA, 2000, p. 78). A esse respeito, a autora complementa: “Embora apresentando particularidades, conserva a característica básica e tradicional, que é o fornecimento de bens de produção e bens de consumo pelo marreteiro ao *pescador* e este, em pagamento da dívida, entrega a produção” (SOUZA, 2000, p. 81). Ou a força de trabalho, como é o caso do Paulo *Ganso*. Nessas particularidades, às quais se refere Souza (2000), estariam questões análogas ao que pode acontecer com os tripulantes que entram na ciranda, como relatou Paulo *Ganso*.

O quarto abalo é o sofrido pelos tripulantes que se tornam dependentes químicos de entorpecentes lícitos e ilícitos, como a cachaça e a maconha, observados com frequência entre eles. Segundo o tripulante China, são usados “*pra relaxar, pra não marear; no início, é pra não ter cara branca, mas aí com a continuação vira vício mesmo*”. Muitos dos que entram nessa dependência contraem dívidas difíceis de serem pagas. Como o tripulante *Tango*, que não quis gravar, mas admitiu que é dependente químico. Ele demonstrou ser muito tímido. É do tipo caladão risonho. No entanto, seus companheiros lhe atribuíram muita violência no lar. Disseram que “o *Tango* bate é muito na mulher”. Os companheiros falavam na frente dele sobre ser violento e ele nem reagia. Só sorria de modo tímido. Realmente não parecia ter um perfil violento. *Tango* ficou um pouco por lá até em torno de três horas da tarde, e saiu sem se despedir e sem ser notado.

Alguns trabalhadores embarcados desistem da atividade, por diversos motivos. Uns, por não conseguirem se adaptar às atividades. Outros, porque não conseguem controlar a náusea provocada pelo movimento constante do mar. Outros, porque percebem que não há perspectiva de crescimento profissional.

Uma viagem de pesca artesanal, na Amazônia, é sempre uma aventura e exige esforço, habilidade, conhecimento e disposição por parte dos tripulantes. Eles pouco descansam. Alimentam-se pouco; o desjejum da manhã de um barco grande (capacidade para 40 toneladas) é um café preto em um copinho descartável de 50 mL, às vezes 100 mL, com bolacha de água e sal da pequena, cacetinho<sup>30</sup> ou rosca. Para não haver disputas ou conflitos, alguns barqueiros fazem a divisão do rancho por tripulante, distribuindo antes da viagem o quinhão que cabe para cada um. Desse modo, eles guardam os alimentos em seus pertences para consumo nos momentos apropriados.

Para dormir na embarcação, há revezamento entre os sujeitos presentes, assim – por exemplo – em um barco que possui sete *tripulantes*, estes se dividem em dois grupos. Três pessoas ficam vigiando e quatro podem dormir por até quatro horas. Depois, há a inversão. A jornada de trabalho é de cerca de dezesseis a dezessete horas por dia e seis a sete horas para dormir ou descansar. Há quem diga que não consegue dormir, como o tripulante Piauí: “[...]. Eu não consigo dormir nesse banheiro todo. Eu desmaio se tomar umas três ou quatro [doses de cachaça]”.

Durante o dia, logo após o desjejum, os tripulantes iniciam suas atividades e jogam a rede por quatro ou cinco vezes, sendo duas vezes antes do almoço. Após puxarem as redes, todos ajudam a desmalhar o pescado, que é espalhado no convés. Logo, saem dois do grupo que estava desmalhando para procederem o preparo do pescado, abrindo-o para retirar as vísceras e encaminhando ao *gelador* para que esse o acondicione nas urnas, sempre separando por espécie e por tamanho. Algumas espécies de menor valor comercial encontradas nas redes, como o ba-

---

<sup>30</sup> Cacetinho e rosca são dois produtos derivados do trigo que substituem o biscoito ou o pão. O primeiro é uma haste linear em formato e tamanho de uma salsicha de lata a rosca é como o cacetinho em formato de círculo.

gre por exemplo, são separadas para servir de alimentos aos tripulantes. Alguns *barqueiros* determinam a salga dos peixes de menor valor comercial, como é o caso do comandante Jurami, que tem essa prática.

Quanto às especificidades da profissão em relação às leis trabalhistas, foi realizada a pesquisa em três dias e madrugadas, com trinta e seis *tripulantes* em vinte e três embarcações que estavam ancoradas na Pedra, escolhidas aleatoriamente, muito em função da disposição de aceitar participar da pesquisa, além de mais duas embarcações de um porto de Icoaraci. Embora as entrevistas tenham sido realizadas com um ou, no máximo, dois *tripulantes* de cada embarcação sobre as questões trabalhistas, esses entrevistados respondiam pelos seus companheiros, pois eram os mesmos regimes e condições de trabalho.

Desses entrevistados, todos afirmaram que não possuem registro em carteira de trabalho e logo se apressam em justificar que, “se for fichado,<sup>31</sup> o parceiro perde o seguro defeso, aí ninguém quer perder esse direito”. Quando se desligam do trabalho, muitos entram em acordo com o *barqueiro*, recebem um valor acordado e não o procuram mais. Houve um *tripulante* que afirmou que:

[...] nem adianta jogar o patrão na justiça, porque *eles* nem *ligam*, nem *vão* lá. Quando não, eles *dão* um jeito de protelar [entrar com recurso] até o *cara* cansar de ir lá atrás de audiência; é, tem que faltar o trabalho *pra* ir lá no caso *pra* audiência, mas isso nunca chega no fim. Já pensou o *cara* tá lá no meio embarcado, como é que ele vai parar *pra* ir lá, *pra* audiência? Como? Não é como quem mora em Belém, em Icoaraci, por perto, que dá *pra* ir lá, não. Eles [os patrões] matam no cansaço. É muito raro algum parceiro ganhar uma de patrão; e ainda tem que gastar com advogado, que diz que é fácil, mas não é fácil, não. (Informação verbal).<sup>32</sup>

<sup>31</sup> Ser fichado é o mesmo que ter registro em carteira de trabalho ou carteira assinada e a maioria dos entrevistados preferem a informalidade por ambicionarem a percepção anual do seguro defeso.

<sup>32</sup> Gera, 45 anos, entrevista em 7 de agosto de 2015.

Os tripulantes trabalham sem carteira assinada – a maioria por opção – têm jornada hiperextensa de trabalho e se queixam que o que ganham não compensa. Mesmo assim, observei que, de modo geral, eles não se queixam dos seus patrões. Pelo contrário, os exaltam e são fiéis e agradecidos.

A aventura da pesca na costa do Pará, nos rios e lagos regionais, é realizada por sujeitos destemidos, dos quais muitos iniciaram ainda criança. O lamento dos tripulantes contrasta-se com suas obrigações, as quais eles realizam com toda presteza e competência. Há muitos que entram nesse sistema e logo saem, mas os que ficam nessa profissão e vivem naturalmente, na ciranda entre água e terra, se sentem contemplados profissionalmente. Pelo menos, foi a interpretação a que se chegou a partir da maioria dos relatos, como observado na fala do pescador Osso Duro (2015), em sua entrevista: “É vida dura, essa de tripulante, mas eu também não quero outra vida, não”. Essa frase de Osso Duro, notei análoga à temática versada pelo mestre Lucindo, nos seus versos de “pescador”, o que faz com que se volte ao romantismo inicial deste artigo.

### **Considerações finais**

O romantismo apresentado no começo deste artigo foi gradativamente perdendo seu fôlego, a partir da percepção de que a vida de pescador é de muita luta entre mares e marés, entre água e terra, visando à sua sobrevivência. Os sabres desses heróis que adentram rios e águas litorâneas, em busca do pescado de cada dia das mesas dos amazônidas, são primordiais para que cada um vença os obstáculos físicos, emocionais e do campo mais pessoal no cotidiano.

Na observação empreendida nessa pesquisa, foi possível interpretar que o pescador artesanal que trabalha nas embarcações geleiras para abastecer os grandes centros urbanos, como Belém, é um sujeito que

lida com a natureza das águas e com a dureza da terra. Empreende um trabalho estafante, e a maior parte dessa categoria é invisível perante as leis trabalhistas, da seguridade social, sendo cerceado de outros direitos humanos, como o descanso semanal e o lazer. A etnografia realizada abordou a realidade desses tripulantes que navegam as águas amazônicas e que, na maior parte do tempo, estão na busca do pescado, o qual se transforma em produto alimentício e, conseqüentemente, em moeda corrente, circulando em um fluxo constante.

O porto do Ver-o-Peso, ou a Pedra do Peixe, é um referencial para o escoamento desse produto em grande escala, abastecendo a cidade de Belém, mas também outros recantos da Amazônia. Tal mercado do pescado *in natura* já acontece proporcionalmente do mesmo *modus operandi* desde o período colonial brasileiro, quando da fundação da cidade de Belém do Pará. Assim, uma importante conclusão tirada da pesquisa foi que essa perenidade só se tornou possível devido, primeiramente, à natureza oferecer essa dádiva local, em seguida pelo fator cultural do consumo maciço de pescado e pela rede social que se traçou desde esses primórdios, visando a fazer circular o produto em grande quantidade a partir do Ver-o-Peso.

Mesmo havendo constantemente a renovação dos componentes das redes sociais, as categorias que formam a grande rede, a qual concentra as redes menores dessa circulação, existem de modo coeso ao longo desses séculos, realizando cada indivíduo uma parte específica. Isso faz com que a cadeia produtiva do pescado permaneça vigorosa, embora alguns atores sociais afirmem que a natureza está ressentida do exagero com que o pescado é retirado das águas, muitas vezes sem alcançar um tamanho ideal para que determinada espécie tenha tempo suficiente de procriar, de se reproduzir, para garantir sua permanência no meio ambiente. Desse modo, o ser humano cada vez mais se acerca de uma oferta gradativamente reduzida de pescado, pela natureza.

Só a ecologia, os saberes tradicionais e o capital tornam os pescadores artesanais da Amazônia, os heróis dos mares e marés, por onde se arvoram desde tenra idade, aprendendo o ofício com os mais velhos e por si só, dominando as particularidades dos ecossistemas locais, que são sua casa hídrica natural. Esta fornece um dos produtos preferidos e essenciais para a alimentação regional e sua própria, o pescado.

Pode-se observar, finalmente, que a categoria de pescadores artesanais, tripulantes de embarcações geleiras, é bem sacrificada em seu trabalho. Não obstante, seus lamentos contrastam com suas obrigações, que realizam com aforçuramento e capacidade técnica enriquecida pelos saberes culturais. Eles acabam por se enquadrar na poesia de Lucindo, que escreveu: “Como é bom pescar na beira mar em noite de luar”, pois os que realmente ficam nessa lida o fazem também porque gostam ou passam a gostar dessa vida de pescador ou tripulante.

## Referências

- APPADURAI, A. Introdução: mercadoria e política do valor. In: \_\_\_\_\_. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Eduff, 2008.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Unesp, 2010.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- FURTADO, L. F. G. *Pescadores do rio Amazonas*. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área da Amazônia. Belém: MPEG, 1993.
- FURTADO, L. F. G. Sobre os argonautas da Amazônia. O Estado da arte dos conhecimentos sobre os pescadores: uma contribuição aos estudos de antropologia. In: LEITÃO, W.; MAUÉS, R. H. *Nortes antropológicos*. Trajetos, trajetórias. Belém: EDUFPA, 2008.

- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- LOUREIRO, V. R. *Os parceiros do mar. Natureza e conflito na pesca da Amazônia*. Belém: CNPQ/MPEG, 1985.
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SILVA, L. de J. D. *Pedra: redes e malha na circulação do pescado do Ver-o-Peso ao meio urbano de Belém do Pará*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.
- SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia*. Indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SOUSA, K. N. S. Representação espacial de dados pesqueiro na Costa Norte Amazônica: mapeamento e análise descritiva de desembarque no estado do Pará. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14, 2009, Natal. *Anais...* Natal: Inpe, 2009.
- SOUZA, I. S. de. *Aviamento e reciprocidade: estudo da vila de pescadores Apeú Salvador – Viseu*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2000.

# **“TEM GENTE QUE NÃO NASCEU PARA CERTAS PROFISSÕES!”: A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO UNIVERSO LABORAL DE MARUDÁ (MARAPANIM – PA, COSTA ATLÂNTICA AMAZÔNICA)**

Diego Corrêa Furtado

### **Introdução**

A localidade de Marudá se situa no litoral do estado do Pará, a 165 km da capital, Belém. Integra a Região do Salgado, faixa de terra exposta à influência do ambiente marinho, que tem historicamente sediado práticas de pesca (FURTADO, 2006). Devido à sua relativa proximidade à Região Metropolitana de Belém (RMB), os municípios do Salgado também têm se constituído como áreas receptoras de intensos fluxos de visitação sazonal, correlatas ao turismo balnear (ADRIÃO, 2006). Aos moldes como ali efetivadas, as práticas de incursão às praias para banho de mar se qualificam como forma de turismo pendular (ASSIS, 2001), caracterizado pela estadia de moradores urbanos no litoral durante períodos de folga de suas rotinas laborais, ou seja, nos fins de semana e, sobretudo, nas férias escolares de julho.

Em comparação a outras localidades do litoral paraense, Marudá se destaca pela ampla atenção a ela despendida por uma sucessão de pesquisadores, alinhados a campos de saberes como a Antropologia e a Socioeconomia da pesca (p. ex., ALVES; GUTJAHR; SILVA, 2015; BORCEM et al., 2011; FURTADO, 1978), a Etnobotânica e a Etnofarmacologia (p. ex., BASTOS, 1995; COELHO-FERREIRA, 2009; FLOR; BARBOSA, 2014, 2015). Ligados à temática do uso de recursos naturais



por povos e comunidades tradicionais, não puderam deixar de notar a influência das práticas turísticas sobre a organização do espaço no local. Embora, a princípio, tenham interpretado a mudança em termos de transformação do polo pesqueiro em polo balnear e de conversão ocupacional dos moradores, diagnosticando a perda dos saberes associados aos recursos naturais, esses pesquisadores têm tendido, no corte temporal recente, a acentuar a vitalidade dos regimes locais de conhecimentos em Marudá.

Persistentes declarações dos próprios moradores sobre a “perda da cultura da terra”, no entanto, revelam restar inconclusa a tarefa de compreender o modo como as reordenações de relações sociais ali em curso se coadunam a mudanças nos estilos de vida, nas formas de vinculação ao ambiente e nos saberes consequentemente acumulados no local. Os lamentos em torno da perda das tradições se apoiam na percepção de desinteresse dos jovens quanto às alternativas laborais disponíveis em Marudá e de sua disposição para efetivar movimentos de saída, em busca de diferenciadas opções ocupacionais na RMB. Meritório de detida análise, tal quadro oportuniza a reflexão sobre como, mesmo em um polo receptor de crescentes fluxos turísticos, a construção de representações correlatas à noção de mudança social disruptiva pode se vincular, antes, a outros fatores contextuais. Assim, em vez de enfatizar os efeitos do turismo em uma localidade receptora, o texto focaliza o inverso da moeda: os movimentos de jovens do litoral até as cidades e como isso se reflete na organização social do trabalho e nas relações socioambientais objetivadas na localidade costeira.

Como base empírica para a reflexão proposta, o texto se apoia em pesquisa de campo na localidade de Marudá, conduzida entre agosto de 2017 e novembro de 2018. Seguindo entendimento de Sáez (2013), buscou-se construir ambiente de investigação em circunstância de observação

participante, com suplementar recurso a entrevistas semiestruturadas. As intermitentes incursões a campo ocorreram em distintas épocas do ano, durante o veraneio e também na baixa estação turística, com o intuito de se formular uma consistente interpretação dos processos de trabalho e uso de recursos naturais no local, claramente afetados pela sazonalidade dos fluxos de visitação balnear. Do mesmo modo, o recurso à literatura prévia remetida a Marudá foi de grande valia para o presente empreendimento, ao prover vislumbres de cenários pretéritos de organização da vida social do lugar.

### **Marudá: espaço, trabalho e cotidiano**

Saindo de Belém e atravessando os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, Castanhal, Terra Alta e Curuçá, a viagem de carro até Marudá, no município de Marapanim, dura cerca de três horas e meia. Além da relativa proximidade a algumas das mais populosas cidades do estado e da profusa malha rodoviária do nordeste paraense, o que tornou Marudá um tão buscado destino de moradores urbanos foi sua situação geográfica particular, às margens do estuário onde o rio Marapanim deságua no Oceano Atlântico.

Estima-se que Marapanim tenha 28.220 habitantes (IBGE, 2018), porém, em julho, mês de férias escolares, o tamanho populacional flutua positivamente – sobretudo em Marudá –, em uma ordem de cerca de 50 mil a 60 mil pessoas, devido ao deslocamento de turistas ao litoral (TEIXEIRA, 2015, p. 73). Há, portanto, uma população fixa, efetivamente residente no local, e uma população temporária ou sazonal, formada por visitantes ocasionais e por moradores citadinos que adquirem casas de praia no litoral do município.

Uma vez que a localidade passa a receber estruturas urbanas, a organização de seu espaço se amolda à dinâmica do turismo. Atenua-se o

grau de rusticidade do ambiente e privilegia-se a conformação de uma paisagem amena para o consumo dos visitantes. A feição relativamente urbanizada do lugar se consubstancia na estruturação de quadras retas e bem demarcadas, inspiradoras da impressão de ocupação ordenada e planejada do espaço. Há ruas asfaltadas e iluminação pública, e predominam casas de alvenaria, porém essas características se tornam menos frequentes à medida que o observador se distancia da PA 318 (rodovia que liga a sede de Marapanim a Marudá) ou dos bairros Sossego e Alegre (os mais próximos à orla e onde se concentram as casas de praia, entremeadas às de moradores permanentes).

A produção do cenário turístico de Marudá corresponde à lógica do turismo de segunda residência, marcado pela disseminação de alojamentos conhecidos como casas de veraneio ou de praia em determinados pontos do litoral. Esses alojamentos são mantidos por moradores urbanos e são por eles ocupados, temporariamente, durante períodos de férias, feriados e fins de semana (ASSIS, 2001). Embora as reordenações espaciais ocorridas em Marudá desde o fim da década de 1950 tenham decorrido, principalmente, da atração de forasteiros com algum poder aquisitivo ao local, isso não implicou segregação espacial. Ainda que parcela da população nativa de pescadores tenha vendido suas casas em terrenos próximos à costa para que veranistas construíssem suas casas de praia nos bairros do Sossego e Alegre, outra parcela de famílias nativas manteve suas propriedades nesses locais. Desse modo, casas de veranistas e casas de famílias nativas ainda hoje continuam entremeadas, livres de qualquer zoneamento que inviabilize o intercurso entre turistas e nativos.

A contínua conversão de terrenos centrais em casas de praia impulsiona a construção de casas mais modestas na periferia, para alojar as famílias nativas deslocadas. As dimensões de Marudá, assim, continuam

a se alargar, e a localidade já não mais reúne condições de ser reconhecida fisicamente como um povoado. Assume aspecto de uma minicidade, com suas respectivas contradições socioeconômicas internas. Apesar de atenuar a rusticidade estética anterior, a estruturação geral do espaço ainda preserva feitiço interiorano, reproduzindo-se precariedades correlatas, em especial ao saneamento básico e aos serviços públicos de saúde.

Ultrapassando os aspectos estritamente morfológicos, o trabalho de campo em Marudá permitiu perceber que o cotidiano dos moradores permanentes do local se organiza em torno de uma condição de dualidade ou alternância laboral, a qual se relaciona ao padrão sazonal dos fluxos de visitação turística. Há, por um lado, o universo ocupacional ligado a atividades portadoras de maior profundidade temporal, como a pesca, a coleta de mariscos e crustáceos (mariscagem), o extrativismo vegetal, o artesanato e a produção de remédios caseiros. E, por outro lado, o universo ocupacional constituído em torno do polo balnear, com ofícios ligados ao comércio, à construção civil e à prestação de serviços de vigilância e manutenção de casas de praia (função de caseiro). Os dois universos de trabalho representam distintos conjuntos de práticas sociais e socioambientais, uma vez que comportam relações entre agentes específicos e formas particulares de utilização dos recursos naturais. Apesar de inspirarem, em uma superficial análise, a ideia de oposição, apresentam-se de modo integrado e articulado no âmbito do cotidiano marudaense. Segundo a jovem A., de 23 anos: “Meu padrasto sabe pescar, e bem. Quando trabalho *tá* difícil como pedreiro, ele pega a canoa dele e vai pescar, que é a única solução. Trabalho de pedreiro *tá* faltando bastante por aqui, ultimamente. É mais no tempo de feriado, das férias”.

A articulação entre esses dois universos no cotidiano marudaense promove não uma segmentação social, mas uma segmentação temporal,

sazonalmente determinada. Não se tem verificado, pois, a especialização profissional dos marudaenses em ofícios particulares, mas o engajamento em cumulativos ofícios. Além disso, os padrões de engajamento variam ao longo do ciclo anual. Durante o veraneio, investe-se no intercuro com os turistas; os marudaenses se dedicam aos ofícios que visam ao atendimento das demandas do polo balnear. Durante o longo intervalo entre dois veraneios consecutivos, investe-se nos ofícios ligados à exploração dos recursos naturais, em adição às ocasionais oportunidades de exercício dos ofícios do polo balnear. Assim, os conjuntos de práticas e as relações sociais subjacentes a cada um podem ser vistos como dois diferentes universos de recursos, a que os moradores permanentes se vinculam de modos diversos nas distintas épocas do ano.

Conforme registros de Furtado (1987), os antecedentes dessa particular configuração de relações laborais podem ser rastreados até fins dos anos 1950, quando se passou a divulgar a imagem de Marudá como retiro bucólico às margens do Atlântico. Ainda segundo a autora, e também conforme a reflexão de Nascimento (2006) sobre as restrições sociais decorrentes da realização da pesca artesanal em modalidade intensiva no litoral paraense, pode-se sugerir que a duplicidade laboral atualizada em Marudá não corresponde à noção de conversão de modos de vida, que outrora se convencionou valorizar. Ao contrário, o descrito padrão ocupacional parece representar tão somente a reabilitação da condição de polivalência produtiva, suprimida, na década de 1930, segundo Furtado (1978), em favor da constituição da pesca como atividade intensiva em Marudá. A possibilidade de prestar serviços aos veranistas e de com eles negociar representou, pois, para os marudaenses, a oportunidade de afrouxar os laços de dependência econômica a que se encontravam atados nas desvantajosas relações comerciais travadas com os intermediários dos circuitos de escoamento do pescado.

A vinculação a ofícios do polo balnear não representa, enfim, a ruptura com o universo laboral do polo pesqueiro, mas tão somente fator de diversificação econômica e de temporária reorganização do cotidiano. Presentes desde uma temporalidade tão remota quanto a segunda metade da década de 1950 em Marudá, as práticas de turismo balnear na localidade não correspondem a fator recente, a impactar uma ordem supostamente imemorial. Ao contrário, o turismo, aos moldes como objetivado no local e devido à sua relativa profundidade temporal, figurou como fator de estruturação da sociabilidade específica de Marudá, como vetor de organização da vida econômica de seus moradores permanentes.

Tomando como referência esse quadro de relações laborais – correlato a configurações particulares de usos de recursos naturais –, o texto se volta, nas próximas seções e até seu desfecho, à específica problemática da juventude marudaense e de como tem ocorrido sua integração aos referidos universos do trabalho no local. Busca encontrar, no estudo das gerações e sucessões familiares, os fundamentos da construção da noção de intensas mudanças nos processos de cultura e sociabilidade em Marudá.

### **Crianças e jovens em Marudá: estudantes, aventureiros**

Muitas são as crianças residentes nos bairros do Sossego e Alegre (e nos demais bairros da localidade). Todas as manhãs dos dias de semana, é possível vê-las, em bandos e uniformizadas, a caminho do colégio. Há duas escolas municipais de ensino fundamental em Marudá, uma em cada bairro citado. Para os mais velhos, há oferta de estudos em nível médio, em duas escolas estaduais, na sede urbana de Marapanim. Os alunos, que geralmente não possuem meio próprio de locomoção nem dispõem de recursos monetários para custear o deslocamento diário até a sede municipal, contam com um ônibus, contratado pela

prefeitura, que realiza o transporte entre Marudá e a sede de Marapanim. Afora a oferta de ensino médio regular na sede municipal, há a oferta dessa modalidade de ensino – como também a modalidade de ensino de jovens e adultos (EJA) – no próprio distrito de Marudá, no período noturno, em uma de suas escolas municipais, que funciona parcialmente como anexo de uma das escolas estaduais da sede urbana. O que, enfim, se quer enfatizar é a relativa facilidade com que, hoje, se mostra possível concluir os estudos em nível de ensino básico em Marudá. E, igualmente, o quanto o cotidiano de crianças e jovens na localidade é estruturado em torno dos programas de educação formal e do processo de escolarização.

Pessoas mais velhas – algumas, aliás, nem tão velhas, com não mais que 40 anos – lamentam a ausência dessas condições em momentos anteriores da história da localidade. Elas relatam a dificuldade para prosseguir com os estudos em sua infância e sua juventude e elencam a restrita oferta de ensino público e a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias como os motivos para tal. Mesmo com a oferta de vagas no ensino fundamental e no médio na modalidade EJA, verifica-se a tendência de que essas pessoas, agora engajadas em universos profissionais específicos e no desempenho de tarefas correlatas às sucessivas posições assumidas no seio do grupo familiar (mãe, pai, avó, avô), não encontrem suficiente motivação para empreender o retorno ao cotidiano escolar. Há, ainda, casos de jovens adultos, entre 20 e 30 anos, que, mesmo sem ocupação profissional estabelecida, resistem a retomar os estudos, entre outros motivos, devido à escassez de empregos formais em Marapanim.

É comum encontrar crianças e jovens da localidade em momentos de lazer na praia de Marudá. Os meninos jogam futebol, enquanto as meninas os observam. Os jogos acontecem quase todos os dias, ao final da tarde, até o cair da noite, e, ocasionalmente, em outros momentos,

a exemplo de quando, devido à circunstancial falta de professores nas escolas, os alunos são liberados antes do horário previsto. Além do jogo e da torcida, outras formas de interação estão implicadas nessas ocasiões (amizade, paquera, namoro, discussões, brigas etc.). O que, porém, deve ser retido é o fato de que as partidas do fim de tarde figuram como importante situação de contato entre moradores permanentes de diferentes gerações, desde crianças e jovens em idade escolar, até jovens adultos de variadas idades. Na orla, aliás, e mais especificamente na praça da orla, crianças e adolescentes – e, secundariamente, também adultos de diferentes idades – são, com frequência, vistos em estado de abstração diante de seus celulares, pois, no local, há sinal de *internet* gratuito. Embora seja possível encontrar pessoas realizando tal atividade em qualquer momento, é mais comum que isto ocorra no horário em que os alunos são liberados da escola e no período do futebol vespertino.

De crianças e jovens, diz-se, com frequência, tomando por referência as precedentes gerações, que são menos interessados em ajudar os pais com o sustento da casa. Raramente se oferecem para – e raramente também são solicitados a se envolver com – atividades como a pesca e a mariscagem, ou mesmo com os ofícios do polo balnear. Em conversa com sua irmã mais velha, a jovem A., de 23 anos, reteve a seguinte informação:

Minha irmã estava até falando sobre esses casos. Que, antigamente, ela via os pais colocarem as crianças para ir pescar, para aprender logo a pescar, mas, hoje em dia, não. Tá diferente, mudou. Hoje, o jovem, os meninos, os rapazes, eles não querem mais ir com seus pais pescar, pelo menos aprender a ir e jogar uma rede no mar. Eles preferem ficar em uma casa, sentados, no celular ou assistindo televisão. Hoje, está mudado, realmente. Os pais é que vão, e os filhos ficam em casa. Era para ser o contrário, mas hoje mudou.

São comuns os relatos de que, em gerações precedentes, a aproximação de crianças e jovens a esses universos laborais tendia a ser maior.



Ainda que marginalmente socializados nos ofícios de seus pais, por meio de esporádica participação em seu exercício, os membros dessas gerações precedentes seriam capazes de empreender “aventuras” em ocupações temporárias na cidade grande, geralmente Castanhal ou Belém, e depois retornar a Marudá e se reinserir no universo laboral da localidade. Esse movimento, aliás, seria favorecido pela relativa proximidade entre Marudá e os municípios da RMB. Assim, embora nada raros os projetos e os efetivos movimentos de partida de jovens rumo à cidade, em busca de condições de vida idealizadas como melhores, restaria um vínculo nunca completamente rompido com seus familiares, com seu lugar de origem, com o mundo rústico e seus correspondentes recursos. E tal vínculo é o que permite a um conjunto de jovens adultos aventureiros exprimir um padrão de intermitente presença, retornando a Marudá, provisoriamente, sempre que as condições de vida fora dali se revelam desfavoráveis e insatisfatórias ao indivíduo. Até a conquista de outra vinculação empregatícia, é nas atividades típicas de Marudá e de sua socialização secundária que esses aventureiros investem suas forças e seu tempo.

O padrão de intermitentes presenças e ausências, claramente reconhecível em gerações de jovens inseridos na faixa entre 20 e 30 anos, parece possuir profundidade temporal, sendo reproduzido, até mesmo, por pessoas mais velhas. É o caso, por exemplo, de dona M., de 44 anos. Especialista na preparação de remédios caseiros e participante de uma cooperativa de mulheres existente no local, até a citada idade ainda se envolvia em ocupações urbanas temporárias. Conforme entrevista colhida no ano de 2017, informou dona M.:

Até junho deste ano, eu passava um tempo em Belém e um tempo aqui, porque o meu trabalho era lá. Não era aqui. Eu tomava conta de idoso. Aí, eu passava uma semana em casa e uma semana lá. Mas, depois que eu

saí do emprego, eu decidi voltar e montar um negócio para mim, para eu não ter que estar saindo atrás de trabalho fora. Aí, agora eu tenho meu comércio em casa.

Outra especialista em plantas medicinais e participante da mesma cooperativa, a dona L., mais velha, de 59 anos, compartilha história semelhante. Relata, porém, a ocasião em que decidiu definitivamente se fixar em Marudá, abandonando as temporadas urbanas:

Eu estava em Belém porque eu vivia trabalhando, na casa de um e de outro. Mas a gente cansa, também, né? Eu até gostava, mas a gente cansa, também, poxa! Tanto tempo trabalhando, trabalhando, trabalhando... Trabalha tanto, e as pessoas nem dão valor na gente.

E, ao contrário, mesmo se bem-sucedida a aventura cidadina, há casos de marudaenses que, quando em visita à casa paterna – p. ex., em férias –, geralmente tomam parte em incursões de pesca, mas não para suprir necessidades monetárias ou nutricionais. Fazem-no como forma de ocupação lúdica do tempo e como ritualização remetida a uma ordem social referencial. Reocupam, então, temporariamente, as posições prescritas pela vida haliêutica e reivindicam seu reconhecimento como pescadores, categoria de identificação que comporta valorização social correlata a traços de bravura e masculinidade. Da mesma forma, as crianças – em particular os meninos –, mesmo que nascidas e criadas fora de Marapanim, ao visitarem o local com seus pais, experimentam, na companhia de seu próprio pai e do avô, vivências nas artes da pesca, passando a partilhar aspectos desse universo de significações. Assim, a reatualização da pesca – em particular a pesca com rede – se dá sob títulos diversos: “lazer”, “diversão”, “passatempo”, “brincadeira”, “esporte”. E, embora aparentemente desvanecidas ou negacionistas, tais designações também proveem contexto ao reinvestimento na pesca, em viés

simbólico e cerimonial, demarcatório de papéis sociais específicos e do prestígio a eles associado. A reatualização dos ofícios do polo pesqueiro, nessas circunstâncias, se dissociaria da esfera econômica tanto mais quanto mais bem-sucedidas as vinculações de seus praticantes a alternativos universos profissionais e a alternativas estratégias de subsistência.

### **Ocupações de idosos e a posição social de aposentado**

A compreensão do modo como os jovens se vinculam ao universo ocupacional de Marudá necessariamente perpassa pela apreciação de suas cotidianas relações com moradores enquadrados em outras faixas etárias. Por motivos esclarecidos em momento oportuno, o estudo das ocupações e do cotidiano de idosos parece ser especialmente relevante para a análise proposta, razão pela qual o presente tópico se atém à referida questão.

No Sossego e no Alegre, reside permanentemente uma população de pessoas idosas – homens e mulheres – que, apesar da idade, em alguns casos bastante avançada, continuam ativas, efetivando práticas de pesca, mariscagem, extrativismo vegetal ou a elas correlatas, como também prestações de serviços a proprietários de segundas residências. Tem se tornado progressivamente comum, entre essa população, a figura do beneficiário de aposentadoria, principalmente na particularizada condição de aposentadoria de pesca.

Para os idosos que não alcançaram ainda a idade de aposentadoria e para aqueles que não realizaram as contribuições que lhes garantiriam o direito ao benefício, a continuidade das atividades produtivas que lhes são contumazes é uma obrigação que se impõe pela própria necessidade de sobrevivência. Para os aposentados, ao contrário, ainda que o persistente engajamento nas atividades produtivas contumazes possa representar um incremento da renda monetária (ou da renda não monetária,

via obtenção de produtos para autoconsumo), ele passa a ser regido por um ritmo mais ameno que aquele típico do trabalho do idoso que não se aposentou. Assim, conforme essa circunstância, a pesca, a mariscagem, o extrativismo vegetal e outras atividades encontram condições de ser referidas como “passatempo” e “brincadeira” – tal qual registrado no caso dos jovens empreendedores de aventuras cidadinas.

Galgando estágios avançados de um particular curso de vida, os marudaenses idosos que logram se aposentar passam a revestir os ofícios ligados ao polo pesqueiro de significações diferenciadas, fazendo questão, inclusive, de ressaltar os contrastes entre a vida antes da aposentadoria e a vida de aposentado; aquela, dramatizada como época de escassez, de dificuldades, de incerteza e até de fome. Contrastivamente, tendem a se afastar dos ofícios ligados ao polo balnear, salvo nos casos de estima por vizinhos temporários mais antigos, quando aceitam manter as funções menos extenuantes, como a vigilância contra roubos e o controle de iluminação da fachada das propriedades dessas famílias cidadinas.

Não só o ritmo imposto ao trabalho, mas também as formas de organização social do trabalho variam conforme os objetivos respectivamente fixados pelos executores ao esforço dispendido. Por exemplo: seja como meio de satisfação das necessidades ou como “diversão”, a pesca de rede implica a formação de grupos de trabalho, cuja composição parece ser afetada pela partilha de significações entre seus respectivos membros. A equipe de pescadores cujos membros têm, na pesca em alto-mar, fonte importante de renda, aceita se submeter a condições extenuantes de trabalho e a relações desvantajosas de endividamento para obter embarcações, apetrechos de pesca e combustível com os “patrões”, em lógica distinta daquela partilhada em equipes de pesca cujos membros não dependem economicamente da atividade.

A expectativa de aposentadoria se torna até mesmo fator inspirador da produção de formas particulares de apresentação social, compartilhadas por segmentos sociais diversos, devotados ao projeto comum de construção da figura do beneficiário. Por isso, a reivindicação do reconhecimento formal como profissional da pesca mobiliza, em Marudá, não só os pescadores intensivos e semi-intensivos, para quem a atividade representa significativa fonte de renda monetária. Mobiliza, também, os pescadores ocasionais, que, embora se ocupem cumulativamente em diversos outros ramos de atuação (p. ex., construção civil, comércio, vigilância de casas), veem a preservação da identidade de pescador – com as devidas contribuições pecuniárias à colônia de pescadores – como forma de garantir o direito à futura aposentadoria. Não mobiliza, porém, os marudaenses que, tendo obtido sucesso nas aventuras cidadinas, apenas retornam a Marudá em circunstanciais momentos de férias.

A aposentadoria, enfim, figura como marcador social que simboliza a transição para uma fase de maior tranquilidade, de relativa segurança quanto à satisfação das necessidades de consumo da família do beneficiário. Sua conquista provê, ao indivíduo aposentado, o sentimento de autonomia que lhe dá posse das condições para investir na reconfiguração das relações sociais de que participa, alterando seus modos de engajamento ao mundo do trabalho.

### **Divergentes noções de trabalho**

O reconhecimento de distinções correlatas ao modo como as infâncias, as juventudes e as velhices são vivenciadas em Marudá constitui o primeiro pilar da reflexão ora proposta. O segundo pilar, também de caráter empírico, corresponde à diferenciada percepção formulada pelos marudaenses quanto à noção de trabalho. No decurso da pesquisa de campo, pois, notou-se que os moradores permanentes dos bairros do

Sossego e do Alegre não costumam empregar espontaneamente a palavra “trabalho” como termo hiperônimo para designar o conjunto de atividades, ofícios e ocupações sob seu encargo na localidade.

Tanto as atividades ligadas ao polo pesqueiro, como a pesca propriamente dita, de rede ou curral, a mariscagem, o extrativismo vegetal, a fitoterapia, os artesanatos, quanto os ofícios diversos ligados ao polo balnear tendem a ser referidos, pelos marudaenses, por meio de identificações particularizadas, não agrupadas em uma categoria mais abrangente. A palavra “trabalho”, porém, é frequentemente empregada para afirmar o descontentamento dos moradores permanentes da localidade em face de uma alegada situação de “falta de trabalho”, que, por um lado, direcionaria os jovens para a cidade, ou, por outro, para a vida ao léu. Este trabalho que se lamenta ser escasso, enfim, claramente se remete à noção formal, de ocupação fixa e remunerada, ainda que não formalizada em carteira de trabalho. Tal percepção fica evidente na seguinte fala, extraída do relato de dona M., 44 anos:

Fui para Belém para trabalhar. Como aqui não tem trabalho... Né? Aqui, em Marudá, é precário o emprego. Hoje, eu vejo assim, que, bom, não é só de hoje, mas sempre nunca teve oportunidade para os jovens, porque geralmente o jovem que estuda, que quer algo mais na vida, ele tem que sair de Marudá. Não tem nada aqui para que ele possa ficar. Até hoje, eu ainda não vi.

Os lamentos formulados em torno da alegada situação de falta de trabalho não seriam, em si, promotores de distanciamento dos marudaenses em relação aos ofícios e às ocupações tipicamente disponíveis na localidade. Não apenas as gerações mais antigas, como também jovens adultos e até adolescentes permanecem integrados às atividades de pesca, mariscagem e fitoterapia em Marudá; ou, por outro lado, em atividades de atendimento às demandas do polo balnear. O que, porém, se tem

registrado, desde Furtado (1978), é a intensificação dos deslocamentos de jovens marudaenses para as grandes cidades do nordeste paraense, sobretudo Belém e Castanhal, em busca da efetivação do formulado ideal de trabalho.

Favorecidas pela presença de parentes ou de pessoas conhecidas com residência na RMB, as intermitentes aventuras cidadinas dos jovens se refletem no distanciamento das gerações mais novas em relação às atividades e ao cotidiano das gerações precedentes. Em primeiro lugar, pela frequente ausência dos jovens na terra de origem; em segundo, pela discrepância dos horizontes sociais formulados, que fundamentam divergentes projetos de vida. E ainda que a não conclusão da trajetória escolar (ALVES; GUTJAHR; SILVA, 2015) e a dificuldade de se inserir no mercado formal de trabalho, mesmo com o ensino básico completo (BORCEM et al., 2011), constituam circunstâncias de dissuasão do projeto migratório, favoráveis à decisão do jovem adulto por fixar-se em Marudá e se engajar em seu universo laboral próprio, os estudos mais recentes remetidos à localidade (ALVES; GUTJAHR; SILVA, 2015; BORCEM et al., 2011) têm indicado que a pesca, por exemplo, vem sendo praticada por um corpo de profissionais cada vez mais idoso.

Assim, a rigor, a participação dos jovens no universo laboral de Marudá é marcada por descontinuidades e pelo descompromisso com as significações que animam a participação dos membros de gerações mais velhas e estabelecidas. A pesca, por exemplo, quando a executam, fazem-no, sobretudo, como passatempo, forma de lazer, não profissionalmente. E a prestação de serviços aos veranistas, quando a executam, fazem-no como mera ajuda a familiares mais velhos. O relato de dona I., 65 anos, sobre seu filho, de 24 anos, que, à época da pesquisa de campo, passava uma temporada na casa dela, é ilustrativo:

Ele não tá fazendo nada agora, esse rapaz. Não tem trabalho por aqui. Ele vai, às vezes, com o menino por ali pescar, mas ele não vai direto. Ele não vai pra fora, que a gente chama, lá para o alto-mar. Ele só pesca por aqui mesmo. E é alguma vez que ele ainda vai. Tem gente que não nasceu para certas profissões!

A literatura remetida à localidade provê elementos úteis à compreensão do modo como se forjou a renovada percepção da noção de trabalho em Marudá. Furtado (1978) sugere que os diferenciados parâmetros de valoração que passaram a influir na organização da vida social e da vida econômica de Marudá datam da década de 1950 e decorrem da ampliação da malha viária no nordeste paraense. Viabilizando uma mais frequente circulação dos marudaenses pela capital estadual e por outras cidades da região, as estradas teriam permitido que os marudaenses tomassem consciência acerca dos processos de trabalho urbanos e de suas particularidades. Contrastando tais observações com as atividades com que habitualmente se ocupavam, poderiam ter reconhecido, na modalidade formal de trabalho objetivada no espaço citadino, elementos como a garantia de remuneração fixa e as licenças remuneradas. Provendo rendimentos nunca inferiores a um determinado patamar e garantindo uma rede de proteção social ao trabalhador enfermo, o trabalho formal poderia ter-lhes parecido opção vantajosa em comparação às ocupações de Marudá. Afinal, no povoado, o rendimento era afetado tanto pela volatilidade dos preços do pescado quanto pela sazonalidade do turismo de segunda residência, sofrendo variações que dificultavam a satisfação das necessidades dos moradores e implicavam a recorrente intensificação de esforços, sem garantia de renda mínima estável.

Alves, Gutjahr e Silva (2015) e Borcem et al. (2011), por sua vez, propõem que a progressiva penetração da instituição escolar nos municípios interioranos e a facilitação do acesso dos marudaenses aos programas



de educação formal constituíram fatores relevantes do processo enfocado. A escola e a mídia – esta, cada vez mais presente nas regiões interioranas, sobretudo por meio de televisores, mas também, recentemente, por meio da *internet* em aparelhos de telefonia móvel –, em conjunto, teriam levado à disseminação de determinados consensos, correlatos ao enquadramento da noção de trabalho em específicos parâmetros de justiça social e salvaguarda da dignidade humana. Tais consensos, embora meritórios pela defesa de condições adequadas para o trabalho humano, implicitamente introduziram contestações aos ofícios tradicionalmente desempenhados em Marudá, marcados por jornadas ocasionalmente extensivas, sob condições climáticas adversas, e pela iniciação precoce dos trabalhadores, ainda durante a infância. Desse modo, erigiu-se a representação das atividades típicas de Marudá sob dramatizada lamentação, como trabalho duro, árduo, inevitável destino das pessoas que não se integraram aos processos de escolarização. Segundo Alves, Gutjahr e Silva (2015), partiriam dos próprios pescadores profissionais os incentivos para que seus filhos buscassem diferentes horizontes, afastando-se do ambiente pesqueiro.

Assim, ao passo em que a penetração da instituição escolar em Marudá parece inspirar a produção de renovadas aspirações sociais na juventude, também estimula, indiretamente, a desqualificação das modalidades de ocupação laboral ligadas tanto ao polo pesqueiro quanto ao polo balnear, sua exclusão da esfera do trabalho. Desvalorizando tais ocupações como legítimas alternativas de satisfação das necessidades das famílias nativas, esse pensamento aponta, enfim, a escola e a estrada como meios para galgar posições mais favoráveis de trabalho, especificamente no universo urbano. E, como os horizontes sociais e projetos de vida formulados pelos jovens tornam-se incompatíveis com as opções disponíveis em sua terra de origem, resta-lhes empregar movimentos de êxodo em direção a cidades como Belém.

## **A inviabilização da formação de sucessores**

A configuração de duplos engajamentos dos marudaenses a alternativos universos laborais corresponde a um modo particular de organização da vida econômica, mas também de estruturação do cotidiano. Trata-se de aspecto constitutivo da vida social do lugar e que, apesar de jamais ter viabilizado a seus moradores permanentes que galgassem uma condição de abundância, permitiu-lhes galgar superiores graus de autonomia relativa em face dos agentes das cadeias de escoamento de pescado, com quem antes mantinham relações econômicas desvantajosas. E, embora tenha figurado oportuna em determinado recorte temporal, provendo mais favoráveis condições de reprodução social aos marudaenses, essa configuração parece se defrontar com um conjunto de fatores que, muito gradualmente, concorrem para mudanças de feição disruptivo. Tais mudanças, as quais a presente seção pretende demonstrar, concernem à paulatina inviabilização das cotidianas situações de interação social que, integrando membros de diferentes gerações de famílias marudaenses, vinham permitindo a transmissão de saberes e a formação das competências correlatas aos alternativos universos laborais de Marudá.

A eficiente exploração dos nichos de trabalho abertos pela sobreposição entre polo pesqueiro e polo de turismo balnear em Marudá se respalda em um conjunto de saberes e competências que capacitam os marudaenses a manejarem estrategicamente os recursos localmente disponíveis. Articulando os recursos naturais do lugar e os recursos sociais – estes, correlatos a saberes e experiências, e também ao prestígio do indivíduo –, o morador nativo se torna apto a auferir ganhos a partir de diferentes fontes, conquistando melhores níveis de bem-estar para si e para seu grupo familiar (PLOEG, 2008). Mesmo se considerada a incidência de influências subjetivas sobre esse ideal de indivíduo racional e calculador, os saberes e competências formados nos processos de socialização em

lugares como Marudá continuam sendo condições fundamentais para a conformação de acertadas estratégias de subsistência.

Em consonância com as acumuladas teorizações (p. ex., TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009; WOORTMANN, 2009) remetidas a contextos de sociedades tradicionais particulares, os processos de aquisição de saberes e de formação de competências em Marudá tendem a se iniciar ainda na infância, quando as crianças acompanham seus pais e avós em situações de exercício de ofícios diversos. Veja-se, por exemplo, o relato de dona M., 44 anos:

Eu pesquei muito quando eu era criança, eu era moleca. Pescava, pegava sarnambi. Mas era só mesmo na beira, não era no oceano. Geralmente quem vai lá para o oceano são só os homens, mesmo. Isso, pra mim, era brincadeira de criança, que toda vez, quando eu vinha da aula, eu tinha que ir para a maré.

E, adicionalmente, o convergente relato da jovem A., de 23 anos, sobre o modo como foi iniciada no ofício da mariscagem por sua mãe:

Desde pequena ela levava a gente, tanto eu quanto meus irmãos, pra gente ir aprendendo. Era em uma faixa de oito para nove anos. Naquela época, tinha bastante sarnambi. Então, a gente trazia em saca, cheia de sarnambi. E não era só a gente. Era bastante gente.

O progressivo domínio das habilidades que compõem o saber-fazer de cada ofício é que, afinal, autoriza o reconhecimento do aprendiz como especialista na função. E, por não se tratar de um conhecimento escrito nem sistematizado, mas fundamentalmente oral, visual e cinestésico, demanda contato humano direto e recorrente (SAUTCHUK, 2005). Desse modo, a formação de sucessores em contextos socioambientais como o de Marudá depende do frequente intercurso dos membros de diferentes gerações de uma mesma família em circunstâncias de exercício

laboral. Na localidade enfocada, aliás, é por meio desse expediente que também se transmite a sabedoria correlata aos modos de lidar com a sobreposição entre polo pesqueiro e polo balnear e às maneiras de articular os ofícios ligados a cada esfera laboral ao longo do ano. E, se é por meio de situações de interação, incrustadas no cotidiano, que se transmitem os saberes e competências condicionantes da participação dos moradores fixos de Marudá nos circuitos ocupacionais da localidade, são as circunstâncias de supressão dessas interações os indicadores da ocorrência de uma potencial mudança disruptiva.

Em um primeiro olhar, os movimentos de êxodo de jovens rumo à cidade, registrados desde Furtado (1978; 1987), representam circunstância supressora de interações, promotora de rupturas ocupacionais. No entanto, os projetos de partida, efetivando-se apenas a partir de certa idade, raramente anterior aos 18 anos, preservam, ainda, condições para a ocorrência dos processos de transmissão de saberes e formação de competências correlatas aos universos ocupacionais de Marudá. O engajamento nesses processos, afinal, se inicia em tenra idade, expressando-se, por exemplo, nas ocasiões em que crianças pequenas, a partir dos seis ou sete anos, são convidadas a acompanhar familiares mais velhos em atividades referidas como passeios, mas que se constituem em incursões de exercício laboral.

Assim, quando os jovens decidem se retirar de Marudá em busca da satisfação de seus projetos de prosperidade urbana, portam saberes, competências e experiências que os habilitam a retornar à terra de origem quando eventualmente fracassam em suas aventuras cidadinas. A posse desse recurso social figura, pois, como fator condicionante da intermitência da participação das sucessivas gerações de jovens adultos nos universos laborais de Marudá, como também das eventuais decisões, tomadas por alguns, de definitivo retorno à localidade.

Em um quadro mais amplo de relações, porém, o êxodo dos jovens ganha diferenciado significado. A progressiva consolidação da instituição escolar e a crescente conquista do direito à aposentadoria em Marudá no curso do tempo, como antes comentado, fomentaram alterações no cotidiano de crianças, adolescentes e idosos no local. Enquanto às crianças e aos adolescentes demandaram-se progressivos esforços escolares, aos idosos concedeu-se a liberação de obrigações laborais rígidas. A ocupação escolar de crianças e adolescentes e a relativa desocupação laboral de idosos em Marudá se relaciona ao êxodo de jovens por um aspecto comum a diversas trajetórias de vida narradas pelos marudaenses. Os jovens adultos, engajados em intermitentes aventuras urbanas, ao constituírem família, pretendem que os filhos se direcionem ao percurso escolar. E vendo, na aposentadoria de seus pais, uma circunstância de aumento de bem-estar, frequentemente solicitam a eles, então constituídos como avós, que recebam os respectivos netos em suas casas, no litoral.

No ilustrado cenário, os jovens adultos, portadores dos saberes e competências que sustentam as configurações de engajamento laboral e de relações socioambientais específicas de Marudá, mantendo-se constantemente ausentes da localidade, relegam a educação das crianças aos avós. Não exibindo o vigor físico da mocidade e experimentando a sensação de segurança pela expectativa do recebimento de valor monetário fixo a título de aposentadoria, os idosos atenuam consistentemente os esforços dirigidos ao engajamento nos polos laborais de Marudá. Desse modo, sob a dramatizada lamentação do “desinteresse dos jovens”, deixam de proporcionar – ou fazem-no esporadicamente – as situações de interação que permitiriam, a seus netos, adquirir os saberes e competências correlatos aos universos ocupacionais do lugar.

Contrastivamente, casos há em que os jovens adultos logram relativo êxito em suas empreitadas urbanas, não relegando a seus pais

significativa participação na educação das crianças. Nesses casos, o contato entre netos e avós se restringe a pontuais momentos de férias escolares e feriados prolongados, e sua interação em circunstâncias de exploração dos nichos laborais do local se limita a atividades com maior pendor lúdico, como a pesca de rede. Mais que na situação abordada no parágrafo anterior, essas ocasionais incursões, situando-se no campo do lazer, não correspondem a experiências suficientemente oportunizadoras do aprendizado requerido para a constituição de um sucessor. Nesse caso ou no anterior, de todo modo, os intermitentes reingressos experienciados pelos jovens adultos de gerações anteriores ao universo ocupacional marudaense não tenderão a ser reproduzidos pelas gerações mais recentes, devido aos distintos parâmetros de seus respectivos processos de socialização.

Ilustrativo exemplo do processo reportado pode ser visto no relato de dona I., 65 anos:

Alguns jovens daqui até gostam de pescaria, mas não todos. Meus netos, mesmo, os que moram aqui, tem um de 13, um de 14 e o outro tem 17, mas eles não têm essa coisa, não. A pessoa, eu acho que já nasce. Ela vê os outros fazendo e também quer fazer. Mas esses meus netos não dão pra pescador, não.

Apresentado desse modo, o referido processo parece ressoar a tendência fatalista que, prefigurando a desarticulação social e a desagregação cultural da população residente, marcou a literatura acadêmica remetida a Marudá. Deve-se, por isso, esclarecer que a inviabilização da formação de sucessores por uma ruptura geracional, embora representada por um conjunto relativamente numeroso de casos na localidade durante o trabalho de campo, não constitui a totalidade dos processos de intercurso familiar no local. Há, pois, por exemplo, jovens que não emigram e idosos que não logram se aposentar. Além disso, a descrição

formulada se consubstancia como modelo genérico, abstração teórica, que seleciona e evidencia traços compartilhados e mais proeminentes, entre uma série de situações particulares. Os casos particulares, orbitando em torno do modelo teórico, a ele se assemelham em diferentes graus. Portanto, não se pretende, no presente texto, dar novo fôlego às previsões que conceberam a deculturação da população marudaense. Quer-se apenas indicar a ocorrência de rearticulações que, forjadas ao menos desde a década de 1950 e possivelmente hoje mais evidentes que em precedentes recortes temporais, têm atuado disruptivamente sobre as configurações laborais e socioambientais que até o momento ainda permeiam a vida social de Marudá.

## **Conclusões**

A partir da investigação do cotidiano de Marudá – em particular, das relações mantidas entre membros de diferentes gerações familiares – e da busca por precedentes na literatura remetida à localidade, o presente texto pretendeu indicar que a constituição de renovados sentidos em torno da noção de trabalho figura como base das representações formuladas pelos marudaenses em torno da noção de mudanças disruptivas no local. A pesca, a mariscagem, a fitoterapia e os ofícios conexos ao polo balnear, associados às noções de pobreza, precariedade, penosidade e incerteza, passariam a ser preteridos em relação à noção de trabalho formal, disseminada pela mídia e pela instrução escolar. Formulando horizontes sociais e projetos de vida incompatíveis com as opções laborais disponíveis no local, os jovens seriam, assim, estimulados a efetivar movimentos de êxodo em direção aos grandes centros urbanos da região, em busca do idealizado trabalho registrado em carteira.

O êxodo dos jovens de Marudá, somado ao aprofundamento da escolarização das crianças e ao aumento na quantidade de idosos aposen-

tados na localidade, redundaria, então, na progressiva inviabilização das situações do cotidiano pelas quais as novas gerações seriam capacitadas a participar do universo laboral marudaense. Estaria, afinal, instalada uma desconexão entre gerações familiares que, dificultando os processos de transmissão de saberes e aquisição de competências correlatas aos ofícios localmente disponíveis, afetaria a formação de sucessores tanto no âmbito do polo pesqueiro quanto do polo balnear. E, embora não se alinhe às anteriores previsões em tono de uma deculturação supostamente em curso em Marudá, o texto encontra, no referido processo, o provável fundamento empírico das preocupações verbalizadas pelos marudaenses em torno da perda de seus costumes.

## Referências

- ADRIÃO, D. Pescadores de sonhos: um olhar sobre as mudanças nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 1, n. 2, p. 11-21, 2006.
- ALVES, R. J. M.; GUTJAHR, A. L. N.; SILVA, J. A. E. S. Caracterização socioeconômica e produtiva da pesca artesanal no município de Marapanim, Pará, Brasil. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, v.13, p. 1-17, 2015.
- ASSIS, L. F. A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens da ilha de Itamaracá – PE. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 21, n. 2, p. 103-135, 2001.
- BASTOS, M. N. C. A importância das formações vegetais da restinga e do manguezal para as comunidades pesqueiras. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, v. 11, n. 1, p. 41-56, 1995.
- BORCEM, E. R.; FURTADO JR., I.; ALMEIDA, I. C.; PALHETA, M. K. S.; PINTO, I. A. A atividade pesqueira no município de Marapanim-Pará, Brasil. *Revista de Ciências Agrárias*, v. 54, n. 3, p. 189-201, 2011.



- COELHO-FERREIRA, M. R. Medicinal Knowledge and plant utilization in an Amazonian coastal community of Marudá, Pará State (Brazil). *Journal of Ethnopharmacology*, n. 126, p. 159-175, 2009.
- FLOR, A. S. S. O.; BARBOSA, W. L. R. Grupo de mulheres Erva Vida de Marudá – PA: trajetória histórica e sobrevivência de uma tradição. *Gênero na Amazônia*, v. 5, p. 237-248, 2014.
- FLOR, A. S. S. O.; BARBOSA, W. L. R. Sabedoria popular no uso de plantas medicinais pelos moradores do bairro do Sossego no distrito de Marudá, PA. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 17, n. 4, p. 757-768, supl. I, 2015.
- FURTADO, L. G. Aspectos históricos e econômicos de Marapanim – nordeste paraense. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, n. 67, p. 1-32, 1978.
- FURTADO, L. G. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: MPEG, 1987.
- FURTADO, L. G. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 1, n. 2, p. 159-172, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. On-line. 2018. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/marapanim/panorama>>. Acesso em: 23 out. 2018.
- NASCIMENTO, I. Tempo de fartura e tempo de famitura no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 1, n. 2, p. 23-33, 2006.
- PLOEG, J. D. O que é, então, o campesinato? In: \_\_\_\_\_. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 33-72.
- SÁEZ, O. C. *Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia*. Santa Catarina: Edição do Autor, 2013.
- SAUTCHUK, C. E. Laguistas et pescadores: L'apprentissage de la pêche dans une région côtière de l'Amazonie (Vila Sucuriju, Brésil). *Techniques & Culture*, n. 45, 2005.
- TEIXEIRA, J. M. J. *Diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Marapanim: um olhar sobre o distrito de Marudá e a sede municipal*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 31-45, 2009.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: Expressões e categorias – Volume 2: Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 119-129. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).



# O PUXIRUM COMO PACTO SOCIAL: DÁDIVA E RECIPROCIDADE NA GESTÃO DE ROYALTIES DA MINERAÇÃO EM JURUTI VELHO

Kátia Solange do Nascimento Demeda  
Luciana Gonçalves de Carvalho

### Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida no município paraense de Juruti, que abriga um grande projeto minerário implantado pela Alcoa na primeira década dos anos 2000.<sup>1</sup> Alinhando-se a um campo crescente de estudos sobre os impactos da mineração na Amazônia,<sup>2</sup> tal pesquisa busca compreender como a população local tem lidado com impactos decorrentes da exploração de bauxita no entorno do Lago Grande de Juruti Velho, em especial no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho.

Particularmente, a investigação atém-se a um fato peculiar no contexto da mineração – o recebimento de recursos pela Associação das Comunidades Reunidas de Juruti Velho (Acorjuve), a título de compensação pela exploração mineral – e foca os modos de uso e circulação do dinheiro nas comunidades. Trata, assim, de uma série de questões decorrentes da introdução de uma nova lógica econômica no PAE Juruti Velho (PAE-JV), onde a monetarização da economia agroextrativista tradicional

---

<sup>1</sup> As sondagens de minério em Juruti remontam à década de 1970, assim como ocorreu em outros municípios do Pará. No entanto, apenas no início dos anos 2000 a Alcoa estabeleceu-se efetivamente na região.

<sup>2</sup> Além das pesquisas realizadas em Juruti, mencionadas neste trabalho, assinalam-se trabalhos organizados por Coelho e Monteiro (2007), Ramalho e Carneiro (2015), Zhouri, Bolados e Castro (2016) e Zhouri et al. (2018).

se associa à emergência de conflitos quanto à gestão dos recursos recebidos, tanto no plano intracomunitário quanto no relacionamento com instituições que vinham apoiando a Acorjuve.

Resumidamente, entram em choque o “modelo nativo” de gestão dos recursos, adotado pela associação, e o “modelo ideal”, defendido pelos entes que a fiscalizam, destacadamente o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), cuja recomendação é de que uma fundação de direito privado a substitua no gerenciamento dos recursos pagos pela mineradora. Alegamos que, enquanto esse “modelo ideal” é projetado sobre princípios racionais, legais e burocráticos, o primeiro baseia-se nas costumeiras relações de dádiva e reciprocidade entre os moradores, contemplando a distribuição de parte do dinheiro entre as famílias do PAE e a destinação de outra parte a investimentos coletivos. Na prática, desta última parcela também são retirados recursos para atender a solicitações realizadas individual e pessoalmente pelos moradores aos diretores da Acorjuve, os quais decidem pela sua concessão ou não.<sup>3</sup>

Instigadas pela insistência da associação em manter o “modelo nativo”, em contraposição ao “modelo ideal”, mesmo sob pressão judicial, tomamos a teoria da dádiva, de Marcel Mauss (2003), como ponto de partida para compreender como o sistema tradicional de dons e contradons opera e persiste na vida cotidiana dos moradores do PAE-JV, apesar das recentes mudanças ocorridas na economia local. Colocando em perspectiva as trocas e alianças, com toda a variedade de aspectos sociais que elas carregam enquanto “fato social total” (MAUSS, 2003), procuramos não julgar qual

---

<sup>3</sup> As solicitações destinam-se a uma diversidade de fins: compra de medicamentos; transporte de doentes; suporte financeiro a pessoas em tratamentos de saúde fora da cidade; compra de caixões e transporte de corpos; aquisição de combustível para longos deslocamentos; apoio à resolução de conflitos diversos entre moradores; e aquisição de equipamentos e insumos, entre outras.

modelo de gestão de recursos é adequado, mas entender como esses recursos são absorvidos no circuito da dádiva em Juruti Velho.

Como parte desse exercício, propomos neste artigo uma discussão sobre o puxirum, que consideramos ser um dos elementos mais proeminentes daquele circuito. Em linhas gerais, o puxirum é uma prática de doação de tempo e trabalho que se realiza entre parentes, amigos e vizinhos envolvidos em uma rede de solidariedade e reciprocidade, comum em contextos amazônicos. Assumindo o caráter de ajuda mútua, como ressaltaram Silva (2007), Sabourin (2004) e Rezende (2017), ou de troca de tempo, como propõe Woortmann (1990), ele não pode, contudo, ser reduzido a uma simples permuta na medida em que envolve valores simbólicos significativos nas relações sociais (SABOURIN, 2011).

Da mesma forma, defendemos que os valores recebidos da Alcoa não podem ser encarados apenas como dinheiro, conforme a lógica formal-legal que justifica a compensação dos superficiários pela exploração mineral no PAE-JV. Ao contrário, são apropriados e ressignificados de acordo com valores simbólicos inerentes à lógica comunitária, segundo a qual devem prevalecer as trocas orientadas por princípios de ajuda mútua e reciprocidade nas relações de parentesco, vizinhança e amizade.

### **Contextualização e problematização**

Juruti fica no extremo oeste do Pará, próximo à divisa com o Amazonas. Com 830 mil hectares dispostos na margem esquerda do rio Amazonas, esse município tem nos vizinhos Parintins (AM) e Santarém (PA) os principais centros regionais de comércio e serviços. Dois terços de sua população, contabilizada em 47.086 pessoas no último censo, vivem na zona rural (IBGE, 2010).<sup>4</sup> Destas, 8.135 distribuem-se em

<sup>4</sup> De acordo com o último censo, em 2019 a população foi estimada em 57.943 pessoas (IBGE, 2010).

47 comunidades que integram a área de 95.929 hectares do PAE Juruti Velho, criado em 2005 no âmbito de uma disputa com a mineradora Alcoa, recém-instalada na região.

Juruti Velho é uma região de antiga ocupação que, no século XVIII, serviu ao aldeamento e à redução de indígenas, tendo sido disputada pelos Munduruku e os Mura até o início do século XIX. A Vila Muirapinima, principal polo da região, foi o núcleo a partir do qual o município se desenvolveu. Por volta de 1859, a sede local foi transferida pelo vigário, junto com a imagem da padroeira Nossa Senhora da Saúde, para as margens do rio Amazonas, onde fica a atual cidade de Juruti. Esse ato, que simbolizou uma perda de *status* de Juruti Velho, responde por uma espécie de polarização entre essa região e a atual sede municipal. Assim, reproduziu-se um modelo centro-periferia no qual Juruti Velho passou a ser visto como modelo de atraso e pobreza.

Tal condição modificou-se devido à implantação do empreendimento minerário em Juruti Velho, que trouxe, entre outras mudanças, melhorias de infraestrutura, transporte e comunicação, além de significativo incremento populacional, seguido de alterações no padrão de ocupação territorial, no bojo de um “processo compulsório de transformação do ‘território abrigo’ em ‘território recurso’”, na visão de Lopes (2016, p. 35). A Vila Muirapinima, por ser o núcleo mais urbanizado da região e por oferecer alguns serviços como educação, saúde e comércio, tornou-se um centro de atração de moradores de outras comunidades do PAE-JV, tanto quanto de nativos que haviam migrado para localidades como Santarém e Óbidos, no Pará, ou Parintins e Manaus, no Amazonas.

A entrada de Juruti Velho na economia internacional altamente capitalizada da mineração fez com que a região se tornasse um foco de interesses de múltiplos agentes e segmentos sociais, que buscaram se be-

neficiar do crescimento econômico. Enquanto setores empresariais se instalavam em Juruti, parte da população local foi atraída para oportunidades de incrementar a renda com trabalhos na construção civil, no comércio, no aluguel de residências e na prestação de serviços para os migrantes, que passaram a chegar em grande número, de par com novos tipos de relações de trabalho (LOPES, 2012; MARIALVA, 2011; SILVA, 2014; SILVA; SILVA, 2016).

O PAE-JV, contudo, manteve-se um território majoritariamente recoberto por floresta original (58%), atravessado por águas (7%) e usado em atividades que degradam pouco o meio ambiente. As principais práticas econômicas dos moradores são, ainda, a caça, a pesca, o extrativismo e a agricultura, como há muitas gerações. Eles promovem festas, trocas de bens, formas de trabalho coletivo, reuniões e outros eventos nos quais reforçam os laços de solidariedade e transmitem, aos mais novos, valores morais e religiosos. Dessa maneira, o modo de vida tradicional no assentamento tem coexistido com a economia voltada para o atendimento das demandas do mercado global de *commodities* (CASTRO, 2012).

Resalta-se, porém, que a coexistência não supõe, necessariamente, harmonia. Ao contrário, a convivência das comunidades do PAE com a mineradora, desde sua chegada a Juruti, tem sido marcada por disputas territoriais, conflitos socioambientais e contendas assimétricas, como resta demonstrado nas pesquisas de Monteiro (2009), Castro (2010), Marialva (2011), Lopes (2012), Silva (2014) e Silva e Silva (2016). Com efeito, tais autores atestam que, desde a fase de licenciamento do empreendimento, as comunidades têm arcado com uma notável parte do ônus do projeto minerário, que acarretou uma série de impactos no modo de vida local e culminou em uma intensa mobilização coletiva, tendo à frente a Acorjuve, criada em 2004.



Nesse contexto, o Ministério Público foi instado a tomar medidas judiciais e extrajudiciais com o intuito de reparar os danos imputados pela Alcoa à população de Juruti Velho. Em 2010, um Termo de Ajustamento de Conduta dispôs, de forma inédita, que as comunidades do PAE passassem a receber valores em dinheiro, os quais são vulgarmente chamados *royalties* da mineração. Ainda, na condição de superficiários do território explorado, obtiveram na justiça o direito de receber recursos relativos à participação nos resultados da lavra e indenizações por perdas, danos e prejuízos sofridos (MONTEIRO, 2009).

A injeção de recursos no assentamento estimulou novos modos de se relacionar com o dinheiro. Por um lado, fez crescer o consumo de bens industrializados, em lugar de produtos locais artesanais. Por outro, tornou mais frequentes as relações de compra e venda, onde antes prevaleciam relações de troca. Na visão de autores como Araújo (2010), Lopes (2012) e Silva (2014), conquanto constitua um direito, o ingresso de recursos monetários nas comunidades tem promovido mudanças irreconciliáveis com a lógica nativa, traduzindo-se em “impactos [que] influenciam em fatores econômicos, sociais e organizativas da comunidade, que passam a conviver com lógicas até então pouco conhecidas, como a monetarização, a escassez de seus recursos naturais e a violência” (SILVA, 2014, p. 159). Desse modo, o dinheiro estaria, inevitavelmente, associado a algum tipo de perda, não só material, mas também no que se refere à cultura e ao modo de vida local.

Ainda que partilhemos do entendimento de que novos problemas têm emergido em função do uso do dinheiro no PAE-JV, postulamos que os recursos provenientes da mineração têm sido absorvidos no sistema tradicional de dons e contradons que, tradicionalmente, movimentam o circuito de trocas de bens materiais e imateriais nas comunidades (DEMEDA; CARVALHO, 2018). Nessa perspectiva, fundamentada na

teoria da dádiva, defendemos que, em Juruti Velho, vigora um “modelo nativo” de uso dos *royalties*, o qual se baseia em relações de troca atreladas às redes locais, de que o puxirum é expressão máxima.

### **Puxirum e ajuda mútua em contextos amazônicos**

Nas relações de trabalho que, tradicionalmente, caracterizam as sociedades rurais mundo afora, a prática da ajuda mútua é uma constante. Para Sabourin (2011), ela está na base das formas de cooperação que nascem dos valores humanos de solidariedade e reciprocidade, nas quais o que importa não são as horas ou os dias trabalhados, mas os vínculos estabelecidos entre as pessoas que se ajudam.

As evoluções diferenciadas das formas de ajuda mútua, tanto no espaço como no tempo, testemunham as dinâmicas dessas estruturas de reciprocidade e sua capacidade para a adaptação e a atualização dos valores humanos de partilha e solidariedade, em particular em ambientes institucionais hostis, mesmo quando as condições de reprodução das sociedades camponesas não são mais garantidas. (SABOURIN, 2004, p. 86).

No Brasil, a principal forma de trabalho cooperativo baseada em ajuda mútua consiste no mutirão, também conhecido por denominações alternativas, conforme a localidade: puxirum, puxirão, putirão, batalhão, ajuri e outras. Normalmente, ele é realizado em empreendimentos voltados para o benefício coletivo (como abertura e/ou construção de estradas, limpeza de espaços públicos) ou em eventos instaurados a partir de convites/pedidos de ajuda feitos por determinada família para atividades como limpeza de terreno, construção de casas, abertura e plantio de roças, entre outras. Atividades desta última natureza são recorrentemente mencionadas em estudos clássicos e contemporâneos sobre sociedades amazônicas, o que revela a importância da dádiva e da reciprocidade nas formas de organização social e econômica na Amazônia.

Na fictícia comunidade de Itá, por exemplo, Wagley (1977) destacou o “puxirão” dentre um conjunto de formas de ajuda mútua, apresentando-o como um tipo de trabalho cooperativo realizado por familiares, amigos, vizinhos e compadres que nutrem expectativas de retribuição não monetária. Acevedo e Castro (1998), por sua vez, apontam a prática do trabalho coletivo nas comunidades negras do rio Trombetas, onde diferentes grupos domésticos se associam para fazer roça e farinha de mandioca na forma do puxirum. As autoras descrevem-no como “uma técnica social de maximização das energias individuais”, imersa na teia de relações sociais locais, e acrescentam que o sistema opera por meio da troca de tempo de trabalho, dispensando a remuneração em benefício da reciprocidade (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 387).

Ainda referindo-se ao rio Trombetas, em Oriximiná (PA), Castro (1997) enfatiza a conexão existente entre as técnicas de produção e o universo simbólico da população, cujas relações econômicas se pautam em noções de dívida moral e ética. Assim, a autora demonstra que, desenvolvendo-se no interior de uma cadeia de sociabilidades, a doação de trabalho praticada nos puxiruns não visa apenas ao melhor aproveitamento do tempo e da energia de trabalho, aspectos indubitavelmente importantes dentro do sistema produtivo. Ela revela que tais eventos de trabalho coletivo também implicam a formação e o fortalecimento de vínculos entre as pessoas e famílias, proporcionando-lhes experiências de comensalidade, ingestão de bebidas rituais, atualização de crenças e trocas matrimoniais e de conhecimentos sobre o ambiente (CASTRO, 1997).

A memória e a identidade coletivas são outros aspectos que saem fortalecidos das situações de ajuda mútua, como mostra um estudo de Alencar (2002) realizado em uma comunidade do Médio Solimões, onde antigas práticas de trabalho coletivo foram substituídas pelo trabalho in-

dividual. Nas memórias dos moradores, o ajuri é associado a um passado de fartura, distintamente do presente, e as práticas de cooperação que ele engendrava “definiam a comunidade, uma vez que o trabalho nas roças estabelecia um limite do circuito de trocas entre famílias” (ALENCAR, 2002, p. 79).

Para Almeida (2004, p. 29), as relações de ajuda mútua nas comunidades tradicionais também “informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável”. O autor ressalta a importância das relações de reciprocidade e cooperação, que transcendem o cálculo econômico e instauram processos de compartilhamento, para a defesa do território coletivo e das formas de uso comum da terra, dos recursos e dos instrumentos de produção.

Silva (2007) defende, ainda, que as formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauaru, em Tabatinga (AM), melhoram a qualidade de vida dos moradores. Nas modalidades de mutirão e ajuri, elas se mostram essenciais não só na articulação entre os comunitários, mas também entre eles e agentes externos. Reportando-se a estes últimos, Machado (2012) estudou as relações entre humanos e não humanos no sistema de trocas de plantas e remédios operado por mulheres para curar parentes, amigos e vizinhos. As trocas, ressalta a autora, convertidas no ato de cuidar, permitem às mulheres transformar seu espaço e reafirmar os laços sociais entre humanos e não humanos, além de reforçar o sentimento de pertencimento a seu território e favorecer a preservação e o repasse de saberes a outras gerações (MACHADO, 2012).

Delimitando como campo etnográfico a bacia do rio Tejo, no Acre, Rezende (2017) analisou características da ajuda mútua na Amazônia brasileira. Destacando sua importância histórica no contexto das complexas relações entre comunidades, mercado e Estado, o autor situa seus fundamentos, essencialmente, nas expressões de consideração entre as

peessoas, que favorecem a superação de condições adversas, como já fora sublinhado por Sabourin (2004).

Aludindo a considerações de Harris (2000), Rezende (2017) atesta que a ajuda mútua não se resume a simples troca de trabalho, posto que põe em prática um importante princípio de harmonia entre as pessoas, demarcando as relações entre os “de dentro” e os “de fora”, sobretudo no âmbito do parentesco. Por sua vez, entende-se este último como uma rede de potencialidades por meio da qual tudo circula, e que é mobilizada pelas pessoas para acessar recursos de toda ordem, materiais e imateriais (HARRIS, 2006). Nessa perspectiva, a ajuda mútua entre parentes assume o caráter de troca desinteressada, cujo valor não pode ser calculado. Por outro lado, na ajuda dada a pessoas de fora do círculo de parentesco, há um cálculo mais objetivo quanto ao interesse e ao valor das coisas.

A ordem imaterial da ajuda mútua é reiterada por Woortmann (1990) em pesquisa acerca das relações constitutivas da ética moral que se estabelece entre os homens, e entre eles e a terra em distintas regiões do Brasil rural. Com uma abordagem centrada no trabalho, enquanto valor ético, e na família, como ponto central das relações sociais, o autor afirma que a terra é concebida como algo mais que um meio de produção, considerando-se a indissolubilidade, afetiva inclusive, entre ela, a família e o trabalho.

Além de contribuir significativamente para a caracterização e a compreensão de diversificados arranjos produtivos, a pesquisa de Woortmann (1990) coloca em relevo a importância do parentesco e do princípio de reciprocidade operantes nas diferentes formas de ajuda que se verificam no meio rural brasileiro. Com efeito, o autor revela que a definição e o emprego do termo “ajuda” sofrem manipulações simbólicas contextuais, de modo que ele adquire e comunica significados distintos

conforme o cenário em que é utilizado. Assim, a ajuda entre familiares, compadres, vizinhos e pessoas que ocupam posições sociais análogas não denota trabalho assalariado, ainda que possa envolver retribuições em dinheiro, constituindo-se, antes, em prática e discurso baseados em “uma categoria que expressa a reciprocidade entre iguais [pois] construindo-se o assalariamento como *ajuda*, elude-se a precisão daquele que se assalaria” (WOORTMANN, 1990, p. 29. Grifo no original).

Por outro lado, na troca de tempo de trabalho que dispensa dinheiro, ele vislumbra uma forma de “ajuda entre iguais” que deve ser retribuída, respeitando-se o cunho ritual e o significado simbólico dessa prática voltada, em última instância, para a reprodução da própria comunidade. Apoiando-se em estudo de Lima (1987) conduzido na Amazônia, Woortmann (1990, p. 35) sustenta que:

[nas] comunidades caboclas, o trabalho familiar, comandado pelo pai, é complementado pelo *ajuri*, como é designada na região a troca de dias de trabalho. O pagamento pelo trabalho do *ajuri* é sempre feito *com comida e nunca com dinheiro*. Eu diria que, neste contexto, a intromissão do dinheiro numa comunidade reproduzida pela reciprocidade, como que desmoralizaria esse espaço (que, também aí, é um espaço de parentesco).

Vale notar, nessa passagem, que a forma de pagamento do *ajuri* envolve o preparo e a distribuição de alimentos para aqueles que ajudam. Sublinhando, pois, a presença da comida e a ausência do dinheiro, Woortmann (1990, p. 37) propõe que comida, família, terra e trabalho constituem “categorias nucleantes de significados, interconectadas e cujo sentido está, justamente, nesta conexão”. É com base nesse entendimento, ora sistematizado, que propomos observar o *puxirum* em Juruti Velho, onde vários autores já registraram práticas de cooperação no trabalho, baseadas em solidariedade e reciprocidade, que contribuem para a manutenção dos laços sociais e relações de confiança,

provendo a comunidade de momentos de intensa sociabilidade (ARAÚJO, 2010; CASTRO, 2010; LOPES, 2012; MONTEIRO, 2009; PORTELA, 2017; SILVA, 2014).

### **Puxirum e pacto social**

Em Juruti Velho, os puxiruns são organizados para a construção de casas, limpeza e/ou reforma de igrejas, limpeza de cemitérios, pescarias e ações coletivas da Acorjuve, mas, sobretudo, para o cultivo de mandioca e a produção de seus derivados. Tanto para as atividades na roça quanto na casa de forno, eles envolvem muitos membros de uma mesma família, inclusive aqueles que moram distante do local do trabalho, e mobilizam homens e mulheres de todas as faixas etárias. Trata-se, efetivamente, de uma instituição social da região, no sentido que essa expressão tem para Berger e Luckman (1973), como se nota no depoimento de um morador da comunidade Surval:

A região, ela se compõe muito do puxirum. É uma comunidade em si, uma família em si, uma ajudando a outra. Vinte companheiro divide: dez vai roçar (1ª tarefa), dez vai derrubar (2ª tarefa); tu é capaz de ter a roça pronta, o roçado pronto em um único dia. Depois de derrubar faz a queimada e depois vem o terceiro, que é o plantio (3ª tarefa). (Ecooideia, 2011)<sup>5</sup>.

O primeiro passo para a realização de um puxirum é o convite, primeiramente dirigido aos familiares mais próximos – pais, irmãos e filhos, de ambos os sexos – e, em seguida, a parentes residentes nas imediações. Por fim, ele se estende a vizinhos, compadres, amigos e parentes que moram mais longe. Em regra, a sequência dos convites revela a força da ligação entre quem convida e quem é convidado, refletindo o

---

<sup>5</sup> Relato de morador extraído de vídeo produzido em 2011 pela, então, Ecooideia, instituição que realizou o Estudo de Perdas e Danos.

comprometimento esperado de cada um. Assim, quanto mais se é próximo daquele que convida, maior é a obrigação de aceitar o convite.<sup>6</sup> Essa obrigação, contudo, tem caráter eminentemente moral, e o convite não é percebido como uma imposição. Ao contrário, ele é até desejado, porque o puxirum é trabalho e divertimento ao mesmo tempo.

É engraçado o puxirum, porque todo mundo se diverte, todo mundo bebe pajiroba, todo mundo fica alegre, é brincando, é “caçoando” um do outro, é fazendo aquele barulho que você fica admirado de ver, é muito tradicional mesmo o puxirum na nossa região. Tem o famoso pajiroba que é uma bebida típica nossa, que a gente tem ele como ponto referencial, porque se não tem bebida no puxirum não existe trabalho. Nos puxirum, a gente senta e “apofia”: “vamo apofiar? Dois litro pra cada!”. Você sente sede de tomar o pajiroba e não sente sede de tomar água, essa é a diferença. (Ecooideia, 2011).

O elogiado pajiroba é o produto da fermentação de uma mistura de mandioca com batata roxa. Dotado de certo teor alcoólico, embriaga e “faz porre”, de acordo com a expressão local. Para a ocasião de um puxirum, enchem-se vários potes de barro grandes com a bebida, que é preparada com muito cuidado e franqueada a todos, inclusive crianças pequenas, grávidas e idosos. Segundo os nativos, o líquido alimenta o corpo e o espírito, além de ajudar a passar muitas horas sob sol quente. Seu consumo, contudo, não é habitual em momentos de lazer, uma vez que está intimamente ligado à terra e à sociabilidade que marca eventos de trabalho coletivo. Assumindo, então, o caráter de bebida cerimonial ou ritual, agregando pessoas em estados de euforia raramente observados na região, o pajiroba completa o puxirum, constituindo com ele um par simbólico central na ordem social de Juruti Velho (Figura 1).

<sup>6</sup> A família extensa é o principal núcleo da dádiva e de outras trocas não monetárias, seguida das relações de compadrio (geralmente, entre parentes sem consanguinidade) e daquelas entre amigos e vizinhos não aparentados (WOORTMANN, 1987).



*Figura 1. Consumo de pajiroba no puxirum, em Juruti Velho.*



Foto: Guilherme Alves (2010).

Um ciclo de trocas recíprocas é aberto por aquele que aceita um convite e doa seu trabalho em um puxirum. Não só quem convidou, mas todos os envolvidos no evento assumem uma espécie de dívida simbólica que motiva trocas de trabalho futuras com o convidado, muito embora elas sejam “incertas, indeterminadas e assimétricas”, como afirma Martins (2008, p. 120). Afinal, a lógica da dádiva não opera a “equivalência típica da economia de mercado”, na qual se deve pagar imediatamente pelo bem recebido (MARTINS, 2008, p. 120). Ao contrário, o endividamento simbólico coletivo estende-se e perdura no tempo, como mostra Martins (2008, p. 17):

Tal reconhecimento da diversidade é fundamental para se entender que, por trás do fetichismo da troca econômica simétrica, que está na base da lógica mercantil e cujo lema é trabalhar para consumir e acumular, há um desejo – assimétrico – bem mais amplo de compartilhar a vida, pois esta não pode ser vivida individualmente, mas apenas coletivamente. Tal consciência coletiva implícita é a base de uma ordem moral geral ligada ao anseio de preservação da sociedade e, em última instância, do ser humano, que é o motivo primeiro e último da constituição do vínculo social, da aliança e da política solidária.

De acordo com Godbout (1998), na dádiva busca-se mesmo o endividamento, enquanto no mercado o objetivo é liquidar a dívida. No contexto da instituição social do puxirum, o endividamento converte-se em laço entre os membros: assim como aquele que doa seu trabalho goza de liberdade em fazê-lo, aquele que recebe retribuirá a dádiva no devido tempo. Em suma, o que importa é o vínculo estabelecido entre as partes, mais que a natureza do que é trocado ou o prazo de quitação da dívida (SABOURIN, 2011). Desse modo, o tipo de dádiva que se troca no puxirum reúne aspectos contraditórios, que envolvem, simultaneamente, interesse e desinteresse, espontaneidade e obrigação (CAILLÉ, 1998; GODBOUT, 1998; MARTINS, 2008).

O puxirum contribui, ainda, nos processos de transmissão de conhecimentos e construção da memória afetiva dos participantes, na medida em que lhes proporciona oportunidades de aprender, observando, fazendo e interagindo em coletividade, em experiências de socialização e sociabilidade. Em geral, as narrativas que mencionam memórias do puxirum ligam-no à aquisição do saber-fazer, sobretudo, na terra e na lida com a mandioca, que é um elemento central no universo de significação nativo. Assim, quando uma pessoa rememora sua vida, as cenas de puxirum emergem com referência à sociabilidade e à relação com a terra, com a natureza e com o alimento.

Eu comecei ir ao roçado aos nove anos de idade com minha mãe e meus irmãos mais de idade. Nós íamos aos puxiruns onde iam as pessoas. Era muito animado, tinha bastante comida. Pra fazer o roçado, era primeiro puxirum de roçar e derrubar; passa alguns dias e queima. Quando não queima bem, a gente faz a coivara. Aí vem o segundo puxirum de plantar; os homens fazem o manicujá com a enxada e as crianças iam com o panelo atrás dos cavadores espalhando a maniva, dois pedaços em cada cova. A maniva quem cortava era o de mais idade. E assim eu fui aprendendo como se fazer uma roça; depois, fui aprendendo como se faz a farinha. Nas

nossas roças com as minhas cunhadas, eu plantava, no meio da roça, milho macaxeira e maxixe. Nós éramos vários filhos; uns iam trabalhar, outros ficavam com os menores. Meu pai era pescador. A única coisa que meu pai deixou de herança foi aprender a tecer malhadeira. Ao passar do tempo, casei, construí família.)<sup>7</sup>.

A memória, conforme Halbwachs (1990), é fruto de processo circunstancial de elaboração, no qual as lembranças emergem graças a um trabalho de reunião dos elementos que remetem a um lugar ou um acontecimento. Presente e passado ligam-se por quadros de referência, e os materiais observados no presente servem de ponto de apoio para (re)construir os fatos passados. Da mesma forma, segundo Halbwachs (1990), as memórias, ainda que individualmente reconstituídas, têm dimensões coletivas, de modo que as lembranças narradas por um indivíduo conduzem àquelas que são compartilhadas com certa quantidade de pessoas, com as quais ele comunga de noções e experiências em grupo. Logo, as lembranças e os sentimentos, por mais individuais que pareçam ser, originam-se em meio a contextos sociais.

Não por acaso, olhar para as mudanças sociais recentemente ocorridas nos puxiruns, em Juruti Velho, pode informar tanto sobre o passado quanto sobre as dinâmicas atuais da região.<sup>8</sup> A observação etnográfica, bem como trabalhos desenvolvidos por Portela (2017) e Silva (2014), indica alterações no caráter das trocas envolvidas nesse tipo de trabalho cooperativo, em cuja esfera o dinheiro passou a circular, como denota o depoimento de um morador da Vila Muirapinima.

---

<sup>7</sup> Relato biográfico de uma mulher, extraído de atividade em grupo realizada no âmbito do Estudo de Perdas e Danos, em 2011. Na atividade, os moradores escreviam suas histórias de vida.

<sup>8</sup> O exercício foi testado por Demeda (2010) em Brasília Legal, na região do Tapajós.

Eu aprendi a trabalhar na agricultura desde os 5 anos de idade. Meu pai me levava nos puxiruns onde compareciam crianças, jovens, senhoras, senhores para realizarem o trabalho de plantação de maniva. Esse trabalho ocorria quase que diariamente. Então, nós, trabalhadores, saíamos de nossas casas às 3 horas da manhã ou conforme a distância do trabalho. Era muito bonito quando as pessoas pegavam suas canoas e contavam histórias quando saíam para o trabalho. E assim, com decorrer do tempo, eu fui aprendendo mais e mais. Acompanhava minha família na fabricação da farinha. Tirava mandioca, descascava e fabricava a farinha. No passar dos anos, o povo, ou até mesmo, a juventude de hoje perdeu essa tradição. Antes era feito o puxirum, agora as pessoas só vão trabalhar se for pago. A mandioca era carregada no paneiro; agora, é na saca e no carrinho. Nos puxiruns, usavam uma bebida tradicional – o pajiroba. Algumas pessoas ainda fazem o pajiroba e utilizam como fortificante para o trabalhador. Durante o trabalho, uma pessoa fica encarregada de distribuir a bebida. O povo da nossa região, por sua vez, sabe fazer um pouco de cada coisa; sabe cultivar, caçar e pescar. E, em cada momento de nossas vidas, a gente vai aprendendo com nossas famílias e com outras pessoas que convivem na região.<sup>9</sup>

Silva (2014) e Portela (2017) associam a redução da prática do puxirum à monetarização das relações nas comunidades do PAE-JV, por sua vez associada à distribuição dos *royalties* da mineração entre as famílias, conforme o modelo de gestão adotado pela Acorjuve. Segundo os autores, o desuso do puxirum ocorre, sobretudo, nas comunidades mais próximas da área de lavra e beneficiamento da bauxita, onde o modo de vida tradicional estaria em crise, inclusive, com o abandono do trabalho na terra e na produção de farinha e demais derivados da mandioca. Para Portela (2017, p. 223), a monetarização tem abalado as relações de confiança entre os moradores e promovido um “desmonte das estruturas socioeconômicas e culturais que sustentam o modo de vida tradicional”.

<sup>9</sup> Relato biográfico de um jovem, extraído de atividade em grupo realizada no âmbito do Estudo de Perdas e Danos, em 2011.

Assumindo uma perspectiva diferenciada, é fundamental considerar as motivações e significações implicadas no puxirum, para além das práticas observáveis, a fim de analisar as mudanças correntes no PAE-JV. Por um lado, trata-se de entender o que o puxirum enseja dentro de uma lógica profundamente orientada pela dádiva, em que opera “uma economia e uma moral do dom” (GODELIER, 2001, p. 26). Por outro, é o caso de perceber como a entrada do dinheiro nas relações de trabalho entre iguais reflete uma nova dinâmica associada às transformações históricas pelas quais vêm passando os grupos amazônicos de orientação tradicional. Com efeito, as práticas e interações sociais em Juruti Velho são, em grande parte, conduzidas e revestidas por “uma economia e uma moral do dom”, que se distingue da “economia e [da] moral de mercado e de lucro” (GODELIER, 2001, p. 26). Contudo, tal como destaca Godelier (2001), essas duas lógicas – a do mercado e a do dom – não são excludentes. Podem operar concomitantemente na sociedade, embora uma delas deva imperar como princípio que rege as relações.

O puxirum, na concepção nativa, tem a representatividade e a força simbólica de uma lógica orientada pela dádiva, na qual as relações pessoais assumem papel predominante, mobilizando o interesse e a cooperação dos membros para perpetuar essas formas de interação. Afinal, o puxirum envolve a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, de forma espontânea e desinteressada e, acima de tudo, vinculada a múltiplos aspectos (econômicos, políticos, afetivos e religiosos, entre outros) que fazem dele um fato social total (MAUSS, 2003). Assim, quando o morador afirma que “a região, ela se compõe muito do puxirum”, de fato expressa que as relações humanas são predominantemente concebidas como um sistema de dádiva em que circulam “bens materiais e imateriais e de serviços em favor da instauração do pacto social” (MARTINS, 2017, p. 178).

Propomos que o puxirum se constitui no eixo central do pacto social em Juruti Velho, de modo que as pessoas do lugar se reconhecem mutuamente por meio, sobretudo, do ciclo da dádiva que movimenta trocas recíprocas e ajuda mútua. Em outras palavras, seria dizer: “eu te reconheço ao te ajudar”. Aludindo a Halbwachs (1990), encontramos raízes desse sentimento na memória coletiva de um tempo de fartura e compartilhamento que funda a própria comunidade.

Claramente, as trocas recíprocas não mediadas por dinheiro eram mais fortes no passado e vêm sofrendo mudanças, como o próprio puxirum, segundo os relatos de moradores. É como se dissessem: “se o puxirum está mudando, então, tudo está mudando”. Essa instituição é tão relevante na constituição da identidade coletiva, que há preocupação e pesar com as mudanças que a atingem, especialmente a monetarização das relações sociais, fenômeno também estudado por Dal Poz Neto (2010), Gordon (2006) e Pissolato (2016) em outros contextos etnográficos.

Em Juruti Velho, a introdução do dinheiro em atividades como o puxirum não pode ser integralmente imputada à mineração, cujos *royalties*, sem dúvida, incrementaram a renda monetária no PAE. O programa de transferência de renda do Governo Federal intitulado Bolsa Família, por exemplo, abarca grande número de famílias, e outras contam com seguro-defeso e aposentaria rural, que fornecem proventos financeiros com regularidade. Desse modo, a circulação do dinheiro oriundo de diferentes fontes disseminou novos valores e aumentou o desejo de consumo de bens que outrora não eram visados, sobretudo entre a população mais jovem.

Ao comentar essas mudanças, seu Antônio lembra que “há oito ou dez anos, os trabalhos comunitários eram muito animados, havia mais solidariedade, cada morador vinha e trazia alguma coisa. Hoje, quando é para alguém ajudar, tem que pagar! Vamos ver se a gente resgata isso!”.

Outro morador questiona: “Uma tradição antiga que tinha aqui acabou, o puxirum. Hoje em dia, só pagando. Eu pergunto: ‘Será que isso também é culpa da Alcoa?’”. O homem continua, sugerindo que as relações de compra e venda atingiram, também, a produção agrícola na comunidade: “Daqui, no Diamantino, eu não vejo falar em venda de farinha, mas era disso que a gente vivia. Agora isso acabou. Quando aparece uma farinha [de fora], a gente compra!”. Ainda sobre o puxirum, outro morador informa: “Nós *trabalha* e para 14 horas, mas eu tenho oito filhos *pra* criar e, saindo do trabalho no puxirum, eu vou procurar o que nossos filhos *comer*”.

A última declaração chama a atenção para o fato de que, há alguns anos, um puxirum durava vários dias, com a oferta abundante de alimentos e pajiroba por quem convidava, acrescidos de outros itens trazidos pelos convidados. Hoje, porém, a dificuldade de encontrar caça e pescados impede a realização de grandes puxiruns como no passado. Isso revela uma crise não apenas nos valores da dívida, mas uma crise ambiental, bastante percebida pelos moradores da região com a escassez cada vez maior de alimentos em função do aumento populacional e do avanço sobre as áreas de floresta.

Apesar das evidentes mudanças declaradas, sustentamos que as relações no PAE-JV ainda são fortemente orientadas pela reciprocidade e pelas trocas não monetárias. Embora haja mais dinheiro circulando, ele não permite que todas as necessidades de consumo sejam supridas pela compra. Assim, as relações não monetárias ainda são importantes, e as pessoas trocam desde alimentos que produzem até bens industrializados. Se, antigamente, trocavam-se produtos da agricultura, do extrativismo e dos artesanatos locais, atualmente novos itens circulam nas redes de permuta, como eletroeletrônicos, roupas, sapatos e outros elementos externos à cultura local, que foram ressignificados para serem, então, submetidos à lógica nativa (HOWARD, 2002).

Frequentemente, trocam-se objetos da mesma natureza: celulares por celulares, barcos por barcos, ou motores por motores, o que remete ao *kula* estudado por Malinowski (1976). Nas ilhas Trobriand, o autor analisou esse circuito de troca ritual de braceletes e colares, que poderia parecer, à primeira vista, apenas uma permuta de objetos de valor equivalente. No entanto, revelou-se que, em verdade, o próprio *kula* constituía o espaço de ação da instituição mais fundamental da vida daquela sociedade, fazendo circular a dádiva em eventos da mais alta complexidade social, política, econômica e religiosa.

Por vezes, as transações no PAE-JV envolvem complementação em dinheiro, mas, na maioria das ocasiões, resumem-se a trocas não monetárias. Por exemplo, seu Alfredo é um morador da vila Muirapinima que possui uma área de cultivo, caça e extrativismo, bastante rica em uma palmeira cuja palha é usada na construção de casas e cobertura de cozinhas localizadas nos quintais. Com frequência, moradores encomendam-lhe feixes de palha (25 a 30 guias da palmeira) para diversas finalidades, dando-lhe em troca sacos de farinha, peixes e alimentos diversos. A própria Acorjuve, em uma grande encomenda de feixes de palha, retribuiu-lhe com um motor do tipo rabetá.

As negociações dependem da relação existente entre os envolvidos na troca. O dinheiro poucas vezes faz parte do acordo, e o regateio deve ser feito com cuidado, porque pode ser malvisto. Nem sempre a troca se efetiva no momento da entrega de um bem. Pode demorar um pouco até que seja concluída. Nesse caso, cobrar a dívida é uma atitude a se evitar, pois pode suscitar sentimentos ruins no devedor e motivar julgamentos negativos do credor, que tende a ser visto como “alguém ruim para se negociar”.

Em suma, nas trocas não monetárias, não há pressa para quitar a dívida, nem para receber o pagamento ou a retribuição, pairando a relação em uma zona de incerteza (GODBOUT, 1998; FRIEDBERG, 1993).



Para Godbout (1998, p. 8), essa incerteza é uma característica marcante da dádiva, que tende a “reduzir no outro qualquer sentimento de obrigação, ainda que as obrigações nunca deixem de existir. O ator de um sistema de dádiva tende a manter o sistema num estado de incerteza estrutural, para permitir que a confiança se manifeste”. A manutenção da dívida, portanto, é uma forma de manifestação da confiança e de prolongamento do vínculo, que não se deseja cessar tão rápido.

## **Conclusões**

A partir de breve revisão bibliográfica sobre as formas de ajuda mútua na Amazônia, propusemos uma via de análise das mudanças relacionadas com o processo de crescente monetarização das relações sociais no PAE-JV, que tem sido acentuado pelo aporte de recursos oriundos da mineração na economia local. Tomando como objeto de estudo o puxirum, enquanto instituição social e expressão máxima da natureza das relações interpessoais no assentamento, confrontamos interpretações nativas e de especialistas acerca das alterações percebidas nessa forma clássica de trabalho cooperativo.

Sustentamos que, apesar das mudanças, o sistema e a lógica da dádiva – que fundamentam trocas não monetárias, bilaterais e coletivas – está enraizado em todos os níveis das relações sociais em Juruti Velho, colocando-se a serviço de um projeto de reprodução social, para usar uma expressão de Howard (2002). Dar, receber e retribuir, portanto, constituem o ponto nodal do “modelo nativo” de gestão dos *royalties* da mineração e fornecem, nessa medida, uma interessante abordagem do pacto coletivo que rege a distribuição dos recursos no PAE-JV.

Por fim, entendemos tal pacto na perspectiva de Nugent (2006), para quem a Amazônia, em sua complexa história de formação econômica, destaca-se pela grande capacidade de contração e expansão das

sociedades locais em virtude das demandas do mercado, que promovem a penetração do capital internacional na região. Nessa ótica, entende-se que as comunidades do PAE-JV, como as populações amazônicas em geral, desenvolvem estratégias históricas e culturais adaptativas de se voltarem para fora, a fim de atender a demandas externas, ou para o interior de suas formações locais mais tradicionais. As estratégias não são excludentes e expressam a habilidade de as comunidades navegarem entre a modernidade do mercado – no caso, representada pelo dinheiro recentemente introduzido no assentamento – e a tradicionalidade de suas relações – representada pelo circuito de trocas de trabalho e produtos – para a garantia das mais diferentes necessidades.

## Referências

- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros dos trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: CEJUP, 1998.
- ALENCAR, E. *Terra caída: encanto, lugares e identidades*. 2002. 245 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*. v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102/86>>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- ARAÚJO, M. Reconhecimento dos territórios tradicionais por meio de políticas de ordenamento fundiário e a ambientalização das lutas das comunidades tradicionais de Juruti Velho, Juruti, Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-514-466-20100829214451.pdf>>. Acesso: 10 jul. 2018.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo*, v. 13, n. 38, p. 5-37, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001)>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/UFGA-NAEA, 1997.
- CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. In: *ADERNOCRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, 2012.
- CASTRO, M. *Grandes projetos na Amazônia e comunidades tradicionais: o caso da mineração de bauxita no PAE Juruti Velho*. 2010. 123 f. Trabalho de Conclusão (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. *Mineração e reestruturação espacial da Amazônia*. Belém: Naea, 2007.
- DAL POZ NETO, J. Dinheiro e reciprocidade nos Cinta-Larga: notas para uma economia política na Amazônia meridional. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 11-23, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fchf/article/view/11170>>. Acesso: 16 mai. 2019.
- DEMEDA, K. *Quanto vale uma “onça”?* Os significados das relações entre os brasileiros e as paisagens na região do Tapajós, Oeste do Pará. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- DEMEDA, K.; CARVALHO, L. G. Os *royalties* da mineração e o sistema da dádiva em Juruti Velho – Juruti, Pará. *Papers do Naea*, Belém, n. 378, p. 3-23, 2018.
- FRIEDBERG, E. *Le pouvoir et la règle*. Paris: Seuil, 1993.
- GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38. p. 39-42, out. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-690919980003&script=sci\\_issuetoc](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-690919980003&script=sci_issuetoc)>. Acesso em: 7 abr. 2017.
- GODELIER, M. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GORDON, C. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: Unesp/ISA; Rio de Janeiro: Nuti, 2006.

- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.
- HARRIS, M. *Life in the Amazon*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C. MURRIETA, R.; NEVES, W. (Ed.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOWARD, C. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (Org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Unesp, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico*, 2010. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- LIMA, D. M. *O caboclo amazonense: um estudo de antropologia econômica na microrregião Solimões-Japurá*. Belém: Departamento de História e Antropologia/UFPA. Manuscrito, 1987.
- LOPES, O. C. *Conflitos socioambiental e (re)organização territorial: mineradora ALCOA e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti*. 2012. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- LOPES, O. C. *Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental*. Belém: NUMA/UFPA, 2016
- MACHADO, J. S. *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de trocas no delta amazônico*. 2012. 350 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MALINOWSKI, B. *Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARIALVA, D. *Novas dinâmicas territoriais na Amazônia: desdobramentos da mineração de bauxita em Juruti-PA*. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MARTINS, P. H. A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 162-196, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/68265>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

- MARTINS, P. H. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais: itinerários do dom. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 105-130, fev. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100007)>. Acesso em: 9 mai. 2017.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a *dádiva*. *Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MONTEIRO, M. R. M. *A democratização da sociedade: participação das organizações da sociedade civil – experiências em Juruti Velho, PA*. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- NUGENT, S. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Ed.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.
- PISSOLATO, E. Trabalho, subsistência e dinheiro: modos criativos na economia Mbya (guarani) contemporânea. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 22, n. 45, p. 105-125, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v22n45/0104-7183-ha-22-45-0105.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- PORTELA, E. M. *Mineração em Juruti: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável*. 2017. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.
- RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. S. *Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro*. São Luís: Edefma, 2015.
- REZENDE, R. S. Características das relações de ajuda na Amazônia brasileira: apontamentos a partir do estudo dos habitantes da bacia do rio Tejo, Acre. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 491-518, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v23n2/1678-4944-mana-23-02-00491.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- SABOURIN, E. *Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporânea*. *Tomos*, São Cristóvão, n. VII, p. 75-103, 2004. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/323220553\\_Dadiva\\_e\\_reciprocidade\\_nas\\_sociedades\\_rurais\\_contemporaneas](https://www.researchgate.net/publication/323220553_Dadiva_e_reciprocidade_nas_sociedades_rurais_contemporaneas)>. Acesso em: 7 mai. 2019.
- SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/22435>>.

Acesso em: 6 abr. 2017.

SILVA, E. C. L. *A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia*: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauaru no município de Tabatinga/AM. Manaus: Ufam, 2007.

SILVA, J. P.; SILVA, C. N. Juruti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração. *GEOgraphia*, Niterói, v. 18, n. 36, p. 128-148, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13746/8946>>. Acesso: 8 set. 2017.

SILVA, L. J. S. *Natureza capitalista versus natureza orgânica*: o advento da Alcoa e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo Amazonas. 2014. 279 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica*: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

WOORTMANN, K. “*Com parente não se neguecia*”: o campesinato como ordem moral. Brasília: UNB; Tempo Brasileiro, 1990.

ZHOURI, A; BOLADOS, P; CASTRO, E. (Orgs.). *Mineração na América do Sul*: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

ZHOURI, A et al. (Org.). *Mineração*: violências e resistências – um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.



# **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**





# DILEMAS DO AUTORRECONHECIMENTO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA

Raquel Araújo Amaral

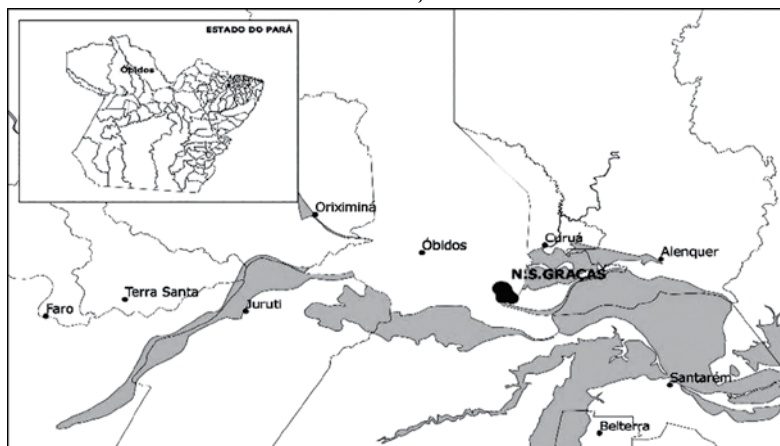
### Introdução

Comunidade peculiar da Amazônia, situada no ambiente de várzea sobre a qual as águas pluviais do Amazonas avançam anualmente por todas as suas extremidades deixando seu solo totalmente submerso: assim é Nossa Senhora das Graças. Reconhecida pelo Estado Brasileiro como comunidade remanescente de quilombo, ela está localizada no município de Óbidos, estado do Pará (Figura 1). A inspiração para pesquisar sobre as complexidades do seu reconhecimento territorial nasceu da necessidade científica de aprofundar estudos dos quais participei na qualidade de servidora do Instituto de Colonização e Reforma Agrária visando à elaboração do relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) da referida comunidade nos anos de 2014 e 2015.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Na qualidade de servidora pública federal, desenvolvendo minhas funções no Incra desde março de 2013. Lotada no Serviço Quilombola desta autarquia, participei a ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR30/STM nº 07/2014, cuja atribuição era elaborar o relatório técnico de identificação e delimitação (RTID), produção técnica indispensável à instrução e à condução de um processo administrativo de regularização fundiária quilombola. Nesta ordem de serviço coube a mim a responsabilidade de elaborar o relatório antropológico desta comunidade. Peça técnica inaugural do RTID, que objetiva caracterizar o grupo social e o território por ele reivindicado, dando ênfase à sua trajetória histórica e às expressões da sua territorialidade.

**Figura 1.** Localização da comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças.



Fonte: Paulo Caldeira.

Ao final dos estudos conduzidos por uma equipe técnica multidisciplinar, formada por antropólogas, engenheiros agrônomos, topógrafos, engenheiros cartógrafos e bacharéis em direito, foram geradas várias peças técnicas com o objetivo de atender as exigências legais contidas na instrução normativa do Incra nº 57/2009, que define os perfis de informações necessárias ao conjunto de peças técnicas que compõem o RTID: relatório antropológico, cadastro quilombola, relatório agroambiental, levantamento fundiário, parecer jurídico, planta e memorial descritivo do território pleiteado pelos comunitários. Concluídos os trabalhos previstos na ordem de serviço, restaram inquietações que mereciam ser abordadas e aprofundadas sob o prisma da investigação científica com fins acadêmicos, haja vista a inconveniência de seu detalhamento dentro do RTID. Ressalta-se que o objetivo específico dessa produção técnica é o de cumprir um procedimento administrativo que poderá culminar na concessão, à comunidade interessada, de um título definitivo pró-indiviso de caráter coletivo,

com cláusulas de inalienabilidade, indivisibilidade e de impenhorabilidade do imóvel.

As inquietações apontavam para a necessidade de estudar com profundidade um aspecto específico do processo de delimitação do território quilombola, que remetia ao embrolho gerado pelo ordenamento fundiário executado pelo Incra na região denominada Paraná de Baixo, onde está localizada Nossa Senhora das Graças. Nessa região foram criados vários assentamentos agroextrativistas em 2006, Nossa Senhora das Graças foi incluída no perímetro do assentamento agroextrativista Três Ilhas contra a sua vontade e à revelia do processo de regularização quilombola que já havia sido deflagrado. A partir de então, teve início um acentuado processo de organização, mobilização e formação de estratégias por parte das famílias quilombolas para negar pertencer ao assentamento.

É exatamente esse processo, cuja temporalidade extrapola a do RTID, que será abordado neste estudo, cujas pesquisas ocorreram no contexto da elaboração da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, sob o título: “Quilombo sim, assentamento não: o processo de reconhecimento territorial de uma comunidade quilombola na Amazônia”.

O foco da análise é compreender certas particularidades apresentadas por Nossa Senhora das Graças, ou seja, é analisar o que, na perspectiva da comunidade a leva a insistir na opção pela titulação de um território quilombola – que é categoricamente negada e, posteriormente, postergada pelo Incra –, e resistir à implementação de um assentamento agroextrativista que, em curto prazo, garante a regularização fundiária da área que ela ocupa. Em outras palavras, deseja-se saber o que está em jogo, para a comunidade, na opção por uma e não outra

modalidade de regularização fundiária na área reivindicada pelos moradores de Nossa Senhora das Graças. Para tanto, serão detalhadas: a formação do discurso em torno da afirmação da identidade étnica e do pleito de regularização fundiária dos comunitários de Nossa Senhora das Graças; a identificação das perspectivas material e simbólica sobre o território pleiteado pelos comunitários de Nossa Senhora das Graças e a mobilização/organização social dos moradores de Nossa Senhora das Graças diante da sobreposição territorial com o assentado PAE Três Ilhas.

Para a consecução destes objetivos, realizou-se uma pesquisa etnográfica, na medida em que as observações em campo apontam para o “ponto de vista do nativo” (MALINOWSKI, 1976, p. 37) como forma de compreender a representação do grupo e esclarecer as razões práticas e simbólicas que dão sustentação ao pleito de titulação da comunidade Nossa Senhora das Graças como território quilombola. Assume-se, neste sentido, que a realização da etnografia implica presença com reflexão sistemática sobre o que se vê e ouve em campo (OLIVEIRA, 2000), inclusive como forma de reelaborar problemas e teorias da pesquisa.

No empreendimento etnográfico foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisa e fontes de informações, tais como: observação participante e entrevistas individuais livres e semiestruturadas (gravadas em mídias de reprodução de voz e imagens). Em paralelo às atividades de campo, foi realizada uma pesquisa documental, junto aos processos administrativos de regularização fundiária do assentamento agroextrativista Três Ilhas, de regularização fundiária quilombola de Nossa Senhora das Graças e na biblioteca municipal de Óbidos, com o objetivo de alcançar uma visão holística sobre os procedimentos que culminaram com a implementação de políticas fundiárias na várzea do Baixo Amazonas, especialmente na região do Paraná de Baixo, em Óbidos.

Por fim, a opção pelo empreendimento etnográfico, ampara-se na crença de que a etnografia é, também, um gênero de discurso ou modo textual de representação do outro, o qual envolve, em grande medida, o exercício de tradução de experiências de campo em narrativas escritas (CLIFFORD, 2008; GEERTZ, 2009).

### **Dimensão simbólica do território**

Os institutos de terras nas diferentes unidades federativas do Brasil surgiram na segunda metade do século XX com os objetivos de conter os conflitos associados a disputas por terra, promover o acesso ordenado à terra para segmentos mais amplos da população e gerir o patrimônio público (BENATTI et al., 2008). Desde então e até o presente, considerando a realidade fundiária vivenciada no país, esses objetivos continuam distantes de serem alcançados, demandando, ainda, a implementação de políticas públicas que, de forma objetiva, ordenem e ampliem o acesso à terra por diferentes grupos sociais dotados de territorialidades específicas. Nesta linha de raciocínio, Little (2002, p. 3) adverte que:

Até recentemente, a diversidade fundiária do Brasil foi pouco conhecida no país e, mais ainda, pouco reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro. [...], a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial.

Na contramão desse entendimento, a realidade é que o Brasil é extremamente desigual no que se refere à organização e à distribuição social das propriedades no território nacional, configurando uma estrutura agrária concentradora e não democrática.

Na Amazônia Legal, especificamente, constata-se uma efetiva desordem fundiária, haja vista a incerteza, por parte do governo, em

relação à situação jurídica e à dominialidade das terras. Em publicação do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Barreto et al. (2008, p. 50) informam que as terras na Amazônia brasileira estão distribuídas da seguinte forma: “4% são terras privadas que têm cadastro validado pelo Incra; 21% são supostamente públicas, fora de unidades de conservação; 43% são áreas protegidas e 32% são supostamente privadas sem validação de cadastro”. Frisa-se que a palavra “supostamente” foi empregada por duas vezes, acompanhada dos dados estatísticos, para enfatizar que paira incerteza sobre a situação dominial de 53% das terras localizadas nesta região.

Diante desse cenário conturbado, o governo federal empreendeu nos anos 2000, uma política de regularização fundiária que compreende ações administrativas visando à regularização de posses e ocupações na Amazônia. Nesse sentido, em 2005 foi criado o projeto Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia, sob a coordenação da SPU, e, em 2009, foi instituído o Programa Terra Legal,<sup>2</sup> coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e, mais recentemente pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). Além disso, resta às unidades do Incra dentro da circunscrição amazônica a missão de promover a regularização fundiária por meio da criação de assentamentos e de fazer a titulação das terras ocupadas por grupos autodeclarados remanescentes das comunidades de quilombos.

No entanto, a partir de 1º janeiro de 2019, essa configuração de competências instituída para órgãos fundiários na Amazônia sofre profundas alterações, haja a vista a edição de uma Medida Provisória pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro, segundo a qual a demarcação

---

<sup>2</sup> Criado e através da Lei nº 11.952/2009. Planejado para vigorar por cinco anos, podendo este prazo ser renovado por igual período.

de terras indígenas, quilombolas, regularização fundiária individual e a condução da política de reforma agrária passa a ser de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Incra. Ainda permanecem obscuros os procedimentos que serão adotados pelo MAPA para atender as especificidades das demandas fundiárias dos diferentes povos tradicionais assentados no território brasileiro, que lutam pela titulação de seus territórios, à semelhança das comunidades quilombolas instaladas em diferentes espaços geográficos: de terra firme e de várzea.<sup>3</sup>

O conceito analítico território é polissêmico. Há diversos agentes formadores de territórios, que os elaboram a partir das intervenções neles praticadas, atribuindo-lhes significados e criando relações de pertencimento. No bojo deste debate faz-se necessário diferenciar conceito correlatos que, por vezes, causam ruídos de entendimento. Para tanto, evoca-se ao debate alguns teóricos para discorrer sobre espaço, território, territorialidade.

Raffestin (1993, p. 143) produz uma reflexão interessante ao chamar atenção para a anterioridade do espaço em relação ao território. Pensar o território a partir do espaço é ressaltar o protagonismo de sujeitos, que por meio de suas ações cotidianas territorializam o espaço em que vivem, destaca o autor: “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. No processo de apropriação do espaço, o agente o aprisiona e impõe-lhe demarcações, fronteiras, limites e representações êmicas que indicam os contornos do território que institui como seu. Por ser constituído a partir das relações sociais,

---

<sup>3</sup> “A várzea é um fenômeno natural que sofre influência de fatores hidrográficos, climáticos, edáficos e florísticos. Devido a esses fatores e à variável de tempo de permanência da inundação em cada área, têm-se características ecológicas e de uso dos recursos naturais distintas para cada região da Amazônia”. (BENATTI, 2016, p. 19).



econômicas e culturais, o território é, por excelência, um espaço de exercício de poder erigido, na maioria dos casos, sob relações assimétricas que reverberam em diferentes territorialidades ancoradas em processos de territorializações diversas.

Ao apropriar-se do espaço e territorializá-lo através do trabalho, do emprego de energias, das práticas religiosas e culturais, os indivíduos fazem dele seu lugar vivido e através de suas experiências o constroem e desenvolvem por ele sentimento de pertencimento e de identificação, reportando-se a ele como o “o meu lugar, minha terra, minha casa”. O sentimento de pertencimento que o indivíduo manifesta é sua expressão da territorialidade, construída através do tempo de vivência no lugar. O sentido atribuído à territorialidade evidencia as relações estabelecidas no espaço vivido de forma individual, em referência a um coletivo ao qual pondera pertencer e comungar de uma mesma cultura.

A ênfase empreendida ao território, neste estudo, privilegia a concepção antropológica que pensa o território em sua “dimensão simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 37), segundo a qual o território é concebido como “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”, que é condição para sua reprodução em todas as dimensões da vida, tais como: sociocultural, religiosa, econômica, entre outras. Alinhada a essa acepção, a antropóloga Ilka Boaventura Leite (1991, p. 43) concebe o território como:

Um espaço demarcado por limites, reconhecido por todos que a ele pertencem, pela coletividade que o conforma, um tipo de identidade social, construído contextualmente e referenciado por uma situação de igualdade na alteridade. O território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria existência do social. Enquanto tal, pode ser visto como parte de uma relação, como integrante de um jogo. Desloca-se, transforma-se, é criado e recriado, desaparece, reaparece. Como uma das peças do jogo da alteridade,

é também principalmente contextual. No caso dos grupos étnicos, a noção de território parece ser tão ambígua como a própria condição dos grupos e talvez seja justamente o que acentua seu valor defensivo.

Em consonância e complementação às abordagens sobre o território, Little (2002, p. 3) define a territorialidade como o “esforço coletivo de um grupo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu território”. Nos enfoques destacados, ao território é atribuído o sentido de que ele resulta de processos históricos e políticos dos distintos agrupamentos humanos, os quais, por meio de suas vivências, constroem territorialidades que apontam para as fronteiras e para a espacialização de seu território.

### **Formação do discurso em torno da afirmação da identidade étnica e do pleito de regularização fundiária dos comunitários de Nossa Senhora das Graças**

A partir dessas reflexões, procura-se entender: Por que a regularização fundiária por meio de um assentamento agroextrativista não responde às necessidades de constituição/reconhecimento territorial de Nossa Senhora das Graças? Considerando que, tanto o assentamento agroextrativista quanto o território quilombola são organizados sob a lógica do uso comum do solo e dos demais recursos naturais disponíveis, indaga-se então: O que o território quilombola protege ou assegura que o assentamento não dá conta de proteger e assegurar? O que as famílias quilombolas recusam-se a compartilhar com aliados ou parentes do assentamento agroextrativista?

No bojo dos debates, a noção de compatibilidades equívocas empregada por Viegas (2007) poderá enriquecer as discussões e contribuir com o entendimento a respeito das sobreposições de territorialidades

envolvendo o Estado Brasileiro, os assentados do PAE Três Ilhas e os quilombolas de Nossa Senhora das Graças, tendo por base as relações assimétricas de poder estabelecidas entre estes agentes. O Estado, detentor do poder de mando, concebe o território de várzea em questão como um bem da União (Art. 20 da Constituição Federal), e, como tal, a ela cabe dar-lhe uma destinação através de um órgão fundiário. Este, ao fazê-lo, incorre em equívocos, uma vez que pauta sua ação na concepção de que não existe diferença entre promover o ordenamento territorial por meio da criação de assentamentos agro-extrativistas e de titular comunidades quilombolas conforme prevê o Decreto nº 4.887/2003. E mais, no entendimento dos operacionalizadores das políticas públicas, as pessoas que fixam moradia às margens do rio são homogeneamente classificadas como ribeirinhas, como se esta fosse a única identificação possível para as pessoas que habitam a várzea. Nessa perspectiva, são destinadas terras públicas e delimitadas fronteiras sem levar em conta as diferentes formas de organização e significação que os grupos atribuem ao espaço e como se auto-definem coletivamente.

Aglutinar grupos heterogêneos, que possuem sentidos de espaço, de territorialidade e de pertencimento diferenciados sob um mesmo formato fundiário é problemático e danoso às pessoas envolvidas, podendo ser avaliado como um exercício degenerado de poder pelos agentes estatais, devido aos efeitos maléficos de longa duração ocasionados. Na acepção de Raffestin (1993, p. 58), “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (população, território e recursos). O território, então, é uma arena onde as relações de poder são travadas, no geral de forma assimétrica, devido aos campos de força desigualmente formados. Na relação assimétrica estabelecida no campo de forças, o Estado tende a levar vantagem, se os sujeitos sociais não

estiverem mobilizados para empreender a resistência compatível aos atos administrativos, seja no sentido de acatar ou de repudiar tais atos.

Os coletivos que manifestaram aspiração junto à autarquia fundiária de serem beneficiários da regularização fundiária por meio do assentamento agroextrativista denominado Três Ilhas autoclassificam-se como ribeirinhos. Então, partindo dessa identificação foi-lhes atribuído o formato de assentamento concebido nos gabinetes tecnocráticos para tal público específico. Em decorrência de serem vistos homogeneamente como ribeirinhos, as diversas comunidades foram aglutinadas e passaram a compor um único território com novo formato e nome. A partir de então, perante os órgãos públicos que operam o ordenamento fundiário e os que operacionalizam políticas públicas, as pessoas deixarão de ter como referência de moradia a comunidade para serem identificadas como moradoras do assentamento agroextrativista Três Ilhas, um espaço territorial mais ampliado.

A criação do assentamento modifica as relações de poder operantes em cada comunidade, anteriormente à criação do assentamento, cada comunidade tinha lideranças locais atuando no sentido de gerir situações desarmônicas surgidas localmente, valendo-se de relações sociais estabelecidas pela tradição. Com a criação do assentamento, essas lideranças continuaram a atuar, mas os inúmeros assuntos afeitos ao território passaram a ser tratados em uma arena ampliada de poder, exercido agora pela associação legalmente criada para representar o assentamento em todas as questões relativas ao seu território delimitado. Nessa nova configuração há um esvaziamento das funções e da autoridade das lideranças comunitárias, bem como uma dilatação do acesso a recursos naturais contidos em cada comunidade, os quais, antes, eram utilizados quase que exclusivamente pelos moradores locais.

Atribuir juízo de valor sobre o quanto essas mudanças foram positivas ou negativas para os ribeirinhos não constitui o objetivo deste

estudo, e esta exposição enseja apenas auxiliar na tentativa de compreender o que o território quilombola protege ou assegura que o assentamento não dá conta de proteger e assegurar. Assume-se que, em Nossa Senhora das Graças, existe um sentido e uma lógica própria de organização do espaço e de utilização dos recursos naturais disponíveis. Segundo as concepções locais, ser reconhecido como um nativo da comunidade requer a existência de vínculos de parentesco com uma das famílias que principiaram a formação da comunidade e que, além disso, o indivíduo não tenha se ausentado da comunidade para fixar moradia em outro local por um período de tempo prolongado.

Cada porção que compõe o perímetro da comunidade quilombola é assinalada por acontecimentos que fazem menção à memória coletiva e à maneira como os ancestrais espacializavam suas moradias e atividades produtivas, ao mesmo tempo que eram empreendidas no espaço as marcas de sua vivência, as quais remetem a uma origem comum presumida. Tendo como referência o fenômeno natural da subida e descida das águas fluviais, Nossa Senhora das Graças é subdividida em parte de cima (menos afetada no período da cheia) e parte de baixo (fortemente afetada no durante a cheia). Cada uma dessas porções apresenta outras subdivisões menores, cujas referências aludem aos processos de territorialização empreendidos pelos antepassados e que, na atualidade, ecoam na afirmação da territorialidade em torno da qual o grupo se assenta para reivindicar a defesa de seu território por meio da titulação definitiva das terras que tradicionalmente ocupam, na condição de remanescentes de quilombos.

As práticas interativas entre os moradores de Nossa Senhora das Graças são atualizadas nos locais onde fixam residências, plantam roças, praticam a pesca e a criação de animais. Em termos materiais, o que os comunitários tentam resguardar é a exclusividade que possuem sobre o uso dos recursos naturais existentes internamente e a persistência da

autonomia que têm na gestão do território espacializado em consonância com as vivências passadas e atualizadas por dinâmicas sociais próprias.

A parte de baixo, gênese do povoamento do território, apresenta uma divisão fundiária interna em três áreas principais: terras de Santa Maria, terras do Igarapé Miri e terras da Conceição. As terras de Santa Maria são assim denominadas em memória ao local habitado pela matriarca da comunidade (senhora Martinha Pinheiro de Azevedo), que era devota de Santa Maria. Na atualidade, esse local abriga a igreja, o barracão comunitário (que serve também de escola) e as residências dos parentes mais próximos à matriarca. De modo geral, as duas outras porções de terras abrigam a família Azevedo e os espaços de usos coletivo destinados à socialização de todos os habitantes de Nossa Senhora das Graças.

Na parte de cima, registra-se uma ocupação mais tardia do espaço e também um aglomerado mais distinto de famílias, as denominações das porções de terras fazem alusão a nomes de santos: São Francisco, São Carlos, Santo Antônio, Santa Clara, São Vicente e São Boa Boaventura. A ocupação destes lugares segue a mesma lógica da ocupação do espaço na parte de baixo da comunidade: relações de parentesco e compadrio.

Os limites de respeito são clarificados entre os moradores da comunidade quilombola ao ponto de as construções das residências, o plantio dos roçados e a criação de animais serem realizadas em consonância com a ordenação do uso do território, determinada pelos vínculos de parentesco e compadrio. Quando ocorre, por exemplo, de uma família precisar utilizar uma porção de terra da qual tradicionalmente não faz uso, necessariamente busca obter permissão da família que é reconhecida na comunidade como a detentora dos direitos tradicionais de uso daquele espaço, de modo que as disputas territoriais são minimizadas.

Essas regras não estão escritas nem registradas em suportes comumente utilizados para conservar a memória na contemporaneidade, mas são oralmente repassadas de geração para geração, de forma que cada um reconhece o seu direito e o direito do outro de usar o território em consonância com as territorialidades formadas pelos vínculos ancestrais. A regra é tão presente que, internamente, não existe área delimitada por cercas ou por qualquer contorno que indique a imposição de uma fronteira física entre os comunitários, à exceção das cercas utilizadas na pecuária para conter a movimentação do gado. A memória do grupo referente às ocupações ancestrais e à correspondente toponímia serve para balizar os limites que cada indivíduo se impõe na utilização do espaço. Por outro lado, há cercas divisórias separando o território quilombola e os vizinhos que não são autodeclarados como tal.

As peculiaridades encontradas em Nossa Senhora das Graças apontam para a preocupação em proteger um modo de vida *sui generis* presente na região do Paraná de Baixo, por isso, os comunitários mostram-se decididos a não pertencer ao assentamento, mesmo que esta decisão lhes traga consequências materiais desfavoráveis (vedação ao recebimento de créditos destinados ao público da reforma agrária). Seguem firmes na defesa da demarcação de suas terras como território de quilombola, recusando-se a compartilhar com aliados ou parentes seu modo próprio viver e de gerir seu torrão.

### **Luta pelo reconhecimento territorial: mobilizações e organização social**

Nossa Senhora das Graças é autodefinida como comunidade remanescente de quilombo, com presunção de ancestralidade negra relacionada a resistência à opressão histórica sofrida, conforme ressalta a legislação vigente. Em atenção a essa mesma legislação, em 27 de feve-

reiro de 2007 a comunidade recebeu a certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Em 21 de julho de 2004, os comunitários de Nossa Senhora das Graças requereram, junto ao Incra, a regularização fundiária das terras que ocupam, haja vista serem legalmente amparados pelo artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT), e pelo Decreto Presidencial nº 4.887/2003. A solicitação feita pelos comunitários de Nossa Senhora das Graças culminou com a abertura do processo nº 54501.000894/2004-58 pelo Incra, mas não logrou êxito junto ao órgão, pois nenhuma medida administrativa foi adotada no sentido de dar andamento aos estudos de RTID, que constituem o primeiro passo para a movimentação do processo.

Diante da inércia da autarquia, em 26 de novembro de 2006 os comunitários entregaram novo pedido de abertura de processo, com o mesmo conteúdo da solicitação anterior: regularização fundiária quilombola. Assim, foram abertos dois processos no Incra com numerações diferentes, mas com o mesmo objeto, e, em 2013 esses processos foram apensados um ao outro.

Concorrente a esses acontecimentos, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Óbidos peticionou junto ao Incra, em 22 de novembro de 2006, que fossem criados assentamentos na modalidade agroextrativista na região do Paraná de Baixo. A referida solicitação foi prontamente atendida pelo Incra, em 27 de novembro de 2006 com a publicação da Portaria nº 50, de 24 de novembro de 2006, que criou vários assentamentos, a exemplo do assentamento agroextrativista Três Ilhas, formado por nove comunidades: Auerana, Amador, Ilha da Capivara, Ilha do Carmo, Januária, Santana e São João, Nossa Senhora das Graças da Ilha Grande e Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo (que,



lembramos, requereu regularização fundiária quilombola por duas vezes ao Incra, em 2004 e em 2006).

Um dos fatos que causa surpresa na sequência de episódios relatados foi o tempo recorde em que a solicitação de criação do assentamento Três Ilhas foi atendida pelo Incra: do recebimento do pedido para criá-lo até ao ato de publicação da portaria de criação do assentamento no Diário Oficial da União, decorreram apenas cinco dias. Uma possível explicação para a rapidez com que se processaram estes acontecimentos está na necessidade institucional de cumprir metas governamentais que indicassem a elevação do número de famílias incluídas no programa nacional de reforma agrária. Haja vista, a grande expectativa dos movimentos sociais ligados à temática em torno da efetivação da política de democratização do acesso à terra durante a vigência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011).

A partir da inserção da comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças no perímetro do assentamento Três Ilhas, os comunitários perceberam que o ordenamento fundiário implementado divergia do ordenamento por eles almejado. Começaram então, uma longa e desgastante batalha para reverter a situação. De um lado estavam: o STTR de Óbidos, a Associação do Projeto de Assentamento do PAE Três Ilhas (APAETI) e as Divisões de Obtenção de Terras e de Desenvolvimento de Assentamentos do Incra, responsáveis pela implantação de políticas públicas no assentamento recém-criado. Do outro lado, os comunitários de Nossa Senhora das Graças imbuídos pelo desejo de afirmação identitária, recusando-se a pertencer ao perímetro do assentamento Três Ilhas, assumindo as consequências práticas e simbólicas dessa decisão.

No ínterim dos acontecimentos narrados, a Procuradoria Federal Especializada (PFE) sediada no Incra de Santarém foi instada a manifestar-se e emitiu a NOTA/PFE INCRA/SR(30) nº 89/2011, datada de

13 de dezembro de 2011, com a recomendação expressa de suspensão da criação do PAE Três Ilhas, na situação em que se encontrava, até que fosse elaborado o RTID para atender ao pleito quilombola e identificar a área requerida pelos comunitários.

Diante da recomendação da procuradoria, as famílias de Nossa Senhora das Graças ficaram em situação de dubiedade: por um lado, perceberam que o parecer acenava para um possível acolhimento de seu pleito territorial por parte do órgão fundiário; por outro lado, passaram a ser vistas pelos grupos interessados no assentamento agroextrativista como as responsáveis pela paralisação das atividades do Incra que implementariam políticas públicas no local. A sobreposição de interesses comunitários por formas de regularização fundiária diferentes colocou em campo de disputa, comunidades que tinham estilo de vida socioeconômica assemelhados e que gozam de relações sociais alicerçadas na amizade, compadrio e até mesmo no parentesco.

Harris (2006) chama a atenção para a dificuldade de classificar os diferentes coletivos que habitam a Amazônia sob uma única identidade, devido à heterogeneidade de povos e à complexidade dos contextos socioculturais presentes nesta vasta região. Alerta, também que é oportuno recusar a utilização do termo caboclo:

Por dois motivos. Primeiramente porque não é autoatribuído: é termo local pejorativo. Em segundo lugar, seu uso envolveria o entendimento do seu emprego histórico dos discursos de identidade nacional e regional [...]. Ao invés disso, utilizarei o termo ribeirinho [...]. Peço ao leitor que tenha em mente que existe tanto atributos históricos comuns, como variações ecológicas e etnográficas locais entre estas populações. (HARRIS, 2006, p. 87-88).

Na realidade, todo processo de classificação externa, que não passa pelo processo da autoatribuição, é arbitrário e incapaz de expressar a identificação identitária de coletivos que se pensam semelhantes ou

diversos em relação a outros. O ambiente de várzea, substrato desta pesquisa, aglutina grupos que se amparam em processos históricos de formação distintos e por conta disto assumem identidades ambivalentes. A diversidade presente coopera para que sejam encetadas bandeiras de lutas díspares, mas que aos olhos dos menos atentos figuram como nebulosas, fato que contribui para o cometimento de equívocos que frustram horizontes de expectativas e embaraçam o acesso a políticas públicas legalmente resguardadas.

Na tentativa de abarcar os discursos elaborados para afirmar a identidade étnica quilombola como prerrogativa para fazer jus a outro modelo de ordenamento fundiário, procurou-se mergulhar nas memórias coletivas do grupo com o objetivo ter acesso aos argumentos construídos que corroboraram para manter o grupo coeso ao processo de regularização quilombola, mesmo diante das propostas sedutoras às quais eram submetidos. Um argumento apelava para que os comunitários lembrassem de todo o envolvimento que tinham com as demandas quilombolas, principalmente para colocar em prática o direito constitucional de ter suas terras tituladas. Neste sentido, Manoel Azevedo, uma das lideranças mais expressivas de Nossa Senhora das Graças, destaca a história de luta coletiva de várias comunidades quilombolas dos municípios de Óbidos e Oriximiná, que sempre cultivaram relações de proximidade, devido tanto à diminuta distância geográfica entre esses municípios quanto à atuação de lideranças religiosas da Igreja Católica que agem no fortalecimento da fé religiosa quanto das reivindicações sociais dos grupos negros de ambas unidades municipais.

Entre os acontecimentos enfatizados pelos moradores de Nossa Senhora das Graças, que simbolizam o fortalecimento do movimento negro no Baixo Amazonas, está o primeiro Encontro de Raízes Negras realizado no quilombo Pacoval, localizado em Alenquer/Pará, no ano de 1988, com

o apoio e incentivo da Igreja Católica local, da professora Idaliana Marinho de Azevedo<sup>4</sup> e de organizações não governamentais simpatizantes do movimento negro. No regresso de Pacoval começaram as tratativas entre as comunidades quilombolas no sentido de formar associações que viessem a encabeçar a luta por titulação quilombola no Baixo Amazonas. Neste contexto, em julho de 1989 é fundada a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), voltada para representar as comunidades quilombolas de Oriximiná em todas as suas demandas, junto aos órgãos governamentais e/ou outras agências.

A criação da ARQMO serviu de inspiração para que outras associações também se constituíssem e viessem a dialogar com as instâncias burocráticas do Estado para garantir a implementação de políticas públicas asseguradas no ordenamento jurídico. Como expressão do pioneirismo desta associação, foi no município de Oriximiná que ocorreu a primeira titulação definitiva de um quilombo no Brasil, a comunidade de Boa Vista em 20 de novembro de 1995. Esse quilombo titulado se avizinha de outros: alguns já titulados e outros com processo de titulação em andamento, a exemplo de Alto Trombetas I e Alto Trombetas II.

Da aproximação com Oriximiná, as comunidades quilombolas de Óbidos iniciam o processo de formação de sua associação, também de alcance municipal e com a finalidade de absorver as demandas comunitárias e representá-las amplamente. Fruto deste anseio, em 1997, nasce a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB). Passados 30 anos da realização do primeiro de Encontro de Raízes Negras em Pacoval (em 1988), o evento volta a acontecer nesta comunidade, em sua 11ª versão, ocorrida nos dias 20, 21 e 22 de julho de

---

<sup>4</sup> Idaliana Marinho de Azevedo é professora aposentada em Óbidos e apoiadora do movimento negro, em 2002 coordenou e organizou o livro *Puxirum: memória dos negros do oeste paraense*.

2018, sob a temática central: “Do entrelaçar de nossas diferentes raízes, brota o rebento da esperança”.

Os quilombolas de Nossa Senhora das Graças explicitam um conjunto de argumentações marcadas por diferentes temporalidades para enfatizar o direito de terem o território quilombola titulado e para recusarem-se a pertencer ao PAE Três Ilhas. Para tanto, citam de forma enfática: os encontros dos quais participaram para formar as associações municipais ARQMO (1989) e ARQMOB (1997); a criação da Associação Remanescente de Quilombos da Comunidade Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo (ARQCONSGPAB), ocorrida em 23 de julho de 2013, e o fato de haverem recebido a Certidão de Autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares em 2007. A fala da anciã Osvaldina Azevedo, em entrevista concedida em 24 de outubro de 2018, reflete o entendimento coletivo dos comunitários a este respeito: “estamos dentro da luta quilombola até morrer” (informação verbal).

O senhor Manoel Azevedo destaca o momento de pressão vivenciada, quando os assentados tomaram conhecimento de que a recusa de Nossa Senhora das Graças em compor o assentamento, culminaria com a paralisação das ações do Incra no PAE. Estes fatos ocorreram antes que o Serviço Quilombola reunisse com as famílias quilombolas para registrar em ata seu posicionamento. Já estava um cerco, afirma Azevedo:

Não nos perguntaram nada, não nos consultaram, nos colocaram de imediato. Quando vieram aqui. Nós dissemos que não queríamos. Vieram atrás de nós só para dizermos o sim, trouxeram um documento para nós assinar dizendo que ficaríamos no assentamento e nós nos recusamos, não assinamos e dissemos que nós éramos quilombola. Mas já estava um cerco, nós ficamos dentro, depois eles vieram conversar com nós, não! Nós não queremos! Quem foi que disse lá foi eu: olha nós não aceitamos! (informação verbal).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Manoel Azevedo: Entrevista concedida em setembro de 2017.

Na mesma sequência de raciocínio, o professor Leosivaldo, em entrevista concedida em setembro de 2017, registra a situação dúbia das famílias quilombolas ante a situação de conflito que se instalou: “foi mais ou menos assim, as entidades que nos representam nos apoiavam para que continuássemos em nossa luta como quilombola. E eles [lideranças do assentamento] estavam tentando nos convencer a ser ribeirinhos para o processo deles não parar”.

Em meio ao cenário de disputas em novembro de 2011, dois servidores do Serviço Quilombola, deslocaram-se para Nossa Senhora das Graças com o objetivo de ouvir e registrar a decisão dos comunitários em relação a sobreposição territorial. Durante a reunião os presentes expressaram a insatisfação por terem sido incluídos no assentamento e afirmaram que, primeiramente, deveria ser delimitada a área quilombola para depois dar prosseguimento às ações no assentamento. Decisão que foi registrada em ata e, posteriormente, serviu de base para que a Procuradoria Federal Especializada (PFE) sediada no Incra de Santarém recomendasse por meio da NOTA/PFEINCR/SR(30) n° 89/2011, datada de 13 de dezembro de 2011, que fosse suspensa a criação do PAE Três Ilhas, na situação em que se encontrava, até que fosse elaborado o RTID para atender ao pleito quilombola e identificar a área requerida pelos comunitários.

A partir do momento em que o Incra oficialmente suspendeu suas ações no assentamento com o objetivo de proteger o território quilombola e reparar os danos causados, o processo de regularização quilombola sai da situação de invisibilidade no qual se encontrava para figurar entre as ações que necessitavam ser atendidas. Para serem notados pelo órgão fundiário, os moradores de Nossa Senhora buscaram amparo junto à ARQMOB, a outras comunidades quilombolas da região e a organizações da sociedade civil que militam em favor da causa quilombola. En-

tão, quando questionados sobre que forças os impulsionavam para que em um cenário de disputas se mantivessem firmes no propósito de não integrar o assentamento, foram unânimes em responder que a união e a convicção de que pertencem aos negros foram determinantes para não abandonarem a luta quilombola e por conta disso, a decisão do grupo é “ficar dentro da luta quilombola até morrer”.

### **Considerações finais**

As feições etnográficas da pesquisa ressaltam a importância de estudar as dinâmicas vividas por grupos negros para registrar as especificidades das lutas travadas em seu cotidiano e das estratégias que utilizam com a finalidade de lograr êxito em suas demandas. Outro subsídio trazido por esta pesquisa são os dados etnográficos gerados sobre populações negras residentes na várzea da Amazônia. Tais dados, colocam em debate a tendência de pensar a várzea de forma homogênea e/ou por meio de marcadores de identidades convencionais, como a “ribeirinha” (HARRIS, 2006, p. 85). Os moradores de Nossa Senhora das Graças, nos provocam a olhar este espaço como diverso, ambivalente e aglutinador de diferentes identidades étnicas elaboradas no decorrer do tempo. Memoram a ocupação histórica que fazem do território, com referência à cosmografia empreendida pelos antepassados, demonstrada em termos práticos pelas especificidades de uso do solo e dos recursos naturais, como forma de assinalar para as comunidades vizinhas e para o órgão fundiário os limites do território pleiteado pelo grupo. Ainda, elaboram no plano discursivo, uma narrativa que aponta para uma origem comum presumida, sendo tal narrativa corroborada pelos registros produzidos no município de Óbidos sobre a formação de comunidades quilombolas, a exemplo do livro *Puxirum*, que faz menção à matriarca de Nossa Senhora das Graças, Martinha Pinheiro

de Azevedo, como moradora do Paraná de Baixo que detinha o poder de conceder autorizações para que pessoas edificassem moradia em determinados locais nesta região.

A situação emblemática vivenciada pela comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças chama atenção pela sequência de atos lesivos praticados pelo órgão fundiário responsável por promover o ordenamento territorial na região. A extensão dos danos causados é de difícil mensuração, pois além de violar direitos assegurados na Constituição Federal, o órgão colocou em campos opostos de disputas comunidades que historicamente cultivam relações sociais orientadas pela solidariedade e cooperação. No cenário das disputas, a comunidade quilombola foi submetida à situação de isolamento social devido à sua recusa em pertencer ao assentamento agroextrativista e à sua afirmação étnica como comunidade remanescente de quilombo.

Assim, a unificação da narrativa do autorreconhecimento, a união dos moradores de Nossa Senhora das Graças e o acionamento de comunidades e associações parceiras da luta por titulação quilombola constituíram-se na estratégia matriz da qual o grupo lançou mão para obter reconhecimento étnico e delimitação de seu território. O uso dessa estratégia corroborou para que o grupo saísse da situação de invisibilidade social na qual estava imerso para despontar como grupo distinto e beneficiário de políticas públicas especiais. O conjunto de triunfos logrados pelos moradores de Nossa Senhora das Graças materializou-se devido à sua persistência e resiliência.

Mesmo quando o diagnóstico dava conta de que a luta estava perdida, o grupo apoiava-se coletivamente para continuar afirmando-se como grupo étnico dotado de direitos específicos, pois entendia que ser reconhecido como ribeirinho o colocava em situação de subordinação e de inferioridade em relação às



comunidades do Paraná de Baixo, ao mesmo tempo em que o afastava da relação de afinidade cultivada com sua ancestralidade. Alinhado ao defendido por Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 163) na recusa em pertencer ao assentamento, os comunitários preservavam os “símbolos eleitos como marcadores de pertença que remete à origem comum presumida, que direciona para a afirmação de sua identidade étnica”.

Todos os entrevistados evidenciaram a importância que o território tem para eles, a salvaguarda deste valor está ligada à implementação da titulação definitiva de suas terras como comunidade quilombola, pois assim, no entendimento intracomunitário, agirão no sentido de resguardar sua vivência e de rememorar os vínculos com os ancestrais. A distintividade operante em Nossa Senhora das Graças, exacerba-se no modo vida peculiar como gerem e espacializam seu território; no modo como identificam-se – “somos quilombolas” – e na origem comum presumida, que relaciona a gênese da comunidade à figura de sua matriarca: Martinha Pinheiro de Azevedo. Por apresentar tais peculiaridades, aceitar pertencer ao assentamento PAE Três Ilhas teria o significado prático de rompimento com os vínculos ancestrais e com os aliados coetâneos que comungam da mesma identidade étnica.

## Referências

BARRETO, P. et al. *Quem é o dono da Amazônia? Uma análise do recadastramento de imóveis rural*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

BENATTI, J. H. et al. Questão fundiária e sucessão da terra na fronteira oeste da Amazônia. *Novos cadernos NAEA*, Belém, v. 11, n. 2, p. 85-122, 2008.

\_\_\_\_\_. Várzea e as populações tradicionais: a tentativa de implementar políticas

- públicas em uma região ecologicamente instável. In: ALVES, F. (Org.). *A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia*. Brasília: IPEA, 2016. p. 17-29
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 nov. 2003.
- CALDEIRA, P. Mapa de localização de Nossa Senhora das Graças. Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-SR30). Santarém/PA, 2017.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- GEERTZ, C. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org.). *Sociedade caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.
- LEITE, I. B. Territórios negro em área rural e urbana: algumas questões. In: FREIRE, M. de L. B. D. L. et al. *Cadernos Textos e Debates do NUER: Terras e Territórios Negros*. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 39-46.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, Brasília, p. 251-290, 2002. Disponível em: <[http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuário\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_paulittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuário_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paulittle.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Pensadores).
- OLIVEIRA, C. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.
- POUTIGNAT, F.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 2011.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- VIEGAS, S. de M. *Terra calada: os Tupinambá na mata atlântica do sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.



# COMUNIDADES QUILOMBOLAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO DO RIO TROMBETAS: CONTRADIÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO

Ana Carolina Vitório Arantes  
Raiana Siqueira Mendes  
Luciana Gonçalves de Carvalho

### Introdução

A compatibilização da conservação da natureza com as necessidades de reprodução material, social e cultural de populações locais afetadas por Unidades de Conservação (UC) é um complexo desafio enfrentado em todas as regiões do Brasil, acentuadamente na Amazônia. Nessa região, as disputas territoriais encenadas entre Estado e povos e comunidades tradicionais revelam profundas contradições entre interesses, objetivos, cosmovisões, lógicas de apropriação e usos da terra e dos recursos naturais que caracterizam os diferentes atores, frequentemente instituídos como partes em litígios judicializados. Como Carvalho e Silva (2017, p. 167) destacaram, a complexidade desses embates é “agravada por abordagens muito distintas da legislação ambiental e, ainda, por choques com outros direitos quando essa última é aplicada”.

O caso delimitado como objeto de análise neste artigo envolve a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II (ACRQAT), que representa cerca de 1.500 pessoas residentes em oito comunidades localizadas às margens do rio Trombetas, no noroeste do Pará, e a União, por sua vez representada pelos seguintes órgãos: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das UC incidentes no referido

território quilombola (TQ); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável pelo processo de titulação do TQ; e Fundação Cultural Palmares (FCP), cujas atribuições incluem a emissão de certidões de reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil.

Enquanto as comunidades quilombolas apoiadas pelo Incra e pela FCP buscam efetivar o direito constitucional à propriedade definitiva do território que ocupam<sup>1</sup>, cuja extensão é de 189.657,8147 ha, o ICMBio defende a manutenção dos limites de duas UC federais que abrangem a totalidade da área: a Reserva Biológica do Rio Trombetas (RBRT) e a Floresta Nacional de Saracá-Taquera (FNST), ambas criadas na segunda metade do século XX. A sobreposição territorial entre as UC e o TQ é motivo de conflitos históricos entre as comunidades locais e os órgãos ambientais federais, inclusive com relatos de violência e abuso de autoridade por parte destes últimos.

No que se refere à titulação do TQ, conforme processo administrativo instaurado em 2004, tal sobreposição consubstancia um impedimento legal que tem mobilizado tanto as comunidades quanto diferentes instituições públicas. Trata-se, pois, de um caso clássico de disputas entre o Estado e as comunidades quilombolas, mas também de contendas encenadas no âmbito do próprio Estado, tal qual Mota (2001) encontrou na Ilha de Marambaia, onde o processo de reconhecimento de um território quilombola esbarrou na resistência da Marinha, deflagrando uma disputa judicial entre órgãos da administração federal.

---

<sup>1</sup> O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ACDT) nº 68 assegura às comunidades remanescentes de quilombo a propriedade das terras que ocupam, bem como atribui ao Estado o dever de emitir os títulos respectivos definitivos. O Decreto nº 4.887/2003 regulamenta o processo de identificação, delimitação e titulação territorial previsto na Constituição. A Instrução Normativa (IN) do Incra nº 57/2009 institui os procedimentos administrativos que integram o referido processo.

O objetivo deste artigo é apresentar e comentar os modos como o ICMBio e a associação quilombola têm lidado, nos últimos anos, com o conflito instaurado pela sobreposição territorial que ameaça os interesses de ambas as partes. Uma sucessão de negociações entre ambas teve início em 2017, em decorrência de uma sentença judicial proferida dois anos antes, a qual obrigou a União a dar andamento ao processo de titulação do território quilombola, aberto em 2004. No cerne da questão judicializada está a sobreposição das áreas ocupadas pelas comunidades e pelas UC, que impede a titulação.

Pautado na legislação relativa a essas áreas protegidas, que revisaremos na segunda parte do texto, o órgão ambiental propõe uma abordagem eminentemente técnica e administrativa do problema. Por outro lado, as comunidades quilombolas, cujo histórico de resistência à opressão é recuperado na terceira sessão do artigo, demandam soluções políticas inovadoras para um pleito motivado por direitos assegurados no país. Algumas notas sobre os instrumentos acionados pelo Estado brasileiro nessa lide deixam clara a insuficiência de seus dispositivos, alegada nas considerações finais.

### **Disputas técnicas e políticas no campo da conservação da natureza**

Na passagem entre os séculos XX e XXI, as discussões que antecederam a promulgação da Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), reavivaram a divisão – surgida nos Estados Unidos cerca de duzentos anos antes – entre correntes preservacionistas e conservacionistas no movimento pelo meio ambiente. Em suma, essas correntes são caracterizadas, respectivamente: pela defesa da manutenção de ambientes naturais supostamente intactos e livres da presença humana; e pela defesa

da utilização dos recursos naturais em moldes racionais que permitam conservá-los. Em outras palavras, enquanto o preservacionismo postula a incompatibilidade entre seres humanos e natureza, o conservacionismo<sup>2</sup> pressupõe que comunidades humanas que vivem em estreito contato com a natureza estabelecem com ela uma relação diferenciada: visto que dependem diretamente de recursos naturais para a própria sobrevivência, fazem deles usos compatíveis com a manutenção do ecossistema (BARBOSA, 2013). Na prática, essas vertentes de pensamento orientam ações políticas desiguais quanto à proteção de áreas naturais e à presença humana nessas áreas.

De acordo com Ferreira (2004), embates encenados em audiências públicas, reuniões técnicas e seminários realizados entre organizações não governamentais e agências governamentais alongaram por 12 anos o processo de tramitação da Lei do SNUC, que ainda recebeu muitos vetos e críticas, a despeito de acordos previamente estabelecidos para sua aprovação. Basicamente, ela define as UC como espaços protegidos com objetivos de conservação ambiental e passa a regulamentar tanto a criação quanto a gestão dessas áreas, inclusive daquelas demarcadas antes da referida lei.

Fortemente influenciada pelas antagônicas percepções da relação sociedade-natureza (PECCATIELLO, 2011), a Lei do SNUC divide as

---

<sup>2</sup> A posição conservacionista é endossada por diversos autores, entre os quais citamos: Arruda (2000), Balée (1989), Colchester (1997, 2000), Diegues (2001), Gómez-Pompa e Kaus (2000), Toledo e Barrera-Bassols (2015), e West et al. (2006), para os quais a natureza em estado puro não existe. A respeito de áreas habitadas historicamente por comunidades locais, como o Trombetas, eles argumentam que são justamente tais comunidades que as mantêm florestadas e com alta biodiversidade, graças a sistemas de manejo de baixo impacto, ligados a modos de vida tradicionais. A própria International Union for Conservation of Nature (IUCN) adota uma definição de área protegida que considera a associação entre os recursos naturais e culturais, bem como sua relevância econômica (BRITO, 2008; PELLIZZARO et al., 2015).

UC em dois grandes grupos: as de proteção integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos; e as de uso sustentável, que buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parcela de seus recursos naturais. No primeiro grupo, a Reserva Biológica (Rebio) é a categoria de UC mais restritiva quanto à presença humana, pois não permite sequer a visitação pública, em razão de seu objetivo de preservação integral da biota e dos atributos naturais existentes em seus domínios. No segundo grupo, a Floresta Nacional (Flona) mira a conservação da natureza aliada aos usos múltiplos dos recursos florestais de maneira sustentável, admitindo a permanência das populações tradicionais que a ocupem antes do respectivo ato de criação.

Historicamente, populações como os quilombolas do Trombetas, que vivem no entorno e/ou no interior de UC, têm sido tratadas como ameaças e obstáculos à conservação dos recursos naturais, em função de sua capacidade de alterar os ecossistemas (FERNANDEZ, 2011). Com frequência, o poder público tem excluído, de múltiplas maneiras,<sup>3</sup> as comunidades locais dos processos de criação dessas áreas protegidas, de tal modo que conflitos socioambientais comumente orbitam as UC, em especial as de proteção integral.

Segundo Diegues (2001), os conflitos decorrentes da sobreposição de UC a territórios tradicionais se tornaram mais expressivos a partir da década de 1970, quando populações locais dotadas de distintas concepções de espaço passaram a se organizar e, em muitos casos, resistir à expulsão ou à mudança de seus territórios. Como Zhouri e Laschefski

---

<sup>3</sup> Embora legalmente prevista, a inclusão das populações locais nos processos decisórios relativos à criação das UC é frequentemente reduzida ao mero cumprimento ritualizado e teatralizado de uma norma, incapaz de cumprir seus objetivos legais (PARAÍSO, 2005; ZHOURI, 2008).



(2010, p. 18) afirmam, “os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido”. Para os autores, os atritos resultam do encontro de atores sociais que são portadores de diferentes modos de pensar e se apropriar do mundo material, nos aspectos social, cultural e técnico.

Zhourri e Laschefski (2010) classificam os conflitos socioambientais em três tipos:

- a) Distributivos: ocasionados por desigual distribuição dos meios de uso e acesso aos recursos naturais.
- b) Espaciais: relativos aos prejuízos que a atividade de determinado grupo social, em determinado local, causa a outro grupo, alhures, como no caso de impactos ambientais que, como a poluição de água, não respeitam limites geográficos.
- c) Territoriais: decorrentes da sobreposição de dissonantes visões, lógicas e anseios de diferentes grupos sociais em relação ao mesmo espaço geográfico. De acordo com os autores, esse último tipo de conflito é agravado entre grupos cujas formas de uso do território dependem diretamente dos “ritmos de regeneração natural do meio utilizado” (ZHOURRI; LASCHEFSKI, 2010, p. 25).

Diante da diversidade de interesses sobrepostos nas UC, a resolução de contendas que as envolvem é uma seara delicada, que demanda atuação de comunidades, técnicos e governos. Segundo Zhourri et al. (2014), a atual política nacional de gestão ambiental tende a abordar li-des dessa natureza como problemas técnicos e administrativos, passíveis de negociação a partir da gestão do diálogo entre as partes envolvidas. Nesse sentido, lança-se mão de estratégias eminentemente técnicas e gerenciais, baseadas na combinação de diálogo com medidas mitigadoras e compensatórias, novas tecnologias e planejamento racional, na

expectativa de que conduzam à resolução ou à atenuação dos conflitos. Entretanto, como argumenta Little (2001), a resolução definitiva desses atritos é extremamente difícil, devido à complexidade que os cerca, demandando desde a eliminação dos motivos que os originam até o acordo entre as partes envolvidas.

Para Little (2001), o tratamento de conflitos socioambientais abrange cinco modos básicos de ação:

- a) Confrontação política, econômica, física ou simbólica.
- b) Repressão por força militar, policial ou estatal.
- c) Manipulação política, com o objetivo de contornar o conflito ou deixá-lo latente.
- d) Negociação/mediação por meio da instituição de um espaço formal de conciliação.
- e) Diálogo/cooperação, mediante a participação voluntária dos entes envolvidos com o objetivo de eliminar as causas do conflito.

Quanto aos dois últimos modos de ação, Little (2001, p. 121) adverte sobre a tendência das negociações de reproduzirem as assimetrias existentes entre os grupos envolvidos e sobre o risco de uma “ideologia de harmonia” suplantando efetivos esforços de conciliação entre as partes.

Enfatizando as relações de poder assimétricas mantidas entre as instituições governamentais de gestão ambiental e as populações locais, autores como Porto e Milanez (2009), Parente (2012) e Spínola (2012) indicam que, nas negociações, o interesse das primeiras tende a prevalecer. Ao contrário, os interesses das populações locais afetadas pelas UC são, em regra, subordinados à perspectiva técnico-administrativa que orienta a gestão de conflitos no âmbito da política da conservação dos recursos naturais, considerada prioridade por aquelas instituições (TEIXEIRA; LIMONT, 2008).

## Breve histórico da demanda territorial no Alto Trombetas

A atual configuração do TQ Alto Trombetas II é fruto de um processo histórico longo, complexo e singular, cujas origens remontam ao século XIX, conforme atestaram cronistas e viajantes (COUDREAU, 1900; DERBY, 1898; RODRIGUES, 1875). De fato, a ocupação de toda a bacia do Trombetas está intimamente atrelada às lutas por terra e liberdade que marcaram a constituição escravocrata da sociedade paraense, na qual as fugas de negros escravizados nas fazendas de cacau e gado de Óbidos, Santarém, Alenquer, Belém e Macapá deram origem a inúmeros mocambos ou quilombos, sobretudo a partir da década 1820. Com efeito, como demonstram Acevedo e Castro (1998), Funes (2000), Salles (2005) e outros pesquisadores, os afluentes encachoeirados da margem esquerda do rio Amazonas se tornaram destinos privilegiados de fugitivos do cativeiro. Entre eles, o Trombetas, o Erepecuru, o Cuminá e o Acapu atraíram numerosos grupos negros.

Os primeiros mocambos<sup>4</sup> foram criados no alto curso dos rios, caracterizados pela presença de cachoeiras e fortes correntezas, além de densas áreas de florestas, que perfaziam as condições biofísicas de uma espécie de barreira natural capaz de proteger os mocambeiros das expedições de recaptura empreendidas por governos e senhores de escravos. Além disso, como Almeida (2002), Gomes (2004) e O'Dwyer (2002) apontaram em diferentes contextos, a urdidura de redes de comunicação e cumplicidade com indígenas e comerciantes da região foi essencial para o alcance da relativa autonomia econômica – baseada em atividades como caça, pesca, coleta e extração de recursos naturais associadas ao plantio de mandioca e a outros produtos agrícolas –, que

---

<sup>4</sup> Primeiro termo utilizado no país para se referir às comunidades de negros fugitivos (GOMES, 2015).

possibilitou a permanência desses povoados negros nas águas bravas do Trombetas e de seus afluentes. Os mocambos, então, constituíram a expressão mais significativa e importante da luta e da resistência dessa população (FUNES, 2009).

Com a assinatura da Lei Áurea, que em 1888 aboliu a escravidão no Brasil, os mocambeiros desceram os rios para as imediações de lagos de mais fácil navegabilidade e maior proximidade com vilas e centros urbanos (ACEVEDO; CASTRO, 1998; SCARAMUZZI, 2015). Assim, ao final do século XIX, a ocupação negra estava consolidada em vastas porções do território de Oriximiná, um município multiétnico onde, além de mais de 15 povos indígenas<sup>5</sup>, residem cerca de oito mil quilombolas, distribuídos em 37 comunidades que integram oito territórios em diferentes estágios de reconhecimento pelo Estado (GRUPIONI; ANDRADE, 2015).

As demandas territoriais dessas comunidades se projetaram, sobretudo, a partir dos anos 1980, após a Constituição Federal de 1988 e a criação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (Arqmo), em 1989. Com apoio de setores da Igreja Católica, a população negra dispersa no município se organizou em dezenas de comunidades dotadas de base territorial, memórias e práticas compartilhadas, e passou a atuar no cenário político regional em contraposição a planos de desenvolvimento que, desde a década de 1970, confluíam para a instalação de empreendimentos de mineração e energia no Alto Trombetas – dos quais, argumentamos, as UC são a contraface.

---

<sup>5</sup> Reconhecidos sob denominações genéricas de Waiwai e Katxuyana, tais povos somam aproximadamente quatro mil indivíduos, distribuídos em 37 aldeias, situadas em três terras indígenas, segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo divulga em seu site. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/indios-e-quilombolas/povos-indigenas/>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.

Se a construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira foi interrompida, mesmo após a instalação da empreiteira Andrade Gutierrez no homônimo território quilombola (recentemente titulado pelo Estado do Pará), os projetos de exploração de bauxita na margem direita do Trombetas caminharam a largos passos desde as primeiras sondagens de minério realizadas em fins dos anos 1960, no bojo dos planos de desenvolvimento e atração de corporações estrangeiras para a Amazônia (LOUREIRO, 2004). Em 1976, a Mineração Rio do Norte (MRN) instalou-se na *company town* Porto Trombetas, especialmente construída para abrigar seus funcionários e suas operações. Com cerca de 20 platôs identificados – alguns dentro de territórios reivindicados pelos quilombolas –, a mineradora tem mais de 40 anos de atuação ininterrupta e prevê, no mínimo, outras quatro décadas de lavra de bauxita na região (CUMBUCA NORTE, 2017).

Diante da insuficiência e/ou ineficácia das leis voltadas à proteção das comunidades locais ante os impactos da exploração minerária, estas se veem premidas por danos ambientais, econômicos e socioculturais que alimentam prolongadas contendas (BESER; CARVALHO, 2018). Entre os impactos negativos do empreendimento despontam desmatamento, poluição de cursos d'água, restrição de acesso a áreas de uso, afugentamento de caças, deslocamentos compulsórios e uma série de mudanças associadas ao processo de proletarização sofrido por moradores que saíram da condição camponesa e se converteram em operários ou prestadores de serviços, diante das demandas de mão de obra da MRN (TRINDADE, 2001; WANDERLEY, 2008). Ademais, junto da mineradora chegaram à região agentes públicos e privados que passaram a atuar de modo progressivo na modificação de limites, normas e regras sobre os territórios ocupados pelas comunidades negras. Assim, o projeto minerador, ele próprio produto de políticas públicas, promoveu na escala

local a institucionalização e a juridicização das relações sociais concernentes ao uso da terra e dos recursos naturais na região, introduzindo mecanismos de regulação até então ausentes.

Destacadamente, três anos depois da instalação da MRN em Porto Trombetas, foi acatada no Congresso Nacional a proposta de demarcação da Rebio Trombetas, na margem oposta à área de operação da empresa. Priorizando o cuidado com a natureza, entendida como universo intocado e incompatível com a sociedade humana, como descreve Diegues (2001), a criação dessa UC negligenciou a presença secular das comunidades negras na região. Nas memórias locais, a atuação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)<sup>6</sup> na Rebio é assinalada como fonte de desconsideração ou insulto moral, correspondendo a “ato ou atitude que agride direitos de natureza ético-moral” (OLIVEIRA, 2002, p. 9).

Em 1979, chegou o IBDF. Quando eles chegaram aqui, a gente morava aí [...]. Quando o chefe vinha *pra cá*, acho que ver a área, se realmente não tinha ninguém morando, eles chegavam aqui na casa e diziam: “Olha, amanhã vai entrar um pessoal aqui, os donos da terra. Quando vocês *verem* o barulho da lancha, alaguem a canoa de vocês, apaguem o fogo de vocês e corram pro mato, se escondam, porque vai entrar um pessoal aqui.” A gente, besta, quando via na boca: “*Vum, vum!*” Ia lá, alagava canoa, apagava fogo e ficava escondido lá no mato. Por que eles faziam isso? Porque eles foram dizer lá *pro* governo que aqui não morava ninguém. Depois que nós fomos descobrir. Por isso que ele vinha na frente, mandava a gente se esconder, apagar fogo, alagar canoa, pra quando o pessoal viesse aqui ver, não tinha ninguém: “É verdade o que o B. disse lá em Brasília, que não tem ninguém! Uma área de reserva, sem povo, sem gente, sem ter ninguém. (ECODIMENSÃO, 2014, p. 68).

<sup>6</sup> O IBDF foi criado em 1967 e extinto em 1989 para dar lugar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). É comum que referências a esses órgãos se alternem.

Contudo, o abuso de poder, a truculência e a violência desproporcional perpetrada pelos agentes ambientais do IBDF são lembradas como combustível para a resistência das comunidades negras. Não se tratava apenas de violência simbólica e humilhação, como ressaltado no depoimento a seguir, mas de costumeiras agressões físicas que chegaram a resultar em óbitos e forçaram uma reação dos grupos locais.

[...] foi em 1979 que chegou o Ibama para cá. A gente vivia aqui uma vida mais tranquila. Meu pai nasceu aqui, mas eles sempre diziam: “Nada é de vocês”, “não pode tocar aí”, “isso é nosso”. Mas a gente sempre insistiu em viver porque a gente nasceu aqui, né? Aí a gente ia sempre conversando com eles, eles não deixavam a gente muito à vontade, mas a gente insistia [...]. Tratavam mal a gente aqui, aí a gente obedecia um pouco a eles para não entrar muito no conflito, mas resistimos e a gente não saiu. Foi criada a reserva em 1979, em cima de nós aqui [...], humilharam muito a gente, oprimiram muito a gente, que a gente chegava assim na casa da gente e estava cozinhando tracajá ou uma caça e eles pegavam a panela e jogavam a comida fora. Era uma pressão muito forte para gente. Castanha, eles tomavam a castanha da gente, prendiam a castanha da gente. Como é que a gente ia sobreviver que eles tomavam a castanha, tomavam tudo? Mas aí a gente resistiu a essa força. A gente se humilhava para eles, mas a gente não saiu. (CUMBUCA NORTE, 2017, p. 389-390).

Por intermédio da Arqmo, as comunidades negras de Oriximiná mobilizaram-se contra os cerceamentos territoriais decorrentes da implantação concomitante da MRN e da Rebio na região, que implicaram severas restrições de acesso e uso de áreas e recursos naturais historicamente explorados. Não por acaso, em que pese aos objetivos e os procedimentos distintos adotados pela mineradora e pelo órgão ambiental, ambos são percebidos como agentes solidários e corresponsáveis pelas disputas territoriais e pelos conflitos socioambientais inaugurados nos anos 1970, no Trombetas.

Bom, nós vamos começar pelo conflito que, se está hoje, foi causado pela mineração: são as UCs, as Unidades de Conservação. As Unidades de Conservação, elas vieram acontecer na região por uma questão da Mineração Rio

do Norte, que pretendia ter em mãos – e o governo também – esse espaço, território. Foi uma forma de intimidar a população e conservar para mineração. Hoje é um conflito aqui, nosso, causado pela mineração. (CUMBUCA NORTE, 2017, p. 144).

Com precisão, o depoimento ora reproduzido denuncia o plano do governo brasileiro de delimitar reservas para a exploração mineral, em detrimento dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombo, instituídos pela Carta Magna de 1988. O depoimento considera, além da Rebio Trombetas – claro mecanismo de controle estatal, bem demonstrado por Costa (2011) –, a Flona Saracá-Taquera, uma UC de uso sustentável criada pelo ex-presidente José Sarney em visita à região, a qual protegeu os interesses da mineradora um ano após a previsão constitucional de reconhecimento da propriedade quilombola. O próprio documento legal de criação dessa UC, o Decreto nº 98.704/1989 (BRASIL, 1989), prevê em seu artigo 2º que “as atividades de pesquisa e lavra minerais autorizadas, já em curso ou consideradas reservas técnicas na área da Flona, ora criada, não sofrerão solução de continuidade”. Em suma, enquanto permite a continuidade da lavra de bauxita em seus limites, a mesma UC impõe restrições de acesso e uso de recursos naturais para a população local, fazendo-a questionar sobre a natureza “sustentável” da unidade.<sup>7</sup>

Em 2004, pouco depois da regulamentação dos processos de titulação de territórios quilombolas, via Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003), as comunidades do Alto Trombetas, por intermédio da Arqmo,

---

<sup>7</sup> O paradoxo advém de lacunas e imprecisões da própria legislação ambiental do Brasil (LIMA, 2006). Embora o SNUC tenha excluído a exploração mineral do escopo de usos econômicos dessa categoria de UC, a continuidade da mineração foi assegurada nas Flonas criadas antes da promulgação da Lei nº 9.985/2000, desde que a previssem em seu ato de criação.



instauraram procedimento administrativo no Incra visando à regularização fundiária de áreas marginais ao rio Trombetas. Considerando, porém, a impossibilidade de titulação de terras públicas – situação das UC<sup>8</sup> incidentes no TQ –, o caso foi levado à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF).<sup>9</sup> Não havendo conciliação entre os entes da administração federal envolvidos no caso – particularmente o Incra e o ICMBio, cujas missões institucionais se chocam em relação ao pleito quilombola –, o processo permaneceu parado durante anos devido ao impasse criado pela sobreposição territorial.

Apenas em 2012, o Incra iniciou os estudos necessários à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do TQ Alto Trombetas II. Documento obrigatório para a titulação de territórios quilombolas, ele é composto por diversas peças técnicas: relatório antropológico, relatório agroambiental, mapa e memorial descritivo, cadastro quilombola e pareceres técnicos e jurídicos. O RTID do TQ Alto Trombetas II apresenta em detalhes as oito comunidades que o compõem: Jamari, que ocupa áreas da RBRT e da FNST; Moura, Palhal e Curuçá, situadas na Flona; e Juquiri Grande, Juquirizinho, Nova Esperança e Último Quilombo, localizadas na Rebio, sendo que as duas últimas ficam em áreas consideradas de especial interesse para a preservação ambiental, no entorno do lago Erepecu, onde são abundantes castanheiras e quelônios, além de outros recursos da biodiversidade (ICMBIO, 2017).

---

<sup>8</sup> A titulação das áreas compreendidas pela RBRT e pela FNST em nome das comunidades quilombolas só seria possível mediante prévia revisão dos limites das UC, por meio de lei aprovada no Congresso Nacional.

<sup>9</sup> A CCAF foi criada pela Advocacia Geral da União, em 2007, com a missão de mitigar litígios judiciais entre entes da União, os quais, na maioria das vezes, envolvem questões de natureza política e administrativa que impedem a resolução da matéria pela justiça federal.

Embora os estudos de campo do RTID tenham sido finalizados em 2013, a publicação do relatório foi postergada tanto quanto possível, em função do impasse causado pela sobreposição entre as UC e o TQ, inteiramente abrangido por elas. Em 2015, após a dissolução da CCAF, sem qualquer perspectiva de resolução desse embaraço, a Justiça Federal em Santarém exarou sentença que obrigou a União, por intermédio do Incra e do ICMBio, a concluir o processo de regularização fundiária do TQ Alto Trombetas II em até dois anos. Em agosto de 2016, após parecer favorável emitido por sua Procuradoria Federal Especializada, o Incra concluiu que o RTID estava apto para publicação. Por fim, extrato do documento foi publicado no Diário Oficial da União em fevereiro de 2017. A partir desse fato, o governo e a associação quilombola representativa do território, a ACRQAT, deram início a uma série de reuniões com o objetivo de dirimir conflitos e estabelecer um acordo para conclusão do processo.

Tais reuniões, como explicou Mendes (2019), exigiram o estabelecimento de modos de comunicação e interação, até então inéditos, entre representantes do governo e das comunidades quilombolas. A esses modos de relacionamento, os primeiros chamaram “diálogo”, no que foram acompanhados pelos demais. Conforme Crapanzano (1991, p. 60) “o diálogo é um modo cultural e historicamente definido de conceber certas transações verbais, e tem, enquanto tal, uma força retórica considerável” – a qual, acrescentaríamos, tem o condão de denotar mutualidade, autenticidade e simetria em lugar das desproporcionais relações de poder atuantes por trás da palavra falada (MENDES, 2019).

De março de 2017 até o primeiro semestre de 2018, inúmeras reuniões aconteceram, tanto nas comunidades quilombolas quanto na capital federal: as primeiras, para informar às comunidades as características peculiares da sobreposição entre as UC e o TQ; as seguintes, para discutir e

deliberar sobre propostas de pactuação visando contornar o problema da sobreposição. Tal acordo, contudo, teria limites precisos instituídos pela legislação ambiental vigente, à qual outros direitos colidentes<sup>10</sup> deveriam se curvar. Assim, como resultado dos “diálogos” consumados em discussões tensas e acaloradas que se seguiram por quase dezoito meses, a ACRQAT abriu mão de reivindicar a titulação imediata do TQ para acatar, ao menos provisoriamente, a proposta do ICMBio de firmar um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) relativo à área da FNST e um Termo de Compromisso de Usos Múltiplos (TCUM) de média duração para a área da RBRT. Apenas mediante esse acordo, o Incra procedeu à publicação da Portaria de Reconhecimento do TQ Alto Trombetas II, em julho de 2018, dando início a uma nova e extensa agenda de trabalho e reuniões entre o governo e a associação quilombola, com o objetivo de definirem as cláusulas dos referidos instrumentos.

### **Notas sobre o acordo entre quilombolas e ICMBio**

Algumas notas devem ser elaboradas a respeito do pacto firmado entre o ICMBio e a ACRQAT, em vista da alegadamente frequente subordinação dos interesses das populações locais à perspectiva técnico-administrativa que orienta a gestão de conflitos nas UC (LITTLE, 2001; PARENTE, 2012; SPÍNOLA, 2012; TEIXEIRA; LIMONT, 2008). No caso, em cerca de 18 meses de negociação, comunidades quilombolas estabelecidas no alto curso do rio Trombetas desde o século XIX<sup>11</sup> abriram mão, ainda que temporariamente, do título definitivo de

---

<sup>10</sup> Segundo Canotilho (1999, p. 1.191) há “uma colisão de direitos fundamentais quando o exercício de um direito fundamental por parte do seu titular colide com o exercício do direito fundamental por parte de outro titular”.

<sup>11</sup> O fato de o ICMBio não ter contestado a publicação do RTID, bem como de ter iniciado negociações com as referidas comunidades, indica que o próprio órgão reconhece a secular ocupação negra na área disputada com as UC criadas em 1979 e 1989.

propriedade de um território coletivo em troca de direitos conferidos por instrumentos mais precários, o CCDRU e o Termo de Compromisso (TC).

O primeiro constitui um instrumento legal, criado e disciplinado pelo Decreto-Lei nº 271/1967, aplicável a terrenos públicos ou particulares, de maneira onerosa ou não onerosa, por tempo certo ou indeterminado, por meio do qual o concessionário usufrui plenamente da área para os fins contratuais. Como tal, tem sido amplamente utilizado pelo ICMBio em UC de uso sustentável, especialmente nas Reservas Extrativistas. Na situação em questão, o CCDRU deverá ser firmado entre o ICMBio e a ACRQAT, como representante legal da população residente no TQ Alto Trombetas II, que passará a ser reconhecida como legítima concessionária da Flona e a usufruir direitos territoriais compatíveis, a serem devidamente reconhecidos em um novo plano de manejo da unidade.

Em relação ao TC, trata-se de um instituto *sui generis* e transitório de gestão, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com a presença humana em UC onde ela não seja admitida ou esteja em desacordo com a legislação vigente. Uma de suas principais vantagens está em assegurar às populações locais que se encontrem nessa situação o acesso a fontes de subsistência e condições de manutenção de modos de vida tradicionais. Para elaborar, implementar e monitorar os TC, o ICMBio considera um escopo jurídico mais amplo que o próprio SNUC, incluindo leis, decretos e convenções que protegem direitos de populações tradicionais<sup>12</sup>. Conta, ainda, com a Instrução Normativa nº 26/2012, que, entre outras diretrizes, postula o prazo de dois anos para assinatura desse instrumento em UC criadas antes de sua publicação, e de um ano para aquelas criadas posteriormente.

---

<sup>12</sup> Nomeadamente, a Convenção nº 169/1989, da Organização Internacional do Trabalho, no plano internacional; e o Decreto nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Considerando o histórico de disputa territorial na região do Trombetas; a previsão legal do CCDRU e do TC, existentes desde 1967 e 2012, respectivamente; a morosidade do processo de regularização fundiária do TQ Alto Trombetas II, aberto em 2004; e a incapacidade da CCAF na solução do impasse causado pela sobreposição entre UC e TQ, a proposição dos referidos instrumentos como forma de conciliação de interesses desapontou os líderes quilombolas. Se bem que promovam vantagens em relação à sua situação atual, o CCDRU e o TC não importam qualquer inovação jurídico-administrativa para solução dos obstáculos à efetivação dos direitos territoriais conferidos pela Constituição de 1988 às comunidades remanescentes de quilombo<sup>13</sup>. Entretanto, na ausência de possibilidades de construção de alternativas junto ao Estado, a ACROAT aquiesceu ao que fora proposto pelo ICMBio.

Logo, no decorrer de 2019, a minuta do CCDRU foi elaborada, discutida, revisada e acordada entre as partes, com a interveniência do Inkra e da FCP, e com o apoio do Ministério Público e de um pequeno grupo de profissionais independentes que, na condição de mediadores empenhados na tradução das normas jurídicas e administrativas, assessoraram os quilombolas. Já o TCUM da Rebio, cuja discussão foi apenas iniciada nas comunidades, tem colocado desafios significativos tanto para elas quanto para o ICMBio, que resiste a fazer concessões na área. Para ilustrar essa resistência, vale lembrar que na primeira reunião de “diálogo” com os quilombolas, o ICMBio (2017, p. 24) expôs que, como “alguns moradores indicaram interesse em ser realocados” (sic), o órgão verificaria essa possibilidade, concluindo que:

---

<sup>13</sup> A propósito, na própria RBRT vigora um TC popularmente chamado “Acordo da Castanha”, que desde 2016 regula a entrada, a estada e a atividade de coletores tradicionais durante as safras de castanha na unidade.

Caso a realocação populacional não se mostre inteiramente viável, deve-se iniciar avaliação (junto aos moradores) sobre a viabilidade e possibilidade de recategorização parcial da RBRT em uma UC de uso sustentável compatível, com foco nas áreas de moradia e uso intensivo do lago Erepecu. (ICMBIO, 2017, p. 27).

Os quilombolas compreenderam a impossibilidade de solução definitiva da situação por parte do ICMBio. Compreenderam, também, os complexos procedimentos e riscos que necessariamente deveriam ser assumidos em um possível processo de recategorização de parte da Rebio – o que, de todo modo, também não satisfaria suas demandas territoriais, na medida em que elas se dirigem a vastas áreas de uso, e não apenas às áreas de moradia consideradas pelo órgão como passíveis de recategorização. No entanto, refutaram qualquer possibilidade de assinarem um TC que previsse a realocação de moradores.

Em relação a esse ponto, o ICMBio se apoiou em disposição da IN nº 26/2012, segundo a qual o prazo e as condições de reassentamento da população residente em UC de proteção integral devem ser definidos no TC. Todavia a contradição interna do próprio instrumento, ao reconhecer um direito que deve deixar de existir, foi mal recebida pelos quilombolas, que a tomaram como indicativo da deslealdade do “diálogo” ensejado com o órgão. A simples menção à possibilidade de realocação da população do entorno do lago Erepecu imediatamente trouxe à tona memórias dos deslocamentos forçados e dos abusos de poder cometidos pelo IBDF nos anos 1980, bem como dos sinais de desconsideração emitidos em tempos mais recentes por um gestor do ICMBio, que, em reunião, teria ironicamente declarado não conhecer quilombolas no Trombetas, mas apenas gaviões-reais.

A invasão de lembranças nefastas e insultos morais acumulados ao longo de décadas de tensa relação entre as comunidades quilombolas

e o ICMBio, no espaço formalmente criado por este último a fim de dar início à negociação com a ACRQAT, levou representantes da associação a colocar em xeque a continuidade do “diálogo”. Na própria sede do órgão, em Brasília, os líderes comunitários instaram seus interlocutores a uma mudança de postura no que tange à sobreposição territorial. Apoiando-se no RTID, questionaram, em clara defesa do direito próprio por antiguidade: “Quem chegou antes? Quem se sobrepôs a quem? Quem *tá* em cima de quem?”. Com essas indagações provocativas, deram o tom das reuniões subsequentes realizadas no território quilombola (MENDES, 2019).

### **Considerações finais**

Os quilombolas da ACRQAT têm estado muito atentos aos paradoxos da legislação ambiental brasileira – que, entre outras contradições, permite a mineração na mesma Unidade de Conservação onde limita atividades econômicas tradicionais –, bem como à prevalência de visões gerenciais e tecnicistas nas tentativas de tratamento de conflitos que são essencialmente políticos. Percebem, pois, que a própria tensão existente na base da referida legislação e nas práticas institucionais de seus operadores – opondo perspectivas preservacionistas e conservacionistas – compromete a eficácia dos dispositivos jurídico-administrativos elaborados para lidar com situações de disputa territorial em UC.

Na bacia do Trombetas, especificamente, a trajetória histórica de ocupação de territórios quilombolas, associada à formação da sociedade escravocrata na Amazônia e à exploração dessa região por conglomerados multinacionais de mineração, acirrou as disputas vivenciadas entre a população local e o órgão ambiental. Este, por sua vez, nas suas diferentes roupagens – IBDF, Ibama e ICMBio – acumulou, além de episódios

de ação autoritária e violenta, outros atos de desconsideração ou insulto moral aos quilombolas, para usar as palavras de Oliveira (2002).

Nesse cenário, os esforços de elaboração do CCDRU da Flona Saracá-Taquera, dividida com a MRN, e do TCUM da Rebio Trombetas fazem parte de mais um capítulo do que Mendes (2019, p. 29) caracterizou como o “cabo de guerra” historicamente disputado entre os quilombolas do Trombetas e o Estado brasileiro. Previsto no ordenamento jurídico nacional desde muito antes da criação da Flona, o CCDRU chega tardiamente como opção às comunidades quilombolas, consumidas em um processo de regularização territorial que já dura mais de 15 anos. Mais novo, porém não mais inovador, o TCUM da Rebio Trombetas é ainda um instrumento em construção – o qual, limitado na própria concepção, falha em dar “eficácia concreta à Constituição”, como desejaria Santilli (2014, p. 407).

## Referências

- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: UFPA/NAEA, 1998.
- ALMEIDA, A. W. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ARRUDA, R. S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: Diegues, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 2000.
- BALEÉ, W. C. The culture of Amazon Forest. In: POSEY, D. A.; BALEÉ, W. C. (Eds.). *Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies*. Nova Iorque: New York Botanical Garden, Bronx, 1989.
- BARBOSA, C. S. *Recategorização de unidades de conservação: o discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos*



- Pontões Capixabas – ES. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- BESER, E. G.; CARVALHO, L. G. de. Mineração em territórios quilombolas: notas sobre uma consulta prévia em Trombetas, Oriximiná-PA. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 21, n. 3, p. 119-142, set./dez. 2018.
- BRASIL. Decreto nº 98.704, de 27 de dezembro de 1989. Cria a Floresta Nacional de Saracá – Taquera. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 27 dez. 1989.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 18 jul. 2000.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 20 nov. 2003.
- BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais*, Macapá, n. 1, p. 1-12, 2008.
- CANOTILHO, J. J. G. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Almedina, 1999.
- CARVALHO, L. G. de; SILVA, M. A. Os balateiros da Calha Norte: a emergência de um grupo diante das concessões florestais no Pará. *Revista Antropológica*, Niterói, n. 42, p. 164-198, 2017.
- COLCHESTER, M. Saving nature: indigenous people and protected areas. In: GHIMIRE, K.; PIMBERT, M. *Social change and conservation*. Londres: Earthcan, 1997.
- COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 2000.
- COSTA, G. V. L. da. As Reservas Biológicas como mecanismo de controle estatal. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 159-170, 2011.
- COUDREAU, O. *Voyage au Trombetas*. Paris: A. Lahure, 1900.
- CRAPANZANO, V. Diálogo. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 88, p. 59-80, 1991.
- CUMBUCA NORTE. *Estudo do Componente Quilombola das comunidades localizadas no entorno da Mineração Rio do Norte*. Santarém: Cumbuca Norte, 2017.

- DERBY, O. A. O rio Trombetas. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, v. 2, n. 1, p. 366-382, 1898.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- ECODIMENSÃO. *Relatório antropológico parcial de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural do território Jamari/Último Quilombo*. Curitiba, 2014.
- FERNANDEZ, F. *O poema imperfeito: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis*. Curitiba: UFPR, 2011.
- FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Ambiente e Sociedade*, n.1, p. 47-68, 2004.
- FUNES, E. A. Comunidades negras da Amazônia brasileira: políticas de desenvolvimento e exclusão social. In: ALMEIDA, M.G. *Territorialidades na América Latina*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/FUNAPE, 2009.
- FUNES, E. A. *Comunidades remanescentes dos mocambos do Alto Trombetas*. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, São Paulo: Comissão Pró-Índio e ARQMO, 2000.
- GOMES, F. Etnicidade e fronteiras cruzadas nas Guianas (século XVIII-XX). *Estudios Afroamericanos Virtual*, n. 2, p. 30-59, 2004.
- GOMES, F. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 2000.
- GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, L. M. M. de. Apresentação. In: GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, L. M. M. de. *Entre águas bravas e mansas, índios e quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: CPI-SP; Iepé, 2015.
- ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Caracterização socioambiental das Unidades de Conservação: Reserva Biológica do Rio Trombetas & Floresta Nacional de Saracá-Taquera*. Slides apresentados na Oficina sobre sobreposição territorial. Brasília, 10-11 mai. 2017, 29 p.
- LIMA, A. SiNUCa de bico: mineração em Unidade de Conservação. In: RICARDO, F.; ROLLA, A. (Org.) *Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

- LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: políticas energéticas e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LOUREIRO, V. R. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Belém: Cejup, 2004.
- MENDES, R. S. *Construindo o diálogo: performance e política na regularização fundiária do Território Quilombola Alto Trombetas II*. 2019. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.
- MOTA, F. R. O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade quilombola da Marambaia. In: KANT DE LIMA, R. (Org.). *Antropologia e direitos humanos 3*. Niterói: EdUFF, 2001.
- O'DWYER, E. C. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In: O'DWYER, E.C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- OLIVEIRA, L. R. C. de. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- PARAÍSO, L. B. Dilemas da participação na gestão de unidades de conservação: a experiência do projeto Doces Matas na RPPN Mata do Sossego. In: ZHOURI, A. et al. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PARENTE, I. C. I. *Conflitos em áreas protegidas na Amazônia: o caso do Parque Estadual Monte Alegre (PA)*. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- PECCATIELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 24, p. 71-82, 2011.
- PELLIZZARO, P. C. et. al. Gestão e manejo de áreas naturais protegidas: contexto internacional. *Ambiente e Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 21-40, 2015.
- PORTO, M. F. de S.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.
- RODRIGUES, J. B. *Exploração e estado do vale Amazonas, rio Trombetas*. Rio de Janeiro, 1875.
- SALLES, V. *O negro no Pará. Sob o regime da escravidão*. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

- SANTILLI, J. Áreas protegidas e direitos de povos e comunidades tradicionais. In: BENSUSAN, N. (Org.). *A diversidade cabe na unidade? Áreas Protegidas no Brasil*. Brasília: Ieb Mil Folhas, 2014.
- SCARAMUZZI, I. O extrativismo da castanha entre quilombolas do Alto Trombetas. In: GRUPIONI, D.; ANDRADE, L. (Orgs.). *Entre águas bravas e mansas, índios e quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: CPI-SP; Iepé, 2015.
- SPÍNOLA, J. L. *Participação e deliberação na Resex Marinha do Pirajubá (SC)*. 2012. 207 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- TEIXEIRA, C. F.; LIMONT, M. Possibilidades e limites da participação social na gestão de conflito ambiental: o conselho gestor em unidade de conservação. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 14, p. 95-116, 2008.
- TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- TRINDADE, J. R. B. *A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- WANDERLEY, L. J. de M. *Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira*. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- WEST, P. et al. Parks and peoples: the social impact of protected areas. *Annu. Rev. Anthropol.*, v. 35, n. 1, p. 251-77, 2006.
- ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability. Desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 97-107, 2008.
- ZHOURI, A. et al. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A. et al. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.



# “TRATAMENTO DIFERENCIADO”: SAÚDE E REPARAÇÃO MORAL EM UM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO RIO TROMBETAS

Juliana Cardoso Fidelis  
Luciana Gonçalves de Carvalho

### Introdução

Em meio a um recente processo de licenciamento ambiental, oito comunidades remanescentes de quilombo passaram a demandar um “tratamento diferenciado” em saúde como forma de compensação de prejuízos ambientais causados pela mineração de bauxita no entorno do rio Trombetas, em Oriximiná (PA). Representadas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas II (ACRQAT), elas se aproveitaram de institutos previstos na legislação ambiental vigente para inaugurar um tempo de negociação<sup>1</sup> com a empresa Mineração Rio do Norte (MRN), instalada na *company town* de Porto Trombetas desde a década de 1970.

Motivados por críticas e queixas quanto às ações de saúde promovidas pela MRN em cumprimento das condicionantes ambientais<sup>2</sup> da mineração, os quilombolas vêm tentando pactuar com a empresa o acesso a serviços biomédicos até então reservados a um grupo restrito de usuários – funcionários e moradores da comunidade vizinha a

---

<sup>1</sup> A expressão inspira-se na abordagem de Kuschnir (2007, p. 163) de como “os atores sociais compreendem e experimentam a política”, especificamente durante as eleições.

<sup>2</sup> As condicionantes são uma série de compromissos que o poder público imputa à empresa para obter e manter a autorização do empreendimento, no intuito de garantir sua sustentabilidade ambiental.

Porto Trombetas, onde há um hospital e um ambulatório que assistem indivíduos previamente cadastrados pela mineradora. O processo de negociação, iniciado em fins de 2016 em reuniões realizadas no TQ Alto Trombetas II, é pautado nas ideias de compensação e reconhecimento. Além disso, tem como objetivo primeiro garantir aos moradores desse território o mesmo “tratamento diferenciado” dispensado àqueles que já gozam do direito de acesso aos serviços de saúde reservados.

Partindo, pois, dessa demanda por um “tratamento diferenciado”, propõe-se aqui discutir e compreender os sentidos dos discursos sobre saúde encetados entre os quilombolas com base nas experiências propiciadas pelo processo de licenciamento ambiental. As considerações ora apresentadas emergem das diversas oportunidades de observação e participação, como antropólogas, nas discussões realizadas pelas comunidades no âmbito do referido processo. Formais ou informais, essas discussões deram-se em reuniões no território, no escritório da MRN e nas sedes de órgãos de estado, ou em conferências, em rodas de conversa e, também, em trânsitos entre as comunidades, Porto Trombetas e Oriximiná, em busca de atendimento médico. Seguindo pistas, pessoas e conexões entre discursos em distintos espaços, a etnografia multissituada (MARCUS, 1995; 2011) conduziu, da esfera do direito a compensações ambientais, à dimensão moral das reivindicações apresentadas.

### **Local de estudo**

O Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas II estende-se pelo médio-alto curso do rio Trombetas, no município de Oriximiná, no oeste do Pará. A montante e a jusante dele estão, respectivamente, o TQ Alto Trombetas I e o TQ Boa Vista, com os quais compartilha o histórico de ocupação iniciado no século XIX, quando negros, em fuga das fazendas

onde eram escravizados, ganharam a bacia do Trombetas e seus tributários (FUNES, 1995; SALLES, 2005).<sup>3</sup> Dos mocambos então formados acima das cachoeiras e em beiras de lagos, longe da vista de expedicionários em missão de recaptura dos fugitivos, por meio da progressiva organização política e da articulação em redes de colaboração fortalecidas ao longo século XX (ACEVEDO; CASTRO, 1998; O'DWYER, 2002), formaram-se as comunidades Último Quilombo, Nova Esperança, Moura, Palhal, Juquiri Grande, Jamari, Juquirzinho e Curuçá-Mirim, que integram o TQ Alto Trombetas II.

Essas comunidades englobam, aproximadamente, 300 famílias – cerca de 1.500 pessoas – cujas moradias se dispersam no entorno do rio Trombetas, lagos e igarapés, sendo, em geral, necessário navegar de canoa para se deslocar entre uma e outra casa. Dependendo da embarcação, o trânsito de uma comunidade a outra, dentro do território, pode levar mais de uma hora. Tal padrão de ocupação coaduna com o amplo domínio que os descendentes dos mocambos desenvolveram (FUNES, 1995; O'DWYER, 2002; SALLES, 2005) sobre o território de 189.657 hectares cuja titulação atualmente reivindicam, na condição de comunidades remanescentes de quilombos.

Em que pese à longa presença na região (FUNES, 1995; SALLES, 2005), o pleito territorial dessas comunidades é relativamente recente. Data de 2004 a abertura do respectivo procedimento administrativo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com base Constituição Federal de 1988, no Decreto nº 4.887/2003 e em normativas pertinentes. Notoriamente, a emergência dessa demanda relaciona-se com relevantes processos de mudança social deflagrados

---

<sup>3</sup> Além do Alto Trombetas II, existem os Territórios Ariramba, Alto Trombetas I, Cachoeira Porteira, Erepecuru e Trombetas, Boa Vista e Água Fria.



na região com a implantação do projeto minerário da MRN, em 1976, e da Reserva Biológica (Rebio) do Rio Trombetas, em 1979 – Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral à qual se somou, em 1989, a Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, que é de Uso Sustentável.

Tanto a mineração quanto as UCs abrangeram porções de terras ocupadas pelas comunidades do TQ Alto Trombetas II, de modo que, hoje, aproximadamente 93.192 hectares do território pleiteado apresentam sobreposição com a Rebio, e outros 93.794 hectares com a Flona, em cujos limites se processa a exploração de bauxita. No entanto, como costumam dizer os representantes da associação local, são as UCs e a MRN que estão sobrepostas ao TQ, em clara inversão do sentido do termo sobreposição, com o qual se depararam nos procedimentos de regularização fundiária (MENDES, 2018). “A gente já estava aqui, a mineração e as Unidades de Conservação chegaram depois, em cima dos territórios quilombolas. Então, o que é que está sobreposto a quê?” – questionaram em uma reunião com órgãos de Estado.

A chegada concomitante do empreendimento minerário e das UCs imputou às comunidades uma série de restrições de acesso a áreas tradicionalmente utilizadas para a exploração de recursos naturais, o que resultou em progressivo escasseamento de suas fontes de alimento e renda. Assim, da economia tradicionalmente baseada na combinação de atividades extrativistas e comércio de produtos florestais – notadamente castanha e óleo de copaíba –, caça, pesca e agricultura, os quilombolas têm passado, cada vez mais, a postos de trabalho remunerado na mineração. Ou seja, das terras, florestas e águas de trabalho (WITKOSKI, 2007), homens e mulheres têm saído em busca de emprego nas minas, nas usinas e nos serviços de apoio à lavra de bauxita.

As restrições ambientais e os impactos da mineração (desmatamento, assoreamento de lagos e igarapés, diminuição da caça e do

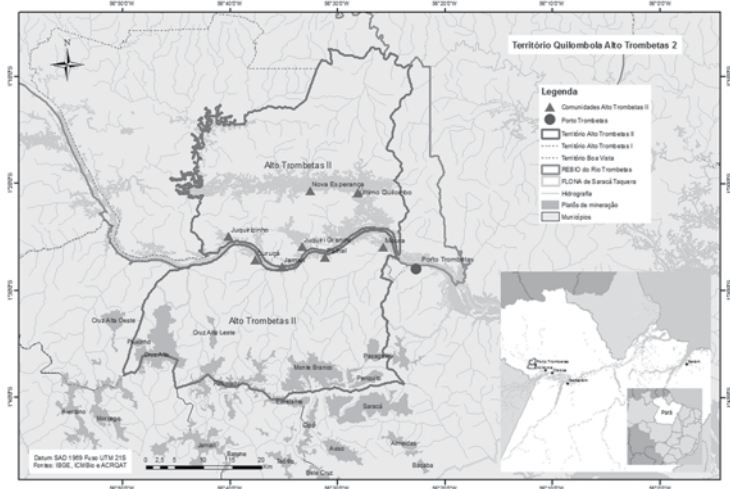
pescado e poluição da água, entre outros) contribuem, solidariamente, para o acirramento de disputas territoriais e conflitos socioambientais no Alto Trombetas. Ao longo de quatro décadas de convivência forçada com a mineradora e as UCs, fizeram-se obscuras para os moradores as distinções entre os impactos negativos de uma e de outras. No que concerne aos reflexos sobre o direito das comunidades quilombolas de usarem o território historicamente ocupado, as ações do Estado e da empresa mostraram-se significativamente entrelaçadas.

Da mesma forma, os objetivos e as regras de preservação e conservação ambiental nas UCs revelaram-se paradoxais, aos olhos dos quilombolas. Ao passo que criminalizaram condutas baseadas na prática econômica tradicional de pescadores, coletores e caçadores na Rebio (WANDERLEY, 2008), autorizaram a exploração de bauxita em platôs localizados na Flona, afastando os pregressos usuários locais. A incômoda situação emana de contradições da própria legislação ambiental brasileira, expressas na autorização de atividades minerárias nas Florestas Nacionais que as prevejam e tenham sido criadas antes da Lei nº 9.985/2000, a Lei do SNUC,<sup>4</sup> que a partir de então proíbe mineração nas UC (LIMA, 2006). Embora o Decreto nº 98.704/1989 assegure expressamente a continuidade das “atividades de pesquisa e lavra minerais autorizadas já em curso ou consideradas reservas técnicas” na Flona Saracá-Taquera, a sobreposição entre a UC e as áreas de (pregressa) ocupação quilombola implica condições específicas para a exploração mineral, desde a fase de licenciamento ambiental da atividade (Figura 1).

---

<sup>4</sup> O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estipula as regras para criação e gestão dessas Áreas Protegidas.

**Figura 1.** Localização de platôs de bauxita na área de sobreposição entre o TQ Alto Trombetas II e a Flona Saracá-Taquera.



Fonte: Acervo da ACRQAT, (2017).

Conforme demonstrado na Figura 1, diversos platôs de interesse da MRN estão parcial ou integralmente nos limites do TQ Alto Trombetas II. Da direita para a esquerda (no sentido da cronologia de operação da empresa), são eles: Periquito, Papagaio, Monte Branco, Escalante, Rebolado, Cruz Alta Leste, Cruz Alta e Peixinho.<sup>5</sup> Os dois primeiros estão esgotados; o terceiro está em fase de lavra; e os demais são objetos do processo de licenciamento ambiental que deu visibilidade às questões de que trata este artigo.

## O processo de licenciamento ambiental

Em quatro décadas de operação, a MRN logrou aumentar a capacidade de produção de bauxita de 3,5 milhões para 18,1 milhões de toneladas ao ano,<sup>6</sup> o que a coloca entre as maiores produtoras desse minério

<sup>5</sup> Incidem no TQ Alto Trombetas I, vizinho à área abrangida neste estudo, os platôs Cruz Alta Oeste (integralmente), Avertano e Morcego (parcialmente).

<sup>6</sup> Informações disponíveis em seu site: [www.mrn.com.br](http://www.mrn.com.br). Acesso em: 11 dez. 2019.

no mundo. Contudo, segundo representantes da empresa, a manutenção de suas instalações nos arredores do rio Trombetas depende da abertura de novos platôs, tendo em vista o esgotamento – consumado ou em vias de ocorrer até 2023 – daqueles pelos quais a mineradora iniciou as atividades de lavra. Logo, em 2012, deu início ao processo de licenciamento ambiental do projeto intitulado Zona Central Oeste (ZCO), incluindo os platôs Escalante, Rebolado, Cruz Alta Leste, Cruz Alta, Peixinho, Barone e Jamari.

Desde 1986, o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos como a mineração, que podem causar poluição e degradação do meio ambiente, supõe a prévia realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (Rima). Trata-se de estudos técnicos, embasados em teorias e métodos científicos, que devem avaliar os possíveis impactos do empreendimento em questão e propor medidas para mitigá-los e/ou compensá-los (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).<sup>7</sup> Essas medidas podem se tornar condicionantes, isto é, “requisitos e obrigações [a serem estabelecidas pelo poder público] para que a atividade ou o empreendimento se desenvolva regularmente” (GENEROSO, 2012, p. 5).

Enquanto se afere a viabilidade de um empreendimento pelo EIARima, é o cumprimento das referidas condicionantes que atesta sua regularidade ao longo do processo de licenciamento. Este, por sua vez, envolve três etapas correspondentes a três tipos de licença que, em

---

<sup>7</sup> O EIA e o Rima são os principais instrumentos de Avaliação de Impacto Ambiental adotados no Brasil em atendimento à Resolução Conama nº 001/1986. Enquanto o primeiro se compõe de pesquisas aprofundadas dos meios físico, biótico e socioeconômico, dirigidas a especialistas do órgão licenciador, o Rima deve, em linguagem acessível, resumir seus resultados para a população potencialmente interessada no licenciamento ambiental. Já o Plano Básico Ambiental (PBA) é o documento que sistematiza a proposição de medidas mitigatórias e compensatórias do empreendimento em questão.

caso de viabilidade e regularidade, podem ser concedidas pelo órgão licenciador.

A primeira delas, a Licença Prévia (LP), depende da aprovação do EIA-RIMA e autoriza atividades voltadas para a elaboração de estudos e projetos visando à implantação do empreendimento. Cumpridas as respectivas condicionantes, na etapa subsequente concede-se a Licença de Instalação (LI), que permite a execução de obras e instalação de estruturas necessárias a seu funcionamento. Finalmente, a Licença de Operação (LO) pode ser concedida, mais uma vez em conformidade com o cumprimento das condicionantes previstas, autorizando o empreendimento a operar.

Para o projeto de exploração dos platôs da Zona Central Oeste, a MRN abriu processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e, em 2012, deu início a estudos de detalhamento geológico<sup>8</sup> e de impacto ambiental. Porém, ao tomarem ciência das movimentações da mineradora na área, quilombolas dos territórios Alto Trombetas I e Alto Trombetas II prestaram denúncia ao Ministério Público Federal (MPF), que abriu um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar o caso.

No âmbito do ICP, constatou-se a falta de consulta prévia, livre e informada das comunidades que ocupam a área. Devido à inobservância desse direito preconizado na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, o MPF recomendou aos órgãos ambientais que suspendessem todas as autorizações dadas à MRN para realização dos estudos supracitados. Em paralelo, determinou à Fundação Cultural Palmares (FCP) a realização da

---

<sup>8</sup> O detalhamento geológico visa a aprofundar conhecimentos sobre a qualidade do minério existente no subsolo, a fim de subsidiar estudos de viabilidade do empreendimento.

consulta, cujos eventos transcorreram de 2013 a 2015.<sup>9</sup> Contudo, por força das recomendações do MPF, as atividades da MRN na ZCO ficaram paralisadas até o ano subsequente.

Nesse ínterim, a empresa teve de se adequar à Portaria Interministerial nº 60/2015, responsável por estabelecer procedimentos administrativos para disciplinar a atuação da Fundação Nacional do Índio, da Fundação Cultural Palmares, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Ministério da Saúde nos processos de licenciamento ambiental de competência do Ibama. Entre outras providências, a referida portaria instituiu a obrigatoriedade da realização de estudos de componentes específicos para o licenciamento de projetos em áreas ocupadas por indígenas ou quilombolas. No caso destes últimos, tornou-se obrigatório proceder ao Estudo do Componente Quilombola (ECQ), além do EIA-Rima.

Permitindo às comunidades exercer um “controle” relativo (DE PAULA, 2010) sobre o produto, por meio da indicação de equipe e da verificação prévia de resultados da pesquisa, o ECQ fomentou em visitas, entrevistas e reuniões com os quilombolas muitas reflexões quanto aos impactos sentidos em quatro décadas de mineração e àqueles esperados em relação ao projeto ZCO. Ao longo de cerca de 120 dias dedicados ao estudo (incluindo atividades de campo e gabinete), observou-se que líderes e moradores locais ganharam desenvoltura na utilização de termos característicos dos discursos técnicos e ambientais, apropriando-se de condições de diálogo para sustentar demandas em acordo com suas experiências concretas.

Por motivos diversos que não cabe aqui especificar, entre os quais a exigência de revisão do EIA pelo Ibama, o projeto ZCO foi desacelerado

---

<sup>9</sup> Sobre o conturbado processo de consulta, até então inédito entre os quilombolas, ver Beser, Ribeiro e Carvalho (2018).

em 2018 e, no ano seguinte, descontinuado. Entretanto, a experiência que as comunidades do TQ Alto Trombetas II adquiriram no curso dos embates transcorridos desde 2012 lhes serviu em novos processos de licenciamento ambiental, como explica uma líder local.

Ultimamente nós estamos discutindo o licenciamento da zona leste, que é o [platô] Cipó e o [platô] Teófilo. Devido ao nosso RTID ter sido publicado em fevereiro de 2017, nos foi concedido o direito do que está em torno do território em 10 km, os impactos indiretos do empreendimento. Então dentro desse raio de 10 km está o Cipó e o Teófilo, da Zona Leste. Então, a MRN só libera o funcionamento se as comunidades autorizarem. Tem que passar pela Palmares, emitir nota técnica para o Ibama para que ele possa liberar e continuar o processo de extração depois. E foi assim, eles já estavam no processo de extração, mas, como chegou ao nosso conhecimento que era um direito nosso, possibilitado pelo RTID, e venceu a licença do Ibama, então nós estamos negociando, colocamos nossas propostas de condicionantes. A MRN ofertou oito propostas de condicionantes e nós articulamos, em contraproposta, trinta e quatro. Ficou mais do nosso jeito.

Depreende-se que, após o ECQ, as comunidades do TQ Alto Trombetas II, por intermédio de seus representantes, lograram instituir novas condições de diálogo com a mineradora, fazendo avançar a negociação de pautas do interesse coletivo, entre as quais se destacam os temas da educação e da saúde. No campo da saúde, suas principais demandas orbitam um “tratamento diferenciado” que assegure o acesso a serviços biomédicos antes reservados aos funcionários da empresa.

De outro lado, notam-se, por parte da MRN, tentativas de aprimorar o atendimento às demandas dos quilombolas, cabendo à sua Gerência de Relações Comunitárias (GRC) adequá-las ao escopo de ações e discursos de sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental adotados pela mineradora. Neste sentido, o diálogo qualificado com

as comunidades faz parte da estratégia de obtenção de certificados nacionais e internacionais que atraem o investimento dos acionistas<sup>10</sup> e conferem condições de competitividade junto a empresas “limpas”, no mercado internacional.

### **A emergência da saúde no licenciamento ambiental**

Na construção de Porto Trombetas, nos anos 1970, a MRN criou uma infraestrutura sanitária adequada para alojar seus funcionários e desenvolveu uma série de ações, visando à prevenção e ao tratamento de doenças. Com a lógica “da manutenção e reposição da força de trabalho”, erigiu, em 1986, um “amplo e moderno hospital [único na região] que é peça principal e centro do sistema de saúde” (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1077). Originalmente restrito aos funcionários da mineradora e administrado pela empresa Pró-Saúde desde 1997, o Hospital de Porto Trombetas (HPTR) tem 22 leitos, atendimento médico-hospitalar e ambulatorial de urgência e emergência 24 horas.

A realidade da cidade-empresa é, portanto, bem distinta daquela disponível aos habitantes do entorno, no que concerne à infraestrutura sanitária e a equipamentos e serviços de saúde. No caso específico do TQ Alto Trombetas II, as oito comunidades que o compõem são servidas por água diretamente retirada do rio, dos lagos e igarapés, à qual o único tratamento aplicado é o hipoclorito. Em todo o território, predominam valas para dejetos, embora algumas construções possuam fossas. Nenhuma comunidade possui posto de saúde, e apenas duas contam

---

<sup>10</sup> Vale (40% das ações); South32, empresa resultante de uma cisão de ativos da anglo-australiana BHP Billiton em 2015 (14,8%); Rio Tinto (12%); Companhia Brasileira de Alumínio (10%); Alcoa Alumínio AS (8,58%); Alumina Mundial da Alcoa (5%); Hidro (5%); e Alcoa Awa Brasil Participações (4,62%). Disponível em: <<http://www.quilombo.org.br/mrn-maior-produtora-de-bauxita>>. Acesso em: 28 mar. 2018.



com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) contratados pela Prefeitura Municipal de Oriximiná. O hospital público mais próximo fica na sede do município, e, para chegarem a ele ou a uma Unidade Básica de Saúde (UBS), os quilombolas devem enfrentar viagens de, no mínimo, seis horas de duração.

Nesse contexto, em atendimento a condicionantes socioambientais e como parte de suas ações de responsabilidade social, a MRN tem destinado projetos e ações de saúde às comunidades do entorno, especialmente ao TQ Boa Vista. Essa localidade reúne as seguintes características: é a mais próxima de Porto Trombetas; há mais tempo sofre os impactos da mineração; preenche grande parte dos cargos de baixo escalão da mineradora; e é, também, a única comunidade quilombola titulada, nas redondezas.<sup>11</sup> Por esses motivos, ela tem recebido da MRN uma série de políticas diferenciadas, não só no campo da saúde, que se tornaram atrativos para os quilombos vizinhos.<sup>12</sup>

A primeira iniciativa da mineradora, por intermédio da Gerência de Relações Comunitárias, foi o cadastramento de moradores de Boa Vista, nos anos 1980, a fim de lhes dar acesso ao HPTR.

Lá no Boa Vista, [...] ela fez um cadastro que está servindo até hoje ao pessoal: consulta, exame, antigamente fazia cirurgia, arrancava dente. Hoje em dia é só consulta e olhe, olhe. O pessoal de fora, como daqui do [lago do] Erepecu, não teve o direito de cadastrar: Palhal, Jamari, Juquirizinho, Juquiri Grande, Curuçá, Mãe Domingas, essas não tiveram direito porque estavam mais distantes; só os que moravam no Batata e no Boa Vista. (CUMBUCA NORTE, 2016, p. 395).

<sup>11</sup> A titulação de Boa Vista ocorreu em 1995.

<sup>12</sup> Outra distinção conferida aos quilombolas de Boa Vista foi a concessão de vagas no colégio Pitágoras, em Porto Trombetas, e de bolsas de estudo para alunos que passem para um curso superior, normalmente em Santarém (PA) ou Manaus (AM).

Um funcionário da GRC classificou a ação como um “cadastro médico” para que os profissionais do HPTR tivessem à sua disposição tanto o histórico de saúde quanto outras informações pessoais do paciente. Segundo diz, “ele surge com o intuito de disciplinar [...], porque não tinha um controle e gerava desordem e confusão para a gestão da MRN”.

A busca da população regional por atendimento para os mais variados casos de saúde é intensa – e não para de crescer – desde a criação do HPTR. No intuito de aliviar a pressão sobre essa estrutura, bem como a constante demanda de autorização de entrada na cidade-empresa, insuficientemente controladas pelo cadastro, a MRN instalou um ambulatório a poucos metros de distância do porto fluvial, ainda na década de 1980.

Situado em frente a uma feira de produtos agrícolas, tal ambulatório é popularmente conhecido como Posto da Feirinha. Por estar fora da vila residencial, dispensa autorização de trânsito em Porto Trombetas, tornando-se efetivamente acessível, embora não chegue a “reduzir [a] pressão sobre o ambulatório e os serviços contidos no hospital” (VICENTIN; MINAYO, 2003, p. 1077). Isso porque o número de consultas e as especialidades médicas disponíveis no posto não suprem as demandas das comunidades dos arredores. Ademais, a frequente necessidade de exames médicos, reservados aos pacientes cadastrados no HPTR, faz com que a população do entorno recorra prioritariamente ao hospital, servindo-se de estratégias como o casamento<sup>13</sup> para fazer jus ao cadastramento.

Fica claro, pois, que o cadastramento opera como instrumento de diferenciação de quem pode e não pode ter acesso a serviços de melhor qualidade, beneficiando, no cenário regional, os moradores de Boa Vista em detrimento de centenas de famílias quilombolas. Essas famílias ale-

---

<sup>13</sup> Inicialmente, o cadastro integrou os agregados das famílias, mas, com o passar dos anos, as regras foram se alterando em função da crescente demanda, até que passou a considerar apenas os parentes consanguíneos.

gam que, junto com o cadastro, os beneficiados recebem permissão de trânsito em Porto Trombetas e que o próprio acesso a postos de trabalho na MRN lhes é facilitado.<sup>14</sup> Com efeito, o suposto “cadastro médico” acaba selecionando, entre os quilombolas, aqueles que podem usufruir da estrutura da cidade-empresa ou simplesmente entrar nela, gerando sentimentos de mal-estar, exclusão, desconsideração e conflitos entre as comunidades que recebem tratamento diferenciado da empresa.

No que tange à saúde, o acesso à infraestrutura e aos serviços disponíveis em Porto Trombetas tornou-se uma questão moral, além de uma necessidade objetiva, para os quilombolas do TQ Alto Trombetas II. Embora moradores da comunidade Moura, a segunda mais próxima do empreendimento, tenham alcançado a mesma prerrogativa dos de Boa Vista, há numerosas demandas de cadastramento de quilombolas de todas as comunidades do território, sem distinção. “A gente está morrendo, tem um hospital ali, eu vou morrer aqui porque não posso ir lá? Não, eu vou lá, ainda que eu morra lá na porta, mas eu vou lá” – diz um morador do Moura (CUMBUCA NORTE, 2016, p. 201).

A GRC da MRN defende-se das críticas ao caráter segregador do cadastro, argumentando:

Já tem cadastrados no Jamari, no Mãe Cué [TQ Alto Trombetas I], no Curuçá, em uma série de comunidades. A gente tem 2.886 pessoas no Alto Trombetas, mas a gente tem 2.715 cadastros, se a gente está defasado é uns 150. Lá no início, tem os titulares do cadastro. Se eu consigo evidenciar que aquele bisneto tem conexão com o patriarca ou a matriarca, porque às vezes tem titulares mulheres, obviamente eu cadastro. Eu vou precisar da certidão de nascimento, geralmente eu preciso de três certificações porque vai conectando até chegar no avô, aí evidencia e faz o cadastro. Essa semana eu cadastrei

---

<sup>14</sup> A maioria dos postos é ocupada nas cooperativas quilombolas de Boa Vista e Moura, respectivamente Cooperboa e Coopermoura, ambas criadas com auxílio da MRN na fase que Trindade (2001) chamou de reestruturação produtiva.

duas crianças, eu nunca paro de cadastrar. Só que eu estou cadastrando os bisnetos, e não os agregados. Imagina eu parar tudo, eu tenho que fazer um censo para instituir o cadastro.

Ainda em atendimento a condicionantes ambientais da mineração na área da saúde, a MRN desenvolve o Projeto Quilombo, cujo objetivo é prestar assistência curativa ou preventiva a 18 comunidades quilombolas do entorno de Porto Trombetas. Premiado pela acionista BHP Billiton como melhor projeto na área de relações comunitárias em 2004, até 2018 ele esteve a cargo da Fundação Esperança, instituição privada sediada em Santarém.

Pelo escopo do projeto, uma equipe de 12 a 15 profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, técnicos e estagiários – deveria atender mensalmente aos moradores de todo o TQ Alto Trombetas II, por meio de visitas *in loco* às comunidades-polos Moura e Curuçá, com duração de um dia cada.<sup>15</sup> Na prática, porém, não era o que vinha acontecendo nos últimos anos, quando o calendário das campanhas ficou irregular, e a equipe que vinha assisti-los era bem menor que o estipulado.

As campanhas chegaram a ser interrompidas por dez meses entre 2016 e 2017, devido à falta de acordo entre a MRN e a Fundação Esperança quanto aos custos de renovação do contrato. O impasse ensejou, entre os quilombolas do TQ Alto Trombetas II, um sentimento de desconsideração associado a um descrédito na empresa, pois o projeto sofreu paralisação justamente quando se discutia o licenciamento ambiental de novos platôs, inclusive dentro do território. Durante as atividades do ECQ, então, as reclamações quanto à ação da mineradora na área da saúde multiplicaram-se. As queixas dirigiam-se não só ao HPTR,

---

<sup>15</sup> De acordo com as chuvas, que interferem no nível do rio Trombetas, os polos de atendimento podem ser transferidos para as comunidades Último Quilombo e Jamari.

mas também à falta de cobertura com tratamentos especializados e às ações do Projeto Quilombo, alvo de críticas em diversos aspectos.

Em relação à estrutura disponível para os atendimentos em saúde, trata-se de postos improvisados nas escolas e nos barracões comunitários (quando eles suportam a demanda) ou, mesmo, debaixo de árvores – que, ainda assim, não dispensam o trabalho de diversos moradores no carregamento de equipamentos e mobiliários desde o barco utilizado pela equipe do projeto até a comunidade, e vice-versa.<sup>16</sup> A precariedade das instalações usadas pelo projeto foi particularmente sensível entre as mulheres, aviltadas por terem que se submeter a certos procedimentos, como os exames ginecológicos, sem a devida “proteção, à vista de qualquer pessoa” – como relatou uma quilombola.

Embora ajudem a viabilizar as atividades do projeto, os quilombolas relatam que, frequentemente, ficam sem atendimento – porque a demanda supera a quantidade de fichas distribuídas de manhã, bem cedo – ou são maltratados. Ora, porque têm de esperar horas sob o sol, alguns passam mal. Outros se queixam de serem atendidos por “gente que está aprendendo na comunidade” e não por médicos, enfermeiros e técnicos formados e contratados, contrariando toda a divulgação feita a respeito do Projeto Quilombo. Vários usuários informam que apenas analgésicos e anti-inflamatórios são oferecidos pelo projeto, independentemente do mal-estar ou da doença apresentada. Por fim, denunciam práticas racistas por parte de membros da equipe da Fundação Esperança, conforme depõe uma moradora do Jamari: “Se o projeto é dos quilombos, era para eles virem preparados. Agora eu me senti mal porque, como você pode

---

<sup>16</sup> Muitos quilombolas atuam como voluntários e recebem certificados que os tornam mais cotados para ocupar vagas nos processos seletivos de Agente Comunitário de Saúde do município. A expectativa desses voluntários, em geral, é trabalhar pelas comunidades em que vivem.

saber, até de macaca já ouvi eles [os enfermeiros] falarem entre si; riam e riam quando a gente entrava”.

Das mulheres, também parte a denúncia de que quantidades cada vez maiores de anticoncepcionais têm sido distribuídas nas comunidades, junto com palestras de conscientização para o uso de métodos contraceptivos. No próprio relatório do Projeto Quilombo (2016), consta que os anticoncepcionais foram os medicamentos mais distribuídos nas comunidades em 2016, configurando uma medida de controle de natalidade que visa aos interesses da empresa, posto que grande parte das quilombolas recorre ao HPTR para a realização de partos e pré-natal, bem como solicita a inclusão de seus filhos no cadastro logo após o nascimento, onerando a mineradora.

O Projeto Quilombo, portanto, em que pese ao próprio nome, não chega a constituir uma proposta de atendimento em saúde efetivamente concebida em atenção às características étnico-raciais e socioculturais e às necessidades de prevenção e tratamento do seu público-alvo. Com efeito, ele é francamente percebido pelos quilombolas como inferior aos serviços de saúde prestados aos indivíduos que, por meio do cadastro, são autorizados a frequentar as instalações de Porto Trombetas.

Por outro lado, os quilombolas do TQ Alto Trombetas II compreendem o Projeto Quilombo como uma estratégia da MRN para mantê-los afastados da *company town*, como fica claro no depoimento de uma entrevistada: “Ela [a MRN] criou esse projeto aqui, da Fundação Esperança, para tirar o acesso das pessoas lá dentro do quadro delas [do HPTR]. Lá é uma carga que ela não quer carregar e que a gente nunca vai parar de calejar” (CUMBUCA NORTE, 2016, p. 201). Outra mulher, residente na comunidade Jamari, contou que todas as vezes em que ela e os familiares procuram o HPTR são lembrados do Projeto Quilombo,

insinuando que, aos olhos da mineradora, a presença dos quilombolas deve se resumir às comunidades ou ao “beiradão”.<sup>17</sup>

Ainda assim, a importância do Projeto Quilombo é reiterada pelos quilombolas, porquanto representa a única forma de acessar serviços básicos e regulares de saúde por parte de quem não é cadastrado. Logo, a primeira reação da ACRQAT à paralisação do projeto foi reclamar junto à empresa a adoção de medidas emergenciais. “As pessoas não cadastradas não podem ir para Oriximiná só para acompanhar a pressão ou a glicemia” – explicou um deles.

As negociações sobre medidas emergenciais tornaram-se possíveis, em 2018 e 2019, no âmbito de novos processos de licenciamento ambiental nos limites ou nas proximidades do TQ Alto Trombetas II.<sup>18</sup> Nesse contexto, considerando a inatividade do Projeto Quilombo, e configurado o descumprimento da respectiva condicionante ambiental, a ACRQAT demandou emergencialmente a liberação de vagas no Hospital de Porto Trombetas.

Na questão da saúde... A mineração tem um documento chamado “As condicionantes”; para ela poder operar dentro da área quilombola [...] como uma obrigação com a saúde dos ribeirinhos, quilombolas, ela tem assim uma questão de acompanhamento. Se ela não atender uma pessoa que está em emergência, ela pode ser multada por omissão de socorro, que essa é a lei. A lei obriga ela a fazer, não é que ela queira fazer, ela faz porque a lei obriga. En-

---

<sup>17</sup> O termo “beiradão”, em sentido denotativo, refere-se às beiras de rios, ocupadas por moradias ribeirinhas, portos e ponto de comércio, entre outros. No entanto, em sentido mais amplo, remete a conteúdos sociológicos associados à marginalidade em diversos contextos, de pobreza, prostituição, criminalidade, baderna etc. No contexto estudado, o beiradão de Porto Trombetas corresponde à única área da cidade-empresa que é franqueada a moradores do entorno e visitantes. Compreende o porto fluvial e alguns pontos de comércio e serviço, inclusive o Posto da Feirinha.

<sup>18</sup> Especificamente, tratou-se de licenças de instalação e operação da mineradora em platôs da Zona Leste, nas adjacências do território quilombola, e da renovação da licença de operação no platô Monte Branco, dentro dele.

tão, assim, se os ribeirinhos da comunidade do Palhal forem lá para marcar uma consulta, eles não conseguem marcar, porque não é cadastrado [...]. Foi uma luta para eles poderem entrar no cadastro... E a mineração se defende que ela é uma empresa e a responsabilidade toda é do município, mas não é. (CUMBUCA NORTE, 2016, p. 372).

A ocorrência de casos graves e até mortes de indivíduos não cadastrados, por falta de atendimento em Porto Trombetas, forçou a MRN a “sentar e negociar” com a associação quilombola a liberação de vagas para atendimento no HPTR. Foi emblemático o caso de uma mulher não cadastrada que perdeu o bebê, supostamente porque lhe faltou o acompanhamento pré-natal, que ela costumava fazer no Projeto Quilombo e lhe foi negado no hospital. Nas palavras de uma quilombola:

Isso foi uma negociação da Associação com a Mineração porque houve um caso de uma menina que passou mal porque ela estava grávida. Isso depois de várias queixas. Não tem atendimento da Fundação, nunca mais teve... Ela perdeu o bebê por falta de acompanhamento médico. Ela não podia fazer pré-natal porque ela não é cadastrada, só podia fazer quem era e ela só restava o hospital de Oriximiná, mas ela não tinha condição de estar indo [a Oriximiná], tudo é custoso. Quando ela perdeu o bebê, aí a associação conversou com a Mineração para negociar mais vagas só para as mulheres grávidas [...] para fazer o acompanhamento porque não têm condições de estar indo para lá [Oriximiná]. Porque por onde a gente fazia era pela Fundação Esperança, Projeto Quilombo, e não tem mais. Por outro lado, para entrar [no hospital] e fazer pré-natal, eles querem que o coordenador [das comunidades] identifique, autorize pelo escritório, para quando as pessoas vêm, que precisam fazer exames; o hospital só libera se o pessoal do escritório da Mineração libera.

Nas negociações entre ACRQAT e MRN, a mineradora apresentou contrapropostas em face da pressão pela liberação do HPTR. Uma delas foi a contratação de um médico da família, que realizaria atendimentos nas comunidades e retornaria a Porto Trombetas ao final de cada dia. A ideia não foi aceita pela associação, que solicitou urgência na reto-



mada do Projeto Quilombo. Em contrapartida, a empresa retomou uma demanda anterior da associação, de instalação de um posto de saúde no território. Em 2017, esse pleito fora considerado “infectível” pela Gerência de Relações Comunitárias da MRN, mas veio a receber novo tratamento nas negociações em 2018, diante do vencimento da licença de operação da mineradora no platô Monte Branco. Sem médico da família, a ideia de construção de um posto para prestar atendimentos básicos foi bem aceita pela ACRQAT,<sup>19</sup> embora tenha recebido críticas de membros para os quais a luta deve ser pela ampliação e pela liberação definitiva dos serviços e estruturas do HPTR para todos os quilombolas. Uma moradora declarou:

Esse hospital não é nosso, é do pessoal da mineração. Não temos como lotar, não lotam nem as vagas que tem porque a pessoa só vem quando precisa de atendimento. Eles mostram os gráficos que a gente gasta, mas não é assim. Os tratamentos são caros mesmo, mas e a gente? [...] Antes ampliasse o hospital daqui para atender às pessoas, porque o hospital não iria ficar cheio de gente, igual àquela desculpa que eles dizem. Se sobrecarrega as coisas é porque o orçamento é só para as pessoas da mineração, as pessoas daqui. Não vem todo dia um monte de gente, só vêm mesmo pessoas que estão necessitadas.

Em 2018, após muita discussão entre a empresa e a associação chegou-se à liberação de um número maior de vagas do Hospital de Porto Trombetas, ampliando-se o número de médicos para atendimento e garantindo o respeito aos horários agendados para consultas, um quesito fundamental para quem precisa planejar muito bem a viagem e a estadia em Porto Trombetas.

---

<sup>19</sup> Os quilombolas solicitaram que o posto funcionasse 24 horas por dia, mas acatou que operasse em oito horas diárias, contando com um médico-residente no território.

Antes, não conseguia marcar consulta, não se consultava. Às vezes, descia o rio na terça para garantir a madrugada de quarta e não marcava. Agora, a gente já está conseguindo. A gente chegava e dizia que não tinha mais vaga, eram 16. Hoje são 32 vagas, 16 de manhã e 16 de tarde. Chegava por aqui, o pessoal das outras comunidades, mais próximas, já tinham marcado, e a gente que mora longe ainda tinha o trabalho de voltar, quando não conseguia onde ficar. Às vezes tu chegavas a marcar, depois de dois dias aqui na beirada, o médico não vinha. Agora o médico está chegando no horário certo, atende todo mundo. Marcavam com a gente, marcava às 8 horas a consulta, o médico chegava às 10, atendia metade do pessoal e ia embora. Agora não, chegam cedo [...]. Antes a gente vinha de manhã e só voltava à noite do outro dia para casa, ficava esperando.

Até o momento, os atendimentos nas comunidades, tais quais realizava o Projeto Quilombo, foram retomados em novo formato. Continuam as negociações em torno da inclusão de todos os quilombolas no cadastro que dá acesso aos serviços de saúde, ou da abolição desse cadastro como instrumento de controle na atribuição de direitos. Nessa medida, os próprios quilombolas passaram a questionar a pertinência desse modelo de ação da MRN, norteado pela diferenciação entre sujeitos que se concebem como iguais diante da empresa. Aperceberam-se de que esse modelo, materializado na forma do cadastro, em vez de democratizar o acesso, cria uma espécie de linha simbólica que separa quilombolas uns dos outros, reforçando ao mesmo tempo as fronteiras físicas que já os separam da cidade da mineração.

### **A desigualdade como condição para o "tratamento diferenciado"**

Para os moradores do TQ Alto Trombetas II, a atenção desigual que recebem por parte da mineradora, em flagrante contraste com o que se passa no quilombo vizinho de Boa Vista, é uma demonstração cabal de desconsideração. Para eles, tratar a saúde não pode se resumir a cumprir um requisito formal-legal e fundamental do licenciamento ambiental,

que garante a autorização da MRN para explorar a natureza com suposta responsabilidade socioambiental. O que se espera da empresa, principalmente na medida em que ela visa a explorar platôs dentro do TQ, são gestos mais enfáticos de consideração e respeito, dando a perceber a força de dimensão moral do atendimento em saúde. É nesse sentido, então, que a associação representativa do território tem demandado à mineradora um “tratamento diferenciado”.

Acompanhando-se os quilombolas do TQ Alto Trombetas II desde o ECQ até os pernoites<sup>20</sup> no porto da MRN à espera de atendimentos no Posto da Feirinha e no HPTR, compreende-se que as atuais negociações da ACRQAT com a MRN em torno da saúde se pautam na exigência de consideração, por parte da empresa, aos moradores do Alto Trombetas II, como um tipo de direito humano associado à dignidade do cidadão (OLIVEIRA, 2002, p. 8). Segundo um coordenador da ACRQAT, as negociações em curso pretendem superar, em determinados aspectos, o conflito de interesses com a empresa que disputa o subsolo do território. Para ele, só é possível lutar pela melhoria na vida das comunidades por meio diálogo: “Se não houver, não teremos nenhuma chance de questionar e ter voz, de negociar”. Nessa visão, o próprio processo de negociar junto à empresa implica a possibilidade de a associação buscar reparação por anos de desconsideração e “insulto moral” (OLIVEIRA, 2002, p. 8), expressadas em formas de tratamento que produziram distinções entre quilombolas.

Mesmo não configurando uma agressão que fundamenta demanda por reconhecimento como um direito legal, a exigência da consideração expõe a busca pela “estima” que ocorre na relação entre indivíduos que

---

<sup>20</sup> Pernoitar, no caso, é categoria nativa cujo sentido ultrapassa o de meramente passar a noite no porto. É uma estratégia que alia espera e ação, em busca de atendimento médico (FIDELIS, 2019).

se reconhecem mutuamente, em um processo de luta por reconhecimento (HONNET, 2003). Quanto à negociação de pautas emergenciais de saúde, principalmente relativas ao cadastro, uma liderança local explica:

Eu acho que isso é direito. A mineração está dentro do nosso território. É um direito das comunidades lutarem para conseguir esse bendito cadastro, para terem o mínimo de acesso. Eles encontram grandes problemas até para fazer uma compra básica no supermercado, porque não tem esse bendito cadastro, não pode consultar [no hospital] por causa disso. É direito de todos. A mineração chegou, entrou e é invasor no espaço onde nós convivíamos, aquele espaço era um espaço de circulação também. A minha família foi cadastrada e tenho acesso ao ambulatório da Feirinha que tem clínico, ginecologista, o acesso é para consultar com esses médicos, etc. Em Porto Trombetas, eu tenho acesso. Na comunidade Moura, quase todo mundo é cadastrado. Acredito que 85% são cadastrados. Mas tem outras comunidades. Ela [a MRN] está levando o que é nosso. Então, é mais que direito se sentir parte do espaço. É, pelo menos, isso: ter uma saúde mais próxima, mais digna. Estar doente é não estar bem de saúde; então, é simples: a pessoa não tem a disposição. Estar se sentindo mal e ainda lidar com isso é como se não tivéssemos direito a nada também.

No contexto empírico desta discussão, a negociação de atendimento médico nas dependências de Porto Trombetas descortina a distinção feita, de fora, entre os quilombolas, revelando também uma face de sua luta por reconhecimento, que é repleta de controvérsias. Como alegam Montero, Arruti e Pompa (2011, p. 27):

Os processos de produção de identidades, e seu uso político, só podem ser compreendidos através da observação empírica do modo como agentes particulares, a partir de repertórios disponíveis, produzem seus modos de representar suas diferenças na interação com os outros.

Visto sob a ótica reivindicativa da assistência à “saúde diferenciada” em um plano mais geral, fruto da reivindicação do movimento nacional como uma política pública, para a qual se deve levar em

consideração, principalmente, a diferença do outro (ARRUTI, 2009; 2011), o “tratamento diferenciado” especificamente demandado pela ACRQAT frente à expansão mineral reflete a progressiva tomada de consciência dos quilombolas enquanto “sujeito de direitos”, no âmbito das discussões feitas no ECQ, perante a MRN e o Estado brasileiro. O “tratamento diferenciado” que demandam, portanto, carrega múltiplos sentidos de um “conflito moral” fundamentado na percepção das diferenças produzidas, pela MRN, entre as comunidades quilombolas da região ao longo de sua instalação, sua presença e sua atividade no Trombetas. Para Axel Honneth (2003), quando um conflito se instaura em uma luta por reconhecimento, ele se pauta na experiência de “desrespeito moral”, caracterizado “como um ato ou atitude que agride direitos de natureza étnico moral” (OLIVEIRA, 2002, p. 9). Entres os relatos dos não cadastrados a respeito dos cadastrados, fica clara a controvérsia quanto ao direito que os primeiros julgam possuir por serem, como os outros, quilombolas.

Se “as experiências mais ou menos privadas se tornam motivos morais de uma luta pelo reconhecimento” (MONTERO; ARRUTI; POMPA, 2011, p. 34), e se, quando compartilhadas a partir de uma gramática suficientemente capaz de corporificar um grupo, as situações de desrespeito moral tornam-se pauta coletiva, é cabível compreender a demanda quilombola por “tratamento diferenciado” no campo da saúde como uma luta por reconhecimento. Nesse sentido é que os quilombolas do TQ Alto Trombetas II passaram a ver a liberação do serviço médico como uma obrigação da mineradora, não só legal, mas também moral, como uma medida que ponha fim aos insultos morais a que são submetidos os indivíduos e as famílias que passam dias no porto à espera de atendimento, ou simplesmente não são atendidos nas instalações da empresa. O “tratamento diferenciado”, então,

seja ele expresso como categoria nativa, seja como cláusula de acordos discricionários, é uma busca por consideração. Do ponto de vista dos quilombolas, experimentar-se-á, na liberação dos serviços biomédicos em Porto Trombetas, a estima do empreendedor.

## Referências

- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- ARRUTI, J. M. A. Diferenciar, redistribuir, reconhecer: ensaio de atualização dos debates sobre terra e educação para quilombos. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 285-294, 2011.
- ARRUTI, J. M. A. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, M. de; HERINGER, R. (Org.). *Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll Stiftung, Actionaid, 2009.
- ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO ALTO TROMBETAS II. Oriximiná-PA. 2017.
- BESER, E. G. A.; RIBEIRO, J. F.; CARVALHO, L. G. de. Um protocolo de consulta no Alto Trombetas: experiências e resultados. *Terceira Margem Amazônia*, Manaus, v. 3, n. 11, 2018.
- BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. *Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CUMBUCA NORTE. *Estudo do componente quilombola das comunidades localizadas no entorno da Mineração Rio do Norte*. Santarém, 2016. 632 p.
- DE PAULA, L. R. Antropologia, desenvolvimento e estudos de impacto ambiental: a responsabilidade social do antropólogo revisitada. *R@U-Revista dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v. 2, n. 2, p. 252-281, 2010.
- FIDELIS, J. C. "Tratamento diferenciado": sobre reconhecimento e consideração em torno do sistema biomédico no Alto Trombetas. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

- FUNES, E. A. *Comunidades remanescentes dos mocambos do Alto Trombetas*. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, 2000.
- FUNES, E. A. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos no Baixo Amazonas*. 1995. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- GENEROSO, F. C. As condicionantes no licenciamento ambiental de empreendimentos minerários. *MPMG Jurídico*, Belo Horizonte, p. 17-20, 2012. Edição especial.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- KUSCHNIR, K. Antropologia e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007.
- LIMA, A. SiNUCa de bico: mineração em unidade de conservação. In: RICARDO, F.; ROLLA, A. (Org.). *Mineração em unidades de conservação na Amazônia brasileira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- MARCUS, G. E. Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.
- MARCUS, G. E. *Multi-sited ethnography: problems and possibilities in the translocation of research methods*. New York; London: Routledge, 2011.
- MENDES, R. S. *Construindo o diálogo: performance e política na regularização fundiária do Território Quilombola Alto Trombetas II*. 2019. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.
- MONTERO, P.; ARRUTI, J. M.; POMPA, C. Para uma antropologia do político. In: LAVALLE A. G. (Org.). *O horizonte da política: questões emergentes e agenda de pesquisa*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 145-184.
- O'DWYER, E. C. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In: \_\_\_\_\_. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- OLIVEIRA, L. R. C. de. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Relume Dumará, 2002.
- SALLES, V. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: Instituto de Artes do Pará, Programa Raízes, 2005.
- TRINDADE, J. R. B. *A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte*. Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

VICENTIN, G.; MINAYO, C. G. Saúde, ambiente e desenvolvimento econômico na Amazônia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, p. 1069-1085, 2003.

WANDERLEY, L. J. de M. *Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008.

WITKOSKI, A. C. *Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.





# CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: PESCADORES ARTESANAIS NO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

Uriens Maximiliano Ravena-Cañete  
Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos  
Voyner Ravena-Cañete

Este trabalho tem como objetivo descrever conflitos socioambientais envolvendo pescadores artesanais<sup>1</sup> da Colônia de Pescadores Z-03, de Oiapoque, no Amapá, que tradicionalmente exploram as áreas de uma unidade de conservação de proteção integral e de seu entorno, na região Norte brasileira, costa do estado do Amapá (RUFFINO, 2005; ISAAC-NAHUM, 2006; FRÉDOU et al., 2010), mais especificamente a Unidade de Conservação (UC), Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), município do Oiapoque, fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Trata-se de conflitos que se verificam a partir da expropriação decorrente da criação do parque e que se agudizam e se complexificam com o crescimento da pesca industrial e da afluência de pescadores artesanais do estado do Pará. Especial atenção é dada ao modo como os pescadores do Oiapoque têm se organizado política e ambientalmente no que se refere a novas estratégias de manejo, a partir de relações preexistentes que mantiveram com o território. Para tanto, o trabalho

---

<sup>1</sup> Entende-se pesca artesanal como aquela cuja composição da força de trabalho é especialmente marcada por relações familiares ou de parentesco, além de ser desenvolvida por embarcações com tonelagens que não ultrapassam o limite de 15 t. Tal descrição se embasa na própria definição dos pescadores da costa amapaense (RAVENA-CANETE et al., 2015).

utiliza uma metodologia qualitativa e privilegia o diálogo com os agentes envolvidos no cenário da pesca no município de Oiapoque, a saber: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, pescadores amapaenses e presidente da Colônia de Pescadores Z-03 de Oiapoque. Os resultados da pesquisa demonstram que boa parte dos pescadores artesanais associados à Colônia de Pescadores Z-03 de Oiapoque é remanescente ou descendente de uma comunidade pesqueira localizada na foz do rio Cassiporé, chamada Vila de Taperebá, cujo território foi expropriado por ocasião da criação do parque.

Os parques nacionais são um modelo de UC de proteção integral da natureza, o qual não permite a presença humana ou a exploração de seus recursos.<sup>2</sup> O PNCO foi criado em 15 de agosto de 1980, pelo Decreto no 84.913/1980 (BRASIL, 1980); e, em 2013, foi reconhecido como Sítio Ramsar brasileiro.<sup>3</sup> De acordo com Marinho (2009), “é ao mesmo tempo, um parque continental e um parque marinho, já que aproximadamente 200 mil hectares de sua área estão em águas oceânicas”.

Com a criação do parque, portanto, esses pescadores foram expulsos. Anos mais tarde, com a Colônia de Pescadores Z-03 do Oiapoque como instituição representativa, eles traçaram e propuseram um manejo e uma medida compensatória pela expropriação ocorrida. Estes se desenharam na proposta de criação de uma Resex Marinha.

Este texto está dividido em três seções. A primeira apresenta o cenário<sup>4</sup> anterior à instituição do PNCO, dando especial destaque à

---

<sup>2</sup> O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi criado pela Lei nº 9.985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal.

<sup>3</sup> Fonte: <<https://www.mma.gov.br/areas-protetidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADtios-ramsar.html>>.

<sup>4</sup> Este cenário encontra-se mais detalhado em trabalho publicado pelos mesmos autores em Ravena-Cañete et al. (2015) e na dissertação de Ravena-Cañete (2014).

disponibilidade e à riqueza dos recursos pesqueiros acessados pela população que vivia nas proximidades da foz do rio Cassiporé. Na segunda seção discutem-se os períodos seguintes à criação do PNCO, em 1980 (na qualidade de área protegida marcada pelo modelo preservacionista<sup>5</sup>). Desse ano até 2000, registram-se os conflitos gerados pela restrição do acesso e do uso dos recursos naturais em seu interior. No período entre 2000 e 2010, focalizamos o conflito desta feita decorrente e agudizado pela inserção de pescadores do estado do Pará em território amapaense, inserção marcada por atividades pesqueiras predatórias e severas. No período a partir de 2012, registra-se como a organização dos pescadores do município de Oiapoque instituiu, por meio da Colônia de Pescadores Z-03 do Oiapoque, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Ministério Público Federal (MP), um Termo de Compromisso como ferramenta para a gestão do conflito entre os diferentes agentes que acessam e usam o território pesqueiro no interior do PNCO. Finalmente, a terceira seção evidencia os fundamentos da proposta de criação de uma Resex Marinha.

### **Vila de Taperebá: uma comunidade tradicional<sup>6</sup> no futuro território do parque**

Na área que viria a constituir o PNCO havia, além de indígenas, as vilas de Taperebá e Cunani. A primeira, tradicionalmente ocupada por

---

<sup>5</sup> Para uma distinção sobre a discussão preservacionista versus conservacionista, cf. Diegues (2001).

<sup>6</sup> Utiliza-se a categoria povos/comunidades conforme Decreto nº 6.040/2007, artigo 3º, inciso I: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007). Ademais, chamamos a atenção para a noção de direitos que ela embute e que subjaz à elaboração da proposta de criação da Resex marinha.

pescadores de estuário e da costa circunvizinha, localizava-se às margens do rio Cassiporé. A segunda, composta por indígenas, descendentes de escravos libertos da Guiana Francesa e escravos fugidios do Pará, localizava-se na foz do rio homônimo.<sup>7</sup> Ambas as áreas naturais, ricas em biodiversidade<sup>8</sup> e com uma população com um modo de vida<sup>9</sup> particularmente solidário aos recursos do ambiente (Figura 1).

Na memória de antigos moradores da Vila Taperebá há referência a uma vila que teria existido anteriormente, mais próxima da costa, chamada Vila Jenipapo. Esta existia desde a virada do século XIX, ou início do século XX, e teria surgido como local para abastecimento de água potável. Como estava mais próxima à foz do rio Cassiporé, sofria bastante com a força da maré. Aproximadamente nos anos de 1930, as casas de palafitas estavam cedendo pela sedimentação do rio e os moradores inseriram-se mais no continente em busca de menos sedimentação e mais proximidade e disponibilidade de água potável, vindo a constituir a Vila de Taperebá. Trata-se de um ambiente de mangue de uma vasta variedade e quantidade de pescados tanto de água doce, como salobra e salina (MENEZES et al., 2008). Como é uma área de desova e berçário de juvenis, diversas espécies, principalmente a gurijuba e a pescada amarela, que são pescados altamente valorizados no mercado nacional e internacional, se concentram em cardumes nas águas costeiras e no ambiente de mangue da foz do rio Cassiporé. Dessa maneira, a comunidade que vivia na área que posteriormente se constituiria o PNCO desfrutava a

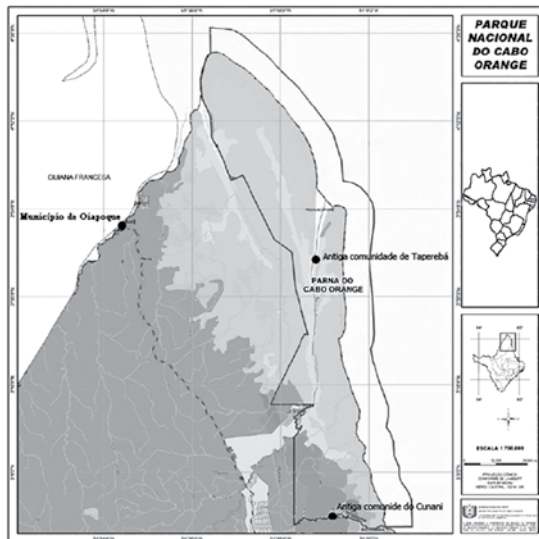
<sup>7</sup> Sobre a República de Cunani, ver Coudreau (1887); Alves (2017) e Baldus (2019).

<sup>8</sup> Informações sobre a biodiversidade no PNCO podem ser obtidas em: <<https://rsis.ramsar.org/ris/2190>>.

<sup>9</sup> Modo de vida é uma categoria que aparece de maneira diluída na literatura das Ciências Sociais. No entanto, neste texto, entende-se modo de vida como uma maneira de viver marcada por uma lógica orientada por uma relação específica com os recursos naturais. Discussões sobre essa temática podem ser consultadas em: Cândido (2001), Diegues (1992, 2008), Diegues et al. (2001) e Cunha e Almeida (2001).

rica biodiversidade e disponibilidade de recursos naturais como caça, pesca, extrativismo e criação de animais.<sup>10</sup> A população da vila era composta majoritariamente por pescadores que desenvolviam suas atividades em parte do rio e em sua foz, com poucas incursões à costa. Em 2015, ainda viviam quatro famílias em Taperebá. As demais, expulsas por ocasião da criação do parque, habitam a periferia da cidade do Oiapoque.

Figura 1. Parque Nacional do Cabo Orange e as Vilas de Taperebá e Cunani.



Fonte: Ravena-Cafete (2014).

## O conflito pós-criação do parque

### Primeira fase: a criação do parque

Segundo relato de pescadores remanescentes da Vila de Taperebá, em 1980, membros do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal –

<sup>10</sup> A criação de animais integra o sistema de produção local, como de outras comunidades pesqueiras tradicionais da Amazônia (FURTADO, 1987). Além da criação de galinhas e porcos, há menções também à pequena criação de gado bovino.

IBDF, autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura, criado em 1967,<sup>11</sup> foram à localidade colocar placas de demarcação do Parque. No entanto, as comunidades não receberam informações adequadas sobre o significado da criação dessa área de proteção integral. Souberam apenas que a criação do PNCO era uma medida do governo federal “para trazer o desenvolvimento”.

O relato a seguir, do vice-presidente da Colônia de Pescadores Z-03 de Oiapoque, expressa o modo como o Estado desconsiderou os territórios tradicionais no interior da área que seria transformada em parque.

Eu fui um dos primeiros a sentar uma placa lá no Parque do Cabo Orange, eu ajudei a colocarem [sic] as placas lá do Parque do Cabo Orange. Eu era representante da vila lá do Cassiporé; aí o diretor, na época não era IBAMA era IBDF, e ele me procurou em casa e pediu que se eu pudesse acompanhar e me explicou que era simplesmente uma demarcação federal, mas que não iria trazer problema nenhum nem *pra* comunidade nem *pro* Estado e nem *pra* ninguém. Aí, como a gente não tinha o diagnóstico do projeto do que seria um parque, eu nem tinha na época a noção do que seria um parque, eu não sabia, eles não explicaram *pra* população, eles simplesmente vieram com as placas e com as varas. Eu me lembro até hoje, eram um quadrados e a gente fincava um aqui e outro aqui e pregava a placa “Parque Cabo Orange”, então quer dizer que no papel e no mapa estava todo criado o parque e ele veio para demarcar e provar que estava oficializada a criação do parque. Eu que ajudei a fazer tudo isso em 1980. Eu nasci em Macapá, mas dos meus quatro até aos 19 anos eu vivi todo no Cassiporé [refere-se à Vila de Taperebá], a gente vivia bem lá, aparava o pato com a cartucheira, mas aí ficou proibido. Eu só saí de lá por causa da criação do Parque, foi proibido [sic] a caça, pecuária e até mesmo ameaçando a pesca,

---

<sup>11</sup> O Decreto-lei nº 289/1967, cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal com o “objetivo de formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País”.

aí tivemos que sair de lá *pra* poder trabalhar. Nós não tínhamos equipamentos para trabalhar fora do parque e não poderíamos ocupar mais aquela área. Aí o Governo cortou os cargos de professores, cortou os postos de saúde, aí não tinha mais condição, não dava mais *pra* ficar lá. Aí meus filhos não estavam aprendendo nada, aí tinha que trazer *pra* um lugar mais adiantado. Nem todos os meus filhos se formaram, mas agora eles não podem dizer que foi culpa minha.<sup>12</sup> (Vice-presidente da Colônia de Pescadores Z-03 do Oiapoque, 2013, pesquisa de campo, grifos nossos).

Nos primeiros anos após a criação oficial do parque, não houve interferência do Estado brasileiro e/ou de seu órgão ambiental sobre a vida na Vila de Taperebá. O conflito se iniciou em fins da década de 1980 e se estendeu até o início dos anos 2000, quando a comunidade foi pressionada a sair do território, em um processo de deslocamento compulsório<sup>13</sup> que, na memória dos pescadores, se dá paulatinamente. Mesmo assim, quatro famílias resistem e permanecem na localidade.

Ao que parece, a nova legislação ambiental com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, de 2000, desencadeia maior pressão contra a permanência da comunidade no interior do parque. A sede do município de Oiapoque era historicamente a principal referência de deslocamentos temporários e/ou intermitentes e foi para lá que eles se deslocaram. Vale dizer que o PNCO se limita ao norte, ao sul e a leste com o oceano Atlântico; e a oeste com a Terra Indígena (TI) Juminá, dos povos Galibi-Marworno e Karipuna, do Amapá; e com a TI Uaçá dos povos Karipuna, Galibi Marwono e Palikur, ambas

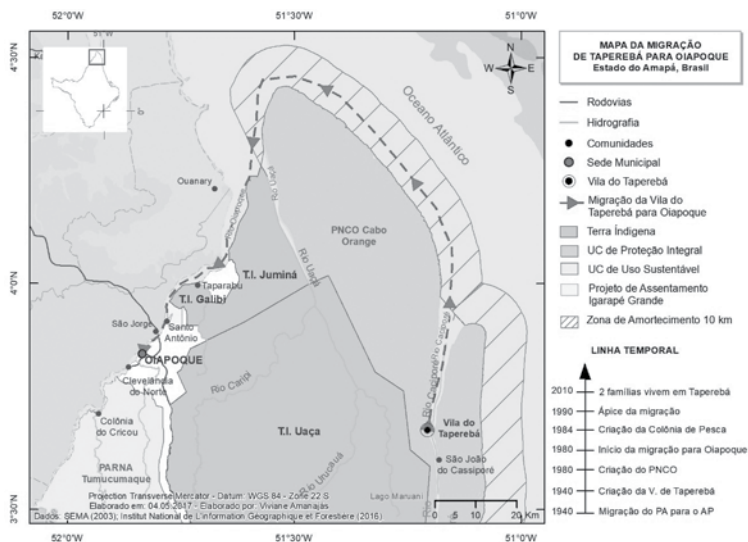
<sup>12</sup> Fala do senhor Mário Fernandes, então vice-presidente da Colônia de Pescadores Z-03, recolhida no trabalho de campo da dissertação do então mestrando Uriens Maximiliano Ravena Cañete no período de 03 a 12 de junho de 2013.

<sup>13</sup> Entende-se por deslocamento compulsório, conforme Magalhães (2007), as situações em que grupos sociais específicos são destituídos de reconhecimento e de poder de decisão, forçados a sair de suas terras ou casas.



no Amapá (MAGALHÃES, 2000). Não havia, portanto, alternativas nas proximidades e/ou no entorno que lhes permitissem permanecer mais próximo da costa e/ou do Cassiporé (Figura 2).

Figura 2. Deslocamento compulsório da Vila de Taperebá, no Oiaipoque.



Fonte: Amanajás (2018).

Cabe observar que a criação de UC de proteção integral sobre territórios de povos tradicionais não se restringe ao período anterior à criação do SNUC. É uma prática ainda atual, assim como os conflitos dela decorrentes.<sup>14</sup> O que os pescadores da Vila de Taperebá nos informam é a reivindicação do território cerca de 30 anos depois da expulsão, assentada em uma resistência silenciosa e sofrida, da qual emerge seu protagonismo. E, embora não seja objeto deste artigo, informa-se também que

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, Diegues (2005).

há um processo similar de reivindicação do território tradicional dos quilombolas de Cunani.

### **Segunda fase: pescadores artesanais amapaenses e paraenses**

A migração de pescadores artesanais para a costa amapaense não é recente, mas se intensifica após os anos 2000. São pescadores oriundos principalmente da Zona do Salgado (Pará), mas também de frotas pesqueiras industriais que avançam pela costa.

A relação entre pescadores artesanais amapaenses e paraenses é marcada por uma diferença de embarcação que se estende também para uma diferenciação significativa de equipamentos que otimizam o esforço de pesca (redes, motor de rede, GPS etc.). Os barcos paraenses se instalam para a atividade pesqueira na costa do Amapá e em uma relação de força bruta garantem sua permanência, literalmente, limitando os territórios de pesca dos barcos amapaenses.

Para os pescadores do Oiapoque, retomar os territórios pesqueiros situados no PNCO consolida-se como única alternativa, pois, além de ser o lugar do qual foram expulsos, caracteriza-se por alta piscosidade.

### **Terceira fase: o Termo de Compromisso**

Em 2008, entrou em cena o ICMBio. Em 2012, o Termo de Compromisso – TC (Figura 3), o qual se trata de um instrumento para a mediação de conflitos, previsto na lei de criação do SNUC, Lei no 9.985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. De acordo com a Instrução Normativa no 26/2012 do ICMBio, de 4 de julho de 2012, § 2o, o TC é um

instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório, a ser firmado entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja

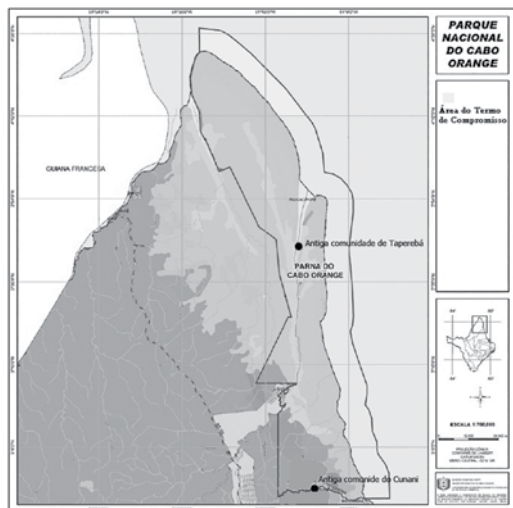
em desacordo com os instrumentos de gestão, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos.

A partir de então, como órgão federal responsável pelas unidades de conservação, o ICMBio vem dialogando com pescadores artesanais do Oiapoque, com o Ministério Público Federal e com a Colônia de Pescadores Z-03 do Oiapoque, de modo a propor um arranjo entre agentes sociais que se encontram na área, desenhando um acordo de pesca, na tentativa de diminuir a pressão sobre o estoque pesqueiro e encontrar estratégias de saída para os conflitos mencionados anteriormente.

Nesse sentido, em 2012, foi criado um TC permitindo a pesca em parte do PNCO pelo período de dois anos, podendo ser estendido por mais dois anos. Esse acordo foi estabelecido objetivando uma medida compensatória/transitória, como instrumento de transição para que uma condição legal de manejo permanente fosse estabelecida. Durante esses quatro anos, os pescadores artesanais envolvidos, principalmente os expulsos da Vila de Taperebá, e membros dos órgãos responsáveis pelo PNCO discutiram uma solução institucional para o cenário de conflito descrito. O TC atende, pois, uma demanda de pescadores da região costeira, em sua grande maioria, remanescentes da vila de Taperebá, possibilitando, em um sistema de rodízio, o acesso e o uso dos recursos pesqueiros em uma pequena parte do PNCO. A seguir, a partir de uma imagem adaptada (Figura 3), é possível visualizar a área do parque abrangida pelo TC.

A implementação do TC motivou outra ordem de conflito, desta feita entre pescadores que faziam parte do TC com os “de fora”, tanto do Amapá quanto de frotas pesqueiras (maiores) de fora do estado do Amapá, que não reconheciam e não respeitavam os limites e as restrições definidas.

Figura 3. Termo de Compromisso celebrado em 2012.



Fonte: Ravena-Cañete (2014).

O presidente da colônia esteve sempre em constante diálogo com o ICMBio, especialmente com o chefe da UC PNCO. Quando o TC foi renovado para mais dois anos, membros do ICMBio e da colônia deveriam ingressar com um pedido e com o registro de cumprimento do regimento do termo. Assim, o presidente da colônia construiu a comprovação do TC, apresentando um registro minucioso elaborado a partir do caderno de bordo dos pescadores que registravam o tempo e a quantidade de pesca que cada um deveria cumprir a partir do TC.

**Chefe da UC PNCO:** O Júlio, presidente da Colônia, tinha tudo registrado. Tudo registrado. Tinha os diários de bordo dos pescadores que faziam parte do Termo de Compromisso.

**Pesquisador:** Que bom. Eu fui lá e ele me mostrou uma caixa desses registros, me disse que estava ocupado porque tinha que organizar tudo aquilo. Os pescadores cumprem mesmo o que ele pede.

**Chefe da UC PNCO:** Nossa, ele consegue dialogar muito com os pescadores, isso foi crucial *pra* gente renovar o termo<sup>15</sup>.

O cenário da pesca costeira no Brasil, mais especificamente no norte do país, é extremamente precário no que se refere à organização social, aos serviços públicos e à fiscalização de desembarque de pescados (RAVENA-CANETE, 2014). No entanto, percebe-se que no estado do Amapá a organização social apresenta mais estrutura física e de pessoas, tornando mais sólido o diálogo entre as instituições envolvidas, fora o comprometimento do poder público por parte do ICMBio do Oiapoque. Nesse cenário se destacam um ator específico que se mostrava muito ativo nas questões organizacionais e políticas, este é o presidente da Colônia de Pescadores Z-03 do Oiapoque.

Na trajetória do presidente da colônia, chama a atenção o fato de sua esposa ser professora local e uma de suas filhas ter graduação em Engenharia de Pesca. Tais relações e interlocuções permitiram acesso a uma teia de significados diferenciada daquela cotidianamente vivida por um pescador artesanal comum, municiando-o de um conhecimento de outras lógicas e maneiras de compreender o mundo, estas voltadas a um ordenamento imposto pelo mercado e pela sociedade maior. Em outras palavras, o presidente da colônia, por meio de suas relações pessoais, conseguiu compreender a lógica do sistema, processar essa lógica e, finalmente, compreender que a proposição do desenho das políticas públicas voltadas para os pescadores artesanais locais não é afeta à lógica dessas comunidades tradicionais. Em uma das conversas entre os pesquisadores e o presidente da colônia, esta afirmação toma sentido, corpo e contexto.

---

<sup>15</sup> Fala do senhor Ricardo Pires Chefe do PNCO, servidor do ICMBio, recolhida em uma reunião do grupo de trabalho dos participantes do projeto de pesquisa OSE Guyamapa – Observação por Satélite do Meio Ambiente no ano de 2014, projeto este que contava com a parceria do ICMBio.

Quando eu comecei a me envolver nessa questão de questionar o parque, eu brigava muito, ficava irritado, não era muito no diálogo como eu faço hoje em dia. Eu falava: “Como é que minha palavra não vale nada, só vale o que tá no papel e não fomos nem nós que pedimos e decidimos o que entraria no papel, *né*”. Eu não tinha muito estudo, não conhecia as leis. Porque eles criaram o parque sem consultar ninguém e nós já vivíamos lá há muito mais tempo do que qualquer um, como lá vira parque e a gente não participa. Mas aí minha esposa me ajudou a ler mais as coisas, a entender como funciona essa questão das leis, a minha filha hoje em dia também me ajuda muito nisso e assim eu fui aprendendo a dialogar.<sup>16</sup>

No cenário descrito, o presidente da colônia assumiu papel de destaque na negociação e na reflexão sobre a colônia, o que resultou na proposta de criação de uma Resex Marinha que lhes restituísse pelo menos uma pequena parte do território pesqueiro tradicional e minimizasse as bases do conflito. Assim, foi apresentada a proposta de desmembramento do PNCO ou uma sobreposição territorial de Resex Marinha sobre o Parque Nacional. Tal desmembramento evidenciou a escolha por um modelo alternativo àquele utilizado pelas UC preservacionistas, permitindo proatividade e enfrentamento diante das imposições da política ambiental para essas UC. Uma Resex Marinha desponta como uma alternativa para, por um lado, compensar permanentemente a comunidade tradicional que foi expropriada do território do parque sem indenização alguma; e, por outro, beneficiar os pescadores de pequeno porte que não têm capacidade tecnológica para enfrentar as condições marítimas a mais de 6 milhas da costa e resguardar o modo de vida dessas populações.

---

<sup>16</sup> Fala do senhor Júlio Garcia, na época presidente da Colônia de Pescadores Z-03, recolhida no trabalho de campo da dissertação do então mestrando Uriens Maximiliano Ravena Cañete no período de 03 a 12 de junho de 2013.

## **A Resex Marinha como proposta de medida compensatória e instrumento de gestão do conflito**

Em 2014, a partir do conflito já apresentado entre pescadores e poder público, duas propostas de Resex Marinha eram debatidas<sup>17</sup>: uma elaborada e proposta pela Colônia de Pescadores Z-03 do Oiapoque, e outra elaborada e proposta pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA/AP). A proposta da SEMA/AP consistia em uma Resex Marinha em parte da costa do Amapá, deixando de fora o território do PNCO. Ou seja, seus limites seriam da foz do rio Cunani, onde o território do PNCO termina, até os limites aquáticos com o estado do Pará. O regimento seria disponibilizar o território para pesca exclusiva de pescadores artesanais cadastrados nas colônias de pescadores de todo o estado de embarcações com limite de 12 toneladas. A Figura 4 apresenta territorialmente tal proposta.

A proposta de Resex Marinha elaborada pelo presidente da Colônia de Pescadores Z-03 e seus pescadores cadastrados superaria o TC de 2012 com a implementação de uma Resex Marinha em toda a costa amapaense, cujo território abarcaria 12 milhas de espelho d'água. Exclusivo para os pescadores de pequeno porte, o parque seria integralmente protegido, no entanto, seu espelho d'água, que é de 6 milhas, seria reduzido para 3 milhas. Dessa maneira, a proposta de Resex seria 12 milhas de espelho d'água de toda a costa amapaense até a área do parque. A partir desse ponto, a Resex teria 9 milhas de espelho d'água a contar das 3 milhas protegidas pelo PNCO (Figura 5).

---

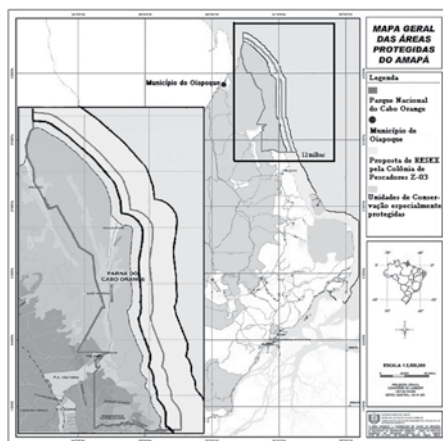
<sup>17</sup> Até o ano de 2014 o TC estava vigente e se debatia propostas permanentes para a solução dos conflitos entre os pescadores do Oiapoque e o poder público. Sendo assim, expresso no decorrer do texto as propostas de solução permanente de conflito por parte da Colônia de Pescadores Z-03 e o poder público.

Figura 4. Proposta de Resex Marinha da SEMA/AP.



Fonte: Ravena-Cañete (2014).

Figura 5. Proposta de Resex Marinha da Colônia de Pescadores Z-03 do Oiapoque.



Fonte: Ravena-Cañete (2014).



Trata-se de uma proposta tecnicamente sofisticada que revela o amplo conhecimento do território e das condições de pesca, conforme ratifica Lobão (2006, p. 31).

[...] as Reservas Extrativistas foram o resultado de processos de disputas centrados nos direitos de grupos sociais concretos, que detinham sobre os espaços sociais onde viviam um saber capaz de associar sua reprodução social com a conservação deste lugar. Este conhecimento não só seria um “saber sustentável” (Murdoch & Clark, 1994). Esses grupos sociais teriam desenvolvido relações afetivas com o lugar em que vivem, praticam uma topofilia (Tuan, 1990), vivem em “um lugar praticado, um lugar estimado” (Mello e Vogel, 2004, p. 288).

Por outros motivos, Lobão (2006), em trabalho sobre a criação de Reservas Extrativistas Marinhas argumenta no resumo de sua tese, que seu objetivo é:

[...] mostrar que, ao longo da trajetória da política pública conquistada, vários de seus significados originais foram sendo subsumidos em outros, bastante diversos. Sugiro que as Reservas Extrativistas foram enredadas em uma nova cosmologia política, onde novas percepções e significações sobre o tempo e o espaço colocam os grupos locais em uma posição tutelada ou subalterna. Denomino esta nova configuração como Cosmologia Política do Neocolonialismo. Sob o domínio desta nova cosmologia eclode uma nova política, a do Ressentimento, uma vez que os grupos locais envolvidos com a política vêem-se [sic] alvos de atos de desconsideração de várias ordens. São convidados a ingressar em um novo universo cognitivo, mas desde que o façam de forma subalterna, sem poder tornar-se senhores de seus próprios destinos. Os instrumentos mais comuns neste aprisionamento são a construção de identidades de fora para dentro, a resignificação de seus lugares como Unidades de Conservação ou Áreas Protegidas sob a égide do Meio Ambiente e submissão aos ditames do Desenvolvimento Sustentável.

O caso em pauta é diverso e evidencia a complexidade das interpretações, da aplicabilidade e da avaliação das políticas públicas.

Em uma situação de expropriação, os pescadores compreendem que esse modelo de política pública pode redimir perdas e oferecer-lhes um mínimo de garantias possíveis no futuro: territórios que resguardem seus modos de vida tradicionais estabelecidos há centenas de anos. Seria a proposta uma paráfrase de Krenak (2019)? Assim se expressa o presidente da colônia:

Eu te digo, porque as pessoas não entendem o que a gente quer aqui mesmo. A gente quer os nossos direitos, quer financiamento que dê *pro* pescador pagar direito *pro* banco depois, quer um lugar *pra* gente pescar, porque em 1980 eles fizeram um parque e hoje a gente quase não tem onde pescar. A gente quer poder viver que nem vivíamos no Cassiporé, que era bom, todo mundo pescava, comia, tinha teto. Não quero ter barco grande, quero fazer viagem de uma semana, duas no máximo e vir *pra* terra firme.<sup>18</sup>

Outra fala de um ex-morador da Vila de Cassiporé expressa a vontade de dispor de uma vida simples, com condições para viver seu modo de vida secularmente construído. Na verdade, um modo de vida semelhante ao que em um passado próximo se viveu.

**Pesquisador:** O senhor lembra quando foi criado o Parque?

**Entrevistado:** Lembro.

**Pesquisador:** Como foi?

**Entrevistado:** ah foi em 80, mas o IBAMA, que na época nem era IBAMA ainda, foi lá só em 83 pra dizer que aquilo lá era parque.

**Pesquisador:** O senhor tinha quantos anos?

**Entrevistado:** Eu tinha uns 10 anos, dai eles foram lá colocar as placas.

**Pesquisador:** O IBAMA expulsou vocês?

**Entrevistado:** Expulsar não né, mas eles dificultaram tudo.

**Pesquisador:** dificultou como?

<sup>18</sup> Fala do senhor Júlio Garcia, na época presidente da Colônia de Pescadores Z-03, recolhida no trabalho de campo da dissertação do então mestrando Uriens Maximiliano Ravena Cañete no período de 03 a 12 de junho de 2013.

**Entrevistado:** Eles começaram a proibir tudo. A gente tinha uma boa comunidade lá, tinha escola, tinha gerador, o governo mandava combustível, tinha gente que comprava os nossos peixes. Dai o IBAMA foi proibindo tudo, não podia mais pescar, caçar, plantar, só podia pescar pra gente mesmo, não podia vender. Dai eles fecharam a escola ficou sem escola, foi tudo ficando difícil né.

**Pesquisador:** Foram dificultando tudo pra que vocês saíssem né?

**Entrevistado:** é, não podia mais nada. O governo dava muita ajuda, tinha escola, hospital, remédio, diesel com gerador, e ai a gente ficou esquecido. Dai foi desgostando de lá e a gente foi saindo.

**Pesquisador:** Entendi. E quando o senhor saiu o senhor começou a ter problemas com a pesca?

**Entrevistado:** Mais ou menos né, a gente começou a ficar mais tempo fora. Antes pescava muito peixe e depois não, ficava três dias fora pescando e trazia só graúdo, quando viemos pro Oiapoque ficava sete dias e nem trazia tanto graúdo.

[...] antes, quando a gente morava lá, só passava três dias pescando, era só o tempo de ir até a costa ali, uma milha, dava duas redadas e já voltava. Agora dá muitas redadas e as vezes nem consegue encher o barco. A pesca era fácil porque eu gastava 10 litros de combustível *pra* ir da vila (Vila de Taperebá) até a boca do rio Cassiporé; em duas horas a gente já estava pescando, depois de duas marezadas já voltava *pra* casa com bastante peixe. Fazia a pescaria em dois dias e já tinha o peixe que precisava, e só peixe grande.<sup>19</sup>

Finalmente, a proposta reafirmava que o objetivo era desenvolver a atividade pesqueira que sempre desenvolveram, com os recursos ainda disponíveis e em seus tradicionais pesqueiros. Não almejam comprar barcos maiores para poder competir com os grandes empresários, pelo contrário, querem estar entre o mar e a terra, querem “pescar duas semanas e ficar desembarcado duas semanas”. Querem viver bem, como sempre viveram, mas foram destituídos de seu modo de vida, assim como

---

<sup>19</sup> Fala do senhor Joelson Faria, um remanescente morador da vila de Taperebá, atualmente morador de Oiapoque. Fala recolhida através de entrevista realizada no trabalho de campo da dissertação do então mestrando Uriens Maximiliano Ravena Cañete no período de 03 a 12 de junho de 2013.

forçados a assumir outro, que o modelo civilizatório moderno ocidental impõe: viver pelo dinheiro. O modo de vida desses pescadores foi aniquilado pela civilização moderna ocidental e isso, para eles, é um triste fim, pois seu modo de vida morreu. Nesse modelo, a pesca se resume a uma atividade econômica, realizada por qualquer pessoa que está disposta a desempenhá-la; ou um serviço a ser desenvolvido dentro da indústria alimentícia. A pesca nesse cenário integra a cadeia produtiva industrial que subsume os saberes tradicionais à tecnologia, e faz com que a relação entre humanos e natureza seja cada vez mais distante.

Instaurou-se, então, um paradoxo com pelo menos duas reações diversas: de um lado, pescadores artesanais, engajados na proposta da Resex, ansiosos para pescar em seus barcos, construídos por eles, com o dinheiro deles, pelo esforço deles, em redes sociais constituídas por parentesco e vizinhança. De outro, pescadores desencantados, querendo “sair dessa vida”, pois a atividade da pesca perdeu sua essência. *Os pescadores não são mais pescadores*, não são mais populações tradicionais que conhecem todo o processo produtivo pesqueiro, desde a embarcação até a última venda do peixe, e isso os entristece. Os relatos sobre a falta de orgulho da profissão e não querer que a próxima geração esteja dependente e inserida nessa atividade são constantes, pois a pesca, na percepção desses pescadores, já deixou de ser uma atividade cuja técnica e rentabilidade advenham de seus conhecimentos acumulados.

Isto é, a pesca não é mais uma atividade prazerosa, apenas compõe um setor da industrialização, das corporações; o processo de alienação do saber fazer foi estabelecido. O saber fazer é tomado pela alienação produtiva, tal como explica Marx, em *O capital*. O pescador que antes desempenhava atividades técnicas que demandavam conhecimento, habilidade e destreza – como motorista, navegador, puxador de rede, geleiro –, agora é limitado às atividades braçais simplistas, mecanizadas e

repetitivas da base da pirâmide da indústria pesqueira; quase a evocar o filme *Tempos modernos*, de Charles Chaplin.

A proposta de Resex Marinha no Oiapoque segue sem conclusão. No ano de 2018 um novo TC foi assinado entre a Colônia de Pescadores Z-03 e o ICMBio, intermediado pelo Ministério Público Federal.

Apesar da não instituição de uma RESEX Marinha tal qual foi apresentada pela Colônia de Pescadores Z-03, sua proposição evidencia não apenas o conhecimento, mas a relação social preexistente à criação do PNCO e o direito às mínimas bases de recomposição do modo de vida. Pretendeu-se, assim, ser também uma tardia (e ainda insuficiente) compensação material pelas perdas advindas da expulsão e do deslocamento compulsório.

## Referências

ALVES, D. B. De mocambo à vila: fundação da paróquia de Cunani (1869). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017. *Anais...* Brasília: UNB, 2017. Disponível em: <[http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501619194\\_ARQUIVO\\_DemocamboavilafundacaodaparoquiadeCunanii\[781\].pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501619194_ARQUIVO_DemocamboavilafundacaodaparoquiadeCunanii[781].pdf)>. Acesso em: 20 maio 2019.

AMANAJÁS, V. V. de V. Pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais da fronteira setentrional do Brasil: a comunidade pesqueira de Oiapoque, Amapá. *Confins*, n. 37, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/confins.15619>>. Acesso em: 20 maio 2019.

BALDUS, W. *Os selos postais da República da Guiana Independente*: República do Cunani – nativos da Amazônia. Tradução Ana Luíza Barros de Almeida et al. Brasília: Senado Federal, 2019.

BRASIL. Decreto nº 84.913, de 15 de julho de 1980. Cria, no Território Federal do Amapá, o Parque Nacional do Cabo Orange, com os limites que especifica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1980. Disponível em: <<http://presidencia.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Disponível em: <<http://presidencia.gov.br>>. Acesso em: 01 maio 2018.

CANDIDO, A. *Os parceiros do rio bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001. p. 376.

COUDREAU, H. *La France équinoxiale. Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris: Challamel Ainé, 1887.

CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001.

DIEGUES, A. C. S. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, v. III, n. 2, 1992, p. 362-375.

DIEGUES, A. C. S. *Nosso lugar virou parque*: estudo socioambiental do saco de Mamangá – Parati – Rio de Janeiro. 3. ed. São Paulo: Nupaub/USP, 2005.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. Ampliada. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP; CEC, 2008.

DIEGUES, A. C. S. et al. “Populações tradicionais” e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001.

FARIA, J. Entrevista concedida por um remanescente da vila de Taprebá Oiapoque/Amapá/Brasil, Oiapoque. Belém, 12 jun. 2013.

FERNANDES, M. Entrevista concedida pelo Vice-Presidente da Colônia de Pescadores de Oiapoque Z-03, Oiapoque. Belém, 12 jun. 2013.

FRÉDOU, F. L. et al. Aspectos econômicos da pesca industrial no Pará: entraves e perspectivas. Paper do NAEA, Belém, n. 265, mar. 2010.

FURTADO, L. *Currulistas e redeiros de Marudá*: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. 366 p.

GARCIA, JULIO. Entrevista concedida pelo Presidente da Colônia de Pescadores de Oiapoque Z-03, Oiapoque. Belém, 12 jun. 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE. Instrução Normativa nº 26, de 04 de jul. 2002. Estabelece diretrizes e regulamenta

os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 jul. 2012. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM\\_Instrucao\\_Normativa\\_26\\_2012.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_Instrucao_Normativa_26_2012.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2018.

ISAAC-NAHUM, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 33-36, set. 2006. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000300015&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 7 fev. 2019.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOBÃO, R. J. da S. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LOUREIRO, V. R. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém: CNPq; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

MAGALHÃES, A. C. Diagnóstico socioeconômico e avaliação de impactos socioambientais junto às sociedades indígenas Karipuna, Galibi, Galibi Marwono e Palikur, terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminá, estado do Amapá, face ao asfaltamento da BR-156, Macapá - Oiapoque, apresentado a Graben, Engenharia Ltda. Centro de Estudos Socioambientais da Amazônia, 2000. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0DD00188.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2019.

MAGALHÃES, S. M. S. B. *Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. 2007. 278 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MARINHO, M. dos S. *Movimento social e conflitos na pesca*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MENEZES, M. P. M. de. et al. Mangrove vegetation in Amazonia: a review of studies from the coast of Pará and Maranhão States, North Brazil. *Acta Amaz.*, Manaus, v. 38, n. 3, p. 403-420, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?s>

cript=sci\_arttext&pid=S0044-59672008000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 fev. 2019.

PIRES, R. Fala concedida pelo Chefe do Parque Nacional do Cabo Orange, Macapá. Belém, 4 abr. 2014.

RAVENA-CAÑETE, U. M. *Pesca artesanal no Parque Nacional do Cabo Orange: contextos de conflito socioambiental e estratégias de manejo alternativo*. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

RAVENA-CAÑETE, U. M. et al. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n. 3, dez. 2015. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2495>>. Acesso em: 7 fev. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v18i3.2495>.

RUFFINO, M. L. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia*. Brasília: IBAMA, 2005.





# CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COGESTÃO DE UMA RESEX MARINHA PELA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA POLÍTICA

Talita Ingrid da Silva  
Tânia Guimarães Ribeiro

### Introdução

Entre as manifestações sociais que repercutem nos anos de 1970, destacam-se aquelas ligadas à participação de atores de diversas esferas sociais no debate sobre o meio ambiente. Essa questão torna-se preocupação da Sociologia pela compreensão de que a ação antrópica provocou impactos em nível mundial acerca do meio ambiente. A identificação desse problema social e sociológico repercute nas Ciências Sociais, apontando mudanças epistemológicas e teóricas nas interpretações sobre as relações entre sociedade e ambiente (FLEURY et al., 2014).

A repercussão desse debate nas Ciências Sociais leva diversos autores a problematizar a modernidade, cuja amplitude e cujo aprofundamento de suas instituições, baseadas na racionalização instrumental, produz risco social, ambiental e individual (BECK, 2011; GIDDENS, 1991). Avançando na crítica sobre a oposição entre sociedade e natureza construída paralelamente ao avanço da sociedade industrial, é proposta a criação de uma epistemologia ambiental (LEFF, 2003). Esta se apresenta como possibilidade analítica e mesmo política para as Ciências Sociais, pois aponta para outra racionalidade, não linear e complexa, incluindo os diversos saberes. Nessa direção, os estudos socioambientais adensam a questão, apontando tanto para a descolonização

da ciência ocidental quanto para a consideração dos diversos valores sociais sobre o ambiente. A diversidade de práticas ambientais, apagadas pelo discurso econômico, é revelada pelas ações ambientais dos pobres, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos camponeses e dos ribeirinhos, as quais permitem a conservação da natureza (ESCOBAR, 2005; MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Nessa perspectiva, a entrada desses *novos personagens* na arena da questão ambiental revela os conflitos socioambientais face às disputas pelos recursos naturais e territórios, confrontando atores das várias esferas sociais – mercado, estado e sociedade civil.

As Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável e seu modelo de cogestão apresentam-se como cenários importantes para o estudo aqui proposto. As Reservas Extrativistas contemplam e favorecem a permanência das populações tradicionais, beneficiando socialmente aquelas que já habitavam estas áreas, visando também à proteção da floresta, aos mangues, aos rios e aos terrenos marinhos. Essas áreas de conservação resultam de uma luta que se inicia com o movimento dos seringueiros na década de 1980 (ALLEGRETTI, 1994), para a criação das Resex florestais. Os seringueiros amazônicos conquistaram direitos coletivos à terra e ao reconhecimento de sua identidade com a criação da primeira Reserva Extrativista (Resex) em 1990, no Acre<sup>1</sup> (ALMEIDA, 2004). Ao longo do tempo, as UC ganham outras configurações com o Sistema Nacional de

---

<sup>1</sup> Os seringueiros residentes na região do Vale do Rio Acre (AC) lutaram por mais de dez anos contra os fazendeiros que derrubavam a floresta. A partir deste cenário de confronto, esses trabalhadores articularam-se enquanto movimento social para reivindicar seus direitos à posse legal da terra. A partir daí, nasce a proposta de criação das primeiras Reservas Extrativistas que foram incorporadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária em 1987, na qual foi denominada Projeto de Assentamento Extrativista. Em 1990, através do Decreto no 98.897/1990, passa a ser intitulada Reserva Extrativista (ALLEGRETTI, 1994).

Unidades de Conservação<sup>2</sup> (2000), o qual reconhece também o tipo de Resex Marinha. Elas se caracterizam por serem áreas protegidas de manguezais no litoral brasileiro e possuem demandas específicas quanto ao uso do território, envolvendo a pesca artesanal e a catação de caranguejo, bem como a pequena agricultura. Além disso, conferem aos moradores locais direitos a políticas públicas socioambientais e de combate à pobreza.

As políticas públicas socioambientais são significativas para a permanência das populações tradicionais em seus territórios e a manutenção de seus modos de vida. A gestão das UCs permite observar diversos conflitos em torno da legitimidade da participação e da cogestão entre os agentes do Estado e as populações tradicionais. Essa questão atravessa as disputas pelos recursos naturais e pela partilha dos direitos sociais que as políticas públicas podem garantir. A caracterização desses conflitos na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu nos proporciona observar os avanços e recuos que incluem a população local nessas disputas e configuram a luta entre valores e lógicas sobre a apropriação e a conservação da natureza. Portanto, envolvem conflitos entre atores sociais diversos, com capitais (econômico, social, político) desproporcionais que se refletem nas diferenças de saberes e nos discursos de valoração. A defesa do modo de vida fortemente atrelada ao mangue e ao mar pode configurar a luta das populações tradicionais por justiça ambiental (MARTÍNEZ-ALIER, 2007) para garantir sua reprodução socioeconômica e cultural no território de conservação.

O objetivo é analisar os conflitos socioambientais que envolvem a cogestão na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança (PA),

---

<sup>2</sup> O SNUC foi criado pela Lei nº 9.985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e instituiu a criação, a gestão e as categorias de unidades de conservação, de acordo com a função dentro do quadro da conservação ambiental no país (BRASIL, 2000).

cristalizados na atuação e nas relações estabelecidas entre os técnicos do ICMBio e os representantes da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu (Assuremacata), visando à partilha<sup>3</sup> de duas políticas públicas: Programa Bolsa Verde (PBV) e créditos derivados do II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA), especificamente o crédito habitação e apoio. Nesta análise, buscamos articular o debate sobre os conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) e a ecologia política (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; ESCOBAR, 2005; LEFF, 2003) à discussão sobre a cogestão das reservas extrativistas (RIBEIRO, 2016; SILVA Jr.et al. 2018; CARDOSO, 2008). Considera-se que tal modelo de território protegido visa, entre outras coisas, à garantia de espaços democráticos, permitindo às populações tradicionais o direito de sua reprodução social. Os dados aqui apresentados são resultados de estudos realizados na Resex entre 2016 e 2017. A pesquisa qualitativa constituiu-se de entrevistas semiestruturadas e informais com presidentes e associados da Assuremacata e atores institucionais, como técnicos do ICMBio; acompanhamento de reuniões do conselho deliberativo (CD); e análise de documentos oficiais da reserva (atas de reuniões, plano de manejo, entre outros). Coletamos dados em

---

<sup>3</sup> Optou-se por utilizar o termo partilha em oposição à expressão distribuição de políticas públicas. O termo “partilha” visa a criticar o termo “distribuição”, utilizado nas políticas públicas, pois este último faz entender que os atores focos da política as recebem como dádivas, descaracterizando estas como direitos sociais. Os conflitos decorrentes da partilha das políticas podem, em certo sentido, demonstrar a busca por cidadania, expressa na conquista dos direitos sociais, e não simplesmente como benevolência do Estado. Nesse sentido, a distribuição de políticas submete os recebedores a uma “lógica mercantil formalmente integrada pela monetarização, o que produz uma forma de vida comum, desejável por todos, centrada na expansão do consumo” (FELTRAN, 2014, p. 495). Entendemos, assim, que o termo “distribuição” necessariamente essencializa, produzindo valoração seletiva e desigual dos recebedores das políticas e legitimando ações governamentais que fazem a junção neoliberal entre o perfil seletivo da pobreza e o desenvolvimento mercantil.

*sites* oficiais (Ministério do Meio Ambiente – MMA; ICMBio; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra), além de visitas presenciais à sede do Incra (em Belém) e da Assuremacata.

A metodologia utilizada foi fundamental para a compreensão das estratégias utilizadas pelos atores na composição dos conflitos socioambientais que permeiam a cogestão da Resex aqui analisados da seguinte maneira: primeiramente, apresentam-se a perspectiva teórica da ecologia política e sua relação com os conflitos socioambientais, destacando os conflitos referentes a cogestão na Resex Marinha Caeté-Taperaçu; em seguida, são analisados os conflitos socioambientais em torno da partilha dos créditos de habitação e apoio originados do II PNRA e das bolsas do Programa Bolsa Verde; e, no item 4, analisamos a atuação da Assuremacata na partilha dos créditos do II PNRA e das bolsas do PBV, considerando-se a percepção dos atores da pesquisa. Na parte final, discutimos os impactos dos conflitos socioambientais na gestão partilhada da Resex, apontando as dificuldades da Assuremacata para cumprir sua função associativa em defesa da população tradicional. Vimos que, no decorrer das três gestões, ao longo de 13 anos, as interferências de agentes externos, bem como a incidência menor de recursos financeiros, delinearão os acordos e as estratégias diferenciadas em vista da manutenção das políticas. Resultou daí uma série de conflitos em relação aos associados, ao poder local e regional-nacional.

### **A perspectiva da ecologia política e os conflitos socioambientais na cogestão da Resex Marinha Caeté-Taperaçu**

A ecologia política consiste em uma vertente de pesquisa que “combina o foco da ecologia humana nas inter-relações que sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes [...] analisa as relações estruturais de poder entre essas sociedades” (LITTLE, 2006, p.87).

O uso da expressão “ecologia política” remonta a 1957, porém como tema transdisciplinar foi introduzida em 1972 pelo antropólogo Eric Wolf (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). É na década de 1970 que a abordagem política da ecologia fomenta o movimento da ecologia política que se ancora em dois processos paralelos: a aceleração da globalização e a crescente gravidade da crise ambiental planetária (LITTLE, 2006).

O que chama atenção para o campo de pesquisa da ecologia política, influenciada pela tradição marxista, são os conflitos ecológicos distributivos, os quais constituem um campo interdisciplinar composto por sociólogos ambientais, antropólogos e geógrafos. Essa corrente opõe-se a outras duas vertentes de estudos ecológicos como as do “culto ao silvestre” e a do “culto da ecoeficiência” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p.15). Isso porque leva em consideração a diferença dos efeitos da crise ambiental e do modelo capitalista sobre os grupos sociais, bem como retrata as diferentes formas de relação entre sociedade e natureza, o ecologismo dos pobres e a justiça ambiental (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; ACSELRAD, 2004).

Na perspectiva de Martínez-Alier (2007), a justiça ambiental pode ser alcançada pela distribuição ecológica, “entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 113). É o que podemos perceber localmente na Resex Caeté-Taperaçu, onde os conflitos decorrentes do acesso aos recursos naturais, como a delimitação dos locais de pesca e a restrição quanto a captura e beneficiamento do caranguejo, são emblemáticos das disputas travadas entre a população tradicional e os técnicos do ICMBio.

Os conflitos socioambientais são parte intrínseca da dinâmica social, sendo compreendidos a partir de um conjunto complexo de lutas

entre grupos sociais e suas diversas formas de se inter-relacionar com o ambiente. Agregam elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que nem sempre são claramente visíveis (LITTLE, 2006). Segundo Little (2006), os conflitos distinguem-se entre os latentes e os manifestos. Assim, distinguimos estes nas questões que envolvem os atores na cogestão da Resex Caeté-Taperaçu. Os conflitos manifestos são aqueles externalizados através das falas e ações, conforme observamos nas reuniões, nos documentos e nas entrevistas. Enquanto isso, os latentes são identificados através de posicionamentos controversos, visões de mundo, os quais reforçam a reprodução das desigualdades, que particularmente limitam o acesso aos recursos naturais, com a imposição de modelos manifestando-se na fala de alguns especialistas.

A ecologia política é o campo propício para o desenvolvimento de lutas pela desnaturalização da natureza, das condições “naturais” da existência, da ecologização das relações sociais (LEFF, 2003, p.23). Não se trata apenas de analisar os impactos ecológicos sobre os recursos naturais, mas, sobretudo, analisar a construção das relações entre os seres humanos e a natureza a partir das relações de poder. Assim, a materialização dos conflitos socioambientais no caso em estudo manifesta-se na cogestão entre Assuremacata e ICMBio frente à partilha das políticas públicas para a Resex. O território é analisado pela ecologia política como uma construção política resultante da interação, em situação de conflito, entre atores com capacidades desiguais de poder e objetivos por vezes antagônicos (ESCOBAR, 2005, p.77). O território é o espaço da sionatureza, na qual os conflitos socioambientais podem tornar-se manifestos nas disputas por acesso a recursos materiais, revelando as correlações de forças na sociedade e podendo configurar ameaças ao direito de existir cultural, política e ecologicamente das populações que nele habitam.



As articulações entre os atores para compor uma reivindicação coletiva são analisadas por Escobar (2005) na forma de uma rede de relações entre os agentes sociais constituinte da representação do território como espaço vivido, estruturante da vida cotidiana. Essas populações, ao lutarem pelo acesso a políticas públicas e pelo uso dos recursos naturais, aproximam-se dos discursos de igualdade e preservação ambiental propagado por movimentos ambientalistas. No entanto, não partem de uma concepção abstrata sobre a natureza, mas resultante do uso dos recursos naturais como fator de produção e meio de vida (ALLEGRETTI, 2008). A negociação com os técnicos do ICMBio e com demais instituições estaduais para acordar as datas do *defeso do caranguejo* e da solicitação do seguro defeso<sup>4</sup> é exemplo que se constituiu em vitórias parciais, ao atender ao calendário local para a proibição da prática da coleta (ICMBIO, 2011).<sup>5</sup>

Recursos escassos do Estado direcionados a grupos empobrecidos, como as populações rurais, são motivos para a explosão de conflitos, cuja questão central está relacionada com a partilha desigual dos recursos disponíveis. A ideia clássica de conflito social aparece, assim, associada. Portanto, há um conflito socioambiental pela apropriação desigual do território e de recursos específicos para a população tradicional.

---

<sup>4</sup> O período de defeso na Resex Caeté-Taperaçu consiste na interrupção das atividades de pesca e captura de diferentes espécies por um determinado período. Em relação à captura ou à catação de caranguejo, são dois períodos: 1) de julho a outubro, quando o caranguejo passa por um processo de troca de carapaça; 2) o segundo é durante a reprodução do caranguejo, quando as atividades são interrompidas por cinco dias durante as luas cheias e novas entre os meses de janeiro e março.

<sup>5</sup> Em 2011, o Conselho Deliberativo da Resex Caeté-Taperaçu elaborou e encaminhou um ofício aos órgãos e instituições responsáveis pelo ordenamento das atividades do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), no estado do Pará com a “Moção por um ordenamento participativo do caranguejo-uçá no litoral do Pará”, elaborada pelo Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu. O seguro defeso ainda não foi conferido aos pescadores locais, devido a impedimentos legais.

O conflito atravessa o campo simbólico, no qual os agentes questionam suas representações, suas crenças e seus esquemas classificatórios que estruturam e legitimam as ditas relações de poder (ACSELRAD, 2004). Na Resex Caeté-Taperaçu, a análise das entrevistas aponta que os atores sociais se articulam em torno dos conflitos relacionados no Quadro 1.

**Quadro 1.** *Tipologia de conflitos na cogestão da Resex Caeté-Taperaçu por categorias.*

<b>PARTILHA DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS</b>	<b>DISPUTAS NA ASSOCIAÇÃO</b>	<b>DISPUTAS NA GESTÃO</b>
II PNRA – Crédito de habitação	Delimitação dos locais de pesca	Partidarização das lideranças	Representação do ICMBio
II PNRA – Créditos apoio	Resíduo do caranguejo	Disputa para a gestão da Associação	Elaboração do Acordode Gestão, para o uso dos recursosnaturais
PBV – Bolsa Verde	Andada do caranguejo	Ausência de informações quanto ao funcionamento das políticas públicas	Deficiência de repasse de informação aos moradores e usuários
	Catação do caranguejo	Interrupção na partilha das políticas públicas	Deficiência de mobilização dos associados
	Pesca predatória		

Fonte: Elaboração própria (2017).

Como aponta o Quadro 1, os conflitos distinguem-se em quatro categorias. Esses conflitos geram vários impasses, envolvendo os diferentes atores no território, principalmente no que tange à cogestão realizada pelo ICMBio e pela Assuremacata. As disputas acirram-se, sendo os

conflitos claramente manifestados nas reuniões convocadas pelo Conselho Deliberativo, nas quais os representantes do Estado e das populações tradicionais defendem diferentes interesses para a UC (RIBEIRO, 2016; SILVA Jr. et al.,2018).

### **Conflitos socioambientais em torno da partilha dos créditos e bolsas do II PNRA e do PBV**

As análises desenvolvidas pelas Ciências Sociais e, em especial pela Sociologia, acerca das políticas públicas, consideram a diversidade e a complexidade das relações sociais (FLEURY et al., 2014). Isso porque envolvem um complexo jogo de relações de poder entre atores do Estado, da política, da economia e da sociedade. É importante destacar o protagonismo dos atores na luta pela conquista das políticas públicas, desenvolvendo estratégias a partir de demandas coletivas, no intuito de aliar forças para atuar junto ao Estado, visando à elaboração e à implementação de políticas públicas como garantia de direitos das populações tradicionais. A partilha das políticas públicas que geram os conflitos socioambientais na Resex Caeté-Taperaçu envolve vários níveis de gestão e decisão entre os atores. Embora seja materializada pelo governo federal, sua partilha dá-se em regime de cogestão entre o Estado e as populações locais.

As Reservas Extrativistas, além de terem a função de preservar o meio ambiente e os modos de vida das populações residentes, resguardam também direitos sociais direcionados à assistência econômica a essas populações, como as Bolsas Verdes e o acesso aos créditos do II PNRA, entre outros. O II PNRA surgiu em 2003 como resposta do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à demanda dos movimentos sociais em luta pela terra. O objetivo proposto era o de realizar uma reforma agrária profunda e capaz de dar início à desapropriação

da concentrada estrutura fundiária brasileira. Nesse cenário, começa a ser elaborado o II PNRA, buscando-se atualizar e ampliar o Programa Vida Digna no Campo (ALBUQUERQUE, 2006). O Incra foi designado o órgão responsável pela execução do II PNRA.

A implementação do II PNRA começou a ser executada na Resex Caeté-Taperaçu, com a realização do cadastramento dos usuários pelo Incra, em 2005. O órgão estimava o número de famílias que iria ter acesso aos benefícios sociais do crédito instalação do II PNRA para a construção de casas e a aquisição de mobília e créditos direcionados às atividades produtivas do extrativismo, assim como a aquisição de apetrechos de pesca e ferramentas para a agricultura. As inconsistências nos dados cadastrais dos usuários acabaram sendo fonte de conflitos, por não dirimir as dúvidas sobre os que estavam aptos, ou não, ao recebimento do crédito habitação e do crédito apoio.<sup>6</sup> Este último corresponde a um valor que variava entre R\$ 2.400,00 a R\$ 3.200,00 por família,<sup>7</sup> e seu repasse era feito assim: a família não poderia sacar o dinheiro em espécie; e o usuário faria a escolha dos objetos que, ao final, deveriam somar até R\$ 3.200,00. O crédito apoio vigorou na Resex entre 2005 e 2011 (SILVA, 2018).

O crédito habitação consistia na construção de casas no valor que variava de R\$ 5.000,00 até R\$ 15.000,00<sup>8</sup> por unidade habitacional. As estruturas dessas casas poderiam ser de alvenaria ou de madeira,

---

<sup>6</sup> O Incra organizava um catálogo com eletrodomésticos (geladeiras, fogões e bicicletas, entre outros) e utensílios para agricultura e pesca (barcos, fornos para o preparo da farinha, máquinas de beneficiar açaí, *nylon* para redes de pesca e as próprias redes, entre outros). Cada objeto continha um valor.

<sup>7</sup> Na Resex Caeté-Taperaçu, em 2005, o valor concedido era de R\$ 2.400,00 e, em 2007, de R\$ 3.200,00 para cada família.

<sup>8</sup> Os valores das habitações na Resex variam entre R\$ 5.000,00, nos anos de 2005 a 2006; R\$ 7.000,00, de 2007 a 2008; e R\$ 15.000,00, de 2009 a 2013.

no caso das áreas de praias, com estrutura submersa seguindo um modelo único para todas as comunidades. As construções dessas casas ocorreram no período de 2005 a 2013 (SILVA, 2018). A entrega dos créditos apoio e de habitação, segundo as lideranças da Assuremacata, era realizada em reuniões regulares nas comunidades, à medida que estas iam sendo contempladas. No entanto, nem sempre as informações sobre o cadastramento e sobre a concessão dos créditos, segundo reclamações dos usuários, chegavam a todos, fato que gerava intensos conflitos manifestos, como discussões com agressões verbais e até violência física.

Parte desses conflitos está diretamente ligada às regras que balizam o acesso a políticas públicas na Resex, que não reconhecem na prática as relações de reciprocidade das populações tradicionais, tolhendo sua autonomia para pensar a organização de seu território com base em suas experiências com o lugar (ESCOBAR, 2005). Dessa maneira, podemos ponderar que a reivindicação da fala e da escuta desses grupos envolve pluralidades de sentidos das experiências vividas e da legitimidade da representação social que, por vezes, não é considerada pelas condicionalidades das políticas públicas, refletindo-se na eclosão dos conflitos.

Seis anos após a implementação do II PNRA, o Programa Bolsa Verde<sup>9</sup> chega à Resex em 2011, objetivando atender a um público em vulnerabilidade social, por conta da condição de pobreza e da distância dos grandes centros urbanos (MOREIRA, 2017). A maioria dos bolsistas

---

<sup>9</sup> As diretrizes do PBV têm a pretensão de unir duas metas estabelecidas pelo governo federal: o combate à pobreza e a conservação ambiental, com vistas ao alcance de um desenvolvimento social (BRASIL, 2019). Almeja, portanto, alcançar duplamente a solução de problemas ambientais e sociais. O PBV destina-se às famílias em condição de pobreza extrema que residem em áreas de conservação ambiental. A transferência do recurso concedido pelo PBV ocorre de forma conjugada com o repasse do recurso do Programa Bolsa Família.

do PBV é de usuários de Unidades de Conservação de Uso Sustentável assentados da reforma agrária e localiza-se no estado do Pará (BRASIL, 2019). O pagamento do benefício, que corresponde a R\$ 300,00 trimestralmente,<sup>10</sup> estende-se por até dois anos, podendo ser renovado por igual período. A Resex Caeté-Taperaçu foi contemplada com esse recurso a partir de 2011, sendo a segunda área de maior destinação desse recurso no Brasil, com 2.673 bolsistas na área da Resex (BRASIL, 2019). São várias as reclamações sobre a interrupção no repasse do recurso, que, ao longo dos anos, vem sendo limitado. Em 2017, houve uma contenção orçamentária para o MMA, responsável pelo pagamento do PBV, o que levou a uma drástica redução no pagamento desse benefício. Em 2018, não houve nenhum repasse para o pagamento do PBV, não sendo cadastrados novos bolsistas (BRASIL, 2019).

O reconhecimento desses moradores como beneficiários de uma área de proteção ambiental é significativo para analisarmos a relação entre a sociedade civil e o representante do Estado na proposta de cogestão da Resex (RIBEIRO, 2016). Isso porque a composição do território está para além das reuniões formais convocadas pelo Conselho Deliberativo. Está imbricada nas relações sociais dos usuários nas comunidades, questionando as regras de uso dos recursos naturais e, sobretudo, as condicionalidades de acesso a essas políticas públicas. Os conflitos socioambientais em torno do compartilhamento da gestão entre Assuremacata e ICMBio revelam, por um lado, possibilidades de aprendizados políticos, gerando resultados favoráveis na conquista dos direitos sociais. Tal processo poderá influenciar tanto a identificação dos focos comuns entre os comunitários, ampliando suas conquistas, quanto gerar mudanças na

---

<sup>10</sup> Esse valor vigora desde a criação do programa até o momento da redação deste texto, em janeiro de 2019.

perspectiva “técnica” dos “instrumentos de gestão” que caracterizam a visão e prática dos representantes institucionais, conforme analisa Abers (2003), em outros contextos.

Nas questões em torno da partilha das políticas públicas do II PNRA e do PBV, observamos a tensão entre os órgãos gestores da UC. Por um lado, o ICMBio empenhava-se em fiscalizar a distribuição dos créditos habitação e apoio do II PNRA e a concessão das bolsas verdes, o que gerava conflitos com a Assuremacata, responsável pela partilha dessas políticas, identificando os comunitários aptos. Os conflitos entre Associação e ICMBio foram agravando-se, saindo do estado latente e manifestando-se nas divergências de competências de gestão, o que levou o técnico do ICMBio, gestor da UC, a ser transferido do local em 2012. Quanto ao PBV, os conflitos agravaram-se no cadastramento para o acesso às bolsas, quando o ICMBio realizou novo cadastramento em 2011, visando mapear os extrativistas inseridos no perfil de população tradicional.

Para além dos conflitos em torno das políticas públicas, o atual presidente da Associação relata obstáculos na gestão do ICMBio, dadas as dificuldades em estabelecer diálogos para a administração das regras de uso dos recursos naturais, fato que observamos nas reuniões do Conselho Deliberativo. Isso porque há uma demarcação de interesses bem definida entre aqueles que defendem a preservação do meio ambiente e o acesso restrito aos recursos naturais como ponto central da pauta (instituições e organizações estatais); e aqueles que reivindicam uma adequação das regras às necessidades de apropriação dos recursos naturais (currais, tarrafa, gancho etc.) pelas populações tradicionais e ao acesso às políticas públicas específicas (Bolsa Verde, seguro defeso etc.). Essas questões são frequentes nas reivindicações pleiteadas pelos representantes da população tradicional, como os da Assuremacata.

A divisão dos bens das políticas públicas gera outros conflitos, pois há desentendimentos sobre as regras para a partilha, por exemplo. A existência desses conflitos socioambientais entre essas instituições deliberativas pode tornar inviável a resolução das questões que emergem entre as comunidades. No entanto, essa tensão não é um problema isolado dos agentes sociais que conformam a Resex em questão, mas reflete as próprias dificuldades que encontramos em outros fóruns, no país, opondo atores e grupos que atuam na esfera da sociedade civil e do Estado (RIBEIRO, 2016).

### **Atuação da Assuremacata frente aos conflitos socioambientais na Resex Coeté-Taperaçu**

Desde a criação da associação mãe até 2017, transcorreram-se seis pleitos eleitorais, divididos em três gestões. Os presidentes foram reconduzidos ao cargo, ao término de seus mandatos. Nas entrevistas realizadas com sócios e com os dois ex-presidentes e o atual, observou-se em suas falas que a principal atribuição exercida pela associação, hoje, é a canalização de benefícios sociais (casas, bolsas, créditos). Tal fato tem gerado conflitos de diversas ordens entre os associados e com outros agentes sociais que se relacionam no território da Resex. Assim, a pesquisa revelou que as três gestões dos presidentes da Assuremacata se envolveram nos conflitos em torno da partilha das políticas públicas, com algumas especificidades. Cerca de 1.648 habitações e 2.587 créditos de apoio<sup>11</sup> foram concedidos aos usuários da Resex, dados que apontam para um grande *déficit* de pessoas que ficaram sem receber tais benefícios. Quanto ao PBV, a Resex tinha 2.673 bolsistas

---

<sup>11</sup> Informações coletadas presencialmente na sede do Inkra em Belém, como parte do trabalho de campo.



(BRASIL, 2019), número também que está bem abaixo do universo de usuários cadastrados.

O primeiro presidente da Assuremacata ocupou o cargo entre 2005 e 2009. Em entrevista, relatou os conflitos pela disputa de cargos na associação e os benefícios sociais recebidos por esta em sua gestão, enfatizando que o período que coordenou a Assuremacata foi marcado pela captação de tais benefícios (casas, bolsas etc.). Três fatores contribuíram para que sua gestão recebesse o maior número de benefícios: a Resex estava recém-criada (por esse motivo, os créditos de habitação e apoio chegavam mais rapidamente); o momento político do País, em que houve implementação de amplas políticas de redistribuição de renda; e o financiamento externo, o qual, através de recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7<sup>12</sup>) e demais organizações internacionais, subsidiou a criação de unidades de conservação e de políticas, como o Programa Bolsa Verde. Foram importantes também as alianças formadas com atores locais (Inkra, ICMBio, Prefeitura) e externos, como parlamentares e do executivo, e a realização de parcerias com empresas para viabilizar a chegada desses recursos federais. Conforme tal entrevistado, a partir da chegada dos benefícios sociais, a questão ambiental deixa de ser o foco principal. Os associados desentendiam-se na disputa pelos benefícios. É importante considerarmos ainda o papel de atores externos, como parlamentares e empresas de construção civil na disputa pelos benefícios, especialmente em relação aos créditos derivados do II PNRA. Dos vários embates, resultaram parcerias políticas que foram sendo desdobradas com o passar do tempo. Na esfera muni-

---

<sup>12</sup> O Programa Piloto surgiu em 1990, na Convenção de Houston, que reuniu os países do G7, em prol da proteção das florestas tropicais brasileiras, e foi ratificado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio 92 (MMA, 2019).

cial, em 2008, o primeiro presidente da associação é eleito vereador de Bragança, fato que gerou avanços e limites para o fortalecimento político da Assuremacata, como observam alguns interlocutores da pesquisa.

Na conformação dessas alianças políticas, observamos que os conflitos socioambientais não ficam restritos somente às disputas pelos recursos naturais, mas geram questões relacionadas ao território e aos recursos que são produzidos em detrimento dele e para ele, assim questiona-se: “Quem usa os recursos? Quando? Por quais razões? A que preço? Com quais impactos?” (LITTLE, 2006, p. 88). Considerando que os atores estão posicionados de modo muito desigual na disputa pelos recursos naturais e materiais, são ocasionadas constantes reconfigurações na composição dos problemas e acordos pela apropriação dos recursos disponíveis. Como vimos, os conflitos em torno da partilha dos créditos do II PNRA na primeira gestão estavam relacionados, em grande parte, aos recursos insuficientes canalizados pelo Incra. Foram construídas 965 casas nessa gestão sem números exatos da concessão de crédito apoio para esse período, sendo que o número de moradores a serem contemplados somava 5 mil, conforme cadastro realizado pelo próprio Incra. Vemos que menos de 20% dessas famílias receberam a casa e o apoio. Essa insuficiência de recursos é a principal fonte de conflito em todas as gestões da Assuremacata. Assim, por um lado, os usuários não possuem a informação de que o Estado não libera recursos para todos e, por outro, os presidentes tendem a realizar a distribuição das políticas públicas conforme seus laços familiares e suas relações de reciprocidade.

O segundo presidente da Assuremacata relatou-nos que sua gestão recebeu a missão de ajustar as finanças da Associação, que se encontrava com um “buraco”. Segundo o entrevistado, essa questão gerou muitos conflitos, porque as comunidades pressionavam pelos benefícios que ainda não tinham sido entregues. Ao falar sobre os benefícios

sociais, salienta que a primeira leva de benefícios ocorreu entre os anos de 2006 e 2007. Em 2008, chegaram as casas e o crédito apoio em grande quantidade. Tal processo gerou problemas na partilha desses benefícios, de forma a contemplar a diversidade e a necessidade dos demandantes. O acesso a tais benefícios fora viabilizado por alguns arranjos que se deram, considerando os laços familiares e de amizade.

O ex-presidente relata que, com a chegada de tais benefícios, a Associação se fragilizou, devido ao fato de as pessoas terem esquecido da organização e focado só nos benefícios. Nessa segunda gestão, foram construídas 683 casas, além de concedida uma quantidade indefinida de créditos apoio, situação que implicou no acirramento dos conflitos entre a Assuremacata e os associados. Estes acusam a executiva da Associação de ter beneficiado largamente seus “parentes” e até o encerramento desta pesquisa não possuíam a informação de que o repasse de créditos do II PNRA havia sido interrompido no ano de 2013. Desse modo, observamos que a ausência de informação também é fonte de conflito, pois os associados culpam a executiva da Associação de não captar os benefícios, sem fazer a vinculação com o contexto extralocal de contenção de repasses de recursos do governo federal. Tal fato, obviamente, não exclui os processos sociais relacionados aos atores locais, mas se somam a eles.

Esses conflitos intrainstitucionais, conforme Acselrad (2004, p. 105), “são motivados por crises internas por vezes motivada pela concentração de poder de seu dirigente ou por atos ilícitos deste [...]”. Essas questões comprometem o fortalecimento da ação coletiva e enfraquecem a legitimidade da Associação frente a seus parceiros. Sobre essa gestão, as impressões entre os sócios são de que a Associação foi “perdendo força”, devido à redução dos recursos do II PNRA e também pelo acesso indevido de determinadas pessoas às políticas públicas. Esses dois fatores implicaram no acirramento dos conflitos entre os dirigentes da Assuremacata

e os associados. Nessa gestão, observamos também a quebra de algumas alianças com atores locais, como o ICMBio e a prefeitura municipal, o que implicou no desgaste da Assuremacata junto às comunidades.

A terceira gestão foi reconduzida ao mandato no dia 15 de outubro de 2017. Em relação aos conflitos na partilha dos créditos habitação e apoio, o atual presidente destaca que, “no passado, eram os comitês que direcionavam os nomes das pessoas. Então, teve um conflito assim... Esse é meu irmão, minha família, primeiro pra eles [...]. Recebeu por influência da família” (informação verbal)<sup>13</sup>. Esse presidente reconhece que os arranjos familiares prevaleceram na divisão dos créditos habitação e apoio. Como o critério de partilha consistia na contemplação dos “mais necessitados”, ficava difícil, segundo este entrevistado, não contemplar “primeiro os de casa”. Quanto ao posicionamento da Assuremacata diante dessa ação, enfatiza que houve negligência na fiscalização da entrega desses recursos: “Ficou difícil de a gente ter um controle, porque nós não tínhamos um setor que pudesse fiscalizar e acompanhar [...]. Tinha que ter esse movimento de acompanhamento. Essa pessoa merece? Merece, não teve. Foi uma falha na gestão” (informação verbal).<sup>14</sup>

Em relação a essa gestão, os sócios entrevistados são enfáticos em afirmar que a Assuremacata se encontra ineficiente pela ausência das políticas públicas. Isso tem gerado conflitos envolvendo não somente os moradores, como também as representações institucionais que compartilham a gestão da Resex. É importante ressaltar que, nessa gestão, o governo federal decretou a interrupção nos repasses dos créditos do II PNRA<sup>15</sup> e também suspendeu por tempo indeterminado, através do

<sup>13</sup> Entrevista fornecida pelo Sr. J.R., usuário da Resex, 2017.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> O Inkra suspendeu o repasse dos recursos do II PNRA em 18 de junho de 2013 por meio da Portaria nº 352/2013.

Ministério do Meio Ambiente, a renovação e ampliação de bolsas do PBV. No entanto, a ausência dessas informações entre os usuários faz com que se afastem da Associação, por acharem que essa não tem o potencial de conseguir os benefícios sociais. Essa gestão tem se articulado com diferentes atores (prefeitura, ICMBio e deputados, entre outros) na tentativa de se manter na representação dos usuários da Resex Caeté-Taperaçu.

Nesse contexto propício a conflitos socioambientais, a ecologia política aponta que essa questão não pode ser compreendida fora do contexto político e econômico em que surgiram. É preciso relacioná-las a processos socioeconômicos e políticos mais amplos. Analisam-se as relações socialmente desiguais como processos políticos integrantes de um conjunto de estratégias, interesses e ações dos principais atores envolvidos na configuração dos conflitos socioambientais que incidem em diversas escalas, apresentando origens no plano interno e externo, sem delimitações geográficas precisas (JATOBÁ et al., 2009). Os conflitos em torno do acesso aos créditos habitação e apoio do II PNRA e ao PBV somam-se às denúncias de fraudes de vários dirigentes da Assuremacata.

Como vimos na análise das três gestões, o acesso a esses recursos fora viabilizado por laços familiares e pelas relações de reciprocidade, confiança e ajuda mútua. Alguns associados que ouvimos no decorrer da pesquisa apontaram irregularidades na partilha dessas duas políticas públicas em especial. Afirmaram que não houve um critério “justo” para “ganhar” a casa e o apoio, fato que remonta às questões da insuficiência desses recursos frente à grande quantidade de demandantes. Tal situação torna ainda mais enfraquecida a representação da Assuremacata nesse território. No entanto, apesar dos conflitos, os associados contemplados sentem-se felizes por terem uma casa de alvenaria, terem recebido os eletrodomésticos e, até há pouco, estarem recebendo a Bolsa Verde. Para os associados entrevistados, o maior

legado da Resex consiste no recebimento desses benefícios sociais. As usuárias, ao mostrarem os eletrodomésticos, comentam a importância de se ter adquirido esses bens através de recursos do II PNRA, pois seria muito difícil obtê-los, devido às suas condições econômicas. Todos relataram que não teriam condições de construir suas casas de alvenaria e ainda mobiliarem com os eletrodomésticos.

### **Considerações finais**

A partir do desenho empírico das relações estabelecidas nos conflitos socioambientais em torno da partilha das políticas públicas (II PNRA: habitação e apoio; PBV) na Resex Caeté-Taperaçu, buscamos interpretar sociologicamente o problema a partir da ecologia política e da teoria dos conflitos socioambientais. Ao privilegiar essas perspectivas, foi possível delinear as diversas dimensões dos problemas que envolvem a gestão partilhada dos usos e a apropriação dos recursos naturais em áreas de conservação, notadamente na Amazônia. Sem objetivar a generalização de seus resultados, os achados deste trabalho permitem-nos contribuir para adensar o debate sobre as questões da governança ambiental na região. Através das relações estabelecidas entre a Associação dos Usuários (Assuremacata) e ICMBio, Poder Local, instituições políticas e atores das diversas esferas sociais, foi possível caracterizar a complexidade dos conflitos socioambientais locais. No entanto, eles guardam relação com outros níveis espaciais: regional, nacional, internacional. Na Resex em tela, as redes sociopolíticas de atores são relevantes para compreender as relações de poder em torno da apropriação dos recursos naturais e materiais, compondo-se as mudanças na configuração social.

Em função da heterogeneidade dos atores sociais envolvidos, pôde-se observar que os conflitos orbitam em quatro categorias, dadas as especificidades dos atores envolvidos e dos bens em disputa:

partilha de políticas públicas; acesso aos recursos naturais; disputas na associação e conflitos entre os associados; e disputas entre os agentes da cogestão. As entrevistas demonstram que os conflitos na partilha dessas políticas públicas relacionam-se, principalmente, ao favorecimento de parentes e amigos da executiva da Assuremacata, à deficiência de informação sobre o processo de implantação e a partilha das políticas e o cumprimento de suas condicionalidades; e à escassez e à ausência dos direitos para a demanda local. O primeiro resulta, em parte, do próprio modo de vida das populações tradicionais (DIEGUES, 2001) que estruturam sua cotidianidade com o fortalecimento de suas relações sociais.

Nesse sentido, a partilha das políticas considerou naturalmente os vínculos sociais, mas também interesses políticos. O problema sobre a incompreensão das regras das políticas analisadas decorre da falta de comunicação entre os órgãos gestores das políticas – ICMBio e Incra – com a população local, mas também dos ruídos que se formam pela luta política entre associados-associação e entre atores das instituições políticas locais e extralocais. Por sua vez, os baixos investimentos do Estado nas políticas públicas socioambientais, que se asseveram nos dois últimos anos, acabam delegando à população local a responsabilidade de criar critérios de partilha dos benefícios, os quais não recobrem o universo de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, acirrando a disputa entre os comunitários. Ou seja, a lógica do mercado sobrepõe-se aos interesses da conservação ambiental, delegando às populações tradicionais a responsabilidade pela conservação do território, mas sem o apoio do Estado.

Nessa direção, ampliam-se os riscos sociais e ambientais a que estão expostos esses grupos sociais empobrecidos como são as populações rurais do país, alargando o fosso da desigualdade social. Assim, a necessidade de manter sua sobrevivência leva-os a recorrer a outras

práticas econômicas que, em um círculo vicioso, aprofundam os impactos ambientais, reduzindo o acesso aos recursos naturais. Tais questões possibilitam que atividades econômicas desordenadas acabem por impactar a unidade de conservação, como a pesca predatória e a captura de caranguejos no período da reprodução; e outras, como o turismo desordenado e a pesca industrial.

O protagonismo das reivindicações pleiteadas pelas populações tradicionais configura o ecologismo dos pobres, na medida em que torna pública a importância da natureza para sua sobrevivência, lutando por direitos por meio de políticas públicas, as quais servem à manutenção de sua memória identitária, cultural e histórica. Na perspectiva de Martínez-Alier (2007), as distintas lutas por justiça ambiental, derivadas do ecologismo dos pobres, questionam a distribuição desigual de recursos naturais, de políticas públicas e de danos ecológicos. Assim, consideramos que as políticas públicas são direitos adquiridos por esses grupos sociais. Sua implementação é relevante para manutenção dos modos de vida, assim como também pode contribuir para desenvolver outra racionalidade para a apropriação e o uso dos recursos naturais.

Os conflitos que caracterizam a cogestão da UC perpassam pela concepção de apropriação do território, pois há uma disparidade de legitimidade entre o conhecimento científico dos especialistas – os quais concebem o território das UCs como espaços destinados à conservação da biodiversidade – e o conhecimento produzido pelas populações tradicionais, que compreendem o território como espaço transcendente à vida material. Isso porque é fonte de trabalho e história e de reconhecimento de uma identidade social vinculada ao território. As lutas de resistência face aos conflitos da partilha dos direitos sociais, a consolidação das associações como fonte de capital político, são elementos a considerar a favor das populações tradicionais.



## Referências

- ABERS, R. Interesses e ideias em políticas participativas: reflexões a partir dos comitês de bacia hidrográficas e os orçamentos participativos. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p.257-290, jan./dez., 2003.
- ALBUQUERQUE, V. de O. *Reforma Agraria no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agraria*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, 2006.
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. A. (Org.). *O destino da floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.p. 17-47.
- ALLEGRETTI, M. H. A construção social de política pública. Chico Mendes o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, jun. 2004.
- ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Programa Bolsa Verde*. Brasília: 2019. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsaverde/itemlist/category/74-bolsa-verde>>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. *Proteção das Florestas Tropicais*. Brasília: 2019. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/florestas/programa-para-a-prote%C3%A7%C3%A3o-das-florestas-tropicais>>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação(SNUC)*. Brasília:2000. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <[www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Portaria n° 352*, de 18 de junho de 2013. Determinar a todas as unidades desta autarquia, ad referendum do Conselho Diretor do INCRA, a imediata suspensão das operações de concessão de Crédito Instalação às Famílias

Assentadas, parte integrante do Programa de Reforma Agrária e Reordenamento da Estrutura Fundiária. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2013/06/19>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CARDOSO, T. A. *A construção da gestão compartilhada da reserva extrativista do Mandira, Cananeia, SP*. 2008. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas)– Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p.133-168.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, set./dez. 2014.

FLEURY, L.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 34-82, jan./abr. 2014.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

ICMBIO. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU, 1.,2011, Bragança. *Ata*, Bragança (PA), 2011.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

LEFF, E. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, jan./dez. 2003. LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 240 p.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun., 2006.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, C. C. S. *Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma Resex Marinha na Amazônia*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

RIBEIRO, T. G. Limites e desafios da participação em processos decisórios numa Unidade de Conservação. In: TEISSERENC, M. J. da S. A.; SANT'ANA Jr., H. A. de; ESTERCI, N.(Orgs.). *Territórios, mobilizações e conservação socioambiental*. São Luís: EDUFMA, 2016.

SILVA, T. I. *Conflitos sociais e partilha de políticas públicas: a atuação da Associação dos Usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu*. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA Jr., S. R. da et al. Desafios da gestão participativa de recursos naturais em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará. *Novos Cadernos Naea*, v. 21, n. 2, p. 173-191, maio-ago. 2018.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

# RESEX-MAR DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA): UMA ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Suziane Palmeira dos Santos

### Introdução

A composição de Unidades de Conservação (UC) com o predomínio de populações tradicionais pode ser considerada um grande avanço nas políticas ambientais. Até meados da década de 1970 a preocupação com o chamado “mundo natural” era tratada pelo governo nacional segundo a égide de modelos de conservação importados de países da Europa e América do Norte que tinham como premissa a corrente preservacionista. No bojo desses modelos havia a ideia de que a natureza para ser protegida deveria ser intocável, separada da convivência humana (DIEGUES, 2001a).

Em contraposição a essa abordagem, em meados da década de 1980, emergiram diferentes enfoques para a conservação da natureza, colocando em evidência a relação sociedade-natureza. A principal mudança nesse sentido estava assentada na necessidade de incorporar os conhecimentos e as formas de manejo de populações tradicionais, as quais não poderiam ser expulsas de seus territórios tradicionalmente ocupados. No Brasil a ideia de participação de populações tradicionais em sistemas de conservação ambiental foi amplamente difundida pela luta de seringueiros da Amazônia. De acordo com Almeida (2004), foi a organização desses camponeses da floresta em meados da década de 1980, que articulavam reivindicações agrárias com questões ambientais de interesse geral, que deu origem às primeiras reservas extrativistas (Resex).

As reservas extrativistas são “áreas naturais ou pouco alteradas, ocupadas por grupos sociais que usam como fonte de subsistência a coleta de produtos da flora nativa ou a pesca artesanal e que as realizam segundo formas tradicionais de atividade econômica sustentável e condicionadas à regulamentação específica” (DIEGUES, 2001a, p. 124). Nesse sentido, a Resex apresenta uma singularidade em relação às demais unidades de conservação, na medida em que consegue conciliar conservação com ocupação humana, que eram vistas até então como dissociadas.

Atualmente predominam duas modalidades de reservas extrativistas: as florestais e as marinhas. Ambas possuem objetivos semelhantes e o que as distingue fundamentalmente é a singularidade dos ambientes e dos sujeitos que cada uma envolve: a primeira abrange o ambiente florestal e camponeses rurais; e a última compreende ambientes aquáticos e populações pesqueiras. A criação de reservas extrativistas marinhas (Resex-Mar) no Brasil é um fenômeno recente. Segundo Cunha (2009), a demanda por este tipo de unidade de conservação teve marco inicial na década de 1990, muito por influência da Resex-Mar de Pirajubaé, criada em 1992 no Estado de Santa Catarina, a primeira reserva no país instituída em ambiente marinho. As Resex-Mar podem ser definidas como áreas protegidas estabelecidas em ambientes costeiros e/ou marinhos com predominância de comunidades humanas que vivem fundamentalmente da prática da pesca.

Os pescadores artesanais beneficiários das Resex-Mar enfrentam uma série de dificuldades, principalmente em relação ao reconhecimento de seus territórios, visto que na maioria das vezes “não são ‘terras’ que estão em questão, mas seções de um rio, de um lago ou do mar, gerando assim ‘terras aquáticas ou marinhas’ que não contam com uma legislação adequada que reconheça as particularidades dessa apropriação” (LITTLE, 2002, p. 18-19). Dentro desse cenário, os ambientes de pesca

normalmente são espaços de disputas, assim, o conflito é destacado aqui como algo inerente aos grupos humanos, estando presente em diversas instâncias sociais (FURTADO, 2004; BRITO, 2010). Os conflitos na pesca são traduzidos neste trabalho como conflitos socioambientais, pois caracterizam-se como disputas entre grupos sociais distintos – diferentes categorias de pescadores – provenientes de distintas formas de relações que estes mantêm com seu meio natural (LITTLE, 2001). Os conflitos socioambientais estão relacionados a modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território (ACSELRAD, 2004).

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de criação e implementação da Resex-Mar Mocapajuba, especificamente no que tange aos conflitos socioambientais decorrentes desse processo. O mote da discussão são situações de tensões e conflitos relacionados à constituição desta unidade de conservação. Os embates destacados envolvem diferentes grupos com distintos processos de apropriação e uso dos recursos naturais daquela região. A partir de uma abordagem etnográfica as principais características em torno da composição dessa reserva são descritas, evidenciando nuances de conflitos socioambientais a partir do seu processo de consolidação. Assim, são destacadas algumas considerações sobre a questão da proteção ambiental e a configuração de unidades de conservação com predominância de populações humanas, ressaltando a composição de reservas extrativistas marinhas.

As discussões aqui apresentadas resultam de uma experiência de trabalho de campo realizada entre 2015 e 2016 na Resex-Mar em análise. Pauta-se em entrevistas realizadas com diferentes representantes de instituições envolvidas no processo de criação da Resex-Mar de São Caetano de Odivelas, a saber: gestores da Associação de Usuários da Reserva Mocapajuba; representantes da Colônia de Pescadores Z-04; dirigentes da Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira (AMUPESC);

representantes da Associação de Mulheres da Pesca de Pereru (AMPAP); líderes da Associação Filhos e Amigos de São João de Ramos (AFASAJÓ); e além disso, foram entrevistados 43 moradores da comunidade de São João de Ramos. Esses atores, alguns com opiniões divergentes em certos aspectos, colaboraram no sentido de dar uma visão ampliada sobre o contexto de estudo.

A análise a seguir será apresentada da seguinte maneira: primeiro, caracterizaremos as reservas extrativistas florestais e marinhas, destacando o mosaico dessas UCs na Amazônia paraense; a seguir, na seção intitulada: “O protagonismo das mulheres na criação da Resex-Mar Mocapajuba”, é analisado o processo de criação dessa Resex a partir de dois momentos, o primeiro na década de 1990 e o segundo no início dos anos 2000 até a decretação da área como reserva extrativista marinha em 2014; em seguida, analisamos o contexto dos conflitos socioambientais na implementação de Mocapajuba, destacando a percepção dos moradores da Vila de São João de Ramos.

### **Reservas extrativistas florestais e marinhas: entre terras e águas**

As unidades de conservação e, mais especificamente, as reservas extrativistas, apresentam-se como uma política governamental que busca articular conservação ambiental e proteção de modos de vida, mas até que esse desenho final fosse atingido, um longo caminho foi percorrido. O processo de criação e consolidação do que hoje entendemos como Resex, resulta de uma longa construção social que envolve fundamentalmente a luta de um grupo social, os seringueiros da Amazônia, diante de questões ambientais de interesse geral (CUNHA; ALMEIDA, 2001; BENATTI, 2001; LOBÃO, 2006).

A origem das reservas extrativistas é marcada pelo reconhecimento da questão ambiental. A difusão desse tema surge em meados do

século XX como uma preocupação com os impactos de uma economia pautada na exploração desregrada da natureza. Muniz (2010) destaca a década de 1950 como um período decisivo na identificação das questões ambientais, pois foi quando, nos países chamados desenvolvidos, os problemas ambientais, causados pelo crescimento econômico e pela industrialização, começaram a dar sinais de agravamento. Nesse sentido, a questão ambiental ganhou notoriedade ainda maior nas décadas de 1960 e 1970, já que neste período desenvolveram-se intensos debates sociais e ambientais, primeiramente localizados nos países industrializados do hemisfério Norte e depois no mundo Ocidental como um todo.

De acordo com Brito (2010), a década de 1970 foi fundamentalmente importante para a questão ambiental ganhar notoriedade global, nesse período “houve efervescências dos movimentos internacionais, o que gerou a ocorrência de inúmeros eventos, resultando em vários programas, acordos e tratados” (BRITO, 2010, p. 97). Assim, na década seguinte, a palavra “reserva” foi divulgada publicamente pela primeira vez por Chico Mendes em um evento denominado como o I Encontro Nacional de Seringueiros, ocorrido em Brasília no ano de 1985. A expressão ainda não tinha um sentido exato, só indicava que as terras dos seringueiros deveriam ter a mesma proteção que os territórios indígenas (CUNHA; ALMEIDA, 2001). Como resultado das discussões promovidas no encontro, os seringueiros conseguiram elaborar um documento final apresentando um conceito de desenvolvimento diferente daquele defendido pelos desenvolvimentistas ou pela visão protecionista do meio ambiente. Nesse documento os seringueiros esboçaram uma ideia de desenvolvimento que associava justiça social, bem-estar e progresso tecnológico com a preservação das florestas e dos recursos da natureza (ALLEGRETTI, 2002; LOBÃO, 2006).



Ao longo dos anos que seguiram a década de 1990, as reservas extrativistas expandiram-se na Amazônia e em outros biomas brasileiros. Somando-se às quatro já criadas em 1990 (Alto Juruá, Chico Mendes, Rio Cajari, Rio Ouro Preto), o governo brasileiro decretou em 1992 a criação das Resex do Ciriaco, Mata Grande, Quilombo do Flexal, Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins e Resex Marinha do Pirajubaé. Esta última sinalizou a extensão das reservas para regiões costeiras e marinhas, foi a primeira estabelecida fora do ambiente florestal (LOBÃO, 2006; CUNHA, 2009).

Com a ampliação da criação das UCs foi instituído em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essa legislação firmou uma relação contratual entre Estado e populações tradicionais. A partir do estabelecimento do SNUC ficou consagrado para as Resex um sistema de cogestão, compartilhado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), comunidades e outros atores sociais que dão corpo ao Conselho Deliberativo da reserva. As Resex apresentam dificuldades recorrentes para estabelecer instrumentos de gestão, tanto naquelas de ambientes florestais quanto nas de território marinho. Esta última é uma modalidade ainda muito recente no Brasil, seu processo de criação e implementação apresenta algumas especificidades, como, por exemplo, os grupos envolvidos são populações pesqueiras e os recursos em pauta se caracterizam como ambientes costeiros e marinhos (DIEGUES, 2001b; LITTLE, 2002; FURTADO, 2004).

Assim as reservas extrativistas marinhas podem ser traduzidas como uma espécie de “segunda geração” das Resex promovidas pelo movimento dos seringueiros da Amazônia (SANTOS; SCHIAVETTI, 2013).

As Resex-Mar possuem localização em regiões litorâneas e costeiras, apresentando uma riqueza de ecossistemas estuarinos, de manguezais, planícies inundáveis etc. Têm como objetivo principal a proteção

dos meios de vida e cultura de populações que vivem fundamentalmente da atividade pesqueira, bem como a garantia do uso sustentável dos recursos pesqueiros. De acordo com Diegues (2001b) diversas comunidades de pequenos produtores, agricultores e pescadores vivem quase que exclusivamente da exploração dos recursos encontrados nesses ecossistemas, mas além dessa forma tradicional de uso, esses ambientes também têm servido para o desenvolvimento de atividades portuárias, industriais e turísticas.

É justamente nesse contexto de processos de disputas e apropriação de recursos naturais e ainda de mudanças ambientais mediadas por relações de poder, que surgem as reservas extrativistas marinhas. São áreas estabelecidas pelo poder público, que indicam territórios marinhos como espaços exclusivos de usufruto de comunidades que vivem da prática da pesca. Nesse sentido, as Resex-Mar ao determinar áreas até então consideradas de livre acesso transformando-as em espaços onde os recursos são explorados de forma comunitária por pescadores artesanais organizados, reconhecem o direito consuetudinário desses grupos sobre territórios marinhos e as formas de arranjos e representações simbólicas de tradição pesqueira secular, excluindo os não comunitários do aproveitamento dos recursos do mar nas áreas delimitadas (CHAMY, 2004).

De acordo com os estudos de Santos e Schiavetti (2013) até o ano de 2012 o Brasil contava com 22 reservas extrativistas marinhas cobrindo ambientes como estuários, ecossistemas de manguezal, restingas e dunas. No fim do ano de 2014 foram decretadas mais três Resex-Mar pertencentes ao Estado do Pará, que vieram somar-se às 22 já existentes, somando, assim, 25 reservas marinhas no território brasileiro. Do total de reservas marinhas estabelecidas no Brasil, 48% estão localizadas no Pará, nos municípios de Soure, Curuçá, Maracanã, Santarém

Novo, São João da Ponta, Augusto Correa, Bragança, Viseu, Tracuateua, Marapanim, Magalhães Barata e São Caetano de Odivelas. Os três últimos tiveram mais recentemente suas áreas decretadas como unidades de conservação, em outubro de 2014 o Governo Federal determinou a criação de Resex-Mar nesses municípios e ainda ampliou uma já existente. A partir dessas novas reservas (Mocapajuba, Mestre Lucindo e Cuinarana) e da ampliação da Araí-Peroba localizada no município de Augusto Corrêa, a área conservada aumentou em 51%, chegando a 322 mil hectares.<sup>1</sup>

Os municípios paraenses compreendidos pelas Resex-Mar integram a região Nordeste do Estado, precisamente a Zona do Salgado. Esta microrregião do Pará possui cerca de 500 km de extensão com localização entre a Baía do Marajó e a Baía do Gurupi (FURTADO, 2004; FIDELLIS, 2013). A região é rica em ecossistemas estuarinos acompanhados de amplas faixas de manguezais, ambientes que sustentam boa parte dos moradores locais, identificados como populações costeiras (FURTADO, 1993). Cabe ainda ressaltar que nesses municípios onde se situam as Resex-Mar, de acordo com estudos realizados pelo ICMBio,<sup>2</sup> predominam atividades de pesca artesanal, extração de caranguejos e agricultura de subsistência.

A demanda pelas Resex-Mar no estado do Pará surgiu em meados dos anos de 1990, período em que diversas comunidades pesqueiras da região, sobretudo as que se localizavam no litoral do estado, viram seus modos de vida ameaçados por causa da expansão da pesca industrial, também devido às incursões de territórios de pesca e uso de artes de pesca predatória e invasões de áreas de manguezais por pescadores de “fora”. Além desses fatores, pode-se destacar os danos

---

<sup>1</sup> Disponível em: [www.icmbio.gov.br/portal/](http://www.icmbio.gov.br/portal/). Acesso em: out. 2015.

<sup>2</sup> Disponível em: [www.icmbio.gov.br/portal/](http://www.icmbio.gov.br/portal/). Acesso em: out. 2015.

originados pelas atividades de turismo e especulação imobiliária muito acrescidas em regiões litorâneas.

### **O protagonismo das mulheres na criação da Resex-Mar Mocapajuba**

Por meio do Decreto s/nº de 10 de outubro de 2014, foi criada no município de São Caetano de Odivelas (PA) a Resex-Mar Mocapajuba. A designação foi fornecida pela colônia de pescadores do local, que relatam que o nome faz referência aos principais rios da região (Mojuim, Barreta, Mocajuba e Maruimpanema), ambientes de extrema importância e prioridade para os pescadores locais. A Resex abrange 17 comunidades, com populações residentes que vivem social e simbolicamente quase que exclusivamente da pesca artesanal, incluindo assim atividades como pesca de curral, pesca de camarão e “tiração” do caranguejo-uzá (*Ucides cordatus*). A agricultura também é desenvolvida em algumas localidades, em grande parte para “o consumo socialmente necessário” (GARCIA Jr.; RAUL, 1983). Dentre os recursos mais cultivados está a mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz) para a produção de farinha.

A pesca destaca-se como a principal fonte de renda e consumo dessas comunidades, assim os ambientes aquáticos da região são de fundamental importância para as populações locais. A pesca artesanal é a atividade mais expressiva em São Caetano, sendo praticada ao longo do ano, sobretudo nas comunidades onde há portos para o despacho da produção. Em outros casos a produtividade é negociada no mar ou repassada para marreiros, sujeitos responsáveis pela comercialização da produção na cidade de São Caetano. Para além da economia, a relação das populações locais com os ambientes aquáticos está expressa em toda sua forma de ser e existir.

Nesse sentido, os manguezais de São Caetano apresentam significados materiais e simbólicos. A preocupação com a manutenção desse

ecossistema tem tomado dimensões significativas, sobretudo após a percepção dos moradores locais sobre a diminuição na abundância de algumas espécies de peixes e outros recursos facilitados pelos manguezais do município. Têm sido recorrentes nos discursos da maioria dos pescadores de São Caetano de Odivelas queixas sobre a diminuição e escassez do pescado, bem como do caranguejo. Em afirmações como: “Meu pai me criou só com peixe, mas hoje não dá mais, tá muito difícil pro pescador” (Informação verbal)<sup>3</sup> é perceptível a preocupação da população local com o esgotamento do pescado. Diante disso, em meio às insurgentes organizações da pesca surgidas ao longo da década de 1990 no Pará, emergiram no município de São Caetano de Odivelas os primeiros movimentos em prol da reserva marinha.

### **A mobilização para a criação da Resex-Mar: a atuação de duas associações de mulheres na pesca**

A primeira organização formada foi a Associação de Mulheres na Pesca e na Agricultura de Pereru (AMPAP) em 1996. Foi constituída após a participação de líderes locais no “Encontro de Mulheres na Pesca” ocorrido na cidade de Vigia, em 15 de fevereiro daquele mesmo ano (MANESCHY; ALMEIDA, 2002). Um ano depois da criação da AMPAP a comunidade de Cachoeira formou a Associação de Mulheres na Pesca (AMUPESC). A busca pelo reconhecimento, por melhores condições de trabalho e também por alternativas de renda, foram as principais motivações que levaram essas mulheres a constituírem suas associações. Através dessas organizações locais elas participaram de diversos treinamentos e cursos ministrados pela Secretaria Municipal de

---

<sup>3</sup> Relato fornecido por entrevistado durante pesquisa de campo na comunidade de São João de Ramos, em São Caetano de Odivelas (PA), no período de 20 a 30 de janeiro de 2016.

Agricultura e Conselho Nacional de Desenvolvimento de Populações Tradicionais (CNPT-IBAMA), além de seminários oferecidos pelo GEPEM/UFPA (*idem*).

Foi a partir do contato entre as mulheres da AMPAP e AMUPESC com essas instituições, que surgiu a ideia de criar uma Resex-Mar para o município de São Caetano. Por meio de relatos de mulheres que estiveram envolvidas nesse processo, foi possível perceber que a proposta de criação da reserva surgiu no bojo das reivindicações de associações de mulheres. Estas estavam interessadas, inicialmente, em alternativas de renda e direitos previdenciários, benefícios até então inatingíveis para elas. Somada a essa questão, surgiu também a preocupação com a manutenção dos rios e mangues da região. Nesse cenário, uma das precursoras da AMUPESC destaca que a organização buscava meios de subsistência para mulheres da comunidade, condição que dependia da continuidade dos recursos naturais, como relata a entrevistada: “Foi toda uma questão de trabalho mesmo [...] e ambiental também. A gente também se preocupou porque se é daqui que a gente tá tirando, então a gente tem que se preocupar em manter isso [...]. Foi a partir daí que viemos” (Entrevistada A, 2015).

As líderes da AMUPESC e AMPAP, após terem participado de diversos encontros regionais de pesca e terem ouvido falar sobre a existência de reservas extrativistas em localidades próximas, como a da região de Soure, enviaram à Câmara de Vereadores de São Caetano a proposta de criação de uma Resex-Mar para o município. Todavia, sem a obtenção de apoio político local, elas encaminharam em 1997, um ofício ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), solicitando a criação da Reserva Extrativista. Como relata a entrevistada, “A gente entrou na época em uma conversa com o CNPT [...] então a gente começou muito ir vendo essas conversas por lá, vendo qual

era a situação, *pra* ver a orientação *pra* criar uma reserva, que não era simples assim, só chegar lá e pedir” (Entrevistada A, 2015). Este depoimento é notável pelo fato de demonstrar toda uma organização e dinâmica coletiva em torno da proposta da Resex-Mar, haja vista que a legitimidade das reservas extrativistas enquanto política governamental depende em grande parte da demanda local e envolvimento comunitário.

Se por um lado a proposta da reserva para São Caetano foi inicialmente acordada pela maioria das comunidades locais, por outro lado não foi bem aceita pelos governantes da região. Os vereadores do município negaram-se a prestar qualquer tipo de apoio à criação da reserva. Do mesmo modo, a Colônia de Pescadores Z-04 se recusou a dar apoio ao projeto da reserva apresentado pelas mulheres da AM-PAP e AMUPESC. Sobre esse episódio, elas relatam que a falta de subsídios para a ideia da Resex-Mar e ainda a falta de reconhecimento do seu trabalho na pesca desencadearam uma situação de tomada de poder. Nessa ocasião as Associações de Mulheres na Pesca exigiram que houvesse eleições na colônia de pescadores para a escolha de um novo dirigente. Elas aspiravam por alguém que pudesse presidir a organização reconhecendo as atividades de pesca das mulheres e também fornecendo apoio ao projeto da Resex-Mar que elas vinham agenciando.

No bojo da luta dessas mulheres estava a questão da busca pelo reconhecimento de suas atividades na pesca e havia também uma preocupação com as condições de vida e trabalho dos pescadores e a necessidade de proteção dos recursos pesqueiros da região. A preocupação com os ambientes de pesca era acertada pela ideia de criação da Resex-Mar. A tomada da colônia de pescadores pelas mulheres que defendiam essa proposta foi fundamental, pois propiciou a inclusão de mulheres na instituição, o que expressou o reconhecimento da classe nos trabalhos de pesca.

Mesmo com todo o esforço das mulheres da AMUPESC e AMPAP, a proposta da reserva não se consolidou no município durante a década de 1990. De acordo com dados do ICMBio o projeto para criação da Resex-Mar ficou estagnado por quase uma década. Segundo relatos a estagnação da proposta foi determinada pela falta de apoio político dos governantes locais e também por causa da divulgação de possíveis problemas que a UC poderia gerar, tais como acesso restrito aos recursos naturais, modificação de práticas de trabalho, dentre outras situações consideradas problemáticas para os pescadores. O cenário desfavorável à criação da reserva foi aos poucos desmotivando as incentivadoras da proposta, como ressalta a seguinte fala: “Algumas das pessoas que lideravam o movimento pela criação da Resex, foi aos poucos desanimando, foi retroagindo... resolvemos deixar a proposta pra trás” (Entrevistada C, 2015). Após alguns anos de luta as mulheres que encabeçaram o projeto da Resex-Mar, por diferentes razões, afastaram-se e tomaram rumos diferentes, e apesar delas não terem conseguido êxito na criação da UC, foram exitosas nas suas organizações de pesca. As associações de pesca AMPAP e AMUPESC formadas por elas em meados da década de 1990, subsistem em São Caetano até os dias atuais.

### **A influência da Colônia de Pescadores Z-04 na decretação da Resex-Mar Mocapajuba**

Entre os anos de 2006 e 2007 ressurgiu o interesse pela criação da Resex-Mar no município de São Caetano de Odívelas. Este segundo momento da demanda foi protagonizado por sujeitos vinculados à Colônia de Pescadores Z-04, principal entidade da classe na região. A organização, que foi fundada em 1925, atualmente possui sede própria com localização no centro da cidade. Segundo relatos, foi sob o comando de dirigentes da



Colônia de Pescadores Z-04 que a proposta de criação da Resex-Mar para o município foi reorganizada. Assim, de acordo com dirigentes da colônia de pescadores, um dos principais impasses que a criação da reserva encontrou estava relacionado à falta de apoio político local, os prefeitos e vereadores que tinham seus mandatos na época recusavam-se a assinar as cartas de adesão. Os governantes alegavam que o estabelecimento de uma Resex-Mar na região iria prejudicar a população, pois iriam ser proibidos de ter acesso aos rios da localidade. Esse discurso foi repetidamente expressado pela prefeitura e pela Câmara de Vereadores do município, a fim de que houvesse a desistência da criação da UC em São Caetano.

Representantes da colônia Z-04 declararam que, por inúmeras vezes, estiveram com prefeitos e vereadores do município em busca de apoio para a proposta de criação da Resex-Mar, contudo os governantes recusaram-se a fornecer qualquer meio de ajuda. Alguns desses políticos eram proprietários de casas de veraneio em São Caetano e também praticantes da pesca esportiva, o que, de certa forma, os influenciou a ter uma postura de oposição à criação da reserva na região. Mas além desses fatores, há também relatos de que a falta de apoio dos políticos locais à criação da reserva foi algo motivado pelo medo que os governantes tinham da possibilidade de o presidente da colônia Z-04 obter ainda mais popularidade, candidatar-se a algum cargo do legislativo e ganhar as eleições. Mesmo com a carência de apoio político e sem condições estruturais, a organização dos pescadores prosseguiu com a proposta da reserva, obtendo ao final do ano de 2014 o decreto de criação da unidade.

De acordo com o estudo técnico elaborado pelo ICMBio (2014) a criação de Mocapajuba decorreu sobretudo de situações de conflitos no setor pesqueiro, ocorridos devido à prática da pesca esportiva na região, à invasão de áreas de coleta de crustáceos por moradores de

outras localidades e municípios, e também por causa da pesca predatória originada pelo uso de alguns tipos de currais. Diante disso, a Resex-Mar é por ora indicada como o meio possível de estabelecer as regras necessárias à atividade de pesca recreativa que, até então, ocorria de forma desregrada e livre. Além do evidente conflito socioambiental que hoje existe entre os pescadores artesanais e esportistas em relação à disputa por acesso e uso dos recursos pesqueiros do município, existem outras tantas situações conflituosas que permeiam o processo de constituição da Resex-Mar Mocapajuba.

Atualmente a reserva Mocapajuba passa por fase de implementação. Nesse sentido, a unidade aguarda disposições do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio para composição de seu Conselho Deliberativo. A Associação dos Usuários da Resex-Mar Mocapajuba já se encontra formada, e é atualmente dirigida por um ex-presidente da colônia Z-4. O desenvolvimento dessa articulação política tem sido questionado por diferentes sujeitos. A maior parte dos questionamentos em relação a essas formações de alianças ocorre por parte dos próprios pescadores locais, que criticam as ações de concentração de poder pelos dirigentes, sonegação de informações, incompetência de gestão etc. Tais fissuras, podem configurar o surgimento de conflitos intrainstitucionais, isto é, embates entre atores pertencentes a uma mesma organização e que refletem nos mecanismos que dão sentido às suas relações sociais internas.

### **O contexto dos conflitos socioambientais na implementação da Resex-Mar Mocapajuba: as percepções dos moradores da vila São João de Ramos**

Atualmente os principais conflitos relacionados a criação da Resex-Mar Mocapajuba estão localizados no polo das ilhas pertencentes à reserva. A região das ilhas, como é conhecida, é formada por duas

comunidades, São João de Ramos e São Miguel, ambas têm acesso pelo rio Mojuim. Os conflitos socioambientais recorrentes na Vila São João de Ramos estão relacionados principalmente às redefinições territoriais deflagradas com o estabelecimento da Resex-Mar na região.

São de João de Ramos, onde realizou-se esta análise, é uma comunidade margeada pelos rios Mojuim e Maruimpanema, sendo o acesso a localidade feito apenas por barco. O deslocamento da sede municipal de São Caetano de Odivelas até São João de Ramos tem duração média de 30 a 45 minutos. A vila tem em torno de 180 famílias que vivem do extrativismo do caranguejo e da pesca artesanal. A configuração territorial de São João de Ramos, de acordo com relatos de moradores mais antigos, iniciou-se por volta de 1920 com a chegada de uma família de sobrenome Chagas. O patriarca da família dividiu a ilha em sete quinhões para seus filhos. Mas, conforme relatos, apenas um senhor por nome Lourenço Chagas, um dos sete filhos, permaneceu no local e sua descendência tornou-se uma referência política na vila, sobretudo no sentido de comandar as apropriações de terras. O comando de terras na vila era dividido entre a família Chagas e a Igreja Católica, única instituição religiosa existente no local naquela época. Assim a arquidiocese da Igreja administrava a distribuição de terras na ilha de São João de Ramos.

A questão de propriedade de terra começou a sofrer algumas mudanças a partir de 2004, quando surgiu uma organização social local denominada como Associação Filhos e Amigos de São João (AFASAJO). A instituição entrou em contato com a Secretaria do Patrimônio da União, na época órgão responsável pela administração dos territórios de marinha, e conseguiu expedir documentos de posse para 180 famílias de São João de Ramos. Segundo representantes da AFASAJO, em 2010 a vila recebeu uma comissão do gerenciamento público da união que fez

um mapeamento da região e entregou um documento de propriedade para os moradores reconhecendo-os como posseiros. Além disso, a comissão deixou o direito de distribuição de terras da ilha sob o comando da referida associação.

Mesmo não exercendo gestão alguma sobre as atividades de pesca, a AFASAJO é descrita como a principal organização local contrária ao estabelecimento da Resex-Mar Mocapajuba. Os conflitos entre AFASAJO e a Resex-Mar estão relacionados à disputa pelo controle de terras. Na vila subsiste uma evidente divisão política entre os moradores, de um lado há um grupo de pessoas vinculadas à AFASAJO que reivindica o controle territorial da comunidade alegando que a instituição tem legitimidade para continuar administrando os direitos de terra, como vinham fazendo há anos. Do lado opositor estão aqueles que questionam a atuação daquela associação, argumentando que o grupo favorece apenas seus familiares, sobretudo na concessão de terras.

O primeiro grupo, representado principalmente pelos líderes da associação citada, apresenta uma tendência contrária à criação da reserva marinha, declarando que não houve informações sobre o processo e nem envolvimento comunitário, pois, foi uma medida vinda da Colônia de Pescadores Z-04 que beneficia apenas os dirigentes dessa instituição. Já o segundo grupo, mesmo não sabendo exatamente o que é a Resex-Mar, entende que sua criação pode significar novas formas de organização do território, principalmente em relação à distribuição de terras. Desse modo, o conflito central entre os grupos envolve a disputa pela posse de terras. A associação parte do pressuposto de que tem o direito de administrar as terras da ilha de São João de Ramos, porque foi constituída legitimamente pela população local, por outro lado, os defensores da Resex-Mar reivindicam esse direito por acreditarem que sua gestão será mais adequada para manter a proteção do meio

ambiente e dos modos de vida dos pescadores da localidade. Sendo assim, a situação pode ser definida como um conflito socioambiental, pois se refere “a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, p. 96).

De acordo com líderes da colônia Z-04 – principais defensores da Resex-Mar – a causa do conflito com a AFASAJO, é a transformação no sistema de poder local motivada pelo estabelecimento da UC. Ressaltando, assim que: “Agora quem manda é ICMBio e Resex”. Até há pouco tempo toda requisição de terra em São João de Ramos deveria ser avaliada de antemão pela AFASAJO, mas com o advento da Resex-Mar tal prerrogativa foi posta em xeque. Líderes e outros membros da AFASAJO alegam que os dirigentes da colônia de pescadores e condutores da Resex-Mar não têm legitimidade para autorizar a concessão de terras em São João de Ramos, pois em momento algum os moradores da vila lhes incumbiram essa função. O apoio de representantes da reserva ao aposseamento de terra na comunidade estaria, assim, desobedecendo regras locais e desorganizando a comunidade.

Furtado (2004, p. 66) classifica esse tipo de embate como conflitos interinstitucionais, isto é, que ocorrem entre organizações locais “por disputas de poder, desconfiança, individualismos, ausência de informação sobre o contexto social e ambiental envolventes, que colocam em antagonismos suas lideranças ou membros dos grupos”. A autora destaca que esse tipo de conflito pode vir a refletir nos mecanismos de alianças, que por ora influenciam no desenvolvimento local. No caso de São João de Ramos, verifica-se que o conflito entre a colônia de pescadores e a AFASAJO reflete no processo de consolidação da unidade de conservação na região, pois compromete o envolvimento das populações locais, que ficam no meio dos entraves interinstitucionais. Posto isto,

o processo de implementação de Mocapajuba em São João de Ramos perpassa por dois agentes complicadores, o primeiro corresponde a uma lacuna na configuração institucional e jurídica das Resex-Mar, que não considera os espaços de vivência e moradia dos pescadores, e o segundo refere-se a uma condição de fragilidade e vulnerabilidade da percepção da população local sobre a reserva, como mostra o Quadro 1.

**Quadro 1.** *Percepção dos moradores de São João de Ramos em relação às mudanças ocasionadas pela Resex-Mar.*

<b>Tipo de mudança</b>	<b>Nº de Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Determinação de regras de acesso e uso dos recursos (proibição da pesca com rede 20; proibição da captura do caranguejo na época do sautá – defeso)	3	6,97%
Acirramento de conflitos locais pelo controle territorial	7	16,27%
Não houve mudanças	24	55,81%
Não respondeu	9	20,93%
Total	43	100,0%

Fonte: Elaboração própria (2016).

De acordo com o Quadro 1, o percentual de respostas que indicam transformações na relação da comunidade com o seu meio natural representa somente 6,97%, sendo as mudanças resumidas em formas de interdições. Em primeiro lugar, a proibição de redes de pesca, que são danosas à reprodução pesqueira, bem como a interdição da captura de caranguejo durante o período de reprodução da espécie. Os entrevistados associam negativamente as proibições com as predisposições da Resex-Mar. A capacidade restritiva da reserva surge nos discursos dos comunitários

como algo preocupante e até mesmo prejudicial aos pescadores locais, que afirmam: “não pode mandar o pescador parar, eles têm que dar alguma segurança pro pescador”. Nesse sentido, é correto afirmar que proibições não são suficientes para um efetivo manejo dos recursos, em muitos casos pode comprometer ainda mais esse sistema (OSTROM; TUCKER, 2009). Além de restringir o uso do recurso natural, é necessário que a Resex-Mar ofereça às comunidades locais alternativas de renda.

O segundo tipo de mudança destacado refere-se ao acirramento de problemas e conflitos locais por causa da criação da Resex-Mar. Um percentual de 16,27% dos entrevistados ressalta que o estabelecimento da unidade “só trouxe mais confusão” à comunidade, a disputa pelo controle territorial tomou proporções nunca antes vistas, ao ponto de acentuarem-se denúncias, ameaças e agressões verbais entre moradores locais. A unidade, que deveria funcionar como instância de resolução de conflitos, tem na realidade se apresentado como incitadora de conflitos socioambientais preexistentes.

### **Considerações finais**

Ao longo do artigo, buscou-se descrever e analisar o processo de criação das reservas extrativistas florestais e marinhas no Brasil, destacando a criação e implementação da Resex-Mar Mocajuba, atentando para os fatores que influenciaram seu surgimento e os conflitos socioambientais que configuram sua implementação. Nesse percurso foi exposta de modo resumido a audaciosa luta de seringueiros da Amazônia, por um modelo de conservação que articulava preservação dos recursos naturais e proteção de modos de vida, que ficou conhecido como reservas extrativistas.

As reservas extrativistas tiveram origem em reivindicações agrárias de grupos de camponeses amazônicos que viram no modelo uma

alternativa para o uso sustentável da floresta. A ideia rompeu com os modelos de unidades de conservação criadas por ordens governamentais que excluía as populações residentes nas áreas florestais há gerações. Não obstante, identificou-se que as reservas não se restringiram ao ambiente florestal, o modelo inspirou outros segmentos sociais e se expandiu para espaços costeiros e marinhos. As reservas extrativistas marinhas têm marco inicial em 1997, sendo caracterizadas como áreas estabelecidas pelo poder público que indicam territórios marinhos como espaços exclusivos de usufruto de comunidades que vivem da prática da pesca.

Observa-se que as reservas marinhas do Pará são criadas como uma estratégia que visa minimizar os impactos aos manguezais e estuários da região, que se encontram sob forte pressão antrópica. A partir dos relatos coletados ao longo da pesquisa, identificou-se que a criação da Resex-Mar Mocapajuba foi articulada primeiramente por um grupo de mulheres pescadoras da região, que se organizaram em duas associações em busca de reconhecimento de suas atividades de pesca e proteção dos manguezais. Contudo, a organização de mulheres não obteve êxito com relação a proposta de criação da unidade de conservação. Fatores como a pouca articulação política do grupo e a falta de apoio dos governantes locais resultaram na estagnação do projeto de criação da Resex-Mar. Posteriormente entre os anos de 2006 e 2007, a Colônia de Pescadores Z-04 de São Caetano de Odivelas, retomou o projeto Resex, com o objetivo de conseguir melhores condições de vida para os pescadores da região, principalmente aqueles associados à entidade.

No caso específico da comunidade de São João de Ramos, a implementação da Resex-Mar gera conflitos socioambientais pelo uso e pela apropriação do território. Os conflitos acirram-se mais especificamente entre dois atores: a AFASAJÓ, que se posiciona contra a implementação-



da UC, e a colônia Z-4, favorável à Resex-Mar. A efetividade da Resex-Mar Mocapajuba depende em grande medida da forma como as regras para gestão dos recursos comuns serão formuladas. Desse modo, seu sucesso está sujeito ao grau de envolvimento e participação das populações tradicionais locais. Se o processo inicial de criação da referida reserva foi marcado por incongruências, ainda há possibilidade de construir ao longo de seu processo de implantação, espaços de participação e diálogo para equacionar conflitos existentes, propor medidas de conservação dos recursos naturais e promover alternativas de renda para os pescadores da região.

## Referências

ACSELRAD, H. As práticas e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALLEGRETTI, M. H. *Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 35-52, 2004.

BENATTI, J. H. Presença humana em unidade de conservação: um impasse científico, jurídico ou político? In: COPABIANCO, J. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

BRASIL. Decreto S/N, de 10 de outubro de 2014. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, localizada no Município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2000.

BRITO, D. M. C. *Conflitos socioambientais na gestão de unidades de conservação: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP*. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CUNHA, Lúcia. H. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes, alternativas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 20, p. 59-67, jul./dez. 2009.

CHAMY, P. Reservas extrativistas marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF COMMON PROPERTY: THE COMMONS IN AN AGE OF GLOBAL TRANSITION: CHALLENGES, RISKS AND OPPORTUNITIES. 10., México, 2004. *Anais eletrônicos...* México, 2004. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/5275.pdf>>.

CUNHA, L. H. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n. 20, p. 59-67, jul./dez. 2009. CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: COPABIANCO, J. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

DIEGUES, A. C. *Conhecimento e manejo tradicionais em áreas protegidas de uso sustentável: o caso da Resex marinha de Arraial do Cabo*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2001a. (Volume 1). Versão online. disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/>>.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Eds.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001b.

FIDELLIS, C. N. A. *A pesca de curral no município de São Caetano de Odívelas (PA)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Biológicas, Pós-graduação em Ecologia Aquática e Pesca, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

- FURTADO, L. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 57-72.
- FURTADO, L. “Reservas pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: FURTADO, L.; MELLO, W. L. A. F. (Orgs.). *Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GARCIA, J; A, R. *Terra de Trabalho: terra familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- ICMBIO. *Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação de Reserva Extrativista Marinha no Município de São Caetano de Odivelas*, Estado do Pará, 2014.
- LITTLE, P. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- LITTLE, P. Os socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.
- LITTLE, P. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma etnografia da territorialidade*. Brasília, 2002. (Série Antropologia).
- LOBÃO, R. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. 2006. 313 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- MANESCHY, M.; ALMEIDA, M. Tornar-se pescadora: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: HEBETTE, J.; MAGALHÃES, S., MANESCHY, M. C. (Orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira faces do campesinato no Pará*. Belém, PA: Edufpa, 2002.
- MUNIZ, L. M. *Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos socioambientais*. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 6, n. 12, 2010.
- OSTROM, E.; TUCKER, C. Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, E.; OSTROM, E. (Orgs.). *Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente*. São Paulo: Senac; Edusp, 2009. p. 109-138.
- SANTOS C. Z.; SCHIAVETTI, A. Reservas extrativistas marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. *Bol. Inst. Pesca*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 479-494, 2013.

## VÍDEO E DISCURSO: CONFLITO SOCIAMBIENTAL DA PESCA ESPORTIVA NA RESEX MOCAPAJUBA, EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS (PA)

Líria Natasha Sena do Vale  
Marcelo da Costa Tavares  
Denise Machado Cardoso

### Introdução

O presente trabalho tem como objeto o embate relacionado à pesca esportiva em São Caetano de Odivelas, um dos mais acirrados conflitos socioambientais presentes nesse município (BRASIL, 2014) localizado no nordeste do estado do Pará, na região conhecida como “salgado paraense”, que compõe boa parte da faixa litorânea do estado. Durante a produção de um documentário em vídeo chamado *A lama e o sal*, sobre a importância da elaboração de um plano de manejo para a recém-criada Reserva Extrativista Marinha (Resex) Mocapajuba, deparamos com dois discursos antagônicos: o que afirma as potencialidades econômicas da pesca esportiva – atividade fortemente praticada por turistas no município – e outro desdizendo seus benefícios e expondo alguns problemas que ocorrem devido ao intenso tráfego de pescadores esportivos nos rios que compõem a zona de pesca de São Caetano de Odivelas.

Assim, intentamos produzir nosso vídeo como referência discursiva para os pescadores artesanais da sede do município, que é a área mais acessada pela pesca esportiva. E como representação do discurso dos pescadores esportivos tomamos o programa de tevê *Pesca Pará* (exibido aos domingos pela manhã na afiliada da Rede Bandeirantes de Comunicação no Pará, a RBA), que produziu diversas edições

especiais sobre o potencial de São Caetano de Odivelas para a prática de pesca esportiva.<sup>1</sup>

Além dos atores sociais citados, observamos a agência dos pescadores<sup>2</sup> dentro do contexto do estuário próximo à sede do município, especialmente no rio Mojuim, com suas águas calmas e ricas de vida, agente ativo e passivo no conflito. Os pescadores são o ganha-pão dos pescadores artesanais e o “imã” para os pescadores esportivos. O rio é o detentor desta riqueza, pois agrega em si os benefícios da água salgada do mar que alimenta o ecossistema dos manguezais, os quais são o berçário de diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos (MASCARENHAS; GAMA, 1999).

Há também a descrição da ação de atores fantasmagóricos (LITTLE, 2006), isto é, atores que embora não apareçam diretamente no conflito pesam sobre estas decisões e seus posicionamentos, influenciando a balança do conflito. Nesse caso, os atores fantasmagóricos são a prefeitura de São Caetano de Odivelas, representada pelo prefeito e a colônia de pescadores – organização de classe, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio (BRASIL, 2014) em seu estudo socioambiental feito sobre a criação da referida RESEX.

Para a produção do nosso vídeo, realizamos entrevistas com pescadores locais e moradores de São Caetano, além de registros visuais da

---

<sup>1</sup> O programa *Pesca Pará* realizado em São Caetano de Odivelas, aqui analisado já não se encontra disponível no canal do programa no Youtube, contudo, diversos vídeos foram produzidos pelo programa “pura pesca”, que pertence aos mesmos produtores, e continuam a comunicar conteúdos de discursos semelhantes e que poderiam perfeitamente compor material de análise do contexto do conflito aqui analisado. Um exemplo é o vídeo “Pura pesca – pescaria em São Caetano de Odivelas/PA”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DeuDf0eMoWw>>, com acesso em 20 de outubro de 2019.

<sup>2</sup> “Denominação local para as áreas onde estão os cardumes de peixes” (BRASIL, 2014, p. 49).

paisagem local a fim de compor o cenário no qual o conflito socioambiental se dá. As entrevistas semiestruturadas, com duração média de trinta minutos, foram conduzidas pelas pesquisadoras Quéren Lobo e Flávia Domitila de Lima, ambas integrantes do projeto de pesquisa do qual o vídeo é produto.<sup>3</sup> Diante disso, buscamos articular metodologicamente este artigo segundo a perspectiva da análise do discurso em Eni Orlandi (2010) e Tânia Souza (2001), com a ecologia política de Paul Little (2006). Isso nos permitiu identificar em quais campos se situam os posicionamentos ideológicos, sociais e históricos de todos os atores envolvidos no embate em questão, aprofundando a análise do conflito. Destacamos aqui, portanto, a área do conflito relacionada ao domínio desigual de meios comunicacionais, que revela disparidade de poder entre os agentes (LITTLE, 2001).

Apesar de *A lama e o sal* tratar de vários aspectos e grupos dentro do município de São Caetano de Odivelas, isto é, passando pelas comunidades e suas peculiaridades, aqui nossa intenção é, como já dito, tratar do conflito referente à pesca esportiva, portanto delimitaremos biogeograficamente nossa análise à sede do município, ao rio Mojuim (que a banha), seus furos e a saída para o mar, todos pontos de encontro entre os agentes do conflito.

### **Identificação dos atores do conflito**

Compreendendo a disputa entre os discursos dos dois vídeos como a face semiótica de um conflito socioambiental (BURSZNTYN apud LITTLE, 2001), determinar de quem são as vozes presentes nas

---

<sup>3</sup> O projeto aqui citado é “Empoderamento, ethos local e recursos naturais: a cartografia social como estratégia para a elaboração de planos de ação em RESEX’s marinhas do ‘salgado paraense’” do Edital PE – Interdisciplinar 2014, com a coordenação da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Voyner Ravena Cañete (PPGSA/UFPA).

falas nos encaminha para a melhor apreensão dos aspectos do embate. Mesmo atores que não estejam falando diretamente deixam ainda assim suas marcas nos discursos de quem fala. Consideraremos, portanto, atores diretamente envolvidos, os quais não necessariamente vão discursar; e atores fantasmagóricos que estão envolvidos, mas de maneira indireta. Os atores diretamente envolvidos são:

1. *Pescadores artesanais*: podendo ser considerados integrantes da população tradicional (ARRUDA, 1999)<sup>4</sup>, segundo o estudo socioambiental feito pelo ICMBio (BRASIL, 2014) na ocasião da criação da Resex Mocapajuba, esses trabalhadores vivem da atividade pesqueira também exercendo a prática de “tiração” de caramujejo. Pescam em grupo utilizando redes em barcos que suportam até duas toneladas. Ficam próximos à desembocadura do rio Mojuim, pois não possuem equipamento necessário para chegar ao alto-mar. Eles se queixam que a atividade de pesca industrial é predatória e lhes prejudica diretamente, pois captura os peixes nos lugares onde estão se aproximando do estuário (BRASIL, 2014).
2. *Pescadores esportivos*: no caso dos frequentadores da sede de São Caetano de Odivelas, único local no município onde se comprova a prática da pesca esportiva, os turistas não foram nem sequer considerados pescadores esportivos nas análises de Souza, Palheta e Cañete (2017), pois segundo elas a principal característica dessa modalidade de pesca é o “pesque e solte”, ou seja, para ser

---

<sup>4</sup> Na definição de Rinaldo Arruda: “Utiliza-se ‘sociedades tradicionais’ para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.” (ARRUDA, 1999, p. 92)

considerada pesca esportiva a atividade não deve levar ou consumir os peixes capturados, e foi comprovado pelas pesquisadoras que isso não ocorre em São Caetano de Odivelas. É recorrente ver “pescadores esportivos” transportando grandes quantidades de peixe na sede municipal. Outra característica da pesca esportiva no município é que segundo relatos de pescadores artesanais locais, apesar de existirem pescadores esportivos que frequentam o município vindos de outros estados, em sua maioria são do próprio estado do Pará, principalmente da capital do estado.

3. *Pesqueiros*: de acordo com o estudo do ICMBio (BRASIL, 2014), o pescado é abundante o ano inteiro nos rios e nos furos da região de São Caetano, e é facilmente localizado nos pesqueiros (denominação para as áreas onde estão os cardumes de peixes). A pescaria nos pesqueiros é uma das atividades mais antigas praticadas pelos moradores dessa região, pois “os manguezais e o ambiente estuarino mantêm um ciclo de exportação de material orgânico em decomposição e nutrientes provenientes do mangue para as águas do mar, que favorecem a região para a produção pesqueira” (BRASIL, 2014, p. 94). Embora muitas espécies do estuário paraense já façam parte do comércio internacional, essa é a região menos cientificamente conhecida do litoral brasileiro, sendo o conhecimento tradicional vasto e profundamente relevante para todas as atividades desenvolvidas no salgado.

Os agentes fantasmagóricos são:

1. *Prefeitura municipal*: Souza, Palheta e Cañete (2017) em artigo realizaram uma descrição da prática da pesca esportiva em São Caetano. Segundo ela, a atividade foi intensificada no município pela ação da prefeitura municipal e se tornou importante primeiro



por causa da abundância de pesqueiros na região, e em segundo lugar porque teve um grande incentivador, Rubens Barbalho, que foi prefeito da cidade de 2008 a 2012. Uma das principais ações de Barbalho para a promoção da atividade foi a criação do Torneio de Pesca Esportiva de São Caetano de Odivelas (TOPESCO). As promessas para a população local foram de geração de emprego e renda; como, por exemplo, os pescadores trabalharem como guias, principalmente no período do torneio, contando até mesmo com treinamento para os interessados (BRASIL, 2014). Segundo um dos comerciantes locais entrevistados para o vídeo, o mandato de Rubens Barbalho foi excelente quanto a isso, mas atualmente nem todos os guias são contratados ou são contratados uma vez e depois não são mais chamados.

2. *Colônia de pescadores*: a criação da Resex Mocapajuba aconteceu em 2013 com ampla colaboração da colônia de pescadores do município, organização que existe desde a década de 1920, segundo o ICMBio (BRASIL, 2014). Considerada pelos próprios pescadores como entidade de classe, portanto reconhecida por eles. Estão presentes em todas as comunidades, menos em duas por serem muito pequenas, representantes chamados de “capatazes”. A sede em São Caetano contava, em 2014, com 2.200 sócios. Hoje enfrenta grandes problemas devido à inadimplência dos sócios (91% de inadimplência). Foi considerada ativa pelo ICMBio, e embora não tenha projetos ativos, busca recursos do Governo Federal, como o Fome Zero, e provê benefícios como salário-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria, como descrito no relatório do ICMBio:

A diretoria fomenta a conservação do meio ambiente entre os pescadores, apoiando as legislações da pesca como a proibição de pesca com redes de “entremalhas de 17cm”. Combatem a “tiração” de caranguejos para os que usam

o “tapa”. [...] está atuando para a criação do defeso do caranguejo e pela inclusão do município no defeso da pesca. Para ela é necessária uma “fiscalização mais firme nas marés e no mar, para proteger o pescador e os peixes”, referindo-se à fiscalização das redes de pesca e da proteção aos pescadores contra os piratas. Participa ativamente das negociações de políticas públicas junto à Secretaria Estadual da Pesca e demais organizações ligadas ao movimento nacional da pesca em busca de melhorias para a classe. (BRASIL, 2014, p. 68).

O vídeo do programa *Pesca Pará* a ser analisado neste artigo foi exibido na tevê aberta e, portanto, se enquadra em certa linguagem discursiva com mecanismos próprios de enunciação. Assim, o programa se reveste de um suposto caráter público, sempre afirmando seus conteúdos como “verdadeiros”. Então, tanto os recursos visuais como os de áudio servirão sempre para legitimar o discurso verbal produzido nesse contexto (SOUZA, 2001).

Já o vídeo elaborado por nós tem finalidade acadêmica e expositiva, e claro, sem o alcance obtido pelo vídeo televisivo, o que faz com que possa sugerir e relacionar outras questões discursivas do conflito socioambiental da pesca esportiva, suscitando o aparecimento de vozes até então ocultas no cenário do embate.

### ***Pesca Pará e A lama e o sal: discursos em foco***

Direcionado à atividade da pesca esportiva, o programa *Pesca Pará* não inova na sua estética. Sua fórmula televisiva é semelhante a muitos outros programas do gênero, com amplo espaço nos mais diversos meios midiáticos (MORAES e MARTINS, 2010). Analisamos aqui duas partes de um episódio específico realizado em São Caetano de Odivelas. Esse programa, que é transmitido semanalmente aos domingos pela manhã pela TVA RBA, também disponível via web, tem grande repercussão, com milhares de visualizações.

Devido à maior complexidade técnica do programa *Pesca Pará*, sua análise ganhará um pouco mais de destaque ao longo do texto. Assim, as análises do vídeo *A lama e o sal* serão pontuais e estarão destacadas conforme a necessidade de expor sintomas do conflito da pesca esportiva.

O vídeo *A lama e o sal – conhecimento e conflito na RESEX Mocapajuba*, segue o formato de entrevistas com pessoas abordadas no seu ambiente de trabalho, em casa, na rua, pois assim foi possível registrar além das falas desses indivíduos, o cenário em que vivem e as marcas visuais da cultura local, impressas principalmente no lugar e nos objetos que os rodeiam, como mostra a Figura 1, que representa um dos entrevistados (“Seu” Martinho) na “casa de farinha” que pertence a sua família.

**Figura 1.** “Seu” Martinho, morador da comunidade Aê, na “casa de farinha”.



Fonte: Documentário *A lama e o sal* (2015).

Para compor *A lama e o sal* entrevistamos várias outras pessoas que não apresentavam relação direta com o conflito da pesca esportiva. Destacamos, para análise dos discursos registrados, dois de nossos entrevistados: um deles é Douglas (tirador de caranguejo e pescador), que no momento da entrevista estava “tirando” caranguejo em frente à

prefeitura de São Caetano, na sede do município. O outro entrevistado é Salomão (comerciante), que nos recebeu em sua casa e falou sobre alguns aspectos econômicos da atividade da pesca esportiva que afetam diretamente sua vida.

Em meio a esse campo de disputa, encontramos o centro de nossa análise: o vídeo como referência que aponta a realidade de um conflito socioambiental. De um lado, nossa produção de fins acadêmicos e do outro a produção televisiva de divulgação em massa. Encaramos ambas as produções como discursos a serem analisados, já que anterior a esses vídeos estão as cargas históricas e sociais que permeiam as falas dos sujeitos envolvidos. Assim, Eni Orlandi (2010, p. 39) confirma: “todo discurso é visto como um estado de um processo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, um começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”.

No primeiro vídeo da edição sobre o município de São Caetano de Odiveles do programa *Pesca Pará* (dividido em duas partes no canal do programa na web) surge inicialmente a abertura do programa com imagens/detalhes de peixes grandes e que se debatem na água, sugerindo o desafio colocado à atividade e posteriormente a vitória de capturá-los, quando os peixes de espécies variadas são exibidos nas mãos do apresentador.

A abertura é composta por uma música do gênero *rock* que denota atividade “radical” de “aventura”, atraindo assim o interesse de turistas que buscam esse tipo de “emoção” (MORAES; MARTINS, 2010). Imagens do apresentador utilizando seus instrumentos de pesca modernos (barco com motor potente, varas e acessórios) completam a vinheta de 30 segundos do programa.

Após a apresentação de imagens que não se relacionam à pesca esportiva (onça, tucano, jabuti e outros animais que compõem o fundo de

palco do programa), surge o apresentador, que diz seu nome, e a legenda o identifica como “pescador”. Os animais claramente representam o objetivo de relacionar o programa ao respeito e à preservação do ambiente – posição ideologicamente relacionada à falsidade dos atuais discursos “ecologicamente corretos” (FONSECA; BURSZNANTYN, 2009). Nesse sentido, um programa que lida diretamente com recursos naturais deve justificar sua atuação na natureza e o faz por meio das imagens, caso contrário sua legitimidade pública estaria abalada.

Quaisquer danos reais causados pelas atividades praticadas durante os programas são silenciados através dessas belas imagens da natureza. Tânia Souza (2001, p. 10) destaca o papel das imagens como elemento constituinte do discurso:

O conjunto de elementos visuais possíveis de recorte – entendidos como operadores discursivos – favorece uma rede de associações de imagens, o que dá lugar à tessitura do texto não-verbal. A apreensão dessas relações, por sua vez, revela o discurso que se instaura pelas imagens, independente da sua relação com qualquer palavra.

Segue-se a apresentação do programa com uma fala do apresentador-pescador sobre a prática da pesca esportiva em São Caetano de Odivelas e de quão próxima está a cidade da capital do estado – sugerindo a facilidade com que se pode praticar pesca esportiva com qualidade no estado do Pará. Sua fala cita um dos agentes fantasmagóricos do conflito, a prefeitura, para promover esse esporte na localidade. No enunciado, o apresentador afirma que: “São Caetano é um município paraense que está se desenvolvendo no turismo da pesca esportiva. A prefeitura já percebeu que a pesca esportiva é um produto que pode ser um meio de geração de renda, emprego [...] movimentar a economia local” (52”).

O entrevistado Salomão, comerciante local, em *A lama e o sal*, diz que: “aumentou o fluxo de pescadores esportivos em São Caetano, mas em termos de economia nossa caiu”. É preciso ressaltar aqui que seu discurso enfatiza o “agora” em oposição ao “passado”. Nesse momento passado existia demanda comercial vinda da pesca esportiva. Só existiu um momento passado da pesca esportiva em São Caetano, que foi na gestão do ex-prefeito Rubens Barbalho (2008 – 2012), primeiro incentivador da pesca esportiva na cidade. Logo, apesar de contrariar o discurso do desenvolvimento econômico do programa *Pesca Pará*, Salomão alinha-se com ele, pois o programa foi gravado justamente no mandato de Barbalho – que surgirá na segunda metade do programa promovendo o esporte de pescaria em São Caetano. Dessa maneira, o chamado interdiscurso (ORLANDI, 2010) dos benefícios socioeconômicos da pesca esportiva permeia o intradiscurso produzido pelo comerciante Salomão atualmente.

O apresentador do *Pesca Pará* afirma ainda ao final da abertura do programa que assim como a pesca esportiva é incentivada em São Caetano outros municípios que também têm recursos pesqueiros podem investir na atividade que ela gera benefícios onde quer que se desenvolva. Assim, o programa faz seu suposto papel de caráter “público”, prestando um “serviço à sociedade” quando aponta direções quanto à possibilidade de geração de emprego e renda através dessa atividade turística.

No momento em que partem definitivamente para a pescaria, uma música tranquila é iniciada, seguida de imagens da orla da sede do município. Outras imagens que exibem o meio natural local como “acessório estético” também vão surgindo, transmitindo a ideia de “contemplação da natureza” (Figura 2), a qual permeia a produção desde os ângulos e movimentos de câmera até a escolha de objetos de destaque. Essa relação

com o ambiente é um dos pontos mais evidentes no conflito entre os pescadores artesanais e os pescadores esportivos, uma vez que para quem vive na região e depende da pesca para sustento próprio, a natureza jamais será vista somente como paisagem ou objeto de contemplação. Isso é confirmado pela primeira fala do entrevistado Douglas, em *A lama e o sal*, em resposta à pergunta: “O que o rio representa na sua vida? É um lugar de lazer?”. Sem hesitar ele responde que o rio é o sustento da sua família. Revela-se aqui um dos aspectos mais proeminentes do conflito: a maneira como os atores sociais se relacionam com o meio natural no cenário da disputa.

Logo em seguida, no programa, inicia-se a pesca de sardinhas que servirão de iscas durante a pescaria. A captura dessas sardinhas ocorre através da “tarrafa” e é feita pelo guia<sup>5</sup> que acompanha o apresentador-pescador durante o programa. Aqui as imagens escamoteiam qualquer valorização desse profissional conhecedor da região pesqueira local. Num certo momento, o apresentador do programa aponta o representante da Loja do Pescador (um dos apoiadores do programa) que também está no barco auxiliando a pesca e somente menciona o nome do guia sem mostrá-lo. O conhecimento tradicional, na figura do guia, excluído na edição, reafirma a função “servil” e a categorização do conhecimento local como acessório sem valor consistente.

Nas suas falas, o apresentador explica o comportamento dos peixes e como se deve jogar a “tarrafa”, demonstrando um conhecimento profundo da área, porém, logo as imagens de transição revelam que quem

---

<sup>5</sup> O guia é um pescador local que conhece os principais pontos de pesca da região, assim como as técnicas mais eficazes de captura desses peixes. Os pescadores esportivos quase sempre dependem dessas pessoas para realizar sua pescaria esportiva. Aqui desenvolve-se outro ponto do conflito: a apropriação dos conhecimentos tradicionais de pesca da população local.

**Figura 2.** Frame do programa mostrando a paisagem local e embarcação de pesca tradicional.



Fonte: Programa *Pesca Pará*, RBA TV, 2014.

captura as sardinhas é o guia. Ocorre assim uma clara apropriação dos conhecimentos tradicionais sobre a pesca em São Caetano. Esse guia representa a historicidade do discurso imagético do programa, que procura manter as relações distanciadas, sem questionamento ou tentativa de aproximação entre as categorias sociais distintas a que pertencem o pescador local e o pescador esportivo.

Na segunda parte do *Pesca Pará*, o apresentador mostra um peixe capturado que está abaixo das medidas aceitáveis, logo ele tece um discurso orientador. Seus conselhos são destinados exclusivamente para o esportista-espectador. Assim, o discurso apazigua a opinião pública sobre as práticas predatórias da pesca esportiva e ao mesmo tempo revela que os pescadores esportivos capturam grandes quantidades de peixe e também os consomem. Nesse trecho também se admite que muitos peixes pescados estragam, já que as altas quantidades capturadas e a limitação quanto à capacidade de armazenamento dos barcos dificultam o transporte e a conservação. Novamente aqui o programa utiliza a retórica da preservação ambiental e em paralelo confirma práticas predatórias, pois assim, conforme Fonseca e Burszntyn (2009, p. 32), “ele se apropria e se beneficia dos



bens simbólicos sem que esse apoio discursivo tenha respaldo na sua prática, que continua sendo guiada por interesses individuais/imediatistas”.

Segue-se a pescaria e após a captura de uma “pirapema” – peixe exaltado pelo apresentador como uma espécie boa de capturar durante a pescaria esportiva e abundante em São Caetano. O TOPESCO é destacado pelo apresentador e ganha um enorme espaço no vídeo. Durante sete minutos o prefeito da cidade a época, Rubens Barbalho, convida, no cenário que é a Loja do Pescador, a quem interessar, a participar do torneio.

Nesse momento fica clara a orientação ideológica do programa, já que o prefeito da cidade incentiva o esporte através do torneio, e tudo isso é transmitido a partir da rede de comunicação que pertence à sua família.<sup>6</sup> A força comunicativa a favor da pesca esportiva revela, então, a disparidade de poder nesse conflito socioambiental que se estabeleceu em São Caetano de Odivelas. Atualmente sob outra gestão, o município sofre com as ações passadas de incentivo à pesca esportiva, pois o fluxo de pescadores aumentou significativamente, sem que, contudo, tenha surgido algum meio regulamentador do esporte no município.

Sentado no chão, Douglas, em *A lama e o sal*, fala da grande quantidade de veículos estacionados à beira do rio, destacando o alto fluxo de pescadores esportivos no local. Enquanto Douglas relata isso, vários carros passam com suas voadeiras nos guinchos ao fundo, evidenciando que o fluxo de turistas na sede do município é alto e nos fins de semana é maior, momento em que fizemos as imagens do vídeo.

---

<sup>6</sup> A TV RBA, o jornal *Diário do Pará*, assim como diversas emissoras de rádio compõem a rede de comunicação da família Barbalho, no Pará. Assim, Veloso (2009, p. 3) afirma: “A linha editorial dos periódicos locais conduz invariavelmente à conclusão de que os interesses de seus dirigentes são tratados como prioridade absoluta. Esses interesses, obviamente, estão muito distantes do conceito de informação como um bem social, ao qual todos poderiam ter acesso, indiscriminadamente” confirmando a orientação ideológica dos conteúdos da emissora.

Em seguida, nosso entrevistado coloca em oposição os pescadores locais e os pescadores esportivos, construindo seu discurso com o fim de caracterizar o conflito que é latente entre esses atores sociais. Assim, ele afirma que os pescadores esportivos podem levar quais peixes quiserem e quantos quiserem sem pagar nada por isso, em contrapartida os pescadores locais devem a cada vez que pescam pagar uma série de taxas e impostos para a comercialização do pescado. Isso acontece porque a colônia de pescadores local (agente fantasmagórico que exerce influência no conflito) institui normas sobre a atividade pesqueira profissional, mas em relação à captura esportiva isso não ocorre. Sua fala desdenha o poder público que não fiscaliza a atividade da pesca esportiva no município.

Douglas relata ainda uma consequência direta do conflito. As marés criadas pelos grandes barcos e pelos motores potentes dos pescadores esportivos causam choques entre as canoas pequenas ancoradas juntas na beira do rio, gerando prejuízos diretos aos pescadores locais, como a perda de motores e o afundamento das embarcações. É interessante notar como Douglas, apesar dos relatos contrários à pescaria esportiva, não enxerga a atividade como predatória, devido à influência de interdiscursos que defendem um possível desenvolvimento econômico para a região. Assim, infere-se do discurso de Douglas que caso se regule e se organize essa modalidade de pesca em São Caetano, ela poderá trazer benefícios ao lugar.

Assim como Douglas, Salomão não se opõe à prática da pescaria esportiva em São Caetano desde que ela gere as tão almejadas receitas ao município e realmente traga desenvolvimento econômico e social à cidade, bem como preserve os recursos e o ambiente no qual vivem. Suas falas se encaixam na retórica em favor do chamado “desenvolvimento sustentável”, filosofia de desenvolvimento adotada atualmente

por países e instituições internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO (BRÛSEKE, 1994).

## **Conclusão**

O conflito socioambiental da pesca esportiva em São Caetano de Odivelas ainda é um desafio a ser superado. Neste trabalho de caráter preliminar, buscamos expor um dos muitos aspectos desse embate. O campo discursivo-comunicacional tem muito a desvelar e a proporcionar entendimentos sobre a região e suas dinâmicas sociais. Os discursos empreendidos nos vídeos revelam a disparidade de poder que há entre os atores sociais diretamente ligados à disputa por recursos.

É possível perceber também que discursos desenvolvimentistas continuam a ser veiculados nos mais diversos meios midiáticos, influenciando e construindo mentalidades. Logo, práticas realmente sustentáveis, que poderiam agregar desenvolvimento social ao desenvolvimento econômico, continuam embargadas pela força desses discursos.

Esta análise ainda será aprofundada, pois o projeto do qual ela deriva terá continuidade e objetiva gerar mais produtos analíticos, construindo bases para elaboração de um plano de manejo dos recursos da recém-criada Resex Mocapajuba, em que os beneficiários diretos sejam os moradores do próprio município, que dependem desses recursos para produzir seu sustento e sua cultura.

## Referências

- ARAÚJO, I.; ALVES, V.; COSTA, A. *O jornalismo fora de foco: reflexões das narrativas do jornal Diário do Pará*. In: INTERCON – CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 13, 2014. Belém. Anais... Belém: UFPA, 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0600-1.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambient. soc.* [online]. 1999, n.5, pp.79-92. ISSN 1414-753X. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>>.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Estudo socioambiental referente à proposta de criação de reserva extrativista marinha no município de São Caetano de Odivelas, estado do Pará*. Pará: ICMBio, 2014. 102 p. Disponível em: <<http://goo.gl/n9OH8b>>. Acesso em: 27 jul. 2015.
- BRÛSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 1994. p. 262. Disponível em: <<http://goo.gl/dgUZ4Z>>. Acesso em: 18 out. 2015.
- FONSECA, I. F.; BURSZNTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/zhp32t>>. Acesso em: 27 jul. 2015.
- GRUPO DE PESQUISA ECOLOGIA HUMANA, NATUREZA E POPULAÇÕES AMAZÔNICAS. *A lama e o sal: conflitos socioambientais na RESEX Mocapajuba em São Caetano de Odivelas/PA*. 2015. (18m28s). disponível em: <<https://youtu.be/XWDLrUQ6f4w>>. acesso em: 17 de out 2019.
- LITTLE, P. E. *Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico*. Horizontes antropológico, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2011. doi: 10.1590/S0104-71832006000100005.
- LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZNTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- MASCARENHAS, R. E. B.; GAMA, J. R. N. F. *Extensão e característica das áreas de mangue do litoral paraense*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999. 20 p.

- (Embrapa Amazônia Oriental 2). Disponível em: <<http://goo.gl/f3JWx6>>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- MONTEIRO, E. *Pura pesca – pescaria em São Caetano de Odivelas/PA*. 2019. (18m16s). disponível em: <<https://youtu.be/DeuDf0eMoWw>>. Acesso em: 17 de out 2019.
- MONTEIRO, E. Programa Pesca Pará RBA TV realizado em São Caetano de Odivelas-PA. 2014. disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zTZLx4rMa6Q>>. Acesso em 13 de set 2019.
- MORAES, M. E. V; MARTINS, C. A. M. G. Turismo de aventura: a atividade da pesca esportiva na bacia do rio Madeira – Amazonas. *Revista Eletrônica Aboré*, v. 4, n. 4, p. 108-120, 2010.
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 9. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- SOUZA, F. D. de L; PALHETA, M. K. da S; RAVENA-CAÑETE, V.. A pesca esportiva sob o olhar dos atores sociais do município de São Caetano de Odivelas (PA). *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 2, n. 8, 2017. Disponível em: <<http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/viewFile/94/122>>.
- SOUZA, T. C. C. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação*, UFF, Niterói, n. 06, 2001. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/18492923-A-analise-do-nao-verbal-e-os-usos-da-imagem-nos-meios-de-comunicacao.html>>.
- VELOSO, M. S. F. Imprensa e contra-hegemonia na Amazônia: o caso do jornal pessoal. *Rev. Estudos de Comunicação*, Curitiba, v. 10, n. 21, p. 49-57, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/18459>>.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

A lama e o sal (Vídeo), 491, 493, 497-498, 501-502, 504

Acordo de pesca, 424

Aê (Comunidade), 173-6, 184-5, 186, 189, 191, 194-6, 203, 206, 208-210, 211-213, 215-216, 218, 220-223, 496

Afinidade, 209, 211, 358

Afirmção

- identitária, 350

- étnica, 357

Agenda ambiental, 61

Agentes sociais, 9, 14, 68, 424, 446, 453

Agricultura

- (em geral), 26, 36, 37, 66, 86, 114, 120, 182, 309, 321, 324, 390, 441, 449, 472, 472

- de subsistência, 182, 472

- familiar, 65, 85, 175, 195, 197, 340

Agricultores, 10, 65, 471

Ajuda mútua, 215, 307, 309-312, 323, 326, 458,

Alimentação, 86, 89, 152, 194, 196, 217, 255, 275

Alto Trombetas, 11, 353, 368, 369, 371-376, 385-390, 392, 394, 395, 398- 402, 407, 408, 410

Alumínio, 87, 108, 397

Ambiente

- artificial, 108, 112

- florestal, 466, 470, 485, 470

- lântico, 108

- lótico, 108

- natural, 112, 128, 138, 148, 187, 363

- pesqueiro, 137, 140, 142, 294

Ancestral, 181, 346, 348, 358, 417

Ancestralidade

- (em geral), 358

- negra, 348

- indígena, 187

Apetrecho

- (em geral), 67, 89, 90, 101, 158, 166, 168, 208, 220

- de pesca, 209, 289, 449

- Aposentadoria, 40, 288, 289, 290, 298, 494
- Aquicultura, 44, 85, 98, 168, 227
- Aquicultores, 155, 166-168
- Área de Proteção
- Ambiental, 109, 127, 181-182, 228, 451
  - Integral, 420
- Áreas rurais, 19, 57
- Armadilha
- (em geral), 41, 188, 190, 193, 207, 209, 215, 216, 217, 221, 222, 223
  - fixa, 207, 208, 209,
  - natural, 253
- Artes de pesca (ver também Apetrechos de pesca), 187, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 216, 222, 225, 472
- Artesanato, 22, 27, 29, 38, 73, 281, 291, 324
- Aspecto social, 178, 306
- Assentamento
- (em geral), 7, 17, 26, 85, 239, 307, 308, 324, 325, 335, 338, 341, 343, 344, 346, 347, 348, 350-354, 377
  - agroextrativista, 67, 243, 307, 339, 340, 345, 346, 347, 351, 353, 359
- Assento (ver também Território da pesca), 149
- Assistência social, 67, 68
- Associação de Mulheres na Pesca, 469, 470, 476
- Assuremacata (Associação), 442-443, 447, 449, 452-62
- Atividade
- agrícola, 67
  - da pesca, 84, 88, 91, 99, 102-103, 132, 142, 144, 435, 497, 499, 505
  - de pesca, 133, 134, 199, 247, 256, 271, 293, 375, 393, 448, 474, 478, 481, 483, 487, 494
  - econômica, 68, 71, 114, 142, 209, 231, 382, 435, 463, 468
  - pesqueira, 90, 100, 110, 112, 116-117, 119-121, 122, 130-131, 134, 197, 208-210, 212, 214, 227, 229, 419, 425, 434, 473, 494, 505
  - produtiva, 67, 77, 86, 88, 255, 290, 348, 451

- turística, 501  
 Ator social, 11, 63, 69, 70, 74,  
 167, 179, 196, 198-199, 207,  
 239, 243, 247, 255-256, 259,  
 262, 265-266, 268, 276, 368,  
 399, 443, 449, 461, 472, 492,  
 502, 505-506  
 Autoatribuição, 353  
 Autorreconhecimento, 337, 351,  
 356, 359

## B

### Baixo

- Amazonas, 13, 340, 354-  
 355  
 - Rio Tocantins, 114

Balanceteiro, 260-2

Balnear, 279-281, 283-285, 287,  
 291, 293, 296-297, 299, 302-303

### Barco

- (em geral), 119, 120, 137,  
 168, 260-261, 263, 267, 270-  
 271, 273, 404, 433-434, 482,  
 499, 502  
 - amapaense, 425  
 - de pesca, 118-119, 222, 270  
 - paraense, 425

Barqueiro, 133, 260-263, 267, 268,  
 273-274

Barragem, 84, 89-91, 113, 115,  
 132, 134, 136

### Barramento

- (em geral), 90, 129, 137  
 - do rio, 130-131, 134, 142

Basqueta (caixa), 260, 262

Bauxita, 307, 323, 372, 375, 379,  
 392-394, 399

Beiradão (ver também Território  
 da pesca), 149, 406,

Benefício social, 455-456, 460-461

Biodiversidade, 10, 12, 32-33, 37,  
 51, 65, 78, 124, 167, 185, 366, 376,  
 420-421, 426, 463,

Biomédico, 389, 398, 413

Boa Vista (Comunidade), 355,  
 390, 391, 400, 401, 402, 409

### Bolsa

- Verde, 59, 60, 62, 64, 66,  
 70-74, 77, 444-445, 449,  
 452, 454, 456, 460

- Floresta, 53, 64

Braceamento, 69, 195

Braços do curral, 219, 221

Bragança (Município), 71, 197,  
 209, 264, 443, 457, 474

Brasil Sem Miséria (Plano), 66-67



## C

- Cadeia produtiva, 68, 256, 265, 276, 435
- Caiçara, 17, 19, 20, 23-24, 26, 30-31, 35, 39, 43, 48-50, 53
- Camarão, 46, 115, 155, 159, 177, 179, 195-197, 199, 211, 231, 268, 475
- Camponeses, 21, 167, 190, 442, 467, 468, 486
- Capital internacional, 329
- Caranguejeira, 68
- Caranguejo, 46, 68-70, 75-76, 155-156, 159, 177, 179, 188, 195, 196-197, 199, 231, 245, 443, 446, 448-449, 474-476, 482, 485, 494, 496-498
- Cartografia, 42, 234, 240, 248, 493
- Casa hídrica, 257, 277
- Caseiro, 145, 283, 288
- Centro
- de organização, 266
  - pesqueiro, 264
  - urbano, 136, 200, 255, 275, 302, 371, 452
- Ciclo da maré, 117
- Cidadania, 59, 66-67, 70-71, 73, 76, 342, 444
- Ciência do Curral, 216
- Ciranda de trabalho, 271
- Circuito da dádiva, 309
- Circulação do pescado, 259, 263
- Coito (ver também Território da pesca), 149
- Colares (Município), 197, 209
- Coletividade, 141, 183, 321, 344
- Colônia de Pescadores, 131-132, 238, 244, 292, 417-419, 422-423, 428, 429-431, 433, 436, 469, 475, 478-480, 483-484, 487, 492, 496, 505
- Colônia pesqueira, 271
- Comercialização, 100, 116, 119-120, 122, 136, 157, 162, 165-166, 213, 220, 255, 259, 262, 475, 505
- Comporta, 91-95, 136
- Compadrio (ver também Relações familiares), 38, 209, 319, 349, 353
- Compensação ambiental, 61
- Compradores, 133, 162, 258, 260-261
- Comunidade
- de pescadores, 117-118
  - negra, 314, 372-374
  - pesqueira, 54, 60, 120, 418, 421, 474
  - quilombola, 338-339, 348-349, 352, 359-360, 343, 346,

- 354, 355, 357-358, 364-365, 376-378, 381, 383, 393, 400, 403, 412
- remanescente de quilombo, 337, 350, 359
  - ribeirinha, 22, 30, 315
  - rural, 19, 74
  - tradicional, 12-13, 17-19, 21, 22, 24-30, 32-35, 37-39, 42-53, 55, 181, 183, 280, 315, 363, 419, 428-429
- Condições de trabalho, 274, 476
- Conflito
- socioambiental, 11-12, 15-16, 311, 367-369, 374, 393, 417, 442-448, 450, 453, 455, 457, 460-461, 469-470, 481-482, 484, 486-487, 491, 493, 497, 499, 504, 506
  - social, 30, 62, 86, 448
- Conhecimento tradicional, 17, 20, 28, 32, 42, 49, 50, 54, 77, 178, 183, 200, 495, 502-503
- Conservação
- ambiental, 11, 59-60, 64, 66, 69-70, 78, 183, 366, 393, 443, 452, 462, 467, 470
  - da natureza, 9, 15, 17-18, 22, 27, 183-184, 237, 363-364, 367, 379, 418, 423, 442-443, 467
  - de ecossistemas, 58, 66
  - de energia, 85
- Conservacionista, 18, 63, 182, 237, 365-366, 382, 419
- Contexto
- social, 98, 322, 484
  - socioambiental, 298
  - sociocultural, 353
- Cooperação, 30, 102, 313, 315, 317, 324, 359, 369, 484
- Cooperativa, 21, 34, 100-2, 132, 288-289, 402
- Cordel, 72
- Costa amapaense, 417, 425, 430
- Covo (ver também Armadilha), 211
- Criança, 48, 123, 140, 149, 212-216, 275, 285-289, 298, 299-302, 319, 321-323, 403
- Crédito
- habitação, 444, 451
  - de habitação, 449
- Curral,
- de beira, 190, 219, 223, 224,

- de fora ou de croas, 190, 192, 219-224
- de enfia,

Curralista, 211-213, 215-8, 224-226

Curuçá (Município), 60, 153-155, 168, 187, 207, 231, 264, 281, 376, 391, 400, 402-3, 473

## D

Decolonização, 66,

Defeso, 68, 71, 73, 113, 116, 274, 325, 448, 454, 485, 497

Demarcação territorial, 137

Dependente químico, 272

Depoimento, 267-270, 318, 322, 374-375, 405, 478

Desembarcar, 258

Desembarque, 84, 118-119, 132, 207, 255, 256-257, 263-264, 266, 428

Desenvolvimento

- econômico, 60, 209, 244, 501, 505-506
- social, 66, 452, 506
- sustentável, 8, 24, 29, 32, 37, 51-52, 111, 129, 182, 184, 379, 432, 505

Deslocamento

- compulsório, 372, 423-424, 436
- temporário, 423

Desmalhar, 273

Despesa, 55, 116, 271

Despesca, 100-101, 189, 194, 213, 216-217, 221, 223, 226

Despescar, 189, 214

Dinâmica social, 349, 446, 506

Dinheiro, 21, 55, 193, 218, 270-271, 307-309, 312, 317, 322, 324-327, 329, 435, 451

Direito

- social, 71, 76, 78, 443-444, 450, 453, 463
- territorial, 182, 375, 379, 380

Disputa

- territorial, 311, 349, 363, 374, 380, 382, 393
- por terra, 341

Distribuição de renda, 62, 74, 456

Diversidade

- (em geral), 12, 21-2, 26, 32, 44, 112, 121, 180, 185, 200, 229, 230, 308, 320, 341, 354, 368, 442, 450, 458

- Diversidade cultural, 21,  
26, 33, 41  
Dívida, 271-212, 314, 320, 327-328  
Doação, 99, 309, 314  
Documentário, 491, 498

## E

### Ecologia

- (em geral), 49, 51, 137,  
257, 277  
- política, 62, 441, 444-447,  
460, 461, 493

### Ecologismo

- (em geral), 78, 166  
- dos pobres, 65, 166, 169,  
446, 463

### Economia

- (em geral), 19, 26, 62,  
84-86, 88, 98, 102-103,  
166, 168, 171, 209, 223,  
225, 258, 272, 279, 311,  
320, 324, 392, 450, 471,  
475, 501  
- agroextrativista, 307  
- de subsistência, 219, 223  
- internacional, 310  
- local, 308, 328, 500

### Ecossistema

- (em geral), 12, 59, 62-3,  
66, 72, 74, 78-79, 110, 112,  
116, 118, 135, 138-140, 150,  
154, 166, 177, 180, 186, 232,  
366-367, 472-474, 476, 492  
- amazônico, 254, 255  
- fluvial, 255  
- local, 257, 277

### Efeitos socioambientais, 114

### EIA-Rima, 396-397

### Emalhar (ver também Pesca de malhadeira), 209, 212

Embarcação, 93, 96, 118, 120-1,  
256, 260-264, 267-268, 271, 273-  
274, 391, 425, 435, 503

Embarcado, 263, 269, 270, 272,  
274

Emprego, 136, 199, 208, 286, 289,  
293, 316, 344, 353, 392, 496

Empresários da pesca, 140

Empréstimo, 120

Enchente, 117-118, 191, 222-223

Encontro de Raízes Negras, 354,  
355

Energia elétrica, 110, 116, 123,  
136

Entropia, 83-86, 89, 90, 103

Escolarização, 286, 296, 302

Espaço

- geográfico, 368, 343

- social, 432

- territorial, 12, 18, 235, 238,  
343, 347, 375

- vivido, 145, 344, 368, 448

Estoque pesqueiro, 426

Estratégia de manejo, 166, 168,  
417

Estuarina, 153, 160, 177, 193, 254,  
255, 472, 474, 495

Estudo

- de Impacto Ambiental,  
395

- socioambiental, 492, 494

Etnografia, 253, 256-7, 266, 270,  
276, 340-1, 390, 467

Exploração mineral, 307, 309,  
375, 393

Expropriação, 417, 418, 433

Extratativismo, 31, 68, 79, 153,  
155, 156, 158, 159, 168, 170, 177,  
184, 188, 189, 195, 196, 199, 209,  
227, 283, 290, 291, 293, 311, 326,  
327, 421, 451, 482

## F

Família quilombola, 339, 345,  
356-357, 401

Fases da pesca, 213, 256

Fato social total, 308, 324

Fitoterapia, 293, 302

Floresta Nacional,

- (em geral), 184, 367, 393

- de Saracá-Taquera, 375,  
364, 383, 392-394

Fluxo

- das marés, 210

- de pescado, 131, 501, 505

Força de trabalho, 192, 271-  
272, 399, 417

Frota pesqueira, 425, 426,

Furto de pescado, 261, 262

## G

Gelador, 263, 273

Geleira, 131, 133, 256, 257, 263,  
275, 277

Geração de renda, 68, 92, 112,  
208, 500

Gestão

- de conflito, 369, 378

- pública, 137, 240, 241, 243

Grota (ver também

Território da pesca), 148, 149

## Grupos

- negros, 354, 358, 370

- sociais, 11, 13, 18, 32, 49,

70, 181, 189, 236, 271, 337,

341, 368, 423, 426, 432, 446-

447, 462, 463, 468-470, 484

## H

Hidrelétrica, 31, 51, 83, 89, 91,

109, 110, 112, 114, 115, 124, 133,

135, 145, 372

História de vida, 134, 200, 266

## I

Ibama, 29, 35, 73, 99, 230, 373,

374, 382, 396, 397, 398, 419, 422,

433, 434, 477

ICMBIO, 52, 60, 68, 73, 75, 167,

179, 236, 238, 363, 364, 365, 376,

377, 378, 379, 380, 381, 382, 418,

425-428, 436, 444-449, 453-456,

459-462, 472, 479, 484, 496

Identidade

- étnica, 340, 345, 354, 360

- coletiva, 31, 50, 314, 325

Identificação, 71, 137, 139, 144-

146, 289, 337, 340, 344, 346, 347,

353, 441, 453, 471, 493

Idosa, 290,

Igreja, 133, 318, 349, 354, 355,

371, 482

Impacto socioambiental, 109, 124,

125

Incra, 30,71, 337, 339, 342, 343,

351, 352, 353, 356, 357, 364, 376,

377, 378, 380, 391, 445, 451, 456,

457, 462,

Indústria

- (em geral), 83, 87, 98, 110,

435,

- pesqueira, 436

Isca, 149, 211, 502

## J

Jacundá (Município), 111, 129,

131, 134, 137, 138

Jornada de trabalho, 256, 264,

273,

Jurutí Velho (Distrito), 307, 309,

310, 312, 313, 317, 318, 319, 320,

322, 324, 325, 328

Justiça ambiental, 78, 443, 446,

463

Juventude, 146, 168, 285, 286, 296,  
323

Jusante, 84, 89, 90, 91, 99, 115, 390

## L

Lago

- artificial, 118, 129, 130,  
141, 142

- de Tucuruí, 90, 111, 112,  
122, 130, 150

- Erepecu, 376, 381, 400

Lauro Sodré (Vila), 153, 155, 156,  
157, 158, 160, 162, 166, 168, 169,  
170

Lêntica (ver também Ambiente  
lêntico), 138

Lei trabalhista, 257, 274, 276

Licenciamento ambiental, 10, 389,  
390, 393, 394, 395, 396, 397, 398,  
399, 403, 406, 409

Liderança, 182, 347, 354, 357, 411,  
449, 452, 484

Linhas de currais, 225, 226

Lógica da dádiva, 320, 328

Lucro, 121, 213, 217, 224, 262, 324

Luta por terra, 370

## M

Mais velhos (Pessoa mais sábia),  
257, 277, 286, 287, 288, 289, 294,  
299

Malhadeira (ver também Pesca  
com malhadeira), 91-92, 96, 99,  
112, 113, 146-149, 212, 322

Mandioca, 116, 117, 121, 121, 123,  
145, 149, 197, 257, 314, 318, 319,  
321, 323, 370, 475

Mangue, 69, 156, 157, 160, 161,  
167, 195, 196, 244, 245, 420, 442,  
443, 477, 495

Manguezal, 46, 69, 154, 159, 160,  
170, 177, 188, 196, 209, 219, 226,  
232, 443, 472, 473, 474, 475, 476,  
487, 492, 495

Manzuá (ver também Armadilha),  
211

Mapará (Peixe), 98, 114, 115, 148

Mapeamento dos pesqueiros, 146

Maré, 15, 32, 117, 118, 188, 190,  
191, 192, 195, 196, 209, 210, 211,  
219, 221, 222, 226, 261, 271, 275,  
277, 298, 420, 497

Maricultura, 153, 169, 170

Mariscagem, 283, 287, 290, 291,  
293, 298, 302

- Marisco, 153, 154, 188, 196, 199, 231, 283
- Marreteiro, 196, 197, 198, 199, 272, 475
- Marudá (Distrito), 190, 217, 279-286, 288, 289-303
- Matapi (ver também Armadilha), 211
- Medida compensatória, 418, 426, 430
- Meião (ver também Território da pesca), 148,149
- Meio ambiente, 9-10, 13, 32, 61, 62, 63, 66, 72, 74-78, 114, 207, 209, 224, 245, 276, 311, 365, 395, 432, 441, 450, 454, 471, 496
- Memória
- (em geral), 91, 123, 130-134, 139, 142, 146, 200, 285, 314-315, 32-322, 338-350, 355, 371, 373, 376, 381, 420, 423, 463
  - coletiva, 134, 137, 139, 143, 145, 150, 325, 348
  - contada, 136
- Mercadoria, 35, 132, 258, 259,
- Mineração
- (em geral), 31, 307, 310, 312, 323, 325, 328, 371, 374-375, 382-383, 393, 395-396, 400, 403, 406-409, 411
  - Rio do Norte, 372, 374, 389
- Mineradora, 168, 308, 310-311, 372, 374-375, 390, 393, 395-396, 398-400, 403-410, 412
- Mocambeiro, 370-371
- Mocambo, 370-371, 391
- Modo de vida, 12, 20, 26, 30-31, 39, 47, 50, 53, 55, 68, 77, 83, 178, 180-181, 185-186, 189, 200, 230-232, 238, 311-312, 323, 350, 420, 429, 433-436, 443, 462, 494
- Moirões (ver também Armadilha), 191-192
- Monetarização, 307, 312, 323, 325, 328, 444
- Movimento negro, 354-355
- Movimento social, 13, 42, 61, 352, 442, 450

## N

- Negro, 45, 358, 370-371, 390
- Noção
- de trabalho, 292, 295, 296, 302
  - território, 181, 345
- Nossa Senhora das Graças (Comunidade Quilombola), 337-340, 345, 346, 348-360



## O

Óbidos (Município), 310, 337,  
340, 351-352, 354, 355, 358, 370

Órgão ambiental, 365, 374, 382, 423

Ocupações

- ancestrais, 350

- na Amazônia, 342

Oiapoque (Município), 417-  
419, 421-426, 428, 430, 431,  
434, 436

Ordenamento

- fundiário, 339, 347, 352, 354

- territorial, 236, 346, 359

Organização social, 167, 182-183,  
189, 207, 280, 291, 313, 340, 350,  
419, 428, 482

Oriximiná (Município), 16, 314,  
354, 355, 371, 374, 389, 390, 400,  
406, 407

Ostras, 153-157, 159, 160, 164-  
168, 170, 188

## P

Pacto

- coletivo, 328

- social, 307, 318, 324, 325

Pajiroba (Bebida), 319-320, 323,  
326,

Paliteiros (Ambiente), 101, 143

Parentesco (ver também Relações  
familiares), 121, 132, 168, 211,  
309, 316-317, 348-349, 353, 417,  
435

Pari (ver Paris), 192

Paris (parede dos currais), 191,  
194, 218-219

Parque

- Aquícola Breu Branco III,  
83-84, 99-102,

- Nacional do Cabo Orange,  
417, 421-422

Parques Nacionais, 31, 33-34, 184,  
418, 429

Passagem (ver também Território  
da pesca), 147, 317

Pedra do peixe, 255, 257, 260-261,  
264, 276

Pegador, 260, 263

Peixe,

- (em geral), 19-21, 39, 91,  
98-99, 101, 112-113, 118, 133,  
140-142, 146-149, 155, 177,  
188, 190-194, 197-198, 208-  
209, 211-212, 219-221, 226-  
227, 232, 254-256, 261, 268,

- 274, 327, 434-435, 476, 492,  
494-495, 497, 499, 502-505
- branco, 142
- Peixeiro, 260-261
- Pesca
- amadora, 229-230, 238
  - artesanal, 19, 20, 31, 47,  
84, 86, 89-90, 102, 134, 189,  
207-208, 212, 214, 231, 253,  
256-257, 266, 273, 284, 417,  
443, 468, 474-475, 482
  - com malhadeira, 96, 212
  - costeira, 428
  - de curral, 179, 198, 207-  
213, 215, 225, 231, 475
  - esportiva, 140, 229-235,  
237-239, 243, 246-248, 480,  
491-501, 503-506
  - industrial, 186, 417, 463,  
474, 494
  - lá fora, 259-260
  - no pé da barragem, 83-84,  
90-92, 94-97, 102
  - no rio, 134
  - predatória, 76, 238, 449,  
463, 474, 481
- Pesca Pará (Programa de TV),  
491-492, 497-503
- Pescado,
- Pescador curralista, 211
- Pescadores artesanais, 12, 18-20,  
29, 86, 91-92, 95-99, 102, 113,  
130, 135, 150, 186, 188, 234, 237,  
241, 255, 277, 417-418, 425-426,  
428, 430, 435, 468, 473, 481, 491-  
492, 494-495, 502
- Pescaria, 112, 118, 120, 193, 196,  
209, 211-212, 215-216, 218, 264,  
266, 269-271, 301, 318, 434, 492,  
495, 501-502, 504, 505
- Petrecho (ver Apetrecho), 99, 112,  
116
- Pirata, 225, 270, 497
- Platôs, 372, 393-396, 403, 406-  
407, 410
- Pobres, 59, 65-67, 70, 72, 74, 166,  
169, 442, 446, 463
- Pobreza, 59-60, 62-64, 66, 68, 72,  
77-78, 302, 310, 406, 443-444, 452
- Poder público, 183, 234, 237, 243,  
367, 389, 395, 428, 430, 473, 487,  
505
- Política
- ambiental, 10, 16, 51, 63,  
64, 77, 78, 429, 467
  - econômica, 62-63, 327, 369
  - de democratização, 352
  - fundiária, 340

- pública, 59-65, 70-72, 76-79, 84, 102, 124, 180, 183, 200, 234, 341, 346-347, 352-355, 359, 372, 411, 428, 432-433, 443, 444, 447-450, 452-455, 457-463, 487
- socioambiental, 60
- Polo pesqueiro, 132, 146, 280, 285, 290-292, 296-297, 299, 303
- Pontal (ver também Território da pesca), 147
- Pontas de ilhas (ver também Território da pesca), 147
- Ponto
  - de pesca, 134, 137, 144, 146, 148, 149, 196, 264, 502
  - pesqueiro, 145-146, 255
- População
  - amazônica, 258, 329
  - extrativista, 69, 71, 184
  - local, 110, 154, 231-232, 237, 238, 243, 307, 311, 375, 382, 443 462, 476, 483, 485, 496, 502
  - pesqueira, 113, 115, 121, 186-189, 468, 472
  - rural, 60, 64, 67, 79, 448, 462
  - tradicional, 15, 19, 22, 37, 41, 49, 60, 68-69, 71, 77-79, 86, 178, 180-185, 188-200, 207-208, 227, 230, 232, 234, 236, 245-247, 367, 379, 435, 442-446, 448, 450, 452, 454, 462-463, 467, 472, 477, 484, 488
- Porto
  - do Onze, 132
  - Trombetas (Distrito), 372, 389-390, 399-403, 406-408, 411, 413
  - Porto-base, 263-264, 266
- Posseiro, 483
- Povo indígena, 28, 32-33, 45, 49-50, 53, 189, 243, 371, 442, 484
- Povos tradicionais, 42, 182, 343, 424
- Prática
  - ancestral, 134
  - econômica, 311, 393, 463
  - de pesca, 140, 150, 177, 199, 247, 279-290, 492
  - racista, 404
  - social, 13, 140, 283

- tradicional, 27, 32, 33, 137, 153
  - Preservacionismo, 366
  - Preservacionista, 28, 29, 34, 36, 190, 419, 467
  - Preservação ambiental, 13, 245, 376, 448, 503
  - Processo
    - de montagem, 213, 215-216
    - de trabalho, 281, 295
  - Produção
    - agrícola, 29, 326
    - de farinha, 116, 117, 199, 323, 475
    - econômica, 130
    - pesqueira, 115, 131, 208, 485, 495
  - Produto
    - agrícola, 68, 88, 370, 401
    - alimentício, 259, 276
    - local, 312
  - Professores do mar, 216
  - Programa
    - Grande Carajás, 110
    - social, 67, 70, 72
    - Terra Legal, 342
  - Projeto
    - Ipirá, 99-102
    - Quilombo, 403-409
- ## Q
- Questão ambiental, 9-10, 13, 20-21, 39, 65, 442, 456, 470-471
  - Quilombo
    - (em geral), 339, 350, 354, 355, 359, 363, 364, 371, 375, 376, 389, 391, 409, 472
    - do Alto Trombetas II, 363
- ## R
- Rabeta (ver também Embarcação), 93, 95, 119-120, 270, 327
  - Racionalidade ambiental, 62, 77-79, 170,
  - Rebio (ver também Reserva Biológica), 367, 373-376, 380, 381, 383, 392, 393
  - Rebojo (redemoinho de água), 92-93, 95-96,
  - Reconhecimento
    - (em geral), 29, 31-32, 74, 125, 147, 292, 298, 337, 356,

- 359, 364, 410-412, 442, 463, 468
- territorial, 337, 339, 341, 345, 350
- Recursos
  - hídricos, 63, 88, 130
  - pesqueiros, 83, 84, 86, 99, 102-103, 112, 130, 131, 133, 136, 137, 139, 142, 150, 153, 167, 169, 473, 478, 481, 501
- Rede hídrica, 135
- Reforma agrária, 24, 182, 337, 343, 350, 352, 364, 391, 442, 450
- Região
  - costeira, 209, 426
  - do Paraná de Baixo, 340, 350, 351, 474
- Regularização
  - de posses, 342,
  - fundiária, 23, 337, 339, 340, 342-343, 345, 351-352, 376-377, 380
  - quilombola, 339, 354, 357
- Relações
  - assimétricas, 344, 346
  - de dádiva, 308
  - de pertencimento, 343
  - de poder, 346, 347, 369, 377, 447, 448, 450, 461, 473
  - de produção, 20, 88, 272,
  - de trabalho, 16, 311, 313, 324
  - familiares, 209, 213, 417
  - socioambientais, 189, 199, 280, 300
- Relatório Antropológico, 337, 338, 376
- Remanescentes de quilombos, 348, 355, 363, 364, 371, 375, 380, 389, 391
- Reorientação social, 142
- Represamento, 111, 113, 133, 136, 139
- Reserva
  - biológica, 184, 230, 364, 367, 392
  - ecológica, 24, 29, 31, 36
  - extrativista, 24, 29, 36, 41, 46, 51-52, 54, 59-60, 62, 182, 184, 229, 233, 238, 241, 244, 442-444, 470, 477, 491
  - marinha, 476, 483
- Reserva Biológica do Rio Trombetas, 364

Reservatório, 93, 110-114, 116,  
118, 124, 129

Resex (ver também Reserva  
extrativista)

- Caeté-Taperaçu, 71, 446-  
451, 453, 455, 460-461
- Mar Mocapajuba, 177,  
179, 187, 231-235, 238-  
240, 243-244, 246-248,  
469-470, 475, 479, 481,  
483, 487-488
- Marinha, 69, 234, 418-419,  
429-431, 436, 441, 443, 445,  
448, 472

Ressaca (ver também Território  
da pesca), 148-149

Ribeirinho, 23, 35, 38, 49, 51, 53, 78,  
181, 347, 353, 357, 359, 406, 442

Rio

- Cassiporé, 418, 419, 420,  
422, 424, 433, 434
- Cunani, 430
- Mojuim, 188, 190, 492-494
- Tocantins, 84, 89, 90, 92, 96,  
98, 111, 114, 115, 129, 142
- Trombetas, 314, 363, 376,  
378, 389, 390, 391, 395, 403

Risco de morte, 9192, 95-97

## S

Saberes tradicionais, 65, 71, 182,  
277, 435

Salgado Paraense (Região), 15, 16,  
186, 196, 198, 207, 216, 219, 234,  
240, 491, 493

Santa Rosa (Comunidade), 131,  
146,

Saneamento básico, 283

São Caetano de Odivelas  
(Município), 209, 210, 216, 220,  
223, 229, 231-235, 467, 469, 474,  
475, 476, 482, 487, 481, 496, 500

São João da Ponta (Município),  
59-62, 64, 69, 73, 154, 207

São João de Ramos  
(Comunidade), 470, 476, 481,  
482, 484, 485

Sentimento de pertencimento,  
315, 344

Seringueiro, 23, 28, 29, 35, 47, 122,  
186, 442, 470, 471, 472

Serva (ver também Território da  
pesca), 149

Serviço público, 66, 67, 283, 428

Sistema

- de aviamento, 271

- de manejo, 141, 366

- tradicional de dons, 308,  
312  
Socioambientalismo, 237  
Solidariedade, 13, 217, 258, 309,  
313, 317, 325, 358  
Subsistência, 112, 121-122, 159,  
178, 181, 184, 197, 189, 199, 223,  
229, 231, 255, 290, 298, 379, 468  
Substitucionismo, 83-84, 88, 102-  
103  
Sustentabilidade ambiental, 60, 389

## T

Taperebá (Comunidade), 418-424,  
426, 434  
Técnica de pesca, 91  
Teoria da dádiva, 308, 313  
Termo  
- de Ajustamento de  
Conduta, 52, 312  
- de Compromisso, 64, 378,  
379, 419, 425, 427  
Territorialidade, 144, 146, 186,  
337, 343, 344, 345, 346, 348  
Territorialização, 70, 348  
Território  
- da pesca, 129, 141, 145-147  
- de várzea, 346

- indígena, 471  
- marinho, 472, 473, 487  
- pesqueiro, 419, 425, 429  
- quilombola, 339, 340, 345,  
348, 350, 356, 357, 364, 365,  
382, 390, 406  
Tipos de pescaria, 212  
Tiração (Coleta), 217, 475, 494, 496  
Titulação, 339, 340, 342-343, 348,  
355, 359-360, 364-378, 391, 400  
Trabalho  
- assalariado, 317  
- coletivo, 311, 314, 319  
- cooperativo, 313-314, 322,  
328  
- na terra, 323  
- remunerado, 67, 200, 392  
Transferência de renda, 64, 68, 70,  
73, 74, 75, 325  
Tratamento diferenciado, 389,  
390, 398, 402, 409, 410, 412  
Travessão (ver também Pesca no  
pé da barragem), 92, 97-98  
Três Ilhas (Assentamento), 339-340,  
346-347, 351-353, 356-357, 360  
Tripulante, 260-264, 267-277  
Tucunaré (Peixe), 113, 117, 140,  
142, 147, 149, 230

Tucuruí (Município), 89, 99, 103,  
111, 119, 129, 131

Turismo, 29, 144, 186, 229, 232,  
235, 237, 243, 245, 279, 280, 281,  
282, 285, 295, 297, 475, 500

## U

Unidade de Conservação, 187,  
233, 239, 246, 382, 392, 417, 463,  
468, 469, 484, 487

Urna, 256, 260, 262-263, 273

Usina Hidrelétrica de Tucuruí, 13,  
84, 89-90, 109-110, 129, 130

Uso

- da terra, 373

- do solo, 63, 358

## V

Varador (ver também Território  
da pesca), 148

Várzea, 27, 132, 186, 337, 340,  
342, 343, 346, 354, 358, 360

Vazante, 117-118, 191, 219, 222,  
226

Veraneio, 144, 281-282, 284, 480

Ver-o-Peso (Feira), 253, 255-257,  
260, 261-266, 276,

Vertedouro, 91-92, 93, 95-98, 100

Viseu (Município), 187, 209, 474

Vivência, 114, 134, 150, 254, 275,  
289-290, 344-345, 348-349, 360,  
485





## **SOBRE OS AUTORES**

### **Ana Carolina Vitorio Arantes**

Doutoranda em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/UFOPA), mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR, 2016), bacharela em Ciências Biológicas (UFMS, 2013). E-mail: [anacv.arantes@gmail.com](mailto:anacv.arantes@gmail.com).

### **Carla Cilene Siqueira Moreira**

Doutoranda e mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Membro do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente – ACTA e do Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero-GPEM/UFPA. E-mail: [carlasiqueiramoreira@gmail.com](mailto:carlasiqueiramoreira@gmail.com).

### **Cleide Lima Fernandes**

Socióloga, doutora em ecologia aquática e pesca, analista em gestão de meio ambiente (SEMAS/PA). E-mail: [samaumeira@gmail.com](mailto:samaumeira@gmail.com).

### **Denise Machado Cardoso**

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), mestra em Antropologia Social (UFPA) e graduada em História (UFPA). E-mail: [denisecardosoufpa@gmail.com](mailto:denisecardosoufpa@gmail.com).

### **Diego Corrêa Furtado**

Doutor em Ciências Ambientais (PPGSND/UFOPA, 2019); mestre em Agricultras Amazônicas (PPGAA/UFPA/Embrapa, 2012); licenciado em Biologia (CESUPA, 2010). E-mail: dkhasinau@gmail.com.

### **Flávia Domitila de Lima Souza**

Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente cursa especialização em Gestão Ambiental, no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e integra o grupo de pesquisa Ecologia Humana, Natureza e Populações Humanas da Amazônia (EHNAPAM). E-mail: flavia\_domitila@hotmail.com.

### **Flávio Henrique Souza Lobato**

Graduado em Turismo e especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). E-mail: flaviohslobato@gmail.com.

### **Juliana Cardoso Fidelis**

Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UNICAMP, 2019); mestra em Antropologia e Sociologia (PPGSA/UFPA, 2019); bacharela em Antropologia (UFOPA, 2016). E-mail: julianaacardosofideliss@gmail.com.

### **Kátia Solange do Nascimento Demeda**

Doutora em Ciências Ambientais (PPGSND/UFOPA, 2020); mestre em Ciências Sociais/Antropologia (UFPA) e licenciada em Ciências Sociais/Antropologia (UFPA). E-mail: kdemeda@gmail.com.

**Larissa Beatriz da Silva Aviz**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA), bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas e integrante do grupo de pesquisa Ecologia Humana, Natureza e Populações Humanas da Amazônia (EHNAPAM). E-mail: beatrizaviz@gmail.com.

**Líria Natasha Sena do Vale**

Cursando bacharelado em História na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: liriamenadovale@gmail.com.

**Luciana Gonçalves de Carvalho**

Doutora em Antropologia, docente do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade, da Universidade Federal do Oeste do Pará, e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará. E-mail: luciana.carvalho@ufopa.edu.br.

**Luiz de Jesus Dias da Silva**

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor-associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, professor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA/PPGAU. Diretor da FAU/Itec/UFPA no biênio 2019-2020. E-mail: ljesusds@hotmail.com.

### **Marcelo da Costa Tavares**

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestrando em Antropologia pelo PPGSA/UFPA E-mail: marcelo-bl90@gmail.com.

### **Mariana Neves Cruz Mello**

Professora adjunta substituta do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: mn-cruz1988@gmail.com.

### **Marllen Karine da Silva Palheta**

Possui graduação em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2010) e mestrado em Ecologia Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Pará (2013). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia, na área de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marllenkarine@yahoo.com.br.

### **Neila de Jesus Ribeiro Almeida**

Doutora em Ecologia Aquática e Pesca. Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento da Amazônia. Licenciada em Ciências Biológicas. Docente da Secretaria de Estado de Educação. E-mail: neilalmeida2000@hotmail.com.

### **Quéren Hapuque Pantoja Lobo**

Bacharela em Oceanografia pela UFPA. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Integrante do grupo de pesquisa Ecologia

Humana, Natureza e Populações Humanas da Amazônia (EHNAPAM).  
E-mail: querenh.lobo@gmail.com.

### **Raiana Siqueira Mendes**

Mestranda em Antropologia (PPGSA/UFPa, 2019); bacharela em Antropologia (UFOPA, 2019). E-mail: siqueira.raiana@gmail.com.

### **Rafael Paiva de Oliveira Diaz**

Doutor em Ciências Sociais – Antropologia. Grupo de Pesquisa Ecologia Humana, Natureza e Populações Amazônicas (EHNAPAM/UFPa).  
E-mail: diazrafaelkl@gmail.com.

### **Raquel Araújo Amaral**

Mestra em Ciências da Sociedade e bacharela em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, 2018 e 2020 respectivamente); licenciada plena em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPa, 1997) e especialista em História e Geografia pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER, 2005). E-mail: raastm@gmail.com.

### **Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos**

Professora do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Para. E-mail: smag@ufpa.br.

### **Suziane Palmeira dos Santos**

Mestra em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPa). E-mail: suzianepalmeira@gmail.com.

### **Talita Ingrid da Silva**

Doutoranda e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Docente da Secretaria de educação do Estado do Pará. Integrante do Grupo de Estudos Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA). E-mail: talita.ufpa@hotmail.com.

### **Tânia Guimarães Ribeiro**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Coordenadora do Projeto Território, Participação e Ação Pública em Unidades de Conservação (CNPq) 2018. E-mail: taniagr@ufpa.br.

### **Uriens Maximiliano Ravena-Cañete**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA, mestre pelo Programa de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Regional na Amazônia – PPGEDAM/UFPA, graduado em Comunicação Social – Jornalismo – UNAMA. E-mail: uriensmax@gmail.com.

### **Vayner Ravena-Cañete**

Professora Associada II da Universidade Federal do Pará – UFPA/Brasil, vinculada ao Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca e atuando nos Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP/UFPA), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

(PPGSA/UFGA) e no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFSCIAMB/UFGA). Possui graduação em Bacharelado em História (1991), mestrado em Antropologia Social (2000) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2005) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Desenvolve projetos de pesquisa e extensão universitária, desde 1998, voltados especialmente às questões ambientais relativas às populações tradicionais em cenários rurais amazônicos, assim como em áreas periurbanas em uma perspectiva interdisciplinar envolvendo meio ambiente, saúde e modo de vida. Desde 2010 desenvolve estudos sobre populações pesqueiras e seu modo de vida, particularmente em ambientes estuarinos e costeiros. E-mail: ravenacanete@gmail.com.





Este livro traz ao leitor uma Amazônia perfilada por práticas, saberes e conflitos que emanam da relação íntima de sua população com as águas. Revela as sociabilidades desenhadas pelas e nas atividades pesqueiras, ao passo que discute as diversas tensões entre grupos sociais, setores econômicos da sociedade mais ampla e o Estado em processos de disputa por recursos naturais.



ISBN: 978-65-88151-06-8

